

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Bruno Huberman

A colonização neoliberal de Jerusalém após Oslo:
desenvolvimento, pacificação e resistência em Palestina/Israel

Doutorado em Relações Internacionais

São Paulo

2020

BRUNO HUBERMAN

A colonização neoliberal de Jerusalém após Oslo:
desenvolvimento, pacificação e resistência em Palestina/Israel

Tese apresentada à Banca Examinadora da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
como exigência parcial para obtenção do título
de Doutor em Relações Internacionais, área de
concentração Paz, Defesa e Segurança, linha
de pesquisa Conflitos internacionais e
violência nas sociedades contemporâneas, sob
a orientação do Prof. Dr. Reginaldo Mattar
Nasser.

São Paulo

2020

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Huberman, Bruno.

H877 A colonização neoliberal de Jerusalém após Oslo :
desenvolvimento, pacificação e resistência em Palestina/Israel /
Bruno Huberman. – São Paulo, 2020.

368 f. : il.; 30 cm.

Orientador: Reginaldo Mattar Nasser.

Tese (Doutorado em Relações Internacionais) –
UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-graduação em
Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2020.

1. Jerusalém – História – Séc. XXI. 2. Relações árabe-israelenses
– Séc. XXI. 3. Colonização. 4. Neoliberalismo. I. Título.

CDD 956.9405

A colonização neoliberal de Jerusalém após Oslo:
desenvolvimento, pacificação e resistência em Palestina/Israel

Tese apresentada à Banca Examinadora da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
como exigência parcial para obtenção do título
de Doutor em Relações Internacionais, área de
concentração Paz, Defesa e Segurança, linha
de pesquisa Conflitos internacionais e
violência nas sociedades contemporâneas, sob
a orientação do Prof. Dr. Reginaldo Mattar
Nasser.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dr. Reginaldo Mattar Nasser (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Prof. Dr. Samuel Alves Soares (Universidade Estadual Paulista)

Prof. Dr. Sebastião Velasco e Cruz (Universidade Estadual de Campinas)

Profa. Dra. Cecilia Baeza (Science-Po – França)

Profa. Dra. Mariela Cuadro (Universidad Nacional de San Martín – Argentina)

São Paulo, 17 dezembro de 2020

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao apoio da CAPES, particularmente para a realização do estágio-doutoral sanduíche entre 2018-19 na SOAS, em Londres, no Reino Unido. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (CAPES) — Código de Financiamento 001. *This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.*

Ao meu orientador, Prof. Dr. Reginaldo Nasser, que sempre me apoiou e incentivou durante toda a minha trajetória acadêmica, abrindo as portas e assegurando o tempo, a liberdade e os recursos para que essa pesquisa fosse possível de ser realizada e finalizada. Além, é claro, a orientação para que essa investigação tomasse um prumo quando precisou e as reflexões intelectuais que balizaram muitas das conclusões encontradas nesta tese.

Ao meu co-orientador, Prof. Dr. Adam Hanieh, que durante o meu período em Londres foi extremamente generoso para a enriquecedora experiência no universo acadêmico britânico e no campo de estudos de Palestina/Israel. As suas leituras atentas dos esboços iniciais desta tese e também as conversas sobre minhas ideias desconstruídas foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos professores que compõe a banca — Profa. Dra. Cecília Baeza, Profa. Dra. Mariela Cuadro, Prof. Dr. Samuel Alves Soares e Prof. Dr. Sebastião Velazco e Cruz — agradeço a oportunidade de contar a sua leitura, críticas e observações. Agradeço a professora Cecília também pela leitura da qualificação desta tese, além das conversas, orientações e parcerias ao longo de todo o doutorado, e ainda pela carta de recomendação para o sanduíche. E agradeço especialmente o professor Samuel pela leitura na qualificação e pelo apoio institucional e moral que amparou toda a minha trajetória acadêmica.

Aos professores e funcionários do PPGRi San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP), agradeço o suporte nestes anos, particularmente Graziela, Isabela e Giovana. Aos professores de Relações Internacionais da PUC-SP, em especial ao Prof. Dr. Paulo Pereira, por todo apoio durante toda a trajetória acadêmica e o suporte institucional para a realização desta tese, e ao Prof. Dr. Tomaz Paoliello e à Profa. Dra. Terra Budini, por abrir as portas da instituição e me ajudar nos primeiros passos da vida docente.

Aos colegas do Grupo de Estudos sobre Conflitos Internacionais (GECI), que fizeram deste um espaço de troca, colaboração e acolhimento durante estes anos, em particular os amigos Priscila, Rodrigo, Mariana, João e Isabella. Agradecimento especial ao parceiro Arturo, companheiro de militância, reflexão e copo de São Paulo a Londres, passando, especialmente, pela Palestina. Pelas conversas que ajudaram a enfrentar todas as crises nesses anos. E também ao amigo e agora colega Artur, pelas risadas de São Paulo a Londres.

Agradeço a todos aqueles professores e pesquisadores, cujos trabalhos são referências fundamentais para os resultados desta pesquisa, que aceitaram ceder o seu tempo para se engajar com as minhas reflexões durante o meu estágio doutoral. No Reino Unido: Profa. Dra. Rafeef Ziadah, Prof. Dr. Gilbert Achcar, Prof. Dra. Laleh Khalili, Prof. Dr. Sai Englert, Profa. Dra. Elian Weizman, Prof. Dr. Ilan Pappé, Prof. Dr. Mark Neocleous, Prof. Dr. Mori Ram, Prof. Dr. Haim Yacobi, Profa. Dra. Sharri Plonski e Profa. Dra. Desiree Poets. Em Palestina/Israel: Prof. Dr. Sobhi Samour, Dr. Toufic Haddad, Dr. Raja Khalidi, Dr. Marik Shtern, Dra. Hila Zaban, Prof. Dr. Oren Shlomo, Dra. Noga Keidar, Profa. Dra. Emily Silverman, Prof. Dr. Gillad Rosen, Profa. Dra. Nufar Avni e Dr. Shir Hever. Na Palestina, gostaria de agradecer especialmente os amigos e companheiros Prof. Dr. Magid Shihade, Daoud Al-Ghoul, Zakaria Odeh, Rashed Khudiri, Jamal Juma, Shahaf Weisbein, Sahar Vardi e Dr. Jeff Halper.

A todos os meus amigos.

A todos os meus familiares, em especial a minha tia Cristina, pelo pontapé inicial e o apoio desde então.

Aos meus pais, Luciano e Márcia, por tudo.

A Anna, que esteve ao meu lado o tempo todo e que dá sentido à vida.

as ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa-grande. Elas podem possibilitar que os vençamos em seu próprio jogo durante certo tempo, mas nunca permitirão que provoquemos uma mudança autêntica. (LORDE, 2019, p. 126)

RESUMO

Desde os anos 2000, o governo israelense de Jerusalém Oriental começou a implementar uma série de políticas para o desenvolvimento e a integração dos espaços e da população palestina residente da cidade em meio a uma série de revoltas sociais tanto de palestinos como de israelenses. Essas políticas orientadas pela razão neoliberal para a revitalização urbana, a capacitação profissional e a promoção do empreendedorismo dos nativos palestinos representam uma contradição em relação à história de alienação, despossessão e de desenvolvimento de Jerusalém Oriental pelo poder colonial israelense para a judaização socioespacial da cidade. Em nenhum momento dessa fase de inclusão, entretanto, as medidas de exclusão foram interrompidas. Esta tese se debruça sobre a contradição entre o avanço do desenvolvimento neoliberal pelos israelenses em Jerusalém Oriental e a continuidade de políticas coloniais que alguns poderiam considerar “iliberais”. Em oposição àqueles que entendem o entrelaçamento ambivalente entre medidas coloniais e neoliberais como um paradoxo, antagonismos ou a construção de um multiculturalismo neoliberal decolonial, esta investigação argumenta que colonialismo e neoliberalismo seriam fenômenos que expressam singularidades da universalidade capitalista. A sua combinação permite a acumulação primitiva de capital ocorrer permanentemente por formas explicitamente coercitivas e baseadas na força, e também por meios progressistas e humanizados que funcionam como uma tecnologia fraudulenta de despossessão e controle dos subalternos em Jerusalém. A partir da análise das relações de raça e classe em Jerusalém, argumentamos que o neoliberalismo progressista e o urbanismo empreendedor seriam instrumentos despolitizados de pacificação dos palestinos e silenciamento da classe trabalhadora israelense. O colonialismo neoliberal representaria a síntese das contradições entre as suas tecnologias duras e suaves que permitem a reprodução das desigualdades raciais do governo colonial como resultados “naturais” das relações de mercado. A hegemonia neoliberal sobre a regulação social permite estancar as vulnerabilidades do regime colono, como na formação de um anticolonialismo neoliberal entre a resistência palestina.

Palavras-chave: Colonialismo; Neoliberalismo; Palestina/Israel; Jerusalém; Desenvolvimento.

ABSTRACT

Since the 2000s, the Israeli government of East Jerusalem began to implement a series of policies for the development and integration of its Palestinian residents and their spaces of living after social upheavals by both Palestinians and Israelis. These policies underscored by the neoliberal reason for urban revitalization, professional training and the advancement of entrepreneurship represent a contradiction to the history of alienation, dispossession and de-development of East Jerusalem by Israeli colonial power for the city socio-spatial Judaization. However, the exclusion measures were not interrupted during this inclusion phase. This thesis focuses on the contradiction between the rise of neoliberal development policies by Israeli actors in East Jerusalem and the continuity of colonial policies that some might consider "illiberal". In opposition to those who understand this ambivalent entanglement between colonial and neoliberal measures as a paradox, antagonistic or the construction of decolonial neoliberal multiculturalism, this investigation argues that colonialism and neoliberalism are phenomena that express singularities of capitalist universality. Their combination allows the primitive accumulation of capital to occur permanently by explicitly coercive and force-based forms, and also by progressive and humanized means that function as a fraudulent technology for the dispossession and control of subalterns in Jerusalem. Based on the analysis of race and class relations in Jerusalem, we argue that progressive neoliberalism and entrepreneurial urbanism would be depoliticized instruments of pacifying Palestinians and silencing working-class Israelis. Neoliberal colonialism is the synthesis of the contradictions between its hard and soft technologies that allow the reproduction of the colonial government and its racial inequalities as "natural" results of market relations. The neoliberal hegemony over the settler colonial regime social regulation allows the reduction of its vulnerabilities, as in the formation of a neoliberal anti-colonialism in the Palestinian resistance.

Keywords: Settler colonialism; Neoliberalism; Palestine/Israel; Jerusalem; Development.

RESUMEN

Desde la década de 2000, el gobierno israelí de Jerusalén Este ha comenzado a implementar una serie de políticas para el desarrollo y la integración de los espacios y la población palestina residente de la ciudad en medio de una serie de trastornos sociales tanto por parte de palestinos como de israelíes. Estas políticas guiadas por la razón neoliberal para la revitalización urbana, la formación profesional y la promoción del espíritu empresarial de los palestinos nativos representan una contradicción en relación con la historia de alienación, despojo y des-desarrollo de Jerusalén Este por parte del poder colonial israelí para la judaización socioespacial de la ciudad. Sin embargo, en ningún momento de esta fase de inclusión se interrumpieron las medidas de exclusión. Esta tesis se centra en la contradicción entre el avance del desarrollo neoliberal por parte de los israelíes en Jerusalén Este y la continuidad de las políticas coloniales que algunos podrían considerar "antiliberales". En oposición a quienes entienden el entrelazamiento ambivalente entre medidas coloniales y neoliberales como una paradoja, antagónica o la construcción de un multiculturalismo neoliberal decolonial, esta investigación sostiene que el colonialismo y el neoliberalismo colonialismo y neoliberalismo serían fenómenos que expresan singularidades de la universalidad capitalista. Su combinación permite que la acumulación primitiva de capital se produzca de forma permanente mediante formas explícitamente coercitivas y basadas en la fuerza, y también por medios progresivos y humanizados que funcionan como una tecnología fraudulenta para el despojo y control de los subordinados en Jerusalén. Basándonos en el análisis de las relaciones raciales y de clase en Jerusalén, argumentamos que el neoliberalismo progresista y el urbanismo empresarial serían instrumentos despolitizados para pacificar a los palestinos y silenciar a la clase trabajadora israelí. El colonialismo neoliberal representaría la síntesis de las contradicciones entre sus tecnologías duras y blandas que permiten la reproducción de las desigualdades raciales del gobierno colonial como resultados "naturales" de las relaciones de mercado. La hegemonía neoliberal sobre la regulación social permite acabar con las vulnerabilidades del régimen colono, como en la formación del anticolonialismo neoliberal entre la resistencia palestina.

Palabras llave: Colonialismo; Neoliberalismo; Palestina / Israel; Jerusalén; Desarrollo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 — As principais divisões geopolíticas de Palestina/Israel atualmente	13
FIGURA 2 — As diversas fronteiras e usos socioespaciais na “Grande Jerusalém” sob a ocupação colonial de Israel	14
FIGURA 3 — Os assentamentos israelenses erguidos na região central de Jerusalém Oriental, incluindo a Cidade Velha e a Bacia Histórica	15
FIGURA 4 — A evolução histórica das fronteiras do município de Jerusalém em três momentos: o Mandato Britânico, a separação entre Israel e Jordânia, e a anexação israelense	160
FIGURA 5 — Quatro momentos de Jerusalém Oriental que demonstram o avanço da colonização por povoamento israelense	161
FIGURA 6 — O trajeto da primeira linha de VLT em Jerusalém	177
FIGURA 7 — A Bacia Histórica de Jerusalém onde a atividade colonial israelense está sinalizada nos pontos em azul. Destaque para a “Floresta da Paz” e para Wadi Yasul	206

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AP	Autoridade Palestina
BDS	Boicote, Desinvestimentos e Sanções
BIA	Bureau of Indian Affairs
BLM	Black Lives Matter
BM	Banco Mundial
COI	Comitê Olímpico Internacional
EAU	Emirados Árabes Unidos
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNJ	Fundo Nacional Judaico
IPCRI	Israel/Palestine Center for Research and Information
JDA	Jerusalem Development Company
JDC	American Jewish Joint Distribution Committee
JF	Jerusalem Foundation
JTC	Jerusalem Tourism Cluster
MAS	Palestine Economic Policy Research Institute
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OLP	Organização pela Libertação da Palestina
ONGs	Organizações não-governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PASSIA	Palestinian Academic Society for the Study of International Affairs
PIP	Palestinian Internship Program
SOAS	School of Oriental and African Studies
STEAM	Science, Technology, Engineering, Arts and Math\
TI	Técnico de Informática
TPO	Territórios Palestinos Ocupados de Cisjordânia e Faixa de Gaza
UE	União Europeia
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
VLT	Veículo Leve sobre Trilhos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 A COLONIZAÇÃO NEOLIBERAL DE JERUSALÉM APÓS OSLO	20
1.2 COLONIZAÇÃO E PACIFICAÇÃO EM PALESTINA/ISRAEL: O NEXO SEGURANÇA-DESENVOLVIMENTO	25
1.3 COLONIALISMO E NEOLIBERALISMO EM PALESTINA/ISRAEL E JERUSALÉM	29
1.3 METODOLOGIA	34
1.4 ESTRUTURA DA TESE.....	37
2 COLONIALISMOS, LIBERALISMOS E CAPITALISMO	42
2.1 INTERPRETAÇÕES DA QUESTÃO COLONIAL: FORJANDO UMA ABORDAGEM HETERODOXA.....	42
2.1.1 Liberalismo, colonialismo, racismo e capitalismo	45
2.2 A ECONOMIA POLÍTICA DO COLONIALISMO POR POVOAMENTO: COLONOS, TERRA E TRABALHO	54
2.2.1 As dicotomias terra-trabalho e exploração-eliminação na colonização por povoamento.....	60
2.2.2 O colonialismo por povoamento como acumulação por despossessão	66
2.3 RACISMO E CAPITALISMO: A FEIÇÃO SUAVE DA DESPOSSESSÃO COLONIAL	68
2.3.1 “Paternalismo tecnocrático”: o desenvolvimento nativo nas pacificações liberais	74
2.3.2 O “silenciamento colono”, resistência e emancipação decolonial	83
2.4 A FORMAÇÃO DO GOVERNO COLONIAL DA DIFERENÇA RACIAL EM PALESTINA/ISRAEL: CLASSE, TERRA E TRABALHO	87
2.4.1 Classe e raça no processo de colonização por povoamento sionista da Palestina até a criação do Estado de Israel (1890-1949)	89
2.4.2 As contradições do colonialismo israelense e a pacificação liberal dos palestinos em Israel e nos TPO (1949-87)	93
3 NEOLIBERALISMO, COLONIALISMO E CIDADES.....	98
3.1 AS DUAS FACES DO COLONIALISMO NEOLIBERAL: DESPOSSESSÃO, ADMINISTRAÇÃO E A “CENOURA” EMPREENDEDORA.....	99
3.1.1 O governo neoliberal progressista: a administração das liberdades	107
3.1.2 O imperialismo brando: desenvolvimento neoliberal e empreendedorismo popular na pacificação do Sul.....	112
3.2 O SIONISMO NEOLIBERAL E A NEOLIBERALIZAÇÃO DA PALESTINA (1967 – 2020)	119
3.3 COLONIALISMO E URBANISMO NO NEOLIBERALISMO	127
3.2.1 O urbanismo empreendedor: despossessão, cidade empresa e conflito social	129
3.2.2 Os conflitos sociais em cidade colonas sob a hegemonia neoliberal	135
3.2.3 A pacificação empreendedora dos precariados urbanos	140
3.4 RESISTÊNCIAS DIANTE DAS AMBIVALÊNCIAS DO GOVERNO COLONIAL-NEOLIBERAL	145
4 MÚLTIPLAS FRONTEIRAS: CONFLITO, RAÇA E CLASSE NA CRISE DO APARTHEID NEOLIBERAL DE JERUSALÉM	150
4.1 APARTHEID NEOLIBERAL: SEGREGAÇÃO, DEPENDÊNCIA E CONFLITO	154
4.2 ECONOMIA POLÍTICA DA COLONIZAÇÃO E DA RESISTÊNCIA EM JERUSALÉM NO SÉCULO XX	158
4.2.1 A colonização israelense de Jerusalém Oriental a partir de 1967	163
4.2.2 Sobrevivência e resistência palestina em Jerusalém Oriental a partir de 1967	167
4.3 CRISE E O URBANISMO EMPREENDEDOR EM JERUSALÉM PÓS-OSLO	172
4.4 AS CONTRADIÇÕES DO APARTHEID NEOLIBERAL E CRISE ENTRE ISRAELENSES E PALESTINOS: TERRA, TRABALHO E CLASSE EM JERUSALÉM.....	179

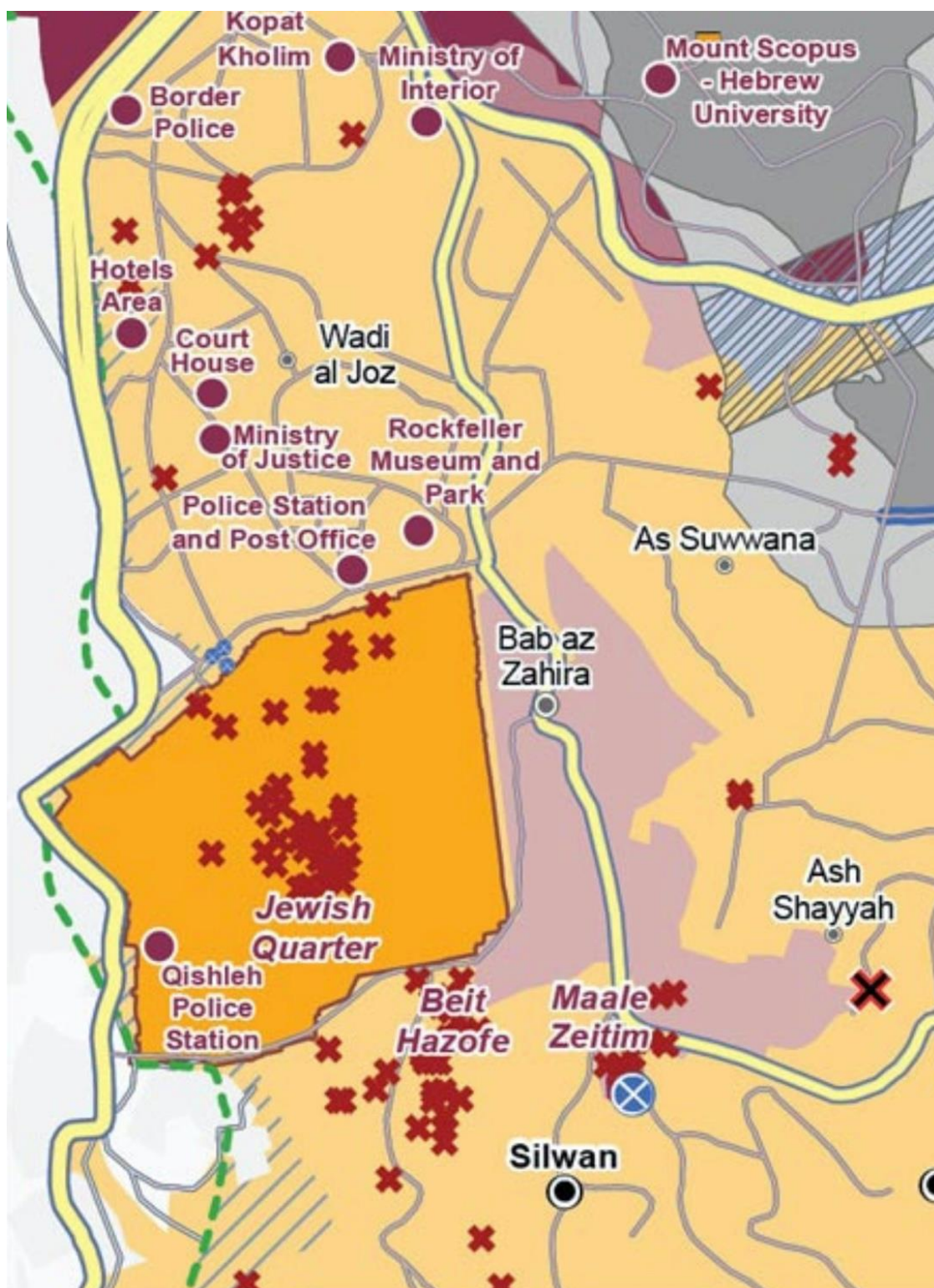
4.4.1 A solidez estrutural do colonialismo neoliberal: a importância do governo da diferença racial para a ordem e a acumulação neoliberais.....	190
4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	193
5 NEOLIBERALISMO NA FRONTEIRA COLONIAL DE JERUSALÉM: TURISMO, ALTA TECNOLOGIA E O ATIVISMO EMPREENDEDOR COLONO	194
5.1 A HEGEMONIA DO SIONISMO NEOLIBERAL EM ISRAEL	199
5.1.1 A razão neoliberal como fundamento material e subjetivo do colonialismo israelense.....	203
5.2 O URBANISMO EMPREENDEDOR AVANÇA A COLONIZAÇÃO ULTRANACIONALISTA: O CASO DA ELAD EM JERUSALÉM ORIENTAL	207
5.2.1 A privatização do urbanismo colonial em Jerusalém Oriental	213
5.3 KIBBUTZ HIGH TECH: ECOSISTEMA EMPREENDEDOR COMO COLONIZAÇÃO PROGRESSISTA EM JERUSALÉM OCIDENTAL	216
5.3.1 O Estado na reprodução do privilégio colono por meio do empreendedorismo.....	223
5.3.2 A fraudulenta diversidade no ecossistema empreendedor de Jerusalém	228
5.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	231
6 A ISRAELIZAÇÃO NEOLIBERAL DE JERUSALÉM ORIENTAL: INCLUSÃO, (DE-)DESENVOLVIMENTO E PACIFICAÇÃO DOS PALESTINOS.....	234
6.1 O DESENVOLVIMENTO NEOLIBERAL PROGRESSISTA COMO PACIFICAÇÃO DOS PALESTINOS NOS TPO E EM ISRAEL.....	240
6.2 A ISRAELIZAÇÃO NEOLIBERAL DE JERUSALÉM ORIENTAL NA DÉCADA DE 2010.....	250
6.3 DE-DESENVOLVIMENTO E ISRAELIZAÇÃO: CONSTRUINDO A PACIFICAÇÃO NEOLIBERAL....	259
6.4 REVITALIZAÇÃO URBANA E ZONAS INDUSTRIAIS EM JERUSALÉM ORIENTAL: GENTRIFICAÇÃO E MARGINALIZAÇÃO	268
6.5 CONCLUINDO A PACIFICAÇÃO NEOLIBERAL: CULTURA, EDUCAÇÃO E POLÍCIA	274
6.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	283
7 O ANTICOLONIALISMO NEOLIBERAL NA RESISTÊNCIA PALESTINA: TURISMO, ALTA TECNOLOGIA E O ATIVISMO EMPREENDEDOR NATIVO. 287	
7.1 A FRAGMENTAÇÃO DO ANTICOLONIALISMO NEOLIBERAL E A ECONOMIA DE RESISTÊNCIA	291
7.2 O URBANISMO EMPREENDEDOR, O DIRETO À MORADIA E OS PLANEJADORES PALESTINOS	299
7.3 EMPREENDEDORISMO, ENDIVIDAMENTO E PROLETARIZAÇÃO DAS MULHERES PALESTINAS.....	304
7.4 O EMPREENDEDORISMO TECNOLÓGICO PALESTINO EM JERUSALÉM: EMANCIPAÇÃO PELO MERCADO E A DISPUTA DOS CORAÇÕES E MENTES DA JUVENTUDE	311
7.5 AS ELITES PALESTINAS EM JERUSALÉM ORIENTAL, DESENVOLVIMENTO NEOLIBERAL E A MERCANTILIZAÇÃO DA PALESTINIDADE	320
7.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	326
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	330
REFERÊNCIAS.....	340

Figura 1 - As principais divisões geopolíticas de Palestina/Israel



Fonte: BBC, 2019.

Figura 3: Os assentamentos israelenses erguidos na região central de Jerusalém Oriental, incluindo a Cidade Velha e a Bacia Histórica



Fonte: OCHA oPt, 2019.

1 INTRODUÇÃO

O *Yom Yerushalaim*, ou o Dia de Jerusalém, é a data que os israelenses celebram a reunificação da cidade após a ocupação militar dos territórios palestinos de Cisjordânia e Faixa de Gaza em 1967, o que incluí Jerusalém Oriental. O dia também é tradicionalmente conhecido por passeatas de colonos ultranacionalistas em locais palestinos de Jerusalém Oriental, abrangendo tentativas de invasão da Esplanada das Mesquitas, o principal local sagrado muçulmano da cidade e símbolo do nacionalismo palestino, para reivindicar a reconstrução do Templo judaico no local. Gritos como “morte aos árabes” em caravanas com milhares de pessoas empunhando a bandeira israelense são comuns nessas celebrações, que já terminaram em confrontos violentos tanto entre israelenses e palestinos, como também na contenção de colonos ultranacionalistas pelas forças policiais. O *Yom Yerushalaim* de 2018 foi, possivelmente, um dos mais importante dos últimos anos, mas não pelos conflitos midiáticos. Naquele dia, o governo israelense lançou uma série de planos de desenvolvimento socioeconômico para toda a cidade, incluindo os residentes israelenses e palestinos, com o objetivo “fortalecer Jerusalém” (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2019). O plano “Reduzindo Lacunas Socioeconômicas e Desenvolvimento Econômico em Jerusalém Oriental” de 2018, elaborado pelo Ministério para Assuntos de Jerusalém em conjunto da prefeitura, é o mais abrangente projeto israelense já elaborado para os palestinos jerusalemitas e pretende promover uma “revolução” nos bairros palestinos da cidade (HASSON, 2018a).

Em execução desde 2019, o seu objetivo tem sido alterar profundamente a situação dos bairros palestinos da cidade a partir de um investimento de mais de 2 bilhões de shekels — acima de US\$ 500 milhões — até 2023 (DAGONI, 2019a). A intenção é promover uma transformação na educação palestina, revitalizar a infraestrutura urbana, expandir o emprego em tecnologia e promover o empreendedorismo por meio de programas de capacitação e linhas de microcrédito (idem). Este, entretanto, foi apenas um dos cinco pontos voltados para o “fortalecimento de Jerusalém” anunciados no mesmo dia pelas autoridades. Os outros quatro projetos foram: 350 milhões de shekels para a “Bacia da Cidade Velha” com investimentos na infraestrutura de cultura, turismo e arqueologia para expandir a marca cultural de Jerusalém; um plano para “revelar a antiga Jerusalém da época do Rei David e capital da moderna Israel” em empreendimentos da ONG de colonos Elad, no bairro palestino de Silwan; o projeto de um teleférico no centro histórico da cidade para conectar bairros e assentamentos judeus entre Jerusalém Ocidental e Oriental; e um fundo criado para encorajar os estudos e produções de cinema na cidade (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2019). Estes projetos para a

modernização, o desenvolvimento e o “fortalecimento” expressariam, em seu conjunto, a pluralidade e as contradições dos processos socioeconômicos no espaço urbano jerusalemita analisadas nesta tese, no qual, pela primeira vez, os palestinos são formalmente parte dos projetos para o desenvolvimento de Jerusalém sob a soberania de Israel. Não foi casual, inclusive, que o lançamento destes projetos tenha ocorrido após o reconhecimento de Jerusalém como a capital de Israel pelo governo Donald Trump, em dezembro de 2017, em discordância com o consenso internacional que desaprova a anexação do território palestino de Jerusalém Oriental pelos israelenses. Este, inclusive, viria a ser apenas o prelúdio de mais uma tentativa de israelenses e estadunidenses de “resolver” unilateralmente a Questão Palestina, cujo passo mais recente foi o “Acordo do Século” de 2020, que prevê a anexação formal de outras parcelas da Cisjordânia, assim como ocorrera com Jerusalém Oriental.

Embora Jerusalém seja certamente o maior símbolo tanto do nacionalismo judeu, o sionismo, como do nacionalismo palestino, a cidade conta com as maiores taxas de pobreza e desigualdade do país (KORACH; CHOSHEN, 2019), além de diversos conflitos tanto entre diferentes parcelas da população judaica — ortodoxos, religiosos e seculares — como também entre os israelenses e palestinos (DUMPER, 2014; SHALHOUB-KEVORKIAN, 2015; YACOBI, 2012). Isto é, a Jerusalém material está longe de concretizar os anseios de ser a “capital sagrada” única e indivisível de Israel e tampouco expressa a modernidade tecnológica pela qual a economia (SHLAY; ROSEN, 2015) e a sociedade israelenses tem sido caracterizadas nas últimas décadas (DAYAN, 2019). Um importante exemplo do fracasso israelense em Jerusalém tem sido a constante emigração de jovens judeus para viver em outros centros urbanos do país ou do exterior em busca de melhores oportunidades de emprego e qualidade de vida diante do ambiente conservador e conflituoso da cidade (KORACH; CHOSHEN, 2019). Além disso, Jerusalém é a cidade mais palestina sob o governo direto de Israel: aproximadamente 40% da sua população é palestina (idem). Este cenário faz, nas palavras de um burocrata de Israel, Jerusalém estar “entalada” na garganta dos israelenses (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2019). No entanto, em contraposição à tendência histórica das políticas israelenses em relação aos palestinos residentes da cidade, “desentalar” Jerusalém teria deixado de significar exclusivamente medidas que facilitassem o assentamento de judeus em territórios palestinos de Jerusalém Oriental e alienassem a população nativa com a intenção de redesenhar a composição demográfica da cidade em favor dos israelenses (MANSOUR, 2018; SHALHOUB-KEVORKIAN, 2012).

Desde os anos 2000, no período chamado de “pós-Oslo”, isto é, posterior ao processo de paz dos anos 1990 que teve como símbolo os Acordos de Oslo (1993-1995) e culminou na Segunda Intifada (2000-2006), as políticas de desenvolvimento socioeconômico para Jerusalém, caracterizadas por uma racionalidade neoliberal, já vinham incluindo informalmente uma parcela da população nativa palestina. Um exemplo foi a construção de uma linha de VLT, inaugurada em 2011, que sai de Jerusalém Ocidental, passa pela Cidade Velha, o principal ponto turístico da cidade, e também por bairros palestinos e assentamentos judeus em Jerusalém Oriental (BAUMANN, 2018; NOLTE; YACOBI, 2015). O objetivo declarado dessas medidas é o de “integração” socioespacial das parcelas Oriental e Ocidental da cidade, como também de israelenses e palestinos, de forma a construir uma nova sociabilidade multicultural, no qual os direitos de todos os residentes fossem respeitados¹, e também adaptada à globalização neoliberal (idem). Em 2014, o governo israelense lançou um pequeno projeto destinado a Jerusalém Oriental, mas que teve como foco principal as preocupações israelenses de segurança e teve a sua implementação limitada por uma grande revolta social palestina, conhecida como Intifada de Jerusalém, iniciada no mesmo ano (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2019). Um número maior de palestinos tem sido visto em locais de trabalho, espaços públicos, centros de consumo, escolas e universidades de Jerusalém Ocidental (SHTERN, 2019). Isto é, o desenvolvimento da Jerusalém israelense e da sua população judaica tem passado pelo desenvolvimento combinado e a integração de palestinos. Os planos apresentados no *Yom Yerushalaim* de 2018 significaram uma consolidação dessa tendência de modernização neoliberal de todo o tecido urbano de Jerusalém com políticas focalizadas para o desenvolvimento socioeconômico da população palestina como uma resposta às manifestações críticas de israelenses, palestinos e internacionais às condições sociais dos residentes nativos.

Todas as políticas promovidas por Israel para o “fortalecimento” de Jerusalém são orientadas por uma racionalidade neoliberal que tem subsidiado o urbanismo empreendedor como forma de tornar Jerusalém uma “cidade global” (SASSEN, 1991) que disponha das infraestruturas espaciais, jurídicas, econômicas e humanas exigidas para a localização dos capitais e trabalhadores globais e móveis (ALFASI; GANAN, 2015; KEIDAR, 2018; SHLAY; ROSEN, 2015; YACOBI, 2012). O Estado, a iniciativa privada e o Terceiro Setor israelenses têm trabalhado em conjunto na condução dessas reformas socioespaciais que façam da

¹ Os palestinos jerusalemítas não são cidadãos de Israel, mas residentes permanentes da cidade com alguns direitos, como votar nas eleições municipais, liberdade de movimento pelo território e acesso a alguns benefícios sociais, como saúde e educação (SALEM, 2018b).

sociabilidade local e da imagem global da cidade culturalmente interessante, tecnologicamente eficiente e mais segura para a atração de novos capitais, turistas e moradores para a cidade, preferencialmente judeus (idem). Muitos israelenses historicamente criticam a exclusão dos palestinos como irracional do ponto de vista econômico ao “desperdiçar” o potencial represados pela sua alienação da economia colona (NESHER, 2018).

A inclusão da população nativa nesse ciclo de desenvolvimento neoliberal israelense, principalmente por meio de iniciativas voltadas à integração ao mercado de trabalho e consumo israelense, traz à tona questões a respeito do significado dessas políticas tanto no sentido mais amplo da questão Palestina/Israel como no particular de Jerusalém. O foco nas necessidades materiais e econômicas dos jerusalemitas, longamente denunciadas pelos palestinos, vem em contraposição com as milhares de iniciativas voltadas para a “aproximar vozes” e “construir laços” entre israelenses e palestinos por meio de atividades culturais, de lazer e esporte, como um jogo de gamão, que remetem aos anos de Oslo e são normalmente rejeitadas pelos nativos como forma de normalizar as relações coloniais de desigualdade e opressão. A abordagem prioritariamente para o desenvolvimento socioeconômico dos palestinos também contrasta com as medidas anteriores protagonizadas por objetivos de segurança em Jerusalém Oriental (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2019). Mas a principal contradição verifica-se na incessante continuidade, fortalecida na eleição de Trump em 2016 (COOK, 2019), do histórico processo de alienação da população palestina de Jerusalém Oriental por meio da expulsão forçada, revogação do direito de residência, demolição de casas, confisco de propriedades, construção de assentamentos, empobrecimento, fiscalização abusiva, vigilância ostensiva e repressão violenta de revoltas sociais (ALKHALILI, 2017; MANSOUR, 2018; SHALHOUB-KEVORKIAN, 2015). Isto é, as antigas características coercitivas, arbitrárias e “iliberais” do processo de colonização israelense de Jerusalém (HUBERMAN, 2014), não foram interrompidas para permitir que as novas medidas de desenvolvimento pudessem ser executadas de forma desimpedida. As iniciativas israelenses de inclusão e exclusão dos palestinos em Jerusalém Oriental, portanto, coexistiriam.

Logo, há uma crescente contradição entre as medidas duras e suaves dos atores israelenses em relação aos palestinos diante da acentuada neoliberalização em curso em Jerusalém, resultando no crescimento das ambivalências características da vida palestina em Jerusalém Oriental sob a soberania colonial civil militar israelense (SALEM, 2018b; SHLOMO, 2016). Os palestinos jerusalemitas sempre estiveram num regime de inclusão

exclusiva/exclusão inclusiva pela sua localização fronteiriça entre a cidadania israelense num Estado de direito na jurisdição formal de Israel e a sujeição colonial numa ocupação militar sob lei de emergência do restante da Cisjordânia (idem). Embora o status jurídico da subalternidade dos palestinos em Jerusalém não esteja sendo objeto de alteração pelos poderes coloniais de Israel, a sua reprodução social tem sido alvo de um maior controle e investimento pelo regime colono israelense como parte de seus planos de desenvolvimento neoliberal de Jerusalém.

Apesar de importantes críticas de diversos setores da sociedade palestina a essas medidas mais inclusivas, há apoio e colaboração de indivíduos, grupos e organizações palestinas em Jerusalém Oriental a estas políticas desenvolvimento. Muitos palestinos e israelenses não veem as medidas econômicas de desenvolvimento neoliberal e as decisões políticas de despossessão colonial com frutos de uma mesma lógica e modo de governo, mas setores distintos que concorrem na conformação das políticas concretas. Diversos atores palestinos, em sua maioria de classe média e alta, têm adotado o empreendedorismo como formas de lutar contra o racismo colonial e pelo cumprimento de seus direitos na sociedade israelense de forma voluntária ou por incentivos de instituições e organizações internacionais ou palestinas da Cisjordânia. Ou seja, o neoliberalismo não teria somente um efeito sobre uma série de políticas socioeconômicas tomadas pelo Estado e os atores privados, como na conformação das subjetividades dos sujeitos envolvidos nas disputas coloniais daquele território, moldando, inclusive, formas de resistência anticoloniais (SALEM, 2018b). Consequentemente, se produziria uma sociabilidade complexa no qual os interesses e objetivos de colonizadores e colonizados se entrelaçariam na formação de armadilhas e fraudes características de um processo colonial (SARTRE, 2005).

Logo, a questão que orienta a investigação desta tese é a seguinte: **como interpretar as contradições e ambivalências resultantes do modo de governo israelense de Jerusalém que combina o avanço de políticas de desenvolvimento neoliberal marcadas por uma razão empresarial para modernizar e integrar os espaços e residentes palestinos da cidade com a continuidade de políticas tradicionalmente coloniais, racistas e supostamente “iliberais” de despossessão, segregação e precarização da população nativa?**

1.1 A colonização neoliberal de Jerusalém após Oslo

Nesta tese, nós almejamos compreender como as dinâmicas estruturais do colonialismo por povoamento israelense se entrelaçam com os fluxos transnacionais do capitalismo

neoliberal na formação dos modos de governo, conflitos e resistências em Jerusalém. Nós temos o objetivo de compreender como a racionalidade neoliberal e a forma empresarial (DARDOT; LAVAL, 2016) constituem diversas contradições e ambivalência que informam as práticas e subjetividades dos atores no conflito colonial em Palestina/Israel. Dessa forma, nós pretendemos compreender como o fenômeno que denominamos colonialismo neoliberal opera particularmente na cidade Jerusalém, mas sempre em relação a processos nacionais e transnacionais. Embora o foco de análise seja Jerusalém Oriental e os palestinos, é importante ressaltar que iremos abordar Jerusalém como um espaço único no qual os poderes colonial e neoliberal agem de forma combinada, mas diferenciada nos locais israelenses e palestinos. Isto é, nós partimos do pressuposto de que o colonialismo não seria uma forma de poder direcionada somente aos palestinos e a neoliberal aos israelenses. Portanto, a dicotomia colonial e as relações dialéticas entre israelenses e palestinos são o principal eixo de análise, mas não o único. Enxergar o colonialismo neoliberal como um fenômeno que espolia de forma diferenciada grupos sociais específicos, como as burguesias palestinas e também parcelas subalternas da sociedade israelense, como os trabalhadores judeus israelenses *mizrahim* e etíopes, é uma forma de abordar a economia política das relações concretas em Jerusalém a partir das complexidades resultantes das diversas articulações de raça e classe no território. Abordar estas diversas fraturas e estratificações sociais que compõe o tecido socioespacial de Jerusalém é fundamental para compreender o significado da “inclusão” dos palestinos na cidade, pois essa movimentação deve ser entendida de forma relacional dentro das estruturas coloniais abrangentes.

Logo, um ponto central de análise será também as disputas e ações entre diferentes classes colonas em relação ao Estado de Israel e os palestinos. A forma como parcelas da sociedade colona entendem a sua luta por liberdade, dignidade e bem-estar é determinante para compreender a forma como o poder estatal colono atua em relação aos palestinos e também como o Estado interfere na reprodução social da população nativa. O mesmo vale para a agência dos diferentes grupos e classes palestinas em Jerusalém, que não agem como um bloco único, mas são atravessados por diferenças de classe, espaço e ideologia. Por essa razão, buscamos intermediar a racionalidade dos formuladores das políticas e dos tomadores de decisão nas esferas do Estado e das instituições internacionais com aqueles atores que executam estas ações na prática e, dialeticamente, com a agência dos sujeitos que são o “público-alvo” destas políticas. As práticas dos atores no território são informadas tanto pelas condições materiais encontradas na realidade como por construções subjetivas que interferem nos atos cotidianos de colonização e resistência no espaço urbano que move lentamente as estruturas históricas das

contradições e conflitos entre israelenses e palestinos. Por isso, abordamos em particular a reprodução social dos sujeitos e objetivamos compreender as formas cotidianas que estes encontram para sobreviver, fazer a vida, trabalhar, estudar, organizar-se politicamente, militar e ascender socialmente em meio aos processos de colonização e neoliberalização que ocorrem diariamente, não apenas em momentos espetaculares de crise e revolta.

O período principal de análise é o posterior a Oslo e a Segunda Intifada, particularmente a gestão do israelense Nir Barkat como prefeito (2008-2018), responsável por avançar a neoliberalização do desenvolvimento socioeconômico na gestão do espaço urbano de Jerusalém, assim como pelas primeiras iniciativas de integração dos palestinos e de Jerusalém Oriental nos planos colonos para o município após Oslo. Além disso, sempre abordamos o presente a partir de uma leitura da história da economia política do processo colonial por meio da teoria do colonialismo por povoamento, que entende a colonização como um fenômeno estrutural e ininterrupto (WOLFE, 2006). Dessa forma, pretendemos identificar os atores estatais e não estatais, assim como as suas conexões locais e transnacionais, e racionalidades construídas pela interação entre os fenômenos colonial e neoliberal. Nós buscamos trazer ao centro da análise diferentes formas de como articulam-se as dinâmicas de terra e trabalho, classe e raça, subjetividade e prática, luta e resistência na condução da conduta dos atores da colonização neoliberal em Jerusalém. A partir da análise das contradições e conflitos que movem a história colonial entre israelenses e palestinos na cidade, nós desejamos ainda revelar a sua localidade nas dinâmicas globais do capitalismo, do imperialismo e do racismo.

A nossa hipótese central é a de que o desenvolvimento neoliberal estaria permitindo a reprodução no presente das hierarquias raciais, dos privilégios dos colonos e da pacificação dos nativos características do colonialismo de povoamento de forma elusiva, fraudulenta e despolitizada por meio de tecnologias suaves, humanizadas e progressistas como se fossem resultados naturais das decisões dos sujeitos no mercado. Isto é, as dinâmicas das desposseções coloniais e do governo da diferença racial se camuflariam em esforços de revitalização urbana, construção de infraestruturas viárias, centros culturais e ecossistemas tecnológicos, além de programas de capacitação tecnológica e de linhas de microcrédito à atividade empreendedora. O resultado seria a formação de uma nova sociabilidade colonial-neoliberal mais inclusiva e multicultural capaz de cooptar a agenda e os esforços dos explorados e oprimidos por meio de práticas que Nancy Fraser (2017) chama de “neoliberalismo progressista”, ou seja, o avanço de pautas progressistas por meio de relações do mercado para tornar o capitalismo mais “humano”.

Destacamos, inclusive, o papel desempenhado pelas instituições internacionais e os atores transnacionais da “sociedade civil global” como os principais fiadores e financiadores deste “imperialismo brando” (DAVIS, 2006).

Nós entendemos que estes instrumentos neoliberais de reprodução espacial e desenvolvimento seriam utilizados pelas classes dominantes israelenses como modos não convencionais de engajamento na guerra colonial por acumulação e por construção de uma ordem pacificada para a conquista dos “corações e mentes” de palestinos e israelenses espoliados pelo neoliberalismo e o colonialismo. Tanto o colonialismo liberal como o neoliberalismo contemporâneo seriam processos focados, além da despossessão, na *administração* dos territórios, das populações e dos recursos por meio de tecnologias suaves que, combinadas com a coercitivas, constroem e mantêm uma boa ordem “aberta”, *market-friendly* e resiliente às instabilidades e crises cíclicas do colonialismo e do neoliberalismo (DARDOT; LAVAL, 2016; KHALILI, 2012; NEOCLEOUS, 2011). O avanço das espoliações neoliberais sobre as classes trabalhadoras e médias palestinas e israelenses poderia possibilitar, ao menos em teoria, a formação de um movimento capaz de promover a descolonização e a emancipação de todos os explorados e oprimidos em Palestina/Israel a partir de uma pressão econômica sobre as classes dominantes que dependem da espoliação dos subalternos nativos e colonos. Esta seria uma importante vulnerabilidade do *apartheid neoliberal* em Jerusalém.

Contudo, os diversos dispositivos de desenvolvimento neoliberal estariam sendo utilizados enquanto formas de contrarrevolução preventiva e permanente que tem como objetivo manter o governo da diferença racial característicos dos colonialismos e promover a pacificação das classes subalternas por formas suaves, elusivas e eficientes. O racismo colonial e a construção de privilégios às populações judaicas tem sido historicamente uma forma de cindir os explorados e oprimidos em Palestina/Israel e permitir a manutenção do capitalismo colonial no território (ENGLERT, 2017; HANIEH, 2003; SHAFIR, 1996; WOLFE, 2016). A colonização israelense da Palestina teria passado de uma baseada no *welfare* para uma regulada por meio do *workfare*, na qual regulação social de israelenses e palestinos teria transitado de uma fundamentada na concessão de benefícios sociais e trabalho assalariado pelo Estado para a capacitação profissional empreendedora por ONGs e a iniciativa privada. Este “recuo” do Estado neoliberal israelense seria conveniente para despolitizar a colonização e manter as classes trabalhadoras e grupos étnicos subalternos israelenses como parte do bloco histórico dominante diante da ascensão do sionismo neoliberal como força dominante no país.

Seria central ainda neste processo a proliferação da forma empresarial como uma racionalidade neoliberal das práticas e subjetividades dos sujeitos na condução das suas próprias condutas, das políticas de governo e de organizações da sociedade civil. Utilizamos o entendimento de Laval & Dardot (2016) da forma empresarial como parte central da racionalidade neoliberal que serve enquanto uma forma de governamentalidade dos sujeitos por meio do exercício da sua liberdade no neoliberalismo. Além disso, Harvey (2005) identifica o empreendedorismo como elemento importante para compreender a reprodução espacial urbana no neoliberalismo. Outros autores apontam para a figura do empreendedor de si mesmo como a forma de compreender o avanço da precarização das formas de trabalho contemporâneo resultante do avanço das reformas neoliberais, da financeirização e digitalização do capitalismo de vigilância e de plataforma (BRAGA, 2017; FILGUEIRAS; ANTUNES, 2020; ZUBOFF, 2019). Um resultado dessas manifestações da forma empresarial do neoliberalismo seria a figura do ativista-empresendedor como ator central da política contemporânea em Jerusalém, tanto entre israelenses como palestinos. Estes sujeitos neoliberais veriam a sua atuação empreendedora no mercado concorrencial como uma forma de exercer as suas liberdades individuais independentemente das estruturas coloniais como uma *práxis* capaz de gerar transformações sociais desde baixo que tragam benefícios econômicos verdadeiros por meio da adaptação à ordem hegemônica para além das utopias de paz e liberdade nunca realizadas pelos atores estatais e diplomáticos. Um resultante importante seria a ascensão de um anticolonialismo neoliberal como forma de resistência pragmática e “racional” dos palestinos em Jerusalém. Dessa forma, pretendemos trazer a questão da resistência palestina e os efeitos do neoliberalismo sobre esta para o foco da análise e não apenas como considerações finais do estudo a respeito das formas de opressão e subjugação do colonialismo e do capitalismo.

Logo, analisamos como o colonialismo neoliberal é desempenhado tanto de forma explicitamente coercitiva, quando, por exemplo, justifica a expulsão de palestinos de suas casas para dar lugar a um novo empreendimento imobiliário de natureza colonial e neoliberal, como também surge de forma elusiva, com o objetivo de construir um consentimento entre os explorados e oprimidos a partir de políticas de empoderamento por meio da capacitação empreendedora. Nós abordamos o entendimento separado que muitos atores têm a respeito das políticas de desenvolvimento neoliberal e opressão colonial como meio de compreender o motivo do colonialismo avançar impunemente por meio das relações de mercado a olhos vistos. Nós pretendemos demonstrar que, apesar das suas importantes particularidades, o colonialismo neoliberal não seria exclusivo para compreender a realidade de Palestina/Israel, mas seria parte

das dinâmicas universais do capitalismo e da história dos colonialismos em diversas geografias do mundo. Nós trabalhamos com a hipótese de que o neoliberalismo e o colonialismo seriam fenômenos que partilham de uma mesma lógica capitalista de acumulação por espoliação (HARVEY, 2004) a partir de clivagens de classe-raça para acumular em benefício das classes dominantes. Isto é, os conflitos e as contradições do colonialismo neoliberal em Jerusalém expressariam dialeticamente as universalidades do capitalismo, as singularidades do colonialismo e as particularidades das dinâmicas históricas de Palestina/Israel. O empreendedorismo, como racionalidade informadora do desenvolvimento individual, comunitário, urbano e nacional em Jerusalém, estaria permitindo diferentes modos de espoliação reproduzirem a hierarquia racial entre israelenses e palestinos. Ao cabo, tudo mudaria para permanecer como está. Dessa forma, almejamos contribuir para revelar a raiz colonial e pacificadora das políticas de desenvolvimento econômico destinadas aos palestinos e que ainda possuem importante legitimidade local e global.

Ao argumentar que o sentido da inclusão dos palestinos seria uma adaptação destes às demandas das classes dominantes israelenses e do capital transnacional, almejamos contribuir para reflexões a respeito das estratégias e táticas de resistência dos palestinos diante das ambivalências que o neoliberalismo progressista representa para a luta por emancipação. Além disso, almejamos contribuir para três corpos de literatura principais: a bibliografia crítica sobre os conflitos, divisões e disputas socioespaciais em Jerusalém, particularmente aquela interessada na perspectiva colonial; a literatura sobre a economia política dos processos de colonização, especialmente a relacionada à teoria contemporânea do colonialismo por povoamento — *settler colonialism*; e os autores que tem discutido as ambivalências e contradições entre colonialismo e neoliberalismo para compreender os desafios contemporâneos da questão Palestina/Israel no contexto da crescente presença de instituições, corporações e ONGs transnacionais desde os anos de Oslo. Ademais, pretendemos colaborar com os campos de estudos das Relações Internacionais e de Palestina/Israel no Brasil, ainda limitados em trazer a crítica ao colonialismo, ao racismo e ao capitalismo como foco do debate.

1.2 Colonização e pacificação em Palestina/Israel: o nexos segurança-desenvolvimento

Esta tese, em princípio, era para ser outra. A investigação que originalmente apresentei, em 2015, ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas para ingressar no Doutorado versava sobre a economia política da internacionalização das técnicas e tecnologias de controle israelenses inicialmente elaboradas para colonizar e controlar a terra

e o povo palestinos. A pesquisa pretendia analisar, em particular, a importação de armas e demais mercadorias militares e de segurança israelenses ao Brasil no contexto em que o país realizava diversos megaeventos internacionais e estava envolvido em diferentes operações de pacificação em território nacional e internacional. Portanto, essa era uma inquietação bastante própria ao seu tempo, assim como fruto das primeiras investigações que surgiam à época (HALPER, 2015) e também das indagações que haviam se mantido ao término da dissertação de mestrado concluída no mesmo programa (HUBERMAN, 2014).

Nessa pesquisa anterior, havia me colocado a tarefa de analisar a história dos assentamentos judeus nos territórios palestinos. No entanto, a investigação que tinha como princípio entender o fenômeno da “judaização” acabou envolvendo também o seu processo dialético de “desarabização”, isto é, a desapropriação de habitantes árabe-palestinos da sua terra para o controle da população nativa sobressalente. A tentativa de compreender a racionalidade da burocracia de governo colonial israelense da vida dos palestinos a partir de paradigmas liberais weberianos me levou à conclusão de que a ocupação militar dos TPO seria, na realidade, um modo de governo colonial “iliberal”. Isto é, o uso arbitrário da força e da lei na violação de diversos direitos humanos fariam da presença israelense nos territórios palestinos ilegítima e injustificável na ordem internacional liberal. Logo, no projeto de doutorado, me interessava como o deslocamento de alguns elementos deste modo de governo “iliberal” para o território brasileiro por meio da exportação de tecnologias militares, que se tornaram um negócio altamente lucrativo aos israelenses, pudesse permitir uma aproximação entre as formas de controle e expulsão dos subalternos na Palestina e no Brasil.

No entanto, alguns desdobramentos dos primeiros anos de pesquisas alteraram o objeto central de análise da tese. Em primeiro lugar, o contato com a teoria contemporânea de colonialismo por povoamento desenvolvida por Patrick Wolfe (1999) e a sua aplicação para o contexto de Palestina/Israel trazia possibilidades analíticas novas para a exploração do fenômeno colonial de forma mais aprofundada e complexa do que havia feito de forma bastante artesanal na dissertação de mestrado. Em segundo lugar, o conceito de pacificação de Mark Neocleous (2011) trazia uma compreensão para o uso racionalizado da força no capitalismo a partir de exemplos coloniais me chamou atenção para a dimensão construtiva, desenvolvimentista e mercadológica da fabricação de uma ordem social segura. As minhas experiências na Palestina e no Brasil me davam a percepção de que as realidades e a vida cotidiana entre um território entendido sob colonização “iliberal” e outro classificado como

uma democracia liberal não seriam, na realidade, tão distantes assim. Logo, não seria a viagem das armas que faria do Brasil um contexto possível de ser aproximado da Palestina, mas o contrário: as semelhanças entre Brasil e Palestina como territórios submetidos a processos de colonização por povoamento permanentes e estruturados racialmente no interior da universalidade capitalista facilitariam o deslocamento das armas. Estes primeiros resultados foram publicados no artigo escrito com o meu orientador, Prof. Dr. Reginaldo Nasser: *Pacification, Capital Accumulation, and Resistance in Settler Colonial Cities: The Cases of Jerusalem and Rio de Janeiro* (2019).

Retirar a Palestina de sua particularidade e aproximar da realidade brasileira me levou a buscar os elementos nas periferias urbanas brasileiras que ajudassem a enxergar as formas pelas quais as populações racialmente subalternas destas espacialidades do Sul Global são continuamente espoliadas e pacificadas. Eu tinha conhecimento que no Brasil dos anos PT, quando o neoliberalismo progressista foi combinado com uma agenda neo-desenvolvimentista (CASTELO, 2013), a UPP Social e os programas de empreendedorismo de ONGs foram políticas complementares e fundamentais ao avanço do policiamento ostensivo e da vigilância para a pacificação e a expansão das relações de mercado nas favelas do Rio de Janeiro (ARANTES, 2015; BOTELHO, 2013; TOMMASI; VELAZCO, 2016). Se o Rio de Janeiro não é tão diferente de Jerusalém, por que a coerção, as armas, os muros, as câmeras e os blindados devem sempre ser os objetos preferenciais de análise para abordar a questão colonial em Palestina/Israel? O meu convívio com os palestinos me ensinava que não eram apenas os soldados, os checkpoints e as prisões que impediam a descolonização e a libertação daquele povo. Estas eram e continuam ser razões fundamentais, mas não as únicas. Se a força da arma de um soldado israelense que mata impunemente um jovem palestino ferido no chão revela a natureza colonial e racista da presença israelense na Palestina (EASTWOOD, 2019), a abertura de uma startup por uma jovem mulher palestina com o aporte de um investidor israelense depois de estudar em universidades em Tel Aviv (WEF, 2020) poderia contribuir para esconder este mesmo colonialismo. Ver o primeiro como a parcela “iliberal” e o segundo como a “liberal”, como havia feito na minha dissertação de mestrado, não contribui para desmascarar a raiz colonial, mas reforça a divisão entre uma parcela legítima e liberal e outra ilegítima e iliberal. Portanto, em certo sentido, esta tese tem a minha própria obra como literatura que pretendo criticar o seu enquadramento limitado para a compreensão das formas de governo e resistência da colonização israelense da Palestina.

Neocleous (2011, 2017) é um autor que se utiliza de diferentes experiências de pacificações coloniais para criticar as políticas de segurança que se tornaram uma obsessão na política contemporânea. Muitos autores já apontaram para o caráter farsesco das preocupações de segurança de Israel como modos de ocultar as suas ansiedades e objetivos coloniais, assim como de acumular capital a partir da mercantilização das táticas e tecnologias historicamente desenvolvidas para expropriar, separar, confinar e controlar a população nativa palestina (CLARNO, 2017; HALPER, 2015; KHALILI, 2012). Nós aqui desejamos fazer um trabalho semelhante, no mesmo registro da pacificação, mas com um olhar mais dedicado a examinar a farsa das políticas de desenvolvimento social e econômico elaboradas para pacificar as populações colonizadas em concordância com a literatura que tem apontado para as limitações do desenvolvimento neoliberal para a libertação dos palestinos nos TPO (DANA, 2015; HADDAD, 2016; HANIEH, 2016; KHALIDI; SAMOUR, 2011). O desenvolvimento neoliberal ainda possui grande legitimidade entre palestinos, israelenses e atores internacionais por ser classificado como a única alternativa possível e “racional” de libertação diante da “ilegítima” violência revolucionária anticolonial que caracteriza historicamente a resistência palestina. Isto é, examinamos aqui a outra variável do nexo segurança-desenvolvimento que passou a orientar muitas políticas nacionais e internacionais no mundo neoliberal pós-Guerra Fria (DUFFIELD, 2014), cuja origem são as intervenções coloniais para domesticar populações colonizadas e expandir relações socioespaciais adaptadas ao mercado global.

Embora a colonização seja um fenômeno historicamente caracterizado pelo uso da coerção ostensiva na exploração forçada do trabalho de populações racialmente subalternizadas e na expulsão violenta de populações indígenas, também é um modo de acumulação pela despossessão que se utiliza de tecnologias mais suaves, inclusivas e (neo)liberais de pacificação e despossessão (COULTHARD, 2014; KHALILI, 2012). Políticas de inclusão por meio do empreendedorismo e do empoderamento para a construção de uma sociedade multicultural no neoliberalismo podem não ser esforços que necessariamente operam em benefício daquele que está sendo incluído, mas podem significar os interesses daqueles que estão financiando e construindo os espaços e meio dessa inclusão ocorrer (FRASER, 2017; MELAMED, 2011). A violência ocorre não somente em processos de exclusão, como também de inclusão, como revela a lógica de acumulação primitiva do capital. Em concordância com Neocleous (2011) e Coulthard (2014), localizamos o debate sobre desenvolvimento e pacificação dentro da permanência do processo de acumulação primitiva do capital, no qual não há somente a despossessão dos produtores diretos para a mercantilização dos meios de produção, mas

também a sua inclusão no mercado e o seu governo por meio de mecanismos coercitivos e persuasivos para a construção de uma ordem social estável, produtiva e pacificada.

1.3 Colonialismo e neoliberalismo em Palestina/Israel e Jerusalém

A teoria do colonialismo por povoamento tem se consolidado como uma abordagem conceitual mais apropriada para compreender as relações sociais historicamente e contemporaneamente em Palestina/Israel (BHANDAR; ZIADAH, 2016; SALAMANCA et al., 2012; WOLFE, 2006). Este paradigma aponta para a permanência de uma lógica de expulsão dos palestinos de suas terras e da expropriação pelos israelenses para o assentamento de populações colonas judaicas. A lógica colonial de despossessão informaria estruturalmente as relações entre os israelenses e palestinos para além dos paradigmas de conflitos entre dois nacionalismos equivalentes que predomina nas análises das Relações Internacionais. Para uma abordagem mais apropriada, seria importante entender o conflito como um colonial e os nacionalismos como de natureza distintas: enquanto o sionismo seria essencialmente colonial, o nacionalismo palestino seria um anticolonial (HAWARI; PLONSKI; WEIZMAN, 2019). As concepções estruturais, permanente, holística e eliminatória que a teoria do colonialismo por povoamento tem o processo colonial, de forma geral, concorda com as percepções de muitos palestinos que veem o seu presente como parte de um *continuum* histórico de expropriação, expulsão e violência na qual todos os israelenses são entendidos como colonizadores (BARAKAT, 2018; SALAMANCA et al., 2012).

Apesar da centralidade da despossessão espacial para os processos de colonização por povoamento, que inclui ainda os casos dos EUA, Canadá, Austrália, África do Sul e Brasil, muitos autores críticos, incluindo indígenas, tem apontado para a importância de outras formas de despossessão colonial no entrelaçamento com outros projetos capitalistas e (neo)liberais, como a exploração do trabalho, o reconhecimento multicultural e a inclusão financeira, na construção de uma governamentalidade colona (COULTHARD, 2014; ENGLERT, 2017; SIMPSON, 2017; TATOUR, 2016). Hanieh (2020) nota como, durante o período do “processo de paz” nos anos 1990 e 2000, a questão do trabalho palestino perdeu relevância para a economia política de Palestina/Israel tanto do ponto de vista prático como teórico. O declínio das análises de classe, tão importantes para compreensão dos anos formativos da colonização sionista-israelense no início do século XX (SHAFIR, 1996), foi uma tendência que predominou nos estudos sobre o Oriente Médio de forma geral, no qual interpretações culturais se sobressaíram sobre análises da economia política até a Primavera Árabe dos anos 2010.

Dentro deste debate, já foram feitas pesquisas importantes sobre as ambivalências do regime colonial-liberal de Israel (MASSAD, 2006; ROBINSON, 2013; SAID, 1979; TATOUR, 2016) e também sobre a economia política do neoliberalismo e do colonialismo por povoamento no pós-Oslo em Palestina/Israel na formação de tecnologias mais humanizadas e desenvolvimentistas de governo colonial de Israel sobre parcelas do povo palestino (ALGAZI, 2006; DANA, 2015; ENGLERT, 2017; HADDAD, 2016; KHALIDI; SAMOUR, 2011; ROSS, 2019; TABAR, 2016). O primeiro corpo de literatura tem sido central para demonstrar como a cidadania liberal e o código jurídico civil de Israel servem como forma de governo e de diferenciação dos cidadãos palestinos em relação ao restante dos cidadãos judeus, além de legitimação de Israel como uma democracia liberal ao estilo ocidental. Já o segundo conjunto de bibliografia tem criticado a forma como o desenvolvimento neoliberal, em conjunto da ajuda externa, das instituições financeiras internacionais e das ONGs transacionais, tem trancado a luta palestina anticolonial por libertação nacional dentro do paradigma de construção estatal por meio da construção de condições favoráveis ao mercado, do desenvolvimento do setor privado e de valores de individualismo e empreendedorismo.

Hanieh (2003) nota que o neoliberalismo traz novos atores e dimensões na composição do processo de colonização por povoamento israelense da Palestina. Ele sugere que as mudanças provocadas pela neoliberalização teriam significado uma alteração na forma prioritária de controle colonial, de um baseado principalmente na presença militar direta para uma dependência maior em um enquadramento burocrático-jurídico-econômico, mas sem transformar a relação estrutural desigual, colonial e espoliadora que existe entre Israel e os palestinos (HANIEH, 2016). Essa nova configuração pode, inclusive ter fortalecido a estrutura colonial israelense, possivelmente mais sólida do que em qualquer outro momento da história (idem). Ao cabo, o desenvolvimento neoliberal estaria servindo como uma armadilha mais eficiente para a pacificação da sociedade palestina do que os tanques, armas, muros e checkpoints. A maior parte dessas literaturas, no entanto, foca em Cisjordânia ou Gaza sob ocupação militar israelense ou na área sob soberania civil formal de Israel no interior da Linha Verde². Além disso, mesmo entre a literatura crítica sobre colonialismo por povoamento e neoliberalismo em Palestina/Israel, algumas investigações mantêm o pressuposto de que o

² A Linha Verde é como é conhecida a linha de armistício estabelecida em 1949 ao fim da Guerra Árabe-Israelense entre Israel, Jordânia, Egito, Líbano e Síria. Ela determina as delimitações das fronteiras entre estes países após o plano da ONU de Partilha da Palestina de 1947. Essa demarcação territorial tem servido de referência para o território mínimo que os palestinos aceitam para o estabelecimento de um Estado da Palestina independente ao lado de Israel.

poder estatal de Israel seria como uma hidra que nunca direciona as suas duas cabeças na mesma direção: neoliberal diante dos cidadãos judeus israelenses e colonial perante os sujeitos palestinos (EL-HAJ, 2010). Já alguns que trabalham com a relação entre os aspectos coloniais e liberais do poder israelenses veem essa correlação como um oxímoro (ROBINSON, 2013).

Além disso, os estudos sobre colonialismo, na grande maioria das vezes, ignoram a cidade como um local estratégico de disputa entre colonizadores e colonizados. Por vezes o urbano aparece, mas enquanto recipiente espacial para corpos e vidas, em vez de focar na interação entre estruturas coloniais e processos de urbanização. Segundo Hugill (2017a) há uma especificidade da cidade colona cujo princípio organizador fundamental não é primariamente explorar recursos e populações locais, mas “escorar” o acesso aos territórios para fins de formação do Estado, povoamento e desenvolvimento capitalista (HUGILL, 2017a). Por outro lado, é preciso assinalar também que, embora, a teoria urbana crítica tenha se configurado como um campo importante de pesquisa em relação a forma pela qual as desigualdades produzidas pelo capitalismo globalizado se realizam na constituição de novos espaços socioeconômicos, tem negligenciado o peso de estruturas específicas do colonialismo por povoamento como uma dimensão-chave para teorizar as cidades na contemporaneidade. O processo de urbanização foi e continua sendo um mecanismo que operacionaliza a desapropriação espacial e econômica dos povos colonizados. O imaginário racista implantado pelos colonizadores teria como objetivo ocultar a natureza colonial do urbano (PORTER; YIFTACHEL, 2017).

Em relação a literatura que analisa Jerusalém em particular, há um número crescente de publicações que trabalham com a natureza colonial da cidade, normalmente com foco em questões de espaço, terra, privação, exclusão, segurança e assentamento (ABED; SAMMAN, 2018; ALKHALILI, 2017; MANSOUR, 2018; SHALHOUB-KEVORKIAN, 2015; YACOBI, 2016; YIFTACHEL, 2016). Apenas alguns analisaram, de uma forma limitada, a economia política do colonialismo por povoamento israelense em Jerusalém (ARAFEH, 2020; CLARNO, 2017; NASARA, 2019; NEWMAN, 2017; SHTERN, 2018a). Clarno (2017), por exemplo, faz um trabalho muito importante de conectar colonialismo por povoamento e capitalismo racial com a intenção de entender com o que chama de “apartheid neoliberal”, um esforço interpretativo também desempenhado por Yacobi (2016), mas por um caminho teórico distinto. No entanto, ambos autores abordam principalmente na economia política do espaço e da segurança. Clarno, inclusive, desenvolveu o seu trabalho etnográfico na região fronteira entre Jerusalém e Belém, trazendo elementos que extrapolam a condição particular de Jerusalém no

contexto de Palestina/Israel. Além disso, há importantes pesquisas que abordam a economia política de Jerusalém a partir de um enfoque colonial que trazem importantes contribuições para este debate, em particular os trabalhos de Nasara (2019), que faz um panorama socioeconômico amplo da situação pós-Oslo, de Araféh (2016a) sobre o impacto da colonização sobre o turismo e comércio da cidade, de Farah (2019) sobre a relação entre atividade industrial, resistência e direitos humanos, e de Shalhoub-Kevorkian e Brusbridge (2014) sobre o de-desenvolvimento das mulheres palestinas na cidade.

O principal corpo de literatura crítica sobre Jerusalém, contudo, é composto por investigações que focam em divisões socioespaciais no campo de estudos sobre “cidades divididas”, que inclui ainda espaços urbanos partidos por duas ou mais étnicas ou nacionalidades, como são os casos de Beirut, Belfast, Nicosia e Sarajevo (CALAME; CHARLESWORTH; WOODS, 2012). Nessa literatura, normalmente, as divisões, diferenças e conflitos entre os residentes judeus israelenses e palestinos são entendidas como resultados de suas divergências e encontros etno-nacionais nesses espaços urbanos divididos, disputados e fraturados (SHLAY; ROSEN, 2015). Estes estudos se incluem ainda dentro do que Yacobi (2015) denomina “geopolítica urbana”, na qual os conflitos internacionais, os atores militares e a guerra adentram o cotidiano dos espaços urbanos. Como nota Yacobi, a primeira geração de autores buscou compreender o “conflito em Jerusalém” de “cima para baixo” a partir da análise das aspirações nacionais israelenses por meio de mecanismos legais, militares e de planejamento urbano. Já a segunda geração analisa outros fluxos “de baixo para cima” e por meio de um espectro maior de instituições políticas, como ONGs e instituições religiosas, produzem o espaço urbano (DUMPER, 2014; PULLAN, 2011; ROKEM; VAUGHAN, 2018).

Como parte dessa geração mais recente de estudos que abordam Jerusalém desde baixo e por um enquadramento prioritariamente espacial e étnico-nacional, há um corpo de literatura que lida com as ambivalências da inclusão e exclusão sob a neoliberalização de Jerusalém. Estes trabalhos criticamente capturam as ambivalências do desenvolvimento de Jerusalém Oriental. Shlomo (2016) e Baumann (2018) optam por uma abordagem foucaultiana que analisa a governamentalidade das infraestruturas e serviços urbanos, como transporte e educação. Shtern (2018a) analisa a economia política do “encontro” entre judeus israelenses e palestinos sob o neoliberalismo e a divisão etno-nacional no pós-Oslo. Já os trabalhos de Keidar (2018) e Zaban (2016) investigam os impactos da neoliberalização entre judeus israelenses na batalha demográfica conduzida pelas elites israelenses em Jerusalém Ocidental. No entanto, todas essas

investigações são limitadas pela ausência de uma discussão mais aprofundada sobre a natureza colonial das relações sociais entre israelenses e palestinos. Ao optar por uma abordagem etno-nacional, acabam por não compreender a complexidade das características do racismo colonial e o seu entrelaçamento com o capitalismo neoliberal. Essa limitação pode ser observada no argumento que algumas pesquisas fazem de que o urbanismo neoliberal poderia, de alguma forma, ser uma força capaz de criar locais de encontro multiculturais onde se produziria uma sociabilidade potencialmente decolonial (SHTERN, 2018a) ou, ao menos, produzir fendas no processo colonial pelo seu paradoxo no processo colonial (YACOBI; PULLAN, 2014), como na migração de palestinos de classe média para assentamentos judeus próximos à Linha Verde de Jerusalém pela aquisição de propriedade privada no mercado imobiliário.

Em toda a bibliografia mencionada acima, a forma empresarial e a razão neoliberal aparecem em algumas ocasiões como elementos da análise, mas nunca como uma variável central da investigação. Na maior parte das vezes, o empreendedorismo neoliberal aparece na literatura sobre Palestina/Israel como propaganda, como em “Nação Empreendedora” (SENOR; SINGER, 2011) ou por abordagens neoclássicas, que normalmente buscam analisar as limitações, condições e estratégias da atividade empreendedora no país. Por exemplo, a análise histórica do “empreendedorismo étnico” de árabe-israelenses (SOFER; SCHNELL, 2005); o empreendedorismo das mulheres palestinas sob os conflitos em Gaza (ALTHALATHINI; AL-DAJANI; APOSTOLOPOULOS, 2020); o papel de empreendedores individuais na promoção da paz no conflito israelense-palestino (GOLAN-NADIR; COHEN, 2017); o “empreendedorismo moral” de lideranças de direitos humanos (FELNER, 2012) ou as “vicissitudes” e “idiossincrasias” do empreendedorismos em casos “extremos” como o da Cisjordânia (ALVI; PRASAD; SEGARRA, 2019). A principal preocupação desta literatura é compreender as limitações aos negócios e à iniciativa privada em Palestina/Israel a partir de diferentes categorias, como gênero, etnia, “moralidade” e contextos “extremos”, com o objetivo de examinar formas de fazer a livre iniciativa empresarial “florescer” para a promoção do desenvolvimento, dos direitos humanos e da paz na região. No entanto, essa bibliografia não desafia o papel desempenhado pela razão neoliberal e a forma empresarial a partir de uma crítica da colonização israelense da Palestina.

Algumas investigações críticas abordam algumas dimensões dos resultados da proliferação da razão neoliberal sobre as práticas e subjetividades dos sujeitos e das políticas em Palestina/Israel nas últimas décadas, promovendo transformações nas configurações de

classe da sociedade palestina desde Oslo (HADDAD, 2016; HILAL, 2015; SAMOUR, 2016; TARAKI, 2008a). Há aqueles que analisam a economia política do urbanismo empreendedor na Cisjordânia, como na neoliberalização em Ramallah (TARAKI, 2008b) e no desenvolvimento de Rawabi, a primeira cidade planejada palestina (ROY, 2016). Ou ainda o efeito despolitizador e pacificador de programas de empoderamento e desenvolvimento neoliberal conduzidos por ONGs e demais atores da sociedade civil entre os movimentos de resistência palestinos (DANA, 2019; HANIEH, 2013; KHALIDI; SAMOUR, 2011). Embora a forma empresarial esteja no centro da agenda global do neoliberalismo progressista, como revela a sua centralidade para as políticas de desenvolvimento de Israel, da AP e das instituições internacionais com influência na região, como BM, FMI e OCDE (DARDOT; LAVAL, 2016; HADDAD, 2016; HANIEH, 2016; HARVEY, 2004), contudo, ainda não há uma investigação sistemática dessas questões em contextos de colonização por povoamento, do colonialismo israelense da Palestina ou no caso particular de Jerusalém.

1.3 Metodologia

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar e nessa linguagem emprestada. (MARX, 2015, p. 25).

Esta tese busca fazer uma investigação dos conflitos e relações sociais entre israelenses e palestinos a partir de um paradigma teórico do colonialismo de povoamento, mas também dentro do paradigma do materialismo histórico. As formulações teóricas de diferentes autores, como Wolfe e Veracini, que tem contribuído para retomar a centralidade da perspectiva colonial como a preferencial para interpretar a história e o presente de Palestina/Israel possui inúmeras contribuições, principalmente pela sua concepção materialista, estrutural e histórica do processo colonial. No entanto, ao mesmo tempo, também pode ser limitada para compreender o seu entrelaçamento com outros projetos políticos e econômicos que também atuam no território a partir de lógicas distintas. Por essa razão e inspirado, principalmente, nos trabalhos de Englert (2017), Clarno (2017) e Coulthard (2014), nós pretendemos entrelaçar diferentes perspectivas teóricas com a interpretação das contradições do desenvolvimento histórico do capitalismo em Palestina/Israel para poder interpretar a racionalidade nos atores no presente colonial diante das condições materiais que lhe forma herdadas. Para abordar a economia

política do conflito colonial em Jerusalém e as suas articulações de classe e raça, nós evitamos qualquer ortodoxia com a intenção de seguir a recomendação de Frantz Fanon (1968) de “estender” o marxismo e demais epistemologias ocidentais, como as foucaultianas, para interpretar os contextos coloniais (ver capítulo 2).

O britânico Stuart Hall (1988), por exemplo, rejeita a noção estática entre raça e classe e reivindica o conceito de articulação para analisar conexões concretas entre raça e classe em contextos específicos de forma a compreender a unidade complexa que essas interações promovem. Ao fazer isso, Hall reconhece que projetos capitalistas e raciais podem operar de forma independente e até em combinações contraditórias, por meio de lógicas de eliminação e genocídio, que não se articulam facilmente com as lógicas de exploração do capitalismo, e exigem formas de reconhecimento, inclusão e representatividade para serem levadas adiante. Hall também chama atenção para formas como os atores dão sentido às suas subjetividades, assim como as formas que atores políticos manipulam essas subjetividades. O autor nota como essas articulações são fundamentais para compreender como parcelas subalternas dos grupos raciais dominantes, como os trabalhadores, muitas vezes se mantém como parte do bloco histórico hegemônico em solidariedade aos extratos dominantes do seu grupo identitário em contraposição à solidariedade com os demais subalternos que pertencem a uma racialização subjugada. Isto é, como é fundamental para a manutenção da ordem social capitalista.

A tese traz em conjunto historiografia, economia política, entrevistas qualitativas e breves registros de observação participativa colhidos durante a pesquisa de campo para explicar como diferentes processos interagem e resultam nas relações socioespaciais observadas em Jerusalém. Essa abordagem de diferentes métodos busca permitir que compreendamos a realidade material e como os sujeitos a entendem, experienciam e agem sobre ela. Para compreender os processos coloniais urbanos contemporâneo, Porter e Yiftachel (2017) reivindicam o método do “estruturalismo dinâmico”, que reconhece o imenso poder das forças estruturais, mas também o seu dinamismo e a contingência frente às interações, lutas e mobilizações na cidade. Nós entendemos que essa perspectiva permite captar as nuances da vida cotidiana dos processos de colonização por povoamento na escala urbana que podem passar despercebidos entre aqueles que observam processos mais extensos geograficamente. Para poder enxergar melhor estes processos em Jerusalém, buscamos aproximar as dinâmicas analisadas com outros contextos coloniais e de subjugação racista na história e no presente, particularmente de cidades do Sul Global, para construir um referencial analítico. As

experiências brasileira, estadunidense e sul-africana foram as que extraímos os principais referenciais históricos, mas exploramos diversas outras localidades periféricas do Terceiro Mundo e de dos centros capitalistas.

Os dados quantitativos desta tese se baseiam principalmente nos diversos relatórios produzidos pelo Jerusalem Institute for Policy Research, uma ONG israelense reconhecida localmente e internacionalmente e que tem sido responsável por realizar estudos oficiais sobre Jerusalém para o Estado de Israel, além de também realizar pesquisas independentes. Outros dados quantitativos foram coletados a partir de relatórios de ministérios do Estado de Israel e da Autoridade Palestina, de instituições internacionais como a OCDE, FMI e BM, assim como de literatura independente produzida por ONGs e movimentos sociais israelenses e palestinos, como Ir Amin, Bimkom, Peace Now, MAS e Passia. Estes dados foram centrais para dar uma imagem clara de alguns processos importantes examinados em Jerusalém, como as composições demográficas; as imigrações e emigrações de residentes judeus israelenses e palestinos da cidade; o crescimento da exploração de mão de obra palestina no mercado israelense; a quantidade de palestinos estudando em instituições israelenses; a evolução histórica dos assentamentos judeus em Jerusalém Oriental e do número de colonos vivendo em território palestino; os impactos dos planos de desenvolvimento no crescimento de alguns setores da economia israelense, como turismo e alta tecnologia; e no de-desenvolvimento da economia palestina resultante das restrições israelenses.

Estes dados quantitativos e a análise teórica e historiográfica são cruzadas com as entrevistas qualitativas realizadas durante a pesquisa de campo em Palestina/Israel. No curso da pesquisa de doutorado, fiz três viagens ao país. A primeira, em maio de 2018, ocorreu para atender um congresso acadêmico internacional realizado na Universidade de Birzeit, em Ramallah, na Cisjordânia ocupada. Essa primeira viagem foi importante para orientar a minha investigação historiográfica, o desenvolvimento da minha perspectiva teórica e levantar algumas questões que vieram a ser desenvolvidas durante o meu estágio-sanduíche na SOAS, em Londres, entre setembro de 2018 e agosto de 2019. Durante esse período, fiz duas viagens a Palestina/Israel na qual fiz as entrevistas e observações utilizadas nessa tese. A primeira ocorreu entre março e abril de 2019 e a segunda entre junho e agosto do mesmo ano. Ao todo, foram pouco mais de três meses de pesquisa de campo durante a qual realizei as 41 entrevistas formais semiestruturadas utilizadas na tese. Foram entrevistados atores integrantes diferentes áreas do Estado de Israel — prefeitura, JDA, Ministério de Assuntos de Jerusalém;

representantes de ONGs, instituições educacionais, corporações, movimentos sociais e sindicais envolvidos nas dinâmicas analisadas na tese, e indivíduos impactados pelos processos de colonização e neoliberalização em Jerusalém, como empreendedores, estudantes, ativistas e lideranças comunitárias.

1.4 Estrutura da tese

A primeira parte da tese se dedica a uma discussão teórico-histórica na qual busca-se compreender as interconexões históricas entre colonialismo, capitalismo, liberalismo e racismo para compreender como estes elementos podem se reproduzir no presente neoliberal. No capítulo 2, examinamos o debate entre acumulação primitiva, colonialismo e capitalismo para demonstrar como o colonialismo por povoamento, de acordo com as contingências históricas em que se encontra, é um fenômeno que pode se utilizar de diferentes formas de despossessão para sustentar o governo da diferença racial e os privilégios para a sociedade colona. A partir do exemplo das contradições entre as dinâmicas de terra e trabalho no desenvolvimento histórico do processo de colonização israelense da palestina entre 1890 e 1980 em conjunto de outros casos de colonialismo ao redor do mundo, nós buscamos demonstrar as alternâncias nas formas de despossessão e governo de acordo com as condições materiais. Em seguida nós apontamos para a centralidade do racismo e das possibilidades de reprodução das racializações para permitir que a pacificação liberal por forma suaves e desenvolvimentistas pudesse avançar em contextos coloniais ao explorar não somente as necessidades materiais dos colonizados por sobrevivência, como também as subjetivas por reconhecimento e dignidade. A racionalização do uso da força e programas de modernização dos nativos permitiram a construção de ordem produtivas e pacificadas de acordo com os objetivos materiais e subjetivos dos colonizadores.

No capítulo 3, buscamos demonstrar como o neoliberalismo se desenvolveu enquanto uma doutrina de intelectuais europeus que tiveram nas experiências de pacificação colonial-liberal por meio da intervenção estatal para a construção e proteção da ordem de mercado por dispositivos coercitivos e persuasivos uma inspiração para a renovação do liberalismo. Logo, da mesma forma que as reformas estruturais avançaram a acumulação pela despossessão por meio da violência coercitiva das expulsões e precarizações dos choques do “capitalismo de desastre”, o neoliberalismo também desenvolveu uma “face humana” capaz de despossessar e pacificar pelo avanço de pautas progressistas de empoderamento e capacitação empreendedora. Nós destacamos o papel das instituições internacionais, como o BM e a OCDE, e das ONGs de direitos humanos como agentes externos de intervenção supostamente neutras e técnicos capaz

de proliferar a forma empresarial e a razão neoliberal por todas as classes sociais e construir consentimento à ordem neoliberal por meio de agendas multiculturais. Além disso, nós exploramos a particularidade da reprodução espacial do espaço urbano como formas do colonialismo e do neoliberalismo se entrelaçarem, particularmente por meio das clivagens raciais no tecido socioespacial. Por um lado, o urbanismo empreendedor permite o avanço do desenvolvimento socioespacial do capital e dos interesses políticos das classes dominantes, enquanto, por outro, os incentivos ao empreendedorismo popular se torna uma tecnologia central para a pacificação das populações sobressalentes das periferias urbanas avançada por instituições e ONGs transnacionais ao redor do mundo, em particular no Sul Global. Por fim, debatemos como as ambivalências resultantes do entrelaçamento entre colonialismo e (neo)liberalismo produz formas de resistência dialeticamente ambivalentes que caem nas armadilhas do colonialismo e do capitalismo. As políticas de desenvolvimento neoliberal em curso na Cisjordânia ocupada no pós-Oslo serve de referência importante para os debates.

O capítulo 4 serve como uma transição para o restante da tese ao buscar examinar historicamente a economia política do colonialismo (neo)liberal na região particular de Jerusalém. Analisamos também como a formação contemporânea de um apartheid neoliberal na cidade serve como um instrumento analítico importante para compreender a forma como o mercado concorrencial reproduz as segregações socioespaciais do racismo colonial no tecido urbano da cidade e também como metáfora capaz de elucidar as possibilidades de descolonização a partir de Jerusalém. Nós buscamos demonstrar como a adaptação de Jerusalém ao neoliberalismo buscou ser uma forma de avançar os objetivos coloniais das elites israelenses por meio do mercado ao atrair mais capitais, turistas e moradores judeus para a cidade, mas, dialeticamente, aprofundou a dependência do regime colono à expropriação de terra e trabalho palestinos. A inclusão subalterna dos palestinos ao mercado e à sociabilidade israelenses como trabalho e consumo seria fundamental para possibilitar o próprio desenvolvimento israelense, mas poderia constituir-se numa vulnerabilidade em potencial à existência do regime colono. Isso ocorreria tanto porque os palestinos poderiam desempenhar uma pressão econômica sobre os israelenses, como revelou alguns acontecimentos da Intifada de Jerusalém de 2014-17, como também poderiam se aliar aos israelenses espoliados pelas neoliberalizações que desestruturavam o estado de bem-estar social dos colonos e transformava Jerusalém Ocidental num enclave para super-ricos e turistas. No entanto, as divisões raciais-coloniais serviriam tanto para permitir as acumulações pela despossessão características do neoliberalismo avançarem facilmente em Jerusalém em benefício dos israelenses e às custas

dos palestinos, como também evitaria a aliança entre todos os explorados e oprimidos pela coalização colonial-neoliberal. Consequentemente, as crises constantes do neoliberalismo se restringiriam à superfície e não ameaçariam a estrutura colonial e capitalista em Palestina/Israel.

No capítulo 5, refletimos como o neoliberalismo tem permitido diferentes atores coloniais avançarem as suas agendas por meio das relações de mercado de forma naturalizada e despolitizada. Isso ocorreria em espectros opostos da sociedade israelense, revelando a consolidação da hegemonia do sionismo neoliberal entre os israelenses e também às audiências internacionais. Por um lado, o urbanismo empreendedor teria sido uma ferramenta útil aos colonos ultranacionalistas da Elad avançarem seus planos de colonização em Jerusalém Oriental enquanto parte do projeto maior de tornar a cidade um ambiente mais culturalmente atrativo aos turistas internacionais. Já as elites israelenses têm feito os projetos culturais e desenvolvimento de um ecossistema empreendedor tecnológico em Jerusalém uma forma de atrair jovens judeus criativos e capacitados para contribuir demograficamente e economicamente à consolidação da fronteira colonial em Jerusalém de forma despolitizada e fluida. O empreendedorismo tecnológico seria a forma contemporânea de construir condições materiais e subjetivas de privilégio de padrão ocidental para atrair novos colonos à fronteira e impedir a sua solidariedade com os palestinos da mesma forma que no início da colonização sionista da Palestina. Muitos ativistas empreendedores avançariam este processo de forma orgânica no objetivo de fazer Jerusalém uma cidade integrada à “nação empreendedora”.

O capítulo 6 busca demonstrar como o plano israelense para o desenvolvimento socioeconômico neoliberal de Jerusalém Oriental não serve aos interesses e objetivos da população nativa, mas como forma de adaptar os palestinos às necessidades israelenses de desenvolvimento e servir de “cenoura neoliberal” para a sua pacificação após a Intifada de Jerusalém em conjunto de medidas de securitização em meio ao constante avanço das tradicionais despossessões territoriais coloniais. Os israelenses estariam buscando incentivar o empreendedorismo e a capacitação tecnológica como forma de criar oportunidades para a inclusão dos palestinos enquanto continuaria a restringir formas autônomas de sociabilidade nativa, como os tradicionais clubes sociais palestinos, e também a atividade da indústria de turismo palestina, que representam a maior fonte de riqueza para a economia local. Dessa forma, os israelenses buscariam impor uma “israelidade neoliberal” que não seria somente funcional, mas almejaria construir as condições materiais e subjetivas capazes de construir uma classe composta por novos sujeitos palestinos adaptados às exigências tanto do sionismo

neoliberal, que consentiriam à ordem hegemônica e colaborariam na gestão do restante da população. Esta seria a forma mais racional e possível de obter acesso a recursos materiais necessários para a sobrevivência digna na cidade sem perder o direito de residência. Além disso, o desenvolvimento direcionado aos palestinos seria uma nova forma de legitimar intervenções estatais em espaços palestinos de forma a despossessar legalmente os nativos para reproduzir o espaço de acordo com as ambições colonas, mas como se fosse ao benefício da acumulação de capital ao mercado israelense. O maior exemplo disso seria a construção do que chamamos “assentamentos empresariais” em Jerusalém Oriental, particularmente do empreendimento de “Silicon Wadi” ao lado da Cidade Velha, que pretende criar um distrito financeiro, turístico e tecnológico supostamente para avançar a economia palestina, mas dentro dos planos israelenses de desenvolvimento. Logo, se aprofundaria a dependência econômica dos palestinos e se vedaria as vulnerabilidades do apartheid neoliberal.

Por fim, no capítulo 7, nós discutimos como diferentes iniciativas de resistência palestinas tem utilizado diferentes modalidades de empreendedorismo para construir uma “economia de resistência” que possibilitasse a reforma dos modos de governo israelense e o cumprimento dos palestinos enquanto residentes permanente sob a soberania de Israel ou abrisse rotas para a libertação nacional por meio da construção de um Estado nacional a partir do desenvolvimento neoliberal. Enquanto a primeira opção representaria uma aproximação com a “israelidade neoliberal”, a segunda seria uma alternativa conflitante oriunda da agenda de desenvolvimento neoliberal conduzida pelo establishment político e econômico da AP na Cisjordânia. Logo, em Jerusalém, haveria o encontro destes dois fluxos transnacionais de neoliberalização por meio de ONGs, instituições financeiras internacionais e burocracias (para-)estatais israelenses e palestinas. O resultado seria a consolidação da racionalidade neoliberal, do ativismo empreendedor e da atuação por meio do mercado como as únicas possibilidades de imaginação política dos movimentos de resistência anticoloniais. Nós demonstramos este fenômeno nos esforços de avançar projetos urbanos de tornar Jerusalém uma cidade mais “bacana” e culturalmente atrativa; as políticas para avançar o empreendedorismo feminino como uma forma de proletarianização das mulheres palestinas; as iniciativas de construção de um ecossistema empreendedor tecnológico para conter a “fuga de cérebros” da juventude palestina para o exterior ou a economia israelense; e também as tentativas de “mercantilização” da identidade palestina como forma de atrair turistas para consumir nos estabelecimentos palestinos de Jerusalém Oriental. Nós argumentamos que tanto as restrições materiais impostas pela ocupação colonial israelense como os sofrimentos produzidos pelo racismo colonial

constituíam vulnerabilidades e necessidades econômicas e subjetivas por bem-estar, dignidade e reconhecimento seriam razões que resultariam na cooptação pela hegemonia colonial das agendas, indivíduos e ações que se utilizam da razão neoliberal como forma de resistência anticolonial e luta por libertação.

2 COLONIALISMOS, LIBERALISMOS E CAPITALISMO

Neste capítulo, discutimos os entrelaçamentos entre colonialismo e capitalismo na formação de um modo de governo colonial liberal fundado na diferença racial e voltado para a despossessão da terra e do trabalho nativos. Em primeiro lugar, examinamos o lugar do colonialismo dentro da universalidade capitalista a partir do debate sobre acumulação primitiva e as diversas possibilidades de abordar as opressões materiais e subjetivas da questão colonial por meio de epistemologias marxistas, pós-coloniais e decoloniais. Em seguida, nós apontamos para algumas limitações do modelo hegemônico da teoria contemporânea do colonialismo por povoamento para compreender a economia política dos processos coloniais. Nós sugerimos uma perspectiva que permita abordar as contingências históricas em que os colonizadores se encontram diante do modo de produção hegemônico e também em relação à resistência nativa.

Para além de uma lógica própria, sugerimos que os colonialismos podem se utilizar de diferentes formas de despossessão para sustentar o governo da diferença racial e os privilégios para a sociedade colona, como a exploração do trabalho indígena. A partir do exemplo das contradições entre as dinâmicas de terra e trabalho no desenvolvimento histórico do processo de colonização israelense da palestina entre 1890 e 1980 em conjunto de outros casos de colonialismo ao redor do mundo, nós buscamos demonstrar as alternâncias nas formas de despossessão e governo de acordo com as condições materiais. Em seguida nós apontamos para a centralidade do racismo e das possibilidades de reprodução das racializações para permitir que a pacificação liberal por forma suaves e desenvolvimentistas pudesse avançar em contextos coloniais ao explorar não somente as necessidades materiais dos colonizados por sobrevivência, como também as subjetivas por reconhecimento e dignidade. A racionalização do uso da força e programas de modernização dos nativos permitiram a construção de ordem produtivas e pacificadas de acordo com os objetivos políticos e econômicos dos agentes coloniais. Por fim, discutimos o papel do racismo na construção da solidariedade entre as populações privilegiadas, além das possibilidades de resistência e descolonização.

2.1 Interpretações da questão colonial: forjando uma abordagem heterodoxa

O debate teórico em torno da questão colonial é bastante prolífico e fragmentado. Embora os chamados “estudos pós-coloniais” sejam a escola de maior relevância, existem aqueles que chegaram a apontar para a morte deste campo de estudos e reivindicam a sua reinvenção para manter a relevância (LOOMBA, 2015). A crítica ao colonialismo, contudo, é anterior ao surgimento das faculdades, cátedras e disciplinas de pós-colonialismo em

universidades em países do Norte e do Sul globais entre os anos 1970 e 1980. Intelectuais oriundos de nações colonizadas e colonizadoras vem refletindo de forma crítica e sistemática a respeito das diversas dimensões deste fenômeno desde ao menos o século XIX, como Frederick Douglass (2016), nos EUA, Luís Gama (FERREIRA, 2020), no Brasil, e o alemão Karl Marx (2013). No entanto, não existe uma única tradição ou uma única teoria em torno da questão colonial, mas diversas interpretações contraditórias e conflitantes entre si. Tampouco há um consenso em torno de interpretações que privilegiem as variáveis econômicas ou culturais, as dinâmicas de classe ou raça nas conexões entre colonialismo e capitalismo.

Por exemplo, o palestino Edward Said, considerado um dos fundadores dos estudos pós-coloniais, argumentou, em sua obra *Orientalismo* (2003), a produção cultural nas metrópoles como fundamental para a dominação imperialista no Oriente Médio. Said destacou a importância da localidade e da posicionalidade do conhecimento, mais tarde desdobrando as suas hipóteses e conclusões para outras regiões e processos imperialistas ao redor do mundo em *Cultura e Imperialismo* (1995). Ao passo que as suas obras incentivaram o desenvolvimento de um campo de estudos de análise do fenômeno colonial a partir de produções culturais e literárias, Said já foi criticado, principalmente por marxistas, por ser “culturalista” e negligenciar as razões econômicas e materiais do poder e da dominação coloniais, apesar de também ter se detido a estes tópicos em “A Questão Palestina” (2012) e “Zionism from the Standpoint of its Victims” (1979), que abordam as características materiais e subjetivas do processo de colonização sionista-israelense da Palestina.

Divergência semelhante ocorre na avaliação das obras daquele que talvez seja o maior intérprete da questão colonial, o martinicano Frantz Fanon. Alguns autores enxergam uma evolução no pensamento de Fanon a respeito da questão da violência colonial da sua obra da juventude na França em *Pele Negra, Máscaras Brancas* (2008) para a elaboração de *Os Condenados da Terra* (1968), escrita após o seu envolvimento na Guerra de Libertação da Argélia. Isto é, Fanon teria evoluído de uma interpretação que ressaltasse as dimensões subjetivas da dominação colonial em “Pele Negra” para uma que reivindicasse a crueza da violência colonial em “Os Condenados”. No entanto, outros autores reivindicam que essa diferença significa diferentes momentos da dominação colonial na qual o poder é exercido de forma distinta pela contestação dialética dos povos colonizados ao poder colonial, que aciona dispositivos coercitivos e persuasivos dependendo das condições materiais objetivas (COULTHARD, 2014; FAUSTINO, 2018).

Nas últimas décadas, tem crescido na literatura e também em movimentos sociais uma separação entre aqueles envolvidos em questões (pós)coloniais, etnia, raça, identidade e cultura daqueles preocupados com assuntos econômicos, do desenvolvimento do capitalismo, trabalho, classe e marxismo (HAIDER, 2018). Na origem dessas cisões estão divergências enquanto as variáveis estruturantes da realidade social no capitalismo e no colonialismo: economia e cultura. Os estudos pós-coloniais e alguns de seus campos correlatos, como os estudos subalternos, ficaram estigmatizados como confinados ao âmbito cultural e das questões literárias, consequentemente oferecendo interpretações idealistas e descoladas das realidades materiais, como reivindica Chibber (2013) a autores dos estudos subalternos. Na via contrária, diversos intelectuais e ativistas do Terceiro Mundo e de grupos subalternos dos centros capitalistas, como o próprio Said, passaram a criticar Marx e os marxistas ocidentais por leituras orientalistas, eurocentristas e economicistas que desprezariam os movimentos e teorias anticoloniais e antirracistas (COULTHARD, 2014; LANDER, 2006; RAO, 2017). É importante ressaltar que as linhas teóricas e práticas do marxismo também se distanciaram de intelectuais e movimentos feministas, indígenas e *queer*. Essa separação de implicações teóricas e práticas tem permitido a expansão da compreensão de que o colonialismo seria algo totalmente distinto do capitalismo ou que até mesmo seriam fenômenos antiéticos. O colonialismo e as suas atrocidades, o seu totalitarismo e despotismo que criaram monstruosidades como a escravidão racial seriam, como colocam teóricos da modernidade, “desvios” do início da modernidade que teriam sido superados e corrigidos pela “racionalidade” do processo de “amadurecimento” do capitalismo liberal e democrático (KHALILI, 2012; YOUNG, 2016). Ultrapassado o período das descolonizações entre os anos 1950 e 1970 e a ascensão da hegemonia do capitalismo (neo)liberal após a queda do bloco soviético, o colonialismo não seria mais um fenômeno presente e relevante para compreender o mundo. O capitalismo seria, portanto, um fato natural e inescapável.

É revelador deste fenômeno a ausência da questão colonial e do debate sobre imperialismo do *mainstream* das Relações Internacionais, apesar do importante esforço recente de autores no Brasil e no exterior de reverter essa situação (ANIEVAS; MANCHANDA; SHILLIAM, 2014; SHILLIAM, 2010). A minha própria dissertação de mestrado é um exemplo de esforço de trazer a questão colonial para o centro do debate, mas que negligenciou da sua análise quase que na totalidade a sua interação com as dinâmicas do capitalismo (HUBERMAN, 2014). No campo da práxis, uma das consequências que vem sendo criticada

por diferentes autores marxistas é a *identity politics*, ou o identitarismo³, de novos movimentos sociais que não enxergam a luta antirracista ou anticolonial como vinculada à crítica ao capitalismo e aos grupos anticapitalistas (BARROS, 2019b; HAIDER, 2018). Consequentemente, muitos destes grupos avançam as suas reivindicações por meio dos instrumentos oferecidos pelo capitalismo, buscando a sua reforma com o objetivo de acomodar-se a sua estrutura. Logo, a nossa intenção é chegar numa síntese entre as diversas variáveis que influenciam a compreensão do processo colonial historicamente e contemporaneamente. Nós buscamos superar qualquer ortodoxia epistemológica na interpretação da questão colonial com o objetivo de alcançar uma abordagem heterodoxa que permita compreender o fenômeno colonial em sua complexidade e inclua as suas dinâmicas de raça e classe, economia e cultura, materialidade e subjetividade. Essa investigação busca compreender as interconexões entre essas variáveis para analisar como o colonialismo persiste e opera no presente neoliberal. Antes, entretanto, iremos abordar, a partir do diálogo entre as diversas literaturas que discutem a questão colonial, como o colonialismo se realizou historicamente nos territórios e nas relações sociais entre colonizadores e colonizados como manifestação das dinâmicas de expansão do capitalismo e do liberalismo através do globo.

2.1.1 Liberalismo, colonialismo, racismo e capitalismo

O senso comum de que o liberalismo e a modernidade são fenômenos desenvolvidos a partir do Renascimento, do Iluminismo e da Revolução Industrial, confinados ao contexto geográfico e intelectual europeus que remonta às tradições greco-romanas, e que carregam consigo um caráter civilizador, democrático e progressista foi um esforço de intelectuais europeus para colocar-se moralmente, eticamente e materialmente como superiores ao restante do mundo (LOSURDO, 2006). Consequentemente, carregariam consigo a responsabilidade do “fardo do homem branco” de promoção do progresso liberal, moderno e capitalista ao redor mundo por meio da colonização. Entre outras medidas “modernizantes” promovidas pelos colonizadores estava o estabelecimento da propriedade privada e do trabalho produtivo nas terras e corpos indígenas, símbolos do progresso capitalista, iluminador e liberal (BHANDAR, 2018). Segundo Locke, a desposseção dos nativos seria um direito divino dos homens pois a mistura entre propriedade e trabalho seria a forma de se alcançar a verdadeira liberdade

³ Segundo Douglas Barros Rodrigues, identitarismo seria: “A exaltação da identidade como algo fixo, absoluto, algo dado, preexistente, e não relativo, é a pura expressão da forma de valorização do capital como fim em si mesmo, que precisa assegurar para alguns indivíduos uma colônia ainda viável de exploração. É esse fenômeno que busca uma identidade estanque, ideal e não relativa, um Eu=Eu, como forma inconsciente da realização de valorização do capital, que chamo de identitarismo”. (BARROS, 2019, p. 156).

individual. Do ponto de vista liberal, os povos indígenas das Américas poderiam ser violentamente despossessados de suas terras pelos homens brancos europeus sem que isso fosse considerado um crime pois “desperdiçavam” o território ao não fazer deste produtivo e meio de liberdade de acordo com o modo de produção capitalista (LOSURDO, 2006).

Este seria o *nomos da terra* dos espaços coloniais segundo o alemão Carl Schmitt (2014): locais onde a lei liberal europeia não se aplicaria pois os povos que habitam estes espaços colonizados não seriam homens, estando mais próximos das bestas dos que das gentes. Ao não serem respeitosos das leis, logo não seriam possuidores de direitos: as suas terras, vidas e trabalho poderiam ser violentamente expropriados e controladas por ser a única forma linguagem que os povos nativos inferiorizados e primitivos entenderiam. Este raciocínio racista dos europeus que criaram dispositivos jurídicos, como o de *terra nullius*, que está na origem da lei internacional (NEOCLEOUS, 2012; SCHMITT, 2014). E também narrativas de “missão civilizadora” que justificaram e legitimaram o direito de colonização dos povos europeus e as atrocidades cometidas contra os povos colonizados. Isto é, as fundamentações e representações racializadas dos europeus sobre si e sobre o Outro colonizado constituíram uma relação de diferença e hierarquia entre brancos europeus e o restante do mundo que está na origem do nosso entendimento contemporâneo sobre direitos individuais, lei internacional, processo produtivo capitalista e de discursos dominantes sobre a história (*idem*).

O campo de estudos pós-colonial que se estabeleceu como parte formal da academia a partir dos anos 1980, assim como as escolas regionais dos Estudos Subalternos na Índia e da Colonialidade/Modernidade na América Latina⁴, tem se dedicado, de forma geral, a revelar o lado “sombrio” da modernidade (MIGNOLO, 2011). O seu objeto de investigação tem sido, por um lado, as atrocidades, ocupações militares, exploração forçada do trabalho nativo e práticas excludentes do colonialismo; por outro lado, as dimensões discursivas, representativas e culturais das atitudes dos colonizadores em relação ao colonizado que extrapolam a sua realização material e permanecem subjetivamente nas mentes, corpos, economia, política e cultura mesmo no contexto pós-colonial. Os estudos pós-coloniais contribuíram para “provincianizar” a Europa (CHAKRABARTY, 2009), isto é, deslocar a Europa como objeto universal da história e revelar a humanidade, as contribuições e a importância dos povos

⁴ Embora o Brasil inserido no contexto latino-americano e do Sul Global, as teorias pós-coloniais e decoloniais tem tido baixa penetração na produção acadêmica brasileira. Ver: BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.

colonizados. Com efeito, mostrar o colonialismo do ponto de vista do colonizado, de sua resistência, de seus modos de vida e de suas epistemologias (YOUNG, 2016).

A contribuição de Bhambra (2007) é ilustrativa do esforço de reescrever a história contra as narrativas imperiais da modernidade. Em primeiro lugar, ela revela como as novas tecnologias e técnicas que teriam sido introduzidas pela Renascença não eram novas, mas teriam sido importadas pelo comércio com nações islâmicas. Em segundo lugar, ela mostra como a luta dos escravos negros haitianos por autodeterminação, que de fato universalizou os ideais liberais e republicanos da Revolução Francesa ao ter sido a primeira a pôr fim à escravidão racial, inspirando a luta de afro descendentes por liberdade em toda a América, foi excluída da história do Iluminismo e da promoção dos direitos humanos, da democracia, da liberdade e da emancipação em detrimento das revoluções inglesa, estadunidense e francesa. Como terceiro ponto, ela demonstra como a Revolução Industrial, muito associada ao algodão dos moinhos de Manchester, ao invés de produzir a globalização por meio da expansão da industrialização, foi possível graças à globalização colonial que reuniu em um só lugar as técnicas e tecnologias dos moinhos indianos e o algodão produzido por escravos negros nas Américas a partir de técnicas desenvolvidas antes na África (BHAMBRA, 2007).

Já Quijano e pesquisadores decoloniais latino-americanos tem localizado a colonização das Américas a partir do século XV como o momento de criação da modernidade. Este teria sido a era em que a produção das diferenças entre grupos humanos como sistema de codificação e classificação hierárquica racial pelos europeus teria se tornado elemento universal de naturalização das desigualdades e hierarquias existentes nas sociedades modernas (BALLESTRIN, 2013). O trabalho de Said, por sua vez, foi fundamental ao demonstrar como as produções literárias, acadêmicas e imagéticas nos países colonizadores, principalmente no Reino Unido e na França, construíram uma representação distorcida do colonizado e serviram para constituir uma imagem dialeticamente distorcida do colonizador ocidental, da Europa e de seus feitos ao redor do mundo. Essa estratégia expôs as formas pelas quais a voz, a autonomia e a agência dos colonizados lhes foram negadas, influenciando, entre outros trabalhos, o de Spivak sobre a agência dos subalternos (SPIVAK, 2010). Apesar das contradições entre as literaturas pós-colonial e marxistas, essas produções, como demonstra Young (2016), são parte da mesma tradição crítica da modernidade capitalista inaugurada por Marx e Engels.

Particularmente em textos de suas juventudes, como em *O Manifesto Comunista*, *A Ideologia Alemã* e em artigos de jornal sobre colonização inglesa da Índia e da China, Marx e

Engels acabam colocando a colonização como um fato lamentável e condenável, mas necessário para o capitalismo livrar-se das amarras reacionárias do feudalismo e do primitivismo de forma a constituir globalmente as condições que levariam ao comunismo, particularmente a formação do proletariado fabril. Aqui, Marx e Engels viam a burguesia liberal como classe imbuída de uma etapa importante do progressismo histórico pois a exploração colonial traria consigo o desenvolvimento de “elemento revolucionário” do processo modernizante do capitalismo (ANDERSON, 2019). O etapismo e o progressismo do capitalismo como caminho para o socialismo, o foco na classe trabalhadora urbana fabril e na compulsão econômica do mercado capitalista, a sobrevalorização de questões infraestruturas, econômicas e de classe em detrimento de todas as outras, além do desprezo das experiências e reivindicações dos povos colonizados e de interpretações orientalistas são alguns dos problemas que atravessaram diversos autores do chamado “marxismo ocidental” ao longo do século XX e XXI (COULTHARD, 2014; LANDER, 2006; RAO, 2017). No entanto, ao invés de representar a essência do pensamento marxiano, o “marxismo dogmático” teria abandonado as tradições dialéticas do pensamento marxiano, constituindo um marxismo deformado e reducionista que teria provocado prejuízos tanto teóricos como práticos aos movimentos dos trabalhadores e dos oprimidos pelo capitalismo ao redor do mundo (MAZZEO, 2015, p. 20).

Em sua crítica ao “marxismo ocidental”, Losurdo (2019) argumenta que no decorrer do século XX, particularmente após a II Guerra Mundial (1939-1945), intelectuais e políticos marxistas e comunistas europeus variaram do desprezo ao orientalismo em sua relação com a questão colonial e as reivindicações dos povos colonizados em um momento em que as lutas anticoloniais e movimentos de descolonização no Terceiro Mundo e as reivindicações de movimentos negros por emancipação nos EUA e no Brasil impactavam profundamente a ordem global. O alemão Ernst Bloch, por exemplo, em publicação de 1961 centrava os problemas do liberalismo burguês nos limites da igualdade e liberdades formais e “apenas formais” nos países europeus em um momento em que argelinos eram perseguidos e assassinados por militares franceses pelas ruas de Paris e Argel por reivindicar autodeterminação de seu povo (LOSURDO, 2019). Dessa forma, as elaborações dos marxistas europeus se descolavam das produções dos chamados “marxistas orientais”, cujas reflexões estão na origem do desenvolvimento do atual campo dos estudos pós-coloniais (YOUNG, 2016).

Young (2016) observa como os estudos pós-coloniais se formaram ao longo do século XX a partir da luta dos povos anticoloniais por emancipação como forma de continua-la no

campo da cultura, das ideias e da moral. Essa tradição se estabeleceu inicialmente nos anos 1950 e 1960 em torno de nomes como do martinicano Frantz Fanon, do guineense Amílcar Cabral, do ganês Kwame Nkrumah e do chinês Mao Tse Tung. O seu objetivo foi estabelecer uma aliança entre intelectuais revolucionários marxistas do mundo colonizado na Ásia e na África para refletir coletivamente sobre as suas experiências práticas e elaborar caminhos para alcançar a verdadeira emancipação nacional que estava limitada pela divisão internacional do trabalho imperialista. A adoção ao marxismo por parte dos revolucionários anticoloniais do Terceiro Mundo não ocorria num vazio idealista e retórico, mas resultava de imperativos teóricos e práticos. Através do emprego do método do materialismo histórico dialético, viam o colonialismo como expressão particular e local da universalidade capitalista e não como dois fenômenos e processos distintos. Não por acaso, entre as primeiras elaborações teóricas que analisaram a questão Palestina/Israel por uma perspectiva do colonialismo por povoamento estavam as produções dos marxistas integrantes da OLP Fayez Sayegh (2012), que já trazia muitas características observadas mais tarde por autores ocidentais, e George Jabbour (1970), que fez um estudo comparativo entre Palestina, África do Sul e Argélia. Também foi paradigmática a publicação do marxista francês Maxine Rodinson: *Israel: A Colonial-Settler State* (1973). Os outros autores palestinos pioneiros na análise colonial da questão Palestina/Israel, Said e Zureik também flertavam com o marxismo e o materialismo histórico⁵. Inclusive, o resgate do colonialismo por povoamento foi fruto do esforço do marxista israelense Gershon Shafir (1996) de compreender a origem na questão Palestina/Israel a partir do materialismo histórico, influenciando o trabalho de Wolfe e demais contribuições dos estudos contemporâneos sobre o colonialismo por povoamento (PITERBERG, 2015).

Embora os jovens Marx e Engels possam ter sido seduzidos pela missão histórica do liberalismo e da burguesia como forma de superação do arcaísmo feudal rumo ao socialismo, o avanço da crítica da economia política levou os autores a se distanciar do liberalismo colonialista das revoluções americanas e inglesa e aproximar-se do radicalismo liberal dos jacobinos franceses e haitianos e que veio a ser continuado por Lenin e a revolução soviética (ANDERSON, 2019; FOSTER, 2000). A partir dos anos 1860, Marx passou a abordar a questão racial e colonial de diferentes formas, uma vez que cresciam em escala e importância e eram centrais para a luta global, afetando o movimento dos trabalhadores tanto nacionalmente como

⁵ É importante ressaltar aqui também as contribuições do movimento marxista israelense antissionista Matzpen, crítico do caráter colonial do Estado de Israel e autor de importantes análises das relações entre classe, raça e a colonização sionista-israelense da Palestina (ENGLERT, 2017).

internacionalmente (idem). A respeito dos EUA liberal e democrático onde ainda vigorava o regime de supremacia branca e a escravidão racial, Marx observou que nenhum trabalhador branco poderia se emancipar enquanto o trabalho fosse ainda marcado nas peles negras escravizadas. Marx e Engels ainda defenderam a libertação nacional de irlandeses e poloneses — populações majoritariamente camponesas — contra os colonialismos ingleses e prussianos, respectivamente, como forma de luta que poderia contribuir para o fim do capitalismo nas metrópoles. Os autores não colocavam os proletariados industriais ingleses e prussianos como os únicos capazes de lutar pelo fim dos imperialismos por meio da revolução socialista, mas criticavam de forma áspera e dura a classe trabalhadora inglesa por defender o imperialismo britânico como forma de manter os seus privilégios oriundos da exploração violenta e sanguinária de mais valia nas colônias em detrimento da solidariedade com as reivindicações nacionais dos povos colonizados (idem).

Isto é, segundo Marx e Engels, o colonialismo dividia e acirrava a concorrência no interior da classe trabalhadora a partir de diferenciações nacionais-raciais tanto no plano nacional como internacional. Dessa forma, as burguesias inviabilizavam a união das classes trabalhadoras e, portanto, a luta pelo socialismo. “Uma nação que escraviza outra forja as suas próprias algemas”, observou Marx a respeito da Inglaterra (apud FOSTER, 2000, p. 3). As reivindicações de Marx e Engels pelo internacionalismo e a união dos trabalhadores não eram apenas para os movimentos operários se apoiarem nas suas lutas nacionais, mas para observarem como as burguesias agiam internacionalmente vinculando as diferentes formas de opressão por meio do colonialismo. Para Marx, não haveria uma distinção entre colonialismo, capitalismo e imperialismo, mas seriam expressões singulares e particulares da universalidade capitalista. O fundamental da análise da questão colonial estaria na revelação de verdades sobre a natureza do capitalismo que ficariam escondidas nas metrópoles, provocando ilusões.

A profunda hipocrisia, a intrínseca barbárie da civilização burguesa se apresenta diante de nós sem disfarces, assim que das grandes metrópoles, onde elas assumem formas respeitáveis, voltamos os olhos para as colônias, onde passeiam desnudas. (MARX, 2008).

Contra as concepções ilusórias e idílicas de liberais do seu tempo como Adam Smith e o Barão de Montesquieu a respeito do processo formador e da lógica do capitalismo, para quem o capitalismo teria se construído originalmente a partir das trocas fraternas e pacíficas entre uma “elite laboriosa, inteligente e sobretudo parcimoniosa”, Marx escreve n’O Capital o capítulo sobre a “assim chamada acumulação primitiva” em que revela o papel das violências coloniais para a formação e o desenvolvimento do capitalismo. A ironia fica evidente quando

no comentário de Marx a respeito das pilhagens, massacres e desapropriações praticados por colonizadores holandeses para abrir o comércio com os habitantes de Java, na Indonésia: “Esse é o *doux commerce*!” (MARX, 2013, p. 822). Por meio dessa crítica, Marx buscava revelar como a liberdade e a compulsão silenciosa do mercado para a produção e a troca de mercadorias características do capitalismo não teriam se constituído apenas na revolta contra a servidão e as guildas feudais na Europa. Estas teriam se tornado possíveis apenas após todas as condições materiais necessárias para a produção e reprodução do capitalismo serem originalmente construídas e reunidas de forma forçada e violenta pelos Estados por meio do colonialismo, da escravidão, da desapropriação, do cercamentos das terras comuns e das “leis sanguinárias” tanto na Europa como nas fronteiras coloniais.

“A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. A eles se segue imediatamente a guerra comercial entre as nações europeias, tendo o globo terrestre como palco. Ela é inaugurada pelo levante dos Países Baixos contra a dominação espanhola, assume proporções gigantescas na guerra antijacobina inglesa e prossegue ainda hoje nas guerras do ópio contra a China etc. [...] Na Inglaterra, no fim do século XVII, esses momentos foram combinados de modo sistêmico, dando origem ao sistema colonial, ao sistema da dívida pública, ao moderno sistema tributário e ao sistema protecionista. Tais métodos, como, por exemplo, o sistema colonial, baseiam-se, em parte, na violência mais brutal. Todos eles, porém, lançaram mão do poder do Estado, da violência concentrada e organizada da sociedade, para impulsionar artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista e abreviar a transição de um para o outro. A violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica. (MARX, 2013, p. 821).

Em suas análises a respeito do colonialismo, Marx não localiza a violência extra-econômica e as barbáries coloniais como externas, anteriores ou excepcionais ao capitalismo, ou ainda como infelicidades necessárias do caminho ao socialismo, mas como característica original, natural e central do estabelecimento das condições de produção, acumulação e reprodução do capital. A história do desenvolvimento do capitalismo apresenta uma modalidade diversa em cada país a partir de processos com caminhos distintos em cada época (MARX, 2013). As particularidades que o capitalismo assume em sua realização em determinados espaço e tempo não tornam a diferença absoluta, mas manifestam momentos e formas que articulam de modo particular a totalidade do processo universal de mercantilização e expropriação do capitalismo, revelando a capacidade de adaptação às condições locais do capitalismo (LEITE GONÇALVES, 2019). Uma vez que o universal se realiza apenas no particular, as singularidades históricas de cada processo de desenvolvimento do capitalismo em

um contexto nacional seriam ao mesmo tempo expressões dialéticas de suas particularidades e totalidades do capitalismo (MAZZEO, 2015).

Apesar da importante contribuição de Marx e dos trabalhos de Lenin e Luxemburgo que continuaram as reflexões marxianas sobre a vinculação entre capitalismo e colonialismo, eles eram autores mais interessados entender a expansão do capitalismo por meio do colonialismo em um momento em que o capitalismo ainda não era um fenômeno verdadeiramente global e acreditavam encontrar na expansão imperialista das suas contradições a “etapa superior” do capitalismo (LOUREIRO, 2019). Isto é, enquanto o estágio final e não o mais sofisticado. As razões para a permanência e a resiliência tanto do capitalismo como do colonialismo entre as sociedades coloniais mesmo após a conquista da independência formal das nações do Terceiro Mundo e do autogoverno dos regimes colonos estão entre as questões que os autores marxistas do Terceiro Mundo e dos estudos pós-coloniais buscam abordar. Pela sua perspectiva crítica, o marxismo se mostrou adequado enquanto filosofia teórica e da práxis para intelectuais e revolucionários anticoloniais e antirracistas, mas historicamente envolveu a sua adaptação aos contextos e às questões dos povos e contextos coloniais como forma de capturar as dinâmicas de dominação e governo coloniais (YOUNG, 2016).

Marxistas não ocidentais tem longamente se preocupado com o debate em torno do imperialismo e do capitalismo, como é o caso da Teoria da Dependência da América Latina (VALENCIA, 2019) e de marxistas árabes e africanos interessados no papel desempenhado pelo mundo da mercadoria fora do centros capitalistas (NKRUMAH, 1967). Fanon, por exemplo, foi um autor interessado não apenas nas dinâmicas de classe do neocolonialismo nas sociedades (pós)coloniais, mas principalmente nas questões psíquicas, subjetivas e culturais da dominação (neo)colonial e da emancipação dos colonizados (FAUSTINO, 2018). O seu engajamento com o marxismo, embora muitas vezes diluído e ignorado quando adaptado para as análises contemporâneas, sempre se deu de forma crítica com o objetivo de contextualizar a especificidade do capitalismo na colônia sem ignorar os pressupostos estruturantes das contribuições marxistas (SALEM, 2018a). Logo, Fanon reivindica que o marxismo seja “esticado” para ser usado como metodologia para uma análise do capitalismo colonial.

[A]s análises marxistas devem modificar-se ligeiramente sempre que abordam o sistema colonial. Mesmo o conceito da sociedade pré-capitalista, bem estudado por Marx, teria que ser de novo formulado. (FANON, 1968, p. 35).

Esse alargamento para Fanon almejava retirar o potencial revolucionário apenas do coração do capitalismo de forma a localizá-lo nas periferias coloniais, o que envolve um deslocamento geográfico e social da revolução. Além de trazer o *locus* da revolução para as nações colonizadas, Fanon almeja trazer o impulso da transformação social para fora da fábrica, dos sindicatos, dos partidos e dos movimentos dos trabalhadores assalariados e colocá-lo na direção de toda a população urbana e rural, das ruas e dos bairros periféricos, do povo que tem sido desvalorizado e oprimido pelo colonialismo, o que inclui a população sobressalente à força de trabalho assalariada. Essa expansão do marxismo envolvia uma redefinição da forma de pensar classe social não apenas enquanto estruturada por determinações econômicas, mas também raciais. Para Fanon, as infraestruturas das sociedades coloniais não eram apenas informadas pelas dinâmicas da produção do capitalismo, mas também pelo racismo colonial.

Esse mundo em compartimentos, esse mundo dividido em dois, está habitado por espécies diferentes. A originalidade do contexto colonial é que as realidades econômicas, as desigualdades, a enorme diferença dos modos de vida, não chegam nunca a esconder as realidades humanas. Quando se compreende no seu aspecto imediato o contexto colonial, é evidente que o que divide o mundo é sobretudo o facto de se pertencer ou não a tal espécie, a tal raça. Nas colónias, a infraestrutura é igualmente uma superestrutura. A causa é efeito: se é rico porque é branco, se é branco porque é rico. (FANON, 1968, p. 35).

Isto é, para Fanon, as relações econômicas e raciais estão entrelaçadas. Raça e classe devem ser pensadas de forma articulada, o que envolve levar em consideração as raízes materiais e subjetivas, econômicas e culturais da dominação e da exploração coloniais-capitalistas. Assim como também da *práxis* daqueles que lutam contra o colonialismo, o racismo e o capitalismo. Para o colonizado pelo racismo e o capitalismo, a emancipação não envolve apenas o fim da exploração objetiva, mas também da humilhação subjetiva. Fanon atenta para este “duplo processo” de subjugação:

A análise que empreendemos é psicológica. No entanto, permanece evidente que a verdadeira desalienação do negro implica uma súbita tomada de consciência das realidades econômicas e sociais. Só há complexo de inferioridade após um duplo processo: inicialmente econômico; em seguida pela interiorização, ou melhor, pela epidermização dessa inferioridade. (FANON, 2008, p. 28).

Antes e depois de Fanon, diversos autores marxistas já buscaram continuar as reflexões de Marx para o seu tempo, contextos e objetivos específicos, mas sem abandonar o método do materialismo dialético e demais pressupostos estruturantes do marxismo⁶. No início do século

⁶ Para além das questões de raça e da colonização abordadas aqui, é fundamental apontar para o que não se restringi às questões raciais e coloniais, como apontam para a produção das feministas marxistas que trazem os tópicos de gênero, reprodução social e intimidade para a centralidade da análise marxista, assim como dos ecossocialistas, que incluem questões ecológicas.

XX, o peruano José Carlo Mariátegui trouxe a centralidade da questão indígena para o contexto andino ao passo que o italiano Antonio Gramsci observou a importância do racismo para compreender “A Questão Meridional” de subjugação econômica, política e social do Norte em relação ao Sul da Itália (CHADAREVIAN, 2007). Ainda no início do século XX, uma série de intelectuais do radicalismo negro das Américas, como os estadunidenses W. E. B Du Bois e Richard Wright e o trinitário C. R. L. James, adotaram a crítica marxista da economia política como forma de compreender o racismo, a escravidão racial e a sua persistência enquanto elemento constitutivo do capitalismo e não uma anomalia excepcional restrita a espaços e períodos específicos, além de orientação para a sua práxis na direção da superação do racismo por meio da superação do capitalismo (ROBINSON, 2000). O indígena canadense Glen Coulthard (2014) aponta particularmente para a importância de aproximar os estudos indígenas, a teoria do colonialismo por povoamento e o marxismo para compreender as transformações e a flexibilidade dos ciclos de dominação dos regimes colonos e as resistências indígenas ao longo do tempo e em relação às dinâmicas do capitalismo global.

A abordagem dos socialistas e comunistas do Terceiro Mundo se caracteriza por trazer a questão do racismo e da revolução cultural como estratégia de impedir infiltrações ideológicas do colonialismo e do neocolonialismo, assim como apontar para inadequação das políticas e interpretações economicistas e de classe do marxismo ocidental (YOUNG, 2016). Embora a atenção para as questões subjetivas por parte dos críticos anticoloniais e antirracistas tenham motivado o desenvolvimento do culturalismo na análise contemporânea — e até mesmo em críticas idealistas —, essa não foi uma ênfase exclusiva do pós-colonialismo: grande parte dos marxistas ocidentais no século XX se caracterizam por grande interesse na Escola de Frankfurt e nos materialistas culturalistas britânicos (*idem*). Embora ambos campos tenham áreas que não se sobrepõe, como as abordagens pós-estruturalistas da questão colonial e as formas mais dogmáticas e economicistas do marxismo, é preciso, como reivindica Rao (2017), navegar na sobreposição entre esses dois universos de forma a extrair as qualidades de ambos que ajudam a compreender e combater as raízes culturais e materiais das injustiça no mundo contemporâneo apesar de seus possíveis erros e limitações.

2.2 A economia política do colonialismo por povoamento: colonos, terra e trabalho

Embora o colonialismo por povoamento não seja um conceito propriamente novo, sendo utilizado por autores palestinos, antissionistas e marxistas desde os anos 1920 (PAPPE, 2015) e o debate se o sionismo é um projeto colonial seja tão antigo quanto o próprio sionismo, a sua

relevância contemporânea nos estudos de Palestina/Israel advém do crescimento na quantidade e na qualidade de publicações que tem analisado o passado e o presente da questão de forma relevante desde a retomada deste paradigma teórico entre os anos 1980 e 1990 (ABDO; YUVAL-DAVIS, 1995; SHAFIR, 1996). Como apontam Bhandar e Ziadah (2016), a literatura do colonialismo por povoamento vem se somar àquela que estabeleceu as bases para a pesquisa sobre a apropriação de terra, o controle de fronteiras e vigilância, a economia política e o deslocamento em Palestina/Israel mas sem as categorias e instrumentos oferecidos pelos estudos de colonialismo por povoamento (ver EL-HAJ, 2002; FARSAKH, 2005; KHALIDI, 2006; MASALHA, 1992; SHEHADEH, 1988; ZUREIK, 2001). Já em 1965, Sayegh (2012, p. 214) identificava a segregação na raiz do projeto colonial dos sionistas na Palestina: “auto segregação racial, exclusividade racial e supremacia racial”.

A maior parte da bibliografia contemporânea sobre colonialismo por povoamento se baseia no modelo elaborado por Wolfe (1999, 2006) e Veracini (2010a, 2015a) que tem influenciado uma série de autores na investigação de processos coloniais a partir de diferentes recortes temporais e geográficos, particularmente nos casos das colonizações britânicas do “Novo Mundo” — EUA, Canadá, Austrália e Nova Zelândia. Segundo estes autores, a colonização por povoamento seria uma das modalidades de expansão imperialista do capitalismo na modernidade que possui algumas singularidades ignoradas pela maior parte dos estudos coloniais. A relevância do paradigma do colonialismo por povoamento tornou-se tamanha que Pappe (2012) reivindicou ser a perspectiva mais útil para entender Palestina/Israel. Nos últimos anos, o periódico acadêmico *Settler Colonial Studies* publicou quatro edições especiais sobre Palestina/Israel (HAWARI; PLONSKI; WEIZMAN, 2019; SALAMANCA et al., 2012; SVIRSKY, 2014; VERACINI, 2015b), além de uma série de outros artigos e livros sobre em jornais e editoras relevantes globalmente. Em suma, tornou-se um campo de estudos inescapável àqueles interessados em compreender criticamente o passado e o presente de Palestina/Israel, tanto para os que concordam como para os que discordam.

O paradigma do colonialismo por povoamento altera fundamentalmente a forma de entender a relação entre israelenses e palestinos: não mais como adversários em um conflito entre dois nacionalismos, tal qual como visto hegemonicamente (PAPPE, 2015). Desta forma, a teoria do colonialismo por povoamento revela camadas dessa relação que tem sido historicamente ocultadas e ignoradas, além de trazer um novo entendimento das relações de poder e da legitimidade moral e internacional à luta dos palestinos (BUSBRIDGE, 2018). Como

observa Wolfe, a teoria do colonialismo por povoamento traz de volta o binarismo da clivagem entre colono e nativo como a relação dialética a partir da qual é possível compreender todos os demais múltiplos desdobramentos do passado e do presente em Palestina/Israel — o autor australiano provocativamente nota que essa perspectiva binária gerou críticas apenas entre colonizadores e seus apoiadores, nunca entre os colonizados (WOLFE, 2016 apud BARAKAT, 2018). Isto é, as dinâmicas da diferença racial produzidas historicamente pelo colonialismo sionista-israelense se colocam na centralidade dos conflitos e contradições existentes nas relações sociais daquele território.

Em seu livro *Settler Colonialism and the Transformation of Anthropology* (1999, p. 2), que determinou os fundamentos teóricos dessa re-emergência do campo de estudos sobre colonialismo por povoamento, Wolfe coloca como fundamento da sua interpretação a respeito do fenômeno o seguinte: “A colônias por povoamento eram (são) baseadas na eliminação do nativo. A conjugação verbal dupla reflete uma característica determinante da colonização por povoamento. Os colonizadores vieram para ficar – a invasão é uma estrutura, não um evento”. Em diversos trabalhos subsequentes, Wolfe e também Veracini, atualmente o mais prolixo autor nesse campo de estudos, reiteram as características centrais do colonialismo por povoamento enquanto contínuo, eliminatório e estrutural. Isto é, em contraposição às colônias por exploração, as colônias por povoamento seriam voltadas essencialmente para a acumulação das terras indígenas e não da mais valia do trabalho nativo. Enquanto as colonizações por exploração seriam dependentes da reprodução do corpo e do trabalho nativos, a colonização por povoamento almejaria ao máximo reduzir a sua dependência da existência indígena. A terra seria, portanto, o elemento central, pois envolve a disputa por espaços de vida onde a nova nação colona se estabelece. Dialeticamente, o direito à terra e à existência aos povos autóctones é negado pelos colonos. Logo, a disputa pelo controle da terra entre colonos e nativos possui uma particularidade existencial e de autodeterminação.

A partir dessa hipótese, Wolfe argumenta que a violência em situações de colonização por povoamento seria direcionada para a eliminação dos nativos tanto materialmente, por meio da expulsão e do genocídio, como também simbólica, através da negação da identificação indígena e de seus modos de vida culturais, econômicos e sociais. “O colonialismo por povoamento destrói para substituir”, observa Wolfe (2006, p. 388).

O colonialismo por povoamento tem dimensões negativas e positivas. Negativamente, ambiciona a dissolução das sociedades nativas. Positivamente, ergue uma nova sociedade colonial com base na expropriação da terra [...]. Em seu aspecto positivo, a

eliminação é um princípio organizador da sociedade colona ao invés de uma ocorrência pontual (e superada). (WOLFE, 2006, p. 38).

Portanto, os colonos almejam construir uma nova nação colona sobre os escombros da destruição da sociedade nativa para tornarem-se os novos “nativos” da terra apropriando-se não apenas de sua terra, como de suas práticas, costumes, cultura, formas de trabalho, história e mitos. Wolfe observa que o colonialismo por povoamento envolve a morte social da “natividade” [nativeness]. Como as identificações de colonos e indígenas são mutuamente constituídas e reproduzidas (MAMDANI, 2001), apenas com o desaparecimento do segundo seria possível naturalizar o primeiro enquanto pertencente àquela terra originalmente. A indigenização é fundamental para a normalização e a naturalização do colonialismo por povoamento, que faz “os colonos e seu regime parecerem próprios da terra” (MORGENSEN, 2011, p. 9). Este processo, inclusive, tem sido facilitado pelo reconhecimento internacional da soberania e da autodeterminação colona em detrimento das reivindicações autóctones, fazendo-as juridicamente invisíveis. A contínua presença indígena, simbólica e/ou material, representaria uma fragilidade a uma série de reivindicações de indigeneidade pelos colonos, como a de “providência divina” do processo colonial e também na reclamação liberais de que as terras nativas seriam vazias e, portanto, legitimamente passíveis de serem ocupados para tornarem-se produtivas por meio da aplicação do trabalho produtivo colono (WOLFE, 2016). Essas construções narrativas estão presentes em diversas histórias coloniais e constituem os mitos israelenses do “retorno” do “povo escolhido” à “terra prometida” por Deus, que o processo colonial ocorreria em uma “terra sem povo para um povo sem terra” e os empreendimentos coloniais teriam feito “o deserto florescer e os pântanos secarem” (HUBERMAN, 2014). Dessa forma, o colonialismo por povoamento seria um fenômeno que opera por meio de projetos raciais de desvalorização e de desumanização das populações nativas, oferecendo recursos “éticos” e “legais” para a despossessão que permanecem e acabam por formar estruturas raciais permanentes de dominação colona (WOLFE, 2016).

Ademais, o processo de colonização por povoamento, reivindica Wolfe (2011), não terminaria com o fechamento da fronteira ou a declaração de autogoverno por parte dos colonos, mas ele se perpetuaria enquanto um processo sempre inacabado. Isso ocorreria não apenas pela violência direta da expulsão ou do genocídio constante de população nativas, mas também por políticas liberais de governos colonos, como o de Austrália, Canadá e EUA, que historicamente tem buscado fazer as populações indígenas desaparecerem pela integração forçada, a imposição de cidadania, a miscigenação, o multiculturalismo, os confrontos militares por recursos naturais

ou as disputas em torno da propriedade privada da terra (COULTHARD, 2014; WOLFE, 2011). Logo, a relação entre colonos e nativos não seria uma acidental ou de práticas aleatórias por diversos atores que por vezes podem partilhar de um objetivo comum, mas uma estruturalmente formada a partir das ações dos colonos e de seus aparatos institucionais voltados para o desaparecimento dos indígenas. Os palestinos têm historicamente apontado como os israelenses tem os sujeitado a uma “Nakba contínua”, em referência à “catástrofe” de 1948 quando mais de 700 mil palestinos foram expulsos e mais de 400 vilarejos foram destruídos num processo de limpeza étnica conduzido por tropas e milícias israelenses no alvorecer do Estado de Israel em 1948 (PAPPE, 2006). Dessa forma, a teoria do colonialismo por povoamento coloca no centro da compreensão da relação entre israelenses e palestinos o assentamento, a invasão, a expansão da fronteira e a despossessão territorial em toda a Palestina histórica ao longo dos mais de cem anos de colonização sionista-israelense do país (DANA; JARBAWI, 2017; SALAMANCA et al., 2012). Este entendimento contradiz os quadros históricos e teóricos normalmente restritos aos territórios palestinos de Cisjordânia e Faixa de Gaza ocupados militarmente por Israel desde 1967 e que são objeto das negociações bilaterais pela resolução do conflito desde os anos 1990.

Este campo de estudos tem contribuído ainda para desafiar o entendimento de que indígenas são povos inexistentes, estão em vias de desaparecimento, foram definitivamente derrotadas, não são pertencentes à modernidade contemporânea ou não são mais focos de análises mais relevantes (ENGLERT, 2017). Além disso, essa abordagem traz a questão colonial para o presente, assim como permite identificar uma continuidade no desdobramento do colonialismo em diversas localidades da modernidade. Também tem sido interpretadas por essa perspectiva os casos da África do Sul, Argélia e Rodésia e, mais recentemente, a América Latina (BHANDAR, 2018; CASTELLANOS, 2017; CLARNO, 2017; GOEBEL, 2016; HUBERMAN; NASSER, 2019; MAMDANI, 2015; POETS, 2020; TABAR; DESAI, 2017). Em diversas dessas localidades, autores indígenas e colonos tem manifestado a importância que essa abordagem traz ao ressaltar a centralidade da terra e da disputa espacial, possibilitando comparações dos processos históricos e contemporâneos, assim como alianças de solidariedade transnacionais (SALAITA, 2016; VERACINI, 2010a; WAZIYATAWIN, 2012).

Dessa forma, a teoria do colonialismo por povoamento traz algumas contribuições em relação aos demais campos de estudos que tratam da questão colonial, como o pós-colonial, o da colonialidade e o marxista. Em sua perspectiva de longa duração e continuidade do processo

colonial material no espaço, a teoria do colonialismo por povoamento escapa da inflexão que o “pós” no pós-colonialismo leva a inferir de que os processos coloniais teriam se encerrado com os movimentos de libertação nacional dos anos 1950 e 1960 na Ásia e na África — embora os autores pós-coloniais venham afirmar que o “pós” deva ser lido como um “anticolonialismo” (YOUNG, 2016). Por exemplo, em relação aos estudos decoloniais, um corpo teórico que reivindica mais claramente uma continuidade do presente colonial em relação ao passado por uma perspectiva de longa duração próxima de Braudel (BALLESTRIN, 2013), para Aníbal Quijano (2014), o principal formulador deste campo de estudos, a permanência da colonialidade no presente não são entendidas num mesmo contínuo material histórico e estrutural. A colonialidade, enquanto matriz de poder no presente “pós-colonial”, reproduziria os legados do colonialismo enquanto fenômeno histórico. Na literatura decolonial latino-americana, aquele que mais se aproxima da perspectiva do *settler colonialism* seria Casanova, que aponta para a permanência do povoamento branco no “pós-colonial”, mas que veria a formação de um novo “colonialismo interno” agora conduzido pela elites locais (CASANOVA, 2007). Para a teoria de Wolfe (1999; 20006), a independência dos colonos seria simplesmente a conquista do autogoverno no território em relação a metrópole, não a formação de um novo processo colonial em um novo momento com continuidades e descontinuidades.

De fato, há na principal literatura crítica a respeito da questão colonial uma dificuldade de se reconhecer a particularidade da colonização por povoamento. Autores anticoloniais fundamentais como Memmi e Fanon, ambos escrevendo de colônias por povoamento francesas — Marrocos e Argélia, respectivamente —, não ressaltaram a particularidade do colonialismo por povoamento, mas situaram a sua crítica à dominação global do sistema Europeu colonial e capitalista (ENGLERT, 2017). A maior parte da literatura pós-colonial repousa as suas observações principalmente em questões de exploração do trabalho e subjugação racial dos colonizadas. Memmi (2007) vê o extermínio dos indígenas nos EUA como uma contradição à suposta lógica básica do colonialismo que seria a exploração forçada de mão de obra nativa.

Não faz tanto tempo que a Europa abandonou a ideia da possibilidade de um extermínio total de um grupo colonizado. Uma *boutade*, meio sério meio gracejo, como todas as *boutade*, afirmava a propósito da Argélia: “Há apenas nove argelinos para um francês... bastaria dar a cada francês um fuzil e nove balas.” Evoca-se também o exemplo americano. E é verdade que a famosa epopeia nacional do faroeste se parece muito com um massacre sistemático, mas foi assim que deixou de haver o problema pele-vermelha nos Estados Unidos. O extermínio salva tão pouco a colonização que é quase exatamente o seu contrário. A colonização é, em primeiro lugar, uma exploração econômico-política. Se o colonizado fosse suprimido, a colônia se tornaria um país qualquer, entendendo, mas quem seria explorado? Com o colonizado, desaparecia a colonização, inclusive do colonizador. (MEMMI, 2007, p. 186–7).

A limitação de Memmi em compreender a centralidade da terra em certos contextos de colonização o leva a entender o extermínio quase como um paradoxo colonial. A dificuldade de reconhecimento da especificidade e das tipologias do colonialismo nos estudos pós-coloniais estão entre as razões que levaram a autores como Veracini e Wolfe salientarem o colonialismo por povoamento como um fenômeno distinto, separado e até antiético ao colonialismo por exploração. Embora ambos estejam fundados no capitalismo, na modernidade liberal e na expansão imperialista, os colonialismos por povoamento e por exploração envolveriam racionalidades, lógicas de racialização, fins políticos e projetos de descolonização distintos. Segundo Veracini (2010b, p. 1) “colonizadores e colonos almejam coisas diferentes”. Enquanto o primeiro almeja o trabalho nativo e o coage diretamente a trabalhar para extrair sua mais valia, o outro reivindica a terra nativa, coagindo a população autóctone a deixar seu local de vida para expropriar a sua terra. Dessa forma, se os nativos em contextos de exploração são racializados e reproduzidos de forma a constituir submissão e superexploração, os indígenas em situações de povoamento seriam racializados e reproduzidos enquanto populações sobressalente, indesejada, descartável e eliminável. Não por acaso, os negros são racializados de acordo com o corpo e os indígenas em relação à terra (WOLFE, 2016). A necessidade de reafirmação do colonialismo por povoamento enquanto campo de estudos distinto leva Veracini (2014) a afirmar que o “colonialismo [por exploração] e o colonialismo por povoamento devem ser interpretados como modos de dominação antiéticos, mesmo que sempre interajam e se sobreponham em formas fluidas e complexas no mundo real”.

2.2.1 As dicotomias terra-trabalho e exploração-eliminação na colonização por povoamento

A reafirmação radical da especificidade colonial em autores como Memmi e Veracini limitam a compreensão de formas complexas de realização do povoamento colonial no processo material histórico. Clarno (2017) observa que apesar de Wolfe reconhecer as vinculações entre colonialismo e capitalismo, o essencialismo da teoria do colonialismo por povoamento teria motivado investigações que privilegiam a análise exclusiva do colonialismo em detrimento da sua conexão com o capitalismo. Casos de colonização por povoamento na América Latina e na África, como Brasil, Chile, México, Argélia, África do Sul e Rodesia, são alguns casos em que a exploração do trabalho nativo foi combinada com a sua eliminação. Em todos estes casos, as demandas colonas por terra e trabalho nativos tem coexistido, logo constituindo casos ambíguos que desafiam as reivindicações centrais do seu modelo de colonialismo por povoamento. Mamdani (2015), por exemplo, observou que África e América revelam respectivamente dois casos distintos de fracasso e sucesso do colonialismo por povoamento. Teria sido justamente a

dependência em relação ao trabalho indígena e a constituição de um movimento de resistência nativo que suprimisse as capacidades econômicas de reprodução da população colona que teriam limitado a expansão dos regimes de supremacia branca no continente e possibilitado a descolonização em países como Argélia, Uganda, Rodesia e África do Sul. Isto é, a questão do trabalho e das relações de classe na economia política das colonizações por povoamento seriam fundamentais, inclusive, para refletir sobre as possibilidades de descolonização.

A Palestina, como demonstram Englert (2017) e Ross (2019), não seria diferente: embora a continuidade da Nakba e do assentamento demonstrem a importância estrutural da teoria do colonialismo por povoamento para compreender a realidade e história daquele território, a exploração do trabalho da população palestina têm sido igualmente permanente e importante para o regime colono apesar das flutuações nas demandas por diversas razões. Isto é, a dicotomia espaço-trabalho seria limitadora para compreender a lógica dos colonialismos. Ao invés da eliminação ou do confinamento, como entende o modelo de Wolfe, o destino dos despossessados poderia, inclusive, ser a proletarianização, como ocorreu no caso do próprio Canadá e também do Brasil (HARRIS, 2004; POETS, 2020). O caso brasileiro, assim como demais sociedades latino-americanas, é exemplar das contribuições que o modelo de Wolfe pode trazer para compreender a história e o presente da colonização nesses territórios em relação às interpretações hegemônicas na literatura nacional, particularmente a de Caio Prado Júnior, assim como das limitações dessa abordagem para interpretar as contradições do processo histórico. Prado Júnior é a principal referência a respeito da discussão entre colonização por povoamento ou por exploração no Brasil. Segundo a sua interpretação, o sentido da colonização portuguesa do Brasil não seria um de povoamento, mas um exploratório, pois estaria voltado exclusivamente para a exploração dos recursos naturais por meio do emprego de trabalho escravizado ameríndio e africano para a exportação aos mercados globais.

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes, depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais do que isto. E com tal objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organização a sociedade e a economia brasileira. (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 20).

Diferentemente da colonização inglesa do Norte dos EUA, segundo Prado Júnior (2000), o Brasil não ofereceria condições climáticas para o estabelecimento de uma sociedade europeia por meio do “povoamento efetivo”. Além disso, os portugueses teriam sido incapazes de construir uma nova sociedade europeia ao sul do Equador pela insuficiência de colonos que

desejassem buscar novas e melhores condições de vida além-mar pela ausência de população sobressalente na metrópole portuguesa ainda em estágio rudimentar de desenvolvimento do capitalismo industrial. Em contraste, na Inglaterra existiu uma população trabalhadora sobressalente produzida pelo acentuado desenvolvimento do capitalismo produtivo no campo, dos cercamentos das terras comuns e das desposseções dos pequenos agricultores de seus meios de subsistência. Com efeito, a ausência de trabalho branco europeu em pequenas propriedades no Brasil era outro fator que levou Prado Júnior a reivindicar o sentido exploratório da colonização em detrimento de um por povoamento. Na sua visão, o povoamento seria caracterizado, a partir da análise do Norte dos EUA, pela formação de um campesinato europeu em pequenas propriedades em que a produção seria voltada não para a troca, mas para o uso e a subsistência próprias. Seria, portanto, um modo colonial mais pacífico distinto do modelo exploratório das *plantations* escravocratas do Sul dos EUA e do Brasil (PRADO JÚNIOR, 2000). Prado Júnior (2000) via a colonização brasileira marcada pela divisão de trabalho entre o branco, colono e europeu como o “dirigente e grande proprietário rural” e do “trabalho recrutado das raças inferiores que domina: indígenas ou negros africanos”.

O colono europeu não traria com ele a disposição de pôr-lhe a serviço, neste meio tão difícil e estranho, a energia do seu trabalho físico. Viria como dirigente da produção de gêneros de grande valor comercial, como empresários de um negócio rendoso; mas só a contragosto como trabalhador. Outros trabalhariam para ele. (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 17).

Essa análise de Prado Júnior está em concordância com a distinção entre colonialismo por povoamento e por exploração em Marx, que entendia a colonização por povoamento como caracterizada pelo campesinato branco que trabalha a terra prioritariamente para seu uso e não para a troca no mercado (MAZZEO, 2015). Já o colonialismo por exploração seria qualificado pela produção de mercadorias voltado para troca no comércio externo (Mazzeo, 2015). Essa análise mais tradicional de Prado Júnior e Marx foca excessivamente na divisão do trabalho e desconsidera a questão da terra. No entanto, é possível reivindicar importantes contribuições da teoria contemporânea do colonialismo por povoamento para compreender a situação dos afro-brasileiros e dos ameríndios no Brasil, assim como a natureza do colonialismo brasileiro tanto no passado como no presente. Como já afirmamos em outra ocasião (Huberman & Nasser 2019) e observa Poets (2020), tanto negros como indígenas tem sido afetado pelo processo de eliminação por meio da desposseção da terra, da assimilação forçada e da exclusão social, mas também pela exploração de seu trabalho. Apesar de no âmbito da produção os brancos ocuparem apenas a posição do proprietários, a sociedade colonial não era formada apenas pelos empreendedores rurais, mas também por soldados, missionários jesuítas, demais dirigentes

estatais e aventureiros individuais oriundos da metrópole que auxiliavam no processo despossessão das terras indígenas para erguer os assentamentos coloniais rurais e também na ordenação da sociedade colonial, como o próprio Prado Júnior (2000) nota. A população africana escravizada, por sua vez, era utilizada como forma de povoamento involuntário dos grandes latifúndios rurais. Já as “pacificações” das populações indígenas, inicialmente dedicadas à escravização, ao aldeamento e à exploração dos nativos, passaram a provocar extermínios frequentes à medida que o tráfico negreiro se tornou uma atividade menos laboriosa e mais lucrativa aos colonos (PACHECO DE OLIVEIRA, 2014).

Assim como nos EUA e em demais colonizações por povoamento, os invasores do território onde foi criado o Brasil nunca foram embora, mas acabaram construindo um autogoverno no qual os indígenas e demais populações estruturalmente subalternas a partir de uma diferenciação racial foram excluídas por meio do confinamento espacial, da subjugação legal, do genocídio e da superexploração do trabalho. As populações nativas, por exemplo, foram majoritariamente confinadas em Reservas Indígenas que representam parcelas muito menores de seu território original, muitas vezes vítimas de processos forçados de transferência populacional e assimilação forçada, como ocorrido na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Já o povoamento branco europeu tem sido uma constante na história brasileira, particularmente após a independência formal e a abolição da escravidão no final do século XIX, isto é, supostamente no momento “pós-colonial”. A onda de colonização da virada do século XX foi responsável por construir uma classe de pequenos produtores rurais brancos e também uma classe trabalhadora branca urbana no contexto do processo de industrialização e modernização pela república. Estes colonos europeus não eram somente imigrantes alienados das estruturas raciais do Brasil, mas sujeitos portadores da soberania estatal que assegurava a sua propriedade privada da terra e a exclusão das populações negras e indígenas. Embora essas novas classes fossem subalternas às classes dominantes brancas proprietárias dos grandes latifúndios, ao mesmo tempo tem usufruído coletivamente da acumulação histórica de trabalho e terras de ameríndios e afro-brasileiros possibilitada pela estrutura de hierarquia racial. A continuidade dos conflitos rurais e urbanos em torno dos espaços e modos de vida de populações indígenas, quilombolas e faveladas subalternizadas reforçam o argumento de que o caso brasileiro pode ser lido pela teoria do colonialismo por povoamento (HUBERMAN; NASSER, 2019; POETS, 2020; SOUZA et al., 2017a). Essa interpretação concorda com a literatura que vê o racismo estrutural como uma base fundamentadora de todas as relações sociais do Brasil (ALMEIDA, 2019; MOURA, 1995; SOUZA, 2017).

Em resposta às críticas do como a sua teoria sobre a colonização por povoamento aborda a questão do trabalho indígena, Veracini e Wolfe buscaram fazer adaptações ao seu modelo. Nos exemplos latino-americanos, Veracini (2014) os classifica como casos “híbridos”, ou que a exploração de trabalho poderia ser uma estratégia temporária dos colonos. Já no caso da Palestina, Veracini (2013) vê uma cisão nas formas coloniais israelenses dentro de Israel e nos TPO. Segundo ele, o “fracasso” do projeto de assentamento israelense nos TPO teria transformado a ocupação em um processo colonial tradicional, baseado na exploração e separação dos palestinos, enquanto no interior de Israel continuaria a ser um “bem-sucedido” processo de colonização por povoamento baseado em sua lógica de “eliminação”. Barakat (2018) critica essa interpretação de “sucesso” e “fracasso” enquanto uma adoção da visão do colonizador para a análise, pois o “triunfo” do colonizador significa a “derrota” dos indígenas e em nenhum momento os palestinos teriam sido “derrotados”, mas estariam continuamente resistindo e desafiando a expansão colonial israelense. Além disso, a separação legitimaria assim a estratégia israelense de dividir a população e os territórios os palestinos dos TPO e do interior de Israel como dois problemas distintos que exigem soluções distintas, limitando as possibilidades de descolonização dos palestinos. Englert (2017) observa que a expansão da ocupação israelense para toda a Palestina histórica criou novas contradições para o projeto israelense em relação à necessidade de governar um número maior de nativos, mas não teria diminuído as ambições de povoamento das políticas de assentamento nos TPO.

Fieldhouse (1966) desenvolveu uma tipologia clássica dos modelos de colonização por povoamento observados a partir de uma abordagem menos essencialista. Em sua classificação sobre as “colônias com assentamentos”, ele observou três categorias: “pura”, “mista” e de “plantação”. O primeiro caso, baseado nos modelos estadunidense e australiano, seria o abordado por Wolfe e Veracini, em que a criação de sociedade brancas baseada no trabalho branco e na expulsão dos nativos era central. As colonizações mistas seriam exemplos onde a presença considerável de colonos brancos e de trabalho colono convivia com a presença e a centralidade do trabalho nativo a exemplo de México e Argélia. Já os assentamentos de plantação seriam os casos de Brasil, Caribe e Sul dos EUA, onde a importação de mão de obra escravizada em plantações era a base das economias coloniais. No entanto, fundamental para Fieldhouse (1966) era a capacidade de os processos coloniais se desenvolverem de acordo com as condições históricas entre um modelo e outro, adotando estratégias diferentes para a expansão da fronteira em relação as populações indígenas e a metrópole. A colonização francesa da Argélia, por exemplo, evoluiu de uma baseada na exploração do trabalho indígena

no norte do país para um povoamento de todo o território, como uma estratégia de pacificação, após a revolta argelina de 1834 (FIELDHOUSE, 1966).

Shafir (1996), em seu trabalho paradigmático a respeito das dinâmicas de classe na origem do processo colonial sionista na Palestina, demonstra como a própria presença dos palestinos, particularmente no mercado de trabalho, significativamente definiu as ações do movimento sionista no terreno. A colonização sionista passou de um modelo de plantação para um de assentamento puro por meio da separação entre a economia colona sionista e a economia nativa árabe-palestina. Os dirigentes coloniais sionistas deliberadamente adotaram um modelo de colonização na Palestina inspirado na “colonização interna” prussiana da Polônia e na “barreira de cor-racial” entre trabalhadores brancos e negros na África do Sul (SHAFIR, 1996). Portanto, como observa Samour (2016, p. 33), a história dos movimentos colonizadores é de uma vez só vez a história da sociedade indígena que eles invadem — eles dialeticamente se constituem no processo material da história. Além disso, os modos de colonização também são produtos históricos das formações imperiais de expansão do capitalismo ao redor do mundo. Lowe (2015) demonstra as complexas relações entre despossessão e exploração envolvendo populações nativas, africanos escravizados, trabalhadores cativos e colonos europeus em diferentes partes do mundo colonizador e colonizado. Como nota Said (1979), o sionismo só foi possível graças às experiências coloniais europeias precedentes, que foram reproduzidas na Palestina. Portanto, aqui podemos observar a centralidade da resistência nativa e dos modos de produção capitalistas vigentes como fatores que historicamente determinaram a forma da colonização ocorre em relação à terra e à população indígenas.

A diversidade de fatores que influenciam no desdobramento material e histórico do colonialismo demonstra a importância de análises conjunturais de acordo com diversas variáveis socioeconômicas do capitalismo em suas localidades territoriais. Apesar da diversidade do fenômeno colonial historicamente, Young (2016) observa que entre as diversas práticas coloniais que buscaram prioritariamente constituir espaços de vidas para os colonos ou explorar o trabalho dos nativos, todos envolveram a transformação da sociedade nativa e de seu território para constituir formas sociais capitalistas de acumulação e a mercantilização dos meios de produção em conexão com a divisão internacional do trabalho. Em concordância com Englert (2020), entendemos a exploração e a eliminação como formas de acumulação pela despossessão utilizadas pelos colonos de acordo com as condições materiais as quais

encontram, por sua vez construídas pelas dinâmicas globais do capitalismo, pela luta de classes no interior da sociedade colona e pela resistência anticolonial dos nativos.

2.2.2 O colonialismo por povoamento como acumulação por despossessão

Como vimos, o conceito de acumulação primitiva em Marx descreve o uso da violência pelo Estado, como no colonialismo, para assegurar as condições necessárias de extração de mais valia dos produtores diretos, os trabalhadores, pelos proprietários privados dos meios de produção. Isto é, o conceito de acumulação primitiva também versa sobre a divisão do trabalho entre Estado e capital no capitalismo, no qual o Estado seria o detentor do monopólio da coerção e que realizaria o trabalho “sujo” pelos capitalistas de ordenação coercitiva ou persuasiva da sociedade de acordo com as necessidades do capital (SINGH, 2016). Essa separação violenta entre economia e política, entretanto, não seria apenas fundado do capitalismo, mas uma condição necessária que teria de ser permanentemente reconstruída e assegurada de forma coercitiva. Harvey é referência importante no debate contemporâneo sobre a natureza estrutura da acumulação primitiva no capitalismo e autor do conceito de “acumulação pela espoliação” como forma de escapar da dimensão histórica que os termos “primitivo” e “original” carregam. Segundo ele, seriam as formas contemporâneas de acumulação pela despossessão incluiriam:

[...] a mercantilização e a privatização da terra, e a expulsão forçada de populações camponesas (como no México e na Índia, em tempos recentes); a conversão de várias formas de direitos de propriedade (por exemplo, propriedade comum, coletiva, pública) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão de direitos aos bens de uso comum; a mercantilização da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (incluindo recursos naturais); a monetarização da troca e da arrecadação fiscal, particularmente da terra; o comércio de escravos (que continua especialmente na indústria sexual); a usura, a dívida nacional e a mais devastadora de todas, o uso do sistema de crédito como instrumento radical para a acumulação primitiva. (HARVEY, 2007a, p. 18).

A partir dessa perspectiva, as condições básicas, isto é, “originais” ou “primitivas” necessárias para a acumulação de capital — a mercantilização dos meios de produção da vida e a proletarianização do trabalho “livre” assalariado — seriam continuamente reproduzidos e assegurados por meio da força extra-econômica. Dessa forma, Englert (2020) reivindica que o colonialismo por povoamento seria melhor entendido como uma forma de acumulação pela despossessão. Isto é, ao invés de um processo com uma lógica própria, a “eliminação”, o colonialismo por povoamento operaria, tal qual todos os colonialismos, dentro da lógica de capital (ENGLERT, 2020). Este enquadramento permite compreender como os colonos podem buscar a exploração ou a eliminação dos nativos como estratégia de acumulação de acordo com

as condições materiais encontradas. Como coloca Coulthard, a partir de um diálogo entre a teoria de colonialismo por povoamento de Wolfe com a de acumulação primitiva de Marx, a particularidade da acumulação colona seria a “aquisição territorial perpetua”. A eliminação poderia vir a ser um resultado, não a sua lógica.

No contexto específico do colonialismo por povoamento canadense, embora as formas pelas quais o Estado colono tenha buscado eliminar povos indígenas como meio de obter acesso as nossas terras e recursos tenha mudado nos últimos dois séculos [...] os fins sempre permaneceram os mesmos: para escorar acesso continuado aos territórios dos povos indígenas para os propósitos de formação estatal, assentamento e desenvolvimento. (COULTHARD, 2014, p. 125).

Logo, a colonização por povoamento seria uma forma de acumulação pela despossessão racializada, isto é, que teria no racismo como uma forma de tornar a despossessão legível. Segundo Byrd (2011, xxiii): “racialização e colonização tem trabalhado simultaneamente para diferenciar e sujeitar populações inteiras para elas poderem ser escravizadas, excluídas, removidas e mortas em nome do progresso e do capitalismo”. A incorporação dos nativos na força de trabalho nem sempre foi necessária porque as metrópoles coloniais normalmente utilizavam a colonização também como forma de alocação de população já proletarizada em outros locais, como no cercamento das terras comuns na Europa (ENGLERT, 2020). O destino das populações nativas no encontro colonial depende, como vimos, das dinâmicas de resistência, dos imperativos econômicos e culturais dos colonizadores e do modo de produção hegemônico dos impérios globais. Para perseverar, os processos de colonização por povoamento tendem a constituir uma governamentalidade liberal assentada muitas vezes em formas de consentimento e de reconhecimento dos sujeitos colonizados para assegurar a continuidade da dominação, da espoliação e da exploração por formas mais suaves, humanizadas e liberas da dominação racial (COULTHARD, 2014). Logo, a exploração e a eliminação são formas de acumulação pela despossessão à disposição dos colonos para o seu uso alternado de acordo com as condições materiais que se encontram. Portanto, teremos a teoria da colonização por povoamento e a eliminação dos nativos como um devir estrutural que dirige a imaginação e a *práxis* dos colonos israelenses na Palestina, tanto historicamente como contemporaneamente, em relação dialética com as condições materiais presentes naquele território. Abaixo, examinamos as correlações entre racismo e capitalismo para compreender como a violência colonial pode operar de forma dura ou suave, exploratória e eliminatória.

2.3 Racismo e capitalismo: a feição suave da despossessão colonial

Para Singh, compreender a centralidade *continuada e estrutural* do racismo e do colonialismo para o processo de acumulação primitiva envolve reconhecer que racismo e capitalismo são mutuamente e permanentemente constituídos e não apenas em momentos de expansão, de abertura de novos mercados, ou de crise por qualquer motivo que seja. Estes podem ser os momentos em que essas contradições são mais explosivas, evidentes e aparentes, no entanto, nos demais períodos mais estáveis e pacíficos não significa que eles foram superados pelo amadurecimento do capitalismo, mas apenas ocultados e naturalizados (SINGH, 2016). Isso significaria dizer que o capitalismo, da mesma forma que opera através das diferenciações de classe para se reproduzir, também se vale permanentemente das diferenciações de raça para possibilitar formas diferenciadas de acumulação que se valem da força para extrair ainda mais riquezas, como o trabalho forçado e a despossessão, para suprir as demandas de consumo e produção necessárias a sua reprodução global e permanente. Portanto, o colonialismo não seria um pecado superado pelo liberalismo ilustrados dos capitalistas tampouco o racismo seria um paradoxo pertencente ao campo da política ou da individualidade desconexo das questões econômicas. Um ponto central é como o capitalismo depende do racismo e do colonialismo para possibilitar a existência das formas menos coercitivas e “livres” de acumulação e exploração, como o trabalho assalariado (BHATTACHARYYA, 2018; SINGH, 2016). Como notou o próprio Marx: “a escravidão era um negócio conduzido por capitalistas” e que “escravidão disfarçada dos assalariados na Europa necessitava, como pedestal, da escravidão *sans phrase* do Novo Mundo” (MARX, 2013, p. 829).

O fim da escravidão e do colonialismo formais — ao menos em algumas partes do mundo — não significaram o fim de regimes de trabalho forçado, da expropriação espacial ou do racismo como formas de acumulação pela espoliação, mas da sua reprodução pela introdução de novas formas que mantiveram as mesmas estruturas e lógicas. Surgiram novos regimes de trabalho forçado, como o trabalho por dívida ou carcerário, o trabalho de imigrantes asiáticos — “coolie labor” — , e as formas análogas à escravidão extremamente precárias presentes não apenas nas fronteiras agrícolas ao redor do mundo, como também nas “sweatshops”, as “fábricas de suor” bastante comuns nos centros urbanos da Ásia e da América Latina (CLARNO, 2017; SINGH, 2016). A expulsão violenta da terra para abrir espaços para novos empreendimentos imobiliários, revitalizações urbanas ou para permitir acesso a recursos naturais tem se tornado cada vez mais comuns na contemporaneidade (HARVEY, 2004; SASSEN, 2014). Muitas vezes esses regimes de trabalho e de expulsão forçados são baseados

em racializações e existem em conjunto com barreiras de cor/raciais — as “color bars” — que protegem formas de trabalho e espaços de vida exclusivamente para grupos racialmente privilegiadas, ao passo que restringem posições desvalorizadas socialmente e financeiramente para populações racialmente desvalorizadas (BHANDAR, 2018; BHATTACHARYYA, 2018). Estes foram os casos das colonizações nos EUA, na África do Sul e em Palestina/Israel, onde barreiras raciais no mercado de trabalho foram erguidas como forma de assegurar a supremacia e a solidariedade racial entre colonos brancos em detrimento da solidariedade de classe entre trabalhadores brancos e nativos (CLARNO, 2017; HAIDER, 2018).

Segundo Robinson (2000), o racismo poderia ser considerado a “agência histórica” e a “força material” do capitalismo: a razão de seu sucesso e sobrevivência até os dias de hoje. No seu entendimento, o racismo precederia o capitalismo. Os emergentes capitalistas teriam se aproveitado de diferenciações racializadas existentes no período feudal para desenvolver a ordem a ordem capitalista moderna baseada na escravidão, na violência, no imperialismo e no genocídio. Os primeiros proletários teriam sido as populações europeias racialmente subalternizadas, como os judeus, irlandeses, ciganos e eslavos que já haviam sido despossessadas e submetidas a formas de trabalho forçado. A desvalorização racista dessas populações facilitava tanto a sua continuada despossessão dos meios de produção como a sua inclusão ao novo modo de produção enquanto força de trabalho “livre” (Robinson). Portanto, o capitalismo seria universalmente racial, apesar das formas de racializações serem particulares aos seus contextos espaciais, étnicos, culturais e econômicos.

Já Chatterjee (CHATTERJEE, 1993, p. 13) observa que a partícula definidora de um regime colonial tem sido “o governo da diferença colonial”, isto é, o princípio de governo em que o colonizado é representado ideologicamente e materialmente como inferior, radicalmente o Outro. E a “raça” é o elemento definidor específico do domínio colonial. O racismo, para Fanon (1980), é tanto um “produto” quanto um processo pelo qual o grupo dominante lança mão para desarticular as capacidades de resistência do dominado, destruindo os seus “valores, sistemas de referência e panorama social” para possibilitar a colonização em conjunto da força bruta. Depois de desarticuladas as ordenações sociais dos colonizados, um novo sistema de referências e valores colonial seria imposto sobre os nativos para assegurar a subjugação e a diferenciação em conjunto da violência (FANON, 1980). Além de promover a expansão material e da sociabilidade do modo de produção capitalista por meio da colonização como parte do processo de acumulação primitiva do capital, a racialização e o racismo seriam

internalizados pelo colonizado de forma a construir a sua subjetividade. Logo, o racismo impacta diretamente as possibilidades de relação entre colonizadores e colonizados, assim como as formas de resistência e emancipação dos colonizados (FAUSTINO, 2018). A constituição de um regime de subjugação racial, entretanto, não seria o propósito da existência do processo colonial, mas a acumulação material e econômica (WOLFE, 2016). Como coloca Coulthard a respeito do modo de dominação da colonização por povoamento.

A relação da colonização por povoamento é uma caracterizada por uma forma particular de dominação; isto é, é uma relação na qual o poder — nesse caso, facetas discursivas e não discursivas de poder econômico, de gênero, racial e estatal — que tem sido estruturado em um quadro hierárquico de relações sociais relativamente seguro e sedimentado que continuam a facilitar a despossessão do povo indígenas de suas terra e autoridade soberana (COULTHARD, 2014, p. 6, tradução nossa).

Em concordância com Fanon, Wolfe (2016) reivindica que, assim como as armas, os canhões, os instrumentos jurídicos e as narrativas civilizadoras, a raça a racialização fazem parte do arcabouço pré-acumulado pelos colonizadores europeus a partir das experiências seculares de seus predecessores, uma espécie de “capital histórico” que serve para alavancar recursos adicionais para o encontro colonial. Estes recursos pré-acumulados externamente pelos colonos seriam centrais para construir uma assimetria de poder contra as capacidades os quais os nativos dispõem para conquistar e manter a dominação colonial sobre os territórios e corpos indígenas (WOLFE, 2016). O racismo seria, portanto, uma tecnologia de diferenciação e subjugação relacional que opera a partir de práticas de valorização e desvalorização de identidades corpóreas, étnicas e religiosas para a espoliação e o governo diferenciados de certos corpos e espaços racializados (MELAMED, 2011). Robinson (2000) argumenta que a tendência do capitalismo por meio do imperialismo não seria apenas de homogeneizar, mas diferenciar, exagerar diferenças regionais e étnicas em diferenças raciais — inicialmente dentro da Europa, depois expandindo-se para o resto do mundo. Ao conferir significado e valor a espaços e identidades humanas, a supremacia branca teria organizado todos os indivíduos e coletividades em uma ordem social global profundamente desigual de acordo com seu valor relativo.

Em uma escala macro, o capitalismo estabeleceu por meio dos processos racializados de colonização e imperialismo um processo de desenvolvimento desigual e combinado que construiu um sistema-mundo composto por nações do centro e da periferia no qual há uma relação de dependência de mão dupla entre eles (VALENCIA, 2019). Barros (BARROS, 2019a) reivindica que essa dinâmica internacional também se reproduz em escala micro, onde o racismo serve como forma de contenção da população sobressalente produzida pelo capital,

o chamado “exército industrial de reserva”. Ele denomina essa estrutura de “espaço algébrico de circulação de corpos”, que determina os locais para brancos e negros como respectivamente dentro e fora, incluídos e excluídos, do mercado de trabalho e do espaço social (BARROS, 2019b). Essa estrutura estaria longe de ser estática, mas seria dinâmica do lado de dominantes e dominados pela reprodução das formas como o racismo, a acumulação de capital e o governo liberal da diferença operam. Kelly (2017) reivindica que o ponto central da ideia de capitalismo racial é que a ficção da raça e do racismo seriam tão fracas que elas acabariam se revelando até mesmo para os mais racistas. Logo, para a supremacia da branquitude e do capital se manterem, precisariam sempre ficar mudando para as estruturas e hierarquias continuarem as mesmas.

Harvey (2004) nota que o modo de acumulação pela espoliação possui um importante aspecto fraudulento e farsesco, como os esquemas de pirâmide financeira, título podres e o endividamento em massa. A violência do capital precisaria ser constantemente mascarada por trás de construções ideológicas que mascaram a realidade. O racismo tornaria legível e justificável essas operações violentas e farsescas do capitalismo, como a dominação de populações e nações inteiras em nome da civilização, do progresso ou, numa linguagem, mais contemporânea, dos direitos humanos e humanitários (ver capítulo 3). Um corolário desta farsa é o retrato do desenvolvimento econômico e demais “modernizações” promovidas pelo capitalismo como processos separado do racismo, que seria restrito à esfera da política e da violência extraeconômica. Logo, o desenvolvimento e o capitalismo poderiam se retratados como formas de resolver as desigualdades e subjugações racializadas, enquanto as antigas práticas coloniais permaneceriam sob novos signos e disfarces para permitir a acumulação necessária para as formas de vida privilegiadas das classes dominantes e da branquitude se reproduzissem (BHATTACHARYYA, 2018; KELLEY, 2017).

Portanto, seria limitadora a percepção comum que se tem a respeito do processo de colonização enquanto um que operaria exclusivamente por meio da força pura, eliminatória, desumanizadora, devastadora e genocida, aproximando-se de um governo essencialmente necropolítico — uma forma de poder baseada na morte e na destruição (MBEMBE, 2003). Não por acaso, tanto Mbembe (2003) como Wolfe (2006) tiveram na Palestina um lócus importante para o desenvolvimento das suas teorias a respeito da necropolítica e da eliminação, respectivamente, embora a lógica de eliminação não se reduza à morte, mas também à assimilação. Essa percepção a respeito do colonialismo poderia ser reforçada inclusive por Fanon, que em *Os Condenados da Terra* escreve:

Nos países capitalistas, entre o explorado e o poder interpõe-se uma multidão de professores de moral, de conselheiros, de “desorientadores”. Nas regiões coloniais, ao contrário, o polícia e o soldado, pelas suas intervenções diretas e frequentes, mantêm o contato com o colonizado e aconselham-no, com golpes de coronha ou incendiando as suas palhotas, que não faça qualquer movimento. O intermediário do poder utiliza uma linguagem de pura violência. O intermediário não mitiga a opressão, nem encobre mais o domínio. Expõe e manifesta esses sinais com a boa consciência das forças da ordem. O intermediário leva a violência à casa e ao cérebro do colonizado. (FANON, 1968, p. 33).

Contudo, para além de querer reduzir o colonialismo a um fenômeno exclusivamente violento, Fanon deseja revelar a “pura violência” que existe nas estranhas do colonialismo, que sempre existiu e sempre existirá, mas que podem ser mitigadas e encobertas. É justamente no momento da revolta anticolonial que a essência do colonialismo se revelaria. No entanto, no restante do tempo, o fenômeno colonial poderia assumir disfarces para suavizar a sua violência para o bom governo colonial que traga a civilização, as luzes, os bons costumes e as maneiras capitalistas de produção e exploração. Isto é, a violência colonial poderia também ser também dócil, suave e produtiva quando fosse conveniente ou necessário aos colonos, como demonstra o próprio Fanon em *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Para além de uma disputa entre o significado do colonialismo, se seria um poder mais coercitivo ou persuasivo, essas duas obras do autor martinicano representariam a complexidade do fenômeno colonial, a diversidade das suas tecnológicas materiais e subjetivas de poder e também o falseamento da sua aparência que nos momentos de revolução é desvelado (COULTHARD, 2014; FAUSTINO, 2018). Insistir na interpretação do colonialismo como exclusivamente o reino da violência pura seria reacionário, pois reafirmaria o colonialismo como antítese do capitalismo liberal metropolitano e, portanto, o campo da paz, da liberdade, das relações mutuamente benéficas e do consentimento. O exame do colonialismo, afirma Marx, é importante pois revela o capitalismo. Já para Sartre (2005), a saída para o fim do colonialismo envolve justamente desmascarar as “artimanhas” humanistas da dominação bárbara do colonialismo sobre os nativos. Estas artimanhas, entretanto, não seriam somente discursos coloniais vazios, mas teriam uma contraparte material, fraudulenta, mas existente. Tanto as práticas discursivas e subjetivas do racismo e das racializações, como os instrumentos materiais econômicas e jurídicos se reproduziriam.

Fanon (1980) observa que o racismo, enquanto estrutura de dominação objetiva e subjetiva, gera uma desidentificação do sistema de valores e referências dos subalternos racializados que seriam fundamentais para os colonizadores assegurarem a exploração e a dominação. O racismo nega a existência do Outro, desumaniza e animaliza, o que muitas vezes resulta na apatia e em tentativas de fuga dessa identidade desvalorizada à medida que o

colonizado internaliza as mentiras do discurso racista. O disfarce do racismo brutal ocorreria justamente a partir do momento em que as condições de produção capitalista exigiriam mais colaboradores para aumentar a produtividade. Essa necessidade econômica resultaria em formas de reconhecimento da existência do colonizado de forma a não mais reduzi-lo a um objeto, mas enquanto um sujeito colonial (FANON, 1980). Isso não significaria uma diminuição do racismo ou o seu fim, mas a imposição pelo opressor de novas maneiras de ver e se entender de forma dissimulada e alienada. Diante de tamanha depreciação, observa Fanon (1980), surgiriam patologias como a aceitação e consentimento dessas novas formas ideológicas de viver impostas pelos colonizadores, ou tentativas de imitação do colonizador e de “embranquecimento” como meio de fuga da desvalorização racial e busca pela humanidade negada pelo colonizador. Isto é, o racismo desumanizador facilitaria a implementação, em um segundo momento, de políticas e representações liberais que reorganizam a dominação colonial.

Diversos autores indígenas e pós-coloniais têm apontado como as agendas, lideranças, reivindicações e movimentos antirracistas, anticoloniais e indígenas para as formas hegemônicas de governo (BYRD, 2011; COULTHARD, 2014; FANON, 1968; MELAMED, 2011; TATOUR, 2016). As tecnologias liberais e suaves de despossessão atuam de maneira mais elusiva, lenta e gradual do que a coerção, mas tendem a gerar resultados mais profundos e perenes nas sociedades colonizadas (COULTHARD, 2014). Coulthard (2014) demonstra como a despossessão de povos indígenas pelo regime colono-liberal do Canadá tem ocorrido no século XXI não mais pela expulsão violenta e a repressão, mas por políticas de multiculturalismo e reconhecimento do status indígena em que os nativos são levados a consentir a sua própria despossessão. Isto é, o Estado liberal utiliza-se das reivindicações de dignidade resultantes dos séculos de racismo estrutural da colonização branca dos povos ameríndios para armar uma armadilha para a população indígena, explorando as vulnerabilidades da identidade as quais salientava. Isso tem permitido o acesso do Estado aos recursos naturais das terras indígenas de forma facilitada e pacífica que teriam mais dificuldade de conseguir de outras formas. O governo dos EUA, por exemplo, não teve o mesmo sucesso em violar a autonomia do povo Sioux na Reserva Stading Rock para acessar os recursos hídricos do território ao seu utilizar principal recursos coercitivos e jurídicos para a construção de um duto. O regime foi interrompido por um movimento de resistência transnacional que reuniu diversos grupos solidários liderados pelos indígenas (ESTES, 2019).

Como Foucault coloca, o poder é também produtivo, produtor de comportamentos, relações sociais, espaços, subjetividades e formas de exploração. O poder colonial não é diferente. A característica tirânica do governo da diferença colonial não significa apenas reprimir, mas também *governar* os povos colonizados para administrá-los de acordo com as estratégias e necessidades contextuais, equilibrando entre formas de exclusão e inclusão, assim como alternando entre diferentes modos raciais de acumulação pela exploração do trabalho ou pela despossessão territorial. O capitalismo é um fenômeno dinâmico que possui diversos ciclos que flutuam a demanda por trabalho ou acesso aos recursos naturais das terras onde vivem os povos indígenas (COULTHARD, 2014). Diferentes formas de espoliação exigem a construção e/ou a destruição de diferentes relações sociais. Logo, os corpos e territórios originalmente excluídos da sociabilidade capitalista podem vir a ser incluídos no jogo da exploração do qual foram originalmente alijados (BARROS, 2019a). A tirania do colonialismo é, acima de tudo, a tirania do mercado. Para examinar como essas políticas coloniais-liberais de desenvolvimento dos nativos tem sido construída e avançada, iremos discutir o surgimento das estratégias de pacificação e contrainsurgência nos processos coloniais no início do século XX.

2.3.1 “Paternalismo tecnocrático”: o desenvolvimento nativo nas pacificações liberais

Diferentes autores, dentro os quais destaco os trabalhos de Neocleous (2011, 2017), Khalili (2012) e Owens (2016), fizeram um importante trabalho de investigação das estratégias, racionalidades e práticas liberais desenvolvidas por antigos agentes coloniais para a pacificação de populações nativas como forma de compreender a origem de formas “não convencionais” de engajamento em conflitos assimétricos que tem informado políticas contemporâneas de contrainsurgência, contraterrorismo e segurança no contexto das “guerras” ao terror, às drogas, à pobreza e à imigração. Todos notam uma continuidade entre as antigas estratégias de pacificação conduzidas pelos potenciais imperiais do passado nas fronteiras coloniais do mundo e as formas como as grandes potências imperiais do presente, em particular os EUA e Israel, tem conduzido as suas operações militares em conflitos assimétricos no exterior e também as suas políticas de segurança no interior da nação. Khalili (2012) nota que muitas destas estratégias, como o confinamento socioespacial e o desenvolvimento econômico de populações nativas, começaram a ser desenvolvidas ao final do século XIX como forma de suavizar as práticas genocidas do colonialismo por pressão de movimentos críticos nas metrópoles e também pela resistência dos colonizados, o que atrapalhava o bom funcionamento transnacional do *laissez-faire*. Ao invés do fim das guerras coloniais, no entanto, estes esforços liberais de tornar os conflitos e o colonialismo mais “humanos”, focados na população civil e

no desenvolvimento nativo fizeram tais guerras tornarem-se mais aceitáveis e naturalizadas no cotidiano (KHALILI, 2012). As práticas históricas de campos de concentração, aprisionamento em massa, realocação populacional, cercamento de vilarejos, construção de estradas, abertura de escolas e treinamento de profissionais por colonizadores ingleses e franceses em nações como Tailândia, Argélia, Madagascar, África do Sul e Palestina foram centrais para os acontecimentos semelhantes promovidos por militares estadunidenses e israelenses nas Filipinas, Cuba, Vietnã, Somália, Iraque, Afeganistão e na própria Palestina.

Já Neocleous (2011) recorre aos antigos estrategistas coloniais para desvelar o que ele entende como a fraude das políticas de segurança em todos os locais do mundo capitalista, seja no centro ou na periferia, como forma de normalizar a violência inerente à acumulação primitiva permanente de capital. A segurança seria, na realidade, uma forma de pacificar as populações de forma a construir ordens sociais estáveis e previsíveis para a valorização e reprodução do capital. O objetivo da pacificação não seria apenas o silenciamento, mas assegurar permanentemente que as condições originais e básicas necessárias para a acumulação de capital não sejam desfeitas, ou seja, que a propriedade privada dos meios de produção em poucas mãos e a ausência de alternativas para sobrevivência para o restante da população despossessada outra que não seja vender a sua força de trabalho no mercado aos detentores permaneçam (NEOCLEOUS, 2011, 2017). Logo, a segurança na sociedade capitalista seria uma proteção da ordem social liberal que, na prática, beneficia poucos, particularmente a burguesia, mas seria representada como uma fraude de valor supostamente universal. Uma normalização do trabalho sujo que o Estado é encarregado de fazer na divisão de trabalho com o mercado sob o signo de respeito à lei e defesa da ordem. Em certo sentido, para Neocleous, não há diferença entre colonização, contrainsurgência, contraterrorismo e contrarrevolução: todas são formas de exercício da força em nome da ordem capitalista. A pacificação, entretanto, não ocorreria somente pela coerção, o bastão colonial, mas também pelas cenouras coloniais, como a construção de rodovias, escolas, hospitais, faculdades e todos os tipos de infraestrutura material, jurídica e econômica que permitisse a constituição de condições favoráveis ao mercado (*idem*). Isto é, a pacificação não significaria somente destruição e repressão, mas, principalmente construção e desenvolvimento.

Em primeiro lugar, as políticas coloniais mais suaves não surgiram de uma evolução ética e moral liberal dos agentes coloniais, mas como forma de contrabalancear os altos custos econômicos, políticos e sociais provocados pela violência dos genocídios, das pilhagens e

escravidões coloniais (KHALILI, 2012). Logo, essas novas políticas almejavam conter as resistências ao projeto colonial e trazer estabilidade para a produtividade colonial por formas de governos mais “humanizadas” e tolerantes capazes de incorporar ao invés de alienar os povos colonizados. O resultado foi uma forma de governo que Fanon (1980) chamou de “paternalismo tecnocrático”, pois almejava criar a imagem que o colonialismo seria um esforço mutuamente benéfico para colonizadores e colonizados. Este modo de governo foi desenvolvido por esforços paralelos e conectados de diversos agentes coloniais ao redor do mundo a partir de uma racionalização do uso da força contra os povos colonizados (KHALILI, 2012). A repressão aos levantes anticoloniais deveria ser apenas o suficiente para conter e perseguir os insurgentes, pois o objetivo principal não seria destruir, mas construir uma nova ordem social pacificada que permitiria a acumulação de capital. A guerra colonial não acabaria mais com o cessar das armas, mas continuaria de forma permanente pelo emprego de políticas sociais conduzidas por civis, como a construção de escolas e postos de saúde, o treinamento de professores e médicos, a abertura de mercados, e o desenvolvimento de infraestrutura viária, como rodovias, ferrovias e portos (KHALILI, 2012; NEOCLEOUS, 2011; OWENS, 2016).

Em muitas ocasiões, as medidas de construção de uma nova ordem envolviam a realocação completa de populações inteiras em novos vilarejos modernos, seguros e civilizados, como na Argélia e os na Malásia (KHALILI, 2012). Essas políticas de engenharia socioespacial envolviam ainda o encarceramento em massa da população civil, o confinamento de vilarejos inteiros com muros, e o policiamento constante dos civis não como forma de punição, mas de *proteção* da população contra as forças guerrilheiras “hostis”. O objetivo era *atrair* a população nativa com o oferecimento de segurança, bem-estar e desenvolvimento para afastá-los de qualquer solidariedade com as forças guerrilheiras e os ativistas anticoloniais em meio aos conflitos e crises permanentes do processo de colonização (KHALILI, 2012; NEOCLEOUS, 2011). Isto é, criar cisões no interior da sociedade colonizada para melhor governá-los. Essa estratégia envolvia ainda minar a economia local para aumentar a *dependência* em relação aos colonizadores para a própria sobrevivência dos colonizados e possibilitar formas mais pacíficas de controle a partir da gestão das necessidades dos subalternos. O foco dos agentes coloniais na população civil levou à criação de burocracias responsáveis pelo levantamento de informações e conhecimento a respeito dos nativos com o objetivo de construir uma compreensão, a partir do olhar colonial, das suas necessidades e subjetividades. A intenção nunca seria promover o real bem-estar do colonizado, mas desenvolver técnicas, táticas e estratégias específicas a partir das informações coletadas com o objetivo de alcançar a eficiência

ótima da colonização e pacificação coloniais⁷. Dessa forma, as revoltas tornaram-se questões técnicas a ser resolvidas pela manipulação da população civil.

Khalili (2012) observa como um dos primeiros e exemplares casos foi o da colonização por povoamento estadunidense e das *Indian Wars* do século XIX. Na ocasião, os colonos que atuavam na fronteira colonial cumpriam ao mesmo tempo o papel de guerreiros e policiais. Eles eram responsáveis por assegurar a conquista da fronteira por meios físicos contra toda “ameaça” depois que as populações indígenas foram violentamente expulsas por meio da força, de doenças e da fome. Os extermínios e despossessão dos nativos, conforme o Ato de Remoção Indígena emitido pelo presidente Andrew Jackson em 1830, eram justificadas com base na proteção, no paternalismo e na “humanidade e honra nacional” dos colonos estadunidenses (KHALILI, 2012 p. 17). Os nativos sobreviventes eram confinados em “reservas”, muitas vezes em terrenos inóspitos e inférteis sob o monitoramento e a vigilância dos colonos, enquanto as terras férteis eram liberadas para o assentamento branco (idem). Técnicas de administração e pacificação desenvolvidas na expansão e consolidação da autoridade colona sobre o território indígena nos EUA, como o uso de olheiros nativos, ataques surpresa noturnos, políticas específicas de acordo com o “grau de desenvolvimento” de cada tribo e o oferecimento de serviços de saúde, educação e proteção tornaram-se técnicas dos manuais de West Point, a academia militar estadunidense. Elas vieram a ser utilizadas na política externa dos EUA nas colonizações e ocupações das Filipinas, da América Latina e do Caribe (GROVE, 2016; KHALILI, 2012). Por exemplo, campos de concentração — os *reconcentrados* — foram impostos durante a ocupação de Cuba no início do século XX para a pacificação dos civis (KHALILI, 2012). Na guerra contra os ameríndios, o governo dos EUA desenvolveu ainda o primeiro sistema de bem-estar social do país por meio da criação do Bureau of Indian Affairs (BIA), administrado pelo Departamento de Guerra e ainda o órgão responsável por governar a vida indígena de forma a pacificá-los. Desde pelo menos 1830, a educação e outros serviços de bem-estar foram usadas para atrair indígenas para as reservas e “reeduca-los” a partir da lógica “mate o índio, salve o homem” (GROVE, 2016). No Brasil, a ideia de pacificação das “guerras justas” dos colonos europeus contra indígenas também entrelaçou estratégias de atração e tutela por meio de políticas assistenciais e protetivas para a criação de índio ordeiros e confinados para permitir a expropriação branca do território (SOUZA et al., 2017b).

⁷ A instituição onde fiz o estágio doutoral, a SOAS, foi criada pelo Império Britânico para treinar pesquisadores e agentes coloniais especializados nos modos de vida e linguagens das populações colonizadas para melhor governá-los. Ver: Decolonising Soas. Disponível em: < <https://blogs.soas.ac.uk/decolonisingsoas/about/> >. Acesso em: 19 outubro 2020.

As técnicas de pacificação liberal que vieram a ser tornar mais conhecidas foram originalmente desenvolvidas por agentes coloniais franceses e britânicos nos conflitos assimétricos na Malásia, Argélia, Filipinas, Vietnã, Burma e Irlanda do Norte entre os séculos XIX e XX (KHALILI, 2012). Um dos mais influentes foi o general francês Joseph Gallieni, que aliava o mapeamento do território a ser conquistado, o uso de unidades militares móveis e a proteção aos nativos em regiões rebeldes com a construção de um governo autônomo dos colonizados. A *politique des races* [política das raças] almejava criar uma forma de *governo indireto* em que os colonizadores proviam condições em que grupos nativos leais governavam, patrulhavam e aplicavam políticas de bem-estar e desenvolvimento sobre as populações civis (idem). Essa técnica de gestão populacional a partir do uso racionalizado da força facilitava a construção de confiança e consentimento ao projeto colonial uma vez que eram usados intermediários nativos no trato direto com os civis. Enquanto um burocrata europeu ciente dos interesses das classes dominantes metropolitanas em extrair riquezas no longo prazo e diminuir os custos da pilhagem colonial, Gallieni teve sempre o objetivo central de *(re)construir* uma ordem favorável por meio da implementação de uma agenda de desenvolvimento e melhoria dos nativos. Além da educação e da higienização dos sujeitos, os franceses se preocupavam em construir as infraestruturas jurídicas, espaciais e sociais adequadas ao *laissez-faire* e à acumulação de capital. Dessa forma, a *politique des races*, vista pelos franceses como um projeto modernizador das sociedades colonizadas com a colaboração dos nativos para mais conforto e liberdade na sua aplicação, envolvia ainda a apropriação de terras, a imposição do trabalho assalariado e o reassentamento em novos vilarejos governados por chefes locais (idem). Dessa forma, os agentes coloniais franceses criaram a ilusão entre colonizadores e colonizados de que o método de pacificação seria sinal de progresso e civilização.

Em suma, as políticas coloniais-liberais de pacificação foram uma transformação nas estratégias de colonização de uma focada no extermínio e genocídio de colonos e na perseguição e morte dos guerrilheiros para uma de *administração da reprodução social de toda a população colonizada* para construir uma ordem de mercado (KHALILI, 2012; NEOCLEOUS, 2011). O objetivo seria trocar políticas de desenvolvimento ao estilo keynesiano e segurança pelo consentimento das populações nativas (KHALILI, 2012). No entanto, o “trabalho social armado” conduzidos pelos colonos “especialistas” na vida indígena e os colaboradores nativos nunca tiveram a pretensão de desenvolvimento real dos colonizados de forma a torná-los iguais aos colonos, mas foram orientados pela lógica de oferecer o “suficiente para mantê-los vivos” e assegurar a hierarquia racial de despossessão (FORTIER;

WONG, 2019). As estratégias de pacificação por meio da conquista dos “corações e mentes” da “maioria silenciosa” da população civil confinada em espaços segregados por meio do “trabalho social armado” de civis foi tão difundido que teve a sua origem colonial ofuscada nas guerras contemporâneas (KHALILI, 2012; NEOCLEOUS, 2011; OWENS, 2016). Segundo Khalili (2012), Israel seria, em si, um Estado que age de forma permanente por meio da lógica da contrainsurgência contra a população palestina. Os manuais de contrainsurgência e contraterrorismo israelenses, assim como toda a organização das Forças Armadas de Israel e da sua estratégia de governo dos nativos, teriam sido profundamente influenciadas por agentes coloniais liberais britânicos que serviram no Mandato da Palestina no início do século XX.

O oficial inglês Orde Wingate, que serviu no Sudão antes de ir para a Palestina sob ocupação britânica, foi um amigo pessoal do pai-fundador de Israel, David Ben-Gurion, e também de Winston Churchill (KHALILI, 2012). Wingate via os árabes como “ignorantes e primitivos” e foi o responsável por liderar o patrulhamento conjunto de forças britânicas e das milícias sionistas na repressão da Revolta Árabe palestina de 1936 na Galileia. A experiência e as técnicas de Wingate orientaram de forma determinante a atuação da milícia Haganah, a força militar do Yushuv⁸ que veio a formar as Forças Armadas do Estado de Israel. O inglês também inspirou figuras centrais dos primeiros de Israel, como Moshe Dayan, o responsável pela “ocupação iluminada” das primeiras décadas de governo dos TPO. Como veremos abaixo, Dayan reproduziu nos TPO a tradicional lógica colonial da cenoura e do bastão de forma a pacificar os palestinos por meio de políticas de desenvolvimento de infraestrutura econômica e acesso livre ao mercado de trabalho israelense para criar uma dependência econômica que construísse uma ordem social estável junto da vigilância e repressão (HANIEH, 2013).

Além disso, a elaboração das estratégias coloniais de pacificação liberais envolveu simultaneamente uma nova racialização dos povos colonizados. Os subalternos deixaram de ser retratados enquanto populações bárbaras e selvagens absolutamente incapazes de se adequar às modernidades capitalista e, portanto, serem vítimas de genocídios e práticas de eliminação. Em seu lugar, passaram a ser racializados como povos atrasados e menores que sob a tutela colonial poderiam alcançar o nível de desenvolvimento objetivo e subjetivo dos colonizadores. Este tipo de raciocínio esteve por trás da criação dos Mandatos coloniais pela Liga das Nações após a 1ª Guerra Mundial, como o da Palestina. De inspiração liberal fabiana, os mandatos buscavam se distinguir das antigas colonizações que exclusivamente pilhavam e destruíam os países

⁸ O nome da comunidade sionista na Palestina antes da criação do Estado de Israel.

colonizados para reproduzir o discurso da “missão civilizatória” no século XX (WHYTE, 2019). Acreditava-se que com a aplicação de políticas coercitivas e persuasivas de forma correta, os colonizados poderiam ser auxiliados no desenvolvimento das consciências para assumir de forma autônoma o caminho do progresso e da civilização (*idem*).

Rodney (2018) foi um dos mais argutos observadores da natureza de-desenvolvimentista das políticas benevolentes de desenvolvimento coloniais que supostamente almejava estabelecer as condições para os nativos poderem atingir a “maioridade” e se constituírem enquanto um povo “responsável” na condução da sua independência. Ao analisar a colonização europeia da África, ele demonstra como toda a infraestrutura política, jurídica e social *desenvolvida* pelos europeus eram voltadas para o desenvolvimento capitalista branco a partir do subdesenvolvimento negro. Um ilustrativo exemplo são as redes férreas, o maior símbolo do progresso liberal do século XIX: ao invés de conectar os grandes centros populacionais entre si, elas conectam até hoje as antigas regiões de extração de matéria-prima com os portos costeiros (RODNEY, 2018). Dessa forma, se constituiu a situação de subdesenvolvimento das nações colonizadas e os laços da dependência fundamentais para as continuadas políticas neocoloniais no continente para o desenvolvimento desigual e combinado. A manutenção da condição dependência e subdesenvolvimento em nações do Terceiro Mundo tem sido uma forma comum de neocolonialismo e imperialismo (KATZ, 2020; VALENCIA, 2019). Em linha similar, Sara Roy (1999) demonstra como os palestinos tem sido de-desenvolvidos pela colonização israelense para impor uma condição de dependência econômica e pacificação, particularmente desde Oslo.

Escobar (2012) nota que o discurso do desenvolvimento e as suas promessas de emprego e renda para populações e regiões marginalizadas torna-se uma forma de gerenciamento destes povos, territórios e de seus recursos naturais e humanos ao custo da destruição de modos de vida e do meio ambiente nativos. Os líderes sindicais e comunitários críticos, assim como demais grupos opositores a este modelo desenvolvimentista de produção e consumo capitalistas, muitas vezes acabam cooptados por práticas e discurso de “desenvolvimento participativo” (ESCOBAR, 2012). O desenvolvimento, no capitalismo, nunca seria universal, mas um processo de adequação daqueles “subdesenvolvidos” e, portanto, desajustados aos padrões hegemônicos de reprodução do capital em detrimento dos saberes e interesses dos povos que são o “público-alvo” da “modernização”. Isto é, um processo de acumulação primitiva, que no contexto colonial revela-se de forma nua e crua.

Um outro exemplo próximo foi o de Portugal, que após a II Guerra Mundial, quando o discurso de dominação racial ficou evidentemente conectado com o nazismo⁹ e os movimentos de descolonização pipocaram por Ásia e África. A partir da década de 1940, os agentes coloniais portugueses reordenaram o discurso de superioridade racial que embasava a dominação de Angola, Moçambique, Guiné Bissau e Cabo Verde para um de tolerância e de benefício mútuo (VILLEN, 2013). Foi particularmente importante a adaptação da obra de Gilberto Freyre a respeito da “democracia racial” brasileira para exaltar a benevolência do lusotropicalismo. Essa reprodução cultural do discurso racial foi acompanhada de políticas de capacitação e reeducação dos colonizados. Estes novos sujeitos coloniais formariam uma nova classe social nativa que intermediaria o novo modo de governo colonial. Logo, passou a ser permitida uma ascensão social material para aqueles que se adequasse as novas racialização e racionalização coloniais, que teriam um estilo de vida similar ao das classes médias metropolitanas. A eficiência dessas políticas de reprodução das condições materiais e subjetivas de dominação teriam sido centrais para a colonização portuguesa ter sido a última a ser derrubada na descolonização da África (idem).

Melamed (2011) nota que a ascensão de movimentos antirracistas e anticoloniais ao longo do século XX constituíram quebras contestatórias que geraram novas articulações das estruturas, econômicas, políticas e ideológicas do racismo. As classes dominantes abandonaram a narrativa do fardo do homem branco para adotar a das reformas liberais antirracistas e anticoloniais, da “cegueira de cor”, da diversidade cultural e do multiculturalismo. Essa reprodução do racismo despolitizou a diferença racial enquanto um preconceito individual cultural e psicológico, e não mais uma estrutura de poder produtora de desigualdades econômicas, políticas e sociais (MELAMED, 2011). A naturalização da diferenciação racista como uma diferença sociocultural construiu as ilusões de que o racismo poderia ser corrigido por reformas jurídicas, desenvolvimento econômico, integração social, aproximação de vozes excluídas, representatividade, ensino da tolerância e práticas de coexistência (idem).

Essas considerações são importantes para o contexto de Palestina/Israel pois o racismo tende a igualmente ofuscar-se por trás de termos de etnicidade e nacionalidade, assim como assume discurso da diferença culturais, do multiculturalismo e da coexistência (LENTIN,

⁹ O importante intelectual anticolonial Aime Cesaire (2020) afirma que o nazismo não passava de uma reprodução na Europa e contra povos de pele clara das práticas de colonização que os europeus vinham historicamente impondo na África, na Ásia e nas Américas. Segundo ele, já teriam existido muitos Hitler no mundo colonizado antes do alemão conduzir a eliminação dos judeus no continente europeu.

2018). Lentin (2018) crítica a maior parte da literatura crítica da questão Palestina/Israel que historicamente prefere os conceitos de etnia e nacionalidade. Segundo ela, essa abordagem perde de vista as dinâmicas estruturais da colonização, da despossessão e da violência sancionadas pelo Estado, tendo uma conversa sobre “raça sem racismo”. Lentin argumenta que sem a racialização dos palestinos, a colonização não teria se sustentado historicamente. Além dos palestinos, Israel ainda opera em regimes de diferenciação racial em relação aos cidadãos judeus *mizrahim* e etíopes, além dos trabalhadores imigrantes de origem asiática e africana (LENTIN, 2018; SHOHAT, 1988). A ausência de debates sobre a desracialização teriam permitido aos israelenses reproduzirem as estruturas coloniais de dominação por meio do multiculturalismo no processo de paz (CLARNO, 2017; LENTIN, 2018).

Gramsci oferece uma importante contribuição para concluir o debate sobre essas formas fraudulentas de poder que parecem ocorrer pelo consenso, mas se revelam enquanto instrumento de força. Isto é, para compreender a racionalidade dos recursos suaves que avançam a acumulação pela despossessão e a colonização da mesma forma que a coerção. Segundo Gramsci, “o exercício ‘normal’ da hegemonia” seria caracterizado “por um equilíbrio entre a força e o consenso”. Em uma passagem bastante citada, ele define “Estado = sociedade política + sociedade civil, ou seja, hegemonia encouraçada de coerção” (GRAMSCI, 1975, p. 763-764 apud BIANCHI; ALIAGA, 2011, p. 29). Isto é, a hegemonia poderia ser lida como exclusivamente o campo do consentimento, que deveria ser combinada com a coerção. Em uma analogia que remete aos escritos de Maquiavel, Gramsci vê o Estado enquanto um Centauro, que possui uma face humana e uma ferina: o consentimento seria exclusivamente à face humana, enquanto a força à feição ferina (BIANCHI; ALIAGA, 2011).

No entanto, há no seu pensamento, como demonstram Bianchi e Aliaga (2011), um tipo de aplicação da força sob de crise de autoridade, o momento em que o balanço entre força e consentimento são desfeitos, que não ocorre somente por meio da coerção explícita, que seria a parcela leonina da besta, mas por um tipo de aplicação da força associado à astúcia de uma raposa, ao engano, que Gramsci chama de corrupção-fraude. A corrupção-fraude se interpõe entre a força e o consenso, e consiste no enfraquecimento e paralisia do antagonista “causada pela absorção de seus dirigentes, veladamente em via normal, abertamente em caso de perigo iminente, para lançar a confusão nas fileiras adversárias” (GRAMSCI, 1975, Q 1, S 48, p. 59 apud BIANCHI; ALIAGA, 2011, p. 33). A utilização da fraude permitiria às elites conter mudanças radicais na sociedade pelo uso enganoso da força para absorver e incluir indivíduos

e grupos inteiros adversários e esvaziando-o de qualquer conteúdo revolucionário. Aliaga e Bianchi apontam que pela sua característica ardilosa, a corrupção-fraude pode ser confundida com o consentimento, mas enquanto a fraude refere-se a parte ferina do Centauro, o consentimento ocorreria exclusivamente pela sua face humana. Não por acaso, a discussão que Bianchi e Aliaga (2011) fazem deste conceito está num artigo sobre as questões de força e consentimento em Gramsci e Pareto. Pareto foi um intelectual contemporâneo a Gramsci e considerado um dos teóricos do fascismo, um fenômeno que reproduziu em território europeu a lógica historicamente vista nas fronteiras coloniais (Cesaire). Pareto via na utilização de algo como a corrupção-fraude uma atividade regular da elite para manutenção do Estado. Já Gramsci via nesse processo, que denominava “transformismo”, ao contrário, uma preponderância da força em detrimento da política (BIANCHI; ALIAGA, 2011).

A partição que Gramsci faz da aplicação da força “ferina” enquanto coerção e corrupção-fraude permite a melhor compreensão de como a violência colonial e o racismo atuam de forma suaves e ardilosas em nome da manutenção da supremacia racial e da acumulação primitiva de capital em que situação de crise de autoridade permanente, como é o caso do regime israelense sobre os palestinos. A ideia de corrupção-fraude permite uma compreensão mais precisa de como as políticas de desenvolvimento socioeconômico da pacificação liberal constroem um falso consentimento entre os colonizados, gerando confusão e atraindo colaboradores entre os adversários.

2.3.2 O “silenciamento colono”, resistência e emancipação decolonial

Para concluir, apontamos para como a raça e a racialização não seriam fundamentais apenas para ordenar o governo dos subalternos, mas também dos privilegiados. Hall (1988) reivindica que a raça e a racialização não servem apenas para subjugar os subalternos pelo racismo, mas principalmente para construir consentimento e solidariedade racial ao governo de supremacia racial entre os trabalhadores brancos, que formariam um bloco histórico dominante em conjunto das elites burguesas brancas. Isto é, a racialização é determinante para as formas como as elites dirigentes ordenam os modos de governo para constituir formas diferenciadas de reprodução social e subjetificação das suas ações de maneira necessárias para a manutenção da hierarquia de poder, acumulação e acesso aos meios de produção na sociedade. Essas diferenciações e separações através das identidades de classe e raça seriam centrais para conter e neutralizar os esforços daqueles que defendem uma união e emancipação de todos os explorados e oprimidos. Fanon (1980), por exemplo, reivindica como toda a população colonial

faz parte da colonização independente das ações de indivíduos no sentido contrário. Por essa razão, o colonialismo seria um fenômeno totalizante e estruturante da realidade social a partir de um binarismo fundamental entre colonizador e colonizado. Como nota Mamdani,

nativo é a criação do estado colonial: colonizado, o nativo é destacado, localizado, jogado fora da civilização como um exilado, confinado à tradição, e então definido como seu produto. [...] A única emancipação possível para o colono e o nativo é para ambos deixarem de existir como identidade políticas. (MAMDANI, 2015, p. 2–4).

A solidariedade e a coesão racial-nacional entre judeus de diferentes classes sociais, nacionalidades e orientações ideológicas sob a hegemonia do projeto colonial sionista nunca foi algo óbvio e natural, principalmente no início do projeto colonial, quando os interesses de classe se sobrepunham aos nacionais e raciais. Logo, os dirigentes sionistas tiveram que usar diferentes poderes, inclusive a força e a racialização, para construir a identidade israelense sionista enquanto uma de privilégio econômico, político e social com a qual os judeus, em meio às dinâmicas do jogo da exploração e da luta de classes, pudessem prioritariamente solidarizar-se em detrimento da identificação de classe (LOCKMAN, 2012; SHAFIR, 1996). Dessa forma, construíram um consentimento em toda a população colona ao projeto colonial sionista e a hegemonia do sionismo entre os judeus na Palestina — e ao redor do mundo. Englert (2017) nota como toda a sociedade colona goza coletivamente dos espólios da despossessão colonial. Logo, a luta de classes na sociedade colona não seria exclusivamente pela mais valia, mas também pela riqueza acumulação a partir da despossessão dos colonizados (ENGLERT, 2017).

Historicamente, a colonização tem sido uma forma de exportar os conflitos internos na sociedade colona de forma a apaziguar as contradições internas de classe e também construir um estado de bem-estar social e posições privilegiadas de trabalhos para os israelenses (ENGLERT, 2017). Logo, a construção de consentimento das classes trabalhadoras ao projeto sionista estaria sendo mantida a partir da espoliação da terra e do trabalho nativos. A manutenção destes privilégios exige a intensificação constante e permanente da segregação racial, da despossessão territorial e da exploração do trabalho. O objetivo de atenuar as contradições do capitalismo e os efeitos dos mercados sobre os trabalhadores judeus estaria por trás do “vício colono” na acumulação de terras (idem). Englert (2017) entende essa relação entre a permanência da colonização dos indígenas e do consentimento dos colonizadores como um “silenciamento colono”, que reduziria as crises e explicaria a ausência de contestações mais radicais contra a natureza do Estado colono. Embora as insatisfações entre os colonos possam ser manifestadas e resolvidas no ambiente democrático as quais os israelenses têm acesso, as crises de autoridade do Estado seriam aliviadas e resolvidas pelas dinâmicas democráticas da

hegemonia sionista e da contínua espoliação colonial dos palestinos (ENGLERT, 2017). As posições de trabalho disponíveis tanto aos israelenses como aos palestinos seriam, portanto, inter-relacionadas e centrais para a sustentabilidade das desigualdades coloniais, seja pelo silenciamento dos colonos ou pela pacificação dos colonizados.

Os liberais europeus tradicionalmente têm entendido o colonialismo como uma chave central para manter o equilíbrio e aliviar as tensões da luta de classes na metrópole (LÊNIN, 2011). Parte do capítulo de Marx a respeito da acumulação primitiva do capital foi escrito em crítica às elaborações do liberal inglês Edward Gibbon Wakefield sobre o processo de acumulação por povoamento da Austrália e da teoria da “colonização sistemática” (PITERBERG; VERACINI, 2015). Wakefield foi um dos responsáveis por tornar a colonização uma política sistêmica do império britânico, contribuindo para o acirramento das disputas imperialistas do século XIX. Assim como muitos liberais que vieram depois dele, como Cecil Rhodes (LÊNIN, 2011), Wakefield via na colonização uma forma de resolver as contradições que provocam a luta de classes e as crises de sobreacumulação do capitalismo ao exportar a população sobressalente sem emprego e o capital sobressalente para expandir a produção em uma nova fronteira “disponível” (idem). Veracini e Piterberg (2015) demonstram, em uma análise do trabalho de Wakefield, que o processo inglês de acumulação permanente de terras pelas expropriação dos indígenas australianos e também de mais valia pela exportação dos trabalhadores sobressalentes da metrópole durante o século XIX foi determinante, por um lado, para o sucesso da formação da Austrália Branca, e, por outro, para aliviar as contradições sociais na Inglaterra após a Revolução Francesa e o avanço da revolução sobre a Europa. Portanto, Wakefield e Marx, em polos opostos, seriam dois autores preocupados com as dinâmicas do capital, mas viam formas opostas para solucioná-la:

Para Marx, as suas contradições não poderiam ser resolvidas sem transformar esse modo "de cabeça para baixo" através da revolução social. Em contraste, Wakefield optou por reformar o capitalismo exportando-o para fora da metrópole britânica através da colonização por povoamento e da acumulação primitiva: isto é, “virando-o do avesso”. (PITERBERG; VERACINI, 2015, p. 459).

Tanto Max como Wakefield olhariam para o colonialismo pela sua particularidade de compreender um processo de construção das relações sociais de produção a partir da continuada acumulação primitiva, pois o início da colonização seria uma situação onde os capitalistas detinham capital, mas ainda não o sistema capitalista de produção. Wakefield via na colonização sistemática, isto é, na acumulação primitiva permanente, uma forma de alavancar as condições para a acumulação de capital — terra e trabalho — e construir as relações sociais

capitalistas em que “tudo” seria transferido da metrópole da colônia, “exceto a crescente contradição social” (apud PITERBERG; VERACINI, 2015). Dessa forma, os superlucros da espoliação da colonização com a barreira racial têm historicamente assegurado o estado de bem-estar social e as posições de trabalho privilegiadas entre a classe trabalhadora do povo dos colonizadores, construindo o consentimento da maior parte da população metropolitana à colonização sistemática e subjugação racial conduzida pelas elites. Marx apontava para essas contradições nas relações entre trabalhadores ingleses e irlandeses no contexto em que a Irlanda era ainda colonizada pelos ingleses (FOSTER, 2000).

Este debate entre Marx e Wakefield a respeito das possibilidades de emancipação em meio às contradições do capitalismo e do colonialismo remete à discussão de Fanon (1968) sobre as “armadilhas do nacionalismo”. O autor martinicano aponta para os perigos da afirmação essencialista da identidade racial e nacional por movimentos de libertação. Fanon indica que independência nacional jurídica sobre um território pós-colonial poderia levar a adaptação das elites nacionalistas ao sistema global que originalmente lhe oprimiu. Isso ocorreria pois o racismo colonial estrutural e a necessidade dessa diferenciação para o capitalismo não teriam deixado de existir. Dessa forma, as elites nacionalistas reproduziriam a dominação neocolonial sobre o restante da população liberta. Logo, Fanon reivindica que a perseguição da existência dos subalternos e colonizados deve ser uma etapa passageira no processo de libertação (FAUSTINO, 2018). A violência e a rejeição do sistema colonial de opressão seriam centrais nesse processo catártico de subjetificação dos colonizados que haviam sido objetificados pelo racismo colonial.

No entanto, a afirmação essencialista da sua existência no interior do sistema faria, no máximo, o subalterno racializado mudar de posição de uma de fora para uma de cima. O exemplo dos judeus europeus é significativo. Ao buscarem uma fuga da depreciação a qual se encontravam na Europa por meio de um nacionalismo exclusivista que pregava um retorno a uma ancestralidade fantasiosa por meio da prática da colonização territorial da Palestina e da subjugação do seu povo indígena, os judeus sionistas tornaram-se um grupo racialmente dominante reconhecido agora como iguais pelos seus antigos opressores, os europeus brancos, numa estrutura de poder capitalista e racial que agora tem os palestinos como os racialmente subalternos (MASSAD, 2006). Isto é, os judeus apenas inverteram o jogo da exploração do homem pelo homem pela instrumentalização da estrutura que os oprimia para “liberta-se” para pela opressão do Outro. Por essa razão, Fanon reivindicava a emancipação passa pela destruição

da estrutura de diferenciação para a libertação de toda a humanidade pela práxis revolucionária e não apenas uma parcela (BARROS, 2019b; FAUSTINO, 2018). Dentro deste paradigma, a única forma de superação do colonialismo seria pela superação do capitalismo e não pela adaptação ao sistema hegemônico que antes o excluía por meio do desenvolvimento socioeconômico, como tem ocorrido no caso dos palestinos.

2.4 A formação do governo colonial da diferença racial em Palestina/Israel: classe, terra e trabalho

Lockman (1996, p. 9) observa que o destino dos colonos israelenses e dos nativos palestinos na Palestina moderna é uma “história relacional”, podendo apenas ser entendido como as duas comunidades têm sido constituídas e moldadas por diversas relações econômicas, políticas, culturais e sociais, tanto locais como globais. A lógica de povoamento do colonialismo sionista na Palestina e o seu dever de eliminação tem feito os palestinos serem racializados como uma população universalmente expulsável, eliminável, redundante e sobressalente (LENTIN, 2018). A existência da população autóctone não seria apenas entendida como desnecessária, mas indesejável. Um obstáculo e uma ameaça à existência e à expansão da sociedade colona (JABOTINSKY, 1923; SHALHOUB-KEVORKIAN, 2015).

No entanto, no processo histórico de Palestina/Israel, não ocorreu a eliminação dos nativos palestinos. Os colonos sionistas-israelenses foram crescentemente tomando o controle do território de forma que hoje tem sob a sua soberania toda a Palestina histórica, incluindo milhões de palestinos segregados por distintos modos de governo socioespacialmente. Wolfe (2016) nota que o regime colono israelense se revelou historicamente como particularmente contrário a políticas de assimilação da população. O exclusivismo racial dos colonos sionistas tem feito a segregação e a separação o modo hegemônico de governo colonial israelense (SAYEGH, 2012). Embora as autoridades israelenses neguem, todos os palestinos estão, em maior ou menor grau, sob a tutela do Estado de Israel, até mesmo aqueles não cidadãos sob a jurisdição da AP na Faixa de Gaza e na Cisjordânia. A AP e os palestinos dos territórios ocupados não possuem soberania sobre a sua terra e a sua vida, mas apenas um certo grau de autonomia. Esta é a “condição de um Estado” (AZOULAY; OPHIR, 2012), que juridicamente configura-se num regime de apartheid. Cada parcela da a Palestina histórica é governada pelos israelenses de uma determinada forma onde há variações particulares de aplicações de tecnologias de coerção e consentimento, assim como de eliminação e exploração. Estes

modelos de governo de diferença racial são produtos dos encontros e das disputas entre israelenses e palestinos nos territórios a partir das suas relações de poder internas e externas.

Embora de um lado da Linha Verde, em Israel, o produto histórico seja a formação de um governo considerado democrático, liberal e legítimo enquanto, do outro lado, na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, seja entendido como antidemocrático, iliberal e ilegítimo, isso não faria serem modos de governo antiéticos, um liberal e o outro iliberal. Estas são modalidades de governo colonial-liberal que variam dentro da mesma camada de cinza nas formas de administrar a reprodução social do espaço e das populações de acordo com as condições concretas existentes. Jerusalém, inclusive, localiza-se na fronteira entre estes dois grandes modelos, o que traz particularidades importante para a forma como a colonização por povoamento opera na cidade. Essa, entretanto, não é uma particularidade da colonização israelense da Palestina. Apesar das diferenciações entre as modalidades de governo direto e indireto, que constituem em seu conjunto a antiga máxima colonial de “dividir e governar”, é possível dizer que os palestinos encontram-se enclausurados, assim como outros povos indígenas, em um regime bifurcado em que aos nativos são concedidos certos direitos políticos mas negados direitos civis (MAMDANI, 2015; TATOUR, 2016).

O sionismo não foi um movimento ou uma ideologia originalmente desenvolvida para a despossessão dos palestinos, mas um projeto nacionalista de judeus do leste europeu do final do século XIX inserido no seu contexto geográfico e temporal. O seu objetivo principal tem sido o bem-estar material e a emancipação dos judeus que haviam sido racialmente subjugados no seu continente de origem, sionistas ou não, por meio do povoamento de um território estrangeiro para o estabelecimento de uma unidade jurídica composta por uma larga maioria demográfica judaica e um governo democrático e liberal (HUBERMAN, 2014). A expulsão e a administração da população nativa revelaram-se enquanto condição material para a realização da libertação dos colonos judeus da forma como os dirigentes sionistas almejam: a afirmação de uma identidade nacional e da criação do “novo homem judeu” sionistas e vinculados à soberania de um território. A emancipação de todos os explorados e oprimidos no contexto de expansão do capitalismo na Europa e nas fronteiras coloniais da virada para o século XX nunca esteve nos planos dos sionistas, mesmo daqueles socialistas e que ambicionavam fazer da nova classe trabalhadora judaica a base para a nação israelense¹⁰. A racialização dos palestinos

¹⁰ O socialismo e o marxismo foram importantes ideologias na formação do sionismo e na colonização da Palestina. Moses Hess (1812-75) foi um judeu hegeliano que teve importante influência no jovem Marx, mas que veio a se afastar por utilizar Hegel para justificar a união entre socialismo e sionismo. Já o marxista sionista Ber

enquanto população nômade e transferível, e da sua terra enquanto vazia foi providencial para tornar legível e justificável as suas ambições imperiais, além de ocultar as brutalidades da colonização de “uma terra sem povo para um povo sem terra”.

Independente do que os colonos venham a dizer — e eles geralmente tem muito a dizer — o motivo primário [do colonialismo por povoamento] não é raça (ou religião, etnicidade, grau de civilização, etc.) mas acesso ao território. (Wolfe, 2006, p. 338).

Said (1979, p.37) nota que “havia uma identificação desejada entre o discurso liberal Ocidental e o sionismo [...] que para os árabe-palestinos o significado concreto dessa relação hegemônica foi desastroso”. Essa afinidade dos sionistas com o pensamento liberal hegemônico europeu da sua época era profundamente baseada na epistemologia orientalista, racista, machista e sexista de que os judeus — europeus — eram racialmente superiores aos árabes. Logo, a compreensão de como as dinâmicas materiais e subjetivas, econômicas e culturais, bem como de classe e raça, seriam centrais para compreender a origem histórica do governo da diferença em Palestina/Israel. Observemos como elas se desdobraram nas primeiras décadas da colonização sionista da Palestina e durante as primeiras décadas após a criação de Israel.

2.4.1 Classe e raça no processo de colonização por povoamento sionista da Palestina até a criação do Estado de Israel (1890-1949)

Os dirigentes sionistas sempre se orientaram a partir das diversas experiências coloniais de europeus, particularmente as que ocorriam no final do século XIX na África e na Ásia, para moldar os aspectos econômicos e culturais do seu projeto político de assentamento na Palestina. Inspirados no modelo francês de colonização da Argélia e financiados pelo bancário francês Barão de Rostchild, motivado não apenas por razões nacionalistas como também pelo lucro, os primeiros assentamentos sionistas eram baseados no modelo de *plantation* da monocultura de uva para a produção de vinho com base no trabalho judeu europeu, iemenita e nativo (SHAFIR, 1996; WOLFE, 2016). Isto é, em seu início, a colonização por povoamento sionista era uma baseada na exploração do trabalho nativo. Foi apenas em uma segunda tentativa, a 2ª *allyia*, que os dirigentes sionistas conseguiram estabelecer assentamentos atrativos para imigrações ao estabelecer como objetivo a “conquista da economia”, a formação do “trabalho hebreu” e a total separação da sociedade nativa (SHAFIR, 1996). A partir de então, a construção de uma

Borochov (1881-1917) foi um dos responsáveis por formar um movimento de trabalhadores judeus sionistas e liderou o movimento de criação dos kibutzim (assentamentos coloniais comunitários e coletivos de orientação socialista, mas exclusivos para colonos judeus) na Palestina. Ver Oded Nir & Joel Wainwright (2018) *Where Is the Marxist Critique of Israel/Palestine?*, *Rethinking Marxism*, 30:3, 336-355. Para o papel do trabalho na colonização sionista, ver: ENGLERT, 2020.

economia própria e separada da nativa tornam-se a forma de construir as bases sociais e políticas do futuro Estado sionista. Consequentemente, a vida dos nativos deixava de ter uma importância econômica para o sucesso do empreendimento colonial para a sua existência se tornar essencialmente uma indesejada a ser contida, separada e, em última instância, eliminada. Isto é, aqui há uma reconfiguração nas formas como as relações sociais, políticas e econômicas ocorriam em relação ao processo de racialização, marcando uma transição de uma colonização baseada principalmente na exploração do nativo para uma voltada principalmente, porém não exclusivamente, para separação e eliminação dos palestinos.

O novo modelo de colonização foi inspirado no povoamento prussiana da Polônia conduzida por Bismarck para a “alemanização” do território polonês e nas barreiras raciais impostas pelos colonos brancos europeus na África do Sul para assegurar posições privilegiadas de trabalho e moradia em relação aos nativos negros. A partir de então, os dirigentes sionistas focaram na aquisição de terras de grandes proprietários de terra árabes e na formação de posições de trabalho privilegiadas para os novos colonos acostumados com o padrão de vida europeu a partir da pré-acumulação de dinheiro com sionistas na Europa e nos EUA que não estavam interessados no lucro com seus investimentos mas apenas em apoiar o projeto de colonização sionista (SHAFIR, 1996; WOLFE, 2016). Como nota Rodinson (1973), o sionismo partia de uma “metrópole coletiva” de judeus com diferentes identidades locais, étnicas e nacionais. A racialização destes sujeitos cosmopolitas enquanto integrantes de um mesmo povo e uma nação foi central para atrair colonos voluntários para a colonização da Palestina (LENTIN, 2018), mas apenas o aspecto cultural sempre foi insuficiente e teve que ser permanentemente balanceado com os benefícios econômicos que estes sujeitos teriam em se juntar ao projeto nacionalista-colonial sionista na Palestina (SHAFIR, 1996; WOLFE, 2016). Como conta uma antiga piada, o sionismo consistia em um judeu usar o dinheiro de outro judeu para mandar um terceiro judeu para a Palestina (WOLFE, 2016, p. 136).

Este, entretanto, não foi um processo pacífico. Embora a ocupação da Palestina pela Inglaterra em 1918 tenha assegurado a força estatal coercitiva que os sionistas careciam para conduzir os seus objetivos econômicos racistas¹¹, o projeto sionista de construção de uma

¹¹ O movimento transnacional sionista, desde o início, buscou apoio de uma nação imperialista ao seu empreendimento colonial. Essa campanha surtiu efeito a partir de 1918, quando o Reino Unido estabeleceu um Mandato colonial na Palestina sob o auspício da Liga das Nações depois da famosa Declaração Balfour de 1917 ter assegurado o comprometimento dos ingleses em auxiliar os sionistas na edificação de um “lar judeu” na Palestina. Os ingleses liberais, como David Lloyd George e Winston Churchill, viam os sionistas como ponta de lança para os seus interesses políticos e econômicos no Oriente Médio e o estabelecimento de uma nação sionista

economia segregada esbarrou nas dinâmicas de classe próprias do capitalismo. Os capitalistas judeus muitas vezes preferiam contratar mão de obra nativa em detrimento da colona pelos menores salários e maior qualidade da força de trabalho palestina. Os trabalhadores judeus responsáveis por “construir com as próprias mãos” a nação sionista eram tecnicamente incapazes e, conseqüentemente, recorriam à mímica e à apropriação das técnicas historicamente desenvolvidas pelos artesãos palestinos (ROSS, 2019; SHAFIR, 1996). Além disso, havia um importante movimento de solidariedade de classe entre trabalhadores judeus e árabes, principalmente em companhias coloniais inglesas, como os sistemas ferroviário, que organizavam movimentos e sindicatos de inclinação marxista que reivindicavam um Estado binacional, embora bastante marginais no contexto mais amplo (LOCKER-BILETZKI, 2018; LOCKMAN, 1996). Ademais, o crescente nacionalismo palestino não era uma ideologia importante apenas aos camponeses e trabalhadores nativos que sofriam diretamente na pele os efeitos da colonização sionista e da repressão britânica, mas também para uma importante parcela da burguesia ilustrada árabe-palestina. Esta não estava interessada apenas na extração de mais valia do crescente proletariado nativo formado pelas seguidas desapropriações de terra, mas tinham um grande compromisso político e econômico com os movimentos de resistência populares palestinos (KHALIDI, 2018; LOCKER-BILETZKI, 2018). Os objetivos nacionalistas da burguesia palestina falavam sempre falaram mais alto do que um alinhamento de classe com a burguesia sionista. Essa identidade nacional formou um importante movimento de resistência anticolonial que conteve as ambições mais radicais dos sionistas e obrigaram os britânicos a contrabalancear as suas políticas de favorecimento aos sionistas em relação às elites árabes locais (LOCKMAN, 2012; WOLFE, 2016).

Logo, para impor a “conquista da economia” e a “conquista do trabalho”, os sionistas tiveram que se utilizar da violência extra-econômica, pois a compulsão silenciosa do mercado não era suficiente para a realização das ambições raciais e econômicas do seu projeto colonial. Diferentes autores notam a centralidade dos trabalhadores hebreus, normalmente aqueles que

como um aliado importante e mais confiável para as potências ocidentais do que os árabes em suas estratégias imperiais na região (ENGLERT, 2017). Em coordenação com a Agência Judaica, os ingleses facilitavam a imigração judaica e o seu assentamento em terras nativas “desperdiçadas” e expropriadas sob o instrumento de “terra nullius” como parte do seu compromisso com a Liga das Nações de promover o “desenvolvimento” da nação colonizada. Os investimentos nas “melhorias” nas infraestruturas urbanas e produtivas também eram desproporcionalmente voltados para as comunidades judaicas em detrimento das árabes. A estratégia de “segregação econômica” dos sionistas foi rapidamente adotada pelas forças ocupantes britânicas, possibilitando aos colonos prosperarem mesmo com os impactos internacionais da crise financeira de 1929, que, por outro lado, trouxe enorme prejuízo para a sociedade nativa (WOLFE, 2016).

são oprimidos e explorados, como os condutores dos processos de exclusão, opressão e separação dos trabalhadores e camponeses palestinos para a constituição de uma sociedade colona racialmente auto-segregada, politicamente autônoma e economicamente separada (ENGLERT, 2017; LOCKMAN, 2012). A violência, o suborno e a pressão política foram algumas táticas usadas pelo movimento trabalhista sionista, particularmente o seu sindicato, a Histadrut, e o seu partido, o Mapai, contra os empresários judeus para forçá-los a demitirem seus trabalhadores palestinos e contratarem novos colonos judeus com salários acima do valor de mercado.¹² O movimento trabalhista sionista, particularmente a Histadrut, também atuou para minar a mobilização “mista” entre trabalhadores judeus e árabes, fazendo da missão nacionalista e colonial do movimento dos trabalhadores sionistas na Palestina ficar acima do seu compromisso com o socialismo e a solidariedade de classe com o proletariado palestino (LOCKMAN, 2012). Já a “conquista da defesa” ficou a cargo das milícias sionistas criadas para proteger os assentamentos e expulsar os camponeses palestinos das propriedades adquiridas pelos colonos sionistas em contrariedade com a lei em vigência do período, que permitia o uso comum por camponeses largas de propriedades privadas, além de conter demais mobilizações anticoloniais dos palestinos (LOCKMAN, 2012). Embora comunitários e socialistas, os *kibutzim* e *moshavim* eram, antes de tudo, exclusivamente judaicos.

Toda essa violência para construir a “barreira de cor” na economia e no mercado de trabalho para diminuir a exploração da mão de obra nativa, com o importante apoio coercitivo dos ingleses, permitiu a constituição de uma “muralha de ferro” colonial que verdadeiramente assegurasse a consolidação e a expansão da comunidade sionista contra a resistência palestina (LOCKMAN, 2012; SHLAIM, 2015). Uma grande revolta árabe-palestina explodiu em 1936 a partir de uma greve de trabalhadores da cidade portuária de Yafa, amais importante e vibrante centro urbano palestino da época. A economia local, particularmente o mercado de exportação cítricos, estava sendo severamente abalado pelas restrições impostas pelas colonizações sionista e britânica (KHALIDI, 2006a). A repressão conjunta pelas tropas britânicas e as milícias sionistas do levante árabe assegurou a continuidade do processo colonial. Como nota Wolfe, a “conquista da economia” pelos sionistas era o prenúncio do que estava por vir: a Nakba. A acumulação de capitais materiais e culturais ao longo das primeiras décadas de colonização foi, ao cabo, uma longa preparação para o golpe final na estratégia sionista quando os dirigentes do Yushuv entenderam possuir capacidades suficientes para coercitivamente promover a limpeza

¹² Além da força, o suborno e a pressão política foram táticas utilizadas pelas elites dirigentes sionistas para pressionar a burguesia judaica na Palestina (LOCKMAN, 2012).

étnica da Palestina (WOLFE, 2016). A limpeza étnica havia sido planejada por mais de uma década pelos dirigentes sionistas, que promoveram um detalhado mapeamento das condições materiais, sociais e militares dos palestinos para executar com o máximo de eficiência a “transferência” da população nativa (PAPPE, 2006).

Como é possível notar, as formações de classe, raça e guerra são combinadas no desenvolvimento colonial sionista e na construção do Estado de Israel. No entanto, o processo de eliminação de dois terços da população nativa do território onde veio a se constituir o Estado de Israel após a Nakba, em 1949, não resolveu as contradições do processo colonial israelense.

2.4.2 As contradições do colonialismo israelense e a pacificação liberal dos palestinos em Israel e nos TPO (1949-87)

Nas primeiras décadas após a criação do Estado de Israel em 1948, a elite dirigente sionista buscou encontrar estratégias para manter a dinâmica da colonização na direção de um assentamento puro, exclusivamente judeu e separado da sociedade nativa. Logo após a criação de Israel, um regime militar foi imposto sobre os nativos palestinos que continuaram a viver sob a soberania israelense de forma a assegurar que as suas terras continuassem a ser expropriadas e que não constituíssem uma força de trabalho barata concorrente à judaica. Os palestinos cidadãos de Israel eram vistos como “quinta coluna” que deveriam ser submetidos à lei marcial de forma a controlar esse problema agora de “segurança interna” (ENGLERT, 2017; SHIHADÉ, 2012). O Estado e o movimento trabalhista sionista, liderados pelo Mapai e a Histadrut, em conjunto de outras instituições sionistas transnacionais, como o Fundo Nacional Judaico e a Organização Sionista Internacional, foram os responsáveis por continuar a conduzir o processo colonial no interior do Estado e de formação de uma classe capitalista sionista independente partir das doações e investimentos exteriores (ENGLERT, 2017; NITZAN; BICHLER, 2002). Apesar de formalmente ser um sindicato, a Histadrut constituiu-se enquanto um “império” dentro do Estado, reunindo na sua organização banco, construtora e outras empresas que formavam a maior empregadora do país (ENGLERT, 2017). Além disso, os benefícios de bem-estar social aos cidadãos judeus eram conferidos por meio do sindicato, que consequentemente tinha praticamente toda a população nacional filiada, empregada ou cliente. Ademais, o movimento trabalhista sionista também agia em coordenação com os militares e a burocracia civil na vigilância e controle interno da circulação dos palestinos, assim como da organização política e sindical dos trabalhadores palestinos em uma época em que até um piquenique era considerado uma ameaça (SHIHADÉ, 2012).

O Estado e a Histradut determinavam como a iniciativa privada deveria agir de forma a cumprir os objetivos raciais do projeto colonial: os bancos privados, por exemplo, agiam de acordo com as determinações do setor público para realizar empréstimos, escolher taxas e juros de forma que favorecesse e protegesse a população judaica em detrimento da palestina (HANIEH, 2003). Hanieh (2003) observa que não havia uma distinção entre público e privado nas primeiras décadas após a criação do Estado. O objetivo principal do desenvolvimento capitalista da economia nacional era manter os judeus de diferentes classes sociais unidos e solidários entre si dentro da hegemonia sionista de privilégios materiais e subjetivos construídos a partir da partilha dos benefícios materiais da contínua espoliação da terra nativa e da barreira racial militar que excluía os palestinos aos extratos mais baixos da cadeia produtiva ou à situação de exército industrial de reserva (ENGLERT, 2017; NITZAN; BICHLER, 2002). Construir a economia nacional, construir o Estado e controlar os palestinos eram todos parte de um mesmo esforço que envolvia as mesmas organizações estatais e proto-estatais.

Para suprir a crescente demanda por trabalho e novos colonos para assegurar maioria demográfica e também expandir as fronteiras coloniais nas terras expropriadas sem ameaçar os privilégios dos judeus *ashkenazim* europeus nem integrar os nativos, os dirigentes israelenses passaram a incentivar a imigração de judeus árabes oriundos de países como Iraque, Marrocos, Síria e Egito. Estes novos colonos ocupavam posições de trabalho de baixa qualificação e auxiliavam na judaização de áreas de fronteira próximas aos vilarejos e cidades palestinas (ENGLERT, 2017). Os judeus árabes *mizrahim* — “orientais”, em hebraico — foram também vítimas de um processo forçado de racialização de forma a acentuar a sua identidade judaica para em detrimento da sua árabe para integrá-los à comunidade colona sionista (SHOHAT, 1988). No entanto, por serem nativos da região, essa integração ambivalente com uma sociedade que almejava reproduzir a Europa e o Ocidente no coração do Oriente Médio fez dos *mizrahim* cidadãos de segunda classe na sociedade israelense (idem).

O governo colonial-liberal passa por uma mudança após uma crise econômica em 1965 motivar o fim do regime militar imposto sobre a população palestina de forma a integrá-los economicamente, mas mantendo a exclusão política com a manutenção de leis de emergência do período do mandato britânico, que limitavam os direitos civis dos palestinos (SHIHADI, 2012). O “vício colonial” por contínua expansão espacial, que já gerava conflitos no interior de Israel pela pressão de movimentos colonizadores seculares e religiosos por mais terras para assentar, levou Israel à invasão dos territórios dos territórios palestinos de Cisjordânia e Faixa

de Gaza que estavam respectivamente sob a soberania de Jordânia e Egito no período entre 1948 e 1967¹³. Com a ocupação, foi aplicado um regime de restrição política, vigilância militar e integração econômica dos nativos palestinos emulando o regime imposto aos palestinos cidadãos israelenses de forma a mantê-los sob a soberania colona, mas sem integra-los à sociedade israelense. A crescente despossessão dos palestinos para dar espaço aos assentamentos israelenses tinham o duplo objetivo de assegurar, por um lado, o consentimento da população judaica à hegemonia colonial sionista e, por outro, promover a proletarianização do campesinato nativo¹⁴. Dessa forma, os trabalhadores palestinos dos territórios de 1967 se somaram à força de trabalho indígena barata a ser explorada pela indústria israelense com a vantagem de que Israel não precisaria integrá-los à sociedade colona, pois eram considerados mão de obra estrangeira que retornava as suas casas pela noite (ENGLERT, 2017)¹⁵.

A expansão da expropriação de terra palestina e da exploração do trabalho nativo, entretanto, revelaram-se uma faca de dois gumes para a colonização israelense. Por meio das políticas de inclusão e absorção do trabalho palestino, Israel conseguiu prover trabalho barato para os setores da indústria em que havia demanda, particularmente a construção civil; integrou mais de um milhão de novos consumidores de produtos israelenses; expandiu o acesso a um reservatório de território indígena a ser assentado; e aumentou a produtividade econômica nacional (ENGLERT, 2017). Dessa forma, a permanente expansão da colonização aliviou os conflitos internos e manteve a coesão na sociedade israelense em torno das ansiedades colonas pela disponibilidade de terras e por bem-estar material econômico. No entanto, a necessidade econômica de ter sob a sua tutela um número maior de nativos para a exploração significou uma contradição ao princípio de separação que orientava a política colonial israelense conduzida pelos movimentos trabalhistas. Dessa forma, reabriu a questão entre construir um assentamento colonial puramente judaico e controlar o maior número de terras onde ainda

¹³ A historiografia hegemônica ainda corrobora a narrativa oficial israelense de agir de forma defensiva e preventiva ao atacar Egito, Jordânia e Síria. Contudo, alguns documentos oficiais e relatos mostram evidências de planejamentos anteriores para a invasão e administração dos territórios palestinos de Cisjordânia e Gaza. Ver: PAPPE, Ilan. *The Biggest Prison on Earth: A History of the Israeli Occupation*. 2018.

¹⁴ A colonização foi um empreendimento organizado desde os aparatos estatal e trabalhista a partir da elaboração de um plano de assentamento que contemplasse as ambições e anseios das bases de apoio ao governo — militares, trabalhistas e religiosos — e também mantivesse a estratégia de segregação socioeconômica. O chamado Plano Allon seguia a estratégia de colonizar o “máximo de terras com o mínimo de árabes”, que originalmente envolvia uma área entre Jerusalém e o Vale do Jordão. Jerusalém Oriental, diferentemente do restante da Cisjordânia, foi anexada à parcela Ocidental. Ver: HUBERMAN, 2014.

¹⁵ Como reconhecido por Dayan, o ministro da Defesa de Israel em 1967: “economicamente nós podemos absorver [os palestinos dos territórios ocupados a Israel]; mas eu acho que isso não está de acordo com os nossos objetivos para o futuro. Isso faria de Israel um estado binacional ou poli-árabe-judaico [...] nós desejamos um Estado judeu da mesma forma que os franceses têm um Estado francês.” (apud SAMOUR, 2016).

vivem populações indígenas que são uma ameaça à reivindicação de soberania territorial, à estabilidade da ordem colonial e à maioria demográfica do regime (ENGLERT, 2017).

Isto é, a combinação entre necessidade econômica da população colona, os imperativos do mercado global e a resistência nativa impediram a lógica de eliminação e separação da colonização por povoamento israelense se realizar na prática, constituindo uma configuração muito mais complexa de dependência econômica mútua que, ao cabo, se constitui numa importante vulnerabilidade aos colonos. Como saída de emergência, os israelenses têm buscado fazer da exploração do trabalho e da integração econômica dos palestinos ao mercado israelense, à imagem e semelhança de outras experiências coloniais, se tornar numa tecnologia de pacificação. Para além das diferenciações de status jurídico dos indivíduos e dos territórios indígenas sob a autoridade soberana israelense, todos os palestinos foram subjugados por uma tradicional política colonial de pacificação ilustrada pela metáfora da cenoura e do bastão. Isto é, a conciliação entre a repressão política e a dependência econômica para construir uma ordem de diferenciação racial segura, estável e produtiva. Além dos benefícios econômicos pelo oferecimento de emprego em indústrias de baixa qualificação em Israel, as autoridades israelenses buscaram construir o consentimento entre os nativos por meio de estratégias de normalização do domínio colonial. Esse objetivo pode ser visto nas ambições israelense de tornar a ocupação “invisível” e classificá-la enquanto “iluminada” por meio do emprego de políticas sociais de educação, saúde, liberdade de movimento, permissão a algumas formas de organização política e desenvolvimento econômico, ao passo que se utilizava das restrições políticas para recrutar colaboradores, os “bons árabes” que serviriam como intermediários do governo colonial tanto em Israel como nos TPO (COHEN, 2010; GORDON, 2008; HANIEH, 2013). Segundo Shlomo Gazit, o responsável pelo governo militar israelense nas duas primeiras décadas de ocupação dos territórios palestinos (1967-87):

A administração militar não tratava os palestinos como ‘o inimigo’. Pelo contrário, a sua abordagem vinha de um sentimento de responsabilidade e a necessidade em buscar o seu bem-estar, incluindo as necessidades dos seus mercados de importação e exportação. Os militares estavam cientes que problemas econômicos graves, como o desemprego e serviços falhos, levariam a tensões, terrorismo e revolta civil, especialmente se elementos palestinos radicais explorassem tais condições como forma de recrutar apoiadores para as suas posições políticas. (GAZIT, 2004, p. 16).

Além disso, antigas formas de organização comunitária foram ressuscitadas pelos agentes coloniais para ordenar “tribalmente” os palestinos para a pacificação das mobilizações anticoloniais que surgiam de uma sociedade em crescente urbanização e proletarização. Na Cisjordânia, os israelenses formaram a “Ligas dos Vilarejos” em que empoderavam antigas

lideranças nativas que tinham a missão de policiar, interrogar e prender suspeitos, assim como o poder de emitir permissões de trabalho, viagem, reunião familiar, construção de edifícios e funcionamento de negócios privados (HANIEH, 2013). Os fundos para o “desenvolvimento” da economia palestina também eram canalizados por meio das ligas. Dessa forma, os palestinos que conseguiam prosperar sob a ocupação, formando novas classes média e elites, sempre tiveram que se submeter a uma relação de colaboração e dependência com as forças coloniais (idem). Apesar da permanente resistência palestina, este modelo de governo colonial-liberal manteve a ordem relativamente pacificada até o estalo da Intifada em 1987, a grande revolta popular palestina que revelou a fraude da “ocupação iluminada”. Na ocasião, muitas das medidas liberais vieram a ser substituídas pelo uso quase exclusivo do bastão. “Quebrem os seus ossos” foi a ordem do então ministro da Defesa de Israel, Yitzak Rabin, o mesmo homem que veio a ser conhecido como um “pacifista” pelos Acordos de Oslo (GORDON, 2008).

3 NEOLIBERALISMO, COLONIALISMO E CIDADES

Neste capítulo, buscamos demonstrar como o neoliberalismo se desenvolveu enquanto uma doutrina elaborada por intelectuais europeus que tiveram nas experiências de pacificação coloniais de intervenção estatal para a construção e proteção da ordem de mercado por dispositivos coercitivos e persuasivos uma inspiração para a renovação do *laissez-faire*. Logo, da mesma forma que as reformas estruturais avançaram a acumulação pela despossessão por meio da violência coercitiva das expulsões e as precarizações dos choques do “capitalismo de desastre” de forma semelhante às pilhagens coloniais, o neoliberalismo também desenvolveu uma “face humana” capaz de despossessar e pacificar pelo avanço de pautas progressistas de empoderamento e capacitação empreendedora supostamente cegas à cor e livres de demais formas de opressão. Isto é, tanto o colonialismo liberal como o neoliberalismo contemporâneo seriam processos focados, além da despossessão, na administração do território, população e recursos por meio de tecnologias suaves que, combinadas com a coercitivas, constroem e mantêm uma boa ordem “aberta”, “market-friendly” e resiliente às instabilidades e crises constantes do capitalismo. Estes modos de acumulação e governo mais humanos e progressistas, entretanto, não seriam menos espoliadores, mas disfarçariam a sua natureza racista e violenta, constituindo ilusões sobre a possibilidade de emancipação dos oprimidos e colonizados no interior da ordem neoliberal.

Nós destacamos o papel das instituições internacionais, como o BM e a OCDE, e das ONGs de direitos humanos como agentes externos de intervenção supostamente neutras e técnicos responsável pela proliferação da forma empresarial e da razão neoliberal por todos os territórios e classes sociais. O resultado seria a construção do construir consentimento à ordem hegemônica por meio de agendas multiculturais. Além disso, nós exploramos a particularidade da reprodução espacial do espaço urbano como formas do colonialismo e do neoliberalismo se entrelaçarem, particularmente por meio das clivagens raciais no tecido socioespacial. Por um lado, o urbanismo empreendedor permitiria o avanço do desenvolvimento socioespacial do capital e dos interesses políticos das classes dominantes, enquanto, por outro, os incentivos ao empreendedorismo popular teriam se tornado uma tecnologia central para a pacificação das populações sobressalentes das periferias urbanas por recomendação de instituições e ONGs transnacionais, em particular no Sul Global. Por fim, debatemos como as ambivalências resultantes do entrelaçamento entre colonialismo e (neo)liberalismo produz formas de resistência dialeticamente ambivalentes que caem nas armadilhas do colonialismo e do

capitalismo. As políticas de desenvolvimento neoliberal em curso na Cisjordânia ocupada no pós-Oslo servem de referência histórica importante para os debates do capítulo.

3.1 As duas faces do colonialismo neoliberal: despossessão, administração e a “cenoura” empreendedora

A crescente ocorrência da despossessão violenta de populações pobres para a acumulação de capital de setores já enriquecidos por reformas neoliberais socioespaciais tem feito o conceito marxiano de acumulação primitiva central para abordar a condição social sob o modo de produção e reprodução do capitalismo contemporâneo (DE ANGELIS, 2001; FONTES, 2018; HARVEY, 2004; NEOCLEOUS, 2011). Para Harvey (2004), as reformas estruturais seriam um novo tipo de imperialismo no qual as instituições internacionais, o mercado financeiro e demais organizações alinhadas à doutrina neoliberal agiriam enquanto as promotoras dos interesses imperialistas, particularmente dos EUA, na acumulação violenta de capital nas periferias das metrópoles e do globo. Este novo imperialismo não se organizaria de acordo com as divisões nacionais nem redesenharia a geografia socioespacial do mundo colonizado e despossessado como no passado a partir de uma burocracia centralizada e metodológica como os imperialismos do passado, mas agiria transnacionalmente e de forma descentralizada a partir uma lógica de acumulação pela despossessão (HARVEY, 2004).

Em linha semelhante, Sassen (2014) vê uma “lógica de expulsão” no neoliberalismo em que populações são sistematicamente coagidas a deixar os seus locais de vida para dar lugar a novos empreendimentos imobiliários, represas para geração de energia, entre outras atividades para a acumulação e reprodução do capital. Klein (2008) é outra a analisar a natureza coercitiva do capitalismo neoliberal ao teorizar a respeito de um “capitalismo do desastre” que se basearia em meios violentos de acumulação para a promoção de uma “terapia de choque” de estabelecimento do neoliberalismo. O Chile da ditadura de Augusto Pinochet, o laboratório neoliberal dos “Chicago Boys” liderados por Milton Friedman, seria o exemplo paradigmático dessa relação entre coerção e neoliberalização, que se reproduziu ao redor do mundo, das metrópoles às fronteiras coloniais, como os EUA sob Ronald Reagan e a ocupação multilateral do Iraque nos anos 2000. A coação do império do capital desencadearia uma “guerra sem fim” no qual a violência se tornou cotidiana (WOOD, 2005). Este fenômeno pode ser mais claramente visto nas diversas “guerras” difusas contra o terror, as drogas, a imigração e, por que não, a pandemia, assim como na proliferação de conflitos assimétricos e no crescimento da vigilância das populações civis ao redor do mundo (NEOCLEOUS, 2011). O *hard power* do

imperialismo estadunidense sob o neoliberalismo, no entanto, não repousaria somente sobre a força das armas, mas também sobre a violência da coação financeira na forma de boicotes e também as ameaças de isolamento financeiro e comercial internacional contra as “nações rebeldes” em se alinhar aos interesses ocidentais ao “fim da história”, como Irã, Venezuela, Rússia e Cuba (PRASHAD, 2020). Além disso, os golpes de Estado por meio de “mudança de governo” fraudulentas voltaram a compor as estratégias de “choque” das grandes potências nas guerras híbridas contra as nações do Terceiro Mundo após o fim da Guerra Fria, como revelam os diferentes casos na América Latina, particularmente o da Bolívia (idem).

Esse processo de choque neoliberal para a acumulação pela espoliação envolveria tanto a expropriação de espaços sociais e riquezas naturais no solo como do “mundo do trabalho” e do estado de bem-estar social coletivos e universais em que a ordem keynesiana do pós-guerra se baseou durante os “anos dourados” do capitalismo para a estabilidade do período. Isto é, seria uma reação das classes dominantes internacionais contra os ganhos, os direitos e as formas de organização das classes trabalhadoras por uma lógica de “fundamentalismo de mercado” para a redistribuição da riqueza produzida pelos trabalhadores na direção das elites transnacionais (HARVEY, 2007b). A difusão global das políticas neoliberais desde os anos 1970 resultou, por um lado, na criação de corporações transnacionais e no crescimento do capital financeiro e, por um outro, na degradação ambiental e no aprofundamento das desigualdades sociais. A formação de massas de trabalhadores precarizados e sobressalentes se “virando” para sobreviver entre formas ilegais-legais e informais-formais de trabalho, muitas vezes confinadas a locais de moradia informais, precários, murados e altamente vigiados, e alijadas do processo de reprodução de capital tornaram-se características do neoliberalismo (BRAGA, 2017; DAVIS, 2006; TELLES, 2010; WACQUANT, 2009).

O crescimento das formas violentas de acumulação de capital a partir da expropriação do trabalho e da terra pelo neoliberalismo também tem gerado uma série de importantes produções a respeito da característica racial e colonial desses processos violentos. Diversos autores notam como o racismo reproduz a sua centralidade para o capitalismo neoliberal ao permitir a reprodução de uma população enquanto passível de ser violentamente negada, excluída, expulsa, reprimida, confinada, descartada, morta e eliminada de forma impune, aceitável, legal, legítima e normalizada (BARROS, 2019b; GILMORE, 2007; GOLDBERG, 2011; MBEMBE, 2003). Em uma análise a respeito das formas que o racismo assume em relação a economia política neoliberal em diferentes regiões do mundo, Goldberg (2007)

identifica uma constância de expressões violentas de raça e racialização em locais como América Latina, Palestina, África do Sul, EUA e Europa. De forma complementar, Clarno (2017) nota que no “apartheid neoliberal” na África do Sul e na Palestina, as populações racializadas são importantes para manter a situação de precariedade do trabalhador, expandir a exploração em atividades econômicas informais, promover a expansão de residências precárias nas margens dos espaços urbanos e promover a securitização dos corpos e espaços de residência dessas populações. Dessa forma, o neoliberalismo se mantém também como uma forma de capitalismo racial, no qual a eliminação, a exploração e o confinamento socioespacial racializados são privatizadas como “escolhas naturais” do mercado (MELAMED, 2011).

Quanto maior for o número de trabalhadores desempregados e precarizados, maior tende a ser a quantidade de insatisfeitos que precisariam ser controlados para não perturbarem a ordem social e interferirem no processo de acumulação de capital. Portanto, mais contundente seriam as medidas de “securitização preventiva”. Logo, faria parte do neoliberalismo racial a constituição de perfis de populações consideradas naturalmente “perigosas” baseados por critérios supostamente técnicos de “risco”, mas que terminam por reproduzir critérios raciais prévios ou contribuem para racializar novos grupos populacionais (ALEXANDER, 2020). Discursos raciais de terrorismo árabe/muçulmano/palestino e crime negro/pobre/favelado são ao mesmo reproduzidos local e transnacionalmente a respeito dos “perigos” universais dos grandes centros urbanos, formando uma população sobressalente racializada global a ser subjugada, espoliada e contida nas periferias marginalizadas dos grandes centros urbanos e também do sistema-mundo (CLARNO, 2017; GOLDBERG, 2011). Além disso, na “terapia de choque” neoliberal, o próprio processo coercitivo é mercantilizado para a acumulação de capital por corporações de segurança (KLEIN, 2008). Consequentemente, o exercício permanente da guerra se torna uma forma de acumulação e a onipresença da segurança uma forma de assegurar as inseguranças produzidas pela violência das desposseções das reformas neoliberais e do imperialismo contemporâneo (NEOCLEOUS, 2011). Israel, não por acaso, é uma nação que ocupa lugar de destaque nesse mercado global da força, vendendo a Estados e corporações privadas de todo o mundo tecnologias, técnicas e táticas militares e de segurança como universalmente compatíveis às suas ansiedades para a pacificação de suas populações subalternas, sobressalentes e descartáveis (HALPER, 2015; MACHOLD, 2015).

Ao lado desses regimes de segurança que almejam trazer estabilidade para uma ordem constantemente em crise, o neoliberalismo também tem promovido projetos necropolíticos para

eliminar os pobres racializados à medida que a demanda pelo seu trabalho é reduzida e a sua existência é considerada redundante, descartável e um espectro de violência e desordem para as classes dominantes. Lloyd e Wolfe (2016) notam como o racismo opera como meio tanto no neoliberalismo como no colonialismo por povoamento para tornar legível a expropriação do Outro considerado desperdiçado ou mal utilizado. As privatizações de bens públicos promovidas pelas neoliberalizações seriam reproduções dos antigos cercamentos das terras comuns e indígenas pelo colonialismos na aurora do capitalismo (LLOYD; WOLFE, 2016). Por essa razão, os autores argumentam que neoliberalismo e colonialismo por povoamento partilhariam de um mesmo *ethos*. Além disso, a crescente descartabilidade de populações urbanas racializadas no neoliberalismo levou Veracini (2016) a argumentar que estas populações estariam sendo “indigenizadas”, ou parecendo como indígenas, enquanto a lógica de eliminação do colonialismo por povoamento poderia ter se tornado global. Em linha de argumentação semelhante, Mbembe (2020) identifica nas sistemáticas negações e reduções epidérmicas dos imperativos do neoliberalismo ao redor do mundo uma “tendencial universalização da condição negra”. O “devir negro” não seria mais confinado às periferias coloniais do sistema capitalista, mas estaria presente também no seu centro. Já Collins (2011) nota como a proliferação das desposseções ao estilo colonial pelo neoliberalismo fariam da experiência palestina uma global, o que possibilitaria, por outro lado, a populações expropriadas se identificarem e se solidarizarem com a luta dos palestinos e demais povos autóctones.

Como já reivindicamos, o colonialismo por povoamento seria uma forma de acumulação pela desposseção e não uma modalidade distinta de acumulação com uma lógica própria. A lógica do capital se materializa de diversas formas a partir das suas condições concretas, assumindo formas singulares e particulares, como o colonialismo, a partir de um devir universal de mercantilização e extração de mais valia. Para compreender a correlação entre colonialismo, racismo e neoliberalismo nós optamos por uma via distinta da universalização de certas experiências particulares para compreender como a espoliação e a desposseção tem se tornado formas dominantes de acumulação no capitalismo contemporâneo. Ao invés de igualizar processos tão distintos como a privatização de um banco público com a expropriação de um território indígena e a escravização de um povo, achamos apropriado compreender a correlação entre neoliberalismo e colonialismo no presente como fenômenos distintos que são originados no antigo *laissez-faire*. Ao se reproduzirem na contemporaneidade, assumem formas semelhantes de acumular capital principalmente por meio da desposseção e do entrelaçamento com projetos raciais. A natureza destrutiva do neoliberalismo ou ainda a sua

articulação com projetos raciais e coloniais, entretanto, não seria estática, mas assumiria formas particulares de acordo com as condições estruturais em cada territorialidade e sociedade.

Clarno (2017) nota que, ao redor do mundo, os projetos neoliberais intersectam-se com uma série de outros projetos que nem sempre são prioritariamente voltados para a acumulação de capital. À medida que os espaços coloniais se espalham, eles se tornam imbricados com muitos outros tipos de espaços, em estreita relação com as dinâmicas da modernidade, da urbanização e do capital globalizado. Assim, um centro urbano colonial ou território rural provavelmente será semelhante a um centro urbano ou zona de agricultura em qualquer outro lugar, independentemente do Estado nacional em que se insere. Isso requer atenção para as formações complexas que resultam da articulação de projetos simultâneos, que tendem a reorganizar as formas de dominação, promovendo autonomia parcial para grupos historicamente oprimidos ou projetos de diminuição da desigualdade, mas sem eliminar o racismo (MELAMED, 2011; TILLEY; SHILLIAM, 2018). Isto é, além de projetos racistas e coloniais, o neoliberalismo também poderia se entrelaçar de forma contraditória e fraudulenta com projetos antirracistas e anticoloniais. Embora o neoliberalismo possa reproduzir a lógica altamente espoliados dos antigos projetos racistas e coloniais do *laissez-faire*, ele também reproduziu as formas de pacificação e inclusão predatória das práticas de desenvolvimento e integração do colonialismo liberal. A fraudulenta face suave e humana do neoliberalismo se entrelaçaria com a farsesca face suave e humana do colonialismo. O resultado seria a formação de um colonialismo neoliberal progressista.

Este movimento teria ocorrido, pois, os movimentos anticoloniais e antirracistas dos anos 1960 e 1970 contribuíram para o declínio do Estado de Bem-estar social nos países desenvolvidos pois estes eram baseados nas espoliações coloniais-liberais das periferias (BHAMBRA; HOLMWOOD, 2018). Logo, este momento de crise do modo de produção keynesiano que possibilitou a ascensão das reformas neoliberais em algumas localidades se imbricou com as reivindicações de independência, direitos civis, reconhecimento e de modelos de sociedade multiculturais por populações subalternas ao redor do mundo. Consequentemente, a ideologia de liberdade, progresso nacional e independência individual do neoliberalismo se entrelaçou com as demandas das populações colonizadas e racializadas por liberdade, desenvolvimento e independência (CLARNO, 2017). Como nota Clarno (2017), os tecnocratas e lideranças neoliberais das grandes potências globais e de instituições financeiras internacionais souberam vender as reestruturações neoliberais como remédios — *amargos* —

para o fim da dominação colonial e racial. O autor identifica a relação entre igualdade jurídica, autonomia parcial de governo aos colonizados e continuada colonização pelas classes dominantes como características do “apartheid neoliberal” da África do Sul e da Palestina que se seguiram às “descolonizações” dos anos 1990.

É verdade que o neoliberalismo significou um retorno do projeto de “missão civilizadora” e de defesa dos valores europeus liberais contra comunistas e keynesianos. Por exemplo, na visão de ideológicos neoliberais como Mises e Hayek, socialismo e o estado de bem-estar social seriam dois lados da mesma moeda coletivista totalitária que flertaria com os “primitivismos” comunitaristas de sociedades indígenas e colonizadas (WHYTE, 2019). Ao invés de regimes para a liberdade e emancipação, seriam o “caminho para servidão” (HAYEK, 2010). No entanto, o neoliberalismo não seria um projeto que simplesmente renovou o *laissez-faire* colonial responsável pelos genocídios, pilhagens e escravidões raciais comuns às fronteiras coloniais do século XIX e tampouco somente reproduziu a ortodoxia dos antigos liberais de que a “mão livre do mercado” regularia de forma orgânica e que toda interferência do Estado seria alguma forma de despotismo iliberal contrário ao mercado (DARDOT; LAVAL, 2016; WHYTE, 2019). Os neoliberais representaram uma mudança no entendimento a respeito da natureza do mercado em relação aos seus antepassados liberais: o mercado não seria algo natural e orgânico, mas algo a ser *construído* e *administrado* para protegê-lo de projetos e mobilizações que interferissem nas dinâmicas do *mercado concorrencial* e na *liberdade de empreender* (DARDOT; LAVAL, 2016).

Dessa forma, seria limitador entender o neoliberalismo como uma agenda econômica estática que versa somente sobre responsabilidade fiscal, superávit primário e liberalização de mercados em busca de um “Estado mínimo” por meio de cortes no funcionalismo público e de benefícios sociais dos trabalhadores, particularmente àqueles vistos como racialmente distributivos, como as ações afirmativas e as reclamações territoriais indígenas, para redistribuir riquezas para as burguesias. Ou ainda criticá-lo apenas pelas suas características destrutivas, repressivas e punitivas sem entender criticamente o que é reconstruído a partir das ruínas da antiga ordem. O neoliberalismo é também um projeto sobre a projeção dos ideais liberais — e fraudulentos — de liberdade, direitos individuais, autorresponsabilidade e empreendedorismo que não se restringem à imposição de uma agenda econômica governamental de cima para baixo, mas também pela constituição de uma nova razão neoliberal entre os sujeitos e o Estado para assegurar consentimento ao projeto hegemônico desde os extratos mais baixos da

sociedade (DARDOT; LAVAL, 2016). Harvey (2007b) notou como o neoliberalismo, uma ideia bastante marginal no seu nascedouro, conquistou o consenso popular a partir da proliferação de valores de classe média de propriedade, empreendedorismo e individualismo por toda a sociedade, a aceitação social de igualizar liberdades individuais e direitos humanos com liberdade de mercado e direitos de propriedade, além do florescimento da cultura de consumo e da normalização do endividamento. Como indica a matriarca do neoliberalismo, Margareth Thatcher (apud DARDOT; LAVAL, 2016): "A economia é o método. O objetivo é mudar o coração e a alma".

Logo, para além de uma ideologia específica ou a consequência de uma ofensiva das classes dominantes contra a classe trabalhadora ao redor do mundo, o neoliberalismo representou uma transformação estrutural da organização do capital para prover as condições humanas e institucionais que dessem conta de forma eficiente da expansiva internacionalização do capital e da velocidade da sua reprodução em escala global caracterizada pela crescente prevalência do capital financeiro dentro do processo de acumulação como um todo (HANIEH, 2013; SAAD FILHO, 2015) (Hanieh; Englert). Dessa forma, “representa um novo estágio no desenvolvimento do capitalismo” em que cada vez mais setores da reprodução social são mercantilizados e novas subjetividades são forjadas para permitir a ordenação da sua reprodução expandida (DARDOT; LAVAL, 2016; SAAD FILHO, 2015). Além disso, o neoliberalismo seria ainda uma nova racionalidade universal que teria espalhado sobre as mais diversas esferas da vida, informando condutas e ações vitais serem reinterpretadas por meio de métricas e quantificada em termos econômicos empresariais (BROWN, 2015; DARDOT; LAVAL, 2016). Essas transformações estruturais promovidas pelo neoliberalismo seriam caracterizadas pela sua irreversibilidade e infinidade, fazendo da neoliberalização um processo permanente e que não se resume a um governo específico, mas também preocupado com uma moralidade que transforme “corações e mentes” de forma a permanecer socialmente mesmo após o choque inicial (WHYTE, 2019).

O neoliberalismo seria também uma razão social constituidora de uma nova moralidade empreendedora para o Estado e os sujeitos neoliberais (DARDOT; LAVAL, 2016). Portanto, as reformas que venham a reverter políticas específicas originalmente tomadas no início da neoliberalização não significam o fim do neoliberalismo, mas medidas que podem contribuir para a sua reprodução e naturalização na sociedade. Isto é, os ideólogos neoliberais e as suas políticas de intervenção na sociedade, assim como os antigos burocratas coloniais, estavam

preocupados na *construção e administração* de uma ordem social que sustente as condições jurídicas, socioeconômicas e subjetivas para a acumulação e reprodução do capital de forma previsível e sustentável (DARDOT; LAVAL, 2016; NEOCLEOUS, 2017; WHYTE, 2019).

Aqui residiria uma das características da atuação do Estado e do governo neoliberais: ao invés de significar apenas uma “retirada” para dar espaço à liberdade do mercado, o Estado teria a missão de equilibrar entre os movimentos de reversão — *roll back* — de políticas keynesianas de bem-estar social e planejamento econômico que limitariam o espaço de liberdade de ação dos indivíduos, famílias e empresas no mercado, com medidas de “desenrolar” — *roll out* — as estratégias de mercado para conter as crises econômicas, políticas e sociais que necessariamente resultam dos choques agressivos (PECK; TICKELL, 2002). Seriam entre estes momentos que ocorreria o crescimento da indústria de segurança privada como resposta neoliberal para as crises geradas pelas reestruturações socioeconômicas. Esses movimentos, no entanto, não representariam somente etapas históricas da neoliberalização como uma primeira análise do processo neoliberalizador poderia dar a impressão ao colocar o período Thatcher-Reagan, nos anos 1980, como o movimento de “reversão” e o Blair-Clinton, nos 1990, como a etapa de “desenrolar”, conferindo uma “face mais humana” ao processo. A “reversão” e o “desenrolar” neoliberais representam distintas tecnologias de poder na governamentalidade neoliberal para ao mesmo tempo conter instabilidades e interferir no mínimo no livre funcionamento do mercado concorrencial em busca do equilíbrio num gerenciamento permanente de crises (PECK; TICKELL, 2002; SAAD FILHO, 2015). As neoliberalizações seriam, portanto, processos de mudança social específicos aos seus contextos em que os projetos baseados no mercado buscam transformar as formas consolidadas de organização social diante das resistências e conflitos inerentes, podendo alternar medidas violentas e persuasivas para assegurar as infraestruturas jurídicas, econômicas e sociais necessárias para a estabilidade seu modo predatório de acumulação.

O resultado seria uma nova forma de regulação social que deixa de ser fundamentada no desenvolvimento conduzido pelo Estado, pela proteção social e o mundo do trabalho. Nesse período ocorre as transformações das práticas de trabalho, o crescimento de formas informais de emprego e o incentivo ao empreendedorismo na transição do “*welfare to workfare*” (DARDOT; LAVAL, 2016). Isto é, a transformação de um sistema socializado de apoio coletivo para uma lógica privatizada de responsabilidade pessoal em que os Estados deveriam prover apenas o “mínimo suficiente” para não inibir as necessidades vitais que compelem os

desprovidos a participarem do jogo do mercado concorrencial, seja por meio da venda da força de trabalho em troca de salário ou por iniciativas empreendedoras cada vez mais incentivadas como forma de dar vazão às subjetividades criativas, vibrantes, libertadoras, responsáveis e dignificantes dos novos sujeitos neoliberais que planejam as suas vidas como se fossem empresas (DARDOT; LAVAL, 2016). O fim do “estado de bem-estar social como conhecemos”, como prometeu Clinton em 1996 (apud ENGLERT, 2017), por um lado abriu caminho para a crescente influência do endividamento e das finanças na vida cotidiana dos trabalhadores, atuando como forma de controle social e despossessão por meio da inclusão financeira (HARVEY, 2004; TAYLOR, 2021), e por outro lado, permitiu o surgimento de novas políticas sociais de inclusão e desenvolvimento focalizadas para o “combate à pobreza”, mas que tem significado a pacificação das populações e nações sobressalentes rejeitadas pela modernidade neoliberal (DAVIS, 2006; HANIEH, 2016; MACIEL, 2018). Essas formas de regulação social neoliberais se entrelaçariam com a *autorregulação* pelos sujeitos no mercado.

3.1.1 O governo neoliberal progressista: a administração das liberdades

Laval e Dardot (2016) reivindicam a *administração* como elemento central para entender o neoliberalismo, que seria principalmente uma nova forma de governo dos sujeitos, das famílias e dos Estados a partir de uma razão empresarial de eficiência, melhoria, responsabilidade e planejamento no jogo da livre concorrência de mercado. Essa governamentalidade empreendedora, ocorreria por meio do “governo das liberdades” dos sujeitos: não seria governar contra ou a despeito da liberdade, mas governar pela liberdade, isto é, “ativamente no espaço de liberdade dado aos indivíduos para que estes venham a conformar-se pro si mesmos a certas normas” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 21). Portanto, o neoliberalismo seria uma racionalidade política para uma nova regulação social do capitalismo baseada na forma empresarial e segundo o princípio da concorrência. Ao cabo, todos seriam transformados em capitais humanos que precisariam ser constantemente melhorados e valorizados por meio de técnicas de *management* como os de uma empresa. Isto é, o neoliberalismo constitui certas normas comportamentais, discursivas e subjetivas para os atores governarem a si mesmos pelo gozo da liberdade liberal dentro do espaço delimitado do mercado por meio de diversas tecnologias biopolíticas, disciplinares e soberanas (idem).

Em entrevista de 1981 sobre o regime Pinochet, Hayek reivindica a preferência de uma “ditadura transicional” que governe de “maneira liberal” como “meio para o estabelecimento de uma democracia estável e liberdade, livre de impurezas” do que um governo democrático

sem liberalismo (apud WHYTE, p 202-3). Hayek entendia que as infraestruturas jurídicas, econômicas, humanas e morais deveriam ser coercitivamente construídas para assegurar a coesão social e o consentimento à reprodução da ordem neoliberal no longo prazo. Apesar de reconhecerem que a ordem de mercado não é orgânica à natureza humana conforme pregavam os antigos liberais, os neoliberais almejam naturalizar as relações sociais de mercado pois entendem ser esta a única forma de gozo das liberdades individuais (WHYTE, 2019). A moralidade neoliberal deveria motivar todos a nutrir o auto-interesse e a autorresponsabilidade individuais como valores universais que permitissem a submissão aos resultados impessoais do mercado. Essa é uma das razões que governos neoliberais muitas vezes se alinham ao conservadorismo religioso para construir uma sustentação social em formas tradicionais para um processo de desestruturação social da ordem fordista (*idem*), como foram os casos do Chile de Pinochet, do Israel de Begin¹⁶, do Reino Unido de Thatcher e dos EUA de Reagan.

Essa moralidade seria fundamental para encobrir a “amoralidade” que Brown (2015) nota no neoliberalismo, que ao transformar tudo em uma questão técnica, manipulável e quantitativamente mensurável promoveria sujeitos não mais interessados no processo político democrático. Os problemas políticos teriam sido transformados em questões individuais e a política restrita exclusivamente ao momento “sagrado” das eleições e do voto, ocultando que todo o jogo político é estruturalmente construído a partir dos interesses do mercado (BROWN, 2015). Consequentemente, haveria uma “de-democratização” das sociedades neoliberais, em que tudo seria resolvido por meio do mercado e da “economização” da vida. Os cidadãos seriam tratados como consumidores de serviços públicos mercantilizados por um Estado neoliberal entendido como mais uma empresa prestadora de serviços na concorrência com outras empresas privadas. Os sujeitos neoliberais empreendedores de si mesmos poderiam assegurar todos os seus “direitos” no mercado: saúde, moradia, educação, assim como dignidade, liberdade e até o “preenchimento da alma”, como coloca Hayek (DARDOT; LAVAL, 2016).

Hall (1988) nota a natureza ambivalente do neoliberalismo, que se coloca ao mesmo tempo como um projeto modernizante contra a “corrupção”, os “excessos” e o “totalitarismo” do bem-estar social, mas também conservador ao pregar a restauração de tradições patriarcais, religiosas e familiares. Em sua crítica do thatcherismo, ele demonstra como em nenhum momento a primeira-ministra mentiu sobre as dificuldades do processo de reestruturação neoliberal, apontando para “tempos de ferro” que exigiriam o sacrifício da população, apelando

¹⁶ O conservador Menachem Begin foi o responsável por iniciar a implementação do neoliberalismo em Israel.

aos ideais masoquistas e nacionalistas dos ingleses, que seriam recompensados no futuro quando o Reino Unido fosse grande novamente. Diante de sua irrealização, novos governos poderiam até promover revisões na rota original diante das contestações populares, como ocorreu com a eleição de Blair, mas esse movimento veio apenas a consolidar a hegemonia neoliberal como a direção incontestável da sociedade civil e do Estado ao assumir o papel de administrador das frustrações das diferentes classes sociais e dar um quadro mais “humano” às neoliberalizações como a única alternativa possível (HALL, 1988). Por essa razão, Hall vê o neoliberalismo como uma “modernização conversadora”. De forma complementar, para Coutinho (2012), o neoliberalismo seria uma contrarreforma do sistema capitalista: uma reação das antigas forças dominantes que não necessariamente restauram o antigo regime, mas buscariam reestabelecer a antiga correlação de forças com algumas novidades que servem de ilusões fraudulentas para construir o consentimento entre os críticos das classes médias e trabalhadoras, como os programas de capacitação e transferência de renda aos mais pobres.

Diante da resistência popular global como o Movimento Zapatistas, a Via Campesina e os atos anti-globalização que vieram a resultar, por exemplo, na criação do Fórum Social Mundial, houve a expansão do neoliberalismo de “face humana” (CASTELO, 2013; SAAD FILHO, 2015), que Fraser (2017) chama de “neoliberalismo progressista” e Castelo (2013) de “social-liberalismo”. Como coloca Hayek (2010), é fundamental que as intervenções do Estado e a agenda neoliberal sejam legítimas moralmente, não apenas legalmente. Contra as acusações de que o mercado seria o reino das injustiças, miséria, derrota e frustrações, intelectuais neoliberais, como Walter Lippmann, passaram a defender que o sucesso do mercado competitivo requer também uma política social que iria assistir a população a se adaptar ela mesma às demandas do mercado concorrencial uma vez que características desejadas no operário assalariado de docilidade, compromisso, rigidez e lealdade são substituídas pela valorização de habilidades vistas no trabalhador informal, como flexibilidade, adaptabilidade, criatividade e audácia para sobreviver à competitividade de mercado (ABILIO, 2011a; DARDOT; LAVAL, 2016; WHYTE, 2019). O paternalismo neoliberal, entretanto, não significa um direito permanente e universal, mas um auxílio mínimo e focado em públicos-alvo específicos, como os “bolsões de pobreza”, para apoiá-los a desenvolver as habilidades específicas, requeridas e mesuráveis pelo mercado neoliberal, isto é, para incluí-los no jogo do autoempreendedorismo concorrencial em que os sujeitos são responsáveis pela sua própria reprodução social (DAVIS, 2006; WHYTE, 2019). Numa sociedade em que a responsabilidade individual e o risco são incentivados enquanto um valor inerente à vida para a inovação e

realização pessoal, a formação profissional e a educação se tornaram formas de “proteção” do seu “capital humano” para aumentar a “empregabilidade” e as “oportunidades” para ter o mínimo para sobreviver e trilhar o caminho infinito do enriquecimento

As antigas esquerdas socialistas e socialdemocratas de todo o mundo vieram a desempenhar um papel fundamental neste processo, como a Terceira Via europeia. Praticamente todas as esquerdas institucionais se “neoliberalizaram” durante os anos 1990 e 2000, passando a ter o mercado e a lógica neoliberal como um aliado incontornável a qual todos os países, partidos e instituições deveriam minimamente se adaptar para não perder o bonde da modernidade. Em Palestina/Israel, onde o neoliberalismo era vinculado à direita e ao ultranacionalismo israelense, essa virada ocorre justamente no “processo de paz” dos anos 1990, quando a esquerda israelense e os palestinos consentem à agenda neoliberal dos EUA e das instituições financeiras internacionais como condição básica para a normalização das relações políticas e a construção do Estado da Palestina (HADDAD, 2016; HANIEH, 2003). Isto é, os discursos e práticas desenvolvimentistas e empreendedoras do neoliberalismo seriam uma corrupção-fraude para provocar o transformismo de forças opositoras por meio do esvaziamento do seu conteúdo radical, tornando-as gerentes da nova ordem social capitalista pacificada. Este teria sido o caso, por exemplo, das lideranças da OLP que aceitaram os Acordos de Oslo e do petismo no Brasil (CASTELO, 2013; HANIEH, 2013).

Whyte (2019) nota que os neoliberais atribuíam uma série de virtudes políticas e morais ao mercado para além dos seus benefícios econômicos: poder disperso e contrabalanceado, facilitação de cooperação social, pacificação de conflitos, e defesa de liberdades e direitos individuais. A defesa da esfera privada da sociedade civil não tinha como objetivo apenas aumentar a produtividade e a eficiência do processo de valorização do capital, mas também conter a violência da política. O mercado e a sociedade civil seriam o espaço das trocas mutuamente benéficas e voluntárias garantidoras de liberdade, direitos individuais e dignidade necessárias para a paz social e a prosperidade humana (WHYTE, 2019). Hayek entendia as relações de mercado como uma “cataláxia”, derivado do grego *katallatein*, que significa tanto troca como “tornar um inimigo em um amigo” (*idem*), isto é, as trocas comerciais, o empreendedorismo e o mercado seriam processos pacificadores de situações conflituosas. Logo, a ordem de mercado somente ocorreria no interior de uma “Sociedade Aberta” formada por indivíduos com a “mente aberta” às dinâmicas do mercado e da troca com os demais atores econômicos, mesmos que estes tenham interesses contraditórios (HAYEK, 2010).

Fraser (2017) nota que nos EUA, o neoliberalismo progressista seria uma aliança, por um lado, entre os novos movimentos sociais — feminismo, antirracismo, multiculturalismo e LGBTQI+ — e, por outro lado, dos setores de negócios baseados em serviços — Wall Street, Silicon Valley e Hollywood. Estes movimentos teriam passado a ter as suas agendas e lideranças conduzidas por meio do mercado a partir de valores supostamente emancipatórios de empoderamento, diversidade, empreendedorismo, autossuficiência e liberdade de atuação de indivíduos “talentosos” e “capacitados” que não deveriam “desperdiçar” o seu “capital humano” em atividades que não tragam resultados materiais por meio de ações racionais e pragmáticas para a sua comunidade (FRASER, 2017; HAIDER, 2018). Consequentemente, a exclusão, as desigualdades e as diferenciações de raça, gênero, classe e sexualidade foram despolitizadas, tornando-se questões técnicas a ser resolvidas pelos próprios sujeitos e grupos da sociedade civil no mercado “cego” ao racismo, ao machismo e ao sexismo (idem).

As elites estadunidenses desenvolveram ainda nos anos 1970 a política de integração econômica como estratégia de contrainsurgência quando o governo Nixon lançou a campanha do “capitalismo negro” como forma de pacificação do radicalismo negro após os assassinatos de Martin Luther King e Malcom X. Contudo, ao invés do empoderamento das comunidades afrodescendentes, teria ocorrido a sua pacificação e de-desenvolvimento dos trabalhadores negros, enquanto a segregação racial teria sido por meio do mercado (MARABLE, 2000; TAYLOR, 2021). Ao passo que alguns indivíduos ascenderam ao status de gestores da ordem capitalista (neo)liberal com legitimidade em relação à base social, o “empreendedorismo negro” teria se transformado na possibilidade “realista” de combater o racismo (HAIDER, 2018; TAYLOR, 2020). Contudo, o movimento *Black Liver Matter* revela como o racismo não acabou com a integração ao capitalismo, mas se reproduziu. Em seu estudo sobre racismo na política interna e externa dos EUA, Melamed (2011) reivindica o entrelaçamento entre neoliberalismo e multiculturalismo como a ilusão perfeita para esconder a continuidade do racismo e do colonialismo essenciais para a sustentação das formas racializadas de acumulação pelo capital das periferias de Baltimore às de Bagdá. A narrativa explicitamente racial foi substituída por uma de respeito aos direitos humanos, multiculturalismo, desenvolvimento social, boa governança e liberdade econômica em que o neoliberalismo foi retratado como uma ideologia universalista, não discriminatória e de igualdade diante da lei (MELAMED, 2011).

Para além das limitações espaciais e jurídicas do Estado-nação, dos partidos e dos governos nacionais, o “neoliberalismo progressista” foi adotado pelas instituições

internacionais, em particular o Banco Mundial, na constituição de um “imperialismo brando” para políticas que tivessem a “sociedade civil” em suas escalas global e local o seu parceiro preferencial (DAVIS, 2006; HANIEH, 2016; MARANHÃO, 2009). As ONGs locais e transnacionais de direitos humanos e as intervenções humanitárias multilaterais seriam alguns dos principais atores e processos responsáveis pela criação de uma “razão humanitária” que tem justificado e legitimado interferências duras e suaves do novo imperialismo neoliberal para a construção de uma ordem segura, pacífica, adaptada e aberta aos mercados globais (WEIZMAN, 2012; WHYTE, 2019). A integração e a adaptação das nações, comunidades locais e indivíduos deslocados e atrasados ao mercado a partir de “melhores práticas” para distribuí-los enquanto recursos à disposição da exploração do capital global tornou-se principal função tanto dos Estados como das instituições internacionais e atores da sociedade civil (DARDOT; LAVAL, 2016; WHYTE, 2019). O caso do Chile é novamente revelador, onde enfraquecer a solidariedade coletiva e criar sujeitos competitivos foi o objetivo central do “choque” sob a orientação neoliberal externa: “não fazer do Chile uma nação de proletários, mas a nação de empreendedores”, afirmou Pinochet (apud WHYTE, 2019).

3.1.2 O imperialismo brando: desenvolvimento neoliberal e empreendedorismo popular na pacificação do Sul

O discurso predominante sobre desenvolvimento das instituições multilaterais para o Sul Global aponta como problemas a suposta fraqueza do setor privado e a manipulação do ambiente econômico por agentes estatais para o benefício próprio e de clientes próximos (HANIEH, 2013). Dessa forma, as instituições neoliberais repousam a responsabilidade do subdesenvolvimento sobre as lideranças políticas das nações pós-coloniais. A solução básica envolveria uma reforma estrutural para a abertura aos fluxos de capitais externos por meio da liberalização das regulamentações financeiras e das leis de propriedade e desregulação dos mercados de trabalho (idem). A partir do momento que os mercadores operarem livremente, os tecnocratas neoliberais argumentam que setor privado irá liderar o crescimento e a iniciativa empreendedora irá levar à criação de empregos e à distribuição de riqueza. Em conjunto das medidas de austeridade, as instituições financeiras, como o BM, passaram a financiar programas sociais específicos voltados para o fortalecimento da “sociedade civil” que protegeria o Estado e o mercado de ambições coletivistas e nocivas ao desenvolvimento, além de combater a pobreza de forma técnica e despolitizada (idem).

Influenciado pelos pensamentos de Hayek e Friedman, o peruano Hernando de Soto é um economista neoliberal entusiasta do empreendedorismo popular como solução para a pobreza que teve grande influência nas políticas do BM para o desenvolvimento de nações subdesenvolvidas a partir dos anos 1980. Em vez de problema, as populações mais pobres das nações subdesenvolvidas passaram a ser retratados como a solução para o capitalismo (BOTELHO, 2013). Soto (2010) argumenta que o “mistério do capital” repousaria justamente nas populações sobressalente informalizadas e despossessadas pelos processos de neoliberalização. Segundo o economista, as estratégias de “viração” para a sobrevivência das populações subalternas seriam um imenso potencial empreendedor represado e desperdiçado ao campo da informalidade e da ilegalidade por ação totalitária do Estado. Logo, caberia ao Estado agir em conjunto com a sociedade civil para desimpedir a livre iniciativa dos pobres e estimular a construção de capacidades, condições e oportunidades para que estes “heroicos” indivíduos protocapitalistas pudessem se empoderar pela atividade empreendedora e participar ativamente do mercado concorrencial (BOTELHO, 2013; DAVIS, 2006). Dessa forma, os sujeitos promoveriam o desenvolvimento por si mesmos “livres” da dependência permanente do auxílio externo. Por exemplo, Thatcher reivindicou, sob a chancela de Friedman, a privatização das residências comunitárias na Inglaterra como uma realização dos direitos humanos dos trabalhadores ingleses e condição básica para o exercício da liberdade individual e da sua transformação em empreendedores (WHYTE, 2019).

Um pensamento complementar e igualmente influente nos círculos das instituições multilaterais foi o do indiano Amrthya Sen, que desenvolveu o conceito de “desenvolvimento humano” como forma de promover os direitos humanos a partir de um projeto que envolveria a constituição de oportunidades e empoderamento para todos “participem dos benefícios da globalização” e alcancem o grau máximo de produtividade, que teria por si um “potencial libertador” (MARANHÃO, 2009). Isto é, as ideias de liberdade, direitos humanos, empoderamento e desenvolvimento sempre tiveram umbilicalmente e diretamente vinculadas às relações de mercado concorrencial e às ideias de segurança local, nacional e internacional. De forma reveladora, as políticas mais suaves do imperialismo neoliberal de combate à pobreza enquanto uma nova versão do trabalho social armado surgem no período que o Banco Mundial foi dirigido pelo estadunidense Robert McNamara (1968-1981), um empresário que serviu como Ministro da Defesa dos EUA no auge da Guerra do Vietnã, marco do ressurgimento da doutrina colonial de contrainsurgência focada na população civil (idem). A experiência militar de McNamara foi central para o entendimento de que para atingir a estabilidade social efetiva,

as neoliberalizações deveriam conquistar os “corações e mentes” dos mais pobres pelo desenvolvimento do “capital humano” com programas de educação e saúde para fazer brotar o consentimento internamente e não externamente pela coerção militar (idem). Este conjunto de políticas formou o “imperialismo brando” nas nações do Sul Global, caracterizado pelo desenvolvimento social, a intervenção humanitária e a lógica de segurança-desenvolvimento em nações “frágeis” e subdesenvolvidas (DAVIS, 2006; DUFFIELD, 2014). Segundo Agier (2006), o humanitário é a “mão esquerda do império”, que age como fator social e moral indispensável à manutenção da “guerra infinita” por recursos e aberturas de mercado conduzida pelos EUA. As ações humanitárias controlam as massas de deslocados e desamparados que formam novas espacialidades precárias, informais e ilegalizadas através das fronteiras e no interior das nações pela coerção da força militar e da austeridade fiscal.

O modelo de intervenção humanitária voltada para os interesses do mercado que serviu de inspiração para os neoliberais foi a fórmula encontrada pelos liberais do “imperialismo iluminado” da Liga das Nações do início do século XX para a proteção de investimentos econômicos privados nos Mandatos coloniais do pós-IGM, como o da Palestina (WHYTE, 2019). O Sistema de Mandatos não seguia o modelo de monopólio colonial na exploração da colônia, mas um multilateral de livre mercado em que qualquer um capitalista poderia explorar as colônias como estratégia de desenvolvimento do colonizado para constituir as condições para a sua independência, umbilicalmente vinculada às concepções liberais de “boa governança”. O Escritório Colonial do Reino Unido colocava como condições para o autogoverno no período do Mandato: população saudável e vigorosa; conhecimento e habilidade técnicos adequados; produção adequada; uma mercadoria para exportar; e finalmente administração e governança eficiente e honesta (idem). Isto é, as condições de desenvolvimento liberal que ao mesmo pacificavam a população nativa e construíam a ordem social de mercado.

Diante do risco apresentado pelo fim do mandato colonial por decisão do colonizador ou por uma revolução nativa, a Liga das Nações impôs como condição que os soberanos do território — independente de quem fosse — deveriam assegurar os investimentos privados externos. Este modelo de proteção dos investimentos privado pelas tutelas coloniais “civilizadoras” foi o laboratório para a proliferação das relações de mercado e inocular os morais do mercado pela imposição de “boas práticas” e do corpo jurídico institucional que serviriam para prover as condições legais e sociais de atração de investimentos externos no neoliberalismo replicado por instituições como FMI, Banco Mundial, UE e OCDE sobre as

nações — ricas e pobres — em processo de neoliberalização (WHYTE, 2019). O Sistema de Mandatos fortaleceu a convicção entre os neoliberais de que as relações de mercado voluntárias deveriam ser construídas e administradas pelo Estado e que este processo deveria ser supervisionado por “especialistas” burocratas e tecnocratas com autoridade moral para avaliar e interferir diretamente no processo de expansão do mercado (idem). Como colocou Hayek (2010): a “domesticação do selvagem” deve ser acompanhada da “domesticação do estado”.

Dessa forma, os direitos humanos, uma pauta que surgiu a partir da luta dos subalternos e colonizados, foram instrumentalizados pelos neoliberais na constituição de uma nova doutrina de “guerra justa” por meio de ajustes estruturais, intervenções humanitárias e boas práticas de governança para aqueles que de alguma forma limitassem a liberdade internacional de mercado e fossem classificados como dirigentes estatais autoritários violadores de direitos humanos — um categoria que tem sido historicamente restrita aos países da periferia do mundo, incluindo a periferia da Europa como os povos balcânicos (WHYTE, 2019). Para Hayek, uma declaração de direitos deveria honrar os direitos civis e políticos de “delimitar os domínios individuais” em que a iniciativa privada, o empreendedorismo e a responsabilidade pessoal poderiam florescer (idem). As ONGs de direitos humanos foram fundamentais para dar sustentação a este processo ativo de expansão das relações neoliberais de mercado responsáveis por revitalizar a hierarquia racial entre povos respeitadores e não respeitadores dos direitos humanos, em que os brancos voltaram a pousar de salvadores de povos selvagens que desrespeitam direitos humanos (idem). Ao invés de direitos econômicos e sociais, como moradia, alimentação, saúde, educação e capacidade de intervir na distribuição de riqueza na sociedade como reivindicavam as lideranças anticoloniais revolucionárias como Nkrumah e Fanon, os direitos humanos foram restritos a uma série de liberdades civis e políticas, como o voto, liberdade de imprensa e opinião, que fazem da democracia liberal na qual o desenvolvimento é conduzido pela iniciativa privada empreendedora como a única possibilidade realista de exercício da liberdade e dignidade no mundo sob hegemonia do capitalismo neoliberal (idem).

As instituições financeiras internacionais, particularmente o BM, que pregavam um neoliberalismo agressivo e desumano passaram da noite para o dia do “fundamentalismo de mercado para o fundamentalismo da governança” (WHYTE, 2019). Dessa forma, as ONGs assumiram o papel de regulação social antes feita diretamente pelo Estado, agora “desresponsabilizado” conforme o mantra neoliberal. Esse sistema de coordenação e financiamento em camadas costuma ser retratado como “empoderamento”, “sinergia” e

“governança participativa” (DAVIS, 2006). Estes programas de empoderamento, microcrédito e empreendedorismo popular fizeram as ONGs ocuparem também o lugar de movimentos sociais de esquerda, sindicatos e associações comunitárias na organização e representação das demandas das populações trabalhadoras e periféricas, revelando-se particularmente capazes de cooptar antigas lideranças e forjar novas (DAVIS, 2006; MACIEL, 2018). Não por acaso, o discurso do “empoderamento” é uma concordância entre a “nova esquerda” e a “nova direita” que defendem a adaptação dos mais pobres ao mercado como uma realidade inescapável e um ato humanitário (HANIEH, 2016).

Nesse cenário de neutralidade do mercado, o empreendedorismo se revela uma ferramenta central para a realização dessa transformação social das comunidades marginalizadas a partir de um cálculo econômico de eficiência na qual apenas os sujeitos são capazes de promover a mudança social do seu entorno a partir do exercício ativo e autônomo da sua liberdade escolha. Esta seria a forma de inclusão social neoliberal por meio do empreendedorismo diante da incapacidade do mercado de trabalho dar conta de todos os trabalhadores desempregados informalizados em decorrência dos ciclos de austeridade. Além disso, a atividade empreendedora consegue carregar consigo ao mesmo tempo uma dimensão rebelde do “faça você mesmo” e uma moralidade econômica e social de responsabilidade e eficiência que, pela sua ambiguidade, promove uma aproximação entre os discursos do liberalismo econômico e as utopias de esquerda (TOMMASI; VELAZCO, 2016). O empreendedor seria um “rebelde com causa” empoderado por programas de microcrédito para iniciativas de “risco” do *venture capital* que promovem os ciclos de inovação tecnológica e administrativa que o capitalismo necessita para se reproduzir (SPERLING, 2000).

O Banco Mundial defende o “empoderamento cidadão” como pré-requisito para o desenvolvimento das nações do Sul Global provendo milhões de dólares para projetos ao redor do mundo que operacionalizam essa ideia, da Índia ao Brasil, passando pela Palestina e demais países do Oriente Médio em situações de “conflito assimétrico” ou “vulnerabilidade social” (HANIEH, 2016). Uma sociedade multicultural tem sido colocada como condição para o desenvolvimento do setor privado e o fortalecimento da sociedade civil (MELAMED, 2011). Na ocupação multilateral do Iraque nos anos 2000, por exemplo, o empreendedorismo foi utilizado como forma “não convencional” de constrainsurgência para a “atração” da população civil e construção das condições sociais favoráveis ao capital externo e ao desenvolvimento iraquiano. Com o auxílio de ONGs internacionais e do BM, o governo ocupante promoveu

programas de capacitação e financiamento ao empreendedorismo entre jovens e mulheres desempregadas supostamente para o respeito de seus direitos humanos e a promoção da sua liberdade (OWENS, 2016). Já no Brasil, a promoção do empreendedorismo favelado foi elemento central da iniciativa de pacificação das favelas do Rio de Janeiro nos anos 2000-2010 por meio do programa UPP Social. O projeto era realizado por ONGs locais no empoderamento e desenvolvimento social de jovens e mulheres nas favelas que eram alvo das intervenções das polícias militares de ocupação territorial e instalação das Unidades de Polícia Pacificadora no combate ao crime e ao narcotráfico (BOTELHO, 2013; TOMMASI; VELAZCO, 2016). Este é o exemplo acabado do social como complemento do coercitivo na produção de uma nova ordem social que permitisse a expansão das relações formais de mercado e do espírito empreendedor nas favelas. Os jovens, as mulheres e os pobres marginalizados e excluídos deixariam de ser “coitados” e passivos em busca de emprego para se tornarem empreendedores proativos e engajados socialmente no caminho da transformação individual e comunitária por melhores condições de vida (idem).

No entanto, ao invés de promover o desenvolvimento do “público-alvo” pelas políticas sociais de capacitação, a ajuda humanitária externa acaba enriquecendo mais os intermediários dos programas, como os integrantes de ministérios e secretarias estaduais e, principalmente, os profissionais das ONGs (DAVIS, 2006). Com a benção dos empresários filantropos, esse esquema criou uma indústria global da ajuda humanitária liderado por gigantescas e burocráticas ONGs profissionalizadas voltadas para a gestão empresarial de desigualdade e da miséria a partir das “melhores práticas” comercializadas no “mercado da cidadania” (ABILIO, 2011b). Este ativismo de base social promovido pelas ONGs acaba por criar redes de clientelismo, que faz os receptores da ajuda ficarem cada vez mais trancados dentro do paradigma da assistência, dos editais de financiamento externo e da lógica concorrencial do mercado, abandonando antigas bandeiras radicais. Os “incluídos” tornam-se aqueles indivíduos capacitados pelos agentes sociais e envolvidos nos meandros da financeirização de forma que os possibilitem a fazer as melhores escolhas de consumo no mercado de forma autônoma para a sua comunidade responsável (TOMMASI; VELAZCO, 2016).

Consequentemente, o empreendedorismo popular e as políticas de ajuda aumentam a competição entre os indivíduos em situação de “vulnerabilidade social” pelas poucas oportunidades de trabalho e recursos externos, o que quebra vínculos de solidariedade importantes para a resistência coletiva, aprofundando as contradições e conflitos sociais

(DAVIS, 2006; HANIEH, 2016; TOMMASI; VELAZCO, 2016). Os novos microempreendedores normalmente continuam a trabalhar para outros e aumentam a disputa por mercado com os pequenos proprietários e o proletariado informal, mas sem o poder de barganha, regulamentos, direitos, contratos formais e apoio de sindicatos (idem). Como coloca Davis, a “Revolução Invisível” que prega o economista neoliberal Hernando De Soto

refere-se a uma miríade de redes invisíveis de exploração. É excedente de mão de obra transformado em “empreendedores” informais por ausência de alternativa, o último recurso de sobrevivência dos mais vulneráveis. (DAVIS, 2006, p. 278).

Portanto, enquanto representantes diretas do poder e dos interesses do imperialismo neoliberal, as ONGs atuam como força pacificadora das populações subalternas. Ao fomentar o empreendedorismo e a competitividade, além do endividamento, as ONGs que tem como obsessão o empoderamento das microempresas acabam por promover o individualismo e o egoísmo que faz das comunidades marginalizadas um ambiente de guerra de todos contra todos pelas migalhas (DAVIS, 2006). Considerar as ONGs como agentes primários do desenvolvimento significaria apoiar a mudança na direção de modelo de desenvolvimento conduzido pelo mercado, que empurra a agência dos indivíduos e as formas de organização popular à canalizarem as suas reivindicações por meio da adequação à ordem neoliberal, muitas vezes calando as suas vozes (HANIEH, 2016). O elogio das classes dominantes às estratégias populares de sobrevivência por meio da “viração” serviria apenas para mascarar a espoliação promovida pelas neoliberalizações, transformando a precariedade do trabalhador desempregado pelos cortes e concentração de riqueza na precariedade do microempreendedor individual responsável pelo próprio fracasso (DAVIS, 2006).

A brutalidade do empreendedorismo popular revela a natureza fraudulenta da “face humana” do neoliberalismo e apenas coloca em formas ideologicamente mais palatáveis as mesmas práticas desumanizadoras do chamado “capitalismo de desastre”. Como coloca Paulo Arantes (2015), são “saídas de emergência” para a pacificação dos conflitos sociais do capitalismo numa guerra permanente de baixa intensidade. Em concordância com as hipóteses de Neocleous (2011), nós entendemos essas tecnologias suaves formas de pacificação permanentes e preventivas da luta de classes que avançam a acumulação primitiva no capitalismo universalmente, seja em sua face colonial ou não. O resultado seria que os processos de acumulação pela despossessão e pacificação liberal do colonialismo se entrelaçam e se parecem com os do neoliberalismo. O empreendedorismo seria uma tecnologia fraudulenta que sempre opera para a despossessão e pacificação quando adotada pelos subalternos em

qualquer localidade. Por essa razão, tem sido utilizada de forma deliberada como forma “não convencional” de contrainsurgência de Bagdá ao Rio de Janeiro, passando por Jerusalém. A sua capacidade de ser efetiva sobre até mesmos as camadas mais desprivilegiadas e espoliadas das classes subalternas, contudo, não repousam apenas nos mascaramentos das propagandas neoliberais sobre populações com pouca educação formal ou uma “má consciência”, mas nas relações materiais que constituem a condição para o empreendedorismo se apresentar como um fato social incontornável. Uma situação na qual o Estado e as esquerdas tiveram uma centralidade para a hegemonia da regulação social neoliberal.

3.2 O sionismo neoliberal e a neoliberalização da Palestina (1967 – 2020)

A guerra de 1967 e a consequente ocupação e colonização dos territórios palestinos de Cisjordânia e Faixa de Gaza pode ser lido como o auge do sionismo trabalhista em Israel. Com a ocupação dos TPO e o governo de milhões de palestinos, entretanto, as contradições inerentes à estratégia do colonialismo puro e separado que consolidaram essa hegemonia se acentuaram e levaram ao seu declínio, permitindo a ascensão do sionismo neoliberal em Israel. O caso da indústria de guerra israelense é ilustrativo desse movimento. Ao longo dos primeiros anos de existência do Estado, a indústria de armas israelense se desenvolveu sob o monopólio estatal a partir de doações, acordos e investimentos com alemães, ingleses e franceses. O projeto nuclear israelense, por exemplo, foi desenvolvido a partir de acordo com a França, que substituiu os britânicos como principal aliado dos israelenses nas décadas de 1950 e 1960 (SHLAIM, 2015). Nesse período, ainda relativamente neutros na Guerra Fria, os israelenses também fizeram negócios com nações comunistas, como os tchecos, acentuando a militarização da sociedade envolvidas em constantes conflitos armados contra inimigos externos e internos (idem).

O cenário muda em 1967, quando os EUA se tornam aliado preferencial de Israel e a indústria militar israelense desenvolve-se em coordenação com os estadunidenses. Os israelenses atuam em vácuos deixados pelos seus parceiros e negociando com nações com quem os EUA não podiam diretamente (HALPER, 2015). Simultaneamente, o interesse estratégico dos EUA na indústria militar israelense atraiu aportes tanto do Estado como do capital privado. Os investimentos estadunidenses fizeram o complexo industrial-militar estatal israelense desenvolver o setor de alta tecnologia no interior do Estado, tornando-se cada vez mais atrativo aos olhos do capital nacional e internacional (ENGLERT, 2017). Em meio às crises econômicas dos anos 1970 e 1980, a ascensão do neoliberalismo internacionalmente pressionou os dirigentes estatais a integram-se ao mercado global. A indústria militar foi a primeira a passar

ter investimentos privados, iniciando a integração dos capitais estadunidenses e israelenses que caracteriza a economia israelense sob hegemonia do sionismo neoliberal, atualmente conduzido também por parcerias no setor *high tech* (HANIEH, 2003).

Esse processo de neoliberalização não ocorreu por pura pressão externa dos EUA, mas também por contradições de classe no seio da sociedade israelense. A partir dos anos 1970, a crescente classe média formada por profissionais liberais e a burguesia monopolista originalmente formados sob os auspícios do Estado e da Histadrut passaram a criticar o excesso de poder do *establishment* trabalhista (ENGLERT, 2017). Essas movimentações provocaram um racha no partido trabalhista fundado por Ben Gurion e fortaleceram partidos à direita, particularmente o Likud, seguidor da linha do revisionismo sionista agressivo de Jabotinsky e que passava a adotar uma agenda neoliberal para assegurar apoiadores internos e externos ao seu projeto de poder. Além dos neoliberais oriundos da classe média e da burguesia, o Likud se aliou ao conservadorismo religioso como forma de assegurar a base moral para o partido e a sua agenda econômica. Apesar de renovar a base de poder, o Likud se manteve como um movimento hegemonicamente branco *ashkenazim*, alijando os *mizrachim* (ENGLERT, 2017). Em meio a uma instabilidade política pela custosa e impopular guerra de 1973 contra egípcios e sírios, o Partido Trabalhista perdeu a eleição de 1977 para o Likud. Esse abalo sísmico na política nacional somado à negociação de paz com o Egito em 1979, sob a mediação dos EUA, sedimentaram o caminho para a neoliberalização da economia israelense. A neoliberalização era entendida pelas elites israelenses como forma de continuar alavancar capital econômico, político e moral com o Ocidente em relação ao seu projeto colonial.

Na virada dos anos 1970 para os 1980, o governo promoveu uma acentuada venda dos ativos da Histadrut e o mercado financeiro teve um acentuado crescimento pela atuação em cartel dos conglomerados capitalistas nacionais, movendo um processo de capitalização que abrangeu um quarto das famílias israelenses em 1982, chegando a incluir até os antigos socialistas dos *kibutzim*, que privatizaram as suas atividades econômicas e tornaram-se apenas locais de residência suburbana (ENGLERT, 2017). Enquanto isso, novos atores surgiram na fronteira colonial, que passou cada vez menos de ter um sentido religioso, militar e pionerista para dar lugar a investidores imobiliários conectados ao mercado para a construção de assentamentos suburbanos para as classes médias e trabalhadoras de Jerusalém e Tel Aviv. Dessa forma, passaram a atrair um novo perfil despolitizado para o processo colonial, motivado principalmente por razões econômicas, pois uma residência em território ocupado e próximo

de vilarejos palestinos tinha um custo bem menor. Consequentemente, os neoliberais iniciaram uma nova forma de normalização do processo colonial enquanto uma mera atividade imobiliária e financeira (GUTWEIN, 2017; NEWMAN, 2017).

Essa situação, entretanto, criou uma bolha financeira e uma hiperinflação que veio a quebrar o mercado financeiro em 1983, salvo apenas pela sua nacionalização. O Plano de Estabilização Econômica de 1985 que se seguiu à crise, entretanto, não buscou reverter o processo que desestruturação social e econômica do estado de bem-estar social que originalmente provocou a crise, mas seguiu o mesmo plano de favorecimento da burguesia nacional e internacional. Seguindo a cartilha de aperto fiscal do FMI para controlar a inflação e o déficit, os israelenses prosseguiram a neoliberalização do país por meio da privatização dos bens estatais, integração com os mercados internacionais e regionais e da erosão do salário e dos benefícios sociais (ENGLERT, 2017). Ainda em 1985, um acordo de livre comércio foi firmado com os EUA, o primeiro do país, acelerando a privatização da economia israelense e o domínio das corporações privadas no setor militar e *high tech* (idem). Consequentemente, o sionismo neoliberal construiu uma nova base social e econômica da “nação empreendedora” pela qual Israel passou a ser caracterizado nas últimas décadas ((DAYAN, 2019).

O abalo provocado pela Intifada palestina de 1987 tampouco reverteu o processo de neoliberalização, apesar de trazer à tona duas questões fundamentais que combinam economia e colonialismo: a estabilidade da ordem requerida pelo capital estrangeiro para investimentos e a dependência na mão de obra palestina oriunda dos territórios ocupados. Para resolver a primeira questão, os israelenses impuseram um severo regime de fechamento, restrição do movimento e vigilância dos palestinos, estabelecendo os primeiros *checkpoints* para monitorar a migração dos trabalhadores, comerciantes e consumidores palestinos no território. Essas políticas restringiram o acesso dos trabalhadores palestinos ao mercado israelense, consequentemente fazendo do visto de trabalho um privilégio e tecnologia de controle e disciplinamento do proletariado nativo (GORDON, 2008). Já a menor oferta de trabalho palestina passou a ser contrabalanceada com a importação de mão de obra estrangeira: em primeiro lugar, vieram mais de um milhão de judeus de nações que compunham a antiga URSS; depois, pela criação de regimes de trabalho temporário para imigrantes de países do sul da Ásia, como Tailândia e Filipinas (ENGLERT, 2017). Isto é, os trabalhadores palestinos foram reproduzidos enquanto um exército industrial de reserva descartável e marginal apesar dessa

condição jamais ter sido estática, mas altamente dinâmica e flexível de acordo com as necessidades flutuantes do capitalismo israelenses (HANIEH, 2013).

No entanto, diante do fim da Guerra Fria e da Nova Ordem Mundial, Israel passou de um aliado estratégico para um problema para os planos econômicos dos EUA de liberalização do Oriente Médio. Dessa forma, o prosseguimento da aliança política, militar e econômica de Israel com os EUA passou a ficar dependente de um acordo de resolução do conflito com os palestinos para trazer estabilidade para uma nova ordem econômica regional. Diante da pressão internacional, Israel abriu as negociações com os palestinos sob o auspício dos EUA, europeus e lideranças árabes. Não por acaso, o Banco Mundial foi patrocinador do pontapé das negociações diplomáticas, a Conferência de Madrid de 1991. A promessa de retorno econômico por meio de investimentos internacionais e a abertura de mercados onde Israel era boicotado foi a única forma de convencer as elites israelenses a sentar para conversar com os palestinos e abrir mão da soberania de parcela do território palestino (HANIEH, 2013). Os Acordos de Oslo em 1993 tinham como pressuposto assegurar as reivindicações de “autogoverno” dos palestinos nos territórios de Cisjordânia e Faixa de Gaza e também a “segurança” dos israelenses. Os Protocolos de Paris assinados de 1994 impuseram uma cartilha de desenvolvimento neoliberal elaborada pelas instituições financeiras internacionais a ser financiado por doações da comunidade internacional e aplicada por ONGs locais e internacionais em conjunto da AP e do Estado de Israel (HADDAD, 2016; HANIEH, 2013).

Como nota Hanieh (2013), os Acordos de Oslo são resultado do capitalismo do seu tempo: a expansão da internacionalização que caracterizava a economia global dos anos 1990. A “paz econômica” sempre foi mais importante que a paz política e nunca foi um obstáculo para a colonização. O entendimento dos tecnocratas neoliberais era de que o desenvolvimento neoliberal resolveria todas as demais questões políticas e sociais, eventualmente levado à “paz” num processo *ad infinitum* (HADDAD, 2016). Isto é, mais uma vez a lógica segurança-desenvolvimento se mostraria como forma de pacificação dos palestinos. No entanto, a colonização neoliberal não simplesmente replica as estratégias de seus antecessores liberais, mas introduz novos elementos. A AP ficou responsável por governar a reprodução social básica dos palestinos, como educação e saúde, retirando as forças coloniais do oneroso contato diário com os nativos. Além disso, tem a autoridade para policiar e vigiar os palestinos e promover políticas neoliberais de desenvolvimento sempre em coordenação com as instituições internacionais e os israelenses. Pela primeira vez, os palestinos foram racializados enquanto um

povo capaz de ser “melhorado” para alcançar o autogoverno em caso de seguir a cartilha de desenvolvimento neoliberal e cooperação colonial.

A burocracia da AP para a administração da população nativa criou uma série de empregados do qual os palestinos tornaram-se profundamente dependentes à medida que o mercado israelense foi restringido, abrangendo cerca de 50% da população assalariada dos territórios (HANIEH, 2013). O restante da população ficou sujeita ao emprego no setor privado palestino¹⁷, ao trabalho informal precarizado ou às oportunidades de emprego no mercado israelense acessado apenas por bom comportamento, altas taxas pelo visto de trabalho e muitas horas diárias nas filas dos postos de controle militar (ENGLERT, 2017; HANIEH, 2016). Apesar do bilionário aporte internacional, dos investimentos de capitalistas palestinos e das cartilhas do BM, a economia e a sociedades palestinas sob o governo da AP nunca conseguiram ser autossustentáveis ao herdarem décadas de domínio colonial repressivo que desestruturou qualquer possibilidade de economia produtiva, limitou o acesso a terras agriculturáveis e restringiu o movimento no território. Além disso, Israel ainda mantém o controle sobre todas as fronteiras e alfândegas, consequentemente todas as importações e exportações da AP passam pelas determinações de “segurança” e a taxaçoão israelense (HANIEH, 2013). Logo, a neoliberalização tem promovido um aumento da dependência dos palestinos ao trabalho e ao consumo no mercado israelense e à manutenção da ajuda externa ao invés da independência e autodeterminação (HADDAD, 2016; HANIEH, 2013; SAMOUR, 2016).

Como consequência dessa visão, o processo de libertação nacional palestinos foi trancado no paradigma de construção estatal a partir das de uma agenda econômica neoliberal elaborada de acordo com as “melhores práticas” sob a tutela de israelenses e da comunidade internacional (KHALIDI; SAMOUR, 2011). Essa situação de subdesenvolvimento e dependência é mantida pelas ajudas econômicas oriundas de nações ocidentais e que são vinculadas a condições neoliberais de condução da economia nacional para constituição de condições atrativas para investidores estrangeiros e também num determinado comportamento da AP no sistema internacional (HADDAD, 2016; HANIEH, 2013) Outro efeito tem sido a despolitização da Questão Palestina, transformada em um problema técnico a ser resolvido por políticas econômicas e ações humanitárias (TABAR, 2016). Já o movimento nacional palestino tem sido profundamente influenciado por ONGs dependentes de doações externas que acabam

¹⁷ Do qual, 90% são pequenas empresas familiares no setor de serviço e comércio incapazes de concorrer com os israelenses após décadas de de-desenvolvimento imposto pela ocupação colonial (HANIEH, 2013).

impactando a agenda política da luta palestina (DANA, 2019). Os direitos humanos tornaram-se uma camisa de força para o movimento anticolonial palestino e uma forma de impor uma moralidade pacifista e também uma subjetividade empreendedora aos “ativistas” da causa palestina (SAMOUR, 2016; TATOUR, 2016). A essa nova Palestina neoliberal, Haddad (2016) provocativamente chamou de “Palestina LTD”, pois a comunidade internacional doadora atua como acionista das intervenções para o desenvolvimento, construção de estado e paz. Em caso de sucesso, colhem como contrapartida de seus investimentos ganhos tanto econômicos como políticos e morais. Como forma de “seguro” contra o risco do seu investimento e também como meio de assegurar o seu enforcamento, a comunidade internacional também participa do treinamento e financiamento das forças de segurança palestinas (CLARNO, 2017).

Após a Segunda Intifada (2000-2006), Mahmud Abbas assumiu a presidência da AP no lugar de Arafat em meio a uma guerra civil entre Fatah e Hamas, os dois principais partidos políticos palestinos, o que provocou um desmembramento da AP: a Cisjordânia tem sido desde então governada pelo Fatah, enquanto a Faixa de Gaza pelo Hamas¹⁸. Na Cisjordânia, o primeiro-ministro Salam Fayyad foi o responsável por elaborar e implementar o Plano de Reforma e Desenvolvimento Palestino (PRDP), de 2007, que priorizou a “reforma do setor de segurança” e pedia US\$ 7,7 bilhões — concedidos pela comunidade doadora internacional — para a reestruturação neoliberal como caminho para a independência apesar do aprofundamento da repressão israelense e da segregação socioespacial da Cisjordânia com a construção do Muro e de diversos obstáculos físicos de restrição e monitoramento ao movimento, confinando os palestinos em bantustões (CLARNO, 2017; HANIEH, 2013). Os EUA ficaram como os responsáveis pelo treinamento das novas forças especiais de segurança, que foi realizado na Jordânia e com apoio de pessoal britânico, canadense e turco, assim como pelo reestabelecimento da coordenação entre AP, Israel e demais nações árabes da região (idem). Em 2009, o oficial estadunidense responsável pelo treinamento dos agentes palestinos, o general Keith Dayton, que antes havia sido o responsável pela busca das “armas de destruição em massa” no Iraque, falou em um evento público no Washington Institute for Near East Policy, um *think tank* pró-Israel, a respeito da sua experiência na Palestina entre 2005 e 2007:

O que nós criamos foram novos homens. [...] comandantes experientes [israelenses] me perguntavam frequentemente “quanto mais desses novos palestinos você pode

¹⁸ As instituições internacionais, inclusive, apoiaram essa divisão ao lançarem durante a guerra civil um programa de desenvolvimento exclusivo para a Cisjordânia, chamado “West Bank First” (CLARNO, 2017).

gerar, e quão rapidamente, porque eles são o nosso caminho para deixar a Cisjordânia?” (apud CLARNO, 2017, p. 158).

Além disso, após a Segunda Intifada, quando a sociedade palestina ficou paralisada pela nova investida militar palestina, ocorreu um crescimento vertiginoso da pobreza apesar do forte apoio comunitário (SAMOUR, 2016). No entanto, o ajuste fiscal promovido pelo “fayadismo” como condição para o pacote de “resgate” internacional da economia de 2007 provocou o aumento nos valores da eletricidade e água, a diminuição dos trabalhos públicos, a diminuição do valor real dos salários e um maior endividamento das famílias com os bancos privados palestinos, israelenses e árabes (*idem*). Já o plano para o desenvolvimento do setor privado palestino concentrou-se na construção de zonas industriais abertas ao capital externo nas margens dos bantustões palestinos com Israel para, por um lado, explorar a mão de obra barata nativa em setores de baixo valor agregado e, por outro, atrair investimentos israelenses em empresas que pudessem complementar a economia colonial a um custo menor, como no setor de alta tecnologia (DANA, 2015; HANIEH, 2013). Quando Benjamin Netanyahu chegou ao governo de Israel em 2009, renovou a estratégia da “paz econômica” como forma de explorar o trabalho nativo, atrair o capital palestino, abrir novos mercados e manter a dependência econômica (*idem*). O sistema econômico clientelista e paternalista construído pela neoliberalização necessariamente tem produzido corrupção, ineficiência e insatisfação popular com as elites econômica e política palestinas (DANA, 2015, 2019). Antigos sindicatos e movimentos sociais palestinos foram desestruturados pelas reformas neoliberais (HILAL, 2015). Logo, o *establishment* político e econômico palestino, com o apoio das elites israelenses e das instituições internacionais, fez a vida e o trabalho da já empobrecida população nativa ainda mais precários, aprofundando a sua vulnerabilidade e desigualdade na sociedade palestina. Greves e protestos populares não tem mais apenas como alvo a ocupação colonial israelense, como também as lideranças palestinas, ao passo que a soberania do colonialismo israelense sobre os territórios se mostra mais difusa apesar dos israelenses ainda controlarem os limites do movimento e da economia de todos os palestinos.

Apesar das frustrações populares e dos efeitos devastadores sobre os trabalhadores e camponeses pela combinação de colonialismo e capitalismo, o aumento do consumo por endividamento, da indústria de serviços, como restaurantes e hotelaria, e da construção civil em cidades como Ramallah e Belém nos anos 2010 tem provocado uma ilusão sobre as possibilidades de desenvolvimento e libertação dos palestinos, com o neoliberalismo tornando-se uma alternativa atrativa de ascensão social para as classes médias urbanas (SAMOUR, 2016).

A razão neoliberal não é uma lógica que orienta somente as ações e condutas das elites palestinas, mas também se espalha nas camadas médias e baixas da sociedade, particularmente as urbanas. A sociedade palestina tem se tornado uma população cada vez mais individualista e orientada por valores de meritocracia, empreendedorismo e concorrência para realização de suas ambições individuais e nacionalistas. Os benefícios materiais que muitos palestinos obtiveram como fruto de Oslo e das neoliberalizações tem feito uma boa parcela da sociedade defensora da estabilidade do status quo (SAMOUR, 2016). Consequentemente, em concordância com as avaliações das instituições financeiras internacionais sobre a realidade socioeconômica do país, muitos palestinos ainda veem no desenvolvimento neoliberal a partir de uma melhor coordenação com os israelenses, retratado como parceiros do desenvolvimento nativo e não como a sua antítese, como a opção mais pragmática e racional de alcançar a liberdade prometida (HANIEH, 2016; SAMOUR, 2016).

Logo, o neoliberalismo promoveu diversas alterações na colonização por povoamento israelense da Palestina. Por um lado, as mudanças provocadas pela neoliberalização podem ter significado uma alteração na forma prioritária de controle colonial, de um baseado principalmente na presença militar direta para uma dependência maior em um enquadramento burocrático-jurídico-econômico, mas sem transformar a relação estrutural desigual, colonial e espoliadora que existe entre Israel e os palestinos nos TPO (HANIEH, 2016). Essa nova configuração pode, inclusive ter fortalecido a estrutura colonial israelense, possivelmente mais sólida do que em qualquer outro momento da história (HANIEH, 2016; KHALIDI; SAMOUR, 2011). Por outro lado, os israelenses têm se utilizado das contradições, instrumentos e atores que surgiram na sociedade israelense com o advento do neoliberalismo para avançar a colonização de forma despolitizada. Embora a desestruturação do estado de bem-estar social tenha resultado em revoltas por parte do precariado israelense contra a hegemonia do sionismo neoliberal, a colonização neoliberal tem continuamente sido conduzida como oportunidade de acumulação de capital para os novos atores neoliberais e também canalização das insatisfações populares com a austeridade neoliberal (ALGAZI, 2006; ENGLERT, 2017; NEWMAN, 2017). Jerusalém é um espaço de encontro e choque destes diversos processos provocados pela neoliberalização e o colonialismo em Israel e na Cisjordânia por meio de dinâmicas caracteristicamente urbanas. O resultado é a formação de um espaço social profundamente fragmentado, conflituoso e disputado através de urbanismos coloniais e neoliberais.

3.3 Colonialismo e urbanismo no neoliberalismo

Para o capitalismo, a urbanização e a colonização possuem papéis semelhantes no ciclo de reprodução e acumulação de capital. Como demonstra Harvey (2012), tanto a urbanização como a colonização servem para alocação de sobreacumulação de capital e de população produzida pelo cercamento das terras comuns. Dessa forma, permitem a construção de estabilidade social para crises econômicas e políticas do capitalismo. Além disso, ambos são processos que foram crescendo em escala de forma que representam vetores da captura dos territórios e populações de todo o mundo pelo capital por meio do violento processo de acumulação pela espoliação (HARVEY, 2012). Diferentemente de outras formas de continuação da acumulação primitiva do capital no neoliberalismo, como as privatizações de bens públicos, a colonização e a urbanização têm capacidade de mobilização de diversas classes sociais e setores do capitalismo interessados na condução do seu processo. Além disso, possuem também grande potencial de constituição de privilégios e benefícios materiais para as classes dominantes e consentimento popular em torno das suas promessas modernizantes, promotoras de desenvolvimento e emprego (idem). Mas, acima de tudo, a colonização por povoamento e a urbanização são processos que tem na acumulação de terras e na reprodução social do espaço a partir da lógica do capital uma centralidade que outras formas de acumulação pela espoliação.

No entanto, embora inerentemente representem os interesses do capital e das classes dominantes, são projetos que possuem sentidos próprios que podem ir na contramão dos interesses do modo de produção hegemônico, produzindo contradições. Da mesma forma que o sentido racista da colonização por povoamento voltada para a eliminação da população nativa pode inibir os interesses de capitalistas que almejam explorar a mão de obra indígena e constitui uma massa de subalternos fonte permanente de instabilidade, as cidades não são apenas espaços para a armazenagem e ordenação de corpos e infraestruturas exclusivamente de acordo com os interesses do capital, mas locais de encontro de ideias, pessoas, comunidades e identidades que podem resultar em movimentos disruptivos e emancipatórios de superação do capitalismo e do colonialismo. Harvey (2012) demonstra como os ciclos de urbanização reproduzem as suas próprias contradições em novos ciclos de conflitos, lutas e crises em torno dos sentidos da urbanização que, por sua vez, motivam a sua reprodução por novos meios para manter o domínio das classes dominantes e a hegemonia capitalista.

Paradigmático é o exemplo do Barão de Haussmann, prefeito de Paris entre 1853 e 1870 responsável por promover uma transformação completa do espaço urbano como forma de

representar os interesses do capital industrial e financeiro francês (HARVEY, 2012). Ao mesmo tempo, o burocrata almejava pacificar a cidade pela expulsão dos trabalhadores da região central após a crise política, econômica e social que provocou a revolução republicana de 1848, mas que contraditoriamente permitiu o retorno da monarquia com a ascensão de Napoleão III ao poder (idem). Haussmann foi o responsável por elaborar o tipo-ideal de cidade moderna do século XIX com avenidas largas, passeios públicos, iluminação, saneamento básico, praças e edifícios modernistas que fez de Paris a “Cidade Luz”, gerando grande valorização do espaço urbano a partir dos investimentos do mercado imobiliário e financeiro. Este modelo também gerou riqueza aos franceses pela sua exportação para a modernização de outras cidades, como foi o caso da transformação do Rio de Janeiro por Pereira Passos da virada do século XX para avançar a industrialização e higienizar a capital do país (TOMMASI; VELAZCO, 2016).

Além disso, a modernização de Paris foi inspirada e inspirou estratégias de pacificação colonial pela reprodução espacial urbana de populações árabes rebeldes de Argel sob domínio colonial francês. Por um lado, trabalhadores sobressalentes na França eram enviados à fronteira colonial africana enquanto, por outro, retornava para a metrópole os primeiros modelos mais bem-acabados de contrainsurgência elaborados pelos agentes coloniais franceses contra o povo argelino (KHALILI, 2012). No entanto, da mesma forma que a reprodução espacial que levou à criação da Cidade Luz promoveu um novo ciclo de acumulação de capital e estabilidade social, as suas contradições resultaram numa nova crise econômica e política que motivaram a Comuna de Paris de 1871. Essa lógica tem se repetido em escala ainda maior ao longo dos séculos XX e XXI (HARVEY, 2012). Harvey (2012) demonstra como os protestos de 1968 nos EUA tiveram a vida dos subúrbios criados pelos modelos de urbanização do pós-guerra como um de seus vetores. Ao mesmo tempo, a crise serviu de “oportunidade” para a criação do modelo neoliberal de urbanização. A urbanização empreendedora por meio de requalificações de locais degradados e empobrecidos por uma lógica de mercado emergiu em cidades como Baltimore, no nordeste dos EUA, como forma de pacificação das revoltas das populações afro-americanas após o assassinato de Martin Luther King em abril de 1968 (idem), em combinação com a estratégia de inclusão financeira do capitalismo negro e da repressão e perseguição de movimentos como os Panteras Negras. Isto é, as dinâmicas racializadas de desposseção e pacificação do capitalismo contemporâneo, assim como de revolta popular, passaram a ter nas cidades um *locus* cada vez mais fundamental.

3.2.1 O urbanismo empreendedor: despossessão, cidade empresa e conflito social

As cidades modernas sempre expressaram a divisão do trabalho e a luta de classes no capitalismo (HARVEY, 2012). No período keynesiano, o urbanismo era caracterizado pela sua rigidez e prioritariamente conduzido pelo Estado para a administração do capitalismo voltado para o consumo de massa de bens industriais, como automóveis e eletrodomésticos, a partir da reprodução da moradia em subúrbios privados e moradias públicas. A edificação de infraestruturas urbanas, escolas, hospitais e centros comerciais seriam de uso — supostamente — universal de toda a população. Dessa forma, no neoliberalismo, o urbanismo assumiu a razão empresarial da concorrência e das melhores práticas para constituir as condições de infraestrutura de acordo com o livre mercado. O planejamento urbano empreendedor representa o interesse específico de grupos hegemônicos para alavancar o desenvolvimento através da atração de investimentos, principalmente o estrangeiro. Logo, o fazer da cidade deixou de ser feito prioritariamente para a funcionalidade e uso para os seus habitantes para ser predominantemente espaço de transformações para a troca no mercado (HARVEY, 2005).

A reprodução do espaço como mercadoria para a acumulação de capital pelos mercados imobiliário e financeiro para alavancar a produção de mais-valia num momento de crise e permitir a reprodução do capitalismo são características das cidades modernas (HARVEY, 2005). A novidade do neoliberalismo repousa em que as cidades elas mesmas passam a ser geridas e consumidas como mercadorias (ARANTES, 2000). Por um lado, a cidade passou a ser entendida como uma máquina de crescimento para as elites capitalistas (MOLOTCH, 1993). Por outro, a sua imagem passou a ser propagandeada por um “urbanismo do espetáculo” para vendê-la por estratégias de *marketing* e *branding* urbanos enquanto uma “cidade global” adaptada à globalização e, portanto, capaz de receber investimentos, *headquartes* de corporações transnacionais, trabalhadores qualificados e turistas promotores do crescimento da iniciativa privada (ARANTES, 2015; SASSEN, 2004). A cidade-empresa passa a ser entendida como uma força de produção do capital que, como o sujeito neoliberal, deve reforçar as suas qualidades e resolver os seus problemas num processo constante de melhoramento de suas capacidades de promover a valorização do capital no mercado concorrencial (VAINER, 2000).

Apesar da globalização neoliberal ser caracterizada pela aceleração dos fluxos transnacionais de capital pela expansão do mercado financeiro no modo de produção capitalista, Sassen (2004) nota que, dialeticamente, esses capitais móveis são crescentemente dependentes de configurações específicas de localidades para se materializar e reproduzir. Em sua teorização

a respeito das “cidades globais”, Sassen identifica a proliferação do setor de serviços altamente especializado em assistência jurídica, comunicação, contabilidade e informática para servir às corporações transnacionais como importante sinalização da relação entre descentralização do capital e centralizados em espaços urbanos “globais” numa era que as economias dos centros capitalistas se desindustrializam e passam a ser caracterizadas crescentemente pelos setores financeiros e de serviços. A partir de uma nova concepção de administração empresarial para a diminuição dos custos, as corporações expandiram a sua transnacionalização em busca de incentivos fiscais, mão de obra qualificada e a terceirização de certas atividades. Essa dispersão corporativa possibilitada pela financeirização da economia e a digitalização das informações criou uma rede interurbana em constante transformações pelo acelerado fluxo de capitais e profissionais, sempre gerando novas exigências para a reprodução do capital neoliberal (SASSEN, 2004). Este processo acabou por exigir mais flexibilidade das aglomerações urbanas cada vez mais complexas e dinâmicas: além de uma infraestrutura de logística capaz de dar conta da mobilidade do capitalismo neoliberal, como porto e aeroportos modernos, rodovias de alta velocidade e linhas de metrô, as cidades devem oferecer distritos financeiros compostos por edifícios inteligentes, cafés com cappuccino e mesas de trabalho, restaurantes estrelados, redes de *fast-foods*, hotéis de luxo, galerias de arte, bancos internacionais, centros de convenção e shopping centers com grifes internacionais. Essa infraestrutura possibilitaria aos empreendedores “cidadãos do mundo” circularem, consumirem e se divertirem com facilidade, velocidade e conforto enquanto fecham os seus negócios (idem).

Logo, no neoliberalismo, as cidades tornam-se localidades preferenciais para a construção de “um ambiente favorável para os negócios” transnacionais e também lugares “de regulação concernente à oferta de infraestrutura, às relações trabalhistas, aos controles ambientais e até à política tributária em face do capital internacional” (HARVEY, 2005, p. 180). Na cidade-empresa voltada para a concorrência de mercado, o poder político urbano é transferido ao setor privado por meios das parcerias público-privadas (PPPs), onde não haveria mais mediação entre o empresariado e o planejamento urbano conduzido pela política, permitindo à iniciativa privada operar livremente desde a concepção à execução da reprodução espacial (idem). Segundo Harvey (2005), “o empreendedorismo [urbano] enfocaria mais a intervenção em torno de partes específicas da cidade do que o conjunto do território”. Nessa parceria com o mercado, além dos investimentos em infraestrutura e benefícios fiscais, o Estado entra com o seu poder coercitivo capaz de expulsar e remover de forma legal e legitimada as

populações e edificações pobres, vulneráveis, precárias, informais e ilegais no caminho das modernizantes revitalizações urbanas (ARANTES, 2000).

A competição interurbana por capital fez do empreendedorismo urbano uma consequência crescente nas metrópoles de todo o mundo, inclusive o periférico. No entanto, para além dessas condições básicas, como isenção fiscal e mão de obra barata à disposição do capital, o Estado e as cidades precisariam elaborar “todos os tipos de chamarizes para atrair esse capital à cidade” para constituir algum tipo de diferencial diante da homogeneização dos espaços urbanos globalizados (HARVEY, 2005, 176). O empreendedorismo urbano, segundo o geógrafo inglês, mobiliza uma coalização de estratégias e recursos na região urbana a partir de uma “divisão espacial de consumo”, em que o ambiente favorável aos negócios inclui também espaços culturais para o entretenimento seguro daqueles que puderem consumi-los.

[...] a valorização de áreas urbanas degradadas, a inovação cultural, a melhoria física do ambiente urbano (incluindo a mudança para estilos pós-modernistas de arquitetura e design urbano), atrações para consumo (estádios esportivos, centros de convenção, shopping centers, marinas, praças de alimentação exóticas) e entretenimento (a organização de espetáculos urbanos em base temporária ou permanente) [...] Acima de tudo, a cidade tem de parecer um lugar inovador, estimulante, criativo e seguro para se viver ou visitar, para divertir-se e consumir. (HARVEY, 2005, p. 176).

Por exemplo, quando a Amazon, uma das maiores corporações do mundo, anunciou em 2017 que abriria um novo *headquarter* nos EUA, diversas cidades do país se enfileiraram na disputa pelo “prêmio” de um investimento de 5 bilhões de dólares, a atração de trabalhadores altamente qualificado e a promessa de geração de 50 mil empregos diretos, entre outros efeitos indiretos para a economia local (HERN, 2017). A Amazon estima que, entre 2011 e 2017, trouxe 38 bilhões de dólares indiretamente para Seattle, onde fica o seu primeiro *headquarter* — o equivalente a 1,40 dólar gerado a cada dólar investido pela companhia. A empresa de tecnologia listava como razões que viriam a motivar a sua decisão: um ambiente “market-friendly” que incluísse “a presença e apoio de uma população diversa”, um “sistema universitário forte” e “uma alta qualidade de vida em geral”, além dos incentivos financeiros e fiscais a ser assegurados pelo poder público (idem). Atualmente, as empresas de alta tecnologia, as corporações mais valiosas do mundo e possivelmente as maiores promotoras das requalificações urbanas, entendem um “ambiente favorável aos negócios” enquanto um *ecossistema empreendedor* que permita o desenvolvimento de diferentes comunidades de *start-ups* que prestariam serviços às grandes corporações nos mais diversos nichos específicos dessa indústria, como *tech*, *biotech*, saúde e sustentabilidade (FELD, 2012).

Dessa forma, a indústria de tecnologia, além de movimentar uma série de novos tipos de empresas para a terceirização de suas operações além das tradicionalmente presente nas cidades globais, também mobiliza diretamente uma vasta diversidade de setores econômico, como saúde, educação, cultura e alimentação, em conexão direta com o setor *high tech*. Diferentemente do que levam a crer as mitologias dos bilionários do setor, não basta uma garagem e iniciativa empreendedora individual para abrir uma empresa de tecnologia, mas para se tornar um “tech hub” é necessário um pesado investimento estatal em instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento, além de infraestruturas de logística, centros comerciais e a promoção de uma rica e diversificada cena cultural que permita o encontro entre as diferentes comunidades empreendedoras (MAZZUCATO, 2014). A ascensão do setor de alta tecnologia e da construção de ecossistemas empreendedores como estratégia de desenvolvimento urbano fez emergir outros slogans complementares ao de “cidade global” para designar os centros urbanos adaptados à globalização e que expressam os diversos valores e condições procuradas pelas corporações transnacionais como as cidades “sustentáveis”, “inteligentes” e “criativas”.

A publicação *Startup Communities: Building na Entrepreneurial Ecosystem in your city* de Brad Feld (2012) é o livro de cabeceira do burocrata israelense responsável por coordenar com o setor privado e o governo nacional a construção do ecossistema empreendedor em Jerusalém. Também influente no modelo de urbanismo empreendedor em Jerusalém tem sido a cartilha de “cidade criativa” do estadunidense Richard Florida (2019), que defende a criação de uma “classe criativa” formada por galeristas, *techies*, *restauranters* e demais profissionais liberais do setor de serviços e comércio urbanos como forma de promoção das condições de diversidade e criatividade para o desenvolvimento local e a superação das crises e problemas das cidades. Michael Porter, professor de Harvard e “estrategista da competitividade”, também foi consultor da revitalização urbana de Jerusalém durante a gestão de Barkat (KEIDAR, 2018). O caso de Jerusalém é ilustrativo de como a competição interurbana por capital criou uma indústria formada por consultorias privadas, universidades e escritórios de arquitetura para o posicionamento da marca da cidade no mercado global (ver capítulo 5).

Essas transformações recentes reforçam o entendimento ampliado dos atores envolvidos no urbanismo empreendedor. Ao lado dos mercados financeiro e imobiliário, dos burocratas políticos e dos setores de comércio e serviços, as frentes do urbanismo empreendedor contam empresas de cultura, arte, educação e esportes para maximizar as capacidades de atração de um constante fluxo de pessoas, particularmente de turistas, para a acumulação de capital e

valorização imobiliária. No neoliberalismo, o turismo se tornou uma das principais indústrias para os centros urbanos do mundo, particularmente àquelas do Norte onde as regiões centrais e os bairros operários ficaram degradados como resultado dos processos de desindustrialização e suburbanização. Como nota Vainer (2000, p. 83), a cidade não é qualquer tipo de mercadoria, mas sobretudo, uma mercadoria de luxo, destinada a um grupo de elite de potenciais compradores: capital internacional, visitantes e usuários temporários. Por essa razão, Arantes (2000) reivindica que a lógica estrutural das cidades no neoliberalismo não é apenas empresarial, mas também cultural, uma vez que os promotores culturais possuem um papel complementar ao dos planejadores urbanos no urbanismo empreendedor.

O encontro entre cultura e mercado no urbanismo empreendedor, nota Arantes, não ocorreu apenas por pressão do capital, mas também por iniciativa da “nova esquerda” dos anos 1970-1980 e da sua “virada cultural”, que passou a priorizar questões culturais e estéticas em detrimento das econômicas (ARANTES, 2000). Isto é, estamos aqui diante de mais uma característica do neoliberalismo progressista que permitiu a cooptação de algumas bandeiras e lideranças de esquerda em torno do seu projeto de mercado. A arquitetura, os projetos culturais, sociais, ambientais e humanitários foram inseridos nos planos de requalificação urbana com seus bulevares com ciclovias, praças abertas com bastante verde, centros culturais pós-modernistas assinados por arquitetos renomados e projetos sociais de empreendedorismo para populações pobres e racialmente subalternas das áreas “requalificadas”. O objetivo tem sido fazer das requalificações urbanas projetos ideologicamente acima de disputas políticas e um processo despolitizado que traria benefícios econômicos e sociais a todos (ARANTES, 2000).

Consequentemente, a arte, a cultura, a educação e os programas sociais e de direitos humanos deixaram de ser entendidas como contrapartes das intervenções espaciais voltadas para o mercado ou ainda forças sociais que poderiam servir de contraponto ao mercado para se tornarem setores mercantilizados que também obedecem a razão empresarial (ARANTES, 2000). Tornaram-se agentes legitimadores das requalificações por um “*upgrading* cultural” que devolve aos moradores alguma sensação de cidadania, autoestima, inventividade e conhecimento científico, mesmo que de forma mercantilizada, ao passo que auxiliam no disfarce e ocultamento das desigualdades sociais estruturais (idem). Dessa forma, as galerias de arte, os centros culturais e os programas sociais conduzidos pelas ONGs passaram a atuar como agentes diretos das gentrificações estratégicas para a valorização imobiliária e também para a pacificação de áreas habitadas pelas classes trabalhadoras sem a necessidade de

intervenção coercitiva do poder estatal (ARANTES, 2000; MACIEL, 2018; SMITH, 2002) Zukin (1995) aponta para a “pacificação pelo cappuccino” pela expansão do acesso ao consumo de nichos específicos de centros comerciais, galerias, pequenos comércios artesanais e redes de *fast-food* que satisfaz os sonhos de consumo e estilos de vida ligados ao “novo urbanismo”.

Além disso, todo grande evento cultural, social, político e esportivo, como os Jogos Olímpicos, se converteu em sinalizações dos poderes públicos aos mercados para a mobilização das coalizações do urbanismo empreendedor (VAINER, 2000). Este tipo de “oportunidade” provida pelos eventos agenciados por organizações internacionais como o COI ou a ONU tem sido cada vez mais fundamentais para fabricar consensos entre a população local e atrair interessados em investir nos projetos de requalificação urbana. Além de uma mercadoria e de uma empresa, a cidade neoliberal, reivindica Vainer (2000), também pode ser entendida enquanto uma “pátria”. As revitalizações urbanas permitem às classes dominantes interessadas nos benefícios econômicos das revitalizações urbanas forjar uma unidade da população em torno de um projeto supostamente benéfico a todos os seus habitantes, mas que tem sido historicamente promotor de desigualdades, expulsões forçadas e limpezas sociais (idem). Vainer (2000) nota que uma “consciência de crise” sobre o espaço urbano faz das “requalificações” processos de modernização em direção a um futuro melhor pela imaginação de uma nova cidade que trará mais empregos, diversidade cultural e um orgulho cívico — as “contrapartidas” sociais e o “legado” não passariam de ilusões.

A produção de espaços para o mercado na cidade global é ao mesmo um processo de produção de segregação, marginalização, exclusão e informalização onde vizinhanças riquíssimas são construídas ao lado de imensas favelas paupérrimas (HARVEY, 2012; ROLNIK, 2017; SASSEN, 2004). Como é exemplar no caso de metrópoles altamente desiguais, a produção das cidades globais significa a segregação social e racial pela construção de comunidade muradas, autossuficientes, altamente vigiadas por câmeras e empresas de segurança patrimonial privada (GRAHAM, 2011) — um fenômeno cada vez mais presente, de forma reveladora, em Jerusalém (YACOBI, 2012). A remoção forçada pelo Estado de moradias precárias e informais habitadas por populações racialmente subalternas é um retrato da acumulação pela despossessão promovidas tanto pelo urbanismo empreendedor como pelos processos de colonização por povoamento. As infraestruturas urbanas são formas de materialmente normalizar, ocultar aos olhos vistos e banalizar no cotidiano mercantilizado pelo consumo as desigualdades raciais e sociais, assim como os conflitos sociais em torno dessas

injustiças que são estruturais às cidades globais, como a colonização por povoamento israelense da Palestina e a resistência nativa (SALAMANCA, 2016; YACOBI; TZFADIA, 2019). Como já argumentamos em outra ocasião a partir da comparação entre as transformações socioespaciais em Jerusalém e Rio de Janeiro ao longo dos séculos XX e XXI, a urbanização empreendedora e a colonização por povoamento são dois processos que se entrelaçam com bastante facilidade no neoliberalismo, permitindo que a estrutura racial se normalize como uma escolha de mercado e dialeticamente que o mercado se beneficie da desigualdade estrutural racial para acumular capital (HUBERMAN; NASSER, 2019). A despossessão racializada pelo urbanismo empreendedor reproduz as relações desiguais de despossessão, acumulação e pacificação do colonialismo por povoamento.

Os despossessados sobressalentes urbanos reproduzem de forma autônoma a cidade pela informalidade da autoconstrução, expandindo o espaço urbano geograficamente pela constituição de novos locais de moradia a ser criminalizados e estigmatizados enquanto ilegais e violentos, produtores de criminosos e terroristas bárbaros do ponto de vista das classes dominantes racistas, que justificam o uso da força para sua remoção, pacificação e confinamento (HUBERMAN; NASSER, 2019; ROLNIK, 2017). Isto é, longe de resolver quaisquer problemas para as classes dominantes, as reestruturações urbanas apenas deslocam as contradições do capitalismo racial para novas localidades, como também já notava Engels (2015) a respeito das revitalizações de Paris feitas por Haussmann. Este também é o caso de Jerusalém, como veremos no capítulo 4. Portanto, segundo Sassen (2004), as cidades representam a concretude dos desafios de governança global das elites transnacionais em meio à globalização, pois nela revelam-se as centralidades e marginalidades contemporâneas com um grande potencial conflitivo. De forma complementar, Harvey (2012) argumenta que à medida que as urbanizações se tornam centrais para o capitalismo, as cidades se tornam *locus* fundamentais da luta de classes e o direito à cidade uma frente de luta anticapitalista.

3.2.2 Os conflitos sociais em cidade colonas sob a hegemonia neoliberal

Como notamos acima, as cidades exprimem o nacionalismo de seus residentes, podendo servir aos interesses das classes dominantes, como no caso da fabricação de consenso em torno das revitalizações empreendedoras voltadas para a mercantilização do espaço (ARANTES, 2000; VAINER, 2000). As cidades, entretanto, também servem de formas de engajamento de identidades nacionais disruptivas, como foi no caso da Comuna de Paris, que representou uma disputa não apenas em torno da expressão urbana do sentido da luta de classes entre franceses,

mas também do orgulho patriótico dos trabalhadores parisienses após a derrota do país na guerra contra a Prússia (ENGELS, 2015; HARVEY, 2012). Jerusalém, assim como as demais cidades que constituem o campo de estudos das “cidades divididas”, entre outras, como Nicosia, Belfast e Beirute são representações de fragmentações urbanas por disputas nacionalistas que se expressam também na reprodução do espaço por meio de fronteiras internas, infraestruturas e serviços desiguais (CALAME; CHARLESWORTH; WOODS, 2012).

Entretanto, o ordenamento socioespacial conflituoso, disputado e fraturado de Jerusalém é resultado de uma disputa nacional de ordem colonial: um nacionalismo colonizador para israelenses e um nacionalismo anticolonial para palestinos (MASSAD, 2006; SAID, 1979). As cidades coloniais, já notou Fanon são expressões espaciais das compartimentações características do mundo colonial dividido em dois.

A linha divisória, a fronteira, está indicada pelos quartéis e pelos postos da polícia. Nas colônias, o interlocutor válido e institucional do colonizado, o porta-voz do colono e do regime de opressão é o polícia e o soldado. [...] o polícia e o soldado, pelas suas intervenções diretas e frequentes, mantêm o contato com o colonizado e aconselham-no, com golpes de coronha ou incendiando as suas palhotas, que não faça qualquer movimento. O intermediário do poder utiliza uma linguagem de pura violência. (FANON, 1968, p. 33).

Nem sempre as cidades coloniais foram assentamentos construídos pelos colonizadores, mas também espaços urbanos nativos apropriados e reproduzidos pelas forças imperiais. Apesar das infraestruturas das cidades coloniais terem assumido diferentes formas ao longo do espaço e tempo, de forma geral elas foram planejadas e construídas para assegurar a dominações dos colonizadores, o que fez das cidades coloniais locais de aguda segregação socioespacial (2017b). A representação que Fanon (1968) faz da partição colonial de duas cidades em uma, onde a branca colonial é a representação de segurança, abundância, modernidade, progresso e civilização, enquanto a parcela nativa é estigmatizada e desvalorizada enquanto local de privação, pobreza, insegurança, atraso e barbaridade, se tornou célebre por ecoar a fragmentação desigual racista e espoliadora característica da reprodução espacial promovida pelos agentes coloniais nos quatros do mundo. Entretanto, as cidades coloniais não são apenas espaços para armazenagem de corpos de acordo com uma determinada ordenação identitária, mas são locais de disputa entre colonos e nativos pelas riquezas autóctones e as reivindicações de soberania sobre o território. Ademais, também são expressões da divisão social do trabalho colonial, uma vez que os colonos brancos representam as classes dominantes proprietárias e os nativos racializados as classes trabalhadoras oprimidas. Hugill (2017b) nota que as cidades

coloniais, enquanto local de conexão direta com os centros metropolitanos europeus e formas de projeção da violência imperial, funcionavam como

coordenação militar e administrativa, áreas preparatórias para incursões aos interiores continentais, mercados e entrepostos para o comércio de matérias-primas, ponto de coleta residencial para missionários, colonos e agentes imperiais, assim como teatros para performances de poder imperial. (HUGILL, 2017b, p. 1).

No entanto, segundo o autor, há uma especificidade na produção dos espaços urbanos onde os colonos “vieram para ficar” (WOLFE, 2006) e nunca foram embora. Segundo Hugill (2017a) a cidade produzida pelo colonialismo por povoamento não tem como princípio organizador primariamente explorar recursos e populações locais, mas “escorar” o acesso aos territórios para fins de formação do Estado, povoamento e desenvolvimento capitalista. A construção de uma cidade significa materialmente um avanço, uma etapa no “progresso” e no “desenvolvimento” do processo de colonização por povoamento por meio da urbanização do espaço (PORTER; YIFTACHEL, 2017). A exploração da população nativa no interior ou exterior dos espaços urbanos seria uma forma de acumulação à disposição dos colonos.

Apesar dos estudos sobre colonialismo por povoamento terem no espaço uma centralidade analítica, na grande maioria das vezes, ignoram a cidade como um local estratégico de disputa entre colonizadores e colonizados, assim como não tem na interação entre estruturas coloniais e processos de urbanização um recorte epistemológico preferencial. No entanto, essa tendência tem sido revertida por uma série de pesquisas que notam como as cidades colonas permanecem como locais centrais onde os efeitos espoliadores da despossessão colona ocorre, com a maior parte dos estudos apontando para continuidade das políticas colonizadoras de exclusão, remoção, empobrecimento e policiamento ostensivo dos espaços indígenas em diferentes sociedades colonas como Winnipeg (Canadá), Minneapolis (EUA), Johannesburgo (África do Sul), Rio de Janeiro (Brasil), Townsville (Austrália) e Jerusalém (BLATMAN-THOMAS; PORTER, 2018; DORRIES; HUGILL; TOMIAK, 2019; POETS, 2020; SHALHOUB-KEVORKIAN, 2015; TOMIAK, 2017). Segundo essa literatura, a condição urbana estruturada pelo colonialismo por povoamento tende a produzir configurações socioespaciais específicas: regimes de propriedade racializados permanentes; a desapropriação contínua das populações indígenas; a negação das soberanias indígenas, da presença de nativos cidade, dos seus modos de vida, atividades econômicas e culturais; e a preservação dos privilégios dos colonos de várias formas naturalizadas no cotidiano urbano.

Logo, o processo de urbanização foi e continua sendo um mecanismo que operacionaliza a desapropriação espacial e econômica dos povos colonizados. O conceito de urbanismo colono tem sido utilizado para descrever uma formação socioespacial produzida de forma desigual e combinada onde o imaginário racista implantado pelos colonizadores tem como objetivo ocultar a natureza colonial do urbano e a continuidade da desapropriação original em nome do enriquecimento das constituições colonas e da acumulação de capital pelas elites transnacionais (DORRIES; HUGILL; TOMIAK, 2019; PORTER; YIFTACHEL, 2017). Diversas pesquisas vêm demonstrando a importância do planejamento urbano na constituição de infraestruturas que privilegiam o desenvolvimento espacial, social e econômico das comunidades colonas enquanto funcionam como forma de violência em larga escala, deslocamento e apagamento das populações indígenas (BRAIER; YACOBI, 2017; SALAMANCA, 2016). O planejamento urbano e o regime de propriedade privada servem para naturalizar as desigualdades socioespaciais e também as reivindicações de soberania sobre território por parte dos colonizadores, reproduzindo o espaço de acordo com o imaginário, as narrativas e mitologias colonas de desenvolvimento e prosperidade (BHANDAR, 2018; VERACINI, 2012). Essas narrativas são centrais para o apagamento da história que faz das relações raciais de propriedade privada sobre o território nativo parte do senso comum colono que oculta o caráter colonial de residir em um empreendimento imobiliário erguido sobre terras originalmente despossessadas dos povos autóctones (HUGILL, 2017a).

Já a indigeneidade tem sido historicamente retratada pelos colonizadores como um corpo estranho ao espaço urbano e excluída, principalmente nas Américas e na Austrália, onde os povos nativos são normalmente confinados em reservas indígenas rurais. Logo, a presença indígena é muitas vezes estigmatizada como “fora-de-lugar” nas cidades (DORRIES; HUGILL; TOMIAK, 2019). No entanto, estudos recentes vêm demonstrando a formação de comunidades indígenas urbanas diversas e vibrantes capazes de mobilizar formas de resistência e ressurgimento que escancaram a natureza racista e colonizadora dos regimes de propriedade privada e planejamento urbano (idem). A forma como a teoria do colonialismo por povoamento possibilita trabalhar as questões da resistência indígena e da intersecção com outros projetos de opressão, exploração e acumulação, entretanto, tem sido algumas das principais limitações para a análise dos espaços urbanos colonos sob urbanização empreendedora. Apesar da centralidade da apropriação do território nativo pelos colonos, os colonos sempre tem enfrentado o desafio de administrar a vida indígena em conjunto da vida colona, mesmo que seja para explorar a sua força de trabalho ou para governa-la na direção da eliminação por meio de necropolíticas em

que a violência nem sempre é ostensiva, mas suave e elusiva, como a deterioração do sistema de saúde, o reconhecimento de direitos indígenas da terra e a inclusão financeira (COULTHARD, 2014; TAYLOR, 2021; VELEDNITSKY; HUGHES; MACHOLD, 2020).

A permanência do colonialismo por povoamento por meio de operações racializadas de mercado tem sido recentemente analisada como apartheid neoliberal (CLARNO, 2017), colonialismo por povoamento neoliberalizado (TOMIAK, 2017), e neo-colonialismo por povoamento (YACOBI; TZFADIA, 2019). De forma geral, o encontro entre colonialismo por povoamento e capitalismo racial permite expandir o entendimento do urbanismo colono na compreensão do papel desempenhado pela raça na produção do espaço urbano, assim como na racialização de espaços (BHANDAR, 2018; DORRIES; HUGILL; TOMIAK, 2019; MCCLINTOCK, 2018). O capitalismo acumula e se desenvolve a partir da produção e reprodução de diferenciações social entre humanos a partir de raça, classe e gênero, assim como de diferenciações desiguais geográficas (MCCLINTOCK, 2018, p. 3). Logo, a identificação espacial também é uma forma como raça e classe são vividas pelos sujeitos subalternos, como no caso das populações faveladas onde se coincide num mesmo local de forma naturalizada a negritude, a pobreza, a informalidade e a criminalidade, como no caso do Brasil (DAVIS, 2006; MACIEL, 2018). Uma imbricação semelhante é identificada nos espaços urbanos indígenas da América do Norte, como Winnipeg e Rapid City (DORRIES; HUGILL; TOMIAK, 2019), e também nos bairros palestinos de Jerusalém Oriental (SHALHOUB-KEVORKIAN, 2015).

A construção espacial da supremacia branca pode envolver a despossessão da terra e do trabalho de forma alternada ou complementar (DORRIES; HUGILL; TOMIAK, 2019). Uma das afinidades históricas mais importantes entre colonialismo por povoamento e capitalismo racial para a compreensão do urbanismo colono empreendedor gira em torno das formas que hierarquias racializadas moldam regimes de propriedade. Bhandar (2018) nota como as leis de propriedade e a subjetividade racial se desenvolveram uma relação a outra, sendo a propriedade uma série de relações sociais, políticas e econômicas de exclusão que operam de forma racializada. A capacidade de ser proprietário de uma mercadoria foi historicamente exclusividade dos colonos brancos, que possuíam tanto a propriedade das terras indígenas, como dos corpos negros escravizados, constituindo uma relação histórica entre roubo colonial, racismo desumanizador e propriedade privada (BHANDAR, 2018). Portanto, a propriedade mercantilizada se construiu como forma pela qual branquitude opera possessivamente para se colocar no topo da hierarquia racial socialmente e espacialmente (idem).

A característica estrutural e contínua do colonialismo por povoamento permite trazer essas dinâmicas de produção espacial pela supremacia branca por meio do capitalismo para o presente. O aceleramento dos fluxos transnacionais entre geografias racializadas promovidas pela neoliberalização traz outras formas de violência racializada de produção do espaço e do governo de populações desvalorizadas e subalternas para o fazer do colonialismo por povoamento local. Dessa forma, as práticas de remoção, despossessão e assimilação facilmente se interseccionam com outras tendências de violência racializada de vigilância, policiamento, empreendedorismo social, políticas de desenvolvimento, infraestrutura de água e esgoto e sistema de saúde, constituindo regimes racializados de apropriação, extração e confinamento cada vez mais semelhantes ao redor do mundo (CLARNO, 2017; HUBERMAN; NASSER, 2019; VELEDNITSKY; HUGHES; MACHOLD, 2020). Esse entendimento é fundamental para abordar as formas múltiplas de racismo institucionalizado que entremeiam a relação entre o urbanismo empreendedor e a estrutura colona em Jerusalém, onde diferentes formas de exploração e opressão racializadas constituem a forma de governo da cidade para equilibrar as demandas colonas pela espoliação da terra e do trabalho nativos. Dessa forma, a gestão das disputas nas cidades colonas acaba se entrelaçando com os demais conflitos e violências urbanas no neoliberalismo numa relação dialética entre as formas locais e transnacionais de pacificação urbana no neoliberalismo. Consequentemente, a guerra colonial movida pelos colonos contra os nativos nos espaços urbanos não se diferenciada da guerra de classes movida pelas elites locais e transnacionais contra populações trabalhadoras e subalternas que constituem o urbanismo empreendedor. Ambas se valem de diferentes formas racializadas de acumulação pela despossessão e pacificação.

3.2.3 A pacificação empreendedora dos precariados urbanos

Os conflitos coloniais contemporâneos no Iraque, Afeganistão e Palestina se tornaram laboratórios de militares estadunidenses e israelenses na elaboração de doutrinas, estratégias e tecnologias de confronto, vigilância, policiamento e contenção de conflitos em espaços urbanos que são replicados ao redor do mundo (GRAHAM, 2011; HALPER, 2015). Tanto israelenses como estadunidenses tem se revelado casos exemplares de reprodução das suas experiências coloniais em doutrinas e mercadorias de segurança, reproduzindo as mesmas tarefas imperialistas das antigas potências coloniais, França e Reino Unido (HALPER, 2015; KHALILI, 2012). O intercâmbio entre o departamento policial de Nova York e as forças de segurança israelenses são reveladoras de como o urbanismo empreendedor reproduz globalmente estratégias coloniais do passado e do presente ao aproximar representações racistas

de espaços urbanos periféricos densamente habitados por “negros criminosos” e “árabes terroristas” enquanto “fontes de instabilidade” à liberdade e à democracia ocidentais (HALPER, 2015). Isto é, ao bom funcionamento universal do mercado do capitalismo racial e colonial.

Essas experiências desenvolveram modelos que foram mercantilizados e comercializados por essas nações e as suas corporações privadas de segurança como universalmente aplicáveis em todas as cidades neoliberais a partir de um fetiche tecnológico das classes dominantes e gestores urbanos de superação das adversidades apresentadas pelos conflitos sociais às estratégias de reprodução do capital neoliberal a partir de soluções técnicas e objetivas que criam uma falsa sensação de controle de todo o espaço social urbano (GRAHAM, 2011; RIGAKOS, 2016). As infraestruturas urbanas, a arquitetura e o planejamento urbano sempre foram importantes instrumentos violentos de acumulação e controle dos impérios coloniais (KHALILI, 2017). Weizman (2017), por exemplo, demonstra como a reprodução espacial, a arquitetura e o planejamento foram sistematicamente utilizados pelos israelenses como uma continuação da guerra colonial contra os palestinos por outros meios. A construção de assentamentos, postes de energia, esgotos, estradas na Cisjordânia era explicada pelas autoridades a partir de termos militares e de segurança, que foram civilizados e se tornaram cotidianos em Israel. “A urbanidade proveu não apenas o teatro de operações, mas as armas e munições [para o conflito colonial]” (WEIZMAN, 2007, p. 84).

Por meio dessa lógica, a suburbanização da colonização da Cisjordânia era entendida enquanto uma forma de engajamento militar para as lideranças políticas israelenses, como exemplificou Ariel Sharon, assim como estratégias de acumulação de capital para empresas privadas e formas de estabilização social das pressões sociais internas na sociedade colona (WEIZMAN, 2007). No mundo contemporâneo, a reprodução espacial e o controle sobre infraestruturas se tornaram formas “não convencionais” de engajamento em guerras assimétricas cada vez mais para as doutrinas militares de contrainsurgência e conflitos urbanos (KHALILI, 2012). Portanto, é revelador como o trabalho social armado para as pacificações liberais também se urbanizou no neoliberalismo. Uma expressão desse fenômeno é o dinheiro da ajuda humanitária internacional para a Palestina ser utilizado, por recomendação das instituições financeiras internacionais, na reforma do checkpoint militar de Qalandia, que separa e conecta as cidades de Jerusalém e Ramallah na Cisjordânia, como forma de melhorar o fluxo de pessoas e mercadorias para promover o desenvolvimento palestino sem inibir as ansiedades coloniais dos israelenses com segurança (HADDAD, 2016). Qalandia é uma das maiores expressões da

arquitetura da ocupação militar israelense em que a infraestrutura espacial materializa a opressão cotidiana e a disciplina do sobre os trabalhadores indígenas que transitam através da fronteira urbana colonial para trabalhar para o mercado israelense (WEIZMAN, 2007).

A percepção da direção das instituições financeiras internacionais como BM, FMI e OCDE, e demais atores da sociedade civil internacional, como a Fundação Ford, de que a produtividade econômica também requer investimentos em setores não produtivos fez com que a cidade fosse “descoberta como importante locus de intervenção” de programas sociais para assegurar a estabilidade e a segurança exigidas pelo mercado neoliberal (MARANHÃO, 2009). A lógica de focalização das políticas sociais no paternalismo neoliberal a partir de características sociodemográficas e a sua preponderância sobre o empoderamento empreendedor de indivíduos e pequenas comunidades por metas objetivas se adaptou perfeitamente à segregação socioespacial do urbanismo empreendedor. Seguindo esses pressupostos, o Banco Mundial formulou os parâmetros para aprovação de projetos com base em critério de custo-benefício em função da capacidade de controlar os acontecimentos com precisão e gerir zonas potenciais de conflito nos espaços urbanos recortados a partir de características socioespaciais. Essa mudança para o localismo tem colocado o indivíduo (ou a comunidade) em oposição a um estado predatório, fazendo mais fácil legitimar a chamada para desabilitar as intervenções do Estado no mercado (HANIEH, 2016). Em suma, toda a lógica fraudulenta de desenvolvimento neoliberal como forma de pacificação observada acima foi “urbanizada”, assumindo algumas características espacializadas. As instituições e ONGs internacionais tem abordado os diversos problemas dos espaços urbanos provocados pelas crescentes despossessões neoliberais, como o aumento da desigualdade, da informalidade e da precariedade no trabalho e na moradia, além da violência e da insegurança, como “fragilidades” municipais despolitizadas que precisariam ser fortalecidas ou concertadas a partir das “melhores práticas” para a construção de um ambiente favorável ao mercado e ao consumo.

Na escala urbana, as favelas constituídas por um conjunto de moradias informais precárias muitas vezes sem saneamento, direitos e serviços básicos se tornaram espaço preferencial de identificação de fragilidade, problemas e formulação de políticas focalizadas de intervenção. A literatura sobre as cidades pós-coloniais e do Sul classificam esses locais como “espaços cinzas”, que são ao mesmo tempo incluídos e excluídos da cidade formal, como favelas, campos de refugiados, etc. (PORTER; YIFTACHEL, 2017). Assim como ocorreu com as populações pobres do Sul Global, o discurso hegemônico das instituições internacionais em

torno das favelas mudou de um de problema a ser erradicado pela remoção para o de local solução criativa para a situação socioeconômicas das populações pobres com potencialidades represadas pelo Estado (DAVIS, 2006). O fascínio das classes dominantes com as estratégias de sobrevivência dos despossessados por meio da autoconstrução não é algo propriamente novo, mas existe pelo menos desde que os agentes coloniais se mostraram fascinados pelas *bidonvilles* erguidas pelos nativos argelinos desapropriados pelas forças coloniais, servindo de inspiração para projetos de realocação populacional dentro de estratégias de pacificação da população civil tanto nas colônias como nas metrópoles (DAVIS, 2006; KHALILI, 2012). Os neoliberais perceberam, tal qual seus antecessores coloniais, que o melhor seria estabelecer políticas voltadas para a construção do consentimento e aumento da produtividade por meio de programas de desenvolvimento e inclusão para verdadeiramente pacificá-las.

O projeto de Hernando de Soto de tornar os trabalhadores informais em empreendedores tem nas favelas e na questão da propriedade fundiária uma importante centralidade. Além dos microcréditos e das capacitações, Soto (2010) via a regularização fundiária das posses dos favelados sobre o solo como uma solução mágica que ao mesmo promoveria a capitalização e a autoresponsabilização necessária para torná-los verdadeiros empreendedores e, portanto, donos de seus destinos e liberdade. Os pobres, reivindica o economista peruano, seriam, na realidade, ricos em capital, mas a exclusão espacial pelo Estado totalitário os impossibilitaria de acessar a sua riqueza e transformá-la em capital líquido. Consequentemente, a falta de ação do Estado na direção de promoção das relações de mercado entre os mais pobres os manteria artificialmente na pobreza por uma decisão política. A concessão dos títulos aos posseiros urbanos criaria imediatamente um enorme patrimônio aos trabalhadores pobres com pouco ou nenhum custo para o governo. Parte dessa nova riqueza serviria de capital para que microempresários desamparados criassem novos empregos na favela, que na visão dos neoliberais seriam jazidas prontas para serem exploradas (DAVIS, 2006). Logo, para o Banco Mundial, ONGs e os governos do Sul Global, as favelas e os favelados tornaram-se espaços de criatividade, inventividade e diversidade que o mercado precisa e valoriza (BOTELHO, 2013). Ao Estado caberia promover ajustes técnicos na configuração jurídicas do espaço urbano para tornar os mais pobres capacitados e criar oportunidades para a sua autonomia, autoresponsabilização e prosperidade. Consequentemente, a intervenção neoliberal em espaços urbanos racializados para o seu desenvolvimento e integração à “cidade formal” foi legitimada.

No Rio de Janeiro, por exemplo, o projeto de pacificação das favelas conciliou a ocupação policial-militar com postos de vigilância e de controle do movimento no interior e nas margens das comunidades, revistas constrangedoras de jovens partir de perfis racializados e a construção de muros e barreiras no entorno das comunidades com programas sociais de empoderamento e empreendedorismo de jovens e mulheres, a regularização dos serviços públicos de energia e água, a abertura de bancos e agências de microcrédito, a formalização de comércios e serviços antes informais, o fornecimento de direito de propriedade e a construção de infraestruturas viárias, como os teleféricos e linhas de metrô (BOTELHO, 2013; TOMMASI; VELAZCO, 2016). O modelo aplicado na capital carioca visando construir as condições de atração de capital aproveitando a oportunidade de unidade e consentimento social oferecida pela realização de inúmeros eventos esportivos, culturais e políticos na cidade tinha como referência direta a requalificação das favelas de Medellín, na Colômbia, motivando o projeto das UPPs, como também de revitalização da região portuária de Barcelona, inspirando o projeto Porto Maravilha na região central da cidade (VALENTE, 2017). Outro laboratório foi a participação das Forças Armadas brasileiras na intervenção humanitária no Haiti por mais de uma década, envolvido particularmente no policiamento urbano e no confronto com traficantes de drogas em Cité Soleil, a maior favela de Porto Príncipe. No entanto, não foram apenas os militares que fizeram o trânsito entre Rio e Porto Príncipe, mas também os trabalhadores sociais da ONG Viva Rio, que usaram as suas experiências em atividades culturais e sociais numa via de mão duplas entre as favelas cariocas e haitianas (GOIS, 2019).

Essas medidas aparentemente progressistas tanto no campo social como no espacial que permitem às favelas e aos subalternos entrarem na cidade e na economia formais, entretanto, quase sempre significa o aumento de custos de vida e de impostos aos locatários e proprietários. Além disso, torna a população mais suscetível aos instrumentos oficiais de governo e das instituições financeiras de fiscalização, cobrança e confisco; cria desigualdades entre a população comunitária, dividindo entre aqueles regularizados e não regularizados; e individualiza a luta por moradia, rompendo laços de solidariedade fundamentais para a resistência dos subalternos urbanos (DAVIS, 2006). Consequentemente, ao invés de diminuir a desigualdade social e gerar prosperidade, a inclusão pode promover a sua expulsão seja pela despossessão direta resultado de confisco do imóvel por endividamento financeiro pela hipoteca da propriedade para as iniciativas empreendedoras, ou de remoção indireta pela valorização imobiliária e gentrificação resultante das melhorias infraestruturais (idem). Portanto, o desenvolvimento e regulamentação socioespacial da população subalterna ao

neoliberalismo pode significar uma inclusão predatória para a sua despossessão e pacificação pelos dispositivos impessoais de mercado (DAVIS, 2006; TAYLOR, 2021)

Essa lógica é igualmente fundamental para os projetos de requalificação de cidades do Norte como Londres, onde os esforços governamentais de regenerar economias locais em áreas urbanas em declínio econômico passa por uma série de dispositivos que fortalecem a atividade empresarial dos indivíduos com competências de flexibilidade e aspirações de autopromoção (ROSE, 1998). No entanto, o que normalmente aproxima estes espaços no centro e na periferia do sistema-mundo não são apenas as características acinzentadas de inclusão/exclusão, mas a sua racialização, uma vez que os públicos-alvo dessas políticas de inclusão empreendedora e de exclusão pela despossessão, seja no Norte ou no Sul, são as populações subalternas racializadas e os seus espaços de vivência. Logo, o urbanismo empreendedor também permite a reprodução das despossessões racializadas por formas inclusivas e elusivas.

3.4 Resistências diante das ambivalências do governo colonial-neoliberal

Os “economicismos” dos explorados e oprimidos em adotar as ideologias e práticas que, na realidade, são interessantes somente às classes dominantes e aos proprietários dos meios de produção como estratégia de obtenção de bens materiais e maior qualidade de vida individual em detrimento de articulações políticas coletivas que levem a uma emancipação ampla não ocorre, como reivindicam autores como Gramsci e Wood (MONTENEGRO, 2012), por “má consciência” ou por “desvio pequeno burguês” dos subalternos, mas porque todos estes processos objetivos e subjetivos da luta de classes no neoliberalismo os persuadem com mais ou menos força, dependendo de sua classe social e grupo racial, a adotar a razão empresarial. No entanto, algumas vezes a contradição é tão gritante que abre a possibilidade de disrupção dessas estratégias pacificadoras e espoliadoras (MACIEL, 2018). O entendimento entrelaçado entre guerra, política e economia que propomos aqui não serve apenas para compreender as formas de dominação no neoliberalismo-colonial, mas também das possibilidades de resistência. Gramsci (2000) foi um autor que pensou essa articulação como forma de entender a disputa da hegemonia na sociedade a partir das analogias da guerra de movimento e da guerra de posicionamento. Isso não significa “militarizar” a luta social, mas deixar de entender a guerra como algo excepcional e exclusivo ao confronto entre nações soberanas para trazê-la para o

cotidiano da luta de classes do capitalismo e nas decisões diárias que os sujeitos são obrigados a tomar diante das adversidades que essa batalha os coloca¹⁹.

O desafio principal desta primeira parte da tese tem sido revelar os diversos esforços ideológicos e materiais que os neoliberais, particularmente em contexto coloniais, mas também em sociedade racialmente estruturadas de forma geral, tem feito para ocultar e normalizar as dinâmicas racistas de pacificação e despossessão enquanto processos naturais do mercado, movendo as pessoas em torno das suas necessidades economicistas forjadas pelo capitalismo racial para construir consentimento ao projeto das classes dominantes. O objetivo desta seção é demonstrar a importância de alterar o sentido da luta de uma voltada prioritariamente para as necessidades econômicas para uma política. Gramsci chama de *catarse* o processo de submissão da economia aos interesses políticos de autodeterminação, dignidade e emancipação (MONTENEGRO, 2012). Já Fanon (1968) reivindica a importância da *práxis* e da rejeição violenta ao colonialismo — de seus símbolos, instituições, ideologias, razões, discursos — pelos nativos como forma de provocar uma *catarse* coletiva que quebre não apenas o espaço que o colonizador reserva ao colonizado, mas que quebre o que Barros (2019b) chama de “espaço algébrico do poder”. Isto é, o ordenamento hierárquico da diferença entre classes, raças, gêneros, sexualidades e demais identidades necessárias para a reprodução do capitalismo e do colonialismo pela exploração do homem pelo homem precisaria ser destruído e não reformado por meio da inclusão e do desenvolvimento. Caso contrário, o colonizado pode cair nas armadilhas da identidade e vir a se tornar o colonizador na sua luta essencialista por libertação, como foi o caso dos judeus europeus e do sionismo (ver capítulo 2).

Fanon aponta para as limitações das soluções individuais como forma de promover a emancipação dos homens e mulheres colonizados. Segundo ele, a adequação aos valores hegemônicos traz a ilusão de independência e liberdade adequada aos interesses (neo)coloniais, que se organizam para manter a colonização no contexto pós-colonial a partir do momento que a violência anticolonial se dinamiza (FANON, 1968, 1980). Fanon percebeu na clínica psiquiátrica, ao tratar os argelinos torturados por franceses, que quando a vítima do colonialismo reage à violência que lhe foi infligida, ele deixa de ser uma vítima e se torna um indivíduo capaz de emancipar a si e ao seu povo (FANON, 1968; FAUSTINO, 2018). Por essa

¹⁹ É importante ressaltar que a resistência violenta anticolonial é um direito internacional reconhecido pela ONU que foi conquistado por reivindicação de povos colonizados de todo mundo, particularmente dos palestinos, que foram fundamentais na conquista deste direito. Ver: EREKAT, Noura. Justice for Some: Law and the Question of Palestine. Palo Alto: Stanford University Press, 2020.

razão, Fanon reivindica a violência revolucionária como forma de catarse dos indivíduos e dos povos desumanizados e objetificados pelo colonialismo. Ele entende que a *práxis* revolucionário serve como forma de humanização, transformando os colonizados em sujeitos verdadeiramente emancipados. Essa emancipação, entretanto, nunca se realizaria em sua totalidade enquanto a opressão colonial e do capital permanecerem sujeitando os povos (pós)coloniais ao arbítrio brutalizante da mercadoria, do racismo e da razão empresarial, mesmo que por meios suaves, humanizados, consentidos e fraudulentos (idem). O capitalismo global continua a submeter as elites nativas dos Estado-nações independentes à lógica do capital que estava na origem das colonizações diretas, mas agora ocorrendo por meio da dependência. Consequentemente, as elites pós-coloniais reproduzem a dominação imperial sobre o restante da população nativa, tornando a emancipação sempre incompleta (SALEM, 2018a).

Tatour (2016) nota que as ambivalências resultantes do hibridismo no governo colono-liberal israelense produzem as ilusões de inclusão e desenvolvimento que constituem modalidades distintas e competitivas de resistência indígena que podem ser *reformativas/acomodativas, transformativas e anticoloniais/rejeicionista*. Por vezes, essas modalidades podem se sobrepor, se somar ou se rejeitar, dificultando a unidade em torno de um projeto claro e uma única visão de descolonização. Isto é, as ambivalências são fundamentais para o poder colonial operar por meio da fragmentação dos nativos, tanto espacialmente, temporalmente, historicamente, socialmente e das formas de luta e resistência²⁰. No governo israelense dos seus cidadão palestinos, Tatour (2016) nota que a ambivalência da normativa liberal dos direitos humanos se entrelaça com o hibridismo do governo colono israelense que sempre deixa aberta a possibilidade de inclusão e reprime completamente formas mais radicais de resistência palestina voltadas para a transformação e rejeição do Estado de Israel. Apesar da origem radical e anticolonial, os direitos humanos constituíram ilusões reformativas entre os palestinos que levaram a sua acomodação à hegemonia sionista, como o *establishment* político e econômico do nacionalista liberal palestino em Israel (TATOUR, 2016). Mas também podem abrir caminhos para formas radicais de resistência transformativa e anticolonial, como é o caso dos movimentos *queer* palestino rejeicionista do movimento *queer* israelense que tem sido utilizado para lavar a imagem de Israel enquanto uma nação respeitosa dos direitos LGBTQ, uma prática denominada *pinkwashing* (idem).

²⁰ A fragmentação dos palestinos não gira em torno apenas da cisão da Autoridade Palestina e dos principais partidos políticos entre Hamas, na Faixa de Gaza, e Fatah, na Cisjordânia, mas inclui o território israelense e diáspora em sua diversidade de organizações, movimentos, associações e formas de resistência formais ou informais. Ver: HANIEH, 2016.

As possibilidades de igualdade e liberdade na sociedade liberal burguesa, já notou Marx (2010) em “A Questão Judaica”, sempre estarão limitadas à ilusão da sua forma jurídica, pois as instituições que constroem as diferenças religiosas e étnicas enquanto diferenciações racistas interessantes ao capital permanecerão atuando e reproduzindo essa realidade social. Os intelectuais do neoliberalismo como do colonialismo, como o austríaco Hayek (2010) e o israelense Jabotinsky (1923), sempre tiveram claro que as únicas opções disponíveis para aqueles que almejavam viver fora da ordem hegemônica eram a conversão ou a destruição. Isto é, do ponto de vista dominante, não existe a possibilidade de emancipação para o povo oprimido e para a classe trabalhadora sem poder político, mas apenas autonomia dentro da estrutura dominante. Logo, colonialismo e neoliberalismo são essencialmente projetos contrarrevolucionários que atuam de forma preventiva e permanente na pacificação e espoliação de seus subalternos. Por essa razão, diversos autores questionam o potencial emancipador dos projetos transformadores do multiculturalismo liberal e neoliberal em contexto racialmente estruturados, tanto entre populações afro descendentes, mas também indígenas e demais etnias migrantes (BARROS, 2019b; COULTHARD, 2014; HAIDER, 2018; MELAMED, 2011; SIMPSON, 2017; TATOUR, 2016). Embora projetos reformistas e até mesmo de transformativos possam permitir a obtenção de melhores condições materiais, autonomia cultura e reconhecimento, além de certas formas de divisão de poder e justiça redistributiva no curto prazo, podem ao mesmo tempo minar e limitar o horizonte da emancipação, favorecendo a dependência em detrimento da autodeterminação (idem). Por essa razão, Manoel e Barros (2019) notam que o empreendedorismo racializado, como o empreendedorismo negro e o movimento do *Black Money*, expressam a mercantilização fetichizada e identitaristas da revolta, da insatisfação e da indignação com a situação de violência racial direta e indireta a qual o ser negro está continuamente submetido.

A campanha global por Boicote, Desinvestimentos e Sanções (BDS) é exemplo de movimento que adota a rejeição à normalização do poder colonial ao recusar qualquer atividade com instituições israelenses ou projetos que que normalize o poder colonial e apresente a situação como apenas um conflito entre duas partes iguais (HANIEH, 2016). Ao fazer isso, o movimento transnacional do BDS conecta a luta palestina com as lutas de outros povos e grupos sociais oprimidos e explorados pelo colonialismo e o capitalismo. A rejeição não é uma invenção do BDS tampouco uma ideia externa à Palestina, mas que desempenhou papel fundamental na resistência nativa aos poderes coloniais e imperialistas externos. Diversos movimentos e autores indígenas vem demonstrando como diferentes povos e nações autóctones

vem resistindo e recusando o processo de despossessão e mercantilização das terras indígenas e de desvalorização e destruição das vidas nativas nas Américas, inclusive apontando para os diversos ciclos de resistência e as reivindicações de existência não capitalista (COULTHARD, 2014; ESTES, 2019; SIMPSON, 2017). Como coloca Acosta (2019), uma alternativa ao desenvolvimento capitalismo e não um “desenvolvimento alternativo”.

A recusa, não por acaso, tem sido uma forma de luta entre os palestinos jerusalemítas, que tem o direito de participar das eleições municipais da prefeitura israelense, mas tem historicamente se recusado como forma de não legitimar as reivindicações colonas de soberania sobre o território e a população nativas da cidade (SALEM, 2018b). Essa estratégia, entretanto, tem sido alvo de diversas disputas e debates no interior e no exterior da comunidade palestina jerusalemíta. Embora a tática da rejeição não necessariamente exija uma proposta de horizonte para a resistência a respeito da configuração da sociedade descolonizada, os autores indígenas e anticoloniais estressam a importância da rejeição como uma condição necessária e uma etapa pedagógica que escancara a brutalidade do colonialismo, retirando os seus véus e máscaras das ilusões e armadilhas coloniais (COULTHARD, 2014; FANON, 1968; SIMPSON, 2017). Portanto, serve de orientação popular no caminho à descolonização e à emancipação.

No Palestina, a construção de uma economia popular de resistência na qual os objetivos políticos finalmente se sobrepõem às necessidades econômicas de forma a sustentar as condições materiais para a luta anticolonial por emancipação para além das estruturas interessantes aos interesses das classes dominantes colonas e neoliberais é um desafio debatido entre intelectuais, militantes e políticos palestinos (ver capítulo 7). Como reivindica Hanieh (2016), a luta contra o neoliberalismo deve ser umbilicalmente em conjunto da luta maior contra o poder israelense, o que na prática significa defender a extensão de direitos sociais e econômicos e rejeitar o mito da neutralidade de mercado. Rejeitar o desenvolvimento neoliberal pode ser uma importante estratégia didática de desmascarar as fraudes do neoliberalismo progressista e a ilusão reproduzida pela sua falsa benevolência de que neoliberalismo e colonialismo seria fenômenos distintos. Além de medidas socioeconômicas no interior da Palestina que confrontem o poder israelense e que vislumbrem a possibilidade de desenvolvimento humano real a partir dos instrumentos jurídicos e econômicos de autonomia conquistados, Hanieh (2016) aponta ainda para a necessidade dessa confrontação ocorrer ao menos num nível regional no Oriente Médio, onde as revoltas de 2011 foram, na sua essência, reflexo das reformas estruturais do neoliberalismo.

4 MÚLTIPLAS FRONTEIRAS: CONFLITO, RAÇA E CLASSE NA CRISE DO APARTHEID NEOLIBERAL DE JERUSALÉM

O verão de 2014 na Palestina tomou as notícias internacionais por causa da sequência de ataques aéreos mais mortíferos já lançados por Israel contra a Faixa de Gaza, quando 2,251 palestinos foram mortos e mais de 11,000 ficaram feridos, além da destruição da infraestrutura local (HASAN, 2018). Naquelas semanas, entretanto, a cidade de Jerusalém também ardeu. Após o sequestro e assassinato por colonos judeus do jovem palestino Mohammed Abu-Khdeir, morador do bairro de Shuafat em Jerusalém Oriental, uma série de protestos populares e conflitos violentos passaram a ocorrer através da cidade (IHMOUD, 2015). Ataques à faca e atropelamentos aleatórios por jovens palestinos contra israelenses fizeram alguns apontarem para ligações com o Estado Islâmico (BARTAL, 2017), enquanto outros notaram a crescente desorganização do levante popular (SALEM, 2018b). Em resposta, colonos judeus armados assassinaram palestinos de forma autônoma e impune nas ruas após o prefeito de Jerusalém pedir para as pessoas reagirem aos ataques (HEVER, 2018).

Já as forças de segurança puniram os palestinos de forma coletiva com incursões noturnas em bairros palestinos, revistas vexatórias e encarceramento de diversos jovens palestinos, ataques com gás, fechamento de comércio e o cercamento de bairros inteiros com blocos de concreto (MANSOUR, 2018). Trabalhadores palestinos, como motoristas de ônibus, se demitiram com medo da violência de israelenses, enquanto grupos ultranacionalistas judeus passaram a perseguir palestinos que circulam por Jerusalém Ocidental e convocar boicotes a empresas israelenses que empregam trabalhadores palestinos (SHTERN, 2015, 2017). Apesar dos ataques individuais terem chamado atenção a ponto de alguns classificarem o movimento como a “Intifada das Facas”, a mobilização mais notável entre os palestinos ocorreu em resposta a uma tentativa de as autoridades israelenses colocarem detectores de metal nas entradas da Esplanada das Mesquitas, principal ponto religioso e turístico da cidade. Sem a convocação de lideranças, milhares de palestinos se mobilizaram em orações coletivas nunca antes vistas pelo direito de livre acesso a este local da cidade (HASSAN; ALSAAFIN, 2017).

Todos estes conflitos ocorreram no auge do processo de requalificação urbana de Jerusalém Ocidental conduzida por Barkat para fazer de Jerusalém uma cidade global atraente ao capital e turistas internacionais e também aos judeus israelenses que desejam viver na “capital unificada e indivisível” de Israel. Desde o fim dos anos 2000, a cidade tem passado por uma transformação socioespacial para se vender para os públicos interno e externo como uma

mistura do antigo com o moderno: da tradição judaica com a inovação *high-tech* sionista (ALFASI; GANAN, 2015; ARAFEH, 2016b; YACOBI, 2012). Em concordância com autores que já analisaram esse período (CLARNO, 2017; MANSOUR, 2018; MARGALIT, 2018; YACOBI, 2016), é possível dizer que os conflitos da Intifada de Jerusalém não são produto apenas das disputas coloniais entre palestinos e israelenses, como também do projeto neoliberal que avança sobre o tecido socioespacial da cidade. A combinação das características espoliadoras dos modos de acumulação e reprodução do neoliberalismo e do colonialismo por povoamento, que operam facilmente através das diferenciações raciais existentes nos espaços e nas relações sociais, seriam produtoras de cada vez mais conflitos e crises na cidade, uma característica comum das cidades neoliberais permeadas pela crescente desigualdade e insegurança social (como visto no capítulo 3).

No entanto, para além da natureza caótica da ordem colonial-neoliberal altamente espoliadora que parece vigorar na superfície cotidiana dos espaços urbanos globalizados como Jerusalém, gostaríamos de sugerir um enfoque que aborde a composição estrutural do modo de governo formado pelas classes dominantes israelenses através do entrelaçamento entre colonialismo por povoamento e neoliberalismo. O nosso objetivo é apontar para as contradições nas relações concretas que possibilitariam, ao menos teoricamente, a ruptura da ordem hegemônica pela emancipação descolonizadora dos oprimidos e explorados. Nós argumentamos que o governo colonial-neoliberal israelense se mantém estruturalmente estável apesar das instabilidades na superfície, pois se baseia na solidez da divisão racial produzida por décadas de colonialismo por povoamento que tanto facilitam a neoliberalização como evitam que as contestações populares às crescentes espoliações se transformem num movimento revolucionário capaz de superar o modo de produção hegemônico e a supremacia racial sionista. Essa divisão fica evidente em dois importantes episódios de revolta social durante o período de neoliberalização de Jerusalém: as manifestações dos israelenses judeus contra aumento dos custos de vida em 2011, e a Intifada de Jerusalém.

Apesar de ambos movimentos populares terem nos efeitos diretos e indiretos do mesmo processo de urbanismo empreendedor um alvo comum, afinal a gentrificação e a especulação imobiliária não tem provocado apenas a despossessão dos palestinos como também de judeus em Jerusalém Ocidental (ZABAN, 2016), não tiveram qualquer possibilidade de aliança de classe através das divisões raciais. Isto é, a aparência de que as espoliações do neoliberalismo e do colonialismo não seriam conectadas apesar de obedecerem a mesma lógica do capital não

permite que os explorados em Palestina/Israel se unam na mesma batalha. No entanto, isso não quer dizer que este modo de governo seja infalível. A sua vulnerabilidade se encontra justamente na crescente dependência do capital israelense na exploração do trabalho e da terra palestinas para reproduzir os privilégios raciais dos israelenses a partir das estratégias de urbanismo empreendedor em contraposição à histórica lógica de separação e alienação do trabalho nativo pelo regime colono israelense durante a hegemonia do sionismo trabalhista.

A neoliberalização seria apresentada a todos os jerusalemitas como solução da crise social provocada pela Segunda Intifada. Este discurso de benefício universal das requalificações urbanas possibilitariam a construção de consentimento às intervenções estatais neoliberalizante entre diferentes classes sociais das populações judaicas e palestinas. No entanto, a reprodução desigual e contraditória do modo de governo colonial-neoliberal criaria novas instabilidades e vulnerabilidades para a superação real das desigualdades e violências coloniais em contraposição à saída ilusória por meio do mercado neoliberal. Logo, nós argumentamos que a ordem social criada pelo sionismo neoliberal em Jerusalém criaria novas possibilidades de mobilização ao movimento palestino e de solidariedade com as demais classes exploradas pelo capitalismo neoliberal a partir de um entendimento das relações de raça e classe na reprodução da cidade. A solução dos problemas socioeconômicos da Segunda Intifada por meio do urbanismo empreendedor teria apenas reproduzido as contradições no seio do tecido social de Jerusalém, construindo as condições para a erupção de novos conflitos sociais. Dessa forma, nós almejamos trazer a análise da economia política de Jerusalém como forma de compreender os conflitos sociais na cidade em oposição àqueles que veem as dinâmicas violentas como fruto do fundamentalismo religioso (BARTAL, 2017) ou dos “choques” resultantes das configurações socioespaciais da mobilidade urbana (ROKEM; WEISS; MIODOWNIK, 2018). Logo, a disputa conflituosa por Jerusalém não seria apenas de natureza etnonacional, como reivindica grande parte da literatura, mas seria ao mesmo tempo objeto e espaço de um conflito de classes de dimensão local, nacional e transnacional.

Nós propomos compreender a revoluta popular da população palestina jerusalemita que vem ocorrendo de forma intermitente desde 2014 não apenas como a mobilização de um grupo etnonacional que por acaso se manifesta num determinado espaço urbano representando características universais da questão nacional palestina, mas como uma revolta característica do precariado urbano palestino jerusalemita produto da forma como as espoliações da forma como o governo colonial-neoliberal israelense se realiza em Jerusalém. A mobilização dos

palestinos contra a violência estatal e pelo direito à cidade de forma espontânea, fragmentada e desorganizada é resultado não apenas da opressão colonial, mas também da espoliação neoliberal que juntas formam o apartheid neoliberal que tem feito a população palestina jerusalemita ser caracterizada como uma classe trabalhadora altamente informalizada, precarizada e empobrecida. As dinâmicas da luta de classes no neoliberalismo e no colonialismo não devem ser reduzidas ao que se entende ortodoxamente como classe trabalhadora formal assalariada, excluindo a dimensão racializada e racista da equação, mas deve entender classe de forma expansiva, incluindo todos os oprimidos e explorados.

Por causa da expansão da mercantilização e da lógica da acumulação pela despossessão como modo de produção principal do capitalismo neoliberal, a luta de classes e os movimentos sociais sob o neoliberalismo cada vez mais tomam a forma das lutas anticoloniais e antirracistas, que nunca tiveram nas demandas trabalhistas o seu único foco, mas como uma importante reivindicação dentro de outras. Em uma investigação sobre a neoliberalização no Brasil, África do Sul e Portugal, Braga (2017) nota como as demandas dos precariados urbanos extrapolam o universo propriamente do trabalho, mas giram em torno dos diversos elementos que compõe a reprodução social. A mobilização contra a opressão racista das populações sobressalentes desempregadas sem dignidade e acesso a espaços e serviços públicos, que são sistematicamente expulsas de suas casas e que veem os seus parentes encarcerados e assassinados pela violência estatal e das grandes corporações são historicamente centrais para a luta anticoloniais (FANON, 1968). Como nota Fanon (1968, p. 126), os operários formais assalariados não são a base da ordem social num contexto colonial que irá avançar a revolução decolonial emancipadora nos espaços urbanos, mas o chamado “lumpemproletariado” das massas urbanas:

A insurreição, aparecida no campo, penetrará nas cidades por intermédio do campesinato bloqueado na periferia urbana, o qual não pôde encontrar ainda um osso para roer no sistema colonial. Os homens obrigados pela crescente população do campo e pela exploração colonial a abandonar a sua terra natal, giram incansavelmente em volta das bonitas cidades, esperando que algum dia possam penetrar nelas. É nessa massa, nesse povo dos bairros de miséria, das casas de lata, no seio do lumpen-proletariat, que a insurreição encontrará a sua ponta de lança urbana. O lumpen-proletariat, corte de esfomeados, destribalizados, descolonizados, constitui uma das forças mais espontâneas e radicalmente revolucionárias de um povo colonizado. (FANON, 1968, p. 132).

Por conseguinte, este capítulo busca compreender a relação entre raça e classe na economia política do desenvolvimento do urbanismo empreendedor em Jerusalém no período posterior ao fim da chamada Segunda Intifada (2000-2006). O capítulo analisa o desenvolvimento dessas relações historicamente em Jerusalém, mas aborda em particular, a

gestão de Nir Barkat enquanto prefeito da cidade entre 2008 e 2018 para compreender a formação do modo de governo colonial-neoliberal da cidade e, dialeticamente, a reprodução das condições de um novo ciclo de protestos sociais de israelenses e palestinos. Nós utilizamos a analogia do *apartheid neoliberal* como quadro analítico para compreender essas dinâmicas de poder em toda Jerusalém a partir do entendimento do espaço urbano como uma unidade fraturada por “múltiplas fronteiras” (DUMPER, 2014) que produzem parcelas socioespaciais diferenciadas a partir de critérios raciais sobre o qual funciona o processo de desenvolvimento desigual e combinado neoliberal. Essa lente epistemológica busca dialogar diretamente com os autores que tem trabalhado na leitura de Jerusalém como um *apartheid neoliberal* (CLARNO, 2017; YACOBI, 2016), assim como as demais pesquisas que analisam a combinação entre neoliberalismo e colonialismo por povoamento na reprodução do espaço urbano e da ordem social em Jerusalém (SALEM, 2018b; SHLOMO, 2016; SHTERN, 2018a). Além disso, sugere um processo combinado entre o colonial e o neoliberalismo em curso tanto na parte ocidental como na oriental de Jerusalém em oposição às abordagens tradicionais que veem o neoliberalismo apenas na parcela israelense e o colonialismo somente na fração palestina. Isso não quer dizer que o colonialismo neoliberal funciona de forma idêntica nos espaços sociais colonos e nativos, mas que a reprodução das desigualdades e diferenciações entre os grupos raciais ocorre pelo avanço da acumulação pela despossessão sob diversas formas específicas.

4.1 Apartheid neoliberal: segregação, dependência e conflito

O conceito de *apartheid neoliberal* para compreender a Palestina tal qual utilizado por autores como Clarno e Yacobi significa, de forma geral, uma conjugação de racismo colonial e neoliberalismo de forma próxima ao que ocorre contemporaneamente em Johannesburg, na África do Sul, após o fim do regime de *apartheid* jurídico-institucional formal. Nesse tipo de governo, as desigualdades entre os grupos raciais são reproduzidas de forma cotidiana e normalizada por meio das relações de mercado. O planejamento urbano, a mercantilização do espaço pelo mercado imobiliário, processos de gentrificação e securitização se tornaram as principais formas de avançar a colonização (CLARNO, 2017; YACOBI, 2016). Esse entendimento concorda com a avaliação que outros autores fazem do entrelaçamento entre neoliberalismo, colonialismo e racismo em espaços urbanos em locais distintos como Canadá, Austrália e, onde diferentes violências racializadas assumem facetas mais duras e suaves de acordo com o grupo racial, a classe social e o espaço (ver capítulo 3). Clarno (2017) define como características comuns do *apartheid neoliberal* observado em Palestina/Israel e África do Sul a combinação de extrema desigualdade, marginalização racializada dos trabalhadores,

extensiva securitização e crise constante de regimes frágeis. Em Palestina/Israel, algumas características particulares seriam a precarização e a marginalização da classe trabalhadora palestina combinada com o aburguesamento e a valorização imobiliária de bairros e cidades palestinas, como Ramallah, constituindo enclaves de concentrada desigualdade social altamente vigiados e securitizados pelo Estado com o importante apoio de corporações privadas de segurança, e cercados por subúrbios privados que tem funcionado como a principal forma de colonização das terras indígenas nas últimas décadas.

Já Yacobi (2016) aponta para o apartheid neoliberal como uma radicalização do regime etnocrático até então em vigor em Jerusalém e nas demais “cidades mistas” em Palestina/Israel, que são espaços urbanos divididos e contestados entre israelenses e palestinos como Haifa, onde a prevalência dos israelenses sobre os palestinos ocorre com uma aparência ilusória de democracia ocultada pela legitimidade conferida pelo sistema legal e as decisões oficiais do Estado. Em concordância com a maior parte da literatura crítica sobre Jerusalém, Yacobi reivindica que o apartheid neoliberal jerusalemita provocado pela intensificação da militarização e o crescimento do uso da violência estatal para a expulsão, o confinamento e a punição dos palestinos é uma ordem profundamente falha e insustentável, que tende a gerar cada vez mais conflitos pela expansão da fronteira colonial. No entanto, o urbanismo de apartheid seria ainda caracterizado por um paradoxo: enquanto, por um lado, a lei, o planejamento e as regulações estatais são instrumentalizados para permitir a colonização de Jerusalém Oriental por meio da construção de bairros destinados para colonos judeus constituírem uma maioria demográfica judaica sobre o conjunto da cidade, as trocas no mercado imobiliário têm permitido a migração interna de palestinos de classe média para os assentamentos pela aquisição de propriedade privada, contrariando os imperativos de judaização normalizada pelo mercado (YACOBI, 2016; YACOBI; PULLAN, 2014).

Apesar das diversas semelhanças nos campos institucionais-legais entre os regimes de segregação racial da África do Sul e de Israel, o apartheid se tornou um paradigma importante tanto para a *práxis* do movimento nacional palestino, por meio do BDS e da ressurgência do paradigma de um Estado binacional (HUSSEIN, 2015), como também para a literatura crítica sobre a questão Palestina (MAKDISI, 2018; PAPPÉ, 2015; SOSKE; JACOBS, 2015). As relações trabalhistas, no entanto, sempre foram um ponto de divergência fundamental tanto analítica como de estratégia política (CLARNO, 2017; GREENSTEIN, 2015; MAKDISI, 2018). Além de ser central para compreender a ordem social e o aparato jurídico, a questão do

trabalho é fundamental para moldar as possibilidades de resistência e superação do regime de apartheid. A mobilização organizada do movimento trabalhador negro foi essencial para constituir uma pressão econômica e social interna que, em conjunto com a influência externa da campanha de BDS, colocaram fim ao apartheid na África do Sul nos anos 1990 (idem).

Apesar de tanto o apartheid sul-africano como o israelense serem produtos históricos de processos de colonização por povoamento europeia branca, o Greenstein (2015) argumenta que essa situação não poderia se repetir em Palestina/Israel pois os israelenses seriam livres das pressões econômicas que iriam contra os seus imperativos racistas segregacionistas uma vez que não dependeria da exploração do trabalho palestino. Enquanto o regime sul-africano seria constituído para explorar o trabalho nativo do qual era dependente para sustentar os privilégios brancos, o modo de governo israelense seria estruturado para a acumulação de terra nativa a partir da desapropriação dos palestinos sem necessariamente reproduzi-la enquanto força de trabalho, tornando os nativos sobressalentes e, portanto, descartáveis e elimináveis (GREENSTEIN, 2015; MAKDISI, 2018). Essa característica seria percebida ainda na violência muito mais implacável e genocida do apartheid israelense em relação ao modelo sul-africano. Como observa o Mbembe (MBEMBE, 2015, p. 8), o apartheid israelense “não é apartheid estilo África do Sul. É muito mais letal”. Isso não quer dizer, entretanto, que os africanos eram mais benevolentes ou menos racistas que os israelenses, mas que a economia política do processo histórico colonial da conquista e resistência nestes países fez do capitalismo racial sul-africano se ordenar de forma distinta ao israelense.

A análise de Greenstein (2015) concorda com a maior parte da literatura crítica sobre a colonização por povoamento em Palestina/Israel e também sobre Jerusalém em particular, que notam como o regime colono israelense é prioritariamente voltado para a acumulação de terras indígenas e na alienação da sua população através da negação de direitos, limpeza étnica e das tecnologias de separação e controle do movimento, como o Muro de Separação da Cisjordânia. Como vimos, a questão do trabalho no sistema israelense seria restrita à criação de oportunidade de emprego com “salário europeus” para a população judaica colona viver sobre as terras indígenas ao passo que o trabalho palestino seria explorado de forma excepcional e marginal quando conveniente (ver capítulo 2). A política de separação espacial, controle do movimento dos nativos e importação de mão de obra estrangeira no contexto de Oslo teria permitido aos israelenses pacificar a vulnerabilidade econômica israelense ao trabalho palestino observada na época da Primeira Intifada (idem). No entanto, diversos pesquisadores têm verificado uma

alteração nessa tendência em relação à exploração do trabalho nativo pelo regime colono israelense desde o fim da Segunda Intifada em ambos lados da Linha Verde (ENGLERT, 2017; ROSS, 2019), incluindo Jerusalém (CLARNO, 2017; SHTERN, 2019; YACOBI, 2016).

De forma aparentemente contra intuitiva, pois o neoliberalismo normalmente busca diminuir o poder do trabalho em relação ao capital, essa tendência de maior exploração do trabalho palestino tem ocorrido sob a aceleração da neoliberalização de Palestina/Israel. No entanto, essa maior exploração do trabalho nativo pelo capital colonial ocorre principalmente em situações precarizadas, informais, perigosas e com baixos salários, características dos ajustes estruturais neoliberais (ENGLERT, 2017). Dessa forma, a nova literatura sobre trabalho em Palestina/Israel tem apontado para uma “sulafricanização” da relação entre o projeto sionista e os indígenas palestinos na contramão da separação total que originalmente ambicionava o regime colono (idem). Consequentemente, a economia política do país parece caminhar na direção de uma mútua dependência entre o trabalho palestino e o capital israelense em setores precarizados, de alta exploração e baixos salários, como a construção civil e a agricultura (ENGLERT, 2017; ROSS, 2019; SHTERN, 2018a)²¹. Ademais, essa bibliografia tem apontado ainda para a emergência de lutas trabalhistas e movimentos sindicalistas palestinos independentes na Cisjordânia como em Israel (ALVA, 2016; ENGLERT, 2017).

Embora a literatura crítica sobre Jerusalém apontar corretamente para como a combinação do colonialismo e do neoliberalismo tem provocado fraturas, conflitos, instabilidades, remoções, repressão, exclusão e mortes no tecido socioespacial de Jerusalém de forma normalizada, banalizada e cotidiana, essa re-emergência da questão do trabalho em Palestina/Israel e em Jerusalém aponta para uma fratura produzida pelo racismo colonial pouco analisada pelo principal corpo teórico: a da classe trabalhadora jerusalemita, fragmentada racialmente entre trabalhadores israelenses-judeus privilegiados e trabalhadores palestinos superexplorados. Entender a disputa por Jerusalém também enquanto uma disputa de classes dentro de um apartheid neoliberal permite compreender a luta pela descolonização por novas vias e formatos. Com efeito, a luta pela descolonização de Palestina/Israel a partir de Jerusalém não significaria apenas um confronto contra o aparato estatal colono israelense, mas também contra o projeto neoliberal das classes dominantes que exploram e oprimem os palestinos e, ao mesmo tempo, as classes trabalhadoras israelenses. Isso permitiria forjar uma aliança de classe

²¹ Clarno (2017) faz uma ressalva para uma maior dependência observada entre os trabalhadores palestinos do que entre os empregadores israelenses, o que ainda difere da situação histórica e contemporânea da África do Sul apesar de ambos manterem uma barra de cor através das relações de mercado neoliberal.

através das clivagens de raça para constituir um movimento que desafie a ordem hegemônica como um todo e não apenas a sua parcela colonial ou a neoliberal. Para compreender melhor quais elementos estruturais do colonialismo se reproduzem no presente neoliberal, iremos analisar brevemente as relações históricas de classe e raça em Jerusalém.

4.2 Economia política da colonização e da resistência em Jerusalém no século XX

Jerusalém sempre teve um caráter contraditório para o projeto sionista na Palestina para além das contradições atuais no contexto neoliberal, se revelando como um dos principais desafios do projeto colonial para sionistas do passado e do presente. Embora Jerusalém seja o princípio justificador e legitimador das pretensões dos sionistas à terra da Palestina — o termo sionismo é uma referência direta à cidade —, o município não ocupou uma centralidade nas pretensões dos colonos judeus nas primeiras décadas do século XX. O movimento sionista era majoritariamente secular e socialista, preocupado com a formação de uma classe trabalhadora judaica que construísse com as próprias mãos, pelo trabalho da terra, a nação judaica na Palestina. No entanto, a comunidade judaica que já vivia na Palestina antes da colonização sionista, quase a totalidade em Jerusalém, estava integrada àquela sociedade, era majoritariamente conservadora e via nos colonos sionistas uma desvirtuação do judaísmo (KHALIDI, 2010). Por essas razões, os sionistas focaram o projeto colonizador em terras agriculturáveis próximas ao Mediterrâneo e ao porto de Jaffa, o principal do país, por onde chegavam bens e novas levas de imigrantes judeus oriundos da Europa (SHAFIR, 1996). Não por acaso foi ali que foi construída a cidade símbolo do sionismo na Palestina: Tel Aviv.

Durante o período de governo otomano da Palestina, que se estendeu do século XVI a 1918, Jerusalém tinha uma importância central para a constituição da identidade dos grupos religiosos e étnicos da região, mas também era importante administrativamente para o governo otomano e as elites locais da região, sendo a capital do distrito sul da Palestina (KHALIDI, 2010). Os representantes eleitos deste distrito compunham o parlamento otomano em nome dos emergentes interesses nacionais palestinos. Isso fez de Jerusalém um importante centro educacional, intelectual e cultural do Levante²² na virada do século XIX para o XX. Como resultado, a Jerusalém da época do início da colonização sionista era uma cidade cosmopolita e global, onde se reuniam não apenas diferentes religiões, como diferentes nacionalidades e etnias que gozavam de bastante liberdade política e pública com imprensa livre, clubes sociais,

²² Região do extremo oeste da Ásia limitada pelo Mar Mediterrâneo e a Península Arábica que inclui os atuais Estados nacionais do Iraque, Jordânia, Síria, Líbano e Palestina/Israel.

escolas internacionais, artistas de renome e figuras públicas (idem). Este cenário era resultado da influência religiosa de Jerusalém que trazia empresários, turistas, diplomatas e missionários de diversas potências imperiais que desejavam ter sua presença na Cidade Santa.

Até o início do século XX, o que era entendido como Jerusalém não ultrapassava os limites dos muros da Cidade Velha, cujos bairros não eram necessariamente designados de acordo com a identidade das comunidades que ali viviam, mas uma mistura bastante diversa em termos confessionais (TAMARI, 2011). A divisão da Cidade Velha em bairros étnico-nacionais, como o Marroquino, o Armênio e o Judeu, ocorreu a partir dos anos 1930 por influência colonial britânica, produzindo enclaves internos mais homogêneos etnicamente a partir da racionalização ocidental do espaço e da lógica colonial de dividir e governar (idem). A comunidade judaica era uma minoria religiosa que vivia em boa coexistência com os árabe-palestinos muçulmanos e cristãos da cidade e dos vilarejos da região, como Silwan, Deir Yassin e Lifta, nutrindo laços de solidariedade e mútua dependência econômica apesar de eventuais atritos comuns nas relações entre os grupos étnicos mas sem uma dimensão nacionalista (KHALIDI, 2010; TAMARI, 2011). Negócios, bairros e propriedades imobiliárias eram partilhadas por palestinos cristãos, muçulmanos e judeus, ao passo que a mobilidade social não era vinculada ao seu pertencimento a determinado grupo (idem). O advento da ferrovia significou um crescimento da atividade comercial e turística que fez a Cidade Velha ficar muito povoada e provocou a migração da burguesia e da pequena burguesia, majoritariamente cristã, para novos bairros que estavam sendo construídos nas cercanias, como Baq'a. A edificação da Cidade Nova acelerou a indústria da construção civil, o que integrou a economia e os mercados de trabalho da cidade com os vilarejos da região e provocou a crescente proletarização de populações camponesas palestinas (KHALIDI, 2010; RADAI, 2015).

Dos 60.000 judeus que viviam na Palestina em 1914, entre 25.000 e 30.000 viviam em Jerusalém, onde constituíam quase metade da população (KHALIDI, 2010). Eles passaram a ser vistos como colonos em sua terra natal à medida que a comunidade colona foi se expandindo sobre a Palestina e Jerusalém, participando da vida política, econômica e social da cidade. Os contatos próximos entre judeus e árabes nunca significaram uma aliança política ou a formação de uma identidade nacional oposta ao avanço do sionismo e do Yishuv em Jerusalém (KHALIDI, 2010; WALLACH, 2016). A situação pacífica em Jerusalém começou a mudar a partir da década de 1920 com a dominação britânica. Em um primeiro momento, as elites e classes médias comerciais árabes e judias de Jerusalém buscaram superar as crescentes

divergências coloniais e nacionalistas em nome do desenvolvimento urbano e econômico da cidade e atração de capital internacional (RADAI, 2015). Com a dominação inglesa, a cidade se tornou definitivamente um reduto de intelectuais, comerciantes, profissionais e burocratas de classe média, atraindo um número crescente de camponeses e trabalhadores palestinos de diferentes localidades para viver no vilarejos da região e que se tornaram verdadeiros subúrbios integrados à vida cosmopolita da metrópole (BARAKAT, 2016). Os vilarejos forneciam matéria-prima e mão de obra altamente qualificada e barata para a construção dos novos bairros palestinos e também aos assentamentos judeus ao redor de Jerusalém (ROSS, 2019).

Para manter a ordem social pacificada, o Mandato da Palestina foi administrado pelos ingleses a partir da antiga estratégia de contrainsurgência colonial de dividir e conquistar (KHALIDI, 2006a). Enquanto os ingleses permitiam a colonização sionista e redesenhavam as fronteiras da cidade para incluir populações judaicas e excluir palestinos, o que criou a falsa percepção histórica que os judeus se tornaram maioria na cidade durante o Mandato, foram obrigados a fazer concessões às elites urbanas nativas no período que o nacionalismo palestino se fortalecia após a I Guerra Mundial (BARAKAT, 2016). Os britânicos nomearam Haj Amin al-Husseini, um intelectual nacionalista palestino membro de uma influente família jerusalemita, como o Mufti de Jerusalém, um cargo tradicionalmente religioso que assumiu funções políticas e administrativas durante o governo britânico. Um divisor de águas foi o conflito de agosto de 1929 pelo controle e acesso do Muro das Lamentações, conhecido em árabe como al-Buraq. O confronto deixou 113 judeus e 116 árabes mortos e acabou por se espalhar por toda a Palestina numa mobilização anticolonial nacional que teve impacto na vida social da cidade e do país, alterando o modo de governo colonial britânico para um mais duro e repressivo na década seguinte (idem).

Além disso, segundo Barakat (2016), a Revolta de Buraq significou uma ascensão política dos trabalhadores e camponeses palestinos jerusalemitas e dos vilarejos do entorno ao protagonismo da contestação anticolonial nativa, então confinada a redutos elitistas das famílias notáveis de Jerusalém. Essa classe se constituía não apenas como a base para a prosperidade e o crescimento da cidade como também sofria mais diretamente a opressão racista e desumanizadora dos colonizadores sionistas e ingleses. Os trabalhadores dos vilarejos eram estigmatizados como perigosos e perturbadores, sendo perseguidos por colonos e forças de segurança inglesas com a permissão do Mufti. Logo, apesar da revolta espontânea ter sido em torno de um local religioso, ela foi resultado das contradições de raça e classe resultante das

colonizações sionista e britânica. Além disso, moldou o perfil campesino e proletário do movimento nacional palestino e também o que significa ser um jerusalemita de um ponto de vista não apenas de identidade nacional, mas também de classe social (BARAKAT, 2016).

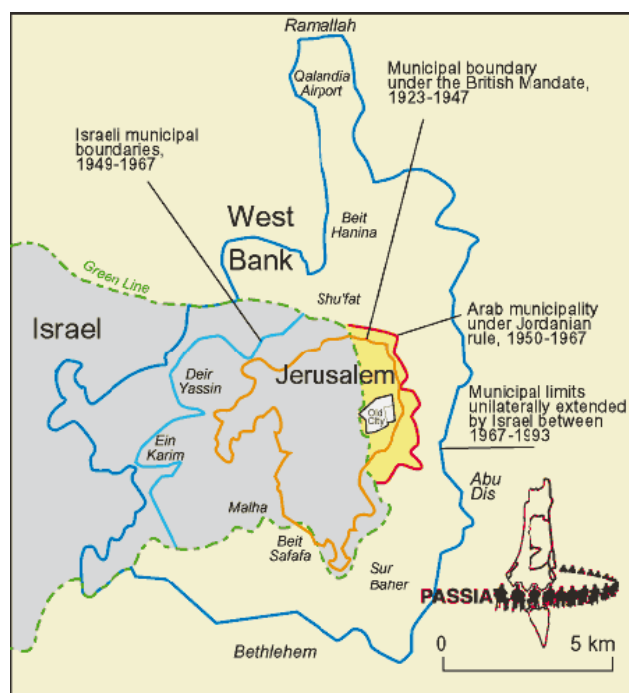
Estes conflitos e estigmatizações em relação aos campesinos e trabalhadores da Grande Jerusalém mandatária acabaram por influenciar o futuro das populações destes vilarejos, que foram duramente reprimidas pelas tropas britânicas durante a Revolta Árabe de 1936 e alvo dos esforços de limpeza étnica conduzida pelos israelenses entre os anos de 1947 e 1949 (BARAKAT, 2016; KHALIDI, 2006a). O vilarejo de Lifta, por exemplo, foi devastado pelas tropas sionistas durante a tomada de Jerusalém nas últimas semanas da Nakba — as suas ruínas são visíveis até hoje. A limpeza étnica da Palestina e de Jerusalém, contudo, não teve uma dimensão somente de classe, mas racial-colonial, tendo também como alvos bairros burgueses palestinos na porção ocidental da cidade, como Baq'a, que veio a ser judaizada, assumindo um nome hebreu, Baka (PAPPE, 2006; RADAÍ, 2015). No entanto, de todos episódios da limpeza étnica, o mais marcante foi o massacre de Dayr Yassin, um vilarejo onde viviam 750 famílias nas imediações de Jerusalém, que teve entre 100 e 110 palestinos não combatentes assassinados por milícias sionistas sob autorização dos dirigentes estatais, como Ben Gurion. O evento aterrorizou a população de Jerusalém, provocando fugas e medo, e foi decisiva na conquista de Jerusalém Ocidental pelos israelenses (idem).

Jerusalém foi um dos únicos locais da Palestina onde houve de fato um confronto violento entre seus residentes palestinos e judeus pela cidade. Apesar dos esforços dos militares israelenses de manter controle sobre todos os assentamentos judeus da região de Jerusalém, isso não aconteceu pela resistência dos palestinos em conjunto das tropas aliadas dos países árabes, particularmente da Transjordânia, que tinha os seus próprios interesses políticos na conquista da cidade (RADAÍ, 2015; SHLAIM, 2015). A resistência nativa foi mais proeminente entre palestinos de classes inferiores moradores da Cidade Velha e dos vilarejos em comparação aos bairros abastados da Cidade Nova (RADAÍ, 2015). Ao fim da guerra, as linhas do armistício do confronto entre israelenses e jordanianos pela Cidade Velha se transformou numa fronteira nacional que dividiu a cidade em duas: uma Ocidental, sob a soberania israelense, e uma Oriental, sob a jurisdição da Transjordânia. Consequentemente, a cosmopolita e plural Jerusalém sofreu dois processos simultâneos de homogeneização racial terminando por romper o tecido social e os laços da convivência entre árabes e judeus que ali existia — ao menos 60 mil palestinos foram removidos de Jerusalém Ocidental durante a Nakba e se tornaram

refugiados do outro lado da cidade (ABOWD, 2014). Isto é, ao cabo, os nacionalismos colonial e anticolonial falaram mais alto que o cosmopolitismo urbano.

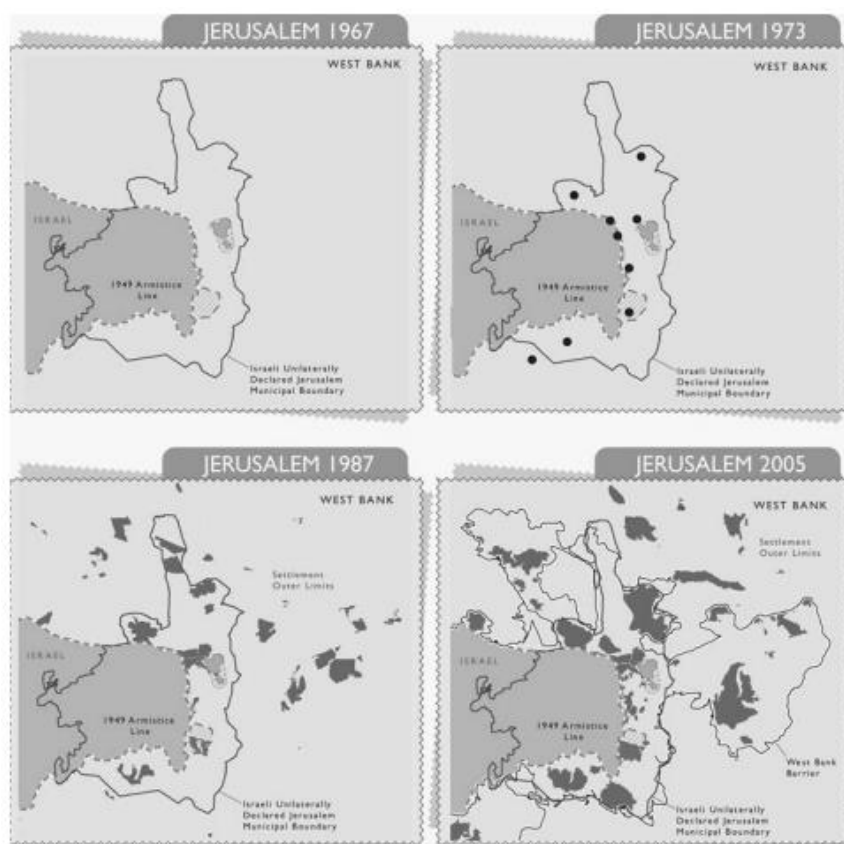
A população palestina de Jerusalém sob o domínio jordaniano veio a sofrer com um longo descaso do governo *hashemita* em serviços básicos e em infraestrutura, principalmente os refugiados palestinos que se estabeleceram nos antigos bairros antes habitados por judeus, como o Quarteirão Judaico. Apesar de anexar Jerusalém e o restante da Cisjordânia em 1951, os jordanianos buscavam fortalecer Amman como a sua capital e faziam esforços para minar a identidade nacional dos palestinos, suscitando protestos populares dos palestinos que acabaram por provocar o assassinato do rei Abdullah por um jerusalemita em conexão com as elites locais (COHEN, 2011). Esse descaso, no entanto, não impediu Jerusalém Oriental de se manter como uma importante referência cultural e destino turístico para o mundo árabe e muçulmano, além de importante centro político para a causa palestina, que nunca deixou de reivindicar a cidade como a sua capital. A Organização pela Libertação da Palestina (OLP) foi fundada em Jerusalém em 1964 e teve na cidade o seu *locus* preferencial de atuação por liberdade contra israelenses e jordanianos (idem). Em 1966, quando o governo jordaniano finalmente lançou um projeto de desenvolvimento de Jerusalém, a ocupação israelense frustrou os seus planos.

Figura 4 — A evolução histórica das fronteiras do município de Jerusalém em três momentos: o Mandato Britânico, a separação entre Israel e Jordânia, e a anexação israelense



Fonte: PASSIA, 1993.

Figura 5 - Quatro momentos de Jerusalém Oriental que demonstram o avanço da colonização por povoamento israelense



Fonte: ABOWD, 2014.

4.2.1 A colonização israelense de Jerusalém Oriental a partir de 1967

Em 1967, o que se conhece como Jerusalém Ocidental já havia passado por um intenso processo de colonização que judaizou a população, a paisagem e os nomes das ruas e bairros para torná-la a capital do recém-criado Estado de Israel, apagando a história palestina. As propriedades privadas palestinas foram confiscadas pela declaração de “propriedade ausente”, se tornando propriedade do Estado israelense e administrada por instituições para-estatais, como a Agência Judaica e o Fundo Nacional Judaico²³. Havia uma grande preocupação com o retorno de refugiados palestinos às suas propriedades, chamados de “infiltradores” e principal preocupação de segurança nas primeiras décadas de Israel (SHALHOUB-KEVORKIAN, 2015). Logo, as elites sionistas promoveram o fortalecimento da fronteira de Jerusalém por meio do povoamento de colonos judeus recém-chegados de países árabes e também da Europa pós-guerra (ZABAN, 2016). Em alguns destes bairros, como Baka, ficaram estigmatizados

²³ Estas instituições coloniais privadas atuam em benefício exclusivo da população judaica por terem uma liberdade de atuação maior que a do Estado, o que historicamente tem auxiliado a tornar o apartheid em Jerusalém menos evidente do ponto de vista jurídico.

enquanto locais perigosos pela grande presença de população *mizrahi* pobres (idem). Quando Israel toma Jerusalém Oriental em 1967, o plano das elites israelenses é continuar a mesma política racista de colonização executado na parcela já sob sua soberania — a diferença é que a população nativa não foi expulsa de forma sistemática e se manteve vivendo na cidade.

O primeiro ato da colonização teve a Cidade Velha de Jerusalém como palco revelador do *modus operandi* israelense nos TPO. Poucos dias após a ocupação, tendo nenhuma autoridade judicial sobre a parte oriental ocupada de Jerusalém, o prefeito de Jerusalém Ocidental, Teddy Kollek, ordenou a destruição do Mughrabi Quarter, localizado aos pés do Muro das Lamentações. O exército proveu as escavadoras, embora a operação não estivesse relacionada a segurança israelense ou ao embate de forças hostis. No meio da noite, o Coronel Yaakov Salman ordenou que 135 famílias do bairro deixassem as suas camas e evacuassem suas casas em poucos minutos. Quando se recusavam, Salman mandava as escavadoras iniciarem a demolição de todo jeito, provocando a morte de seus moradores (GORENBERG, 2006, p. 42–43). No lugar das casas, foi aberta uma esplanada para que israelenses e turistas estrangeiros pudessem acessar livremente as ruínas remanescentes do Segundo Templo. Em seguida, mais de três mil refugiados palestinos foram expulsos para dar lugar ao novo Quarteirão Judeu. Dois meses após o final da guerra, toda a Cidade Velha foi declarada um local de antiguidade e nenhuma construção tem sido permitida sem uma autorização arqueológica concedida pelo Estado (WEIZMAN, 2017, p. 38).

Ainda em 1967, o governo israelense anexou quase 70 quilômetros quadrados de terra e incorporou aproximadamente 69 mil palestinos dentro das recém expandidas fronteiras do município de Jerusalém (WEIZMAN, 2017, p. 25). As novas delimitações tentavam incluir áreas vazias para a expansão da cidade e excluir, o máximo possível de áreas densamente povoadas por palestinos, conjugando na mesma zona metropolitana a cidade ocidental israelense, a Cidade Velha, o resto da cidade anteriormente administrada pela Jordânia e 28 vilarejos palestinos que compõe a “sagrada”, “eterna” e “indivisível” capital do Estado judeu. Aos palestinos habitantes da área anexada foi dada a opção de se tornarem cidadãos israelenses, mas para tanto eles precisavam abdicar da cidadania jordaniana. Apenas uma pequena parte aceitou. A ausência de cidadania os deixou vulneráveis a vários mecanismos burocráticos que buscavam transferi-los para fora da cidade e assim diminuir a população árabe-palestina do município, como a revogação de residência (SALEM, 2018b).

Kollek, prefeito de Jerusalém entre 1965 e 1993, foi quem orquestrou essa “unificação” a partir de uma visão de que a cidade seria um “mosaico de diferentes culturas e civilizações vivendo em conjunto numa única cidade” e a sua missão seria manter esse fervilhante “Goulash” (WALLACH, 2016). No entanto, o discurso de tolerância, diversidade cultural e segregação voluntária serviu, na prática, para legitimar as políticas altamente racistas de desenvolvimento social, econômico e urbano dos judeus em detrimento da negligência e privação dos bairros palestinos a partir de uma pretensa “não intervenção”, deixando os residentes nativos sem planejamento urbano adequado e serviços públicos essenciais (idem). Como o próprio Kollek veio a admitir, as intervenções urbanas nos bairros palestinos eram essencialmente cosméticas (COHEN, 2011). As principais ações israelenses em Jerusalém Oriental eram voltadas para o confisco de terras, a desapropriação de palestinos de suas casas e a perseguição de ativistas e guerrilheiros que buscavam resistir aos primeiros atos da ocupação e colonização de Jerusalém Oriental (idem).

Para além da retórica representando Jerusalém como uma cidade unificada, as suas políticas de planejamento têm sido paradigmáticas de uma cidade colonial. Tanto o Estado como a cidade promovem essas políticas, que tem persistentemente promovido um projeto de Judaização: isto é, a expansão do controle judaico político, territorial, demográfico e econômico. (YACOBI, 2012, p. 2708).

Logo, por trás das reivindicações de redenção e unificação de Jerusalém e de governança multilateral está uma combinação de violência racial, instrumentos jurídicos e incentivos econômicos manifestadas principalmente nas políticas de segurança e no planejamento urbano (ALKHALILI, 2017). O confisco de moradias e propriedades palestinas tem sido exercida pelas mais diversas razões: interesse nacional, arqueologia, proteção ambiental, modernização, desenvolvimento, traição e terrorismo (ALKHALILI, 2017; CHIODELLI, 2016). A incessante judaização de Jerusalém tem assumido a forma de condomínios fechados, rodovias, prédios governamentais e demais infraestruturas ordinárias (idem). A utilização do planejamento urbano se revelou desde o início como a ferramenta perfeita para a colonização em favor dos israelenses e do controle da população palestina por prover um revestimento técnico, neutro e objetivo para exercer a reprodução espacial por uma lógica racista (YACOBI, 2016). Logo, o fazer do apartheid urbano tem sido o exercício de “boa administração” de acordo com o plano diretor. A obsessão israelense com o planejamento de Jerusalém representa, segundo Khalidi em alusão a Lenin, o “estágio mais alto do colonialismo por povoamento” (ARAFEH; SAMMAN; KHALIDI, 2016).

A colonização israelense de Jerusalém Oriental tem sido conduzida em dois *fronts* espaciais: um interno e outro externo. O “anel interno” busca circundar a Cidade Velha e a Universidade Hebraica de Jerusalém. Estes assentamentos urbanos, como French Hill, sempre foram tratados enquanto “bairros” de Jerusalém para despolitizar o seu caráter colonial e diferenciá-lo dos assentamentos construídos por razões abertamente nacionalistas e religiosas em outras localidades dos TPO. A adoção de uma política neoliberal e uma estratégia de colonização mais agressivas a partir de 1977 tiveram como *locus* a construção de assentamentos às margens de Jerusalém que servissem de subúrbios aos judeus seculares de classe média. A construção de uma malha rodoviária com vias de alta velocidade, túneis e viadutos sobreposta ao sistema viário palestino permitiu aos colonos transitarem entre as suas casas em território palestino sob ocupação militar e os seus locais de emprego em Israel sem perceberem a transição de uma jurisdição para a outra ou cruzar com um palestino (WEIZMAN, 2017).

Essa camuflagem da infraestrutura colonial na paisagem nativa, somada ao oferecimento de subsídios estatais àqueles que fossem viver na fronteira colonial enquanto o sistema de bem-estar social no Estado formal era desestruturado pelas reformas neoliberais, permitiu ao projeto sionista atrair trabalhadores israelenses economicamente motivados a viver em habitações mais amplas e com maior qualidade de vida para a fronteira colonial (NEWMAN, 2017). Os assentamentos passaram a ser configurados também para servir aos interesses da população ultra ortodoxa de baixa renda, engolfando um grupo que originalmente nutria posições contrárias ao projeto colonial na hegemonia sionista (*idem*). Um custo de vida abaixo do valor de mercado atraiu judeus israelenses normalmente oriundos de comunidades pobres da Europa e do Oriente Médio que não conseguiram prosperar em Israel. Dessa forma, o ato de colonizar se tornou tão banal quanto mudar para uma comunidade privada suburbana típica das sociedades pós-industriais ocidentais (GUTWEIN, 2017; NEWMAN, 2017). Arquitetos e urbanistas responsáveis por planejar os famosos subúrbios da Califórnia foram contratados por dirigentes israelenses na década de 1970 para desenhar assentamentos como o de Maale Adumin, atualmente a maior comunidade judaica nos TPO e um dos diversos complexos coloniais suburbanos que compõe a “Grande Jerusalém” (WEIZMAN, 2017). Logo, há décadas o capital internacional, o planejamento urbano e o mercado imobiliário têm atuado como agentes tanto da expansão como da normalização da colonização israelense em Jerusalém. Na prática, estes esforços têm significado a incorporação dos assentamentos de Jerusalém Oriental, onde vivem mais de 500 mil judeus, ao tecido socioeconômico e administrativo de Israel, apagando a Linha Verde (SHLAY; ROSEN, 2015).

É importante ressaltar que além de ser erguida em terra palestina confiscada ilegalmente, a maior parte de toda essa infraestrutura colonial foi construída a partir do emprego da mão de obra barata e especializada palestina que até mesmo nos momentos de maior tensão política nunca deixou de ser usada pelo setor da construção civil israelense (ENGLERT, 2017; ROSS, 2019). A construção dos assentamentos representava a maior fonte de emprego dos palestinos jerusalemitas durante os anos 1970 e 1980. Em 1980, o setor judaico de Jerusalém empregava 8,600 palestinos de Jerusalém Oriental — aproximadamente 40% da força de trabalho local —, além de 10,000 oriundos da Cisjordânia (SHTERN, 2017). A exploração do trabalho nativo em setores de baixa qualificação e salário permitiu a ascensão social de trabalhadores judeus árabes a posições superiores na sociedade israelense. Os *mizrahim* passaram a ocupar cargos de colarinho branco antes restritos aos *ashkenazim* enquanto os profissionais palestinos qualificados eram barrados das melhores vagas de emprego no mercado israelense, ficando restritos à economia árabe em Palestina/Israel ou em outros países da região (ENGLERT, 2017). Essas contradições econômicas e políticas do poder colonial nos TPO levaram à erupção da Intifada em 1987 (GORDON, 2008), um momento de auge e declínio da vida social, política e cultural de Jerusalém Oriental.

4.2.2 Sobrevivência e resistência palestina em Jerusalém Oriental a partir de 1967

Logo após a ocupação em 1967, a OLP ainda manteve as suas atividades na cidade, inclusive de guerrilha armada, agora lideradas por Yasser Arafat e o seu partido, o Fatah. No entanto, assim como em outras localidades dos TPO, a política colonial de pacificação aplicada pelas forças israelenses que consistia, por um lado, de repressão aos guerrilheiros e demais formas de mobilização política organizada e, por outro, de liberdade da atividade econômica privada e maior emprego dos trabalhadores palestinos pelo capital israelense conseguiu de conter a resistência anticolonial palestina e normalizar a ocupação durante as suas primeiras décadas, inclusive em Jerusalém (COHEN, 2011). Embora as principais lideranças e organizações da OLP tenham se exilado, o que promoveu uma descentralização do movimento no território, Jerusalém conseguiu manter uma grande importância dentro da sociedade palestina pela ligeira liberdade política que os jerusalemitas gozavam em comparação ao restante do restante dos TPO por estarem sob o julgo civil da prefeitura israelense. Dessa forma, durante os anos 1970 e 1980, Jerusalém Oriental se tornou a capital palestina na prática, reunindo instituições nacionais, a redação dos principais jornais, sindicatos de trabalhadores, encontros de lideranças políticas e os principais eventos culturais (idem).

A Primeira Intifada, iniciada em 1987, significou uma ascensão dos jerusalemitas entre as lideranças política do movimento palestino interno aos TPO. Esse movimento ocorreu principalmente em torno da figura de Faisal Hussein, um homem que aliava proximidade política com Arafat, o Fatah e a OLP com o pertencimento a uma das famílias mais tradicionais da cidade e filho de um importante mártir da resistência a Nakba em 1948 (COHEN, 2011). Pela mobilização popular de base, Hussein formou um movimento de resistência em Jerusalém para além do Fatah e representativo de toda a sociedade jerusalemita, incluindo organizações de cunho marxista e islâmico, representantes dos setores comerciais, industriais e trabalhadores (idem). A Casa do Oriente [Orient House, em inglês], de propriedade de Hussein, se tornou o mais importante centro cultural, político e social palestino em Jerusalém Oriental. Isso trouxe uma coesão social à resistência palestina em Jerusalém durante a Intifada, caracterizada por uma grande paralização da atividade econômica e por ataques violentos contra a presença judaica e israelense em bairros palestinos com o objetivo de demarcar a autonomia socioespacial nativa em relação ao governo colonial (idem). Ônibus, ambulâncias e indivíduos israelenses foram alvos de pedras arremessadas por palestinos, desnudando qualquer retórica de “Jerusalém unida”. Além disso, permitiu a ascensão de Hussein e demais militantes jerusalemitas dentro do movimento palestino em meio às disputas de poder entre os dirigentes do Fatah no território, as lideranças da OLP no exílio e a ascensão do Hamas (idem).

Essa movimentação de Hussein dentro do movimento palestino ocorreu em paralelo à crescentes diálogos com figuras israelenses de Jerusalém. Inicialmente restrito a círculos antissionistas solidários à causa palestina, essa conversa se expandiu para demais setores, chegando a incluir o prefeito Teddy Kollek, à medida que a possibilidade de negociação política entre Israel e os palestinos se tornavam uma possibilidade (COHEN, 2011). Esse movimento concordava com a orientação da cúpula da OLP, que em 1988 reconheceu, pela primeira vez, o Estado de Israel e reduziu as suas reivindicações de soberania aos TPO. Hussein defendia uma “Jerusalém aberta” em caso de qualquer acordo político. Isto é, a cidade deveria ser administrativamente partilhada por israelenses e palestinos sem que nenhum muro fosse novamente dividir o espaço urbano. O líder jerusalemita foi nomeado enquanto um dos três representantes palestinos que participaram dos encontros preparatórios para a Conferência de Madrid, de 1991, realizados na Casa do Oriente com diplomatas estadunidenses (idem). No entanto, a abertura de um canal secreto em Oslo pelos dirigentes da OLP no exílio alienou não apenas as lideranças internas que participaram da Intifada como também a questão de Jerusalém. Ansiosos em assegurar rapidamente autonomia territorial e diante das dificuldades

que cercavam a partilha de Jerusalém, os negociadores palestinos liderados por Arafat aceitaram uma jurisdição inicial da AP nos TPO sem Jerusalém em sua delimitação (idem). Essa decisão, entretanto, foi o início de um crescente processo de isolamento, despolitização e empobrecimento da cidade em relação ao restante da Cisjordânia.

Com o estabelecimento da AP inicialmente em Jericó, em 1994, e mais tarde em Ramallah, em 1995, Jerusalém perdeu o seu status de capital *de facto* dos palestinos para o de uma capital simbólica. À medida que as burocracias da AP e os recursos oriundos da comunidade internacional foram se estabelecendo em Ramallah e demais localidades dos TPO, Jerusalém foi perdendo gradativamente relevância política e passou por um desenvolvimento econômico (SHALHOUB-KEVORKIAN, 2012). Este processo foi reforçado pela série de atentados terroristas por camicases palestinos de diferentes grupos políticos que tiveram Jerusalém Ocidental como um dos seus palcos e alvos preferenciais. O objetivo foi sabotar as negociações políticas que viam como uma rendição dos palestinos aos interesses coloniais israelenses — a coalização oposicionista ia de movimentos islâmicos aos socialistas FPLP e DFLP (COHEN, 2011). Como muitos dos perpetradores dos ataques eram jerusalemitas ou tinham familiares em Jerusalém, as forças de segurança passaram a reprimir e punir os palestinos com demolições de casa e súbitas batidas policiais noturnas (idem). De potenciais parceiros para a paz, todos os palestinos passaram a ser racializados como potenciais terroristas e foram ameaçados com a revogação das suas residências coletivamente como punição.

Em conjunto das tecnologias de controle do movimento, a vigilância das atividades políticas anticoloniais passaram a ser monitoradas pelos aparatos israelenses em conjunto da recém-implantada força de segurança da AP (COHEN, 2011). Apesar de Jerusalém estar além da jurisdição da AP, os seus aparatos burocráticos e forças de segurança passaram a agir nos bairros palestinos sob a anuência dos israelenses. Os agentes palestinos viam na coordenação com os israelenses uma forma de assegurar a independência nacional e controlar os grupos islâmicos oposicionistas. Como resultado, os palestinos ligados à AP passaram a disputar com a burocracia israelense o governo da ordem dos bairros palestinos de Jerusalém Oriental. Embora muitos palestinos tenham aderido ao projeto de maior penetração do governo *de facto* da AP sobre Jerusalém e viam com entusiasmo essa possibilidade, essa situação de autoridade dupla passou a gerar animosidade entre os residentes da cidade e a AP (idem). As contradições entre o compromisso com um governo palestino em Jerusalém e as implicações materiais de viver sob a soberania formal israelense criaram um impasse para muitos jerusalemitas não

organizados formalmente e colocou em questão a estratégia de rejeição ao governo israelense e a necessidade de recorrer ao regime colono em certas circunstâncias necessárias. Ao invés de se juntar ao *establishment* governante da AP ou se aliar à oposição, muitos palestinos de Jerusalém preferiram manter um canal de comunicação com os israelenses em questões de segurança e também outros assuntos civis. Os israelenses deliberadamente dificultavam a vida dos jerusalemitas ao máximo para produzir desarmonia e ambivalência com o restante dos TPO (idem). A essas disputas de poder se somaram a incapacidade das autoridades palestinas de interromper a incessante construção de assentamentos em Jerusalém, que se intensificaram durante os anos 1990 como forma do movimento colonial de assegurar o controle deste território independentemente do acordo político com os palestinos (WEIZMAN, 2017).

O resultado desse conjunto de transformações sociais, políticas e econômicas durante os anos 1990 foi o aumento da exclusão e despolitização dos jerusalemitas. Os jerusalemitas se encontravam cada vez mais preocupados com a sua sobrevivência imediata, em assegurar comida na mesa e um teto sobre a cabeça, cada vez mais alienados das decisões políticas reservadas às elites de Ramallah e Belém, que substituíam Jerusalém também como centro econômico e cultural (SHALHOUB-KEVORKIAN, 2015). Os jerusalemitas enfrentam diariamente o medo da remoção forçada pelas autoridades israelenses pela violação de um parâmetro técnico do plano diretor, por punição pelo envolvimento em atividades políticas, pelo confisco da propriedade por uma organização de colonos ou para dar lugar a uma nova infraestrutura neoliberal (idem). A expulsão ocorre também por meios menos visíveis como a gentrificação pela valorização imobiliária produzida pelas restrições ao planejamento, o cerceamentos à união familiar entre palestinos de Jerusalém e Cisjordânia, a revogação da residência por deixar de ter Jerusalém como o seu “centro de vida” e a falta de oportunidades de emprego pelo de-desenvolvimento econômico, movendo o que se chama de “transferência silenciosa” (ARAFEH, 2020; SHALHOUB-KEVORKIAN, 2015).

Revistas vexatórias, policiamento ostensivo, prisões arbitrárias e assassinatos ilegais passaram cada vez mais a fazer parte do dia a dia principalmente dos jovens, muitos deles que nasceram distantes do restante da Cisjordânia e não se veem mais como parte da mesma luta por libertação nacional apesar das profundas semelhanças que ainda existem entre o cotidiano restritivo imposto pela colonização a todos os nativos (SHALHOUB-KEVORKIAN, 2015). A proibição a funerais públicos e chantagens para devolver corpos de mártires assassinados pelas forças coloniais tem sido uma das diversas violações de direitos humanos que os jerusalemitas

passaram a enfrentar de forma cotidiana (idem). Esses diversos conflitos durante o período de Oslo criaram uma crise de identidade entre os jerusalemitas de forma geral e uma maior passividade em relação aos acontecimentos políticos em comparação com o passado recente (COHEN, 2011). A frustrações com os Acordos de Oslo foi certamente a principal razão para a erupção da Segunda Intifada em Palestina/Israel.

Apesar da violência armada que caracterizou este novo levante palestino, a adesão dos jerusalemitas à luta armada foi bastante baixa em comparação ao restante dos TPO (COHEN, 2011). Ocorreram confrontos violentos em bairros como Jabel Mukabber, Isawiyye e Ras al-Amoud, alguns dos locais que mais tem sofrido com a agressiva colonização israelense. Contudo, o medo de ter o direito de residência negado, as decisões estratégicas dos grupos armados palestinos e a grande penetração dos serviços de inteligência e segurança com um importante número colaboradores entre os palestinos limitaram o confronto armado em Jerusalém Oriental (idem). Em meados de 2001, após violenta repressão israelense, a situação na Cidade Velha e na região central de Jerusalém Oriental já retornava ao normal apesar de episódios violentos no restante dos TPO. Dos quase 4 mil palestinos mortos pelos israelenses na Segunda Intifada, estiveram apenas 64 jerusalemitas (COHEN, 2011, p. 63). No entanto, não foram apenas os corpos palestinos alvejados na Segunda Intifada. O confronto serviu para os israelenses encerrarem de forma definitiva os principais centros políticos e sociais palestinos em agosto de 2001, como a Casa do Oriente e o Escritório do Comércio e da Indústria, cortando todas as formas de representação formal e conexão oficial com a AP — um processo que permanece. Faisal Hussein, que vinha conduzindo um esforço entre jerusalemitas para a construção de uma agenda política de acordo com as prioridades locais e também para a valorização da identidade nacional palestina entre os jovens, morreu no mesmo ano. (COHEN, 2011) A sua partida trouxe um fim à coalizão política que girava em seu entono. Os grupos de esquerda perderam espaço com a ascensão de movimentos islâmicos e de ONGs financiadas internacionalmente. A atividade política na cidade se tornou mais episódica e principalmente em torno da disputa pela Esplanada das Mesquitas (idem).

Ainda em 2001, o início da construção do Muro da Cisjordânia que atravessa bairros palestinos de Jerusalém Oriental serviu, por um lado, para promover uma importante organização conjunta de movimentos de Jerusalém e do restante da Palestina contrários a sua construção, mas, por outro lado, tem contribuído para aprofundar as principais características do projeto colonial desde os anos 1990: a separação de Jerusalém do restante da Cisjordânia,

fragmentação socioespacial dos palestinos e o de-desenvolvimento econômico (COHEN, 2011; SHALHOUB-KEVORKIAN, 2015; SHTERN, 2018a). O resultado tem sido que a luta por Jerusalém foi crescentemente se transferido para fora da cidade, que cada vez mais se tornou um símbolo da resistência nacional e um espaço urbano habitado por uma população encurralada pelas agressivas e violentas espoliações coloniais israelenses. A resistência palestina se manteve caracterizada pela ambivalência entre firmeza e adaptação, tenacidade e acomodação, subversão e submissão à ordem colonial (ALKHALILI, 2017). O período de Oslo, entretanto, não significou o fim da luta anticolonial palestina em Jerusalém, mas um momento de reprodução das suas contradições com o avanço do neoliberalismo sobre o tecido da cidade.

4.3 Crise e o urbanismo empreendedor em Jerusalém pós-Oslo

Jerusalém após a Segunda Intifada era uma cidade ainda mais empobrecida e pouco atrativa para investidores israelenses, palestinos e internacionais do que no início das negociações de Oslo. Ao invés da paz econômica e privatizada prometida pelos sionistas trabalhistas, o resultado de Oslo para Jerusalém foi o de uma cidade ainda mais precarizada não apenas em seus setores palestinos, mas também israelenses. Em 2019, em torno de um terço dos jersalemitas eram pobres: 73% eram considerados pobres segundo estatísticas israelenses (KORACH; CHOSHEN, 2019). A taxa de pobreza entre as famílias judaicas era de 24% — a do país, particularmente entre os ortodoxos (64%), que representam a maioria da população judaica (idem). Dos cerca de 550 mil judeus que viviam em Jerusalém em 2019, em torno de 350 mil eram ultraortodoxos enquanto aproximadamente 200 mil são judeus seculares (idem). As estatísticas estimam que aproximadamente 300 mil palestinos fossem residentes da cidade (idem). Este número tem crescido desde a construção do Muro, quando muitos jersalemitas que viviam em cidades e vilarejos da Cisjordânia, cujo custo de vida era bastante inferior, se mudaram de volta para Jerusalém para não ter a sua residência revogada pelas autoridades israelenses (DUMPER, 2014). De acordo com o Ministério do Interior de Israel, entre 1967 e 2013, 14.200 palestinos de Jerusalém tiveram a sua residência revogada (NASARA, 2019).

Embora as políticas racistas de planejamento urbano tenham assegurado uma judaização espacial de Jerusalém como um todo, os dados demográficos demonstram que Jerusalém é uma cidade proporcionalmente menos judia do que era quando do redesenho dos seus limites municipais pelos israelenses após a ocupação de 1967. Enquanto em 1967 a divisão era de 74% de judeus contra 26% de palestinos, em 2017 estes números eram 62% de judeus e 38% de palestinos (KORACH; CHOSHEN, 2019). Essa relação não é ainda mais desfavorável aos

israelenses pela grande taxa de natalidade da população ultra-ortodoxa, que equilibra a constante emigração de judeus seculares para a região de Tel Aviv, principalmente de jovens em busca de melhores oportunidade de emprego, um estilo de vida mais moderno e longe dos conflitos com ultraortodoxos e palestinos (KEIDAR, 2018; SHLAY; ROSEN, 2015).

Das cidades mistas sob a soberania formal de Israel, Jerusalém é a mais palestina. A tendência sinalizada pelos dados demográficos de que os palestinos possam se tornar maioria em alguns anos move as ansiedades colonas em torno da “disputa” por Jerusalém, justificando internamente as medidas racistas para tornar a vida dos nativos insustentáveis a ponto de irem viver em outra localidade (MANSOUR, 2018; SHALHOUB-KEVORKIAN, 2015). A perseguição de uma maioria demográfica nunca foi escondida pelas autoridades israelenses. Em 1997, uma notícia num jornal israelense de grande circulação relatava um encontro entre o então premiê, Netanyahu, e o prefeito de Jerusalém, Ehud Olmert (1993 - 2003), para discutir um plano de tornar Jerusalém “prioridade nacional especial” com incentivos econômicos com o objetivo de “lutar contra o declínio demográfico da população judaica da cidade” (YIFTACHEL; YACOBI, 2002, p. 138). Em 2018, na campanha para a prefeitura de Jerusalém, a preocupação com a composição demográfica e a atração da juventude judaica permanecia apesar dos esforços das autoridades em alterar a situação (WOOTLIFF, 2018).

Após a Segunda Intifada, a primeira resposta dos jerusalemistas judeus para os problemas agravados pelo conflito foi a eleição do primeiro ultra-ortodoxo para governar a cidade, o rabino Uri Lupolianski (2003-2008). A sua orientação religiosa, entretanto, não o impediu de adotar medidas neoliberais de acordo com a ordem hegemônica para atrair ao mesmo tempo judeus e capital para a cidade. O prefeito ofereceu bolsas mensais para trabalhadores do setor de *high-tech* que vivem na cidade e auxílios para jovens judeus que fossem estudar nas universidades locais (LIS, 2005). No entanto, a sua posição deliberadamente racista e conservadora criou atritos com a população palestina e a comunidade LGBTQ judaica, contribuindo para a limitação das suas medidas de incentivo ao desenvolvimento econômico e à judaização (ERLANGER, 2005). O empresário do ramo de alta tecnologia Nir Barkat foi eleito prefeito em 2008 para suceder Lupolianski com a promessa de não apenas desenvolver economicamente Jerusalém para os judeus israelenses, como também para os palestinos.

Como um representante orgânico do sionismo neoliberal, Barkat entrou na política municipal a partir da filantropia em iniciativas voltadas para a capacitação de indivíduos em habilidades empreendedoras de educação online ainda nos anos de Oslo, quando o

neoliberalismo se tornava hegemônico no país. Após perder a eleição de 2003, Barkat se tornou o líder da oposição e ajudou a criar a ONG *StartUp Jerusalem*, uma incubadora voltada para a criação de empregos para jovens no setor de tecnologia na cidade (JTA, 2004). No mesmo ano, Barkat também foi um dos apoiadores da criação da ONG *New Spirit* por jovens judeus que desejavam tornar Jerusalém mais atraente para a juventude sionista de todo o mundo. A estratégia de modernização neoliberal de Jerusalém adotada por Barkat não se diferenciava substancialmente da aplicada por Lupolianski, que por sua vez continuava a agenda de urbanismo empreendedor iniciada por Olmert, impulsionado pelas promessas douradas de Oslo.

No entanto, diferentemente do rabino, o empresário Barkat utilizava os recursos discursivos e os instrumentos materiais oriundos do repertório do urbanismo empreendedor para revitalizar a estratégia de governo colonial-liberal de Jerusalém originalmente construída por Teddy Kollek. Com Barkat, a combinação de discurso multicultural, judaização por meio do desenvolvimento socioeconômico e a inclusão farsesca dos palestinos para a sua pacificação ganhou uma roupagem neoliberal e empreendedora. A neutralidade ilusória do mercado desempenhou um aspecto central na sua estratégia de fazer os projetos de infraestrutura urbana para atrair capital externo serem retratados como uma política que beneficiaria todos os judeus independentemente de sua nacionalidade, etnia, gênero, religião, bairro e orientação sexual (MARGALIT, 2018). Isto é, ao invés de apelar para uma retórica liberal de tolerância e coexistência entre as diferentes partes do mosaico que compõe o efervescente “Goulash” como fez Kollek, Barkat buscou forjar uma união da Jerusalém em torno dos projetos neoliberais das elites israelenses e transnacionais que supostamente trariam um futuro materialmente melhor a todos os seus habitantes após a desilusão do período de Oslo (idem).

Além de tornar a cidade mais atraente aos negócios internacionais e incentivar o turismo como forma de desenvolvimento econômico, Barkat também almejava tornar a gestão municipal mais transparente, fiscalmente responsável, orientada por princípios empresariais de gestão, impondo metas aos burocratas municipais e prestação de contas a respeito da utilização do orçamento com o objetivo de criar o entendimento de que a prefeitura agiria de forma exclusivamente objetiva e racional para o desenvolvimento econômico e social de Jerusalém (MARGALIT, 2018). Por meio destes instrumentos ideológicos e práticos oferecidos pela razão neoliberal, Barkat buscava se distinguir das ações ultraconservadoras, racistas e homofóbicas de Lupolianski e da corrupção pela qual ficou marcado Olmert, que veio a ser preso por escândalo envolvendo benefícios ao mercado imobiliário durante a sua gestão a frente da cidade

(idem). Dessa forma, Barkat, um político de centro-direita, assegurou o apoio de todo o espectro político sionista e também de setores palestinos e judaicos antissionistas, particularmente de empresários e lideranças locais alienadas da zona de influência da AP (idem).

Como de costume, a ideia neoliberal-colonial dos israelenses para Jerusalém tem sido traduzida em diversos planos diretores elaborados para maximizar o número de judeus e reduzir o de palestinos como uma adequação à globalização neoliberal. O regime do planejamento envolve os governos locais, distritais e nacional, assim como os anseios de diferentes sócios na mercantilização de Jerusalém, como o Estado, o Terceiro Setor e o setor privado locais e globais. Existem três importantes planos israelenses que informam as políticas oficiais para Jerusalém. O mais importante e conhecido é o “Plano Diretor 2000 para Jerusalém”, também conhecido como “Jerusalém 2020”, cuja elaboração foi iniciada por Olmert em 2000. A primeira versão foi lançada por Lupolianski em 2004 e, em 2009, Barkat submeteu as suas revisões após tramitação por comitês de planejamento locais. Ainda em 2009, o Ministério do Interior barrou essa versão por considerá-la muito favorável aos palestinos. Desde então o plano nunca foi ratificado apesar de ser informalmente aplicado no território (CHIODELLI, 2012)²⁴. O plano “Jerusalém 2020” tem como um dos seus objetivos “manter uma sólida maioria judaica na cidade” pelo encorajamento de assentamentos judeus em Jerusalém Oriental e a redução da migração negativa através do aumento da oferta de moradia acessível em bairros judeus já existentes e também em novos a ser construídos (apud ARAFEH, 2016b). Por outro lado, ao reconhecer a crise da falta de moradia, infraestrutura adequada e serviços públicos nos bairros palestinos, o plano diretor cria a falsa percepção de tratar igualmente todos os seus residentes.

O projeto trata das fraturas socioespaciais como uma “auto-segregação” benéfica dos grupos “etno-religiosos” — judeus seculares, judeus religiosos e palestinos — que permite elaborar zoneamentos específicos para cada quadrante da cidade de acordo com a sua identidade racial (ARAFEH, 2016b). Enquanto a questão da moradia para a população judaica está prevista para ser abordada majoritariamente pela construção de novos assentamentos em Jerusalém Oriental (64% do previsto no plano), mais da metade (55,7%) do crescimento em habitação aos palestinos supostamente irá ocorrer através da densificação em áreas já existentes nas margens da cidade e não na região central da Cidade Velha, onde a crise da habitação é mais severa, mas a presença palestina é altamente indesejada (ARAFEH, 2020; CHIODELLI, 2012). Entre outras

²⁴ A aplicação *de facto* de planos coloniais nunca aprovados oficialmente tem sido uma prática comum dos israelenses, do Plano *Dalet*, da Nakba, ao Allon, de colonização da Cisjordânia. Ver: HUBERMAN, 2014.

discrepâncias, o plano acaba por permitir a expansão colonial judaica sobre terra palestina e maior controle sobre a sua população. Além disso, as propostas não são materializadas pelas diversas restrições burocráticas impostas desproporcionalmente aos palestinos para evitar que construam onde até mesmo onde o plano permite, forçando os palestinos a recorrerem à autoconstrução ilegal como forma de dar conta da crise de moradia (idem). O plano tampouco aborda a regulamentação das milhares de edificações informais que povoam os bairros palestinos e correm risco permanente de serem destruídas pelas autoridades. Ao menos 100,000 palestinos, isto é, cerca de um terço da população da cidade, corre o risco de ser despejado e ficar sem-teto por incompatibilidade com o plano diretor (OCHA-OPT, 2019).

O menos conhecido dos planos é o Marom, elaborado em 2004 pelo governo nacional e que tem sido implementado pela Autoridade de Desenvolvimento de Jerusalém, cujo propósito é fazer de Jerusalém uma “cidade internacional, uma líder em comércio e qualidade de vida no ambiente público” com o apoio da sociedade civil israelense (ARAFEH, 2016b). Já o plano mais recente, de 2018, é o “Jerusalem 5800”, também conhecido como “Jerusalem 2050”, é fruto da iniciativa privada do empresário australiano do mercado imobiliário Kevin Bermeister em conjunto de Udi Regunas, um homem de negócios do setor de comunicação e antigo integrante do movimento de colonos ultranacionalista Elad, a organização responsável por colonizar o bairro de Silwan por meio do empreendimento arqueológico-turístico da Cidade de David (ARAFEH, 2016b; HASSON, 2016). O plano inclui diversos projetos focalizados que podem ser implementados de forma independente para fazer de Jerusalém uma “cidade global, um importante centro mundial turístico, ecológico, espiritual e cultural” e promover a “paz por meio da prosperidade econômica” sem supostamente abordar as questões políticas da cidade (ARAFEH, 2016b). Além disso, vislumbra uma delimitação de Jerusalém que se expande pela Cisjordânia e inclui um aeroporto próximo a Jericó, uma linha férrea desde Ramallah e empreendimentos comerciais onde atualmente existe um campo de refugiados. O plano inclui ainda um capítulo sobre o “problema demográfico” e almeja aumentar a parcela de população judaica por meio do incentivo à migração à cidade (idem).

De forma geral, é possível dizer que o objetivo principal dos planos é fazer de Jerusalém uma cidade judaica e internacional, um destino turístico, tecnológico e educacional para atração de capital externo e jovens judeus para viver e trabalhar na cidade de forma a conciliar objetivos coloniais e econômicos das classes dominantes israelenses (ARAFEH, 2016b). Embora o papel de destaque às indústria *high-tech* e as instituições educacionais sejam uma novidade no projeto

de desenvolvimento e judaização de Jerusalém, um elemento comum a todos os planos desde as primeiras elaborações das estratégias de urbanismo empreendedor nos anos 1990 é o incentivo à indústria de turismo com objetivo de explorar os aspectos históricos, religiosos e arqueológicos da cidade (idem). Essa visão tem resultado em vultuosos investimentos em infraestrutura urbana e de turismo — apenas em 2014, a JDA anunciou um investimento de 42 milhões de shekels para o setor de turismo como parte do Plano Marom. O setor de turismo é fundamental para os anseios sionistas em Jerusalém não apenas pelo seu efeito multiplicador na economia como também é utilizado como ferramenta política para controlar a narrativa judaica de Jerusalém como uma cidade judaica, apagando a história palestina (idem).

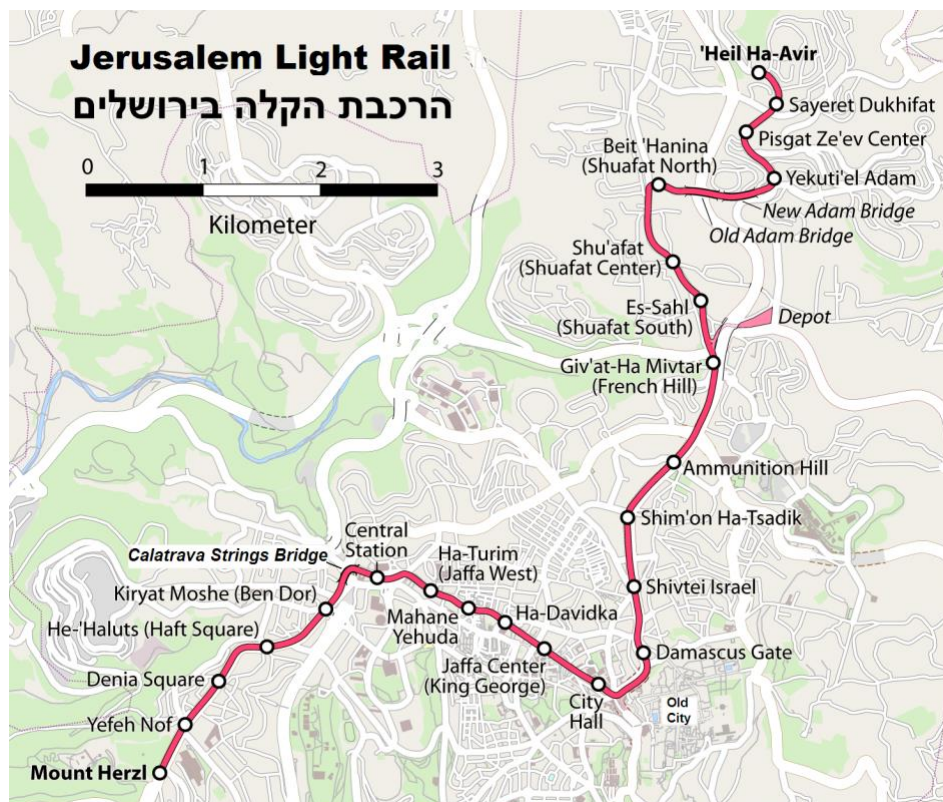
Como vimos no capítulo 3, o empreendedorismo urbano não possui uma fórmula fechada, mas uma grande indústria de formulação e propagação global de modelos e políticas de sucesso a ser replicados por aqueles gestores urbanos que ambicionam melhorar a sua posição na concorrência interurbana e projetar uma nova visão de futuro para a cidade. Durante a gestão de Barkat, a aplicação das políticas urbanas foi diretamente influenciada pelo professor de Harvard Michael Porter, responsável por modelo de desenvolvimento de “clusters” de negócios para atração capital e força de trabalho qualificada (KEIDAR, 2018). Em 2009, a prefeitura de Jerusalém e Harvard firmaram um acordo oficial para o desenvolvimento de políticas para aumentar a competitividade de Jerusalém a partir do tripé formado por: cultura e turismo; ciências da saúde e da vida; e a terceirização de serviços médicos e financeiros. Foi graças a ONG Startup Jerusalém que Barkat e Porter foram apresentados pelo intermédio de investidores e empresários estadunidenses e israelenses (WEISMAN, 2009). Mais tarde, outros modelos, como o de “classe criativa” veio também a informar o urbanismo empreendedor de Jerusalém de forma complementar à influência de Porter (ver capítulo 5).

Nos seus primeiros anos de mandato, Barkat foi o responsável pela implementação ou desenvolvimento de diversas iniciativas voltadas para o turismo, a cultura e as finanças que transformaram o espaço social cidade a partir de uma lógica de mercado. A prioridade tem sido a revitalização do centro de Jerusalém Ocidental como um destino turístico e cultural para turistas e judeus jovens e milionários (ALFASI; GANAN, 2015). A reprodução espacial em Jerusalém dos anos 2010 parece preencher cada requisito dos manuais para a construção de um ambiente urbano favorável ao mercado global: a edificação de infraestrutura urbana assinada por arquiteto de renome internacional; a construção de rodovias e vias férreas para rápida conexão com aeroporto internacional em Tel Aviv; o desenvolvimento de linhas de VLT para

locomoção rápida e pouco poluente no interior da cidade; a construção de um distrito financeiro-empresarial na entrada de Jerusalém Ocidental; a abertura de hotéis internacionais próximos aos centros empresariais e atrações turísticas; a promoção de eventos culturais, esportivos e empresariais de importância global, como a Fórmula 1, maratonas e festivais de cinema; o desenvolvimento de novos centros comerciais com lojas de marcas internacionais, como o shopping Mamila na Cidade Velha; a abertura de novos bulevares, praças e áreas verdes na região central, como na rua Jaffa; a revitalização de antigo mercado de Mahane Yehuda para receber restaurante estrelados, bares e casas noturnas; o desenvolvimento de condomínio privados, fechados e luxuosos; e incentivos fiscais e subsídios para atração de novos investimentos e empreendedores (ALFASI; GANAN, 2015; BRAIER; YACOBI, 2017; KEIDAR, 2018; NOLTE; YACOBI, 2015; SHLAY; ROSEN, 2015; YACOBI, 2012).

O empreendimento mais simbólico e contestado foi a construção da primeira linha do VLT que conecta Jerusalém Ocidental ao assentamento de Pisgat Zeev em Jerusalém Oriental, no limite com a Cisjordânia e dos principais blocos de assentamento que compõe a Grande Jerusalém. No caminho, o veículo passa pelos principais pontos turísticos da cidade, a prefeitura, os terminais rodoviário e ferroviário, os distritos comerciais e financeiros, assentamentos judeus de classe média, bairros de judeus ultra-ortodoxos e também dois bairros palestinos: Shuafat e Beit Hanina. A infraestrutura de transporte é a primeira a conectar bairros judeus e palestinos da cidade e foi vendida como a representação da integração neoliberal entre israelenses e palestinos pregada por Barkat (BAUMANN, 2018). A sua construção e administração por corporações francesas foi alvo de grande rejeição dos palestinos e de campanhas internacionais do movimento BDS. Alguns pesquisadores têm identificado a infraestrutura viária finalizada em 2011 como uma forma de expansão colonial e também de extensão do controle israelense sobre os bairros palestinos de Jerusalém Oriental (BAUMANN, 2018; NOLTE, 2016) apesar de outros discordarem dessa interpretação, apontando para a sua capacidade de fomentar encontros “inter-étnicos” (ROKEM; VAUGHAN, 2018). Baumann (2018) argumenta que o VLT demonstra como a infraestrutura urbana não é violenta apenas na sua ausência, como é o caso de muitas áreas de Jerusalém onde as infraestruturas e serviços públicos são inadequadas, mas também quando ela é presente, como são os trilhos e estações que atravessam os bairros palestinos historicamente desprovidos de equipamentos urbanos. No entanto, passou despercebida da crítica à economia política do VLT a facilitação do fluxo crescente de trabalhadores palestinos de Jerusalém Oriental e da Cisjordânia que todos os dias trafegavam dos seus locais de residência aos espaços de trabalho em Jerusalém Ocidental.

Figura 6 - O trajeto da primeira linha de VLT em Jerusalém



Fonte: Wikimedia, 2012.

4.4 As contradições do apartheid neoliberal e crise entre israelenses e palestinos: terra, trabalho e classe em Jerusalém

Essas diversas obras de infraestrutura dentro das estratégias de urbanismo empreendedor em Jerusalém estão entre os principais fatores do significativo aumento do emprego de mão de obra palestina nos setores israelenses de Jerusalém Ocidental após a segunda Intifada. Outra razão foi a construção do Muro em Jerusalém, que resultou num crescimento significativo do isolamento de Jerusalém Oriental do restante da Cisjordânia, separou palestinos de palestino, fechou negócios, empobreceu bairros inteiros, trouxe o desemprego, o desamparo e encurralou os jersalemitas palestinos diante da espoliação colonial de forma ainda mais radical que anteriormente (NASARA, 2019; SHALHOUB-KEVORKIAN, 2015; SHTERN, 2018b). Em 2003, o desemprego afetava 28% da força de trabalho palestina em Jerusalém Oriental (KHALIDI, 2013, p. 22). Nesse contexto, trabalhar para o capital israelense se tornou uma das únicas possibilidades de sobrevivência em Jerusalém de forma segura contra as alternativas das economias ilegais e informais ou correr o risco de perder o direito de residência ao deixar de ter Jerusalém como “centro da sua vida” ao buscar melhores

condições de vida²⁵. Trabalhar para o mercado israelense é uma alternativa atraente pelos maiores salários e livre acesso sem visto de trabalho.

Logo, o número de palestinos jerusalemitas que trabalhavam em Jerusalém Ocidental e demais cidades israelenses da região crescer para 47% da força de trabalho local entre 2010 e 2011, derrubando o desemprego para 12% (KHALIDI, 2013; SHTERN, 2017). Entre 2014 e 2015, houve ainda um crescimento de 12% na quantidade de trabalhadores de Jerusalém Oriental empregados em Jerusalém Ocidental (SHTERN, 2019). Em 2017, a taxa de desemprego em Jerusalém Oriental girava em torno de 11,6% graças ao emprego de homens palestinos no mercado israelense, que contratava 40% de toda a força de trabalho palestina e representava a principal fonte de renda para 54% das residências palestinas em Jerusalém (JAFARI et al., 2019). Os palestinos, entretanto, continuam sobrerrepresentados em setores de baixos salários e qualificação de alto risco e insegurança: apesar de constituírem 28% da força de trabalho em Jerusalém, eles são 71% dos trabalhadores na construção, 57% no setor de transportes e 40% em serviços (SHTERN, 2017). No entanto, um crescimento do número de palestinos em posições de gerência e de trabalho qualificado em Jerusalém Ocidental de 8% em 1980 para 27% em 2010 pode sinalizar para como também a vida de jerusalemitas de classe média tem se voltado para o setor israelense (idem). Como nota Shtern (2019), de centro da sociedade palestina, Jerusalém após Oslo se tornou uma periferia economicamente dependente e funcionalmente integrada à Jerusalém Ocidental. Essa transição pode ser observada no declínio da contribuição de Jerusalém para a economia da Cisjordânia: de 14-15% em 1987 para 8% em 2000 e 7% em 2010 (KHALIDI, 2013, p. 12–13).

Da perspectiva israelense, o aumento do emprego de trabalhadores palestinos e a tolerância cotidiana a sua presença em locais públicos, de trabalho e de consumo em Jerusalém Ocidental não ocorre apenas pela compulsão silenciosa do mercado, mas também como parte de um esforço da gestão Barkat de reduzir os pontos de fricção com os palestinos para comprar a sua tranquilidade através de gestos apaziguadores, como encontros públicos com lideranças palestinas e reforma de avenidas (MARGALIT, 2018). Acima de tudo, Barkat respondeu de forma limitada às demandas palestinas por novas licenças para a construção de habitações, permitiu a tramitação de planejamentos urbanos comunitários e diminuiu o passo da destruição

²⁵ Após a estabelecimento do Muro, cuja construção em Jerusalém foi finalizada em 2005, Israel aumentou significativamente a revogação de residências em Jerusalém Oriental: apenas em 2008, foram 4,577. Ver: <btselem.org>. Acesso: em: 29 outubro 2020.

de casas palestinas em desacordo com o plano diretor. Este processo permitiu que, a partir de 2015, o número de permissões para a construção de novas habitações dobrasse de 200 anuais para 400, mas ainda longe de corresponder à crise urbana palestina (idem). O objetivo era aliviar o sofrimento cotidiano palestino de forma a atraí-los ao regime colono a partir da mesma lógica pacificadora de intervenções cosméticas e fraudulentas de Kollek. No entanto, como afirmou em 2010 o ativista social e fundador da ONG New Spirit em Jerusalém, Yakir Segev, que na época era um conselheiro próximo de Barkat: “Não permitiremos que os residentes palestinos construam quanto desejem [...] devemos monitorar a situação demográfica para assegurar que dentro de vinte anos não despertemos em uma cidade palestina” (MARGALIT, 2018, p. 71).

Os palestinos eram ainda tidos como fundamentais para o projeto israelense de construção de Jerusalém como uma cidade global não apenas como mão de obra barata, como de fato vieram a desempenhar, mas também como agentes pacificadores de grupos mais radicais que poderiam provocar desestabilizações violentas da ordem social que impactariam o fluxo de turistas e negócios da cidade. A partir de uma visão empresarial, Barkat almejava que a estratégia de urbanismo empreendedor tivesse a capacidade de constituir uma relação de interdependência econômica entre israelenses e palestinos que assegurasse não a paz, mas a sua pacificação (MARGALIT, 2018; SHTERN, 2015). No seu raciocínio pacificador, os trabalhadores “racionais” impediriam os atores “irracionais” de mover mobilizações e ataques que afetasse a estabilidade da ordem social e, consequente, as suas necessidades econômicas básicas para a reprodução social. Isto é, há uma reorganização na economia do poder colonial, que busca se tornar mais inclusivo e aberto para governar mais pelo consentimento dos palestinos ao poder colono do que exclusivamente pela coerção. Apesar de inverter o peso entre o bastão e a cenoura para tornar a vida dos palestinos mais útil às aspirações coloniais sionistas, em nenhum momento foi interrompida a construção de assentamentos e a remoção de palestinos. Tampouco foi reduzida a pobreza entre os palestinos jerusalemitas. Pelo contrário: entre 2003 e 2015, a quantidade de família palestinas de Jerusalém Oriental vivendo abaixo da linha da pobreza subiu de 64% para 79% (KORACH; CHOSHEN, 2019).

Logo, o modo de governo de Barkat buscou transformar o grau de exclusão inclusiva dos seus residentes palestinos, mas as migalhas do bolo derrubadas sobre Jerusalém Oriental caíram principalmente nos bolsos das elites locais que souberam manter o canal de comunicação com os israelenses, mesmo que por vias ocultas e indiretas (MARGALIT, 2018). Palestinos de classe média e alta são cada vez mais vistos em centros de consumo de luxo e

escolas privadas de prestígio em Jerusalém Ocidental (SHTERN, 2016, 2019). Se apresentar como um prefeito que respeitava os direitos humanos dos palestinos era fundamental na sua estratégia de alavancar mais capital econômico e político externo para o desenvolvimento de Jerusalém num momento que os EUA, o principal parceiro econômico e político de Israel, caminhavam nessa direção. Dessa forma, Barkat se alinhava ao neoliberalismo progressista global que era hegemônico quando assumiu a prefeitura, em 2009: Obama havia acabado de ocupar a Casa Branca em Washington e a OCDE impunha a redução da desigualdade social em Israel por meio de inclusão das minorias árabes e ortodoxas ao mercado nacional (MARGALIT, 2018; NASARA, 2019). Apesar dos esforços neoliberais de pacificação dos palestinos, a primeira fonte de desestabilização da economia e da ordem hegemônica neoliberal com impactos sobre os planos de Barkat para Jerusalém não veio dos palestinos, mas dos israelenses.

Em 2011, em meio à protestos populares da Primavera Árabe, no Oriente Médio, e em grandes centros metropolitanos ao redor do mundo contra os efeitos da maior crise financeira do neoliberalismo em 2007-08, Israel viu explodir a maior manifestação de massa entre a sua população judaica na história. Os protestos tinham como alvo principal o valor dos aluguéis e a incapacidade dos israelenses mais jovens de adquirir propriedade privada, mas também reivindicavam “justiça social” diante do crescimento da desigualdade, do encolhimento do benefícios sociais, da mercantilização do espaço urbano e da precarização do mercado de trabalho em Israel fruto das reformas neoliberais promovidas no país desde o final da década de 1970 (ENGLERT, 2017). O movimento conhecido como J-14, por ter começado no dia 14 de julho de 2011 em uma praça central de Tel Aviv, obteve o apoio popular de milhões de israelenses judeus ao redor do país e se espalhou por diversas cidades, incluindo Jerusalém Ocidental. A neoliberalização de Israel aumentava a polarização social entre judeus e desestruturava as bases sociais que originalmente constituíram o país e o processo colonial (idem). Essa atividade predatória do mercado imobiliário e do capital neoliberal pode ser observado em Jerusalém pela proliferação de condomínios residenciais de alto padrão murados e dos “bairros fantasmas” cujos proprietários são judeus estrangeiros super-ricos que adquirem uma segunda moradia no centro revitalizado de Jerusalém Ocidental (YACOBI, 2012).

A venda do espaço urbano Jerusalém ao setor privado é anterior à gestão de Barkat e remete às reformas neoliberais promovidas durante os anos de Oslo na década de 1990. Até então, quase todas as propriedades em Israel eram estatais ou pertenciam a organizações proto-estatais, como o Fundo Nacional Judaico, pois eram originalmente terras palestinas que foram

confiscadas pelo Estado. A privatização da propriedade residencial foi uma das primeiras medidas de neoliberalização ainda nos anos 1980 e tem conexão direta com a adoção da estratégia da direita israelense então no poder de colonizar os TPO através da edificação de subúrbios para as classes trabalhadoras e médias seculares. Por beneficiar a sua base social de classe média socialdemocrata no curto prazo, a esquerda sionista adotou a agenda neoliberal de privatizações nos anos 1990 que mais tarde veio a prejudicá-la com o estouro da bolha imobiliária entre 2008 e 2011 e o início de um processo de supergentrificação por judeus diaspóricos super-ricos (GUTWEIN, 2017; YACOBI, 2012; ZABAN, 2016).

Entre as características do processo de privatização imobiliária estão a promoção de incentivos fiscais e subsídios para que empresários judeus estrangeiros “cidadãos do mundo” possam adquirir propriedade em Israel e continuar a administrar os seus negócios no país de origem desde a “terra prometida” sem prejuízos. O Estado assegura a estes investidores estrangeiros a possibilidade de financiar e hipotecar as propriedades com bancos israelenses a juros fixados em dólar que estão isentos das flutuações na taxa de juros pelo Banco Central israelense e das variações do shekel (YACOBI, 2012). Estes incentivos significaram o desenvolvimento de diversos condomínios luxuosos exclusivos para judeus ricos da diáspora como residências de férias ou parciais em Jerusalém através do investimento direto estrangeiro e com a participação de instituições que deveriam zelar pela herança arqueológica de Jerusalém, mas que participaram das coalizações por trás destes empreendimentos imobiliários (ALFASI; GANAN, 2015). No entanto, a maior parte desses complexos residenciais ficam vazios durante o ano e reforçam a especulação imobiliária da cidade. Consequentemente, Jerusalém Ocidental tem crescentemente se tornado um enclave turístico de luxo para poucos a burguesia sionista transnacional em detrimento de israelenses trabalhadores e de classe média que nasceram e cresceram no território (ALFASI; GANAN, 2015; YACOBI, 2012).

Yacobi (2012) nota que este fenômeno ocorre com mais intensidade em Jerusalém do que no restante do país pela sua característica turística, religiosa, espiritual e nacional. Não é qualquer Jerusalém que é vendida aos investidores estrangeiros, mas a Jerusalém judaica histórica que apela ao imaginário orientalista da arquitetura e da “pedra de Jerusalém” características do ambiente construído israelense. Essa identidade espacial, entretanto, é parte do processo de indigenização dos colonos para se tornarem os novos nativos da terra pela apropriação dos modos de construir dos palestinos (YACOBI, 2012). Os condomínio luxuosos murados altamente vigiados criam uma zona privatizada no interior da cidade que oferece a

oportunidade dos judeus não israelenses de vivenciar a “Jerusalém de ouro” com luxo e segurança: “[é] um mecanismo de construção do 'senso de localidade' dos imigrantes judeus, fazendo de Jerusalém um local murado concreto onde Deus encontra a globalização” (YACOBI, 2012, p. 2715). Muitos desses “bairros fantasmas” são localizados em áreas habitadas por imigrantes judeus pobres que originalmente passaram por programas de regeneração pelo Estado nos anos 1970, como Baka. Os principais atrativos desses bairros para o mercado imobiliário de luxo são as antigas casas palestinas construídas para as famílias emergentes da “Cidade Nova” no início do século XX. Yacobi (2012) sugere que essa interrelação estrutural entre urbanismo neoliberal, colonialismo por povoamento e nacionalismo religioso característica da hegemonia sionista neoliberal contemporânea tem reproduzido fronteiras internas no interior da Jerusalém Ocidental já judaizada, mas agora a partir de uma clivagem de classe que expropria os colonos originais das classes inferiores.

De forma complementar, Zaban (2016) demonstra, a partir de estudo sobre a gentrificação de Baka, como essa fronteira interna combina identidades de classe e raça. Baka foi um bairro palestino esvaziado durante a Nakba e que veio a ser povoado principalmente por judeus *mizrahim* oriundos de países como Marrocos e Yemen. Foi, inclusive, um dos centros do movimento “panteras negras” *mizrahim* do início dos anos 1970 contra a opressão dos judeus de origem europeia. Estigmatizado enquanto um lugar pobre e perigoso pelas populações judaicas brancas de Jerusalém, o bairro passou por um processo de revitalização conduzida pelo governo nos anos 1980 que a princípio não tinha a intenção de alterar a sua composição demográfica (ZABAN, 2016). Os “pioneiros” da gentrificação foram judeus *ashkenazim* de classe média, educados e à esquerda no espectro político. O advento do neoliberalismo e da privatização da propriedade urbana promoveu um processo de gentrificação ainda maior que trouxe judeus brancos de classe média e alta em larga escala para morar no bairro com importante participação de agentes imobiliários na transformação das casas palestinas em apartamentos (idem). A partir da proliferação dos condomínios luxuosos por incorporadoras nos anos 1990 e 2000, Baka tem se tornado moradia para judeus britânicos, estadunidenses e franceses milionários. Se em 1967, os judeus *mizrahim* compunham praticamente 95% da população do bairro, este número caiu para algo em torno de 15-20%. Os super-ricos são aproximadamente 30% dos proprietários entre israelenses e estrangeiros, enquanto o restante são famílias de classe média e grupos de jovens que partilham os caros aluguéis do bairro (idem). Isto é, além de uma alteração na composição de classe do bairro, houve uma substituição na característica racial de Baka, que se embranqueceu à medida que se privatizou.

Esse processo reforça o componente racial do neoliberalismo e das gentrificações urbanas que reproduzem a lógica do colonialismo por povoamento na produção de apartheid neoliberal em que raça e classe são combinados socioespacialmente de diferentes formas.

A prefeitura buscou reverter a elitização da região central de Jerusalém que pressionava o valor dos aluguéis e da propriedade imobiliária apenas em 2009, já sob Barkat. O prefeito pediu para os proprietários estrangeiros passarem mais tempo na cidade ou alugarem as propriedades a preços abaixo do valor de mercado para famílias trabalhadoras judias locais, o que poucos fizeram (CHIODELLI, 2012). Logo, os protestos não significaram um maior controle social sobre o mercado imobiliário ou uma reversão de reformas neoliberais. A solução para a crise imobiliária e social foi reforço na expropriação dos territórios palestinos da Cisjordânia, particularmente em Jerusalém. O alto valor da moradia em Israel para as classes médias e trabalhadoras brancas uniu israelenses sionistas de todo espectro político para responder ao “vício colono” por acumulação de terras para o assentamento judaico (ENGLERT, 2017). As jovens lideranças do movimento J-14 se aliaram às antigas lideranças do Yesha Council, o órgão representativo dos colonos da Cisjordânia, para fazer do assentamento em terras palestinas a solução para a crise social. Já no Knesset, representantes da esquerda e da direita sionistas formularam em conjunto propostas para pressionar Netanyahu fazer da colonização na Cisjordânia e Jerusalém Oriental uma resposta às reivindicações dos manifestantes israelenses.

O parlamentar do Likud, Zeev Elkin, (apud ENGLERT, 2017, p. 412). declarou em 2011: “Eu estou certo que o nosso chamado será uma grande parte da discussão sobre moradia, e Judeia e Samaria será a solução para o problema, assim como foi em outras crises de moradia, no início dos anos 1990”. O ano de 2010 havia visto o menor número de novas construções de assentamentos na Cisjordânia desde 1986 por causa de um “congelamento” na expansão imposta pelo governo Obama: apenas 741 início de edificações (PEACE NOW, 2020a). A partir de então, este número cresceu anualmente, sempre se mantendo acima de mil anuais, com quase 3,000 novos assentamentos em 2013. Entre 2010 e 2014, a população colona na Cisjordânia, o que inclui os blocos da Grande Jerusalém, cresceu de 311,100 para 370,700, saltando para 427,800 em 2018 (idem). Além disso, os *outposts*, os assentamentos ilegais construídos por movimentos de colonos sem a autorização formal do Estado, voltaram a ocupar terras palestinas a partir de 2012 (idem) Na jurisdição de Jerusalém Oriental, o número de colonos foi de 193 mil, em 2010, para 216 mil, em 2017 (KORACH; CHOSHEN, 2019, p. 20). Em 2018, o mesmo

Elkin, então candidato do partido de Netanyahu, o Likud, à prefeitura de Jerusalém, colocou como a sua prioridade caso eleito: “construir, construir, construir”²⁶ (WOOTLIFF, 2018).

Essa renovação do processo colonial suburbano por meio do urbanismo empreendedor para agradar as camadas médias e inferiores da sociedade colona aumentou, portanto, a pressão socioeconômica sobre a terra e o trabalho dos palestinos de Jerusalém Oriental e também da Cisjordânia. Na Cisjordânia, entretanto, a espoliação colonial tem se mantido estável pelos mecanismos de recompensação do regime de desenvolvimento neoliberal apesar da crescente polarização entre os palestinos (SAMOUR, 2016). Já em Jerusalém Oriental, o modo de governo colonial-neoliberal imposto por Barkat não conseguiu conter a erupção de uma violenta revolta social palestina em 2014 como consequência da crescente sobreposição de opressões e espoliações políticas, sociais e econômicas do regime de apartheid neoliberal. O sequestro e assassinato do jovem Mohammed Abu-Khdeir foi o estalo de diversas manifestações de insatisfação dos palestinos em Jerusalém Oriental como revoltas coletivas e ataques individuais que ocorreram em diferentes localidades da cidade que alguns denominaram de Intifada de Jerusalém. Um símbolo importante foi a depredação das estações do VLT que ficam em bairros palestinos em 2014, numa clara manifestação de rejeição às renovadas tentativas de dominação colona sobre Jerusalém Oriental de forma semelhante ao que ocorreu durante a Primeira Intifada (BAUMANN, 2018). Outra manifestação simbólica foram as semanas seguidas de orações coletivas de palestinos nos arredores da mesquita de al-Aqsa após as autoridades israelenses tentarem colocar detectores de metal nas entradas da Esplanada das Mesquitas em resposta ao assassinato de policiais israelenses dentro do complexo muçulmano da Cidade Velha.

Apesar de ter na violência racista colona e estatal o estalo da contestação e a disputa em torno do controle de um local religioso um importante motivo de mobilização, a revolta não pode ser resumida a uma expressão de “guerra religiosa” ou à violência racista ostensiva de grupos de colonos e das forças de segurança estatais. Nós entendemos que este levante popular espontâneo e orgânico em Jerusalém Oriental onde ser entendido à luz do acúmulo de privações socioeconômicas impostas pelo regime colono israelense após Oslo e a Segunda Intifada e que

²⁶ Um poema de 1963 de Yehuda Amichai, um dos poetas israelenses mais icônicos, sobre governar Jerusalém: “É triste ser / o prefeito de Jerusalém. / É terrível. / Como um humano pode ser prefeito de tal cidade? / O que ele irá fazer com ela? / Ele irá construir, construir, construir.” Ver: < <https://www.al-monitor.com/pulse/originals/2018/07/israel-palestine-jerusalem-mayor-candidacy-zeev-elkin.html> >. Acesso em: 29 outubro 2020.

tem tornado a cidade suscetível a frequentes instabilidades e vulnerabilidades. Embora os principais partidos e movimentos políticos palestinos continuem a ter importante penetração nos bairros e venham informado os movimentos populares palestinos na cidade, estes protestos seriam reflexo das movimentações tectônicas nas estruturas do regime colono-neoliberal desde baixo do que parte de uma estratégia organizada desde cima (BAUMANN, 2018). Por exemplo, mais da metade dos perpetradores de ataques violentos contra israelenses vieram dos bairros de Kfar Aqba e do Campo de Refugiados de Shuafat, dois bairros que formalmente fazem parte da jurisdição municipal de Jerusalém, mas que foram excluídos do restante de Jerusalém Oriental pela construção do Muro. Nos últimos anos, estes bairros se tornaram refúgio para trabalhadores jerusalemitas e cisjordanianos que desejam fugir da regulação social tanto de Israel tanto da AP. Estes enclaves são situados numa zona cinzenta que têm permitido uma maior liberdade aos palestinos viver sem a vigilância das forças de segurança e fiscais israelenses e palestinos, logo fazendo das áreas de exclusão novas centralidades periféricas para a sobrevivência palestina (ALKHALILI, 2017; BAUMANN, 2016).

Estes locais tornaram-se espaço para a união familiar entre palestinos de Jerusalém e Cisjordânia que não poderiam viver juntos do lado “israelense” por restrições de segurança ou viver em áreas sob a AP sem correr o risco de perder o direito de residência. Acima de tudo, têm servido de espaço para a solução informal da crise urbana de Jerusalém, uma vez que construtores palestinos têm erguido ilegalmente edifícios com uma quantidade de apartamentos muito acima do que seria permitido (ALKHALILI, 2017; BAUMANN, 2016). Logo, essa situação tem servido de oportunidade de lucros exorbitantes, a ascensão de novas autoridades locais envolvidas nos negócios ilegais e abrigo para grupos mais radicais indesejados por ambos os lados. Apesar da vitalidade desses locais pela agência popular, Kfar Aqba e o Campo de Refugiados de Shuafat continuam a ser espaços que empilham milhares de jovens e trabalhadores sobressalentes submetidos a condições extremamente precarizadas, indignas e perigosas que alimentam cotidianamente insatisfações contra o regime colono (idem).

Grandes manifestações também ocorreram nos bairros de Shuafat, Yassiwa, Jabal al-Murkaber e Silwan, do lado “israelense” do Muro. A resposta dos israelenses mais evidente foi a violenta repressão às revoltas públicas e também ações policiais noturnas em bairros palestinos que prenderam mais de 2,500 jovens de forma arbitrária, espalhando o medo e o terror entre as famílias palestinas (MARGALIT, 2018). Em conjunto, as autoridades reativaram medidas punitivas e assédios cotidianos em bairros palestinos, como multas de 10 mil shekels

e prisão de vinte anos pelo arremesso de pedras, considerado ato terrorista (idem)²⁷. Diante do crescente medo e ansiedade entre a sociedade colona pela revolta liderada pelos jovens jerusalemitas, grupos de israelenses passaram a realizar ataques racistas violentos contra indivíduos que julgavam ser palestinos, mas acabaram atingindo também judeus *mizrahim* (SHTERN, 2015). Barkat e o então Ministro da Defesa Moshe Yalom incentivaram ainda que os jerusalemitas judeus usassem as suas armas contra aqueles que julgassem suspeitos de terrorismo para auxiliar as forças de segurança estatais e privadas, numa expressão da privatização da segurança na sociedade israelense (HEVER, 2018).

Mas ainda no início dos protestos de 2014, uma das primeiras medidas das autoridades israelenses foi a imposição de bloqueios de cimento na entrada de bairros palestinos e valas metálicas em estações de transporte público, inibindo o movimento de toda a população nativa no interior de Jerusalém de forma que não ocorrera nem na Segunda Intifada e havia ficado restrita ao restante da Cisjordânia (MARGALIT, 2018; RAVID, 2015). No entanto, a disputa em torno desses bloqueios revelou importantes vulnerabilidades econômicas do regime colono israelense pela dependência dos trabalhadores palestinos impedidos de acessar seus locais de trabalho. Apesar de demissões coletivas de motoristas de ônibus palestinos e da greve de motoristas de táxi diante da perseguição racista a palestinos em Jerusalém Ocidental durante a revolta, o envolvimento de trabalhadores palestinos foi bastante limitado e possivelmente uma das razões das manifestações terem perdido o fôlego diante da violenta repressão aos mais jovens (MARGALIT, 2018). O envolvimento de um trabalhador nos protestos poderia significar a sua demissão, como pediam muitos grupos israelenses durante o momento de crise, ou ter a sua residência revogada, a sua casa demolida, entre outras tecnologias de punição e controle utilizadas pelo regime colono. Segundo um líder sindical palestino, muitos palestinos pediam e pressionavam aos manifestantes para interromper a revolta e poder voltar a trabalhar (MANUEL, 2019). Dessa forma, o regime colono imposto em Jerusalém Oriental, à semelhança do que ocorre na Cisjordânia, conseguiu forjar em alguns setores da sociedade palestina uma dependência econômica que faz da estabilidade da ordem neoliberal-colonial uma necessidade dos oprimidos e explorados manterem a sua sobrevivência.

A revolta de natureza rejeicionista anticolonial, entretanto, conseguiu de toda forma desnudar os esforços de normalização e integração que vinham sendo feitos por meio das

²⁷ A maioridade penal em Israel é de 14 anos de idade, o que faz que muitos adolescentes palestinos sejam julgados e presos como adultos com o objetivo de conter e punir a rebeldia juvenil.

estratégias de urbanismo empreendedor em Jerusalém. De forma semelhante ao que ocorreu na Primeira Intifada, elas tornaram evidente a fragilidade das formas de governo outras que não o uso da força ostensiva e direta sobre os corpos e os meios de sobrevivência dos palestinos (MARGALIT, 2018). E também revelou a incapacidade das elites de segurança e da inteligência israelenses de prever e controlar a mobilização em larga escala dos palestinos em Jerusalém apesar da difusão de tecnologias de vigilância, controle do movimento, infiltração e recrutamento de colaboradores nas ruas e nas redes que resultam em diversas prisões arbitrárias (HEVER, 2018). Transformar a Cidade Velha e o seu entorno em um verdadeiro panóptico com câmeras, policiais e seguranças privados por todos os cantos tampouco se provou de pouco uso para assegurar a segurança dos colonos (GRASSIANI; VOLINZ, 2016). Ademais, a revolta demonstrou a potência de mobilização e da insatisfação popular dos jerusalemitas após um período de calmaria, de maior passividade e de crescimento da crise de identidade entre os residentes da cidade após a segunda Intifada (AL-GHOUL, 2019).

Mais importante, a Intifada de Jerusalém revelou uma dependência econômica do capital israelense sobre o trabalho palestino que se constitui enquanto uma fissura no apartheid neoliberal de Jerusalém. Pois não eram apenas os trabalhadores palestinos os prejudicados pelos bloqueios e pela violenta repressão policial, mas também o capital israelense que depende desses trabalhadores para sustentar a economia que serve de base para permitir a reprodução do próprio sistema colono que oprime o povo palestino. Após uma semana, os bloqueios nos bairros palestinos foram suspensos por pressão de empresários israelenses que não conseguiam manter seus negócios funcionando sem a força de trabalho e a capacidade de consumo dos palestinos (MARGALIT, 2018). Os históricos esforços do regime colono israelense de reduzir a dependência do trabalho palestino desde a Primeira Intifada para diminuir a “ameaça” demográfica e econômica representada pela classe trabalhadora palestina tem sido desfeito pelas contradições inerentes entre os projetos raciais do colonialismo e dos interesses de classe do neoliberalismo. Portanto, a constituição e manutenção da hegemonia elites sionistas neoliberais em relação a sua base social sionista e do capital transnacional a partir da espoliação mútua da terra e do trabalho palestinos tem dialeticamente reproduzido forças contrahegemônicas que, ao menos em teoria, poderiam levar ao debacle do apartheid neoliberal em Jerusalém. Isto é, as estabilizações e desestabilizações da reprodução social dos israelenses e palestinos sob o colonialismo neoliberal são interdependentes num processo de desenvolvimento desigual e combinado. No entanto, apesar de revelar rachaduras na superfície do escudo colonial israelense, ao mesmo tempo reforça a base racial que a sustenta.

4.4.1 A solidez estrutural do colonialismo neoliberal: a importância do governo da diferença racial para a ordem e a acumulação neoliberais

Existem diversos fatores que restringem uma maior união no interior das classes trabalhadoras palestinas e israelenses, assim como entre os precariados israelenses e palestinos, que vêm a limitar a capacidade de união de todos os explorados em Jerusalém. Em primeiro lugar, uma grande parte dos trabalhadores palestinos ainda está desempregada, ou se “virando” através de atividades informais/ilegais como estratégia de sobrevivência (SHALHOUB-KEVORKIAN, 2015). Muitas dessas pessoas possuem trabalhos formais ou informais diurnos e fazem dupla jornada enquanto motoristas. Em Jerusalém, por exemplo, é comum homens palestinos adultos de todas as idades utilizarem um carro privado comum, normalmente bastante danificado, como um táxi ilegal para suprir a falta de serviços legais de transporte público para a população palestina de Jerusalém Oriental. Esse tipo de atividade, entretanto, nem sempre é tolerada pelas forças de segurança israelenses, tornando-os suscetíveis a perseguições, a prisão, ter o carro apreendido ou a formas de chantagem para se tornarem colaboradores. Isto é, as artimanhas coloniais e a superexploração dos trabalhadores informais evita a sua mobilização com o restante da população colonizada e os explorados.

Já a sindicalização dos trabalhadores palestinos de Jerusalém é bastante baixa e fragmentada por diversas razões. Os palestinos que conseguem um trabalho formal com empregadores israelenses muitas vezes acabam por aceitar condições de trabalho fora da lei ou superexploratórias por medo de perder o emprego. Os sindicatos palestinos dos TPO não podem atuar em empresas israelenses e o novo movimento sindical dos trabalhadores palestinos cidadãos de Israel tem atuação bastante limitada em Jerusalém Oriental (ENGLERT, 2017; MANUEL, 2019). Na maioria dos casos, os trabalhadores palestinos ainda são obrigados a se filiar a Histadut para poder ter acesso aos direitos trabalhistas (SALEM, 2018b). Alguns sindicatos israelenses pequenos, como WAC-Maan e Kav LaOved, tem conseguido organizar e assegurar direitos de trabalhadores palestinos nas zonas industriais israelenses em Jerusalém Oriental de Atarot e Mishor Adumin, mas ainda de forma limitada (WAC-MAAN, 2018). A desunião dos trabalhadores palestinos em locais de emprego israelenses também ocorre por disputas entre jerusalemitas e cisjordanianos pelas mesmas vagas de emprego uma vez que os trabalhadores da Cisjordânia, por estarem numa situação de precarização e vulnerabilidade maior, acabam aceitando condições ainda inferiores as que os jerusalemitas normalmente estão dispostos a se submeter (SIEGMAN, 2018). Além disso, os locais de trabalho israelenses que empregam palestinos, até mesmo os mais banais como supermercados, podem vir a ser espaços

securitizados de vigilância e controle bastante rígidos onde praticamente todos os funcionários israelenses serviram nas Forças Armadas ou em alguma das forças policiais israelenses, carregando consigo técnicas militares e policiais na administração dos locais de trabalho (idem).

Já em locais de emprego palestinos, a capacidade de organização dos trabalhadores nativos é limitada pelo fato da maioria dos empregadores palestinos em Jerusalém serem pequenos comércios familiares que contratam poucos profissionais, normalmente parentes em condição de informalidade (JAFARI et al., 2019). Ademais, muitos empresários e líderes sindicais acabam tendo uma relação mais próxima por causa da questão nacional e conexões com a AP, reduzindo a capacidade de organização dos trabalhadores e cumprimento dos seus direitos de acordo com a legislação palestina. Por fim, há os imperativos da razão neoliberal empregadas pelo regime colono em Jerusalém como forma de provocar desunião e produzir consentimento entre camadas da classe trabalhadora palestina à ordem hegemônica por meio de incentivos à atividade empreendedora, principalmente de jovens e mulheres palestinas de Jerusalém Oriental, conforme será discutido nos capítulos seguintes. Isto é, as divisões de classe e as fragmentações socioespaciais entre os palestinos, além da dependência econômica ao capital israelense, impedem a união e mobilização maior dos palestinos em questões trabalhistas e nacionais. Já a união com os explorados israelenses não ocorre pelas dinâmicas de valorização e desvalorização do governo colonial da diferença racial.

Os trabalhadores israelenses judeus precarizados e o movimento sindical sionista hegemônico, apesar de enfraquecidos pelo neoliberalismo, normalmente rejeitam a união e a solidariedade com os trabalhadores palestinos por causa de ideologias racistas-coloniais, mas também por causa da concorrência no mercado de trabalho (ENGLERT, 2017; GUTWEIN, 2017). O precariado israelense judeu tende a defender a ocupação e a colonização não apenas por oferecer moradias baratas em terras palestinas expropriadas como mecanismos de recompensa à deterioração do estado de bem-estar social, mas também por assegurar uma série de tecnologias formais e informais que constituem uma barreira de cor no mercado de trabalho israelense. Este sistema comum aos regimes de apartheid tem sido mantido no neoliberalismo principalmente pela atuação da Histadut, o tradicional sindicato sionista que, apesar de ter perdido força pela ascensão do sionismo neoliberal, serve enquanto um “leão de chácara” na defesa de privilégios aos trabalhadores israelenses no mercado de trabalho e no constante direcionamento dos palestinos para posições mais exploratórias, perigosas e com baixos salários (idem). Dessa forma, os explorados e oprimidos israelenses, mesmo diante da

deterioração da espoliação neoliberal, se mantém como parte do bloco histórico dominante oposto aos palestinos também precarizados e despossessados.

A força da divisão racial estrutural apesar das instabilidades das crises provocadas pelo neoliberalismo ficou evidente nas manifestações do J-14 em 2011, quando não houve uma união através das diferenças raciais sequer entre os trabalhadores judeus no interior da sociedade sionista tampouco uma solidariedade com a Questão Palestina (ENGLERT, 2017). Englert (2017) nota como as reivindicações do movimento J-14, formado principalmente pela classe média *ashkenzim* ligada ao antigo movimento trabalhista que perdeu alguns dos privilégios concedidos pelo Estado, exigiam recompensa pela sua adesão ao projeto sionista, como servir nas Forças Armadas. No entanto, as demandas das populações judaicas *mizrahim* e africanas marginalizadas dentro da sociedade colona e a questão da Palestina — em ambos lados da Linha Verde —, assim como a atividade de movimentos de base e sindicato de trabalhadores, foram excluídas pelas lideranças *ashkenazim* (idem). Apesar de a resposta imediata do Estado e das classes dominantes ter sido acusar os manifestantes de falta de patriotismo, de que “justiça social” mina a superioridade judaica e que as necessidades de segurança vêm antes das econômicas, o movimento em nenhum momento contestou a estrutura colonial do Estado de Israel (idem). Dessa forma, os protestos permitiram às classes dominantes israelenses reformarem as formas de governo dos israelenses judeus a partir da introdução de novos mecanismos de recompensa neoliberais, como será tratado no capítulo 5.

Portanto, dentro dessa dinâmica racialmente estruturada de fragmentação do tecido social, as crises, tensões e mobilizações populares contra a opressão e a exploração pelas classes dominantes neoliberais israelenses tem se tornado mais constantes, mas não parecem conseguir atingir a estrutura do regime colono de apartheid neoliberal. Apesar do racismo colonial ser fator de constante desestabilização pela sua permanente violência colonial que provocam distúrbios de curto prazo no processo de acumulação, o racismo estrutural serve ao mesmo tempo de base sólida no longo prazo ao evitar que o regime colono e as suas políticas neoliberais tenha o seu núcleo ameaçado pelas fraturas que provoca entre a população explorada e oprimida. Logo, o racismo colonial estanca as vulnerabilidades produzidas pelas contradições do capitalismo ao fragmentar a luta dos subalternos, e conter a formação de um movimento contrahegemônico de massa que tenha como alvo simultaneamente as suas faces colonial e neoliberal e não apenas contra uma ou outra. Consequentemente, as crises podem acabar por se restringir a oportunidades para as classes dominantes reproduzirem as suas formas de governo

que continuem a promover o desenvolvimento desigual e combinado a partir das diversas divisões na sociedade produzidas pelas diferentes combinações de raça, classe e espaço.

4.5 Considerações Finais

Neste capítulo, nós demonstramos como o neoliberalismo em Jerusalém tem se beneficiado das clivagens raciais produzidas historicamente pelo colonialismo por povoamento para avançar o seu modo de acumulação e reprodução em benefício das classes superiores israelenses às custas da terra e do trabalho dos subalternos. Este processo tem afetado principalmente os nativos palestinos, mas também, em menor, os judeus de origem árabe e africana que estão na base na pirâmide social da sociedade israelense e os trabalhadores de classe média israelenses *ashkenazim*. A adequação à globalização neoliberal pelas classes dominantes sionistas tem servido como principal forma do regime colono pré-acumular externamente capital e legitimidade para continuar a ter um diferencial na guerra contra a população palestina em torno das suas reivindicações exclusivistas de soberania racial sobre a terra indígena e os seus recursos naturais. No entanto, a crescente dependência em relação ao trabalho nativo palestino pelo capital israelense em consequência das neoliberalizações se constitui enquanto uma vulnerabilidade que poderia servir de imperativo econômico para a confrontação do regime de apartheid neoliberal.

Apesar dessa vulnerabilidade provocada pelas crescentes espoliações do governo colono-neoliberal ter ficado evidente nos protestos dos israelenses de 2011 e dos palestinos jerusalemitas de 2014-2017 contra os efeitos da neoliberalização em curso e a crescente precarização da vida dos trabalhadores em diversos aspectos da reprodução social, como a questão da moradia e a violência estatal, nós entendemos que o racismo colonial estrutural constitui, ao mesmo tempo, uma solidez à neoliberalização por manter racialmente fraturada a classe trabalhadora em Palestina/Israel. Consequentemente, ao inibir a solidariedade inter-racial entre todos os trabalhadores precarizados e revoltosos, o racismo colonial faz as rachaduras e crises se restringirem à superfície do processo histórico ao mesmo tempo que torna essas instabilidades mais frequentes e ordinárias a partir do entrelaçamento com o neoliberalismo e do espalhamento da precarização por diferentes classes das populações privilegiadas e subalternas. Logo, a possibilidade de constituição de um front contrahegemônico que pudesse explorar essas vulnerabilidades é pacificada.

5 NEOLIBERALISMO NA FRONTEIRA COLONIAL DE JERUSALÉM: TURISMO, ALTA TECNOLOGIA E O ATIVISMO EMPREENDEDOR COLONO

As manifestações israelenses de 2011 significaram uma importante fratura na sociedade sionista, mas não motivaram o fim do governo de Benjamin Netanyahu enquanto primeiro-ministro ou de Nir Barkat como prefeito de Jerusalém. Apesar de políticos com as suas diferenças, Barkat e Netanyahu são representante do sionismo neoliberal que se tornou hegemônico na sociedade israelense após Oslo e esteve no centro dos protestos. A neoliberalização foi sem dúvida a principal razão para essa manifestação de massa entre os judeus israelenses, que chegou a ter 90% de apoio popular nas primeiras semanas num país que já é o mais desigual entre aqueles que compõe a OCDE e vê a pobreza e precarização de setores judaicos apenas aumentar (ENGLERT, 2017; NEWMAN, 2017). Foi marcante a nostalgia dos manifestantes com os antigos elementos que constituíam a coesão social da população judaica israelense em torno das ambições coloniais do projeto sionista, como o trabalho assalariado, o movimento trabalhista organizado e o estado de bem-estar social que tem sido dilapidados pela neoliberalização (idem). No entanto, após quase uma década, o impacto dos atos de 2011 não significou o terremoto sobre a ordem neoliberal como parecia indicar, mas pelo contrário: tem ocorrido um aprofundamento e consolidação da razão neoliberal na sociedade israelense.

Embora Barkat e Netanyahu tenham tido percalços eleitorais na década passada, as alternativas políticas se mantiveram dentro do espectro do sionismo neoliberal²⁸. A persistência de representantes do sionismo neoliberal tanto na direção de governos como nas bases sociais israelenses sinalizaria a consolidação da sua hegemonia apesar da ampla insatisfação de setores socialdemocratas e trabalhadores (DAYAN, 2019; ENGLERT, 2017; GUTWEIN, 2017). Isto é, o “silenciamento colono” tem sido assegurado pelas classes dominantes através do neoliberalismo embora as suas reformas estruturais venham erodindo as estruturas do estado de bem-estar social que historicamente asseguravam a coesão interna da sociedade israelense em

²⁸ Mesmo após diversos escândalos de corrupção e anos de desgaste no poder, Netanyahu se manteve como o primeiro-ministro de Israel após um truncado processo eleitoral contra Benny Gantz, um general com grande apoio das classes médias liberais israelenses. Em 2020, em meio à pandemia de coronavírus e um impasse eleitoral levou Netanyahu e Gantz a formarem um governo de coalização nacional. No mesmo ano, Trump, Netanyahu e Gantz anunciaram o “Acordo do Século”, que enterrou definitivamente qualquer possibilidade negociação política descolonizadora com os palestinos e avançou a consolidação do apartheid neoliberal em toda Palestina/Israel. Já Barkat entrou para a política nacional após deixar a prefeitura de Jerusalém em 2018 sem eleger quem era apontado como o seu sucessor natural, Zeev Elkin, o ministro para Assuntos de Jerusalém e também integrante do Likud. No entanto, enquanto o seu sucessor, Moshe Lion, um burocrata *mizrahi* religioso, tem seguido a cartilha do urbanismo empreendedor na gestão da cidade, o segundo colocado nas eleições foi o jovem empresário e ativista social ashkenzi Ofer Berkovitch, líder de um movimento de jovens judeus judeus que almejam acelerar a secularização e a neoliberalização da cidade.

torno da consolidação e expansão das fronteiras coloniais. Logo, este capítulo busca compreender como a coesão social e a solidariedade entre os judeus israelenses em torno da legitimidade do sionismo enquanto ideologia dominante e do colonialismo enquanto prática central do seu projeto naquele território tem se mantido apesar das desestruturação do estado de bem-estar social e do trabalho assalariado como instituições basilares do sionismo, do Estado de Israel e do colonialismo israelense.

Diferente do início, quando era restrito a uma ideologia de judeus *ashkenazim* de elite, o sionismo neoliberal inclui judeus de diferentes etnias, orientações religiosas e filiações partidárias e conduzem o processo colonial desde cima e desde baixo. ONGs, movimentos sociais e corporações privadas informados pela razão neoliberal se constituem como a linha de frente na expansão e na consolidação da fronteira colonial israelense (CLARNO, 2017; ENGLERT, 2017; YACOBI, 2016). Não é novidade que a expansão colonial pode ser uma atividade imobiliária lucrativa para alguns setores da economia, como a construção civil e o mercado financeiro (GUTWEIN, 2017; NEWMAN, 2017). Nas últimas décadas, entretanto, os atores que compõe a coalização colonial-neoliberal têm ultrapassado o tradicional campo formado por mercado imobiliário, planejadores urbanos e setores diretamente relacionados à reprodução espacial. Como notamos no capítulo 2, o urbanismo empreendedor tem sido um fenômeno que expande sua base social de apoio à medida que a mercantilização da vida pelo neoliberalismo também amplia as suas fronteiras.

Se antes o lucro era um resultado lateral da colonização israelense e normalmente fruto de corrupção no aparato burocrático que conduzia o processo, agora ele se constitui como um elemento central e legitimador da atividade colonial (DAYAN, 2019). Isso tem resultado na adaptação de antigos atores de proa da atividade colonial à razão neoliberal e na inclusão de novos agentes na coalização por trás do fortalecimento e expansão da fronteira colonial. Entretanto, isso não quer dizer uma diminuição da importância do Estado e do nacionalismo no processo, mas um compartilhamento maior da atividade colonial com a sociedade civil, ONGs e corporações neoliberais que avançam o processo colonial de forma mais elusiva como se fosse um resultado natural das relações de mercado. Além disso, a neoliberalização do sionismo criaria a ilusão de que os atores neoliberais agem em benefício de toda a nação sionista, como para a diminuição do preço da moradia ou o avanço tecnológico da “nação empreendedora”. Contudo, na realidade, essas práticas servem prioritariamente para a acumulação das elites.

Em Jerusalém, este fenômeno pode ser visto, por exemplo, na adoção do urbanismo empreendedor por organizações não governamentais de colonos, como a Elad, na construção de assentamentos em bairros palestinos de Jerusalém Oriental que servem ao mesmo tempo aos propósitos de judaização e de neoliberalização. Este é o caso do complexo turístico e arqueológico sionista da Cidade de David, uma colônia altamente securitizada incrustada no interior do bairro palestino de Silwan, nas imediações da Cidade Velha. Se juntar à coalizão neoliberal voltada para a promoção do turismo em Jerusalém foi fundamental para os colonos da Elad avançarem a colonização de Silwan após anos de restrições jurídico-legais. No entanto, compreender a forma como a neoliberalização impacta a forma como a atividade colonial assegura o consentimento popular israelense e recruta novos colonos não se restringe às atividades explicitamente coloniais e tampouco à Jerusalém Oriental. Nós reivindicamos os esforços de construção do ecossistema empreendedor em Jerusalém também devem ser entendidos como parte do mesmo fenômeno. Algumas ONGs comandadas por jovens judeus seculares do ramo cultural e *high tech*, como New Spirit e Made in JLM, tem atuado em coordenação com as elites estatais e empresariais neoliberais para atrair capital e novos colonos para viver na cidade por meio do mercado. Logo, a expansão da fronteira israelense na Palestina não se restringiria à materialidade limítrofe de uma casa judaica localizada na dobra de um bairro palestino, mas seria um processo com diversos *fronts* que compõe a expansão da fronteira em Jerusalém num sentido mais amplo, podendo inclusive incluir um espaço já assentado.

As dinâmicas do colonialismo por povoamento não são estáticas e estão em constante disputa em torno das reivindicações de autoridade dos não nativos pelas terras do povo indígena nas milhares fronteiras que compõe o processo colonial mesmo em condições supostamente de “pós-fronteira”, no qual os colonos já tiveram a sua autodeterminação formal sobre um território reconhecida internacionalmente. Como aponta Wolfe (2006), a invasão não é um evento histórico, mas uma estrutura voltada para o desaparecimento nativo. Classificar o colonialismo por povoamento enquanto estrutural tem um duplo sentido para o autor: como “formação social complexa e continuidade”, conformando uma base que seria radicalmente contrária a mudanças e que também faria do colonialismo um processo permanente. Logo, o sentido estrutural permite traçar uma continuidade histórica na despossessão de ontem e hoje de povos indígenas promovida por colonos que nunca foram embora e continuam a assegurar por meios (neo)liberais um regime de hierarquia racial voltado para a despossessão nativa.

A importância de abordar o sentido estrutural da colonização israelense é permitir identificar as continuidades e descontinuidades dos fatores materiais e subjetivos alavancados pela coalizão que historicamente compõe o projeto sionista e que o possibilita reproduzir as condições econômicas, políticas, sociais e ideológicas na formação e avanço da fronteira colonial de despossessão nativa em meio às crises e transformações sociais do capitalismo. Este paradigma permite incluir em um mesmo quadro analítico e classificar como parceiros complementares na coalização que conforma a fronteira colonial em Jerusalém setores antagônicos nas “guerras culturais” na sociedade israelense, como os ultranacionalistas religiosos e os artistas e empresários seculares, mas que concordam no consentimento ao neoliberalismo. Além disso, permite enxergar como a colonização neoliberal também é conduzida diretamente e desde baixo por ONGs e a sociedade civil “autônoma” e “empoderada”, mas em íntima coordenação com o Estado, empresas e agentes externos que compõe a base transnacional de sustentação social, moral e econômica ao sionismo neoliberal. Dessa forma, pretendemos demonstrar como a colonização avança de forma consciente e alienadas por colonos que tem agendas e ideologias distintas, mas contribuem para a consolidação e expansão de diferentes *fronts* na fronteira colonial.

No caso de Palestina/Israel, essa importância é ressaltada pois existe um esforço muito grande entre os colonos em diferenciar entre aqueles que são mais ou menos responsáveis pela permanência da colonização da Palestina. Historicamente, os colonos ultranacionalistas e religiosos são retratados como os vilões dessa história que exime os seculares liberais defensores da “paz econômica” de maior responsabilidade. Os sionistas liberais seriam os verdadeiros portadores dos valores morais de um sionismo ético que, na realidade, nunca existiu materialmente e se confinou às ideias de antigos ideólogos do sionismo, como Martin Buber, ignoradas pelos dirigentes sionistas e israelenses na fronteira colonial da Palestina. Logo, trazer estes atores que são antagônicos no interior da sociedade israelense para uma análise conjunta pela perspectiva da teoria do colonialismo por povoamento busca dizer uma verdade a respeito do processo colonial do ponto de vista dos nativos. Para os povos indígenas, o que é verdadeiro aos palestinos, a relação colonial em termos binários como colono e nativo, colonizador e colonizado, e opressor e oprimido, ainda faz sentido (BARAKAT, 2018). Como observa Wolfe (2016 apud BARAKAT, 2018), a teoria do colonialismo por povoamento traz de volta o binarismo ao reivindicar a clivagem entre colono e nativo como a relação dialética a partir da qual é possível compreender todos os demais múltiplos desdobramentos do passado e do presente em Palestina/Israel. Ele nota, inclusive, que essa perspectiva binária gerou críticas

apenas entre colonizadores e seus apoiadores, nunca entre os colonizados. Esse entendimento estrutural e binário das relações sociais concretas concorda com as reivindicações de autores como Said, Fanon e Memmi de que toda a sociedade colonial seria estruturalmente opressora independente das ações individuais dos sujeitos colonos. O “silenciamento colono” seria baseado, justamente, em privilégios que os colonos gozam coletivamente a partir naturalização das relações sociais de propriedade e benefícios sociais assegurados por meio da pilhagem colonial independente da sua vontade individual no presente (ENGLERT, 2017).

Aos olhos do colonizados, todos os europeus nas colônias são colonizadores *de facto*, e queiram ou não, são colonizadores de alguma forma. Seja pela sua posição de privilegiados econômico, pelo pertencimento ao sistema político de opressão, ou pela participação em um complexo efetivamente negativo diante do colonizado, eles são colonizadores. (MEMMI, [1965] 2003, p. 174, tradução nossa).

Dessa forma, este capítulo se dedica a debater as razões simbólicas e objetivas que tem permitido ao neoliberalismo se consolidar enquanto ideologia hegemônica no projeto sionista apesar de um período de grande contestação social interna, pela socialdemocracia israelense e o anticolonialismo palestino, e também externo, pelas campanhas de boicote, desinvestimentos e sanções ao apartheid israelense. Apesar de ser um fator de amplas desestabilizações e fraturas dos valores hegemônicos originais que poderiam indicar um caminho a direção da descolonização, nós argumentamos que a razão neoliberal tem permitido a construção de um novo senso comum colono que permite ao processo colonial prosseguir naturalmente a partir de relações de privilégio cotidianos que não são identificadas diretamente com a desposseção nativa e permitem aos colonos comuns reproduzirem e legitimarem a colonização “inocentemente” e impunemente (DORRIES; HUGILL; TOMIAK, 2019; VELEDNITSKY; HUGHES; MACHOLD, 2020). Logo, a atividade empreendedora seria uma nova modalidade de atração e recompensa material e subjetiva aos colonos que se juntam ao esforço de consolidação e expansão da fronteira e demonstram lealdade ao projeto colonial israelense. Isto é, a versão neoliberal do “salário de padrão europeus” e do “novo homem hebreu” que os dirigentes do Yushuv buscavam assegurar aos colonos judeus no início do século XX.

Diferentemente do que parte da literatura argumentou no passado, a neoliberalização não teria significado uma regressão do campo nacionalista que almeja colonizar toda a Palestina e fazer dela uma Grande Israel ou ainda uma desestruturação completa da solidariedade entre os judeus sionistas em Israel e no exterior pela proliferação de seus valores individualistas e de enriquecimento pessoal (RAM, 2013). O neoliberalismo seria um processo de transformação das bases sociais, materiais e ideológicas que tem permitido a reprodução da hegemonia e da

legitimidade do sionismo e do seu projeto colonial na Palestina em relação à população judaica tanto em Israel como no exterior, além das elites políticas e econômicas globais. Nesse processo, antigos atores, como o movimento de colonos, se adaptam ao neoliberalismo, ao passo que novos atores, como os empreendedores *high tech*, assumem a direção da colonização.

No lugar da mitologia do antigo sionismo socialista-trabalhista de uma nação de trabalhadores esforçados que construíram com as próprias mãos e o suor do seu trabalho o Estado judeu, a razão neoliberal ofereceria a narrativa de uma “nação de empreendedores” (SENOR; SINGER, 2011) que atua com a mesma diligência dos pioneiros do passado na projeção de Israel como uma nação altamente tecnológica e moderna apesar do setor de alta tecnologia ter representados apenas 6% do PIB israelense (DAYAN, 2019). Ademais, a razão neoliberal informa um estilo de vida urbano ocidentalizado atraente aos jovens seculares israelenses ativistas-empreendedores israelenses. Apesar dos esforços de despolitizar o processo colonial e ocultar o envolvimento direto de atores políticos em questões “nacionais” como demografia e assentamento, a direção do Estado e o suporte da filantropia internacional sionistas continuam fundamentais para construir condições fora das relações do “livre mercado” para sustentar o estilo de vida dos colonos de forma despolitizada. Nessa perspectiva, o Estado mantém a centralidade do processo de regulação social da colonização por meio da JDA uma empresa pública responsável por diversos empreendimentos voltados para o desenvolvimento da cidade. Logo, apesar do neoliberalismo significar transformações no processo colonizador, estas parecem ser restritas mais ao conteúdo do que à forma da estrutura colona. Há uma transição do conteúdo da regulação social do projeto colonial sionista de um baseado no *welfare* para um de *workfare*, ou seja, da constituição de um estado de bem-estar social forte para construção de consentimento dos seus constituintes ao projeto colonial hegemônico para uma persuasão fundamentada em políticas sociais focalizadas para a capacitação empreendedora.

5.1 A hegemonia do sionismo neoliberal em Israel

A hegemonia do sionismo neoliberal contradiz as análises de parte da literatura de algumas décadas atrás que enxergavam a ascensão do neoliberalismo durante os anos de Oslo como a constituição de um “pós-sionismo” mais democrático e pacífico em que as ambições dos sionistas mais nacionalistas e religiosos seria superada em um momento em que havia ao menos a aparência de descolonização de parcela dos territórios palestinos conquistados (DAYAN, 2019). Nesse cenário, o projeto colonizador da “Grande Israel” que iria do rio Jordão ao mar Mediterrâneo daria lugar a uma Israel em coexistência pacífica e neoliberal com os

palestinos em que as ambições dos colonos mais radicais não teriam mais lugar. A identidade israelense e os valores e princípios básicos do sionismo vinham sendo radicalmente desafiados desde meados dos anos 1980, quando ocorreu um revisionismo histórico dos mitos fundadores do Estado de Israel realizado por historiadores israelenses a partir de documentos oficiais desclassificados pelo Estado depois de anos de silenciamento de críticas de palestinos, trazendo à tona os massacres coloniais da Nakba (DAYAN, 2019; PAPPE, 2006).

Sob grande influência da Nova Ordem Mundial unipolar liderada pelos EUA por meio do neoliberalismo de face humana de Bill Clinton, caminhar na direção da paz, da democracia e do neoliberalismo foram colocados como sinônimos para israelenses e palestinos. Logo, abandonar o comprometimento de solidariedade social com um estado de bem-estar social universal e adotar uma regulação social voltada para o mercado eram colocados como condições da ordem hegemônica global para a paz democrática em Palestina/Israel e no Oriente Médio. A “paz dos mercados” foi alegremente adotada pelas elites locais para a formação de um amplo corredor de livre mercado na região com Israel como o interlocutor entre as nações árabes e o capital ocidental (HANIEH, 2013). Para as elites políticas e econômicas globais, o neoliberalismo seria, ao menos em tese, um antídoto para a violência, o racismo e o colonialismo mais radicais dos ultranacionalistas.

O importante sociólogo israelense Uri Ram (2013) chegou a identificar uma bifurcação social da sociedade judaica israelense. De um lado, estariam as aspirações e horizontes das elites globais no “McWorld” de Tel Aviv e, do outro lado, as ambições etno-religiosas dos fundamentalistas na sua “Jihad” por Jerusalém. Para além de espaços urbanos materiais, Jerusalém e Tel Aviv, exprimem na análise de Ram (2013), significantes simbólicos e sociais representantes das esferas secular-neoliberal e da religiosa-nacionalista opositoras entre os israelenses. Portanto, o neoliberalismo seria um fenômeno que afetaria apenas a população secular e excluiria os nacionalistas mais conservadores. Estaria implícito neste argumento a reivindicação de que as ambições mais radicais dos grupos ultranacionalistas seriam antagônicas e descoladas do neoliberalismo e do mercado. Ao atribuir, mesmo que indiretamente, capacidades descolonizadoras e pacifistas ao mercado neoliberal, esse quadro analítico adotado por Ram (2013) reproduz as capacidades superiores morais e éticas do livre mercado competitivo vislumbradas pelos ideólogos neoliberais.

De fato, as neoliberalizações dos anos 1990 significaram uma perda de poder ao movimento dos colonos ultranacionalistas, como do Gush Emunim²⁹ (DAYAN, 2019). Ademais, o governo de Ariel Sharon (2001-2006), um dos mais proeminentes colonizadores dos TPO durante os anos 1970 e 1980, veio a ficar marcado por medidas de separação entre israelenses e palestinos, como o Muro, que restringia as ambições geográficas dos colonos, e pela retirada de assentamentos judeus da Faixa de Gaza e de parcela da Cisjordânia, em 2005. O retorno do movimento dos colonos ao poder com a eleição de Netanyahu em 2009, entretanto, não se deu por uma imposição da sua agenda às elites empresariais que também formam a base de apoio ao Likud, mas por uma adequação das estratégias das organizações de colonos ao neoliberalismo (idem). Essa nova relação entre os colonos e neoliberalismo fica evidente no deslocamento de empresas de alta tecnologia para assentamentos ultra ortodoxos como forma de explorar a mão de obra barata *haredim* no que Algazi (2006) chamou de “Sionismo Offshore”. Além disso, os movimentos de colonos se tornaram grandes defensores das privatizações à medida que estas passaram a tornar ainda mais atraentes os benefícios sociais oferecidos para os israelenses trabalhadores mais vulneráveis pelo declínio do estado de bem-estar social resultante das reformas neoliberais (GUTWEIN, 2017).

Gutwein (2017) nota como a crítica da esquerda sionista anti-ocupação de classe média à política de assentamentos suburbanos privados nos TPO alienou a classe trabalhadora israelense precarizada pelas reformas neoliberais da sua histórica base social de apoio. Essa movimentação ocorre de forma definitiva quando os trabalhistas israelenses adotaram o paradigma neoliberal durante os anos de Oslo, mas sem oferecer nenhum mecanismo de recompensa substituto ao fim da colonização e do estado de bem-estar social universal. Mesmo diante do mais recente declínio da moradia na fronteira colonial como fator para contrabalancear a precarização neoliberal sobre o trabalho e a moradia com o avanço das reformas neoliberais até mesmo sobre os benefícios sociais para a política de assentamento, a direita nacionalista, religiosa e neoliberal continua a oferecer alternativas mais atraentes para as camadas mais baixas da sociedade ao promover um regime de lealdade para aqueles que participam ativamente do projeto sionista neoliberal (GUTWEIN, 2017).

O regime de lealdade se consiste em pagamentos pelo Estado de benefícios específicos para populações focalizadas envolvidas com alguma dimensão do projeto sionista como forma

²⁹ O Gush Emunim foi o principal movimento de colonos responsável por expandir a colonização nos TPO por razões ultranacionalistas e religiosas depois da Guerra do Yom Kippur, em 1973. Ele marca uma virada ultranacionalista e religiosa da sociedade israelense até então secular e socialista. Ver: HUBERMAN, 2014.

de “motivar ou recompensar cidadãos que servem a interesses tangíveis ou simbólicos do estado, e são legitimados por uma economia moral ao bem-estar coletivo” (SHALEV, 2008 apud ENGLERT, 2017). Há diversas formas de recompensa ligadas à identidade judaica-sionista e aos conflitos decorrentes do processo colonial: ajuda aos novos imigrantes que chegam aos país se assentarem; recompensa às vítimas do Holocausto; recompensa aos militares e civis vítimas de conflitos armados (idem). Mais recentemente, políticos de direita tem reivindicado isenções fiscais e outras formas de recompensa para regiões pobres e periféricas de Israel, como cidades do deserto do Negev, que votaram no seu partido (GUTWEIN, 2017). Este último conjunto de medidas do regime de lealdade é rejeitado pela esquerda sionista por considerá-lo antidemocrático, entretanto, os trabalhistas continuam deixar de atentar para o caráter inerentemente de-democrático da agenda neoliberal privatista e espoliadora responsável pelo aumento da desigualdade e que ainda insiste em defender (idem).

Consequentemente, o resultado da crise de identidade no seio do projeto sionista que supostamente resultaria numa Israel “pós-sionista” mais democrática e pacífica foi exatamente o inverso. Há uma hegemonia de um sionismo neoliberal predatório que espolia de forma crescente tanto a população judaica como o povo palestino em nome dos interesses de uma classe dominante sionista — predominantemente *ashkenazim* — cada vez menor e mais rica. Essas elites neoliberais atuam em conjunto dos interesses dos capitais globais e das potências imperiais num mundo que, ao longo dos anos 2010, veio a ser cada vez mais caracterizado por um ultranacionalismo agressivo e militarizado que tem em Israel e no sionismo contemporâneos uma referência importante (DAYAN, 2019). Essa transformação da sociedade israelense que assegura a hegemonia do sionismo neoliberal fica evidente na comparação entre os dois períodos em que Netanyahu ocupou a cadeira de primeiro-ministro. Na sua curta gestão entre 1996 e 1999, a agenda nacionalista-religiosa-neoliberal de Netanyahu foi impedida pela força social do “campo da paz” e do sionismo socialdemocrata. Eleito novamente em 2009, Netanyahu continua no poder após diversas crises provocadas por escândalos de corrupção, a desigualdade econômica e a resistência palestina. Em 2014, Pappe (2016) já apontava para a constituição de um neossionismo caracterizado por uma reação dogmática após o breve período de liberalização pós-sionista nos anos 1990.

Em uma análise consistente a respeito dos impactos do neoliberalismo e da globalização sobre o sionismo desde os anos 1990, Hilla Dayan (2019) examina diversas formas como as elites sionistas têm mantido legitimidade e lealdade em relação à “sociedade sionista” dentro e

fora do território de Palestina/Israel. Por exemplo, a política externa de Israel com outras nações e também com a diáspora judaica era realizada principalmente pela chancelaria e por antigas instituições sionistas economicamente independentes, como a Agência Judaica. Agora, o Estado centraliza e financia um enorme e diverso aparato burocrático transnacional para uma intensa campanha de propaganda com a importante participação de israelenses emigrados que atuam no exterior como “soldados” na guerra em defesa da imagem internacional do país manchada pelo movimento BDS e que tem impactado diretamente no apoio da diáspora judaica, na atração de novos colonos e provocado boicotes e desinvestimentos (DAYAN, 2019). Já diante da crescente desigualdade na sociedade israelense, que contradiz a imagem de Israel como o lar nacional para os judeus de todo o mundo poderem viver em segurança e prosperidade, Dayan (2019) aponta a centralidade do slogan da “Nação Empreendedora” como uma nova “história de sucesso” que tem feito o desenvolvimento de um pequeno nicho de empresas do mercado de alta tecnologia em coordenação com a acumulação de ativos financeiros e a expansão do PIB nacional um motivo de orgulho nacional de todos os israelenses, inclusive da precarizada classe trabalhadora israelense. Ela nota, inclusive, como o setor de alta tecnologia foi cercado de uma aura de pioneirismo característica do colonialismo sionista.

5.1.1 A razão neoliberal como fundamento material e subjetivo do colonialismo israelense

Em contribuição ao argumento de Dayan (2019) da aproximação entre o empreendedorismo neoliberal e o colonialismo sionista para a constituição de uma nova mitologia capaz de servir à constituição de legitimidade simbólica e econômica de Israel em relação aos seus sujeitos, reivindicamos que a proliferação da razão neoliberal tem servido como instrumento adequado para corresponder aos anseios subjetivos e materiais dos agentes do colonialismo por povoamento tanto desde cima como desde baixo. O *ethos* partilhado por colonialismo por povoamento e neoliberalismo de acumulação pela despossessão permitiria aos colonos avançarem as suas ambições inerentemente caracterizadas por um sentido de risco, pioneirismo e busca por liberdade às custas da espoliação violenta dos nativos enquanto o livre exercício da atividade empreendedora, que é constituída por noções de risco do investimento, pioneirismo na inovação e liberdade de troca. Isto é, a razão neoliberal cria um sujeito colono sionista adaptado às exigências predadoras da globalização neoliberal, inclusive a progressista, para corresponder às necessidades materiais e subjetivas de avançar o colonialismo no presente.

Dessa forma, a razão empreendedora permite aos colonos exercerem explicitamente a sua autonomia insurgente característica de processos de colonialismo por povoamento, em que

grupos de indivíduos imbuídos da soberania colona empurram a fronteira colonial de forma privada com o apoio do Estado, como uma atividade de mercado (SINGH, 2016). Essa característica insurgente e empreendedora dos colonos pode ser vista historicamente, por exemplo, na atuação de colonos estadunidenses que fizeram uma revolução em nome do direito de expropriar terras dos povos indígenas e escravizar corpos negros (idem).

O caso da indústria de *high tech* é particularmente revelador da conexão entre colonialismo e o neoliberalismo por uma série de razões. As técnicas e tecnologias militares e de segurança desenvolvidas pelos israelenses são diretamente relacionadas à sua experiência na colonização da Palestina, nas guerras contras as nações árabes da região e na construção da nação sionista em que os agentes de segurança sionistas se colocavam o desafio de materializar as ambições exclusivistas do processo de colonialismo por povoamento (HALPER, 2015; STOCKMARR, 2015). O controle de fronteiras que os tem separado dos palestinos, a edificação de muros para a proteção dos assentamentos de ontem e hoje, a vigilância de ambientes palestinos urbanos densamente povoados, e a dispersão de manifestações em massa que ocorrem semanalmente com bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo e técnicas tiros que almejam aleijar ou cegar propositalmente os palestinos para incapacitá-los sem aumentar o número de mortes e presos, são algumas das mercadorias exportadas pelos israelenses (idem).

Diversos autores vem demonstrando como a indústria de segurança tem servido para os israelenses manterem o seu prestígio, relevância, influência e independência na condução da sua política externa em meio ao crescimento das campanhas de BDS ao comercializarem técnicas e tecnologias de segurança cada vez mais necessitadas pelas elites globais a medida que as reformas estruturais neoliberais provocam o aumento da precarização, do empobrecimento, da insatisfação e da revolta popular ao redor do mundo (HALPER, 2015; MACHOLD, 2015). A privatização da indústria militar estatal foi uma forma encontrada pelas elites de segurança militar israelenses de manter o seu prestígio e influência sobre as esferas civis da sociedade por meio da mercantilização e exportação dos seus conhecimentos militares enquanto “especialistas em segurança” (HEVER, 2019). Além disso, também contribuir para a terceirização da administração colonial da vida dos palestinos nos TPO desde Oslo, agora prioritariamente regulada pela AP e por empresas de segurança privadas israelenses, o que dá a impressão de uma “retirada” das forças militares israelenses do cotidiano da ocupação (HEVER, 2019; SAMOUR, 2016). A subjetividade neoliberal tem ainda orientado a conduta do soldado israelense profissionalizado como um sujeito livre e ético que se automonitora para

constantemente melhorar a sua conduta e também no serviço militar como uma etapa para conseguir um emprego na indústria high tech (EASTWOOD, 2017; STOCKMARR, 2015).

Foi com a conversão das tecnologias e técnicos militares em civis que a indústria *high tech* se expandiu e se consolidou em Israel em conjunto dos investimentos externos dos anos de Oslo, inicialmente caracterizada pelo setor de segurança nacional (GORDON, 2010). Longe de ser vista como um demérito pelos israelenses e a indústria como um todo, essa característica tecno-militar faria do empreendedor israelense um sujeito singular pela articulação com uma mentalidade nacionalista, uma tradição educacional, intelectual e comercial do povo judeu e a necessidade de inovação para sobrevivência no refúgio na Palestina no processo de “civilização” do Oriente (STOCKMARR, 2015). Segundo a imagem projetada pelo setor, o empreendedor israelense é um ator particularmente imbuído de alto capital humano/intelectual apto ao mercado competitivo, à inovação constante e ao sucesso na atividade empresarial (idem). A exposição ao risco no serviço militar faria dos engenheiros, cientistas e empreendedores israelenses desenvolverem uma capacidade de criatividade que os obrigaria a “pensar fora da caixa” e não capitularem a regras, convenções e censura³⁰ (idem), qualidades desejadas em qualquer empreendedor. Isto é, a razão neoliberal oferece as capacidades subjetivas e objetivas necessárias para o colono sionista prosperar e defender a nação da mesma forma que o “novo homem hebreu” era adaptado às condições do capitalismo do seu tempo.

A síntese dessa narrativa pode ser encontrada no livro “Nação Empreendedora” (SENOR; SINGER, 2011) que tem servido como importante instrumento de propaganda do sucesso do sionismo neoliberal para públicos interno e externo. Nessa publicação, os autores identificam as características culturais históricas como as responsáveis por fazer de Israel uma “nação com um propósito” e do empreendedor israelense excepcionalmente inovador e dinâmico. Em diversos veículos de propaganda, como da ONG Start Up Nation Central, a fonte dessa criatividade empresarial é identificada no termo popular *chutzpah*, que significa “audácia” ou “nervo” e descreve um traço cultural e estratégia militar característica da mentalidade israelense de desafio e insatisfação (STOCKMARR, 2015). Quando bem aplicado na prática empresarial, significa a celebração dos melhores negócios e das ideias mais criativas.

^{30 30} Essa característica militar possibilitou ainda a rápida recuperação da indústria de tecnologia israelense depois do estouro da bolha da internet em 2001 e da Segunda Intifada no país por causa do aumento da demanda global por produtos de segurança após o 11 de setembro de 2001 (GORDON, 2010). Logo, qualquer ameaça e problema poderia ser superada pelo esforço criativo dos técnicos e empresários israelenses com experiência militar para cumprir as metas com eficiência e trazer soluções do “jeito israelense” (STOCKMARR, 2015).

Esta seria uma característica inata ao povo judeu e, portanto, ao empreendedor israelense no progresso científico e sucesso industrial de Israel. Dessa forma, os incentivos à atividade empreendedora uma estratégia de oferecer as condições para a prosperidade material dos colonos e também uma valorização da identidade sionista no contexto neoliberal.

Esse tipo de política típica da ideologia neoliberal progressista não seria restrito à direita ou à esquerda sionistas, mas faria parte do novo consenso sionista³¹ forjado pelo neoliberalismo e, como veremos abaixo, envolveria um entendimento bastante particular de diversidade e tolerância. Desde Oslo, a esquerda israelense tem sido uma das principais promotoras dessa renovação neoliberal do sionismo que até então era uma bandeira da direita. Por exemplo, Shimon Peres, ganhador do Nobel da Paz por Oslo, foi o principal promotor da ideia e de projetos voltados para a tecnologia como agente de desenvolvimento econômico, democracia, paz e coexistência com os palestinos até a seu falecimento, em 2016. Esse tipo de visão tem sido continuado por diversos programas em todo o país promovidos por seu instituto, o Peres Center for Peace and Innovation, sediado em um moderno edifício em Jaffa, uma cidade palestina que se tornou um subúrbio artístico gentrificado de Tel Aviv.

É reveladora a presença da ONG de Peres e demais organizações da sociedade civil que partilham a agenda que alia “paz neoliberal” e “sionismo neoliberal” no processo de modernização do tecido urbano de Jerusalém nas últimas décadas. Essas organizações entram com o conteúdo por meio do qual o processo colonial opera em Jerusalém de forma a fazer do seu desenvolvimento socioeconômico por meio da construção de um ecossistema empreendedor *high tech* integrado ao modelo de sucesso do sionismo neoliberal que tem sido aplicado em Tel Aviv. Isto é, fazer de Jerusalém, uma cidade que ainda possui uma imagem de empobrecimento, perigo, religiosidade e conflito, em um local onde judeus de todo mundo possam viver e empreendedor num ambiente vibrante, rico e seguro. Dessa forma, se expande as relações sociais hegemônicas de mercado, nacionalidade e colonialidade israelenses sobre

³¹ O sionismo nunca foi uma ideologia ou um movimento unitário e estático, mas tem sido amplamente disputado e caracterizado por sua diversidade antes mesmo de se constituir enquanto um movimento político para a colonização da Palestina no final do século XIX. Diversos autores demonstram como o sionismo político, fundado por Herzl nos anos 1890, fez diversos comprometimentos para construir um consenso entre as principais tendências sionistas da Europa Oriental da época: os sionistas socialistas, que almejavam se libertar pela construção de uma classe trabalhadora judaica, e o sionismo religioso, que almejava reconstruir a bíblica Terra de Israel na Palestina, fazer de Jerusalém uma Meca para os judeus e resgatar a espiritualidade dos judeus assimilados à Europa. Depois disso, a principal dissidência no movimento sionista foi o revisionismo de Jabotinsky, orientado pela doutrina da “muralla de ferro” e que veio a ser o patriarca da direita israelense e do Partido Likud, atualmente a direção do sionismo neoliberal hegemônico. Ver: FINKELSTEIN, Norman G. Imagem e realidade do conflito Israel-Palestina. Editora Record, 2005. SHLAIM, Avi. A Muralha de Ferro: Israel e o mundo árabe. Fissus, 2004.

Jerusalém e todos os jerusalemitas, incluindo judeus e palestinos. Essa reprodução socioespacial constitui as condições “amigáveis ao mercado” para o avanço do capital colonial e transnacional, assim como para a reproduções das condições materiais de sustentação do sionismo e do seu projeto colonial entre os seus sujeitos colonos. Segundo Keidar, a estratégia de tornar Jerusalém uma cidade mais “bacana” para a juventude sionista tem sido uma

forma da cidade de tentar não demandar responsabilidade ideológica dos seus residentes. Nesse sentido, a despolitização foi uma ferramenta política conscientemente selecionada por atores políticos, porque parecia ser mais útil em manter grupos sionistas na cidade. (KEIDAR, 2018, p. 1221).

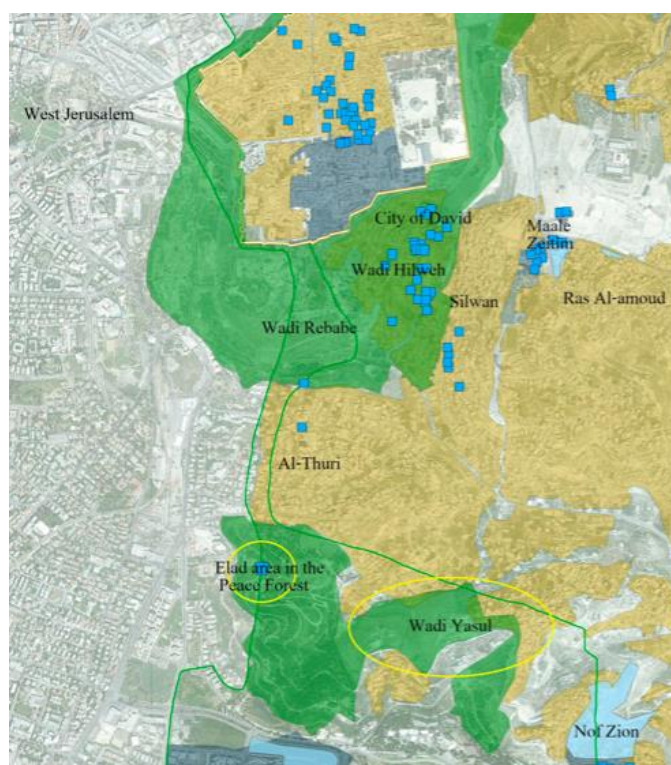
No entanto, a normalização da colonização por meio das organizações da sociedade civil e das relações empresárias de mercado não servem apenas aos defensores do “neoliberalismo progressista” multicultural para construir consentimento entre a juventude sionista e também os palestinos, como também aos antigos atores coloniais, incluindo os mais ultranacionalistas e religiosos. As ONGs de movimentos de colonos têm utilizado do urbanismo empreendedor como forma de avançar remotos objetivos coloniais. Consequentemente, o fazer colonial fica indiscernível do fazer neoliberal, cujas práticas se tornariam parte do processo colonial independente da vontade individual dos atores. Como nota Tatour (2016), o Terceiro Setor israelense é um microcosmo do regime colono e expressa a ideologia dominante sionista neoliberal em sua discriminação, racismo e exclusivismo (TATOUR, 2016). Apenas a filantropia sionista doa cerca de US\$ 2 bilhões por ano para iniciativas sociais para sustentar o privilégio judaico em Israel, como a facilitação da assimilação de novos colonos à sociedade israelense. A sociedade civil israelense tem sido cúmplice do avanço do privilégio judaico e do aprofundamento das desigualdades entre árabes e judeus. (TATOUR, 2016, p. 107).

5.2 O urbanismo empreendedor avança a colonização ultranacionalista: o caso da Elad em Jerusalém Oriental

Durante a minha pesquisa de campo em Jerusalém, o *front* que concentrava o avanço da colonização israelense sobre os bairros palestinos ocorria por meio de demolições de casas no bairro de Wadi Yasul, localizado próximo à Linha Verde e adjacente à Floresta da Paz. Na ocasião, a prefeitura ordenou a demolição de duas casas erguidas ilegalmente de acordo com o zoneamento do plano diretor de Jerusalém (HASSON, 2019a). Milhares de residências palestina têm a demolição determinada pelas autoridades coloniais, mas os residentes nunca sabem ao certo quando a ordem será cumprida de fato, o que provoca grande ansiedade entre os palestinos que vivem em uma situação de espera permanente pela remoção. Dessa forma, a demolição normalmente ocorre vinculada a um outro plano que não somente o de desarabização

de Jerusalém, mas para a construção de um assentamento ou de uma infraestrutura ligada à judaização. As casas demolidas em Wadi Yasul são consideradas ilegais por terem sido erguidas em terreno contíguo à floresta em uma área considerada verde pela prefeitura desde 1977, apesar do local ser uma propriedade privada palestina (ARURI, 2019). A construção é proibida nas áreas verdes da cidade, que são particularmente presentes no interior e nas imediações de bairros palestinos de Jerusalém Oriental — aproximadamente 35% das áreas onde vivem os palestinos em Jerusalém são delimitadas enquanto áreas ambientalmente protegidas (MAIMON, 2012, p. 16). Mas as demolições ocorrerem após anos estarem condenadas porque a ONG de colonos ultranacionalistas Elad tem interesse em desenvolver um empreendimento turístico na área verde nas imediações das casas palestinas.

Figura 7 - A Bacia Histórica de Jerusalém onde a atividade colonial israelense está sinalizada nos pontos em azul. Destaque para a “Floresta da Paz” e para Wadi Yasul.



Fonte: Foundation for Middle East Peace, 2019.

O bairro de Wadi Yasul é um caso excepcional na região pois não é um vilarejo pré-existente à ocupação israelense de Jerusalém Oriental. O seu desenvolvimento é produto direto das pressões das autoridades e de movimentos de colonos sobre os bairros vizinhos de Abu Thor e Silwan, duas das mais populosas áreas palestinas de Jerusalém Oriental e localizadas nas imediações da Cidade Velha. Dessa forma, o bairro se desenvolveu nas últimas cinco

décadas pela autoconstrução informal palestina no Vale de Yasul em propriedades privadas que pertencem às famílias palestinas dos antigos vilarejos da região desde o período otomano (COHEN-BAR; KRONISH, 2013). Consequentemente, é um bairro não reconhecido pelas autoridades³² e, além de não contar com qualquer equipamento público de educação, saúde, transporte público, coleta de lixo e lazer, carece particularmente de infraestruturas ainda mais básicas, como vias pavimentadas, fiação de energia elétrica e dutos para saneamento básico regulamentados — toda a infraestrutura existente foi erguida, conectada e custeada pelos próprios moradores de forma informal e no improviso (idem).

Diante da ameaça de expulsão de quase a totalidade dos 500 residentes do bairro enfrentam, os moradores têm buscado regulamentar a situação de suas construções junto ao poder público municipal. Em 2004, os moradores submeteram um plano urbano ao Comitê Distrital de Planejamento e Construção para autorização retroativa das edificações. Em 2008, o comitê rejeitou a proposta alegando incompatibilidade com o Plano Diretor Jerusalém 2000, que determina que a área onde permanecerá como um espaço verde (BTSELEM, 2016). Para além de determinações de planejamento urbano, entretanto, as casas dos palestinos estão no caminho dos projetos da Elad. Na mesma época em que a prefeitura rejeitou o plano dos residentes palestinos de Wadi Yasul, o Fundo Nacional Judaico, uma antiga organização privada sionista de atuação transnacional responsável por recolher fundos com judeus na diáspora para aquisição de territórios na Palestina para o assentamento de colonos e florestamento de terra palestinas confiscadas (HUBERMAN, 2014), repassou o controle da Floresta da Paz³³ para a Elad (BTSELEM, 2016). Sob a gestão da Elad, a Floresta da Paz tem se tornado um novo destino turístico e de lazer para israelenses e turistas com passeios guiados por trilhas bíblicas. A Elad ainda tem planos de construir na floresta a mais longa tirolesa de Israel e, para isso, almeja anexar ao parque as áreas verdes de propriedade palestina do Vale de

³² O não reconhecimento de ambientes construídos palestinos não é um expediente excepcional das autoridades israelenses, mas particularmente utilizado para legalizar a remoção de vilarejos palestinos-beduínos no deserto do Naqab/Negev, em território formalmente soberano de Israel, alvo de intensa colonização nas últimas décadas e local de uma das mais importantes lutas por resistência palestina no país. Além de construção de assentamentos suburbanos para judeus de classe média à semelhança da periferia de Jerusalém, o Naqab/Negev tem sido desenvolvido com grandes investimentos estatal e privado enquanto a nova fronteira tecnológica do país. Uma corporação originalmente de Jerusalém, a JVP, inclusive é um dos principais atores desse processo de judaização do sul da Palestina/Israel, um antigo sonho sionista desde os tempos de Ben Gurion. Ver: (TATOUR, 2016).

³³ Após a criação de Israel, o FNJ se tornou a instituição responsável por administrar território palestino expropriado pelo Estado e também áreas verdes e parques públicos. Dessa forma, a ONG sionista foi central para o processo de “apagamento verde” das ruínas de vilarejos palestinos destruídos durante a Nakba por meio de programas de florestamento. Além disso, o JNF serve enquanto uma instituição privada na distribuição de propriedades privadas palestinas expropriadas pelo Estado exclusivamente para judeus, evitando que os palestinos cidadãos de Israel pudessem reivindicar a propriedade. Logo, isentando o Estado de agir de forma racista e ocultando o funcionamento do apartheid. Ver: HUBERMAN, 2014.

Yasul. Logo, a presença de residências palestinas tornar-se imediatamente indesejadas mesmo que não venham a estar oficialmente na nova delimitação da Floresta da Paz (idem).

A Elad tem investido vastos recursos em empreendimentos turísticos e residenciais na região dos bairros palestinos de Abu Tor e Silwan que se tornaram essenciais tanto para o projeto turístico de Jerusalém como para a judaização da cidade. O principal empreendimento da Elad é a Cidade de David, um parque arqueológico aberto a turistas e localizado em Batan al-Hawa, um dos distritos palestinos que compõe o bairro de Silwan, e a poucos metros do Dung Gate, o portão da Cidade Velha que dá acesso ao Muro das Lamentações e ao Quarteirão Judaico. A Cidade de David é um assentamento importante por conciliar neoliberalização e colonização e por servir de ponto de alavancagem para a expansão da fronteira colonial por meio da proliferação de diversos micro-assentamentos no círculo interno de Jerusalém Oriental. Ademais, também permite aos sionistas trazer legitimidade arqueológica às suas reivindicações de Jerusalém e, portanto, a Palestina, como originalmente a terra ancestral do povo judeu (LANDY, 2017; PULLAN; GWIAZDA, 2009). Os achados arqueológicos têm permitido aos colonos da Elad reforçar o antigo argumento sionista de que os judeus seriam os verdadeiros nativos da terra enquanto os árabe-palestinos seriam os invasores, uma narrativa que é repassada aos milhões de turistas estrangeiros e aos israelenses que visitam o local anualmente (idem). A Cidade de David se tornou uma das atrações mais visitadas da cidade a partir de uma importante campanha de propaganda das autoridades turísticas israelenses e de um controle bastante rígido a respeito dos roteiros dos guias turísticos oficiais (idem).

Independentemente da sua legitimidade material histórica, o seu caráter turístico-nacionalista permitiu ao assentamento da Cidade de David se tornar parte integrante da paisagem da Jerusalém Ocidental israelense e teve a sua imagem de “assentamento colonial” retirada apesar de ser um empreendimento altamente contestado e conduzido por colonos ultranacionalistas a partir da expropriação de propriedade palestina e da expulsão forçada dos seus residentes originais. Inicialmente, a forma usada pela Elad para colonizar Silwan foi reivindicar na Justiça israelense o confisco de propriedades palestinas que teriam sido originalmente adquiridas pelo Barão de Rotschild no início da colonização sionista da Palestina para abrigar colonos judeus iemenitas e que foram abandonadas na divisão de Jerusalém em 1949 (RAPOPORT, 2009). Essa estratégia também tem sido usada por outras organizações de colonos, como a Ateret Cohanim, para a desapropriação de palestinos em outras partes de

Silwan e também no interior da Cidade Velha e em Sheik Jarrah, outro bairro palestino igualmente próximo da Linha Verde e da Cidade Velha (idem).

No entanto, nenhum outro empreendimento colonial conduzido por ONG de colonos teve o impacto e a capacidade de se incluir no establishment do sionismo neoliberal como o da Elad apesar de seus primeiros esforços de colonizar Silwan terem sido amplamente rejeitados por quase a totalidade da sociedade israelense, inclusive a direita neoliberal liderada pelo Likud do qual agora faz parte. Em 1991, o então primeiro-ministro, Yitzhak Shamir, e o prefeito, Teddy Kollek, rejeitaram, com amplo apoio popular de israelenses judeus, inclusive dos serviços de inteligência e militares, a iniciativa da Elad de invadir a força casas de palestinos em Silwan enquanto uma iniciativa contrária aos interesses do governo na cidade, sendo alijados às margens da coalizão colonial da cidade (PEACE NOW, 2017). Os planos da Elad, fundada em 1986, tiveram o primeiro passo graça ao apoio do então Ministro da Habitação, Ariel Sharon, que favorecia os colonos ultranacionalistas com a transmissão de títulos de propriedade estatais em decisões administrativas que não passavam pelo crivo público (RAPOPORT, 2009). Mas foi apenas quando a Elad passou a direcionar os seus objetivos coloniais para atividades arqueológicas com potencial turístico que a ONG conseguiu assumir o controle e o financiamento das atividades de escavação arqueológica no local (idem).

A Autoridade de Antiguidades Israelense passou de um órgão opositor à presença da Elad a uma instituição dependente e apoiadora dos colonos e do seu dinheiro, cuja origem passa pelo próprio governo e por doadores estrangeiros estadunidenses (PEACE NOW, 2017; RAPOPORT, 2009; RAZ; TATARSKY, 2016). Depois de um forte lobby no governo nacional, em 1997, o então premiê Netanyahu transferiu o controle sobre o Parque Nacional da Cidade de David para a Elad sem qualquer concorrência pública, que veio a ser suspensa pela justiça em 1999, mas por fim reafirmada em 2001 quando Sharon foi eleito o primeiro-ministro (RAPOPORT, 2009). Desde então, a Elad é gestora privada do parque arqueológico da Cidade David, o que tem permitido atrair novos colonos e turistas à fronteira colonial em Silwan. Os planejamentos urbanos elaborado pelos moradores palestinos Batan al-Hawa para regularizar as suas residências e evitar a remoção foram rejeitados pelas autoridades israelenses. A consolidação da nova forma como o poder público israelense historicamente lida com a presença da Elad em Silwan no decorrer da sua neoliberalização ocorreu no início da gestão Barkat em 2009, quando Yakir Segev, representando a prefeitura, chegou a oferecer um programa de evacuação voluntária para os residentes, que foi amplamente rejeitado (idem).

Dessa forma, a presença da atividade turística privada voltada para o mercado e a adoção contínua de estratégias de urbanismo empreendedor tem permitido a Elad incluir as suas antigas reivindicações coloniais no campo de aceitação social dos israelenses de forma geral, incluindo a população de classe média secular liberal. Apenas 90 famílias judias vivem entre mais de 50 mil palestinos em Batan al-Hawa/Cidade de David, mas atraem mais de 400 mil visitantes anuais e movimentam milhões de dólares (SHLAY; ROSEN, 2015). O urbanismo empreendedor serve de conteúdo legitimador sobre a qual a colonização na cidade se baseia no neoliberalismo de forma despolitizada. Os seus planos de expansão incluem um novo edifício chamado Kedem Center, que fará do assentamento um museu moderno e tecnológico para a reprodução da antiga Jerusalém dos tempos bíblicos com novos túneis, uma esplanada sobre o Monte Sião e outras atrações erguidas sobre os escombros de casas palestinas. Estes empreendimentos são financiados pela ONG em conjunto das autoridades municipais e empresas estatais destinadas a promover o turismo em Jerusalém, como a East Jerusalem Development Authority, responsável por administrar as atrações da Cidade Velha, e a JDA (RAPOPORT, 2009; RAZ; TATARSKY, 2016). O apoio do Estado também viabilizou a renovação de vias onde ficam os assentamentos e também a alteração dos nomes das ruas palestinas para versões hebraicas.

A extensão das atividades turísticas coloniais da Elad em outras partes de Jerusalém Oriental revela uma tentativa de a coalizão colonial-neoliberal reproduzir o *modus operandi* para a expansão da judaização por meio do urbanismo empreendedor. O objetivo da Elad e do poder público é constituir toda a região do entorno da Cidade Velha como uma área de empreendimentos turísticos de característica religiosa e nacionalista que promovam uma continuidade territorial com os assentamentos da Universidade Hebraica e de Frech Hill. Além dos empreendimentos turísticos Floresta da Paz, a Elad abriu recentemente um café no bairro de Abu Tor que tem servido de ponto de encontro para passeios conduzidos por seus guias e almeja aproximar geograficamente os seus empreendimentos que estão alguns quilômetros e milhares de palestinos distantes um dos outros (PEACE NOW, 2020b). A ONG almeja ainda integrar a sua área de atuação com as atrações turísticas localizadas do outro lado da Linha Verde, em Jerusalém Ocidental. A publicidade da Elad sobre o café diz que o estabelecimento está localizado nas imediações da Cinemateca e do Vale de Ben Hinom, duas referências importantes do circuito de lazer, cultura e turismo dos judeus israelenses de Jerusalém Ocidental (PEACE NOW, 2020b). Os administradores do café têm buscado realizar atividades culturais com artistas israelenses envolvidos na First Station, uma antiga estação de trem

convertida em um centro comercial com restaurantes, lojas, parque de diversões e um palco para apresentações artísticas como parte do projeto de revitalização do centro de Jerusalém Ocidental pela gestão Barkat. Ademais, o café da Elad também está planejado para ser uma das estações da futura linha de teleférico que pretende conectar a First Station, em Jerusalém Ocidental, à Cidade de David e ao mirante do Monte das Oliveiras, em Jerusalém Oriental (idem). O veículo permitirá aos turistas e aos colonos transitarem livremente sobre as milhares de residências palestinas de Silwan e Abu Tor sem precisar cruzar com a população nativa. O projeto do bondinho, que possui uma enorme rejeição popular entre grupos israelenses e palestinos, tem sido avançado pela JDA, o Ministério de Turismo e a Elad a partir de um orçamento superior a 55 milhões de dólares (COOK, 2019).

O teleférico remete a duas estratégias de colonização israelense por meio da construção de infraestruturas viárias. Em primeiro lugar, às linhas de VLT construídas por companhias privadas estrangeiras dentro do plano de modernização neoliberal de Jerusalém que serve ao mesmo tempo aos propósitos de integração e unificação das fronteiras coloniais da Grande Jerusalém na Cisjordânia à Jerusalém Ocidental (BAUMANN, 2018; NOLTE; YACOBI, 2015). Em segundo lugar, reflete a lógica de verticalização da colonização da Cisjordânia através da construção de dois circuitos viários distintos e sobrepostos para os colonos israelenses e os nativos palestinos por meio de uma série de túneis, viadutos, checkpoints e muros (Weizman). Se os túneis arqueológicos da Elad já passam por debaixo dos bairros palestinos, o teleférico passará sobre as casas de milhares palestinos, desviando o fluxo dos mais de três milhões de turistas que a cidade recebe anualmente e também dos milhares de colonos. Consequentemente, os comerciantes e guias palestinos terão acesso ainda mais restrito aos turistas, minando a já deteriorada economia local pela predatória atividade colonial.

5.2.1 A privatização do urbanismo colonial em Jerusalém Oriental

Apesar de protagonizar o projeto do teleférico, a Elad não seria a única organização de colonos ultranacionalistas beneficiada pela sua construção. Também atuam no vale onde ficam os bairros de Silwan e Abu Tor, chamado de “bacia histórica” pelos israelenses, outras ONGs lideradas por colonos ultranacionalistas, como a Ateret Cohanin e o Israel Land Fund, na edificação de diversos micro-assentamentos encravados no interior dos bairros palestinos. Na entrada de Ras Al Amoud, um dos distritos palestinos que compõe Silwan, fica o assentamento de Ma’ale HaZeitim do Israel Land Fund, que abriga cerca de 50 famílias judaicas e também um Bed & Breakfast utilizado por turistas. No bairro, existem diversos outros pequenos

assentamentos judeus espalhados entre as residências palestinas que são facilmente identificáveis por uma Estrela de David brilhante, muros altos limpos e guaritas de vigilância num bairro densamente povoado, sujo pela ausência de coleta de lixo e com habitações precárias informalmente construídas. Estes assentamentos normalmente são construídos em propriedade privada palestina comprada pela ação predatória das organizações de colonos ou pelo confisco por longos processos judiciais. Um caso exemplar é o assentamento conhecido como “Beit Yonatan”, um edifício de mais de dez andares que se sobressai na paisagem de casas palestinas com no máximo três pisos erguido pela ONG Ateret Cohanim contra decisão judicial da corte israelense, mas com a autorização do prefeito Barkat (MARGALIT, 2018).

Além da anuência de políticos e da flagrante ilegalidade até mesmo de acordo com a legislação colonial, outra característica comum dos assentamentos é a proliferação da insegurança entre os moradores palestinos. Em acordo com a razão neoliberal hegemônica na fronteira colonial israelense contemporânea, essa produção da insegurança conta com a participação direta de empresas privadas. A construção de um assentamento passa necessariamente por um longo e doloroso processo de remoção dos palestinos que resistem até mesmo depois de deixarem as suas casas e muitas vezes envolve o confronto violento com os moradores que serão seus vizinhos (RAPOPORT, 2009). Dessa forma, os edifícios dos colonos são altamente vigiados por diversas câmeras em todo o seu entorno e atraem a presença permanente de policiais israelenses e seguranças privados para o cotidiano dos bairros palestinos — os colonos são sempre acompanhados por uma escolta armada. A maior presença dos colonos, dos agentes de segurança e câmeras de vigilância inibe a mobilização dos palestinos nestes bairros, tradicionais locais de resistência anticolonial na cidade.

Diferentemente dos policiais, que são ao menos formalmente instruídos a agir para a segurança de todos os residentes de Jerusalém, as companhias de segurança privada, como a israelense Modi'in Ezrach que trabalha para a Elad desde os anos 1990, atendem exclusivamente aos colonos judeus, o que permite a estes agentes agirem de forma deliberadamente racista com menor risco de precisar prestar contas pelos seus atos violentos na proteção dos colonos, como no assassinato de um adolescente palestino ocorrido em 2014 (VOLINZ, 2018b). Apesar dos agentes de segurança privados servirem associações não governamentais de colonos, a sua contratação acontece por licitação pública do Ministério de Habitação, que é a responsável por fiscalizar a atuação das empresas de segurança em conjunto da polícia. Na prática, as corporações de segurança acabam por substituir as forças policiais

como força colonial coercitiva permanente dos bairros palestinos onde estão os assentamentos judeus (idem). Outra importante característica na relação entre segurança e colonização privadas é a vigilância por câmeras inteligentes. Desde a Intifada de Jerusalém de 2014, foram avançados diferentes planos com o investimento de milhões de dólares e a participação de corporações privadas de segurança para o aprofundamento da vigilância digital na Cidade Velha e em Jerusalém Oriental, como no Portão de Damasco — o principal ponto de acesso ao Quarteirão Muçulmano, por onde transitam milhares de palestinos e colonos judeus todos os dias e um dos principais locais de protesto palestinos (WHO PROFITS, 2018). Essa expansão da vigilância digital das esquinas e vielas palestinas da Cidade Velha se soma às câmeras dos próprios assentamentos no monitoramento das ações da população nativa. O assentamento de Beit Yonatan, por exemplo, possui diversas câmeras do alto do último andar do edifício que permitem aos colonos e empresas de segurança privada vigiarem todo o bairro de Silwan e Cidade de David a uma distância segura

Ademais, os assentamentos são parte de um amplo arco de instituições governamentais e corporações privadas que não fazem oficialmente parte da estrutura de segurança, mas atuam na pacificação dos palestinos. Essa coalização inclui as burocracias municipais arrecadação de impostos, de fiscalização ambiental e de regulamentação comercial; a companhia municipal de água e saneamento básico; as escolas e postos de saúde; as organizações de colonos, os agentes turísticos, as diversas forças policiais locais e as agências de inteligência nacional, como o Shin Beit (VOLINZ, 2018a). O fechamento de lojas e a imposição de multas abusivas são formas de punição coletiva menos visíveis que blocos de concreto, batidas policiais, demolições de casas e gás lacrimogênio. O objetivo é tornar o controle social dos palestinos mais pluralizado, diversificado e privatizado, o que permite uma terceirização do processo de produção de uma ordem segura e estável e, conseqüentemente, uma isenção do Estado como o responsável direto por abusos e outras práticas violentas no processo de colonização do ponto de vista das opiniões públicas, empresas de comunicação e ONGs de direitos humanos (idem).

Permitir o protagonismo de organizações não governamentais de colonos na expansão da fronteira serve, portanto, aos objetivos políticos, econômicos e demográficos do projeto colonial sob a hegemonia neoliberal, assim como forma de canalização do ressentimento dos colonos judeus ultranacionalistas limitado durante os anos de Oslo. Apesar das organizações de colonos serem supostamente associações não lucrativas, a relação dessas ONGs com demais corporações privadas e o Estado revela como o empreendimento de expansão colonial atende à

lógica clientelista na relação entre Estado empreendedor e a iniciativa privada característica do neoliberalismo. Há uma reveladora triangulação no financiamento da Elad, que passa por corporações privadas de segurança, como a Elbit, o Fundo Nacional Judaico, filantropos israelenses e judeus, como a Klarman Family Foundation, que tem dinheiro em paraísos fiscais e também financia organizações ultranacionalistas da Europa (CRONIN, 2017). Esse clientelismo serve a um duplo propósito de despolitização: tanto da atividade colonial enquanto uma atividade empresarial, como da atuação do Estado neoliberal em benefício apenas da camada superior da sociedade e não de toda a população, como a narrativa patriótica do urbanismo empreendedor leva a crer. Essa série de relações se repete no projeto de construção do ecossistema empreendedor em Jerusalém, cujo foco está na parcela ocidental, secular, jovem e liberal da cidade e da sociedade israelense.

5.3 Kibbutz High tech: ecossistema empreendedor como colonização progressista em Jerusalém Ocidental

Entre 1988 e 2018, Jerusalém observou um balanço negativo anual que variou entre 7-8 mil judeus a menos vivendo na cidade entre as imigrações e emigrações (KORACH; CHOSHEN, 2019). Embora um dos destinos mais comuns sejam os blocos de assentamentos judeus localizados na Grande Jerusalém, esse balanço negativo historicamente preocupa abertamente as autoridades e as elites israelenses que têm como objetivo manter Jerusalém enquanto um centro urbano sionista diante do crescimento proporcional das populações ultra-ortodoxas e palestinas (KEIDAR, 2018). O foco das ansiedades colonas está nos jovens adultos, que normalmente buscam melhor oportunidades de emprego e qualidade de vida em outros locais de Israel e de países ocidentais para fugir da cidade estigmatizada enquanto um lugar conflituoso e disputado por diferentes grupos nacionais e religiosos. Entre 2018 e 2019, entretanto, houve um decréscimo do balanço demográfico negativo de judeus vivendo na cidade por causa do crescimento da taxa positiva da imigração de jovens judeus entre 20 e 34 anos (KORACH; CHOSHEN, 2019). Os pesquisadores do Jerusalem Institute for Policy Research, ONG israelense responsável pelos estudos oficiais do município, atribuem a mudança ao crescimento da indústria de alta tecnologia e o desenvolvimento do turismo (idem).

Essa mudança na tendência migratória entre a juventude judaica em Jerusalém, mesmo que ainda não tenha se consolidado, tem sido narrada por diferentes atores e atrizes entrevistados durante a pesquisa de campo como resultado de uma mobilização bem-sucedida de base por ativistas sociais, produtores culturais e empreendedores jerusalemitas que teriam

conseguido forjar uma nova solidariedade comunitária e desenvolver um vibrante ecossistema empreendedor, particularmente no setor de alta tecnologia, a partir da criativa cena artística e cultural em Jerusalém Ocidental. Segundo um artigo assinado por figuras proeminentes da cena tecnológica e cultural em Jerusalém:

O ponto de virada foi quando um grupo pequeno de empreendedores jovens, ambiciosos e visionários viram o potencial da cidade, viram o que estava faltando e não desistiram. [...] A comunidade integrada sobre a qual Jerusalém se orgulha foi resultado de inúmeras iniciativas desde baixo como grupo altamente energizados de lideranças tecnológicas começaram a acontecer. Essas lideranças formaram ONGs que mais tarde se tornariam a "rede de evangélicos da tecnologia" para promover o ecossistema de Jerusalém. (BRAND; WEXLER; SINGER, 2017, p. 60).

A natureza despolitizada, o protagonismo da sociedade civil e o seu foco em Jerusalém Ocidental, entretanto, não permitiriam enquadrar esse processo dentro do paradigma mais convencional a respeito da colonização israelense da Palestina. Nessa narrativa, o Estado seria somente um ator secundário que não teria uma responsabilidade central no processo e foi bem-sucedido quando não atrapalhou as livres iniciativas voluntária de empreendedores, artistas e ativistas inovadores desde baixo no mercado (BRAND, 2019; BRAND; WEXLER; SINGER, 2017; MUNIN, 2019; WIENER, 2019). Em concordância com a narrativa hegemônica neoliberal, haveria uma “retirada” do Estado para a ascensão da “sociedade civil” finalmente livre das amarras opressoras do sistema de bem-estar social. Os resultados, portanto, seriam fruto da ação das ONGs e empresas privadas a partir dos seus interesses individuais sem aparente vinculação direta com a política estatal racista, violenta e colonial. Isto é, a engenharia demográfica de Jerusalém, de interesse profundo das elites colonas, teria ocorrido de forma natural como um resultado das escolhas dos sujeitos empreendedores a partir das oportunidades disponíveis no livre mercado. A trajetória da ONG New Spirit é exemplar desse processo.

A organização sem fins lucrativos foi fundada por jovens jerusalemitas com o apoio de empreendedores durante a Segunda Intifada com o objetivo de tornar a cidade culturalmente mais atraente e divertida de se viver como forma de reverter a crescente fuga de jovens de Jerusalém em meio ao conflito violento, aos atentados terroristas e à crise econômica na virada dos anos 1990 para 2000 (GERTEL, 2019). Yakir Segev, então estudante da Universidade Hebraica de Jerusalém e mais tarde membro da gestão Barkat, foi um dos seus fundadores, ao lado do próprio Barkat, então apenas um empreendedor do ramo de tecnologia. Durante a gestão Barkat, a New Spirit mudou a sua abordagem e deixou de realizar apenas festas, para passar a focar a sua atuação em jovens empreendedores com o objetivo de apoiá-los em iniciativas inovadoras voltadas para o mercado, particularmente no setor cultural e, com o tempo,

tecnológico (idem). Segundo a diretora da ONG Yael Gertel (2019), que já trabalhou antes na Agência Judaica e no gabinete do presidente de Israel, Reuven Rivlin, “festas não eram o suficiente para fazer os jovens permanecerem em Jerusalém”. A partir dessa análise, a ONG passou a promover melhores oportunidade de emprego e outros aspectos da qualidade de vida na cidade que viabilizasse materialmente a permanência da juventude sionista em Jerusalém.

Em 2016, a New Spirit passou a administrar uma antiga escola abandonada com o objetivo de transformá-la em um centro cultural na região do mercado Mahane Yehuda, um comércio público de rua no centro de Jerusalém Ocidental que passava por uma revitalização pelo Estado para receber restaurantes, lojas e bares modernos (RIBA, 2016). A Alliance House, como o edifício é conhecido, se tornou um ponto de encontro e local de residência para artistas, designers, cineastas e fotógrafos em Jerusalém, muitos deles jovens estudantes da Universidade de Bezalel, tradicional instituição de ensino no campo das artes visuais que atrai israelenses de todo o país. O objetivo da Alliance House tem sido construir um ambiente ordinariamente divertido e economicamente ativo para os jovens sionistas poderem continuar vivendo na cidade depois de terminar a faculdade (GERTEL, 2019). Jerusalém é apresentada aos jovens como uma espécie de tela em branco em que poderiam “deixar a sua marca”, construir algo a partir do zero e ser diretamente responsáveis por mudar o futuro da cidade em comparação a já vibrante, desenvolvida e lotada cena cultural e tecnológica de Tel Aviv (KEIDAR, 2018). Isto é, Jerusalém foi mercantilizada como uma oportunidade a ser consumida para a população sionista. Nesse contexto, as cenas culturais e tecnológicas se misturam para a formação do “ecossistema empreendedor” capaz de construir os privilégios materiais e subjetivos que façam os jovens colonos viverem na fronteira jerusalemita.

Segundo relatório de 2014 do BM sobre inovação tecnológica urbana, os empreendedores querem viver “onde há ação”, que além de formas de apoio e investimento direto às startups, significa uma “vida noturna, reuniões, atividades sociais, e outros promotores de ‘colisões’ — uma combinação mais bem oferecida por cidades” (apud BRAND; WEXLER; SINGER, 2017, p. 62). A agitação social, cultural e econômica formada pelos eventos e oportunidades abertas pelas ONGs teria sido fundamental para criar um “zumbido”, nas palavras de Roy Munin, fundador da ONG Made in JLM, de que “algo interessante estava acontecendo em Jerusalém” (artigo, tradução nossa). Diz Munin, empreendedor do ramo de tecnologia, a respeito do momento que, em 2015, a resistência palestina da Intifada de

Jerusalém tomava as ruas e, simultaneamente, a cidade era eleita pela revista Time um dos cinco principais centros de alta tecnologia emergentes do mundo:

As pessoas estavam dizendo era como uma zona de guerra, mas nos subterrâneos havia todo um movimento de pessoas tomando as rédeas da situação pelas próprias mãos. [...] As pessoas tinham vergonha de dizer que as suas startups eram de Jerusalém, mas agora é uma coisa bacana. (TRESS; MUNIN, 2015).

Diante da emergência da cena *high tech* em Jerusalém ao longo dos anos 2010 — que cresceu de menos de 50 startups para mais de 400 entre 2012 e 2016 (BRAND; WEXLER; SINGER, 2017), o MassChallenge³⁴, um dos maiores aceleradores de startups do mundo, abriu em 2017 o que era então sua primeira filial fora do circuito EUA-Reino Unido no segundo andar da Alliance House. Em seguida, a própria New Spirit abriu no mesmo edifício a sua própria aceleradora, a Toolbox, voltada para iniciativas empreendedoras e tecnológicas no campo do design e das artes visuais. Ademais, a ONG expandiu a sua ação de renovação de edifícios abandonados com o empreendimento Re:Street, uma iniciativa que abre novos espaços de trabalho compartilhados para empreendedores individuais e startups a valores abaixo do mercado em estabelecimentos voltados para o passeio público. Além de atender a demanda de empreendedores iniciantes por locais de trabalho acessíveis, o Re:street foi idealizado para ser um local de encontro e colaboração entre a comunidade empreendedora e de valorização do espaço público ao atrair um novo público para a região e promover festas e eventos (GERTEL, 2019). Segundo a ONG, tanto a aceleradora como os espaços de trabalho foram amplos sucessos: enquanto mais de 80% dos empreendedores que participaram da Toolbox vieram a se estabelecer por mais tempo na cidade, as mesas da Re:Street esgotaram em pouco tempo (idem).

Nesse contexto, surgiram diversas iniciativas privadas voltadas para o florescimento da cena *high tech* exclusivamente de Jerusalém. O estadunidense-israelense Ben Wiener, fundador da Jerusalem Jumpspeed Ventures, teve uma história de motivação comum a outros empreendedores judeus de Jerusalém, seja eles israelenses ou imigrantes: a identificação com a cidade e o desejo de continuar a viver nela com alta qualidade de vida e bons salários sem precisar pegar trânsito diariamente para seu local de trabalho em Tel Aviv ou se mudar para

³⁴ Uma organização não lucrativa localizada em Boston, nos EUA, e financiada por investidores privados, filantropos e agentes governamentais dos EUA. A instituição é responsável por auxiliar jovens empreendedores do ramo de alta tecnologia a desenvolver as suas iniciativas empresariais, as startups, por meio do oferecimento de microinvestimentos, projetos de capacitação e o acompanhamento do desenvolvimento das empresas, chamado de “mentorias”. Por essa razão, esse tipo de iniciativa recebe o nome de acelerador, pois almeja amparar e acelerar o desenvolvimento de uma pequena empresa num ambiente supostamente seguro e protegido da predatória concorrência do mercado. Atualmente, o MassChallenge tem atuação em diferentes locais do mundo, incluindo Índia, México e Reino Unido, além de Israel.

outro local (MIZROCH, 2018). Ele abriu a sua empresa de microinvestimentos em startups jerusalemitas em 2013 após notar a dificuldade que as iniciativas locais tinham em competir com Tel Aviv — entre 98% e 99% das startups fechavam as portas em pouco tempo naquela época (WIENER, 2019). “Me ocorreu que não havia capital na capital do país. A minha cidade é o empreendimento e está empreendendo novamente”, relata Wiener (HALON, 2019). Com o apoio de Barkat, o empreendedor reuniu fundos inicialmente com investidores judeus sionistas de EUA e Europa ideologicamente interessados no fortalecimento socioeconômico de Jerusalém que não esperavam nenhuma contrapartida a partir do seu investimento — de forma semelhante ao que ocorreu no assentamento de colonos na 2ª aliyah (ver capítulo 2). Com o tempo, passou a atrair capitais externos não necessariamente interessados nas questões nacionalistas, mas em lucrar com a emergência de Jerusalém como um dos maiores ecossistemas do mundo. Ademais, em 2019, a empresa passou a contar com startups dirigidas por ultra-ortodoxos e palestinos em seu portfólio de mais de US\$ 17 milhões (idem).

Ela [a empresa] não é uma caridade sionista. [...] Eu sou um explorador ganancioso da incompatibilidade econômica da comunidade investidora que abandonou Jerusalém. Agora, a maioria dos investidores não são sionistas ou judeus, mas [são investidores] interessados em uma oportunidade econômica sem precedentes. [...] Ao fazer isso eu também ajudo Jerusalém. Eu me mudei para cá para fazer dinheiro, não para ajudar Jerusalém. Isso serve apenas como uma agenda motivadora. [...] Essa é uma oportunidade para religiosos, ortodoxos, árabes por causa da diversidade. [...] Para mim, não investir [em start-ups palestinas] seria tendencioso. (WIENER, 2019).

Embora Wiener se coloque como um empreendedor interessado somente no lucro, reforçando a fraude de que o mercado seria um espaço de tolerância cego ao racismo e demais formas de opressões, o elemento nacionalista, como é possível notar no seu discurso, é um importante motivador para a sua racionalidade econômica — assim como o apoio do Estado e da filantropia sionista como atores fora do mercado responsáveis por construir condições para o seu sucesso empresarial. A construção de “espírito comunitário forte, trazendo populações diversas de empreendedores para uma força coesa comprometida com o avanço da cidade” e o “cultivo de uma cultura de patriotismo local na comunidade investidora” são apontados por atores centrais da indústria *high tech* como razões fundamentais o seu florescimento na última década (BRAND; WEXLER; SINGER, 2017). Isto é, o mercado empreendedor de Jerusalém não seria regido apenas pela “compulsão silenciosa” do mercado, mas reproduziria as estruturas sociais e as ações políticas, sociais, nacionalistas e culturais originalmente reunidas pelo colonialismo por povoamento israelense e o racismo estrutural no espaço urbano. Além disso, formaria a moralidade necessárias às atividades colonial e empreendedora com base no nacionalismo, no comunitarismo e na solidariedade racial entre os judeus.

Diversos atores veem política e empreendedorismo como entrelaçadas e formas de mudar a sociedade israelense numa direção ao mesmo tempo mais tolerante e multicultural no qual os sionistas permanecem na posição de privilégio. Para estes sujeitos, o empreendedorismo tecnológico seria forma de reconstruir laços de solidariedade entre os judeus em Jerusalém. Uma das forças políticas mais importantes da cidade e que quase ganhou a eleição para a prefeitura em 2018 foi o partido-movimento “Despertar de Jerusalém”, formado por jovens judeus jerusalemitas defensores de um “sionismo pluralista” e liderados pelo parlamentar e empresário Ofer Berkovitch. Entre os seus apoiadores estão os empreendedores high tech, como Roy Munin e Hanan Brand da ONG Made in JLM (BRAND, 2019; MUNIN, 2019). O movimento está por trás de diversas iniciativas que aliam empreendedorismo, cultura e tecnologia e buscam fazer de Jerusalém uma cidade mais tolerante e criativa de forma a representar os anseios dessa nova classe da juventude sionista neoliberal (BERKOVITCH, 2019). “Ainda quando Barkat estava na oposição, unimos jovens para tornar Jerusalém mais vibrante e produtiva para manter a juventude vivendo na cidade”, conta Berkovitch (2019). O ativista-empREENDEDOR e o seu movimento foram alguns dos principais nomes do movimento #J-14 em Jerusalém Ocidental em 2011, um momento definitivo para a sua entrada na política institucional e participação em toda a gestão Barkat como representante da juventude local.

O sentido patriótico e colaborador seria, inclusive, uma virtude particular do ecossistema jerusalemita em comparação ao seu principal concorrente interno, Tel Aviv. O resultado seria a formação de um “Business Kibbutz” em Jerusalém (BRAND; WEXLER; SINGER, 2017), isto é, uma comunidade empreendedora que, apesar de competir internamente, remontaria a uma tradição de vida comunitária e solidariedade sionista dos primórdios da colonização. Apesar dos defensores dessa metáfora reconhecerem o sentido contraditório da referência a um antigo empreendimento colonial de orientação socialista para justificar o espírito de uma comunidade empreendedora contemporânea, eles reivindicam essa analogia como forma de demonstrar uma busca por algo além do material na formação do israelense na busca incessante por melhor qualidade de vida objetiva e subjetiva em suas atividades. Isto é, o *rationale* do neoliberalismo progressista aplicado ao sionismo contemporâneo.

Se alguém pensar nos pioneiros idealistas que vieram para a Terra de Israel no início do século XX, o seu objetivo não era apenas assentar na terra, mas construir um novo tipo de coletividade e sociedade idealista. Em um *kibbutz* tradicional, pessoas vivem e trabalham juntas em uma base não competitiva para construir um futuro melhor. Não vamos argumentar que não há competitividade no mundo de negócios e capital de risco em Jerusalém. Mas o sentido compartilhado de propósito e comprometimento com o sucesso de muitos é evidente em muitos cantos desse ecossistema único. (BRAND; WEXLER; SINGER, 2017, p. 62).

A reprodução de leituras patrióticas das mitologias nacionais a respeito do processo histórico em Palestina/Israel é reivindicada em diferentes aspectos pelos próprios atores. Muitos empreendedores do setor de alta tecnologia se veem como “pioneiros” na construção do ecossistema, particularmente investidores de capital de risco, como Wiener e Erel Margalit, empresário, político e fundador da Jerusalem Venture Partners, uma das maiores investidoras internacionais de capital de risco que reivindica o título de “pioneira”. Outro caso em que o espírito ancestral e a identidade sionista aparecem no espírito empreendedor israelense é no #FirgunDay, uma iniciativa do MadeinJLM para forjar solidariedade entre os empreendedores ao incentivar um dia de elogios gratuitos entre os integrantes do ecossistema empreendedor. O termo *firgun*, um gíria israelense para a demonstração de deleite genuíno e altruísta na conquista do outro (BRAND; WEXLER; SINGER, 2017), é mais um dos termos em hebraico que buscam exprimir as singularidades do empreendedorismo israelense. Os jerusalemitas sabem que há competição, mas não internamente entre si, tampouco com Tel Aviv, mas globalmente pelo capital móvel que circula através das fronteiras atrás das melhores oportunidades de investimento e valorização de capital. “Nós podemos competir com Tel Aviv, mas a nossa maior competição é para evitar a emigração”, destaca Oded Barel-Sabag (2019), diretor executivo do Jnext, o órgão do JDA responsável por investir no setor de tecnologia da cidade. Nesse aspecto, o *branding* da excepcionalidade do capital humano israelense empoderado de *chutzpah* e *firgun* únicos busca tornar ainda mais atrativa, confiável e segura a alternativa israelense no mercado global. No relatório de 2019 da Startup Genome (2019) sobre ecossistemas empreendedores urbanos, Jerusalém era retratada como uma vibrante cena *high tech* combinada a de Tel Aviv, não concorrente. Juntas, as cidades compunham um dos dez maiores *hubs* tecnológicos do mundo (STARTUP GENOME, 2019).

No entanto, para além de ser um instrumento retórico para propaganda da indústria de tecnologia de Jerusalém para os públicos interno e externo, a metáfora do *kibutz* é reveladora de uma série de características do desenvolvimento do mercado *high tech* em Jerusalém que a mitologia contemporânea busca esconder: a centralidade do Estado e da filantropia sionista na construção e manutenção de condições para o desenvolvimento econômico e de forma de trabalho dentro do padrão ocidental para responder aos anseios materiais e subjetivo das classes médias e trabalhadoras sionistas de forma a avançar o processo colonial na cidade (ver capítulo 2). Este modelo reproduz fielmente o papel dos antigos *kibutzim* na consolidação e expansão da fronteira da colonização por povoamento da Palestina no início do século XX. Em ambos os casos, a atuação exclusivamente de atores privados para a obtenção de lucro e, ao mesmo tempo,

o avanço da colonização, eram limitadas pelas concorrências no mercado. Foi apenas com o aporte filantrópico e do Estado que tem sido possível a construção de novos sujeitos sionistas e israelenses, ontem o “novo homem hebreu” e hoje o empreendedor imbuído de *chutzpah*. O Estado e a filantropia sionistas conferem direção, subsídios materiais e protegem a atuação individual dos colonos no mercado, que avançam a colonização de forma naturalizada.

5.3.1 O Estado na reprodução do privilégio colono por meio do empreendedorismo

Embora seja verdade que a sociedade civil israelense, os empreendedores privados e os investimentos de capital de risco nacional e internacional tenham sido importantes para o recente desenvolvimento do ecossistema empreendedor em Jerusalém, até o Estado e a filantropia sionista estrangeira entrarem de fato para o jogo entre 2012 e 2013, a altíssima taxa de fracasso das startups abertas em Jerusalém fazia a roda girar em falso. Sem o amparo de setores fora do mercado, a livre iniciativa dos empreendedores israelenses não conseguia cumprir a sua função econômica nem a sua política. A taxa de emigração de jovens judeus se mantinha alta à medida que Jerusalém se tornava um enclave para super-ricos que promoviam a gentrificação de bairros da classe trabalhadora israelense, esmagavam a renda da classe média e empurravam o crescimento da taxa de pobreza de Jerusalém (KORACH; CHOSHEN, 2019). Por essa razão, possivelmente o principal ator do ecossistema empreendedor seja a Jerusalem Development Authority, um órgão nacional fundado em 1998 para financiar diversas atividades econômicas na cidade, de infraestrutura a emprego, incluindo turismo, cultura e alta tecnologia, inclusive muitas ligadas aos empreendimentos da Elad em Jerusalém Oriental como visto.

Em 2012, o JDA criou o Jnext para servir de braço estatal no setor de alta tecnologia. Praticamente todas as iniciativas e ONGs mencionadas acima tem o JDA como parceiro investidor em programas de capacitação, bolsa, subvenção e microcrédito para aceleradoras, incubadoras, eventos e delegações de investidores estrangeiros para Israel e de empreendedores israelenses para o exterior (BAREL-SABAG, 2019). Ainda nos seus primeiros de atividade, o JNext passou a oferecer uma bolsa de 80.000 a 100.000 shekels por até seis anos para cada jerusalemita que uma empresa de alta-tecnologia contratasse — em 2018, ao menos 60% dos trabalhadores do setor *high tech* ainda residiam fora da cidade enquanto apenas 6% da força de trabalho local era empregada no setor de alta tecnologia (SADEH, 2018). O JDA serve ainda em muitas ocasiões como sócio local que assegura e complementa os investimentos de empresas de capital de risco internacionais que desejam entrar no mercado jerusalemita, além de abalizar isenções fiscais para empresas que desejam se estabelecer na cidade (BAREL-

SABAG, 2019; BRAND; WEXLER; SINGER, 2017). Ademais, o JDA financiou a construção do Parque Tecnológico de Har-Hotzvim, onde estão as principais empresas do setor, como Intel, Teva, Cesco e Mobileye, e trabalham mais de 15 mil pessoas (idem).

A empresa pública possui ainda um importante papel no financiamento de programas de capacitação empreendedora e de aceleradores de startups nas instituições de ensino superior de Jerusalém, como a Universidade Hebraica, a Academia Bezalel, o Colégio de Tecnologia de Jerusalém e o Colégio Azrieli de Engenharia. “A ideia é fortalecer a relação entre academia e indústria, [...] permitir que os estudantes fiquem aqui e canalizar o talento para o empreendedorismo”, observa Oded, do Jnext, a respeito do envolvimento público na promoção do empreendedorismo tecnológico nas universidades (BAREL-SABAG, 2019). A Universidade Hebraica abriga diversos centros e projetos voltados para o empreendedorismo dentro e fora da instituição: o primeiro acelerador sem fins lucrativos da cidade, o Siftech, formado pelo centro acadêmico da instituição e que possui um fundo de capital de risco administrado por estudantes para investir em jovens empreendedores; o Yissum, uma organização da universidade voltada para transferência de tecnologia do setor educacional para o mercado de tecnologia; o HUStart, um centro institucional que apoia iniciativas empresariais de estudantes e que fez do empreendedorismo matéria obrigatória para todos estudantes da instituição (BRAND; WEXLER; SINGER, 2017). “Se você trabalha com tecnologia ou serviços, você precisa ser inovador e um empreendedor”, nota Ammon Dekel, direto do HUStart desde 2018 (SOLOMON, 2018). Ele pretende abrir um fundo especial para estudantes financiado por filantropos sionistas para aumentar a importância da universidade para o mercado diante da evasão de muitos jovens israelense das instituições de ensino superior para empreender diretamente através das incubadoras do Terceiro Setor e fazer os estudantes israelenses ficarem na cidade ao fim do curso, uma ideia próxima a da Alliance House.

Sob a orientação do Estado, diversas fundações de filantropos sionistas, localizadas principalmente nos EUA, financiam a expansão e o fortalecimento das iniciativas empreendedoras de empresas, ONGs e instituições públicas que podem se dar ao luxo de não serem economicamente sustentáveis, de não perseguirem o lucro ou de ambicionarem um voo maior no mercado que as suas capacidades materiais permitem. Os recursos estrangeiros, investidos sem contrapartida financeira, mas por motivação nacionalista de famílias e empresários sionistas, judeus e evangélicos, na indústria tecnológica é disputado e canalizado pelas diversas ONGs, empresas, fundos e demais instituições que atuam na indústria

tecnológica, como a Universidade Hebraica, a New Spirit, a MadeinJLM, a Start-up Nation Central, a Jerusalem Jumpspeed Ventures, etc (BRAND; WEXLER; SINGER, 2017; HALON, 2019; LEICHTAG FOUNDATION, 2018; MAHFOUZ, 2019).

A tradicional Jerusalem Foundation é central nesse processo transnacional. A JF é uma instituição privada local sem fins lucrativos, fundada em 1966 pelo então prefeito Teddy Kollek, para ser mais uma das organizações sionistas paraestatais, como o Fundo Nacional Judaico e a Organização Sionista Mundial, que permitem às autoridades agirem para a construção do privilégio judaico na Palestina por meios privados e sem desrespeitar a “democracia” israelense. A Jerusalem Foundation foi criada justamente para angariar doações estrangeiras daqueles identificados com o fortalecimento de Jerusalém como a capital do povo judeu e canalizar estes recursos de acordo com as demandas e lobbies de atores estatais e privados. Ao longo de mais de cinco décadas, a fundação alega ter investido mais de 1,5 bilhão de dólares em mais de 4,000 iniciativas (JERUSALEM FOUNDATION, 2020). Atualmente, os três pilares do projeto “Jerusalém 2030” da Jerusalem Foundation, que tem como objetivo fazer de Jerusalém um “centro para criatividade jovem, inovação, inclusão e pluralismo; uma cidade aberta funcionando como capital da sociedade civil de Israel e do povo judeu”, são: força comunitária, cultura criativa e liderança para o futuro, que muitas vezes se encontram no desenvolvimento do “capital humano” para os residentes da cidade (idem).

Apesar dos investimentos do Estado de Israel e da filantropia sionista no ecossistema high tech de Jerusalém, o turismo permanece como o principal motor para o crescimento de Jerusalém e o destino mais visitado em Israel, aumentou de 1,124 milhões de visitantes em 2009 para 1,861 milhões em 2019 — um crescimento de 60% (KORACH; CHOSHEN, 2020). Contudo, segundo empresários do próprio setor de turismo, a dependência econômica da cidade ao turismo é, ao mesmo tempo, uma vulnerabilidade (SADEH, 2018). O turismo depende da sensação de segurança dos visitantes internacionais, que é impactada constantemente pelas instabilidades sociais provocadas pela resistência anticolonial palestina, como ocorrido durante a Intifada de Jerusalém — os dados acumulados do número de visitantes anuais a Jerusalém entre 1980 e 2019 mostram quedas acentuadas apenas nos anos de erupção da violência na

região em 1991³⁵, 2001³⁶ e 2015³⁷ (KORACH; CHOSHEN, 2020). Já o setor de alta tecnologia não é afetado da mesma maneira pela resistência palestina, pelo contrário³⁸. Ademais, possibilitou uma diversificação na estratégia de urbanismo empreendedor de Jerusalém não apenas para o desenvolvimento econômico, mas também no combate à emigração judaica e o fortalecimento do sionismo neoliberal nos setores mais precarizados da sociedade.

Em 2014, uma estratégia estatal alternativa a das “aglomerações econômicas”, que centra a indústria do turismo, passa a orientar a política estatal de urbanismo empreendedor: o das “classes criativas” do urbanologista Richard Florida, que vê na concentração de talentos criativos em um espaço urbano culturalmente vibrante, aberto à diversidade e à tolerância étnica, nacional, sexual e de gênero, o motor para a inovação empreendedora e, consequentemente, o desenvolvimento econômico (KEIDAR, 2018). A pesquisa de Keidar (2018) sobre a adoção do chamado “script criativo” pelas autoridades de Jerusalém demonstra como a teoria de Florida permitiu aos atores estatais trabalhar em conjunto de ONGs locais, filantropos internacionais e corporações nacionais para aliar a sua agenda político-econômica de desenvolvimento empresarial de Jerusalém com as suas ambições “político-culturais: de crescimento da juventude sionista na cidade. O principal executor da estratégia da “classe criativa” em Jerusalém foi a ONG New Spirit em colaboração com o JDA/Jnext e a Leichtag Foundation, uma instituição filantrópica estadunidense envolvida em diversos projetos voltados ao desenvolvimento do “capital humano” entre as populações sionista secular, ultra-ortodoxa e palestina (KEIDAR, 2018; LEICHTAG FOUNDATION, 2018).

Em princípio, o plano para a atração dos “criativos” foi o oferecimento de bolsas para jovens empreendedores se estabelecerem em bairros menos desenvolvidos de Jerusalém Ocidental por três anos como forma da juventude responder diretamente às demandas nacionalistas na cidade (KEIDAR, 2018). Após o fracasso da estratégia inicial que limitava a liberdade dos jovens em “deixar a sua marca” na cidade do jeito que desejassem e não a partir dos interesses das autoridades, os atores estatais mudaram a abordagem para uma mais despolitizada, que deixar de apelar explicitamente à identidade sionista para fazê-los

³⁵ Em meio a Guerra do Golfo e a Primeira Intifada, há queda de 13% no número de turistas.

³⁶ Após o início da Segunda Intifada, a quantidade de turistas despencou em 50% em relação ao ano anterior e só recuperou em 2006 a taxa de 1,2 milhão de visitantes anuais alcançada 2000.

³⁷ A violência do verão de 2014 em Gaza e em Jerusalém provocou um decréscimo de quase 10% do número de turistas no ano seguinte.

³⁸ Além dos escritórios e negócios de alta tecnologia não serem impactados negativamente no curto prazo por conflitos violentos como o setor de turismo, o setor de alta tecnologia também é caracterizado pelo subsetor de tecnologia de segurança, militar e de vigilância, que se beneficia da violência constante (HALPER, 2015).

empreender e viver na cidade a partir de sua decisão voluntária. O Estado passou a investir em projetos específicos, focalizados e temporários com o objetivo de manter as cenas culturais e empreendedoras vibrantes e sempre acesas independente dos indivíduos quem tivessem envolvidos no momento (idem). Segundo Keidar (2018), o entendimento da “classe criativa” como uma população flutuante que dificilmente se assenta num local por longos períodos foi útil, por um lado, para legitimar as tentativas anteriores de atrair esses jovens empreendedores pelas estratégias culturais e tecnológicas, como também justificar eventuais fracassos em fazer essa população ficar na cidade apesar dos vastos investimentos públicos. Ademais, a despolitização na relação entre Estado e cidadãos é vista como benéfica ao transformá-los exclusivamente em empreendedores que podem contribuir para o desenvolvimento econômico da cidade-empresa e responsáveis pela qualidade de vida na cena existente no espaço urbano, enquanto caberia ao Estado apenas prover oportunidades de capacitação e de entrada no mercado por curtos períodos (KEIDAR, 2018). “[O nosso objetivo é] aumentar o acesso ao mercado para empreendedores em diferentes condições. O nosso único recurso natural é o capital humano”, explica Barel-Sabag (2019) a respeito do trabalho do Jnext na cidade.

Logo, essa estratégia marca uma mudança do paradigma de expansão e consolidação da fronteira colonial sionista de uma fordista, baseado no planejamento organizado, previsibilidade e segurança de salários e estado de bem-estar social de padrão europeu como ocorria até os anos 1990, para uma neoliberal, caracterizada pela fragmentação, inconstância e imprevisibilidade. Os colonos deixam de ser entendidos como cidadãos que tem deveres e direitos em relação ao projeto nacional-colonial e o sistema de bem-estar social advindo das pilhagens coloniais para ser entendidos como empreendedores egoístas responsáveis por agarrar as oportunidades oferecidas pelo Estado na fronteira. A fronteira deixa de ser um refúgio de bem-estar oferecidos pelo Estado para assegurar a solidariedade identitária entre judeus sionistas enquanto um lugar de privilégios e estabilidade para se tornar um espaço de oportunidades e risco individualizados. A responsabilidade por tomar as decisões corretas que permitam fruir e exercer a sua liberdade e agarrar as oportunidades disponíveis no mercado são transferidas para o colono empreendedor. O incentivo à colaboração entre os empreendedores concorrentes e responsáveis pelo seu sucesso e fracasso se torna a forma preferencial de forjar uma solidariedade racial entre os sionistas neoliberais para proteger os seus privilégios e satisfazer as suas necessidades materiais e subjetivas por um estilo de vida ocidental, mais “bacana” e progressista. Portanto, o trabalho de “padrão europeu” continua a ter uma

centralidade fundamental para fazer o processo colonial sionista se realizar materialmente, mas no neoliberalismo assume a forma instável e volátil do empreendedorismo ao estilo ocidental.

5.3.2 A fraudulenta diversidade no ecossistema empreendedor de Jerusalém

Além de despolitizar o envolvimento dos jovens sionistas empreendedores na fronteira colonial, o paradigma empreendedor da “classe criativa” permitiu à coalização do sionismo neoliberal tratar todas as minorias econômicas de Jerusalém, os ortodoxos, religiosos e palestinos, enquanto mais uma “tribo” que compõe o ecossistema empreendedor (KEIDAR, 2018). A exclusão, o desemprego e a pobreza são vistos como “desafios” ao desenvolvimento do ecossistema empreendedor jerusalemita. No paradigma neoliberal, as populações sobressalentes palestina e também ortodoxa são vistas como reservatórios de capital humano desperdiçados que precisariam ser capacitados e empoderados para que os talentos criativos desses “grupos étnicos-religiosos” possam se juntar à indústria *high tech* da cidade, contribuindo para aumentar a diversidade e a inovação da “classe criativa” local e, conseqüentemente, para o desenvolvimento urbano de Jerusalém (KEIDAR, 2018). Isto é, o *script* criativo permite transformar essas populações em solução para os seus problemas econômicos e também para as limitações que representam para o bem-estar e a qualidade de vida neoliberal da cidade (BRAND; WEXLER; SINGER, 2017). Embora os palestinos e os ortodoxos representem quase 60% dos jerusalemitas, muitos indo para universidade de computação, eram menos de 2% dos trabalhadores de *high tech* em 2018 (SADEH, 2018).

O Estado, o Terceiro Setor, as instituições de ensino e as corporações israelenses têm trabalhado em diferentes iniciativas voltadas para o desenvolvimento de incubadoras e programas de capacitação empreendedora especificamente voltados para essas populações em Jerusalém. Diversos empreendedores israelenses destacaram a demanda por trabalho qualificado barato que forneça serviços especializados e de baixo valor necessários para o avanço do ecossistema empreendedor tecnológico, como os técnicos de informática, que são o “chão de fábrica” da indústria tecnológica (BRAND, 2019; GOICHMAN, 2018). Em 2014, o empresário palestino de Jerusalém Oriental, Hani Alami, abriu o Jest, voltado para empreendedores palestinos da cidade, enquanto Ben Wiener criou o Yazam Balev, um programa de startups dedicado a empreendedores *haredim* (BRAND; WEXLER; SINGER, 2017). Já a New Spirit passou a organizar eventos e conexões com outras organizações que reunissem as “quatro tribos” de Jerusalém, i.e. os judeus seculares, religiosos e ortodoxos e os palestinos, onde as culturas e iniciativas das populações *haredi* e palestina poderiam ser

consumidas pelos empresários israelenses e internacionais (KEIDAR, 2018). No entanto, essas ONGs jerusalemitas que atuam transversalmente tanto entre os setores econômico e cultural e as populações israelenses e palestinas não reproduzem o desgastado discurso de paz dos anos de Oslo. Segundo a fundadora da New Spirit, Elisheva Mazyia, o projeto de atração de palestinos e ortodoxos, implantado a partir de 2015, almejava fazer da diversidade existente no território um multiculturalismo benéfico ao ecossistema empreendedor que permitisse a constituição de uma classe criativa diversa que, por sua vez, permitiria uma inovação ainda maior e acumulação de capital para todos (idem). Isto é, o programa não tem como objetivo oficial construir a paz em Jerusalém: uma ordem pacífica seria um resultado natural das trocas voluntárias e mutuamente benéficas entre os empreendedores profissionais no mercado (idem).

Não é sobre construir a paz, mas sobre transformar a vida em Jerusalém para uma alternativa possível para a classe criativa. Nós estamos vendo [...] se você é um cineasta secular em Tel Aviv, o seu ambiente social é secular, mas em Jerusalém também pode ser palestino e ultra-ortodoxo. [...] Nosso raciocínio é que quando você encontra indivíduos em experiências profissionais [...] os setores palestinos e ultra-ortodoxos irão parecer menos ameaçadores. [...] Você irá encontrar pessoas com humor, cheias de criatividade e até mesmo pluralistas. (ELISHEVA, 2015 apud KEIDAR, 2018, p. 1224).

Segundo alguns dos principais atores envolvidos na construção do ecossistema empreendedor em Jerusalém (BRAND; WEXLER; SINGER, 2017), o segredo do sucesso repousaria, por um lado, na diversidade da população jerusalemita, composta por judeus, palestinos, religiosos, seculares, residentes nativos e imigrantes; e, por outro, na significativa colaboração entre os empreendedores de diferentes grupos que apesar de competirem entre si por investimentos, bolsas e consumidores, são também motivados a desenvolver coletivamente o mercado empreendedor e de alta tecnológica que, no longo prazo, seria benéfico para o bem-estar individual e da sua comunidade (idem). Ademais, as ONGs envolvidas diretamente no ecossistema empreendedor, como a New Spirit, teriam um papel fundamental pois, ao não possuírem uma agenda política excludente ou envolvidas diretamente na colonização de Jerusalém Oriental, nas “guerras culturais” entre ortodoxos e seculares e tampouco buscarem o lucro, atuariam como agentes neutros e despolitizados na construção da rede entre os empreendedores, universidades, filantropos, investidores, burocratas estatais e demais atores envolvidos na coalização empreendedora jerusalemita (idem).

Dessa forma, o discurso das “tribos” se revela como mais uma tentativa de reproduzir a lógica de gestão colonial da ordem social urbana do “Goulash” de Kollek, na qual Jerusalém é entendida como um mosaico formado por grupos auto segregados que desejam continuar

vivendo dessa forma. O mercado, como observamos acima, surge como veículo fundamental para possibilitar criar uma esfera de multiculturalismo neoliberal onde possa haver uma integração economicamente benéfica a todos sem precisar interferir em questões supostamente restritas ao campo da política. Nessa perspectiva, as disputas entre os judeus ortodoxos e não ortodoxos a respeito do que abre e fecha no *shabat* e os debates entre israelenses e palestinos sobre as políticas coloniais são tratadas igualmente como pertencentes ao reino da política e que devem ser deixadas de lado na hora de para fazer negócios.

Keidar (2018) nota como o entendimento de diversidade, central para a teoria da “classe criativa”, envolveu uma série de “traduções” para se adaptar à realidade de Jerusalém. Para Florida, diversidade envolve uma política de baixa restrição àqueles que podem residir na cidade para atrair todo tipo de talento criativo. A realidade de Jerusalém, entretanto, é bastante limitada racialmente à residência de palestinos e também intolerante a manifestações de liberdade sexual, como no ataque de um ortodoxo a uma pessoa *queer* durante parada do orgulho LGBTQ na cidade. Logo, Keidar (2018) observa a natureza fraudulenta das políticas de inclusão dos empreendedores ortodoxos e palestinos, restritas ao consumo dessas culturas e a uma tentativa de “apimentar” o *goulash* jerusalemita. Portanto, o principal tempero do caldo tecnológico continua a ser a população *ashkenzai* sionista secular, o público-alvo real das políticas de imigração e empreendedorismo em Jerusalém, os protagonistas históricos da supremacia sionista na Palestina e também dos protestos israelenses de 2011. Como nota Lentin (2018), a partir de uma perspectiva racialmente exclusivista, os entendimentos israelenses de diversidade e democracia, duas reivindicações fundamentais para a legitimidade internacional política e econômica de Israel, são surpreendentes pela sua homogeneidade racial.

Logo, reivindicamos que com a ascensão do setor de alta tecnologia em Jerusalém, o que ocorreu foi que toda a coalizão transnacional, historicamente constituída por atores estatais, privados e não governamentais para fazer do desenvolvimento econômico um veículo para a expansão e consolidação da fronteira em Jerusalém e pacificação dos conflitos sociais com palestinos para resolver as ansiedades demográficas das elites, assumiram uma face *high tech*. Um último exemplo é o Mati, uma ONG voltada para o desenvolvimento de pequenas e médias empresas israelenses que existe em diferentes cidades de Israel. Desde a sua fundação, em 1991, o Mati ganha anualmente a concorrência pública do Ministério de Allyia e Absorção de Imigração para o desenvolvimento de programas e bolsas para a capacitação empreendedora de novos colonos judeus estrangeiros e também de israelenses que retornam ao país (MATI, 2020).

Logo, o Mati possui uma centralidade na viabilização material de uma reivindicação que está no coração da legitimação do sionismo: de que Israel é o Estado-Nação onde judeu de todo mundo podem prosperar economicamente. Em 2018, a ONG lançou o programa Mati Digital como forma de auxiliar os colonos a se juntarem ao ecossistema empreendedor de Jerusalém e permanecerem na cidade diante da deterioração crescente dos benefícios sociais para os novos imigrantes em Israel (idem). Além disso, desde 2015, o Mati atua como facilitador do empreendedorismo a palestinos de Jerusalém Oriental (ver capítulos 6 e 7).

No entanto, o diretor-geral do Mati Jerusalem, Golan Tobi (2019), é crítico da estratégia *high tech* para o desenvolvimento urbano de Jerusalém. Segundo ele, existe um fetiche em torno do setor de alta tecnologia que não resolve as desigualdades socioeconômicas da cidade. Esse argumento é sustentado pelos números: apesar do crescimento constante da indústria de alta tecnologia em mais de 100% ao longo da última década e do aumento de pessoas empregadas pelo setor, isso não significou numa redução da taxa de pobreza da população jerusalemita, particularmente a ortodoxa e a palestina (KORACH; CHOSHEN, 2020). Isto é, o desenvolvimento tecnológico representa uma concentração de riqueza nos extratos superiores e seculares da sociedade israelense diretamente envolvido com os capitais atraídos ao mercado *high tech*, que não teve um efeito multiplicador ao restante da população. Ao invés de significar o progresso socioeconômico de toda a população urbana, como prometido pela coalização por trás da estratégia de urbanismo empreendedor, o resultado tem sido uma reorganização do espaço e da população urbanas enquanto recursos a disposição da exploração do capital externo. Segundo Mumin (2019), as corporações internacionais do setor de alta tecnologia, como a Microsoft, orientam os atores locais do ecossistema empreendedor a previamente desenvolver determinadas qualidades e características, como, por exemplo, a existência de centro de programadores capazes de desenvolver softwares de jogos digitais, para a cidade se posicionar na concorrência interurbana pelos investimentos futuros da corporação, mas sem nenhuma garantia de que isso ocorrerá (MUNIN, 2019). Dessa forma, a coalização empreendedora formada pelas ONGs sionistas, o Estado e o mercado não agem de forma fraudulenta apenas em relação aos palestinos e ortodoxos, mas também em relação à própria população sionista secular, responsabilizada pelo sucesso e insucesso das suas decisões no mercado.

5.4 Considerações finais

Este capítulo explorou diferentes formas de compreender como a hegemonia do sionismo neoliberal impactou na maneira como a sociedade israelense se organiza

objetivamente e subjetivamente na continuação do processo de consolidação e expansão demográfica e geográfica da fronteira colonial em Jerusalém no contexto da ocorrência de diversos projetos de modernização neoliberal no espaço urbano da cidade. Nós buscamos demonstrar como a razão neoliberal, em particular as estratégias do urbanismo empreendedor nos setores de turismo, cultura e alta tecnologia, servem de forma despolitizada de manter as bases econômicas e legitimadoras do colonialismo na cidade mesmo diante de grande rejeição internacional à manutenção do projeto colonial e do desmoronamento das bases do estado de bem-estar social do sionismo trabalhista que sustentavam materialmente e ideologicamente tanto a coesão social interna da sociedade israelense como a expansão da fronteira colonial. Em oposição à colonização cartesiana fundada na previsibilidade do planejamento urbano e do trabalho assalariado do modo de produção fordista durante o período de hegemonia do sionismo trabalhista, o processo colonial neoliberal contemporâneo é caracterizado pela sua instabilidade, proliferação e imprevisibilidade características da razão neoliberal, apesar de também contar com planejamentos estatais e filantrópicos que servem de orientação e instrumento jurídico de legitimação e enforcement da lei colonial.

A partir da análise da atuação em particular de ONGs que compõe a coalização neoliberal-colonial por trás desse esforço colonial, nós reivindicamos um entendimento próximo e combinado das ações de empreendedores sionistas neoliberais gestores de organizações não governamentais sem fins lucrativos com ambições, a princípio, distintas e até mesmo opostas. Nós argumentamos que os ultranacionalistas religiosos da Elad e os seculares (neo)liberais da New Spirit, entre outras ONGs do setor de tecnologia e cultura, atuam no alinhamento das ambições neoliberais e coloniais do processo permanente de expansão colonial israelense e acumulação de capital para as classes dominantes. Nós reivindicamos que as ONGs e a figura dos colonos empreendedores-ativistas são centrais para permitir um protagonismo da sociedade civil na condução do processo, o que permite aos colonos exercerem a sua autonomia e soberania na consolidação e expansão da fronteira, externalizando uma certa insatisfação social em relação a parcelas das classes dominantes e dando expressão contemporânea a uma característica histórica do colonialismo por povoamento. Além disso, permite ao Estado se isentar quando conveniente e despolitiza o colonialismo através de estratégias do urbanismo empreendedor para o desenvolvimento de atividades econômicas, culturais e tecnológicas.

As ONGs são ainda centrais por intermediar a relação entre o Estado e o mercado transnacional enquanto agentes supostamente neutros sem interesse no lucro do mercado ou nas

ansiedades racistas do projeto colonial, localizando-se entre os entendimentos estanques de economia e política ambicionados pelos ideólogos neoliberais, o que acaba por dificultar a compreensão imediata das estruturas do processo colonial e do apartheid neoliberal. Apesar de diferenças e variações entre as ONGs e os processos descritos nesse capítulo, nós almejamos localizá-los dentro do amplo campo do sionismo neoliberal hegemônico em Israel que tem a supremacia sionista sobre a terra e a população de Jerusalém e a instrumentalização da razão neoliberal para legitimar as suas ambições e ansiedades coloniais uma base comum de sua atuação em ambos lados da Linha Verde. Além disso, as ONGs permitem uma coordenação descentralizada dos diferentes braços do Estado que contribuem de forma pontual ou sustentada para os projetos coloniais que não pertencem imediatamente à alçada pública. Em conjunto, a colonização *high tech* e a arqueológica-turística representam dois lados essenciais para a marca que a Jerusalém Global deseja vender tanto aos investidores como aos potenciais colonos que se interessem em se somar à fronteira colonial de forma voluntária pelas relações de mercado, uma vez que os imperativos políticos ostensivos não são bem vistos entre a opinião pública internacional e tampouco servem para persuadir os israelenses mais jovens e liberais.

O capítulo teve ainda uma preocupação central em compreender quais características da estrutura do processo colonial sionista-israelense permaneceram e se adaptaram à hegemonia neoliberal. Não é só constante a preocupação com a maioria demográfica e a expansão da fronteira pela construção de mais assentamentos, como também existe um padrão na formação de uma coalização transnacional que permita aos colonos no território se valerem de um reservatório de capital pré-acumulado externamente para que as condições materiais de realização da fronteira sionista-israelense na Palestina ofereçam privilégios atrativos aos colonos viverem com qualidade de vida de padrão ocidental no ambiente inóspito e violento comum a uma fronteira. O apoio econômico das grandes potências, de organizações não governamentais, de filantropos sionistas estrangeiros e do Estado governante do território para assegurar as condições legais e econômicas de formação de um mercado de terras e trabalho privilegiado para os colonos e separado do nativo palestino permanecem como características centrais. O empreendedorismo, em particular o tecnológico, serve como uma racionalidade que expressa a liberdade autônoma almejada pelo colonialismo pioneiro de construir com as próprias mãos a expansão da fronteira econômica e política da nação judaica, permitindo reproduzir a constituição de um *kibutz* para assegurar os privilégios e a solidariedade racial entre os judeus sionistas apesar da concorrência de mercado e da resistência palestina.

6 A ISRAELIZAÇÃO NEOLIBERAL DE JERUSALÉM ORIENTAL: INCLUSÃO, (DE-)DESENVOLVIMENTO E PACIFICAÇÃO DOS PALESTINOS

A relação entre os palestinos jerusalemitas e o regime colono israelense tem se modificado ao longo dos anos de 2010 na direção de uma integração maior dessa população ao sistema israelense. Cada vez mais palestinos de Jerusalém Oriental são vistos em postos de trabalho, em centros de consumo, em instituições de ensino, no transporte público, em escritórios burocráticos, em organizações não governamentais, em fundações filantrópicas de Jerusalém Ocidental ou diretamente conectadas ao regime israelense e assentamentos judeus em Jerusalém Oriental (SHTERN, 2016, 2019; SHTERN; YACOBI, 2019). O isolamento socioespacial e a extrema vulnerabilidade dos palestinos de Jerusalém, em constante crescimento desde os anos de Oslo, tem conduzido os palestinos jerusalemitas cada vez mais para a esfera de influência colona e afastando-os da sociedade palestina da Cisjordânia (SALEM, 2018b; SHALHOUB-KEVORKIAN, 2012).

Após décadas de profunda negligência proposital do Estado de Israel dos bairros palestinos de Jerusalém Oriental à exceção das forças policiais, fiscais, soldados e colonos que asseguravam a expansão colonial, a cobrança de impostos e a repressão da resistência nativa, as autoridades israelenses anunciaram pela primeira vez na história, em junho de 2014 — dois dias antes do sequestro de Mohammed Abu-Khdeir e da explosão da Intifada de Jerusalém —, um plano para aumentar “a segurança pessoal e o desenvolvimento socioeconômico” em Jerusalém Oriental com um orçamento de 200 milhões de shekels a ser investido até 2018 (DAGONI, 2019a). Segundo análise da Controladoria do Estado de Israel, o plano foi profundamente mal planejado e executado e não resultou em nenhuma mudança socioeconômica para os palestinos nem segurança para os residentes de Jerusalém. A ONG Ir Amin ressaltou o cumprimento somente das medidas dos investimentos em policiamento e inspeção dos indivíduos palestinos, de seus bairros, status legal e empreendimentos (*idem*).

Em resposta à controladoria israelense e às permanentes revoltas populares palestinas, foi lançado em 2018 um projeto mais ambicioso que almeja investir cerca de 2 bilhões de shekels em Jerusalém Oriental ao longo de cinco anos e promover uma “revolução” entre a população e os bairros palestinos da cidade para “reduzir as lacunas” entre a Jerusalém dos palestinos e a dos judeus (HASSON, 2018a). A Decisão Estatal 3760 intitulada “Diminuindo as Lacunas Socioeconômicas e Desenvolvimento Econômico em Jerusalém Oriental” (GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO DE ISRAEL, 2018) pretende diminuir a

desconfiança e a desigualdade entre as populações israelenses e palestinas e, ao mesmo tempo, fomentar o desenvolvimento e a segurança de todos os residentes da cidade. A maior parte do orçamento originalmente tem sido destinada para a renovação do sistema educacional palestino para impor o currículo israelense, além de outros projetos de infraestrutura urbana, desenvolvimento econômico liderado pela iniciativa privada, promoção do empreendedorismo, particularmente entre as mulheres e jovens palestinos, e o registro oficial das propriedades privadas palestinas nos comitês de planejamento israelenses (*idem*).

Dessa forma, o plano representa tanto antigas reivindicações de ONGs de direitos humanos israelenses da cidade, como a Ir Amin, como também reclamações de lideranças palestinas pela diminuição da negligência colonial em serviços públicos e infraestruturas básicas para os bairros palestinos em desrespeito aos direitos dos residentes palestinos em saúde e educação públicas (DAGONI, 2019b; TABASH, 2019). Apesar de não reconhecerem a autoridade colona sobre a cidade, o que faz a população nativa historicamente rejeitar a participação nas eleições municipais, os palestinos são obrigados a pagar os impostos municipais para não perder o direito de residência e manter acesso aos direitos que não conseguem obter de outra forma — embora os palestinos representem aproximadamente 37% dos contribuintes municipais, menos de 10% do orçamento eram destinados para os bairros palestinos de Jerusalém Oriental em média historicamente (JAFARI et al., 2019).

Diante das alternativas a sua disposição, o poder colono parece ter optado por oferecer algo que se aproxime do menor de todos os males possíveis aos palestinos. Apesar das críticas, os projetos de desenvolvimento e inclusão contam com diversos apoiadores entre israelenses e palestinos. Isso fica evidente no lançamento do projeto de revitalização urbana chamado “Silicon Wadi”, que irá reconfigurar o bairro palestino de Wadi Joz, imediatamente ao norte do Portão de Damasco da Cidade Velha e próximo à divisória com Jerusalém Ocidental, para servir como novo centro tecnológico do ecossistema empreendedor da cidade (THE NEW ARAB, 2020). O projeto é mais um exemplo de adoção de estratégias de urbanismo empreendedor em Jerusalém, mas que tem pela primeira vez um local palestino supostamente como o beneficiário. Na visão da parlamentar de Jerusalém Laura Wharton (BOXERMAN, 2020), líder do partido israelense sionista mais à esquerda no espectro político, o Meretz, e integrante da base de apoio ao prefeito ultranacionalista Moseh Lion, em Junho de 2020:

O governo finalmente acordou alguns anos atrás e percebeu que deixar Jerusalém Oriental no estado que está é ruim para todos, e está na hora do governo se envolver. [...] O projeto [de Silicon Wadi] pretende permitir a população de Jerusalém Oriental

encontrar emprego em Jerusalém. Eu conheci muitos palestinos talentosos que trabalham em Ramallah e em outros locais porque não há muita alta tecnologia em Jerusalém, e o que existe é por e para israelenses. (WHARTON, 2020 apud BOXERMAN, 2020).

No entanto, um exame mais detalhado do plano de desenvolvimento neoliberal para Jerusalém Oriental, como faremos ao longo deste capítulo, revela uma lógica de pacificação da população nativa para manter o avanço dos interesses coloniais de espoliação e exploração por novos meios. A reforma urbana fará de Wadi Joz, um bairro palestino que em conjunto dos vizinhos Bab A-Zahara e Musrara compõe o negligenciado e depreciado centro econômico e social palestino de Jerusalém e cuja revitalização está paralisada há décadas nas instâncias municipais, em um distrito neoliberal para abrigar escritórios empresariais, instituições de ensino de tecnologia, hotéis estrelados, e centros comerciais de luxo (BOXERMAN, 2020). A revitalização remove ao menos 200 estabelecimentos comerciais palestinos onde trabalham milhares de palestinos, incluindo a única zona industrial de propriedade palestina na cidade com oficinas automotivas palestinas famosas por serem utilizadas tanto pelos colonos como pelos nativos. Os únicos beneficiados entre os palestinos seriam os proprietários dos terrenos onde será erguido o novo distrito comercial, o que gerou atritos (THE NEW ARAB, 2020).

Além disso, enquanto prioriza a alta tecnologia para servir aos interesses econômicos dos israelenses, o plano não prevê incentivos israelenses à indústria de turismo palestina tampouco busca diminuir as restrições que fizeram apenas 12% dos turistas que visitaram Jerusalém em 2013 ficarem em hotéis em Jerusalém Oriental (ARAFEH, 2016a) — uma tendência que se mantém na cidade. Guias turísticos palestinos continuam marginalizados e estabelecimentos palestinos discriminados, enquanto o licenciamento para novos hotéis palestinos permanece limitado. Essas políticas afetam o principal setor da economia nativa da qual 40% da população depende diretamente e milhares de outros comerciantes e prestadores de serviços se beneficiam indiretamente (ARAFEH, 2016a; SAADEH, 2019). A situação é particularmente precária entre os lojistas da Cidade Velha que tem sido sufocados por níveis altíssimos de taxaço e endividamento, deixando-os mais suscetíveis à despossessão por ONGs de colonos e pelas autoridades israelenses (ARAFEH, 2016c; DAKKAK, 2019)

O nosso objetivo é examinar a forma pela qual e a razão dos palestinos de Jerusalém estarem sendo alvo de políticas de inclusão e desenvolvimento após décadas de despossessão e exclusão. O caso do projeto de Silicon Wadi serve de ilustração para uma lógica de pacificação que nós argumentarmos estar por trás de todas as políticas de inclusão e desenvolvimento de

palestinos jerusalemitas pelo Estado de Israel em setores que não se resumem ao imediatamente econômico, mas também valem para a cultura, educação e demais áreas sociais que servem enquanto formas “não convencionais” de “trabalho social armado” contrainsurgentes na guerra colonial. O objetivo seria a fabricação de uma nova ordem social estável e previsível para possibilitar a acumulação de capital para as classes dominantes em Jerusalém Oriental no qual os palestinos seriam menos alienados para a sua adequação às demandas do capital neoliberal, mas não necessariamente integrados à israelidade dominante. O resultado seria a formação de um processo que chamamos de *israelização neoliberal* conduzido por diferentes braços governamentais, ONGs e empresas ligadas ao regime colono por meio, por exemplo, da abertura das universidades a estudantes palestinos da cidade, a formalização gestão da educação pública, e a promoção de programas de capacitação profissional e empreendedorismo para a reprodução do nexos segurança-desenvolvimento. Isto é, um entendimento circular de que não é possível desenvolvimento sustentável sem lei e ordem e, inversamente, não há segurança sustentável sem desenvolvimento (KHALIDI; SAMOUR, 2011).

Diferentemente do restante dos TPO, a estratégia de pacificação dos palestinos em Jerusalém sempre teve o poder civil da prefeitura e demais instituições estatais e não governamentais israelenses como feição suave e humana que provesse um bem-estar social mínimo que servisse como uma cenoura liberal-colonial para o bastão da polícia e dos militares (SHLOMO, 2016). No entanto, o modo pelo qual opera a pacificação por meio da israelização neoliberal significa uma alteração no regime de “inclusão sem integração” (SALEM, 2018b) imposto sobre Jerusalém que faz surgir novos fenômenos, como a ascensão social de residentes nativos, a maior presença de palestinos em espaços públicos de Jerusalém Ocidental, o maior contato com instituições sociais coloniais, a exemplo das universidades israelenses, e também a migração de palestinos para assentamentos suburbanos judeus (SHTERN; YACOBI, 2019). Essas movimentações nas estruturas de dominação, entretanto, podem levar alguns a enxergar a israelização neoliberal como uma assimilação dos nativos ou como um processo paradoxal entre as suas parcelas capitalista neoliberal e racista colonial que abriria brechas para a sua interrupção ou até descolonização (SHTERN, 2018a; YACOBI; PULLAN, 2014).

Shlomo (2016) nota como, no contexto de hegemonia em Palestina/Israel, a privatização de serviços públicos para a população palestina administrados de forma autônoma pelos nativos se tornou uma forma das autoridades colonas exercerem maior controle e aprofundarem a sua influência sobre questões cotidianas da vida dos palestinos, como o currículo escolar e a rota

do transporte público, sem o Estado colono assumir diretamente o governo dos sistemas de educação e transporte público, mas atuando como agente regulador da atuação da iniciativa privada. Dessa forma, estaria sendo gestada nessa israelização de Jerusalém Oriental uma nova governamentalidade colonial-neoliberal dos residentes palestinos que asseguraria a estabilidade social diante do avanço da antiga colonização da terra (SHLOMO, 2016). Este tipo de raciocínio não seria exatamente novo, estando na base do modo de governo contrainsurgente de “mosaico” do ex-prefeito Teddy Kollek. As principais novidades seriam de que as cenouras coloniais seriam informadas pela forma empresarial e, ademais, muitas dessas iniciativas se valeriam de uma fachada palestina e a colaboração de sujeitos palestinos de classe média orientados pela razão neoliberal para poder romper com a resistência nativa às iniciativas colonas e reproduzir o governo colonial israelense em Jerusalém Oriental.

A israelização neoliberal só seria possível pela manutenção do histórico de-desenvolvimento econômico de setores vitais para a autonomia palestina em Jerusalém assim como da repressão violenta, da vigilância ostensiva, da expulsão forçada e da colonização suburbana em Jerusalém Oriental. Estima-se que mais de 250 negócios palestinos tenham fechado suas portas na cidade entre 1999 e 2015 diretamente pelas restrições coloniais à economia nativa (NASARA, 2019, p. 9), enquanto as perdas econômicas provocadas pela construção do Muro em Jerusalém foram estimadas pela ONU em 2013 em mais de US\$ 1 bilhão e a sua continuidade promoveria aproximadamente US\$ 200 milhões em perdas de oportunidades para os palestinos jersalemitas anualmente (KHALIDI, 2013). Shalhoub-Kevorkian e Burbidge (2014) notam que a combinação de de-desenvolvimento e israelização estaria “deletando a presença palestina do espaço geosocial de Jerusalém e a sua economia política”. Em concordância, este capítulo pretende também demonstrar como a políticas colonas de exclusão e alienação para a desarabização socioespacial de Jerusalém promovem, simultaneamente, um “vácuo” de lideranças e representações capazes de exercer um impacto real sobre a vida dos palestinos que impede a sustentação da sociabilidade palestina autônoma.

Este espaço seria preenchido por organizações governamentais, não governamentais e empresariais israelenses que formam uma frente de atração dos palestinos desconectados, desumanizados e desamparados que insistem em viver nos bolsões isolados da cidade com o objetivo de controlar a sua reprodução social de acordo aos objetivos do capital israelense e recrutar colaboradores que contribuam para o bom governo colonial sobre Jerusalém Oriental. A integração dos palestinos e o seu desenvolvimento, entretanto, não significariam a sua

emancipação ou libertação, mas a sua reprodução enquanto novos sujeitos orientados pela razão neoliberal de trabalho e consumo. Os palestinos de Jerusalém deixariam de ser racializados e reproduzidos somente para a sua expulsão ou superexploração, como ocorreu de forma hegemônica ao longo de toda a ocupação colonial da cidade, para serem capacitados e “empoderados” de forma a torná-los indivíduos aptos à participar de forma produtiva e pacificada da ordem socioeconômica sob a hegemonia do sionismo neoliberal.

Como notamos na primeira parte desta tese, a pacificação colonial-neoliberal pode ocorrer pela formação de uma sociedade multicultural e diversificada onde os as populações racialmente subalternas podem ter seu lugar, mas sem alterar as hierarquias raciais de poder. Neste contexto, o empreendedorismo e o mercado funcionariam como a cenoura neoliberal que permitiria as ilusões de autonomia se reproduzirem por meio dos exemplos excepcionais da possibilidade de “disrupção” do governo colonial por meio do mercado, mas que não deixariam de ser contradições necessárias para a legitimidade do novo multiculturalismo colonial. Fanon (1980) chamou de “paternalismo tecnocrático” os dispositivos de bem-estar social do governo francês da Argélia em que o poder colonial se reorganiza de forma mais suave e fraudulenta de forma a manter uma ordem estável e produtiva que lhe permitisse esconder o racismo estrutural no cotidiano da ocupação colonial. Como lembra Nkrumah (1967), as promessas de desenvolvimento e de reformas por maiores liberdades que os colonizadores oferecem porque seriam “racionais” ou “generosos” não passam de ilusões na reprodução do colonialismo em um neocolonialismo: “o imperialismo conhece apenas os seus próprios interesses”. Os antigos discursos orientalistas dos israelenses em relação aos palestinos como um povo ontologicamente atrasado se reproduziriam nos discursos de israelenses diretamente envolvidos na execução dos projetos para retirar Jerusalém Oriental do seu subdesenvolvimento.

O empreendedorismo e os programas governamentais de desenvolvimento neoliberal conduzidos por atores como a empresa pública East Jerusalem Development Company, as ONGs Mati, Maof e Riyan, a Jerusalem Foundation e a Universidade Hebraica, seriam as formas contemporâneas da igualmente antiga e fraudulenta benevolência colonial. Dessa forma, buscamos demonstrar como processo aparentemente pacíficos de inclusão social e desenvolvimento econômico operam de forma fraudulenta e em combinação com a coerção num processo de acumulação pela despossessão e pacificação. Por meio dessas armadilhas, os colonos buscam resolver as contradições, vulnerabilidades e insatisfações no interior do regime colono-neoliberal que tratamos nos capítulos 4 e 5 de forma a produzir uma estabilização social

que pacifique as classes médias e trabalhadoras israelenses e palestinos. Em um primeiro momento, iremos discutir a operação dos hibridismos coloniais na formação das “israelizações neoliberais” na Palestina. Em segundo lugar, vamos analisar o raciocínio dos atores envolvidos no processo da israelização neoliberal em Jerusalém Oriental por meio da aplicação dos projetos de desenvolvimento e integração em conjunto das medidas de de-desenvolvimento socioeconômico. Demonstramos como as políticas de inclusão provocam a desapropriação, despossessão e pacificação dos palestinos em Jerusalém Oriental através de medidas de fortalecimento da atividade empresarial e industrial, programas de capacitação empreendedora, medidas de reforma do currículo escolar e de avanço das atividades culturais. O resultado seria o crescimento da dependência econômica dos palestinos, a sua marginalização nas periferias da cidade e a crescente desarabização da região central de Jerusalém Oriental cobiçada pelo capital global e os ultranacionalistas israelenses.

6.1 O desenvolvimento neoliberal progressista como pacificação dos palestinos nos TPO e em Israel

A literatura que trata da confluência entre neoliberalismo e israelização em Jerusalém Oriental tem priorizado aspectos institucionais e infraestruturais. Salem (2018b), apesar de levar em consideração questões econômicas, aborda o problema da inclusão, do desenvolvimento e da israelização dos palestinos de Jerusalém Oriental um ponto de vista principalmente institucional, como a ausência na esfera pública palestina pelo encerramento das atividades da Casa do Oriente e demais medidas do Estado colono. Uma parcela da literatura aborda a questão da inclusão dos palestinos por meio do neoliberalismo através de aspectos da infraestrutura de transporte público, em particular o VLT: enquanto uns veem o empreendimento como uma forma de avançar a violência colonial (BAUMANN, 2018; NOLTE, 2016), outros apontam para as possibilidades de encontro multicultural entre palestinos e israelenses para além da clivagem colonial (SHTERN, 2018a).

Ampliando a lente de análise, Shlomo (2016) nota como a neoliberalização em Jerusalém Oriental é contrastada e específica em relação a de Jerusalém Ocidental pela divisão racial nas relações socioespaciais da cidade. Ele argumenta que, por meio das privatizações de serviços públicos de transporte e educação aos palestinos, o poder colono explora a negligência em relação aos bairros palestinos para promover uma “subformalização” sob a promessa de promover uma melhoria. Na realidade, entretanto, os israelenses estariam utilizando-se de agentes privados para assumir, sem vinculação direta, o controle das tecnologias de governo

mais suaves que dizem respeito da conduta, da segurança e do bem-estar dos palestinos em Jerusalém Oriental. Isto é, do seu modo de reprodução social. Em linha de raciocínio semelhante, Volinz (2018a) demonstra como a responsabilidade sobre os arranjos estatais de segurança dos palestinos também tem sido terceirizada pela privatização da segurança e pluralidade pela inclusão de atores sociais nos assemblages de segurança, como as companhias de esgoto e eletricidade, as burocracias municipais arrecadação de impostos, de fiscalização ambiental e de regulamentação comercial, e também as escolas e postos de saúde.

No entanto, a literatura nota que as relações entre a colonização israelense e o mercado neoliberal não são unidimensionais, isto é, nem sempre parecem favorecer os interesses do projeto colonial, mas são constituídas por diversas ambivalências. Na análise a respeito da crescente presença dos palestinos de classe média em assentamentos israelenses de Jerusalém Oriental, Yacobi e Pullan (2014) afirmam haver um *paradoxo* na relação entre os interesses coloniais e do mercado em Jerusalém Oriental. Ao passo que o Estado trabalharia para impor uma segregação racial nas relações socioespaciais de Jerusalém pela construção de assentamentos habitados exclusivamente por judeus, o mercado possibilitaria aos palestinos de classe média subverterem, mesmo de forma limitada, essa lógica histórica ao promover uma pequena *fissura* nos esforços de judaização homogêneos do espaço por meio da aquisição de propriedade privada (YACOBI; PULLAN, 2014)³⁹. Ainda na suposta relação paradoxal entre neoliberalismo e colonialismo, Shtern (2018) vai além ao argumentar que o mercado neoliberal permite a criação de locais de encontro entre palestinos e judeus israelenses em assentamentos residenciais, locais de trabalho, instituições de ensino e centros de consumo que funcionam, mesmo que provisoriamente, como espaços e momentos multiculturais que podem estimular possibilidades de descolonizar as relações entre judeus e árabes na cidade. Em sua visão, o mercado funcionaria como um agente de identidades e relações sociais formadoras de espaços mistos baseadas em classe social, globalização e individualismo neoliberal que *desestabilizam* a segregação racial do colonialismo (SHTERN, 2018).

No colonialismo neoliberal israelense, nós observamos este hibridismo na proliferação da razão neoliberal entre os extratos mais baixos e médios da sociedade de forma a avançar processos de despolitização, espoliação e pacificação por meio da atuação das instituições internacionais e ONGs e as suas agendas de ajuda humanitária e empoderamento em toda a

³⁹ Este, inclusive, seria um fenômeno observado em outras partes de Israel, como em Nazaré Ilit, um assentamento com o declarado propósito de “judaização” da Galileia, a região norte de Palestina/Israel. Ver: BLATMAN-THOMAS; PORTER, 2018.

Palestina, incluindo Israel e os TPO (HADDAD, 2016; HANIEH, 2016; SAMOUR, 2016; SHEHADEH; KHALIDI, 2014). Entre as suas diferenças e semelhanças, destacamos a atuação de ONGs na condução de programas de capacitação empreendedora, particularmente voltada para a área tecnológica em Ramallah e Nazaré, e também de atividades culturais e educacionais na construção de novos sujeitos neoliberais, que muitas vezes ascendem socialmente na formação de uma classe média que colabore na sustentação da infraestrutura humana, subjetiva e moral necessária para a administração do colonialismo neoliberal. O empreendedorismo *high tech* tem servido como cenoura neoliberal para o desenvolvimento fraudulento e a pacificação das classes médias urbanas palestinas em todo o território sob o governo de Israel. Essas experiências dos atores israelenses na pacificação e israelização neoliberais dos palestinos nos TPO e em Israel a partir de políticas de desenvolvimento e empreendedorismo *high tech* tem servido de paradigma importante para o processo em curso em Jerusalém Oriental.

Este modelo foi elaborado durante a gestão Obama (2009-2016), que buscou fazer da colaboração empresarial, particularmente na área de tecnologia, uma forma de avançar o acordo político do seu chanceler John Kerry⁴⁰ numa reedição da “paz econômica” (RUBIN, 2018). Entre 2014 e 2016, os EUA promoveram por meio do financiamento da USAID e da execução da Kaizen Company, uma empresa estadunidense especializada em programas de desenvolvimento com base no empreendedorismo em nações do Terceiro Mundo, o projeto SpaceX, uma iniciativa para a promoção da cooperação em empreendimentos *high tech* entre israelenses e palestinos em ambos lados da Linha Verde (THE KAIZEN COMPANY, 2016). Na esteira, diversas ONGs israelenses, como a PIP - Palestinian Internship Program e o Peres Center for Peace & Innovation, viram na promoção de programas de capacitação empreendedora e tecnológica como uma forma de gerar formas de colaboração tecnológica, econômica e, eventualmente, política — em muitas ocasiões, com financiamento estadunidense (PERES CENTER FOR PEACE; US DEPARTMENT OF STATE, 2020). Outra iniciativa estadunidense nesse período foi a criação de um grupo de empresários palestinos e israelenses, muitos do ramo da tecnologia, chamado *Breaking The Impasse*, que pretendia facilitar as relações políticas por meio de trocas econômicas. Embora não tenha sucedido em avançar um acordo político, o grupo serviu de oportunidade de negócios para diversos empresários israelenses e palestinos, particularmente aqueles do ramo *high tech*.

⁴⁰ Obama foi o responsável pelo fortalecimento do Vale do Silício como responsável por desenvolvimento mais humanizado e progressista diante da austeridade de Wall Street (MOROZOV, 2018).

Um dos frutos dessa colaboração tem sido a formação de uma ainda pequena, mas crescente indústria de alta tecnologia em Ramallah que, embora seja retratada como forma dos nativos conquistarem a independência nacional, é resultado de investimentos e cooperação econômica das elites palestinas com capitalistas israelenses (DANA, 2014a). A indústria *high tech*, contudo, tem permitido o aprofundamento da dependência e da normalização econômica entre Israel e os palestinos. A maior parte das empresas de tecnologia palestinas atuam na terceirização de serviços no desenvolvimento de softwares e hardwares e também servindo de “back office” para corporações estrangeiras e israelenses (RUBIN, 2018). A terceirização de serviços de empresas israelenses para empresas palestinas como forma de suprir a crescente demanda por serviços e força de trabalho no setor de tecnologia é defendida por empresários e diplomatas como uma oportunidade de cooperação, desenvolvimento e aproximação política entre colonos e nativos “mutuamente interessados” e “racionais” em questões de segurança e economia (HADDAD, 2016; PERES CENTER FOR PEACE; US DEPARTMENT OF STATE, 2020). Segundo um empresário palestino do ramo de *high tech*, a terceirização é uma situação de “ganha-ganha” e não uma construção de dependência econômica (RUBIN, 2018).

Outro caso da mesma época que buscou fazer da terceirização da economia israelense uma forma de cooperação com os palestinos foram as zonas industriais partilhadas por colonizadores e colonizados abertas nos TPO a partir de investimento de Estados e capitais estrangeiros para criar “oportunidades de mercado” para gerar emprego e a diminuição da pobreza entre os palestinos e também “dividendos de paz” (DANA, 2015). O investimento direto de israelenses e capitais internacionais a partir da recomendação das instituições internacionais para o suposto desenvolvimento palestino tem permitido, na realidade, o avanço do capitalismo globalizado sobre o território nativo para a produção de mercadorias voltadas para a exportação com acesso livre ao trabalho barato palestino, o enriquecimento para as elites econômica-políticas e oportunidade para o capital israelense furar os bloqueios no mundo árabe e das campanhas de BDS (idem). Segundo Dana (2015, p. 247), a “experiência da Cisjordânia tem demonstrado que a interação capitalista entre colonizador e colonizado veio a constituir um mecanismo de controle que serve ao avanço colonial e à pacificação”. Isto é, as técnicas neoliberais de *management* de corporações privadas seriam veículos para construir desde baixo condições econômicas para acordos de cúpula, mas servem, ao cabo, de pacificação dos palestinos e acumulação para as elites. A normalização econômica seria, portanto, apenas a antessala para a normalização política (DANA, 2015; HADDAD, 2016).

O plano estatal de desenvolvimento de Jerusalém de 2018 vem também na esteira de uma série de projetos para o desenvolvimento das “minorias” étnicas e religiosas em Israel, como a população árabe-palestina, como forma de cumprir os requisitos de diminuição da taxa da pobreza e de desemprego e aumento do PIB per capita de estabelecidos pela OCDE para Israel se manter no grupo das nações desenvolvidas (SHEHADEH; KHALIDI, 2014). O cenário em Israel de forma geral é bem semelhante ao de Jerusalém, onde pobreza é quase sinônimo de ser árabe-palestino, mas os baixos índices socioeconômicos entre a população ortodoxa judaica permitem enquadrar a questão da desigualdade não apenas como uma racial, mas “cultural” e social. Mesmo após sete décadas vivendo sob a soberania liberal colona, a permanente segregação socioespacial dos palestinos cidadãos de Israel e a continuação das práticas de alienação dos nativos confirma a hipótese do exclusivismo do colonialismo por povoamento sionista-israelense (SHIHADI, 2012). Apesar dos palestinos em Israel sofrerem com questões de identidade e das práticas de israelização, uma visita a um vilarejo palestino da Galileia, ao norte de Israel, é a demonstração da não ocorrência de uma assimilação da minoria palestina à maioria judaica. A cidadania sempre foi pensada pelos israelenses como um sistema de controle e exclusão dos palestinos para permitir a estabilidade da colonização no inteiro do país, enquanto o de-desenvolvimento a principal forma de facilitar a despossessão, a exploração e a pacificação dos nativos (ROBINSON, 2013; SHEHADEH; KHALIDI, 2014).

A constante alienação dos palestinos sempre foi contrabalanceada por tecnologias de governo para a sua limitada inclusão econômica, cultural e política por razões materiais e simbólicas interessantes ao projeto sionista em diferentes momentos do processo histórico dentro uma estratégia de contrainsurgência para a pacificação da população nativa (COHEN, 2010; ROBINSON, 2013). Através de práticas como a israelização do currículo escolar, os dirigentes israelenses desejavam transformar a identidade da população indígena e produzir o sujeito “árabe-israelense”: um cidadão árabe dócil, ordeiro e trabalhador (COHEN, 2010). Ao lado de processos de segmentação socioespacial que lembram as mais tradicionais estratégias coloniais de dividir e governar⁴¹, as autoridades israelenses forçaram o de-desenvolvimento socioeconômico dos palestinos em Israel com o objetivo de aprofundar a dependência ao mercado de trabalho israelense e a vulnerabilidade dos nativos à esquemas de clientelismo. O seu objetivo era cooptar as elites tradicionais e também cidadãos comuns como informantes na

⁴¹ Para criar divisões entre os palestinos, os dirigentes coloniais promoveram a racialização dos beduínos do Naqab como árabes “bons e leais”, dos cristãos como excepcionalmente civilizados em oposição à maioria muçulmana, e dos drusos como uma nacionalidade não árabe distinta a qual o alistamento militar seria obrigatório. Ver: COHEN, 2010; SHIHADI, 2012; ROBINSON, 2013.

formação de uma classe média de colaboradores que atuassem como intermediários nativos representantes dos interesses coloniais no governo indireto da população nativa (COHEN, 2010; ROBINSON, 2013; SHIHADÉ, 2012). Embora a história esteja repleta de discursos benevolentes de “modernização” dos palestinos pelo seu contato próximo com a sociedade israelense economicamente mais desenvolvida e civilizada ao modo ocidental após séculos da “escuridão” e do “atraso” do Império Otomano, em nenhum momento as autoridades coloniais enxergaram no desenvolvimento e na integração socioeconômicos reais da população nativa um benefício para as suas ambições coloniais (SHEHADEH; KHALIDI, 2014).

De toda forma, a pressão externa do capital parece ter obrigado agora as classes dominantes israelenses superar a estratégia exclusiva de de-desenvolvimento dos palestinos em Israel como forma de pacificação e superexploração para uma de desenvolvimento conduzido pelo mercado dentro dos seus interesses maiores de integração ao mercado global do qual a economia árabe-palestina em Israel sempre foi excluída, se mantendo subdesenvolvida e local (SHEHADEH; KHALIDI, 2014). Até o início dos anos 2010, o principal efeito da neoliberalização entre os palestinos em Israel havia sido o crescimento da pobreza pela queda drástica em benefícios sociais, como pensões e previdência. A Autoridade para Desenvolvimento Econômico para o setor Árabe, Druzo e Circassiano foi estabelecida em 2007 como requisito para Israel se juntar a OCDE, que recomendava a diminuição da desigualdade social entre judeus e palestinos (idem). Ela foi criada para aliviar a pobreza dos palestinos e ao mesmo tempo manter controle sobre o desenvolvimento econômico da população árabe com o objetivo de conectá-los às prioridades sionistas de desenvolvimento do país depois que a população nativa passou a ser entendida como um obstáculo à integração de Israel ao mercado global. A sua maior inclusão econômica, sob responsabilidade da iniciativa privada, passou a ser entendida como benéfica e racional por um raciocínio de custo-benefício para os israelenses, além de possibilitar uma nova normalização econômica que sirva de dissuasão para sentimentos de hostilidade entre diversos setores da sociedade palestina em Israel (idem).

Com um investimento inicial de aproximadamente 15 bilhões de shekels para ser aplicados durante cinco anos entre 2017-2022, o projeto para o desenvolvimento socioeconômico dos árabe-palestinos em Israel tem como um dos focos a construção de um ecossistema *high tech* e a promoção da atividade empreendedora. É notável como empreendedorismo surge não apenas como uma prática objetiva e material, mas uma atividade capaz de promover uma transformação cultural entre os palestinos em Israel e eliminar o que

seriam consideradas as “últimas algemas” do conservadorismo árabe-muçulmano, supostamente responsável pelo atraso da economia nativa e a sua incapacidade de acompanhar e integrar-se à economia colona (SHEHADEH; KHALIDI, 2014). Os principais exemplos seriam a baixa participação das mulheres na força de trabalho, e a ausência de *chutzpah* necessária para a criatividade empreendedora, como reivindica o empreendedor palestino-israelense do ramo de alta tecnologia Ziyad Hanna:

Eu fico analisando [a indústria de] alta tecnologia em Israel e tentando entender qual é o molho secreto? Um elemento é a *chutzpah*. [...] No setor árabe, nós somos uma comunidade mais conservadora. Em alta tecnologia, é fundamental falhar e nós falhamos para falhar. Esse conservadorismo existe principalmente entre a população mais antiga. A nova geração tem mudado bastante com mais iniciativas, mais motivação e paixão para mudar as coisas. [...] Trazer a alta tecnologia para a comunidade árabe tem um efeito tremendo. Não é apenas sobre empoderar engenheiros, mas melhorar padrões de vida e melhorar todo o ecossistema [em Israel]. (apud HALON, 2019).

Até o começo dos anos 2010, o racismo estrutural estava levando os empreendedores e trabalhadores de TI palestinos de Israel para Ramallah e o exterior, onde poderiam ter mais oportunidades de trabalho diante da barreira de cor que existe nas corporações israelenses, como Saed Nashef, que veio a se tornar o fundador da maior empresa de capital de risco palestina (BARROWS-FRIEDMAN, 2012). A indústria de alta tecnologia em Nazaré, a capital palestina em Israel, entretanto, tem mudado este processo desde 2016, quando o Estado de Israel, por meio de ONGs, como as israelenses IT Works, Al-Fanar e Tsofen, tem investido milhões de shekels anualmente em programas para treinamento, capacitação, monitoramento, concessão de bolsas e linhas de microcrédito para incentivar a formação de novos trabalhadores de alta tecnologia e iniciativas empreendedoras, assim como em programas de incentivo à contratação de palestinos em empresas israelenses do setor (ZIV, 2019). Por exemplo, a Maof, uma agência estatal israelense que funciona como uma aceleradora de pequenas e médias empresas em Israel e vista como central para a redução da desigualdade por meio do empreendedorismo segundo a OCDE, mantém desde 2015 a ONG Hybrid em Nazaré (INTER-AGENCY TASK FORCE ON ISRAELI ARAB ISSUES, 2019). A Hybrid é a principal aceleradora de start-ups de alta tecnologia na cidade. A ONG oferece workshops de capacitação, programas de acompanhamento profissional, linhas de microcrédito e subsídios para aqueles considerados os melhores empreendedores (idem).

Este processo de israelização neoliberal dos espaços sociais palestinos em Israel é marcado pela crescente presença do Terceiro Setor israelense custeado pelo Estado, o capital privado e a filantropia sionista e originalmente destinado para a assimilação socioeconômica

de novos colonos e a defesa os privilégios judaicos no país (TATOUR, 2016). No entanto, muitas destas ONGs envolvidas na implementação direta de políticas para o desenvolvimento socioeconômico dos palestinos em Jerusalém são organizações israelenses com uma face árabe-palestina que serve para criar empatia e confiança com a população nativa, além de ocultar a sua raiz israelense na medida do possível. Por exemplo, o JDC-Israel é o braço israelense da estadunidense JDC, que diz ser a maior organização filantrópica judaica do mundo e apoiadora de comunidades judaicas desde 1914, em particular dos colonos na Palestina. Alinhado à razão neoliberal, o objetivo do JDC-Israel é “contribuir para o avanço da qualidade de vida, igualdade de oportunidades e redução de lacunas na sociedade israelense” (JDC-ISRAEL, 2020).

Além de contribuir para a capacitação empreendedora de minorias negras, *mizrahim* e *haredim* judaicas em Israel, a ONG tem promovido, desde 2007, o programa Riyan destinado para auxiliar as populações árabe, drusa e beduína em Israel a encontrar “emprego sustentável e tirar a si mesmos e as suas famílias da pobreza” (JDC-ISRAEL, 2020). Existem mais de 21 Centros Ryian que são operados pela árabe-israelense Al-Fanar, uma empresa terceirizada criada pela própria JDC-Israel e financiada em conjunto pelo Ministério da Economia, o Gabinete do Primeiro Ministro e a sionista Fundação Rostchild (NAFTALI et al., 2018). Os centros funcionam como locais de capacitação e treinamento de habilidades técnicas de acordo com as demandas do mercado num esquema de vouchers para populações desempregadas, sem qualificação superior e sem acesso a benefícios sociais do Estado. Todos os centros Ryian contam com profissionais árabe-palestinos normalmente oriundos da comunidade onde se encontram e que atuam como “ativistas comunitários” com familiaridade com a população local no recrutamento do público-alvo (HERMETZ, 2019; NAFTALI et al., 2018). Os profissionais nativos também servem de modelos e fontes de disseminação de informação para “mudanças na atitude social” em relação à importância do emprego, da autossuficiência, do trabalho das mulheres e da educação empreendedora (JDC-ISRAEL, 2020).

A partir do trabalho desta coalização da israelização neoliberal, entre 2008 e 2019, o número de engenheiros em TI palestinos subiu de 350 para mais de 6,600 homens e mulheres, embora representem apenas 4,5% da força de trabalho na indústria de alta tecnologia israelense (ZIV, 2019), além de milhares de novos tecnólogos nativos. O centro de Nazaré agora conta com incubadoras, aceleradoras e espaços de trabalho partilhados mantidos por ONGs sem fins lucrativos e financiadas pelo Estado, além de escritórios terceirizados de empresas israelenses, start-ups palestinas e corporações multinacionais. Segundo os dados oficiais, em 2019 havia

um total de 50 empresas e 1,300 profissionais de tecnologia na cidade (ZIV, 2019). A ascensão da cena *high tech* e da atividade empreendedora é retratada como forma de explorar o reservatório econômico desperdiçado para promover bem-estar socioeconômico entre a comunidade árabe, suprir a demanda por trabalho qualificado existente na indústria *high tech* israelense e aumentar o PIB de Israel, como também como importante ponto de virada modernizante da sociedade nativa de acordo com a razão neoliberal (*idem*). Assim observa a diretora de um startup palestina de Nazaré, Fawzi Shakur:

A mudança está começando entre as mães árabes que ao invés de ver seus filhos como advogados, contadores, farmacêuticos ou doutores, percebem que eles também podem trabalhar em *high tech*. Eu não quero usar a linguagem desagradável do primeiro-ministro, mas os árabes estão indo para a alta tecnologia em ‘bandos’, está começando a ser aceitável. (SHAKUR, 2019 apud ZIV, 2019).

Como pode ser observado, a atividade empreendedora é apresentada como forma de inclusão por meio do mercado, e também de criação de novos sujeitos palestinos a partir da razão neoliberal e da forma empresarial. Esta nova sociabilidade permitiria, até mesmo, a crítica à parcela das classes dominantes colonas de vertente mais nacionalista e abertamente racista como o premiê Netanyahu⁴². Além disso, as relações sociais neoliberais existentes dentro do mercado *high tech* são retratadas como capazes de extrapolar para o restante da comunidade nativa e na movimentação da sua posição dentro da sociedade israelense (CHRONICLE, 2019). A ONG Tsofen, financiada pelo Estado de Israel, o Terceiro Setor sionista e o Departamento de Estado dos EUA, também promove workshops para os pais palestinos a respeito do mundo da alta tecnologia para contribuir na decisão a respeito das decisões dos estudantes (STOLL, 2019). Ao realizar essa ascensão de alguns por meio do mercado, se entende como uma forma de aceitação e, portanto, de reconhecimento da capacidade dos jovens nativos que estava sendo desperdiçada em razão tanto da exclusão histórica promovida pelo Estado de Israel como das amarras culturais conservadoras que persistem à modernidade. O diretor palestino da Tsofen, Sami Saadi, espera construir, dessa forma, uma “grande colaboração” árabe-judaica para a paz e o desenvolvimento: “Agora a comunidade árabe está tão orgulhosa. Nós abrimos a porta para a eles [os israelenses]”, afirma Saadi (STOLL, 2019).

⁴² Nos últimos dias da campanha eleitoral de 2015, a primeira da qual participou a Joint List, uma coalização formada por todos os partidos palestinos em Israel, Netanyahu declarou que “eleitores árabes estão indo para os postos de votação em bandos” numa demonstração da persistência do racismo colonial na democracia israelense. Ver: ZONSZEIN, M. Binyamin Netanyahu: 'Arab voters are heading to the polling stations in droves', 2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2015/mar/17/binyamin-netanyahu-israel-arab-election>>. Acesso em: 2 novembro 2020.

Logo, do ponto de vista colono, o mercado e a sociedade civil surgem como arenas neutras e despolitizadas atribuídas de uma razão empresarial, respeitadora das liberdades individuais e supostamente livre da discriminação racial das políticas estatais capazes de atenuar e ultrapassar a rejeição anticolonial palestina. Ademais, seriam espaços onde os novos sujeitos palestinos poderiam exercer a sua liberdade de conduta, até mesmo de forma crítica e subversiva, mas ao mesmo tempo de forma produtiva dentro dos limites e por meio das ferramentas disponibilizadas pelas classes dominantes para responder as suas necessidades socioeconômicas reais por maior qualidade de vida sem ceder inteiramente em sua identidade nacionalista ou ser rotulados como colaboradores — como ocorre em atividades de normalização liberal. Dessa forma, o autogoverno neoliberal serviria ao autogoverno colonial na esfera individual, no qual os nativos também são governados pela participação ativa e o exercício da sua liberdade de empreender no mercado e não somente pelas restrições coercitivas das forças de segurança, das câmeras de vigilância e dos muros de concreto armado.

O discurso orientalista e paternalista a respeito das razões culturais do subdesenvolvimento dos palestinos, que sustenta moralmente essa nova técnica de controle e pacificação baseada na inclusão e no desenvolvimento, esconde a sua verdadeira origem. O subdesenvolvimento e o conservadorismo dos palestinos não são fruto de escolhas culturais e religiosas nativas inerentes às sociedades muçulmanas e árabes, mas das políticas de de-desenvolvimento imposta pelo colonialismo israelense para a desposseção indígena e do racismo colonial que instrumentaliza as identidades árabe e muçulmana para construí-los como bárbaros cuja colonização seria conveniente para o progresso de todos, colonizadores e colonizados (SHALHOUB-KERKOVIAN; BUSBRIDGE, 2014). Este mesmo discurso orientalista já justificou muitas práticas coloniais “benevolentes” de confinamento socioespacial para a “preservação da autonomia cultural”, uma estratégia longamente utilizada pelos israelenses para justificar a segregação dos palestinos em Israel e em Jerusalém Oriental.

O resultado é a expansão sobre o tecido socioespacial de Nazaré e demais periferias palestinas em Israel, como Yafa e Bersheva, do modo colonial-neoliberal de acumulação e governo de forma semelhante ao que ocorre, por outras vias, em Ramallah e demais localidades dos TPO sob o *fayadismo*. Apresentadas como objetivo de benefício universal, a integração e desenvolvimento das periferias dependentes historicamente marginalizadas em Israel e nos TPO à hegemonia do sionismo neoliberal se revela interessante somente ao capital transnacional e às elites locais. Neste contexto, as ONGs com face palestina e o

empreendedorismo *high tech* surgem como protagonistas do fraudulento neoliberalismo progressista em sua versão colonial israelense.

6.2 A israelização neoliberal de Jerusalém Oriental na década de 2010

O plano “Reduzindo Lacunas Socioeconômicas e Desenvolvimento Econômico em Jerusalém Oriental” foi lançado em 2018 a partir de uma colaboração entre o Ministério para Assuntos de Jerusalém e a prefeitura. O objetivo é alterar profundamente a situação dos bairros palestinos da cidade a partir de um investimento de mais de 2 bilhões de shekels (acima de US\$ 500 milhões) entre 2019 e 2023 com foco em melhorias em educação, na renovação da infraestrutura urbana, na expansão do emprego e da atividade empresarial (DAGONI, 2019a). Institucionalmente, o projeto se localiza dentro de dois objetivos centrais do sionismo neoliberal contemporâneo. Em primeiro lugar, atender às exigências da OCDE para a diminuição da desigualdade socioeconômica, a pobreza e o desemprego em Israel a partir de programas focalizados e temporários voltados para a capacitação e a integração ao mercado das “minorias” nacionais em Israel, como os árabe-palestinos cidadãos israelenses e a população ultra-ortodoxa. Em segundo lugar, fortalecer Jerusalém como a capital única e indivisível de Israel. Isto é, como uma cidade sionista, moderna e economicamente vibrante por meio de estratégias de urbanismo empreendedor e de economia criativa *high tech* capaz de atrair turistas, capital externo e mais judeus para viver na cidade. Portanto, ao buscar estreitar a desigualdade socioeconômica entre os residentes judeus e palestinos criada durante cinco décadas de discriminação racista colonial em apenas cinco anos, o projeto de investimentos corresponderia à estratégia de colonização neoliberal de Jerusalém Oriental, no qual os palestinos passam a ser entediados como recursos a ser colocados à disposição do capital no processo de venda de Jerusalém como uma mercadoria e administração da cidade como uma empresa.

Além disso, a decisão governamental responde a antigas reivindicações de setores da sociedade palestina local e também da esquerda israelense, como as ONGs de direitos humanos, que tem criticado o evidente desequilíbrio entre a contribuição dos nativos ao orçamento municipal e os serviços públicos prestados para essa população (DAGONI, 2019a). Em certo sentido, é possível afirmar que o projeto pode ser entendido como uma forma de reconhecimento das demandas de parcelas da sociedade palestina jerusalêmica que sempre buscou manter um diálogo aberto com os israelenses apesar das questões nacionais e tem historicamente reivindicado melhores serviços públicos enquanto a cidade continua a ser totalmente governada pelo poder colono. Logo, seria fruto de um histórico de ação racional e

pragmática de parcela dos palestinos. No entanto, como é comum aos contextos coloniais, o reconhecimento colono de demandas nativas sempre vem com uma intenção política subjacente que não é tão evidente em um primeiro momento.

É comum ouvir de burocratas israelenses envolvidos na execução do projeto que a total negligência do poder público em relação aos palestinos residentes de Jerusalém ocorria pois não faria sentido investir em um local que não se sabia se permaneceria sob a soberania israelense após um acordo com os palestinos (ISSAR, 2019; TOREN, 2019). Essa justificativa que não é nova. “Nós evitamos investir em áreas que não iriam cair sob a soberania israelense em última instância”, afirmou, em 2012, o ex-prefeito e ex-premiê Olmert (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2019, p. 14). Isto é, seria irracional, do ponto de vista colonial, promover uma política que não significasse a judaização da cidade, afetasse o balanço demográfico e ampliasse o controle direto do território a favor dos sionistas por meio da construção de assentamentos, incentivo à imigração de novos colonos e práticas de expulsão de residentes nativos. O reconhecimento oficial do governo Trump de Jerusalém como a capital de Israel e a transferência da embaixada estadunidense para a cidade em 2017, entretanto, mudaram de fato o *status quo* para as autoridades israelenses, não apenas simbolicamente como argumentou-se à época (HUBERMAN; HARTMANN, 2017). A decisão do presidente dos EUA foi um sinal verde que permitiu às classes dominantes israelenses avançarem os seus planos que expressassem as suas ambições coloniais e econômicas em Jerusalém Oriental antes mesmo da consolidação do projeto maior para toda a Cisjordânia, que veio a ser firmado no “Acordo do Século” unilateral de 2020. Para o coordenador de Contatos Governamentais e de Jerusalém Oriental na Divisão de Planejamento Estratégico e Política da prefeitura, Yaron Toren:

Desde o fracasso de Oslo, havia uma incerteza para a solução por Jerusalém, pois poderia não ser nossa para sermos os responsáveis pelo seu desenvolvimento. Assim, apenas demos os serviços básicos. Por que superar os problemas se Jerusalém Oriental não é nossa? Há agora um entendimento de que toda Jerusalém é parte de Israel. Jerusalém Oriental é nossa. (TOREN, 2019)

Logo, a correlação entre a mudança na forma de governo dos palestinos residentes do território anexado ilegalmente de uma exclusivamente voltada para o de-desenvolvimento e a alienação para uma de desenvolvimento neoliberal e integração no momento em que as elites israelenses avançavam sobre as suas ambições de anexar territórios da Cisjordânia onde ainda vivem alguns milhares de palestinos não é casual. O arquiteto do plano de desenvolvimento de Jerusalém Oriental, o ex-ministro para Assuntos de Jerusalém e candidato derrotado no pleito municipal de 2018, Ze’ev Elkin, um político de extrema-direita, religioso, ultranacionalista e

antigo defensor da partição da cidade para ampliação da maioria judaica, já tinha em 2018 um entendimento laboratorial da nova política israelense para a população palestina da cidade. Disse Elkin em setembro de 2018, poucos meses após o lançamento do plano:

A Jerusalém de hoje é o DNA demográfico de Israel em vinte anos. [...] [N]ós devemos desenvolver modelos para lidar com os desafios de Jerusalém que irá nos ajudar a lidar com futuros desafios em Israel. (ELKIN, 2018 apud INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2019).

O argumento de ver o desenvolvimento de Jerusalém Oriental como um teste para a gestão dos territórios da Cisjordânia a vir a ser anexados foi utilizado por Elkin para convencer o pequeno, mas forte lobby das ONGs de colonos Elad, Ateret Cohanim e Israel Land Fund entre os representantes eleitos no Conselho Municipal de Jerusalém (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2019). As ONGs e seus parlamentares municipais eram contrários à destinação de recursos públicos para a integração e desenvolvimento dos palestinos em Jerusalém Oriental ao invés da judaização da cidade. Por exemplo, o conselheiro municipal Arieh King, líder do Israel Land Fund e morador do assentamento de Maale Ha-Zeitim em Silwan, é um dos homens fortes do prefeito conservador Moshe Leon. Ao mesmo tempo, Leon tem sido elogiado pelo diálogo que tem mantido com lideranças locais palestinas nos seus primeiros anos de gestão de forma a viabilizar a implementação de políticas socioeconômicas de desenvolvimento apresentadas como objeto de interesse mútuo entre as autoridades colona e a população nativa (HASSON, 2020a). No entanto, em 2019, o primeiro ano completo de governo de Leon e de implementação da decisão 3670 também foi o ano de um recorde no número de demolições de casas palestinas e de ações policiais abusivas em Jerusalém Oriental (IR AMIN, 2020). O reconhecimento colono às históricas demandas da população nativa por melhorias na qualidade de vida não significaram o fim da colonização, da desarabização ou da repressão, mas o seu aprofundamento. Isto é, há uma reorganização das cenouras e bastões à disposição das classes dominantes para o governo do espaço e da vida palestinas.

A lógica contrainsurgente dos projetos de desenvolvimento e inclusão dos palestinos era bastante evidente no plano lançado em 2014 pelas autoridades israelenses em que se vinculava explicitamente o investimento em policiamento e vigilância de Jerusalém Oriental para aumentar a “sensação de segurança” com políticas focalizadas de mitigação socioeconômica bastante limitadas aos jerusalemitas (DAGONI, 2019a). O projeto pretendia criar uma nova ordem social dentro dos parâmetros do programa nacional City Without Violence, que destina recursos para vigilância e policiamento em diversas cidades de Israel. Este novo plano de desenvolvimento de Jerusalém Oriental, entretanto, possui uma abordagem

ainda mais profunda e abrangente para a reprodução do processo de pacificação dos palestinos sem romper com a lógica estrutural implementada na cidade desde os primeiros dias da ocupação (como exposto no capítulo 4). A mais evidente está no nexo segurança-desenvolvimento que permeia todas as políticas israelenses para os palestinos em todo o território e serve de justificativa explícita também para o plano de investimentos de Jerusalém, elaborado à luz também da Intifada de Jerusalém de 2014-2017. Segundo o burocrata Toren (2019), inclusive, não seria inteligente explicitar a relação entre as revoltas palestinas e os programas de desenvolvimento pois incentivaria a lógica de “quanto mais você joga pedras em nós, [mais] nós damos dinheiro”. Por essa razão, as políticas de segurança foram excluídas do recente plano de desenvolvimento, que possui somente políticas exclusivamente no âmbito socioeconômico, ao passo que as de coerção e vigilância foram mantidas sob outro guarda-chuva. Isso não impede, entretanto, a interconexão entre segurança e desenvolvimento.

O nexo passa ainda pelo envolvimento direto de militares e agentes de segurança em áreas que vão além da sua alçada imediata, como educação, cultura e desenvolvimento econômico. Por exemplo, o escritório localizado no centro de Jerusalém Ocidental partilhado pelo Ministério para Assuntos de Jerusalém, o órgão responsável pelo planejamento e coordenação geral do plano, e pela East Jerusalem Development Company, uma empresa estatal encarregado dos projetos de incentivo ao turismo do Quarteirão Judaico da Cidade Velha e, agora, responsável pelo desenvolvimento da infraestrutura econômica dos bairros palestinos, era povoada em 2019 por ao menos 17 ex-integrantes do Shin Bet (HASSON, 2019b). O Shin Bet é o serviço secreto israelense responsável por operações de vigilância, recrutamento de colaboradores, sabotagem e assassinato de inimigos internos, isto é, os palestinos. Durante a pesquisa de campo em 2019, Arik Brabbing, o ex-diretor do Shin Bet no Distrito de Jerusalém, assumiu a chefia da East Jerusalem Development Company, e fez questão de acompanhar parte da entrevista realizada com um integrante palestino da companhia responsável por um programa de revitalização de ruas comerciais em bairros palestinos (NIJAM, 2019). A grande presença do Shin Bet é vista como contrária tanto aos interesses de expansão colonial da extrema-direita como daqueles israelenses que almejam construir uma conciliação com os residentes palestinos (HASSON, 2019b). Segundo uma liderança palestina de Jerusalém Oriental, os agentes previnem a construção de relações que possam ser mutuamente benéficas.

Você deve trazer pessoas que entendem de engenharia e de plano diretor, não como prevenir um ataque terrorista. Eles agem como se estivessem no Shin Bet, usando bastões ao invés de cenouras. (HASSON, 2019b)

A unidade de desenvolvimento liderada por ex-agentes do Shin Bet também é responsável por facilitar as relações com a população nativa para permitir o avanço e execução da Decisão 3670. Por exemplo, quando é preciso pavimentar uma rua ou expropriar um lote, os agentes devem contatar os proprietários dos terrenos e as lideranças locais, em algumas regiões conhecidos como *mukhtars*, para intermediar os diálogos. *Mukhtar* foi um cargo exercido por patriarcas de famílias importantes nos antigos vilarejos palestinos que atuavam como uma espécie de prefeitos e tinham como função política no período otomano intermediar a relação entre o povo e a burocracia imperial. Embora essa estrutura tenha sido formalmente abolida, o termo continuou a ser aplicado para designar um líder local de forma genérica, que pode ser responsável por representar os moradores e arbitrar conflitos internos, muitas vezes em conjunto com outros poderes locais, como os partidos políticos palestinos e a política israelense.

A figura dos *mukhtars*, entretanto, tem sido convenientemente usada pelas forças coloniais ocupantes, primeiro os britânicos e depois os israelenses, para viabilizar formas de governo indireto da população nativa. Os *mukhtars* atuam no recrutamento de colaboradores que funcionem como representantes dos interesses do poder colonizador em contraposição com outras forças políticas que muitas vezes são obrigadas a agir na clandestinidade para escapar da perseguição e vigilância israelense. O ex-prefeito Teddy Kollek manteve as suas relações com a população palestina principalmente por meio dessas figuras, que foi abolida por Olmert e, mais tarde, ressuscitada sob novas formas por Barkat (MARGALIT, 2018). Além disso, a manutenção de antigas estruturas tribais serve convenientemente às reivindicações orientalistas dos israelenses a respeito da organização social e política dos palestinos que precisariam ser abolidas e modernizadas para finalmente adaptá-los à globalização neoliberal da qual que se recusariam em participar. Toren vê na atuação do Estado um esforço de transformação da sociedade nativa que os retira do atraso da organização das *hamula*, termo em árabe para designar antigos vilarejos palestinos tampouco utilizado atualmente, a qual foram historicamente confinados para incluí-los nas benesses globalizadas que a comunidade colona judaica goza e do qual seria portadora.

Toda a estrutura de *hamula* patriarcal, tradicional e conservadora está morrendo em todo lugar do mundo por causa do aumento da liberdade de mercado. [...] Em Jerusalém Oriental há dois problemas [econômicos] centrais: as mulheres não trabalham o suficiente e os homens trabalham majoritariamente em posições de colarinho azul. Então, quando chegam na idade entre 45 e 55 anos, temos um problema que eles “quebram as costas”. Se tornam velhos para o trabalho duro. Nós queremos e devemos mudar essa realidade. Nós queremos os homens tanto em trabalho de “colarinho azul” como em trabalhos mais sofisticados. [...] Em Jerusalém Oriental, que está se modificando de um conservadorismo para algo novo que ainda não nasceu, muitas pessoas estão sendo machucadas no caminho. As mulheres jovens

estão nas mídias sociais, desejam um mundo novo, mas os seus pais desejam que elas vivam um modelo de vida antigo. Antes só havia o modo de vida *hamula* conservador e patriarcal. Agora há uma colisão entre o mundo moderno e os valores antigos. E ficar preso no meio [desse processo] como uma mulher jovem palestina não é um bom lugar para estar. Algumas dessas jovens estão sendo enviadas pelas suas famílias para as faculdades mais caras no mundo árabe, da Europa Oriental e dos EUA. Nós tentamos atrair algumas dessas pessoas para o sistema israelense, pois nós dizemos que isso é o que trará as maiores chances de ter uma carreira digna, uma vida digna em Jerusalém. Eu quero todos esses jerusalemitas estudando na graduação ou mestrado? Não. Mas eu quero uma pirâmide normal. (TOREN, 2019)

Fica evidente no discurso paternalista neoliberal de Toren que o desenvolvimento econômico de Jerusalém Oriental é vinculado a uma tentativa israelense de alterar a estratificação social dos palestinos, o que envolve novos modos de governo e de exploração. Os israelenses não desejam mais apenas superexplorar a mão de obra masculina palestina altamente precarizada de “colarinho azul” na construção civil e a agricultura, que se reproduz de forma autônoma, com baixíssimos recursos materiais e com pouco controle colonial diante das políticas de de-desenvolvimento voltadas para a desarabização e a judaização de Jerusalém. As transformações neoliberais da infraestrutura da economia judia em Israel e as ambições futuras das classes dominantes exigem uma reprodução das capacidades da população palestina a ser colocadas à disposição do capital, o que passa a envolver um domínio do hebraico e das qualificações de tecnologia de profissionais de “colarinho branco”. Dessa forma, os israelenses pretendem acessar a riqueza nativa que é destinada para investimentos no exterior e realizar uma reprodução na escala local da lógica da “paz econômica” no qual a ausência de liberdade nacional seria recompensada por benefícios materiais limitados.

Nós argumentamos que a formação dessa classe média pretendida por Toren para construir uma “pirâmide normal” serve tanto aos propósitos econômicos de adaptação da população às necessidades do capital transnacional, como também à formação de uma classe intermediária de indivíduos palestinos qualificados e capacitados que auxiliem nos esforços contrainsurgentes de construção de uma nova ordem ao mesmo tempo pacificada, estável, previsível e produtiva. Nesse novo arranjo, a razão neoliberal teria uma dupla funcionalidade: construir sujeitos aptos às necessidades econômicas do capital de exploração e às necessidades políticas do regime colono de intermediação e estabilidade — interesses que, na prática, são entrelaçados e indissociáveis. No lugar da gestão da ordem colonial por meio dos *mukhtars*, de uma certa autonomia nativa e da imposição do de-desenvolvimento econômico, a israelização promove na prática a neoliberalização classificada como uma modernização objetiva e necessária, mas que, na realidade, busca disputar não apenas a força de trabalho dos palestinos, mas os seus corações e mentes. Por essa razão, as cenouras neoliberais não servem apenas como

uma contrapartida econômica para estabilizar uma ordem superficialmente, mas tem como objetivo criar novas subjetividades e novos sujeitos que constituam uma nova classe e, em última instância, uma nova comunidade de palestinos em Jerusalém a partir da destruição da antiga sociedade nativa “primitiva, tribal e conservadora” que assegure uma nova ordem social neoliberal para as classes dominantes colonas no longo prazo. Logo, o orientalismo ainda se revela como uma ferramenta central no discurso de Toren, pois permite reproduzir as estratégias culturais e racistas de despossessão e pacificação embutidas nas práticas coloniais de desenvolvimento dos nativos. No entanto, o discurso de “proteção” das mulheres muçulmanas do conservadorismo religioso da sociedade palestina, que se mantém como expressão comum ao imperialismo e do orientalismo contemporâneos, diz mais sobre como os colonizadores ainda se veem como os portadores de uma modernidade neoliberal inevitável pela sua suposta superioridade material e moral que “libertaria” as mulheres do que sobre a condição real das mulheres palestinas (SHALHOUB-KERKOVIAN; BUSBRIDGE, 2014).

Essa mudança na base econômica da exploração colocada pelo plano de desenvolvimento promove, ao cabo, transformações no modo de regulação social entre dominantes e dominados. O objetivo é a construção de uma nova classe média palestina que partilhe de uma mesma sociabilidade, padrão de consumo e qualidade de vida que possam ser adquiridos por meio do mercado da mesma forma que os integrantes judeus da classe média israelense, como um apartamento em um assentamento suburbano em Jerusalém Oriental. No entanto, essa possibilidade de transformação e ascensão social por meio do mercado não significariam o fim do antigo modo de governo, exploração e opressão, mas uma reprodução da regulação social que permita a parcelas da população nativa se adaptarem ao novo modo de exploração desejado pelas classes dominantes e assumam uma nova posição relativa na estrutura social de administração do colonialismo e do capitalismo em Jerusalém. Ao mesmo tempo, a construção desse novo modo de governo baseado em formas de consentimento e na expansão da classe média exige transformações no seu conteúdo econômico que sirva de face progressista para o bastão no equilíbrio do governo colonial. Aqui que reside a centralidade da razão neoliberal para a pacificação colonial contemporânea prosseguir de forma elusiva.

Logo, nós argumentamos que a israelização a qual Jerusalém Oriental está sendo submetida não seria uma meramente “funcional” restrita ao controle sobre a administração burocrática das instituições autônomas palestinas ou de criação de novos aparatos institucionais que transformem o modo de governo desde cima (SHTERN, 2018b), mas um processo mais

amplo e profundo de construção desde baixo de uma nova ordem social a qual novos sujeitos palestinos devem se adaptar para poder gozar das liberdades e benefícios materiais em recompensa. Por exemplo, os dirigentes israelenses não escondem a sua intenção de remodelar a identidade dos palestinos jerusalemitas para os “árabes de Jerusalém” (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2019). A israelização não inclui a extensão obrigatória da cidadania israelense e a sua inclusão nas instituições liberais colonas, mas é antes uma mudança na subjetividade da população nativa para a sua inclusão na sociabilidade israelense por meio do mercado neoliberal. Logo, a centralidade de investimentos em educação, cultura, lazer, bem-estar econômico, programas de empreendedorismo e profissionalização — todos informados pela razão neoliberal, se constituindo como uma espécie de “trabalho social armado” neoliberal. É reveladora do sentido contrainsurgentes das políticas de desenvolvimento a visão do burocrata colono responsável por impor o novo currículo israelense para as escolas palestinas de Jerusalém Oriental, David Koren. Ele reivindica que a “luta pela soberania” em Jerusalém passou de uma “desde cima”, no sentido de cúpulas internacionais diplomáticas, para uma “desde baixo”, em torno da vida cotidiana da cidade (KOREN, 2017). A disputa pelo espaço urbano e a sua sociabilidade deixam de estar a cargo de diplomatas e oficiais de Estado para ser conduzida por garis, fiscais, urbanistas, professores, policiais e trabalhadores sociais.

O israelense Koren (2017), que trabalhou por oito anos na gestão Barkat como o responsável na prefeitura para os “assuntos árabes” da cidade, entende a atual situação como uma luta por procuração pelo controle de Jerusalém Oriental entre agentes terceirizados de Israel e a AP. Em jogo estaria o apoio e a lealdade dos residentes locais em áreas como a educação básica, na qual a posição das associações de pais é decisiva para a escola adotar o currículo israelense ou permanecer com o palestino. Para Koren (2017), a israelização significa o “fim da era intermediária em Jerusalém Oriental” enquanto um espaço social localizado entre as autoridades de Israel e da AP, na qual os palestinos de Jerusalém deixariam de ser vistos como população sobressalente para passar a ser parte integral da sociedade israelense. Ele entende como correto o curso atual de avanço na administração civil e suave para atingir um número maior de residentes palestinos em questões de educação, bem-estar social, infraestrutura e trabalho para aumentar o sentido israelense de pertencimento à cidade, mas vê uma limitação no compromisso dos israelenses com essa estratégia, uma sensação partilhada por outros interlocutores israelenses envolvidos na execução do plano de investimentos (KOREN, 2017). Koren (2017) vê esse processo como um de “difusão de satisfação” central

tanto para a estabilidade social, a produtividade e traz gratificação com a sua condução da vida para além do reconhecimento formal da cidadania⁴³.

Ademais, a ausência da cidadania e da construção de novas residências para a população nativa, considerada pelos palestinos o principal limitador do seu bem-estar socioeconômico em Jerusalém Oriental (KORACH; CHOSHEN, 2019), reforçam a permanência da ansiedade colona com a questão demográfica como informadora das ações israelenses de desenvolvimento. A inclusão na “israelidade neoliberal” permite o melhor dos dois mundos aos colonos israelenses: a reprodução do nativo de acordo com as suas necessidades econômicas sem precisar integrá-lo à composição demográfica dos cidadãos israelenses. A ministra Tzipi Hotoveli, do Likud, entende a “israelização” como uma etapa de transição da anexação e naturalização dos palestinos de Jerusalém para um status definitivo dentro dos paradigmas de institucionalidade e sociabilidade israelenses, mas certamente não de todos os residentes.

Nós devemos ter em mente que essa [população palestina] é uma entidade hostil e é impossível torná-los cidadãos da noite para o dia. Há uma fase intermediária de residência que pode servir como um tipo de período de candidatura. O passo drástico da cidadania imediata para um milhão e meio de palestinos seria irresponsável. (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2019, p. 25).

A israelização de Jerusalém Oriental envolveria, portanto, a promoção de novas habilidades técnicas, como o domínio do hebraico e de conhecimentos em tecnologia e administração empresarial, como também de uma nova moralidade dos valores neoliberais de autorresponsabilidade, automelhoramento, liberdade de mercado e qualidade de vida pelo consumo que assegure a coesão da nova ordem social progressista, produtiva, pacificada e fraudulenta. A intenção é tornar os indivíduos responsáveis pela sua própria reprodução social e permitir o acesso a serviços de bem-estar social cada vez mais por meio do mercado enquanto os poucos benefícios sociais tendem a ser ainda mais cortados (ARAFEH; KHALIDI, 2017). Portanto, Jerusalém Oriental e a situação colonial de todos os palestinos sob a hegemonia do sionismo neoliberal não apontaria para o passado de uma situação atrasada que ficou para trás

⁴³ Nesse período de crescente isolamento e israelização de Jerusalém Oriental tem ocorrido um aumento no número de solicitações dos palestinos à cidadania israelense desde 2009. No entanto, além do Ministério do Interior manter uma série de restrições burocráticas que impedem a solicitação de cidadania pelos jerusalemitas, a quantidade de rejeições cresce em conjunto do número de aplicações: em 2019 foram 1200 concessões e 1361 rejeições de cidadania a palestinos jerusalemitas (HASSON, 2020b). De toda forma, 95% dos palestinos continuavam apenas com o status de residência permanente em 2019 (idem). O processo de naturalização israelense exige uma proximidade mínima com a israelidade, como conhecimento do hebraico e um juramento de lealdade a Israel. O desamparo é tamanho que apenas a dependência aos escassos benefícios sociais disponibilizados pelo Estado, como o sistema de saúde público, já é razão para a aplicação da cidadania israelense diante da ameaça permanente de expulsão física ou revogação da residência. Ver: SALEM, 2018.

pelo avanço do capitalismo, mas para a vanguarda do neoliberalismo que serviria de modelo para a sua aplicabilidade em contextos de espoliação tão radical quanto o de uma fronteira colonial em plena expansão. O reconhecimento, a inclusão, a autonomia, a pacificação, os direitos sociais e a colonização: tudo passa a ser intermediado pelo mercado neoliberal e não mais pela cidadania espoliada globalmente pelas reformas neoliberais.

6.3 De-desenvolvimento e israelização: construindo a pacificação neoliberal

Diante da hostilidade natural que a população nativa terá a qualquer medida do Estado de Israel que seja entendida como uma forma de normalização das relações entre colono e nativos, uma tentativa de alteração da identidade dos palestinos ou de regressão da autonomia dos jerusalemitas para um maior controle colonial sobre a sua reprodução social, a intermediação de uma ONG ou de uma empresa imbuídos da razão neoliberal e sem a vinculação aberta e direta com o Estado tem sido uma prática comum utilizada pelos israelenses para avançar diversas iniciativas para a integração socioeconômica dos palestinos em Jerusalém assim como nos processos de desenvolvimento em Israel. Por exemplo, a instituição responsável por facilitar e coordenar parceria com outros corpos da sociedade civil e do mercado a implementação da decisão 3670 nas áreas de emprego, empreendedorismo e filantropia é a ONG JDC-Israel (DAGONI, 2019a). O programa Ryian é uma das iniciativas mantida diretamente pela JDC-Israel dentro do projeto de desenvolvimento neoliberal dos palestinos em Israel e presente em Jerusalém Oriental desde 2015. A JDC-Israel ainda tem a responsabilidade de coordenar as ações das demais ONGs envolvidas na promoção de projetos voltados para o empreendedorismo, capacitação profissional e o mercado de trabalho, como o Mati, o Maof, a Leichtag Foundation e a Jerusalem Foundation (MAHFOUZ, 2019).

Segundo o antigo representante para “assuntos árabes” da prefeitura Meir Margalit (MARGALIT, 2018, p. 49), o governo israelense de Jerusalém Oriental não seria possível se não contasse com a “capa profissional” de indivíduos judeus israelenses que em sua vida privada são sujeitos anti-ocupação, liberais e tolerantes, mas que atuam enquanto “tecnocratas da ocupação” emprestando as suas qualidades profissionais ao bom funcionamento da gestão colonial. A este corpo tecnocrático, incluo ainda os profissionais de ONGs e os empresários com “responsabilidade social” defensores dos direitos humanos e da solução de dois estados. O plano de desenvolvimento de Jerusalém Oriental, por exemplo, conta com o monitoramento e a avaliação oficial da prestigiada ONG israelense Jerusalem Institute for Policy Research, responsável por diversos relatórios de análise de dados oficiais e pesquisas qualitativas para o

Estado que informam políticas públicas (DAGONI, 2019a). Já os cinco grupos de trabalho⁴⁴ responsáveis para detalhar o planejamento, os objetivos específicos, levantar os parceiros e fortalecer a cooperação entre os diversos braços envolvidos no plano de investimentos contaram com a importante contribuição de professores e pesquisadores da Universidade Hebraica, em particular da Urban Clinic, um corpo acadêmico formado por urbanistas israelenses e palestinos críticos do urbanismo colonial-neoliberal israelense em Jerusalém.

Apesar do seu discurso neoliberal progressista de empoderamento econômico e de novas lideranças comunitárias, os programas das ONGs de capacitação de curto prazo focados nos mais desamparados funcionam como uma terceirização da tarefa do Estado neoliberal israelense enquanto um facilitador para a construção das condições sociais e legais de um ambiente *market-friendly*. O Estado, por meio do Ministério do Trabalho, distribui aos participantes vouchers que lhe dão o direito de escolher qual curso profissionalizante podem fazer, mas ao mesmo tempo as opções são restritas às alternativas disponíveis no mercado reconhecidas pelo Estado, terceirizando a responsabilidade sobre as escolhas aos sujeitos antes mesmo de ser iniciada a capacitação. A variedade de cursos oferecidos pela Riyan, por exemplo, é criticada pelos participantes por não ser ampla o suficiente (NAFTALI et al., 2018). Os treinamentos não são organizados de acordo com a demanda dos trabalhadores, mas dos empregadores: os vouchers nunca subsidiam 100% do valor dos cursos, mas os seus valores variam de acordo com a demanda do mercado por determinadas especializações (idem). Tendo a população feminina como o público-alvo preferencial dentro do objetivo de aumentar a sua participação na força de trabalho, os funcionários da ONG propositalmente criam barreiras para a participação em treinamentos mais procurados pelo público feminino, como pedagogia, para canalizar para profissões com maior demanda do mercado como cozinheiros, técnico de informática, auxiliar de dentista, fotografia e animação digital (HERMETZ, 2019).

Em nenhum momento, no entanto, os israelenses buscam entrelaçar os programas de capacitação focalizados e temporários conduzidos por ONGs e empresas para a participação ativa no mercado com medidas mais heterodoxas defendidas até mesmo por instituições financeiras internacionais neoliberais, como programas de transferência de renda, para que a população tenha o mínimo para amparar a sua sobrevivência e poder consumir produtos no mercado que já é cativo aos produtos produzidos por israelenses. Tampouco há o combate à

⁴⁴ Os grupos de trabalho foram divididos nas seguintes áreas: educação; economia e emprego; transporte; melhoria de serviços para cidadãos e qualidade de vida; registro de terras.

precarização e à informalização de palestinos em locais de trabalho israelenses o que permite a manutenção da superexploração do trabalho e a redução do valor médio da força de trabalho, possibilitando a expansão do lucro dos empresários israelenses. É importante lembrar ainda que os israelenses têm o monopólio sobre o controle do uso da força legítima policial e militar, das instituições jurídicas civis, das políticas monetárias e fiscais, das infraestruturas de água, esgoto, comunicação e eletricidade, da terra, das fronteiras e da movimentação de pessoas e mercadorias, que para os palestinos é restrito em todos os sentidos (HANIEH, 2016).

Os altos impostos, a fiscalização ostensiva, a queda no número de consumidores palestinos pelo isolamento da cidade e a construção dos muros e também da quantidade de turistas pelas restrições diretas a guias, hotéis e demais segmentos da indústria palestina tem feito toda a economia local palestina, particularmente a turística e o comércio, deteriorarem nas últimas décadas (ARAFEH; KHALIDI, 2017; JAFARI et al., 2019). As políticas coloniais afetam diretamente a possibilidade de um ambiente de negócios minimamente sustentável na cidade. Entre os impactos está a ausência de segurança para investimentos do grande capital árabe e palestino na cidade, como também as pequenas indústrias locais de artesanato, o mercado de trabalho para a população nativa e todo tipo de pequenos negócios que sustentam a vida cotidiana da classe média e da pequena burguesia jerusalemitas (idem). Todos os palestinos empresários, lideranças comunitárias, representantes de associações de classe e diretores de ONGs independentes ouvidos durante a pesquisa de campo declararam não terem sido consultados a respeito da elaboração ou da execução do plano israelense de desenvolvimento. Além disso, em nome da “segurança nacional”, as autoridades israelenses têm restringido, perseguido e limitado todas as alternativas nacionalistas nativas que sirvam para sustentar a resistência à israelização ao passo que oferece alternativas materialmente robustas, alimentadas pelo orçamento do plano estatal de desenvolvimento e também das doações da filantropia sionista transnacional (HUSSEINI, 2019; SALEM, 2018b; SINOCROT, 2019). Não existe programa de empoderamento e linha de microcrédito que seja capaz de promover a igualdade, tampouco a emancipação dos jerusalemistas palestinos diante da continuidade das políticas coloniais de de-desenvolvimento e securitização.

Isto é, as políticas de desenvolvimento socioeconômico para Jerusalém Oriental não abordam os problemas estruturais que historicamente produziram o subdesenvolvimento em primeiro lugar. Tampouco reverterem as restrições e punições à economia nativa. Logo, as ações de israelização neoliberal representam somente os objetivos israelenses, silenciam as demandas

nativas por bem-estar, se sobrepõe à continuidade do de-desenvolvimento da economia palestina autônoma e fortalecem setores dependentes do capital colono. O de-desenvolvimento, por um lado, e a israelização neoliberal, por outro, tem servido para fabricar artificialmente uma dinâmica da concorrência de mercado que permita às autoridades israelenses quebrarem as “fronteiras suaves” palestinas que servem para sustentar materialmente e ideologicamente a resistência nativa às sedução da israelização não apenas na economia, mas também nas áreas da cultura e da educação. Dessa forma, as iniciativas de desenvolvimento e integração funcionam como frentes despolitizadas e fraudulentas de atração para a conquista do consentimento dos jerusalemitas à hegemonia neoliberal sionista através de benefícios materiais no mercado. O caso da atividade empreendedora palestina é exemplar.

A tradicional Câmara Árabe de Comércio e Indústria de Jerusalém, filiada à câmara nacional e ligada à burguesia palestina da Cisjordânia, existe desde 1936 e foi uma das instituições palestinas fechadas no início da Segunda Intifada ao lado da Casa do Oriente. Desde então, a Câmara atua de forma clandestina na cidade com o objetivo de auxiliar comerciantes e empresários com os poucos recursos que têm à disposição, oriundo principalmente das doações de instituições de desenvolvimento europeias, da Turquia e da burguesia nacionalista palestina no território e na diáspora (AL-HUSSEINI, 2019; DAKKAK, 2019). Os seus diretores, entretanto, são constantemente perseguidos, tendo sido presos em diversas ocasiões, e as suas operações buscam não atrair muita atenção para não sofrer retaliações do regime colono. Consequentemente, as atividades da Câmara dificilmente conseguem alcançar setores menos organizados da sociedade jerusalemita e distantes das tradicionais instituições sociais e políticas palestinas, tendo o seu impacto limitado e nunca o suficiente para suprir as demandas dos empresários locais (idem). Mas mesmo quando consegue atingir o seu público-alvo, os seus cursos de capacitação, linhas de microcrédito e subsídios financeiros não conseguem concorrer com os oferecidos pelas organizações bancadas pelos israelenses. A iniciativa da Câmara para incentivo a microempreendedores e pequenas empresas chamada Step-up tem fracassado em concorrer com os auxílios materiais oferecidos pelos programas israelenses voltados para o público palestino (NOURA, 2019). Segundo a funcionária do Step-up responsável pelo recrutamento de novos participantes, nem o argumento nacionalista tem funcionado para atrair os empreendedores locais. “É muito tentador”, afirma a funcionária, em relação ao valor dos recursos oferecidos pelos israelenses e demais atrativos, como a possibilidade de facilitar o acesso ao mercado consumidor israelense (idem).

Os programas de capacitação profissional e empreendedora são entendidos como “soluções mágicas” para a resolver os problemas da pobreza e do desemprego dos palestinos. Dessa forma realiza-se na realidade as visões de ideológicos neoliberais mais radicais como Hayek, no qual o amparo material oferecido pelo Estado deve ser apenas o suficiente para permitir aos trabalhadores e empreendedores terem a oportunidade de ingresso no mercado para que não retirem dos indivíduos a necessidade vital de trabalhar e empreender. Do ponto de vista dos interlocutores israelenses dos setores público e privado atuando em Jerusalém Oriental, o Mati é o maior *case* de sucesso de iniciativa israelense em território nativo. Após alguns anos trabalhando informalmente com palestinos jerusalemitas por incentivo do governo, a ONG abriu um escritório em Jerusalém Oriental em outubro de 2015 dentro no edifício da Anwar College, uma escola de cursos profissionalizantes mantida pelo Ministério da Economia de Israel no centro de Jerusalém Oriental (ARAFEH; KHALIDI, 2017; TOBI, 2019). O Mati entrou no mercado formal de Jerusalém Oriental como parte do plano de desenvolvimento lançado pelo Estado em 2014 para empregar com os palestinos jerusalemitas a experiência e a metodologia utilizada na promoção do empreendedorismo entre judeus israelenses, em particular novos colonos imigrantes e *haredim*, como forma de integração dessas minorias ao mercado e à sociedade israelense (NAFTALI et al., 2018).

A ONG trabalha em conjunto da East Jerusalem Development Company, da Maof e dos centros comunitários israelenses localizados em bairros palestinos na realização de cursos e no oferecimento de bolsas e empréstimos para aqueles que desejam iniciar novos empreendimentos ou expandir seus negócios já existentes. Os treinamentos, que funcionam no mesmo esquema de vouchers ou gratuitamente, tratam de temas como a legislação israelense para exportação e importação, as possibilidades de isenção fiscal, técnicas de marketing digital e aulas de hebraico. A ONG oferece ainda aconselhamento gratuito na elaboração e execução do plano de negócios e busca criar oportunidades de negócios nos setores árabe e judeu do mercado israelense (ARAFEH; KHALIDI, 2017). Ademais, o Mati oferece mais de 600,000 shekels anuais em subsídios, além de empréstimos sem juros para aqueles que participarem dos seus treinamentos que podem variar de alguns milhares de shekels para a aquisição de um fogão ou uma geladeira, até milhões de shekels para expansões empresariais (idem). Além de ser financiada por subsídio estatal, a ONG recebe doações de filantropos sionistas dos EUA. Os profissionais do Mati relatam que os primeiros anos de atividade em Jerusalém Oriental foram limitados pela dificuldade de construção de confiança com o público-alvo (idem). Segundo o

CEO do Mati, o israelense Golan Tobi (2019), a insatisfação tanto de alguns israelenses como da AP com o seu trabalho tem feito a ONG evitar publicidade para diminuir a pressão política.

Por outro lado, o vácuo de instituições palestinas que auxiliassem os empreendedores palestinos e a presença de uma equipe formada exclusivamente por palestinos jerusalemitas que conhecem a comunidade e são os responsáveis por construir pontes e elaborar programas de acordo com as necessidades dos empreendedores nativos são apontados como as razões para o sucesso do Mati (ARAFEH; KHALIDI, 2017; TOBI, 2019). Segundo a diretora da filial em Jerusalém Oriental, Riham Jaber, a presença do Mati construiu uma aceitação entre os palestinos a respeito da possibilidade de fazer negócios com os israelenses (ARAFEH; KHALIDI, 2017). Já Tobi vê a construção dessa confiança como um reconhecimento do trabalho do Mati enquanto serviço despolitizado para a constituição de pontes entre empresários e trabalhadores judeus e árabes no livre mercado que possibilite o desenvolvimento da cidade como um todo e também o aumento do bem-estar dos palestinos:

Eles notaram que viemos com nenhuma agenda política, mas apenas para ajudar as pessoas a criar novos negócios, novos empregos e impulsionar a economia de Jerusalém Oriental. [...] O potencial em Jerusalém Oriental é gigante. E por causa deles, a cidade é muito pobre. Mas algo aconteceu nos últimos anos: eles desejam ser parte de Jerusalém Ocidental. Eles não desejam mais ser parte de Ramallah e da Autoridade Palestina. [...] Mas há muitos buracos a ser preenchidos: a maioria das mulheres não sabe falar hebraico para trabalhar em Jerusalém Ocidental, não sabem como procurar um emprego. [...] O potencial de negócios e trabalho em Jerusalém Oriental é um dos maiores potenciais de toda Jerusalém nos próximos anos. [...] Nós temos agora a oportunidade de investir e fazer deles parte da sociedade de Jerusalém Ocidental, do setor de negócios e emprego. Eu acredito que quando as pessoas têm algo a perder, como trabalho e negócios, eles irão se concentrar mais em viver e não nas questões de segurança [as revoltas]. [...] Nós precisamos dar a eles as ferramentas para fazer parte dessa sociedade. O desafio é integrar as economias secular, *haredim* e árabe. [...] As pessoas de Jerusalém Oriental querem fazer parte, fazer negócios com Jerusalém Ocidental, mas tem medo. Os empresários israelenses também têm medo de fazer negócios Jerusalém Oriental. (TOBI, 2019).

A ausência de boicote das lideranças palestinas ao trabalho do Mati denota como a sua presença não é imediatamente entendida como normalizadora, mas como um serviço técnico que, apesar de poder ter uma agenda política subjacente, pode auxiliar no bem-estar social dos palestinos em Jerusalém. Riham, assim como os demais palestinos que trabalham para iniciativas israelenses em Jerusalém Oriental, normalmente veem o seu trabalho como uma forma de contribuir para a economia de resistência palestina na cidade ao prover os meios materiais que possibilitem aos jerusalemitas não serem obrigados a fechar seus negócios e encontrarem formas de prosperar economicamente sem deixar de ter Jerusalém como o centro da sua vida (ARAFEH; KHALIDI, 2017). Isto é, um auxílio para a adaptação às condições

impostas pela anexação colonial que não cruzaria nenhuma linha normalizadora. Já Tobi (2019) enxerga o trabalho do Mati e na promoção do empreendedorismo como parte integrante dos esforços de construção de uma nova sociabilidade multicultural intermediada pelo mercado em Jerusalém Oriental por meio da maior inclusão da população nativa no mercado. Além disso, Tobi também atribui propriedades pacificadoras ao empreendedorismo palestino e não escapa do paternalismo tecnocrático que enxerga o seu trabalho como uma forma benevolente de auxílio e proteção da incapaz população palestina de participar ativamente da desenvolvida e globalizada economia de Jerusalém Ocidental, em particular as mulheres e jovens palestinos — apenas 20% das mulheres palestinas participam da força de trabalho local (DAGONI, 2019a).

Em 2017, o Mati implementou o programa "Empoderando Mulheres por meio dos Negócios" com o objetivo de auxiliar as mulheres palestinas, em sua maioria donas de casa, por meio de programas específicos de treinamento e linhas microcrédito, na busca por estabilidade no trabalho, autonomia financeira, e aumento da sua participação na economia familiar (ARAFEH; KHALIDI, 2017). O empreendedorismo é entendido como uma atividade flexível que permite às mulheres palestinas entrarem para o mercado sem precisar trabalhar muitas horas fora de casa e demais restrições que envolve ser uma mulher muçulmana em Jerusalém (ISSAR, 2019). A ONG também atua no licenciamento de creches em residências privadas para suprir a grande demanda por instituições que cuidem dos filhos pequenos das mulheres enquanto elas trabalham (NAFTALI et al., 2018). 65% daqueles que aplicaram para assistência e apoio no Mati em Jerusalém Oriental eram mulheres, enquanto 71% dessas mulheres começaram novos negócios eram mulheres (idem). Há um orçamento de 50 milhões de shekels para a construção de creches em Jerusalém Oriental, além de 100 milhões de shekels para programas de capacitação, empoderamento e incentivo ao emprego e ao empreendedorismo de mulheres jerusalemitas (DAGONI, 2019a).

Já especificamente para a população jovem, o Mati também atua em conjunto do Anwar College na assistência empreendedora a estudantes que buscam estabelecer novos negócios. O Mati e o Anwar College, assim como o centro Riyan, são alguns exemplos de programas de treinamento vocacional subsidiados direta ou indiretamente pelo Estado para jovens jerusalemitas poderem se capacitar para melhorar o seu desempenho nos mercados de trabalho e empreendedor da cidade, principalmente no setor judaico⁴⁵ (NAFTALI et al., 2018). A

⁴⁵ Em 2017, existiam 21 faculdades para especialização profissional para jovens adultos em Jerusalém Oriental entre aqueles reconhecidos ou não pelo Estado de Israel.

maioria dos programas vocacionais oferecem treinamento e contribuem financeiramente na formação de profissionais e empresas palestinas em áreas já tradicionais, como salões de beleza, creches, escolas, mercados, garagens automotivas, agências de turismo e demais pequenos estabelecimentos familiares comuns à economia local palestina, mas que agora são integrados ao sistema financeiro e ao mercado israelenses (idem). Recentemente, por incentivo do governo, o Anwar e o Mati passaram a oferecer treinamentos e incentivos especificamente para o mercado de alta tecnologia. Os cursos do Anwar incluem formação técnica em computação, instalação de rede, desenho gráfico e web design para “inclusão no mercado de tecnologia emergente na cidade” (ANWAR COLLEGE, 2020).

Nos últimos anos, como notamos no capítulo 5, em conjunto dos incentivos ao desenvolvimento da indústria *high tech* em Jerusalém como parte da integração da cidade ao mercado global e à “nação empreendedora”, o Estado de Israel, em parceria com ONGs e corporações, tem promovido programas de capacitação tecnológica cujo público-alvo são as populações ultra-ortodoxas e palestina de Jerusalém. Além de ter como objetivo fortalecer a imagem de diversidade do ecossistema empreendedor local restrito aos judeus seculares, essas políticas de capacitação também almejam aumentar a oferta de mão de obra barata e qualificada e também de pequenas empresas especializadas para a terceirização de serviços das grandes corporações transnacionais. Em 2018, o Estado e a ONG Startup Nation Central lançaram o programa *ExcellenTeam* para o fortalecimento do “capital humano” das populações *haredi* e palestina que “falharam em atingir o seu potencial de emprego” — naquele ano, havia um déficit de 15 mil profissionais no setor de tecnologia em Israel (HALON, 2018). O programa pretende treinar somente 240 jovens ortodoxos e palestinos em “resolução de problema, desenvolvimento de soft skills”, além de auxiliar na alocação em corporações no mercado de alta tecnologia (idem). Grandes empresas do setor, como a Mobileye e a Google Israel, e instituições filantrópicas, como o Feurstein Institute, formam a coalização de apoio político e econômico ao projeto que é executado pela Elevation Academy, uma ONG estadunidense em capacitação tecnológica, a Temech, uma ONG voltada para inclusão de ortodoxos em *high tech*, e a ITWorks, uma ONG de promoção na “diversidade” na indústria israelense de alta tecnologia (idem). O projeto faz ainda parte do programa “Israeli Hope”, que almeja construir uma nova “israelidade” e fortalecer a “resiliência” contra os “fundamentalismos” por meio da integração socioeconômica das “quatro tribos” de Israel (PRESIDÊNCIA DE ISRAEL, 2020).

A Leichtag Foundation, uma fundação filantrópica sionista dos EUA, contribui tanto para o programa do Mati para a promoção do empreendedorismo de mulheres e jovens em Jerusalém Oriental, como para as iniciativas de melhoria da qualidade de vida e capacitação tecnológica da New Spirit para as populações judaica secular, ultra-ortodoxa e palestina em Jerusalém (capítulo 5). A fundação ainda toca desde 2016 o projeto Jerusalem Model, em que, em resposta à Intifada de Jerusalém, passou a apoiar financeiramente mais de 200 empreendedores sociais das “quatro tribos” de Jerusalém em projetos de ativismo social voltados para a criação de oportunidades de mercado que criassem o uso compartilhado da cidade e o fortalecimento da sociedade civil jerusalemita para aumentar a competitividade da cidade (MARKOSE, 2019). O programa da fundação apoia, por exemplo, o ativista, empreendedor e urbanista palestino Tareq Nassar (idem), responsável por diversos projetos para a criação de um novo uso para o espaço urbano de Jerusalém Oriental, como espaços compartilhados entre judeus e palestinos, e diretor palestino da ONG israelense-palestina IPCRI, uma instituição financiada por doadores internacionais voltada há mais de duas décadas para o empoderamento e agenciamento compartilhado de comunidades palestinas e israelenses. Entre as suas iniciativas está o Sinsila Center, um projeto voltado para criação de locais verdes e sustentáveis na cidade, como coberturas verdes, e treinamento, em conjunto do Mati, de apicultura para o empoderamento empreendedor sustentável de mulheres palestinas (NASSAR, 2019).

Já a tradicional Jerusalem Foundation é a instituição responsável pela articulação dessa coalização formada por ONGs israelenses e palestinas e filantropos sionistas estrangeiros na complementação do trabalho do Estado para o “fortalecimento” neoliberal de Jerusalém tanto entre os residentes judeus como entre os palestinos (MAHFOUZ, 2019). Por exemplo, a Jerusalem Foundation intermediou a parceria entre a QueenB, uma ONG israelense especializada em computação para jovens mulheres, com o Jest, uma ONG palestina que abriga uma incubadora de startups e cursos de capacitação em computação e empreendedorismo para palestinos jerusalemitas (idem). Em 2020, QueenB e Jest realizaram um workshop em programação para jovens palestinas de Jerusalém na sede da ONG palestina em Jerusalém Oriental. Jest e Mati também já realizaram programas em conjunto, particularmente para a capacitação empreendedora em computação e tecnologia. Segundo Hani Alami, empresário do ramo *high tech*, fundador do Jest e conselheiro do Mati:

O que o Mati está fazendo é parte da nova estratégia dos israelenses. [...] Há uma mudança na forma como os israelenses veem Jerusalém Oriental. Vamos ver mais e mais empreendedorismo. Metade do orçamento é para segurança e a outra metade é para infraestrutura e desenvolvimento econômico. (ALAMI, 2019).

Apesar da espoliação permanente e concorrência desleal, o histórico de desenvolvimento imposto pelo colonialismo, as urgentes necessidades vitais da desamparada população nativa e a percepção de que o apoio das forças ocupantes seriam apenas oportunidades e capacitações econômicas provisórias que permitira aos palestinos alcançar a prosperidade e a dignidade pelas suas próprias escolhas no mercado fazem das políticas neoliberais progressistas e da forma empresarial encontrarem condições apropriadas para superarem a rejeição anticolonial nativa. O uso da razão neoliberal para o desenvolvimento palestino e a revitalização urbana de Jerusalém Oriental tem servido também para legitimar a sua despossessão e a marginalização na cidade.

6.4 Revitalização urbana e zonas industriais em Jerusalém Oriental: gentrificação e marginalização

O uso de projetos econômicos de desenvolvimento neoliberal, particularmente em alta tecnologia, com propósito de israelizar, pacificar e, em última instância, expropriar os palestinos, fecha o ciclo com as zonas industriais planejadas para Jerusalém Oriental. Estes espaços são classificados como áreas para atrair capital e gerar o desenvolvimento nativo propulsionado pelos programas de capacitação e financiamento descritos acima. O projeto israelense de desenvolvimento de Jerusalém Oriental prevê a abertura de quartas zonas industriais na cidade: uma no centro de Jerusalém Oriental, o parque tecnológico de “Silicon Wadi” em Wadi Joz, e três em regiões periféricas de em Issawiye, A-Tur e Sur Baher. A responsável pela implementação das zonas industriais periféricas é a diretora da unidade de planejamento de infraestrutura pública e desenvolvimento da East Jerusalem Development Company, Ya’ara Issar. Segundo ela, todo o plano para o progresso econômico de Jerusalém Oriental foi elaborado e tem sido executado a partir de planos antigos da prefeitura que nunca haviam sido implementados e que foram adaptados para o contexto atual: “nós temos a nossa visão de como deve ser que vem sendo desenvolvida há anos” (ISSAR, 2019).

As novas zonas industriais buscam criar e fortalecer novas centralidades econômicas nos bairros palestinos periféricos para que os residentes não precisem sempre ir ao centro de Jerusalém e Ocidental ou a outros locais de Israel para trabalhar, empreender, consumir e acessar serviços públicos, como clínicas de saúde. Apesar de estar localizado às margens da cidade pela dificuldade de encontrar áreas livres para construir em Jerusalém Oriental — um problema central que a Decisão 3670 não aborda —, as zonas industriais estão planejadas em conexão com obras de infraestrutura viária, particularmente a “American Road”. Este

controverso complexo viário conecta bairros palestinos com assentamentos judeus dentro e fora de Jerusalém Oriental e cujo trecho norte será financiado pelo orçamento destinado ao desenvolvimento da Jerusalém Oriental palestina (DAGONI, 2019a).

Ademais, o uso das zonas industriais será misto em um duplo sentido: além de indústrias convencionais, será destinado para empreendimentos das mais diferentes finalidades, como comércio, serviços e escritórios, como também ao investimento de empresários israelenses e palestinos. Na prática, um distrito onde o capital será permitido se alocar e reproduzir o espaço num território onde não havia possibilidade legal nem atrativos econômicos para isso. No entanto, não haverá qualquer tipo de proteção aos empresários palestinos serem os desenvolvedores dessas zonas localizadas no interior de bairros palestinos além dos programas já existentes de capacitação, microcrédito e subsídios para empresários palestinos jerusalemitas conduzidos pelo Mati e o Maof. Consequentemente, as novas zonas industriais planejadas são mais um exemplo da lógica paternalista do desenvolvimento econômico de Jerusalém Oriental ao estilo ocidental, como ela expõe abaixo, mas também uma nova utilização das estratégias do urbanismo empreendedor como instrumento para a colonização israelense.

Jerusalém Oriental deve deixar de ser uma zona rural, não é mais sobre agricultura como costumava ser [nos vilarejos], mas se tornar parte da Jerusalém urbana. Essa mudança de pensamento é muito difícil para a comunidade, mas é algo global que aconteceria de qualquer forma e acontece em todo lugar. A moradia é o principal problema, mas nós não conseguimos tocar nessa questão por causa da questão política. Por isso devemos focar no desenvolvimento econômico. Eu acho que trará uma mudança gigante na qualidade de vida e em muitos aspectos de Jerusalém Oriental. [...] As zonas industriais serão abertas aos empresários palestinos e israelenses judeus que desejarem investir nelas. Eu quero promover uma mudança, eu quero profissionais mais qualificados que virão aqui para trabalhar [nas zonas industriais], pois o importante é gerar oportunidade de negócios e de emprego. Eu quero que o filho do dono de uma garagem possa abrir um escritório de arquitetura no seu lugar. [...] É possível manter a característica básica dos vilarejos, mas trazer a um novo nível. Mudar o vilarejo rural para um bairro urbano de Jerusalém. [...] Eu quero ver muito mais desenvolvimento urbano ocidental. [...] Este é um processo que já acontece em Jerusalém Oriental, não é algo novo, não é uma revolução. Mas é um processo de empoderamento do processo que já está acontecendo ali. Eu quero ver mudança econômica, mais pagamento de impostos municipais, mais empregados, e claro, empoderar aqueles que já são pequenos empreendedores em Jerusalém Oriental, mas quero ver numa escala muito maior. (ISSAR, 2019).

Como nota Issar, na última década, algumas regiões periféricas de Jerusalém Oriental bairros, como os bairros de Beit Hanina e Shuafat, onde há inclusive uma estação da linha de VLT, tem atravessado por um enriquecimento por causa do crescimento de investimentos de empresários palestinos jerusalemitas em propriedades privadas palestinas onde as autoridades israelenses tem afrouxado as restrições para novos empreendimentos urbanos, como a construção de condomínios residenciais, centros comerciais e supermercados ao estilo ocidental

(NUSEIBEH, 2019). Além disso, a prefeitura tem realizado o embelezamento das rotatórias e vias principais dos bairros. Os altos custos dos empreendimentos resultado de uma valorização artificial da propriedade palestina disponível para construção por causa do zoneamento israelense, as diversas taxas e o valor de mão de obra, no entanto, tem mantido esse pequeno *boom* imobiliário ao norte de Jerusalém Oriental exclusivo às classes média e alta jerusalemitas, inclusive movendo um processo de gentrificação de trabalhadores palestinos, muitas vezes obrigados a se mudar para os bairros do outro lado do Muro, como Kfar Aqba (idem). Em 2019, um empresário israelense abriu um shopping no bairro para explorar o poder de consumo dos palestinos e aproveitar a onda do multiculturalismo neoliberal na cidade (FARAH, 2019).

No entanto, diferentemente do desenvolvimento conduzido pelas elites nativas locais, as novas zonas industriais planejadas pelo poder público colonial nos bairros palestinos periféricos da cidade, cujo projeto e negociações para o confisco estão sendo conduzidas pela intermediação de líderes comunitários e urbanistas palestinos locais, não serão controladas pelos proprietários nativos destes territórios como tem ocorrido em Beit Hanina e Shuafat. Não há nada que evite que os empresários palestinos tenham praticamente os mesmos direitos que já gozam no assentamento industrial de Atarot, para onde muitos negócios palestinos migraram para não deixarem a cidade (FARAH, 2019). Tampouco há o que previna que os trabalhadores palestinos fiquem restritos as mesmas posições inferiores de “colarinho azul” dentro das corporações israelenses enquanto os judeus assumem, como de costume, os cargos superiores de “colarinho branco” (idem). Isto é, que o privilégio judaico seja mantido.

A mesma lógica é observada no projeto de “Silicon Wadi”, um plano lançado em junho de 2020 para a revitalização urbana de Wadi Joz que parece sintetizar algumas características do colonialismo neoliberal israelense em Jerusalém tratadas nesta tese. “Silicon Wadi” mistura instrumentos do urbanismo empreendedor para a construção da “Jerusalém global” a partir do desenvolvimento das indústrias turística e *high tech* que tem como objetivos a manutenção do privilégio judaico, a expansão despolitizada da colonização e a atração/expansão de capital externo (conforme discutido nos capítulos 4 e 5). Essa estratégias neoliberais-coloniais atravessam a Linha Verde para a expropriação de território palestino, entretanto, não do mesmo modo que o assentamento da Cidade de David, mas por meio da estratégia de assentamento empresarial e do paternalismo colonial-neoliberal que busca empoderar e desenvolver os nativos de acordo com as necessidades econômicas coloniais. Dessa forma, a israelização neoliberal avança os interesses das classes dominantes israelenses e globais numa área da

cidade politicamente sensível a iniciativas de judaização tradicionais, como as conduzidas pelas ONGs de colonos ultranacionalistas, que embora efetivas, são bastante limitadas e atraem grande resistência palestina e críticas internacionais. Por meio das políticas supostamente benéficas e pacíficas de desenvolvimento dos palestinos, a parcela do capital supostamente progressista e interessada em posar de investidores da paz na Palestina Ltda podem participar desse empreendimento colonial na “Cidade Sagrada” sem culpa.

O projeto de “Silicon Wadi” remove alguns dos principais empreendimentos econômicos palestinos existentes na região central de Jerusalém, que tem sido obrigados a fechar em definitivo ou migrar para as periferias da cidade (THE NEW ARAB, 2020). No seu lugar, haverá o estabelecimento de um novo distrito nas cercanias da Cidade Velha voltado principalmente para o estabelecimento de empresas do setor de alta tecnologia, mas também hotéis de luxo, restaurantes estrelados, escritórios empresariais e centros para cursos em computação e demais habilidades tecnológicas para os palestinos. Assim como o restante das zonas industriais, o investimento do capital palestino não terá preferência, mas terá que concorrer com os capitalistas israelenses e internacionais para continuar a manter o controle nativo sobre o território⁴⁶. Enquanto isso, um projeto para a revitalização do tradicional centro palestino de Jerusalém Oriental, no bairro vizinho de Bab a-Zahara, que inclusive conta com apoio da comunidade doadora internacional e está vinculado ao receituário do urbanismo empreendedor, está parado na burocracia israelense há pelo menos uma década (idem).

Bab a-Zahara abriga as principais ruas comerciais palestinas da cidade com uma grande diversidade de lojas, hotéis, mercados, restaurantes e edifícios de escritórios para ONGs, instituições políticas, sindicatos e escolas que funcionam como uma extensão do *suq* no Quarteirão Muçulmano da Cidade Velha. O turismo e o comércio palestinos representam, permanentemente, a existência do modo de vida e da história indígenas de Jerusalém, corporificando a narrativa palestina a respeito da história colonial que significa uma vulnerabilidade às ambições econômicas e culturais dos israelenses. Além disso, a economia palestina do centro de Jerusalém Oriental constitui uma linha de defesa contra as pressões dos projetos de judaização e israelização e a manutenção de uma identidade palestina no espaço e

⁴⁶ Os únicos palestinos que se beneficiariam imediatamente desse projeto seriam os proprietários privados dos terrenos onde o empreendimento de “Silicon Wadi” será estabelecido. Segundo os israelenses, foi feito um acordo com os proprietários palestinos para o confisco legal dos terrenos em troca de indenização, enquanto os proprietários negam a colaboração com o regime colono. Os palestinos que possuem negócios na área que será revitalizada não foram convidados a debater os planos e foram notificados da sua evacuação em até seis meses no dia do lançamento público do empreendimento imobiliário. (THE NEW ARAB, 2020).

na população nativas. No entanto, Bab a-Zahara tem sido esvaziada, crescentemente depreciado e abandonado nos últimos anos como resultado das diversas políticas coloniais voltadas para o de-desenvolvimento da economia de resistência nativa, fundada nas pequenas empresas familiares e na indústria de turismo que formam a burguesia e a pequena burguesia de jerusalemitas nacionalistas (ARAFEH; KHALIDI, 2017).

Os lojistas revelam a crescente dificuldade de manter seu negócio aberto por diversas restrições que estrangulam a vida comercial nativa que vão desde a proibição de estacionamento nas imediações do Portão de Damasco, o impedimento de palestinos da Cisjordânia irem rezar na mesquita de al-Aqsa até o boicote de agentes e guias turísticos israelenses aos estabelecimentos palestinos que não pagam propina. Embora a Cidade Velha seja o local mais densamente povoado, visitado e movimento da cidade, ruas inteiras de comércio palestinas viram os seus negócios fecharem e se tornaram praticamente desertas. Abu Zahra (2019), um empresário palestino dono de um mercado no centro, compara a situação do comércio de rua palestino sob as restrições israelenses com um “cerco militar”. As pressões coloniais teriam feito ele e outros empresários mudarem os seus negócios para outros locais nas periferias da cidade onde é mais fácil a circulação de pessoas sem o assédio da polícia, os carros são menos multados, as licenças para abrir novos negócios são permitidas, os impostos são mais baixos e a fiscalização colona é menos ostensiva (ZAHRA, 2019). O mercado de Abu Zahra no centro, inclusive, teria deixado de operar no atacado, comercializando para toda a cidade e também o restante do país, para vender no varejo para os poucos transeuntes.

Embora represente aproximadamente 40% de toda a economia nativa em Jerusalém, mobilize outros setores como comércio e transporte, e seja a principal razão material que sustente a contínua existência palestina na região da Cidade Velha após mais de cinco décadas de políticas coloniais de desapropriação e restrição econômica, o turismo palestino está ausente do foco dos planos israelenses para o desenvolvimento de Jerusalém Oriental. Toda a região da Cidade Velha e as ruas comerciais Zahra e Salahadin, as mais tradicionais da cidade, também foram excluídas do projeto de desenvolvimento. A questão da moradia também não é mencionado nem nos orçamentos israelenses nem no projeto de “Silicon Wadi”, embora esteja presente no plano palestino de revitalização de Bab a-Zahara (THE NEW ARAB, 2020). Ademais, a indústria tecnológica palestina em Jerusalém Oriental não justifica um investimento dos israelenses dessa proporção. Assim como em Nazaré e Ramallah, as empresas high tech palestinas são profundamente dependentes de terceirizações e contratações do setor colono,

enquanto pouquíssimas startups nativas conseguem realmente prosperar (ALAMI, 2019; HUSSEINI, 2019; KHATTAB, 2019). Logo, não há indícios que o capital palestino se mostre capaz de concorrer com o capital israelense e transnacional.

Portanto, a construção de um empreendimento como o de “Silicon Wadi” no coração socioespacial dessa economia de resistência significaria um golpe duro à existência palestina em Jerusalém no longo prazo. Embora envolva a remoção forçada direta comum à lógica de desarabização, a sua maior ameaça está na concorrência desleal aos hotéis, prédios de escritório, restaurantes e oportunidades de emprego palestinos existentes na região. Na melhor das hipóteses, cria um espaço onde a mão de obra nativa qualificada em alta tecnologia poderá ser mais bem explorada. Consequentemente, se enfraquece a economia de resistência independente e fortalece uma economia completamente dependente e subalterna ao capital israelense e transnacional. Um resultado da pressão exercida pela israelização neoliberal de “Silicon Wadi” e da judaização conduzida pelas ONGs de colonos na Cidade Velha e no bairro vizinho de Sheik Jarrah previsível é o reforço da gentrificação já em curso Bab a-Zahara (THE NEW ARAB, 2020). A expansão da gentrificação de Bab a-Zahara, entretanto, não significaria uma substituição da classe social habitante do bairro, mas do grupo racial, isto é, seria uma desarabização do coração de Jerusalém Oriental por meio dos processos resultantes da expansão capitalista no mercado concorrencial. Isto é, as zonas industriais de Jerusalém Oriental seriam uma nova forma de confisco legal de território indígena por meio do planejamento urbano.

Dessa forma, enxergamos uma correlação entre os projetos israelenses de abertura de zona industriais em Jerusalém Oriental: enquanto a de Wadi Joz reforça a gentrificação e expulsão da população e negócios nativos no centro da cidade onde há grande interesse do capital transnacional, nas periferias são reforçadas a marginalização socioeconômicas da população nativa em sua cidade natal. Todo o avanço econômico nativo recente no bairro de Beit Hanina, inclusive, já é fruto das pressões coloniais na região central de Jerusalém Oriental, forçando comércios, empresas, instituições e ONGs palestinas a encontrar espaços nas margens da cidade (ARAFEH; KHALIDI, 2017), onde a presença até mesmo de organizações políticas, mesmo que ilegal segundo as leis coloniais, muitas vezes são toleradas, como da Câmara de Comércio Árabe. As históricas restrições e pressões israelenses à atividade econômica nativa em Jerusalém já fizeram muitos outros empresários palestinos fechar os seus negócios, se mudar para os TPO ou o exterior em busca de condições de mercado menos racialmente discriminatórias. Já outros migram para Jerusalém Ocidental e outros assentamentos para não

deixar de ter a cidade como o centro de sua vida e ter o direito à residência revogada pelo regime colono (ARAFEH; KHALIDI, 2017; FARAH, 2019; NUSEIBEH, 2019). Logo, um novo ciclo de despossessão e marginalização dos palestinos em Jerusalém Oriental é avançado não mais pela coerção, mas pela integração e desenvolvimento no mercado.

6.5 Concluindo a pacificação neoliberal: cultura, educação e polícia

A estratégia de israelização neoliberal por meio da concorrência desleal de mercado, a proliferação da razão empresarial e o sufocamento das instituições independentes palestinas que servem de resistência ao poder colono extrapolam o campo da economia propriamente dita e adentram toda a sociabilidade palestina em Jerusalém, incluindo os setores da cultura e educação, para tornar os palestinos integrados às demandas israelenses por trabalho, consumo e estabilidade social. Há uma reprodução do mesmo *modus operandi* de fachada árabe, triangulação entre Terceiro Setor, mercado e governo, e o emprego de árabe-palestinos como especialistas, recrutadores e capacitadores do “público-alvo” para auxiliarem as autoridades israelenses elaborarem e executarem as suas políticas com maior eficiência. Para evitar boicotes de movimentos antinormalização e construir laços de confiança com o “público-alvo” de suas ações, muitas das colaborações de israelenses com organizações de aparência palestina são propositadamente ocultadas para não tornar pública e notória a vinculação das iniciativas com os planos e recursos oriundos do Estado. Dessa forma, busca-se atrair a população civil “neutra” como estratégia de pacificação da sociedade local numa *politique des races* neoliberal.

Por exemplo, segundo uma integrante da secretaria da prefeitura que cuida das iniciativas de lazer, cultura e juventude, apenas o seu departamento realiza mais de mil atividades anuais com artistas e jovens palestinos por meio dos centros comunitários israelenses localizados nos bairros palestinos, mas também por meio de outras ONGs e associações palestinas que aderem ao programa (ARIELLA, 2019). O foco do seu trabalho são atividades extracurriculares para jovens e mulheres no contraturno com o objetivo de contribuir para a estabilidade social e o desenvolvimento socioeconômico dos indivíduos e de suas comunidades (idem). Muitos desses programas fazem parte do capítulo de “educação informal” da Decisão 3670, que inclui os programas de capacitação tecnológica e treinamento vocacional mencionados acima para o “empoderamento” do “capital humano” (DAGONI, 2019a).

Todos concordam que se tiver mais esportes, atividades extracurriculares, a juventude irá ser mais ativa e menos envolvida em atividades políticas e criminais, reduzindo a sensação de negligência, de não ter nada a perder. Isso é bom para todos, pois envolve em atividades positivas para si próprio, a comunidade e a cidade. [...] Diferentes

peessoas com diferentes agendas encontraram motivos comuns [para cooperar] em Jerusalém Oriental. (ARIELLA, 2019).

Os centros comunitários são representações locais do poder municipal existente em toda cidade e normalmente dirigidos por ONGs locais que tem a responsabilidade de coordenar e executar diversas tarefas municipais, como planejamento, lazer e cultura, além de servir enquanto instância representativa e deliberativa dos próprios residentes locais. Pela sua posição intermediária, os centros comunitários nunca tiveram muita credibilidade em relação à população palestina e historicamente tem sido uma estrutura de governo pouco presente em bairros nativos de Jerusalém Oriental. Em alguns bairros palestinos, os seus integrantes chegam a ser excluídos dos círculos políticos locais enquanto os palestinos normalmente evitam uma vinculação direta com os centros para não se tornarem alvos de ostracismo. Segundo um militante palestino, as lideranças encasteladas nos centros comunitários não possuem nenhuma legitimidade comunitária e servem apenas para intermediar as políticas israelenses (AL-GHOUL, 2019). Diante da abertura de novos centros em bairros que não tinham nenhum tipo de representação do poder colono na última década, agentes da prefeitura tem repassado mais responsabilidades para os centros como forma de empoderar a sua capacidade de criar laços de confiança com os residentes locais, como projetos para o empoderamento feminino ou movimentos juvenis para crianças e adolescentes (ARIELLA, 2019; TOREN, 2019). Por exemplo, os centros comunitários abrigaram cursos do Mati e do Riyan, assim como coordenam todas as iniciativas de desenvolvimento de revitalização de ruas, criação de zonas industriais e zoneamento urbano da Decisão 3670. Segundo David Koren (2017), o antigo responsável no Ministério da Educação pela imposição do currículo israelense, o principal *front* da luta por Jerusalém Oriental reside justamente no “mundo interno” da juventude palestina jerusalemita, dividida entre os atrativos educacionais e culturais oferecidos por israelenses e palestinas.

Pela cultura se tratar de uma área sensível a denúncias de normalização, a secretaria da prefeitura age de forma discreta e sem publicidade das suas ações para evitar boicotes. “O importante é ajudar a comunidade”, afirma a burocrata do departamento de lazer. Este fortalecimento dos centros comunitários, entretanto, ocorre em conjunto da perseguição aos tradicionais clubes sociais palestinos existentes em todos os bairros das cidades. Os clubes palestinos historicamente servem enquanto locais de confraternização, de atividades esportivas e culturais para a juventude palestina e, principalmente, como espaços de formação política, onde os diferentes partidos palestinos ainda costumam exercer importante influência na manutenção de uma sociabilidade palestina na cidade (NUSEIBEH, 2019). O clube social de

Ras al-Amoud, por exemplo, teve parte de seu espaço confiscado para a construção do assentamento de Maale Ha-Zevitm erguido logo ao lado, sofre com ataques frequentes de colonos e tem o seu cotidiano vigiado por câmeras, guardas de segurança privado e policiais israelenses. Além disso, Israel prende de forma sistemática lideranças culturais palestinas de Jerusalém, como Rania Elias, diretora Yabous Cultural Centre, um dos poucos centros culturais nativos e independentes ainda existentes na cidade, sob a falsa suspeita de conexão ou financiamento ao terrorismo (MEMO, 2020). Consequentemente, cada vez mais jerusalemitas tem optado voluntariamente pelos centros comunitários mais bem estruturados para realizar suas atividades de lazer, esporte e cultura, tendo a sua presença normalizada.

Nessa disputa pelos espaços de poder em Jerusalém Oriental, surgem novos atores que se interpõe dentro dos novos arranjos de governo que os israelenses têm construído. Ramadan Tabash, o diretor do centro comunitário de Sur Baher, onde vivem cerca de 40 mil palestinos, é um homem com grandes pretensões políticas. Ele foi filiado ao Likud e contou com o apoio de israelenses para ser o único palestino jerusalemita a concorrer a um posto no Conselho Municipal nas eleições de 2018 após outros jerusalemitas deixarem a disputa por pressões políticas tanto de israelenses como de palestinos (HASSON, 2018b). Em 2018, Tabash realizou uma campanha em que não contestou as reivindicações israelenses de soberania sobre Jerusalém Oriental e defendeu mais investimentos estatais nos bairros palestinos (idem). Após não ser eleito, Tabash reivindicou, também sem sucesso, a posição de assessor municipal para assuntos árabes em Jerusalém Oriental — um cargo nunca ocupado por um palestino (TABASH, 2019). Como forma de aumentar o seu capital político tanto entre as autoridades israelenses como entre a população local palestina, ele tem permitido a implementação em seu distrito das mais variadas iniciativas que o regime colono deseja realizar em Jerusalém Oriental.

Eu disse para os israelenses: “me dê dinheiro que eu resolvo o seu problema de segurança”. [...] Nós não precisamos ser amigos [dos israelenses], mas trabalhar em conjunto para ajudar a população com o respeito dos meus irmãos no Fatah e na AP. Se eles querem ser líderes, eles precisam prover as lideranças. [...] Todos lutam da sua forma. Eu não fico só de conversa, mas faço. Eu apenas me preocupo com a população, não me preocupo de onde vem o dinheiro. (TABASH, 2019).

A partir dessa política de construção de pontes, diálogo e trocas com os israelenses, Tabash conduz em Sur Baher uma espécie de laboratório das iniciativas de integração de Jerusalém Oriental que parecem fechar o círculo da estratégia de contrainsurgência subjacentes ao projeto de israelização neoliberal. Segundo o líder comunitário, dentro das diversas iniciativas testadas pelo poder público israelense no seu distrito, como um projeto de

revitalização das ruas comerciais em bairros periféricos para servir de complemento as novas zonas industriais, o único imposto em contrariedade a sua posição pessoal foi a criação de corpos de polícia comunitária, bombeiros e ambulância subsidiados pelo Ministério da Segurança (TABASH, 2019). Tabash (2019) conta que os agentes oficiais seriam palestinos cidadãos em Israel com experiência nessas atividades, enquanto um corpo civil de voluntários constituído por residentes do bairro atuaria à paisana no auxílio das forças policiais para construir laços com a comunidade. “Eu disse para a população que isso [a criação da força policial] facilitaria o acesso aos demais serviços públicos”, relata Tabash (2019). Ele, inclusive, ressaltou o caráter experimental da presença inédita de forças de segurança israelenses-palestinas em bairros de Jerusalém Oriental para a criação de um modelo a ser aplicado em todos os bairros da cidade em conjunto do plano de desenvolvimento socioeconômico.

Apesar do policiamento comunitário nativo reforçar a construção de uma politique des races neoliberal em Jerusalém Oriental a partir da coerção e disciplinamento externo dos sujeitos colonizados, segundo Tabash e diversos outros interlocutores ouvidos durante a pesquisa de campo, a área de principal interesse colono para a construção da nova ordem social pacificada na cidade é a da educação básica (TABASH, 2019; TOREN, 2019). A educação é o principal foco do plano de investimentos em Jerusalém, sendo 445 milhões de shekels do orçamento previstos para ser alocados para melhorias em escolas públicas do ensino fundamental e médio, mas com um importante requisito: apenas àquelas instituições de ensino que aceitarem adotar o currículo israelense adaptado das escolas árabes em Israel (DAGONI, 2019a). Muitos dos diretores escolares responsáveis pela implementação dos novos currículos são palestinos cidadãos de Israel sem conexão e conhecimento com a comunidade local, mas com o modelo de educação israelense voltado para os seus sujeitos árabes. Em algumas ocasiões, os diretores escolares atuam como intermediários entre o poder público e a população nativa na condução de projetos que não tem relação direta com educação pois são sujeitos que possuem mais legitimidade com a base social dos bairros que os diretores dos centros comunitários e dos *mukhtars* (TOREN, 2019). Além disso, os salários oferecidos pelas escolas israelenses também são bastante superiores ao das escolas palestinas, atraindo alguns dos melhores professores nativos (SAWSAN, 2019).

O governo reservou 68,7 milhões de shekels para implementação do currículo, além de 54,7 milhões para reformas de infraestrutura, 67 milhões para pagamento de aluguel e 15 milhões para o ensino de hebraico somente para as escolas que adotem o novo currículo que

prepara para o “vestibular” israelense, o *bagrut* (DAGONI, 2019a). Segundo o texto oficial que acompanhou a decisão de investimento em Jerusalém Oriental em 2018, a prioridade da reforma do sistema educacional seria possibilitar uma integração maior dos palestinos à educação superior e, consequentemente, às demandas do mercado de trabalho israelense:

O domínio quase completo das escolas usando o currículo palestino leva a uma inabilidade [dos estudantes] de se tornar parte do mundo acadêmico israelense e como resultado são incapazes de entrar no mercado de trabalho. (HASSON, 2018a).

A implementação do currículo israelense já vinha ocorrendo em escolas palestinas silenciosamente desde 2011 através da mesma tática de investimentos estatais na infraestrutura escolar e salários dos docentes. Na maioria das ocasiões, essa mudança ocorre por demandas dos pais que veem a adaptação desde cedo ao hebraico, aos valores e às habilidades exigidas pelos israelenses como uma forma de facilitar o ingresso ao ensino superior e, consequentemente, ao mercado de trabalho (SAWSAN, 2019). Essa trajetória de vida por meio da israelidade permitiria aos seus filhos obterem maior qualidade de vida sem precisar deixar Jerusalém — estima-se que cerca 10% das escolas de Jerusalém Oriental usavam o currículo israelense em 2018, totalizando 7,000 estudantes (KOREN, 2017). A adaptação às restrições impostas pelo governo colonial é justificada por familiares, profissionais da educação e líderes comunitários como uma forma de resistência. No entanto, ao receber a dimensão nacionalista dentro da Decisão 3670, a israelização do ensino escolar se tornou alvo de uma condenação pública pelo Waqf islâmico⁴⁷ (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2019).

O currículo israelense é criticado pelos palestinos principalmente por interferir na construção da identificação nacional palestina entre a juventude jerusalemita. Como foi demonstrado por uma diretora escolar jerusalemita durante a pesquisa de campo (SAWSAN, 2019), o currículo israelense impõe a narrativa sionista sobre o processo histórico de colonização sionista-israelense da Palestina e censura referências ao nacionalismo árabe e palestino⁴⁸. Aref Hussein (2019), um empresário palestino do setor de *high tech* envolvido com

⁴⁷ Além de ser responsável por gerir os locais sagrados muçulmanos na cidade, como a Esplanada das Mesquitas, e também escolas privadas palestinas que ensinam o currículo da AP, o Waqf funciona como uma das últimas lideranças públicas da sociedade palestina em Jerusalém Oriental permitidas pelas autoridades colonas. A instituição islâmica, assim como a sua análoga cristã, é fundamental para publicizar medidas que ultrapassariam a fronteira entre a adaptação inevitável às condições materiais da ocupação colonial e a normalização evitável das relações com os israelenses que deve ser alvo de boicote.

⁴⁸ Peled-Elhanan (2019) demonstra como os palestinos, árabes e muçulmanos tem sido historicamente retratado como os “inimigos”, “ameaças” e “perigos” nos livros escolares israelenses que servem de instrumento de propaganda para a “indigenização” dos judeus como os verdadeiros nativos da Palestina. Os currículos israelenses ainda apagam a história da colonização, dos massacres e demais crimes cometidos pelos israelenses.

iniciativas de ensino tecnológico para jovens palestinos, classificou a autonomia nativa na condução da educação básica como a “última fronteira” que mantém Jerusalém Oriental enquanto parte da luta nacional palestina por libertação, ao lado da indústria do turismo e dos clubes sociais. David Koren (2018) não esconde que a imposição do currículo israelense tem como objetivo “neutralizar o incitamento à violência” supostamente presente no currículo palestino e promover uma adequação desde cedo entre os jovens árabe-palestinos aos valores da sociedade israelense e às habilidades necessárias para atender às demandas do mercado israelense — da computação ao domínio do hebraico.

Na visão de Koren (2018), que já integrou o Conselho de Segurança Nacional durante o governo Netanyahu e serviu por muitos anos na Inteligência das Forças Armadas, as transformações subjetivas e objetivas entre a juventude palestina, a principal articuladora dos movimentos de massa durante a Intifada de Jerusalém, são complementares e igualmente fundamentais no processo de “israelização” do ensino e da sociedade árabe-palestina. Koren (2018) entende o oferecimento de educação como instrumentos de atração da população nativa supostamente neutra, interessada na sobrevivência e na maior qualidade de vida, para protegê-las das “ameaças” de fundamentalistas árabe-islâmicas.

110,000 estudantes estudam de acordo com um currículo que não faz qualquer menção positiva da existência do Estado de Israel e inclui o incitamento à violência contra judeus e Israel. Embora a censura do currículo conduzida pela prefeitura monitore conteúdo incitante, ela não tem muito efeito no que é aprendido na sala de aula e no discurso entre um professor e seus alunos. Logo, a transição para um currículo israelense em árabe, que inclui material positivo sobre o Estado de Israel e as suas instituições irá ter uma influência importante em termos de educação, cultura e segurança. [...] [O] discurso público sobre o currículo não deve enfatizar o componente israelense (o que daria uma natureza política), mas ao invés disso o acesso que a matrícula israelense oferece à educação superior e ao emprego de alto nível. [...] Após muitas horas de discussão com estudantes árabes do ensino médio em Jerusalém, eu estou certo que atender a Universidade Hebraica é uma das suas principais aspirações. [...] O modelo [israelense] busca criar um quadro de discurso comum com figuras educacionais em Jerusalém Oriental para formular um currículo que será aceitável para ambos lados. A “matrícula de Jerusalém” irá incorporar as vantagens pedagógicas da matrícula israelenses, irá neutralizar o incitamento à violência e irá incluir os componentes de religião, história e cultura, que são importantes para os árabes em Jerusalém Oriental. (KOREN, 2018).

Como é possível notar, a israelização do currículo escolar não tem um fim em si mesmo, mas ocorre sempre vinculada ao seu propósito econômico de tonar a reprodução da vida dos palestinos útil, produtiva e pacificada para as classes dominantes israelenses. O currículo israelense cumpre a função de tornar a educação e a cultura armas que desempenham papel fundamental na transformação subjetiva dos palestinos jerusalemistas nos “bons árabes” de Jerusalém, como almejado pelas alas mais à direita da sociedade israelense. Para além disso, o

currículo também é produto do que Laval (2019) chama de “neoliberalismo escolar”, no qual, por pressão do capital global e das instituições internacionais como BM e OCDE, as escolas passam a ser administradas como empresas, com metas e objetivos para professores e estudantes para moldar as crianças desde cedo às necessidades do capitalismo contemporâneo. Com currículos elaborados a partir de valores de “inovação” e “eficiência” vendidos como modernizadores, são implementadas medidas como provas padronizadas, ideias como as de capital humano e habilidades tecnológicas e empreendedoras que se prestam mais a atender interesses do mercado que à formação e emancipação dos estudantes (LAVAL, 2019). Em Israel, a forma neoliberal de educação é traduzida na metodologia STEAM, sigla em inglês para designar as áreas de ciências, tecnologia, engenharia, artes e matemática. A metodologia tem o propósito de contribuir para as habilidades, criatividade e inventividade necessárias para o pensamento computacional e economia criativa, incluindo capacidades “socio-emocionais” para colaboração e resiliência dos desafios da atividade profissional (GAROFALO, 2020).

Os aspectos tecnológicos e empreendedores dos currículos são as formas pelas quais Koren (2018) entende ser mais eficiente de avançar a israelização de forma despolitizada, como apenas uma adaptação aos aspectos técnicos da globalização. Logo, a razão neoliberal asseguraria a pacificação social e possibilitaria a fabricação das condições subjetivas para o consentimento dos colonizados ao sionismo neoliberal. Contudo, a sua natureza profundamente política e as suas ambições pacificadoras são tão evidentes que acabam por concentrar a rejeição dos palestinos para a preservação de sua autonomia e identidade nacionais, retardando a israelização do ensino de Jerusalém Oriental nos dois primeiros anos de implementação da decisão estatal de investimentos⁴⁹ (HASSON, 2020a). De toda forma, outras iniciativas educacionais que também fazem parte da israelização neoliberal conseguem ser mais bem aceitos entre a juventude palestina historicamente impedida de acesso à educação de qualidade pela sua ambiguidade e despolitização no mercado. Ao não interferir diretamente na identidade dos palestinos, permite enquadrar a israelização como uma decisão pragmática e racional.

A educação tecnológica ainda no Ensino Médio ou para aqueles que já concluíram o ciclo básico é apontada pela OCDE como ferramenta efetiva para mudanças estruturais e treinamento rápido de trabalhadores em vários setores no mercado de trabalho (NAFTALI et al., 2018). Desde 2014, a prefeitura tem promovido em conjunto de ONGs sionistas diferentes

⁴⁹ Existem escolas ainda que adotam ambos os currículos, o israelense e o palestino, na tentativa de receber os recursos destinados àqueles que cooperarem e não desagradar os pais e estudantes mais nacionalistas que não abrem mão do conteúdo elaborado pela AP (TABASH, 2019).

iniciativas de incentivo ao ensino tecnológico de STEAM e ao empreendedorismo dentro dos parâmetros israelenses de ensino. Em 2014, a prefeitura e a ONG World ORT, uma instituição filantrópica judaica sediada em Londres com atuação internacional na promoção do ensino de STEAM, de programas de liderança e dos estudos judaicos, abriu um Centro de Excelência de educação tecnológico para garotas palestinas em Beit Hanina, um bairro de classe média ao norte de Jerusalém Oriental (ISRAEL21C, 2016). No mesmo bairro, em 2016, a prefeitura e o Ministério da Educação abriram a Escola de Tecnologia exclusiva para garotos palestinos com cursos de engenharia de software, eletrônica e computação, além de outras aulas dentro das habilidades de STEAM e de aprendizado avançado de hebraico. As duas instituições de ensino tecnológico no ciclo médio são dirigidas por palestinos de Jerusalém ou de Israel, o que faz muitos residentes locais não saberem se tratar de uma escola financiada e mantida pelo governo israelense no coração da Jerusalém palestina. Este é o caso de diversas outras escolas profissionalizantes em Jerusalém Oriental, no entanto, em diversas ocasiões o certificado emitido \não são validos para os trabalhadores palestinos serem contratados formalmente por uma empresa israelense ou o treinamento não está dentro do padrão almejado pelos israelenses, mantendo-os confinados ao mercado nativo e à precariedade (NAFTALI et al., 2018).

Uma outra novidade do ciclo de israelização neoliberal tem sido a crescente presença de palestinos jersalemitas em faculdades privadas e públicas de Jerusalém Ocidental a partir de uma política de inclusão das instituições de ensino superior que até mesmo antecede a Decisão 3670. Desde 2017, a tradicional Universidade Hebraica de Jerusalém passou aceitar o exame de conclusão do Ensino Médio palestino, o *taujihi*. Em colaboração com o Estado, diversas universidades israelenses abriram programas preparatórios chamados Sadarah/Kidma para a integração de palestinos jersalemitas que desejam ingressar no ensino superior sem prestar a prova israelense (HASSON, 2017). Estes cursos oferecem aulas de hebraico, estudos israelenses e computação com base no modelo de programa originalmente destinado à assimilação de novos colonos estrangeiros que migram para Israel. No ciclo 2019-2020, foram quase 600 novos estudantes no programa preparatório na Universidade Hebraica, o dobro do ano anterior e quatro vezes mais que em 2017 (KASSABRI, 2019). As mulheres são a maioria das participantes e possuem um grau de instrução superior ao dos homens em Jerusalém Oriental, mas optam por cursos entendidos como uma outra forma de obter um treinamento técnico para o mercado de trabalho, como pedagogia, farmacêutica e enfermagem (idem).

Para aqueles jerusalemitas palestinos que já ingressam na Universidade Hebraica, a universidade lançou o Al-Bashair, um programa de capacitação individual voltado para o empoderamento dos estudantes em habilidades de liderança, estágios, tours por diferentes locais de Israel e orientação na condução da carreira acadêmica e profissional para o fortalecimento de suas comunidades de origem, o desenvolvimento humano e a capacitação profissional. Um modelo do Al-Bashir também tem sido empregado para estudantes palestinos do Ensino Médio das escolas públicas de Jerusalém Oriental que utilizam o currículo israelense, como parte do projeto estatal para o desenvolvimento neoliberal de Jerusalém Oriental (DAGONI, 2019a). Os programas mais identificados com o modelo de coexistência liberal sofrem bastante rejeição de indivíduos e grupos antinormalização, enquanto aqueles vistos como técnicos e voltados para o mercado “são mais tolerados”, diz a direta responsável pela integração das minorias na Universidade Hebraica (BARAK, 2019). A adoção das instituições de ensino aos programas de diversidade do Estado permitiu acessar recursos públicos e ocupar vagas sobressalentes pela falta de demanda de estudantes judeus para os cursos superiores existentes na cidade (KASSABRI, 2019). A primeira pró-reitora árabe da universidade, a professora Mona Khuri Kassabri, uma palestina-israelense originalmente de Haifa, é a responsável por supervisionar os programas de inclusão e diversidade da instituição.

Algumas pessoas dizem que é normalização estudar na Universidade Hebraica. Por outro lado, na minha opinião, as pessoas devem ser livres para estudar onde desejam. Quando as pessoas têm educação, elas podem ir fazer o que quiserem. [...] É esperado que os palestinos de Jerusalém trabalhem em Jerusalém Oriental e Ocidental, nós precisamos ajuda-los acessar este mercado, pois caso contrário a pobreza nunca irá decrescer. [...] Eu não sei se [os jerusalemitas] estão mais abertos, mas eles sabem que essa é a única maneira de ter educação e trabalho decente. E os pais também passaram a apoiar mais, enquanto dois anos atrás nem se pensava nessa possibilidade. [...] Quanto maior o número de estudantes na universidade, mais fácil de outras famílias apoiarem. As pessoas começaram a entender que a população precisa de educação, mesmo que seja numa instituição israelense. [...] É inocente dizer que os israelenses querem apenas ajudar a população de Jerusalém Oriental. Não é essa a razão. Com certeza, é uma questão política. Se as pessoas são educadas, eles fazem menos problemas. O governo israelense chegou a um entendimento que pessoas educadas negociam as coisas diferentemente. Além disso, a força de trabalho está decrescendo em Israel [...]. Então, eles investem dinheiro nas famílias *haredi* e árabe que não são tratadas igualmente há muito tempo. [...] Embora seja uma universidade israelense, é de certa forma independente da decisão governamental. O que eu faço na minha posição é usar essa oportunidade para ajuda-los. [...] Eles estão vindo aqui como uma escolha racional que sabem que querem usar essa oportunidade. Sabem que não faz deles menos palestinos. [...] O ideal seria ajudar as universidades palestinas, mas enquanto não tem solução como essa você pode perder uma geração inteira de pessoas. [...] Enquanto viverem aqui, é esperado que trabalhem em Jerusalém Ocidental e para isso é melhor um diploma israelense que um árabe.

Mais uma vez, a adesão aos ciclos de israelização são apresentados como escolhas racionais e pragmáticas dos palestinos, particularmente os jovens, que terão que se adaptar às

condições objetivas e subjetivas do mercado de trabalho local, como o hebraico e demais habilidades técnicas estabelecidas de acordo com o modo de produção colono, como se fosse uma decisão dos atores no mercado e não uma imposição da colonização. No entanto, como de costume na israelização neoliberal de Jerusalém Oriental, a integração ao ensino superior israelense vem acompanhada de uma alienação das universidades palestinas. A tradicional Universidade de Al-Quds palestina teve o seu campus principal localizado no bairro de Abu Dis excluído do restante de Jerusalém Oriental pela construção do Muro em 2005 (MANSOUR, 2018). Desde então, os jerusalemitas são obrigados a cruzar diariamente checkpoints para estudar na única universidade árabe na cidade.

A discriminação racista colonial, por outro lado, ainda é presente dentro da Universidade Hebraica apesar dos esforços de integração. Os estudantes palestinos, particularmente as mulheres muçulmanas religiosas, sofrem com o racismo de colegas e professores, além da presença constante de estudantes fardados e armados que são militares na ativa (HASSON, 2019c). Já ocorreu a remoção de estudantes palestinos do dormitório por razões de segurança e a presença de atiradores de elite nas lajes dos edifícios da universidade durante operações no bairro palestino vizinho de Issawiye (idem). Apesar do flagrante racismo, o estudo numa instituição israelense ainda é visto por alguns palestinos como uma oportunidade pragmática de inclusão ao mercado de trabalho e também uma possibilidade de transformação social tanto para israelenses como palestinos. A convivência na universidade e em outros locais de Jerusalém é entendida por pelo morador do bairro de Sur Baher, empresário, ex-estudante e professor da Universidade Hebraica Fuad Abu Hamed como a possibilidade de construção de uma nova sociabilidade harmoniosa e pacífica (idem). Ele acredita que o microcosmo do interior da universidade possa transbordar para o restante da cidade e, depois, para todo o país na formação de um processo de reconciliação desde baixo em substituição às tentativas de acordo diplomático entre as elites políticas. Observa Abu Hamed:

[...] Cada dia que passa faz a solução diplomática mais improvável. Este é um processo de israelização que nós optamos em participar, mas quando você considera o povo e seus problemas, você percebe que isso não irá fazer o problema de Jerusalém Oriental ir embora. Talvez no próximo estágio a população irá crescer em conjunto dos israelenses e estes graduados irão querer viver em bairros judeus como Armon Hanatziv e French Hill. Isso irá mudar Jerusalém. (ABU HAMED, 2019 apud HASSON, 2019c).

6.6 Considerações finais

No decorrer deste capítulo, buscamos demonstrar como as políticas de desenvolvimento e inclusão promovidas pelo Estado de Israel na década de 2010, em particular aquelas

vinculadas à decisão 3670 de 2018, são informadas, ao mesmo, por uma lógica neoliberal e contrainsurgente que almeja construir uma ordem social e sujeitos colonizados pacificados e produtivos. Este processo, que denominamos israelização neoliberal, ocorre necessariamente em conexão políticas de-desenvolvimento da economia e da sociedade nativas e da perseguição de instituições econômicas, sociais, políticas e culturais palestinas na cidade. Nós argumentamos que, ao invés de diretamente forjar a desarabização para abrir caminho para a judaização socioespacial de Jerusalém através da construção de assentamentos em território antes ocupados pela população nativa, a israelização buscar controlar a reprodução social indígena com o objetivo de tornar a sua vida economicamente interessante para as necessidades das classes dominantes colonas. Por essa razão, a utilização de ONGs e projetos que possuam uma fachada árabe-palestina, o envolvimento direto de sujeitos nativos na aplicação de projetos estatais e incentivos à ascensão social de alguns indivíduos palestinos dentro do sistema hegemônico para a formação de uma nova “israelidade” multicultural e neoliberal tem sido uma das características desse processo. No entanto, longe de construir uma nova sociedade urbana no qual todos os residentes seriam iguais e livres, nós buscamos demonstrar como o nexo segurança-desenvolvimento se revela, de forma velada ou ostensiva, por trás de programas de capacitação empreendedora, treinamento profissional, lazer para jovens, reforma escolar e diversidade universitária. O objetivo final da israelização seria a construção de uma nova sociabilidade que capturasse os corações, mentes e força de trabalho dos palestinos. Em suma, seria um processo de acumulação primitiva de capital que atua no restabelecimento das condições de reprodução do capital israelense neoliberal por meio da integração e adaptação da população e de espaços nativos aos ciclos israelenses de acumulação tanto para a pacificação dos palestinos revoltosos como para a estabilização das contradições internas do regime colono.

Outra característica importante tem sido o envolvimento de israelenses (neo)liberais em instituições públicas ou privadas encarregadas de conduzir políticas de inclusão que se veem fazendo um trabalho benevolente de inevitável adaptação da população nativa aos requisitos socioeconômicos da hegemonia neoliberal e de promoção dos direitos mínimos da população palestina enquanto residentes de Jerusalém. No entanto, ao cabo, nós buscamos demonstrar que os israelenses liberais, fundamentais para quebrar algumas barreiras de confiança com a população nativa, acabam por reproduzir discursos orientalistas e práticas colonialistas neoliberais que movimentam as estruturas racistas de dominação, mas não as alteram. Nós argumentamos que os investimentos coloniais no bem-estar da população indígena e o envolvimento de colonos liberais permite enquadrar as políticas de desenvolvimento e inclusão

como uma forma de reconhecimento colonial em que ocorre uma alteração na forma como a população nativa é racializada de forma a construir uma nova forma de governo que pacificasse as insurreições anticoloniais da Intifada de Jerusalém de 2014-2017. Este fraudulento reconhecimento colonial se utiliza das humilhações e da luta dos palestinos por dignidade e o mínimo de qualidade de vida para forjar uma nova governamentalidade colonial em que a ausência de liberdade e emancipação dos novos sujeitos colonizados é balanceada com as ilusões de autonomia, reconhecimento e ascensão social por meio do mercado neoliberal.

Com resultado da israelização, nós buscamos demonstrar que a imposição deste paradigma neoliberal à população nativa, retratado como uma escolha racional e pragmática a uma população longamente humilhada e pauperizada, possui efeitos políticos que auxiliam no processo de pacificação por meio de cenouras neoliberais. Para além de apenas uma contraparte econômica para o tradicional bastão colonial, a neoliberalização em Jerusalém Oriental estaria permitindo a criação de novos sujeitos palestinos que formariam uma classe média não apenas em valores, mas que também intermediaria a realização das políticas coloniais de israelização. Ao cabo, nós entendemos que não se estaria constituindo uma assimilação desses sujeitos indígenas, mas a construção de um novo modelo de governo colonial indireto no qual o neoliberalismo serve de conteúdo para a tradicional regulação social colonizadora. No entanto, a ausência de alternativa no horizonte próximo para a cada vez mais isolada população jerusalemita, a possibilidade de retorno material no curto prazo e a boa convivência em diversas localidades de trabalho, lazer e educação constroem a crença da possibilidade de forjar uma nova sociabilidade neoliberal que contradiga o histórico racismo colonial.

Como vimos, as contradições e ambivalência do modo de governo construído a partir do entrelaçamento entre colonialismo e neoliberalismo fabricam ilusões de passam tanto pela literatura (SHTERN, 2018b), como por agentes e atores deste processo, como o professor Abu Hamed. Este tipo de leitura da realidade permite classificar a adaptação à israelização, inclusive, como uma forma de resistência. No entanto, a presença de palestinos em universidades, zonas industriais e assentamentos residências originalmente construídos para a colonização exclusivamente judaica, ao invés de significar um paradoxo entre o colonial e o neoliberal ou uma descolonização por meio do mercado, seriam casos de normalização da relação colonial por meio do mercado e do contato do colonizado com instituições antes restritas à população colona. Estes são casos no qual o consumo de uma mercadoria — um apartamento, uma vaga na universidade ou um lote industrial — permitiria uma adaptação dos

palestinos para a sobrevivência em sua cidade natal com o mínimo de dignidade diante das restrições impostas pelas políticas coloniais. Ao invés de significarem uma regressão no processo colonial, estes casos de encontros e trocas entre palestinos e israelenses no mercado convenientemente fabricariam uma imagem de multiculturalismo neoliberal cego ao racismo que permitira a inclusão de palestinos com maior capital — humano e econômico — para viver entre os israelenses apesar da manutenção da hierarquia racial e da estrutura colonial. Dessa forma, o mercado permitiria aos colonos camuflarem o racismo e utilizarem a integração nativa como uma oportunidade de acumulação de capital.

Com efeito, este capítulo buscou revelar a trágica condição da população palestina em Jerusalém Oriental presa a cruz da israelização e a espada do de-desenvolvimento. Este encurralamento produzido por décadas de colonização racista apenas reforça a capacidade do neoliberalismo colonial não apenas de disciplinar a população palestina como verdadeiramente construir novos sujeitos que não apenas obedeceriam, mas que poderiam passar a consentir às ordens hegemônicas. As construir sujeitos colonizados adaptados a como o neoliberalismo se realiza Jerusalém, se estaria construindo sujeitos colonizados adaptados à hegemonia sionista. As demandas do mercado em Israel são necessariamente as demandas econômicas da sociedade colona. O colonialismo israelense o mercado neoliberal seriam ordens sociais indissociáveis. O caso do projeto de “Silicon Wadi” e a sua conexão com as estratégias de acumulação por meio da alta tecnologia das classes dominantes colonas no lugar de um plano destinado ao fortalecimento da combalida indústria de turismo nativa revelariam essa lógica. Logo, as contradições e ambivalências da intermediação entre a razão neoliberal e a colonial constituiriam um regime extremamente sofisticado de controle colonial por meio da inclusão e do governo das suas liberdades empresariais. A força da razão neoliberal sobre as formas de resistência palestinas será mais extensamente analisada no capítulo 7.

7 O ANTICOLONIALISMO NEOLIBERAL NA RESISTÊNCIA PALESTINA: TURISMO, ALTA TECNOLOGIA E O ATIVISMO EMPREENDEDOR NATIVO

Como notamos no capítulo 6, muitos palestinos, por diferentes razões, têm se engajado com as políticas israelenses de integração e desenvolvimento em Jerusalém Oriental com a intenção de responder às necessidades materiais e subjetivas por mais qualidade de vida e certa dignidade diante de décadas de de-desenvolvimento, despossessão, desumanização e humilhação impostas pelo racismo colonial israelense. Essa movimentação não é uma novidade para os jerusalemitas palestinos, mas característica das contradições inerentes da sua localização social e espacial num território disputado pelo regime de Israel e pelas instituições sociais e políticas palestinas. Enquanto muitos jerusalemitas sempre preferiram manter pragmaticamente um canal aberto com os israelenses e há, inclusive, aqueles que preferem se juntar à sociedade israelense, outros historicamente tem rejeitado relações com o regime colono e reivindicam preferir se manter conectados à sociedade palestina da Cisjordânia e a AP (COHEN, 2011; SALEM, 2018b)). Muitos classificam essa divergência como uma escolha entre perseguir maior qualidade de vida ou se manter fiel à luta nacional pela libertação da Palestina. Isto é, haveria uma incompatibilidade entre buscar melhores condições materiais de vida, que na maioria das ocasiões envolveria um maior envolvimento com os israelenses e que correria o risco de ser interpretado como uma normalização das relações coloniais, e a perseverança da luta pela libertação nacional que compreenderia uma conduta ética baseada no *sumud*⁵⁰ e na rejeição antinormalizadora ao regime colono com sacrifícios materiais necessários que poderiam aumentar o grau de sofrimento. Assim me descreveu Sahr Baidoun (2019), uma militante de Silwan, este impasse cotidiano: “cada passo que damos, nós precisamos calcular”.

Embora o racismo colonial impregne, como colocou Fanon (FANON, 1968), as casas e mentes dos colonizados na produção de um duplo sofrimento material e subjetivo que faz a luta pela emancipação uma que não se restringe à materialidade econômica e institucional, mas também à subjetividade do reconhecimento, da humanização e da dignidade dos sujeitos colonizados, as contradições da situação colonial israelense supostamente obrigariam os palestinos jerusalemitas a optar apenas pelo confronto de uma das opressões. Na prática, entretanto, não existe uma diferenciação ética absoluta entre qualidade de vida e luta nacional, mas diversas formas de equilíbrio entre as duas variáveis que os palestinos jerusalemitas

⁵⁰ *Sumud* é um termo em árabe que se traduz em inglês para *steadfastness* e em português para firmeza. *Sumud* expressa a prática e a mentalidade de resistência do povo palestino em continuar a viver na sua terra e lutar pela libertação nacional apesar do sofrimento de séculos de dominação colonial estrangeira, não apenas dos israelenses, mas também dos britânicos, otomanos e demais poderes imperiais e imperialistas.

constroem cotidianamente a partir de suas escolhas na relação com o regime colono. Os jerusalemitas tem a necessidade de contato diário com civis israelenses judeus e com as autoridades civis colonas para questões muito básicas, como a construção de uma residência e a emissão de um passaporte (SALEM, 2018b)⁵¹. No entanto, como foi possível inicialmente notar no capítulo 6, o entendimento das linhas que circunscrevem o que é normalização aos jerusalemitas é relativamente flexível, mas existem “linhas vermelhas”, como a educação básica, entendida como uma forma de desconstruir a identidade palestina das novas gerações.

Essa situação é agravada pela ausência de lideranças públicas com legitimidade e grande alcance resultante das políticas de de-desenvolvimento e de repressão às representações políticas formais e informais dos palestinos. Logo, há uma limitação da capacidade de lideranças com legitimidade que são obrigadas a operar na clandestinidade pela perseguição do regime colono israelense. Além disso, há uma desilusão geral da população palestina, em particular entre as gerações mais novas, com a política institucional e os partidos políticos tradicionais com os resultados das negociações diplomáticas no cotidiano prático e no horizonte de libertação nacional. Consequentemente, as respostas palestinas se tornaram cada vez mais espontâneas, espalhadas e localizadas pela despossessão colonial-neoliberal (SALEM, 2018b). Muitas vezes, estas respostas são movidas pelo desespero, como nos ataques individuais de jovens palestinos contra policiais ou militares israelenses com facas ou veículos, isto é, com o que tinham à disposição e sem ser parte de uma estratégia maior na Intifada de Jerusalém. É possível enxergar a racionalidade neoliberal do “faça você mesmo” por trás dos ataques solitários e descoordenados de jovens desamparados sem um horizonte político emancipador.

Nesse campo minado que é a vida política de um palestino em Jerusalém Oriental, o neoliberalismo e o mercado estariam sendo formas disponibilizadas e incentivadas aos palestinos que seriam retratadas como formas de perseguir simultaneamente o bem-estar

⁵¹ Segundo Salem (2018), a adaptação às condições objetivas da ordem hegemônica, humilhante para muitos palestinos, assume quatro diferentes formas. A adaptação forçada acontece em locais de trabalho, sistemas de saúde e sindicatos, como na Histradut, em que os palestinos são obrigados a se filiar para não perder o emprego. A adaptação voluntária incorre o envolvimento direto em instituições israelenses, como universidades e instituições estatais, e a participação em eleições municipais. Há ainda a forma de adaptação que busca evitar o lado negativo das políticas de eliminação, como registrar uma ONG de acordo com as leis israelenses para poder continuar a trabalhar na cidade e pagar as multas por ter construído uma casa ilegalmente para evitar a sua demolição. Por fim, Salem classifica a “adaptação pela rejeição” como uma que pode ocorrer tanto pela rejeição ostensiva ao regime colono, tal qual nos confrontos da Intifada de Jerusalém, como por uma rejeição silenciosa, a exemplo da construção de casas sem permissão para continuar a viver “ilegalmente” na sua cidade natal de acordo com as leis israelenses ou manter o endereço oficial em Jerusalém Oriental embora viva em outro local para evitar o confisco de sua identidade.

material e a dignidade subjetiva sem sacrificar a ética nacional e tampouco normalizar as relações com os israelenses. Exemplos importantes que serão mais discutidos abaixo são o Jest e o Al-Nayzak, ONGs voltadas para a capacitação high tech de jovens jerusalemitas com o duplo propósito de resistir à despossessão colonial e integrar-se ao mercado global. Apesar das críticas abertas de muitas lideranças palestinas de Jerusalém e da AP em relação ao plano de israelização neoliberal de Jerusalém Oriental, milhares de palestinos têm se engajado com essas iniciativas ao longo da última década sem ter a sua conduta alvo de reprimendas públicas e boicote coordenado. Algumas áreas do projeto colono, como incentivos ao empreendedorismo, ao emprego e ao acesso ao ensino superior, são entendidas como relativamente despolitizadas que podem trazer maior bem-estar socioeconômico sem impactar de forma direta e definitiva no comprometimento com a libertação nacional da Palestina. Consequentemente, os vocabulários e as práticas do neoliberalismo progressista estariam se tornando um motor para diferentes formas de (r)existência palestina, seja aquelas que almejam a libertação nacional, buscam reformar o regime colono por dentro ou não assumem uma agenda política específica.

Diante dessas contradições cotidianas que cerca a (r)existência palestina em Jerusalém Oriental, este capítulo aborda o impacto do neoliberalismo sobre as formas de (r)existir na cidade sob o processo de israelização neoliberal. Nós debatemos como o processo de pacificação por meio do neoliberalismo opera simultaneamente desde baixo e desde cima entre os palestinos, forjando diversos desafios para a resistência e a luta por sobrevivência. Entre a utilização da economia como forma de resistência e da formação de uma economia de resistência, nós analisamos como modos alternativos de economia palestina têm sido cooptadas pelo neoliberalismo e, última instância, pelo colonialismo. Nós utilizaremos como paradigma as contribuições de diversos autores palestinos a respeito da formação de uma Economia de Resistência que almeja desenvolver práticas que fujam das limitações do desenvolvimento neoliberal e constituam uma cooperação de base entre os palestinos que sustente materialmente um movimento radical de libertação nacional que signifique uma emancipação verdadeira do povo contra a dependência colonial (ARAFEH, 2018; DANA, 2014b; EL ZEIN, 2017). A nossa intenção não é fazer uma avaliação de todo o movimento de resistência palestino em Jerusalém, mas investigar as iniciativas que se valem da forma empresarial neoliberal⁵². Nós almejamos

⁵² Apesar do capítulo se concentrar nas críticas e limitações das práticas de luta e resistência palestinas que tem no neoliberalismo um aliado tático e um racional fundamentador, a intenção não é apontar eventuais erros táticos ou estratégicos do movimento palestino. Eu busco ter consciência da minha posicionalidade nessa questão: não sou aquele que estou sendo diretamente oprimido pelo regime colonial israelense e o imperialismo neoliberal naquele território, tampouco vivo os desafios que os jerusalemitas e palestinas enfrentam cotidianamente. Movimentos amplos de luta, como os nacionais anticoloniais, são compostos por um amplo espectro de grupos

analisar as condições objetivas e subjetivas que fazem do desenvolvimento neoliberal um limitador das capacidades de resistências e dos imaginários utópicos de libertação dos palestinos, confinando-os à racionalidade de um anticolonialismo neoliberal *market-friendly*.

Nós argumentamos que o empreendedorismo pode servir enquanto uma armadilha neoliberal que leva palestinos de todas as classes sociais — trabalhadora, média, pequena burguesia e grande burguesia — ao falseamento da precarização do trabalho e de formas ativas de resistência, entre outras, nas figuras do empreendedor de si mesmo, do empresário de consciência social e dos empreendedores sociais profissionalizados das ONGs. Os protagonistas desse processo seriam atores que denominamos empreendedores-ativistas: palestinos jerusalemitas, normalmente bem instruídos em instituições locais ou estrangeiras, que utilizam o empreendedorismo como uma forma de ativismo que opera por meio do mercado, entendido como um espaço supostamente neutro e despolitizado no qual o racismo colonial não operaria, ao menos não com a mesma intensidade ou com as pretensões exclusivas de despossessão dos palestinos. O objetivo destes atores é aplacar e, possivelmente, superar os severos sofrimentos materiais e subjetivos aos quais a população palestina de Jerusalém Oriental vem sendo submetida. Além das ONGs palestinas mencionadas acima, abordamos novamente o trabalho das ONGs israelenses Mati e do Riyan, da Associação Comunitária de Wadi Hilweh, de urbanistas palestinos com atuações em projetos na cidade e de atores da indústria do turismo palestino, como o Alternative Tourism Group.

Nós analisamos aqui uma série de consequências da penetração da razão neoliberal sobre o movimento de resistência jerusalemita: i) fragmentação dos atores palestinos envolvidos na construção de formas de (r)existência por meio do neoliberalismo entre aqueles que desejam mudar o sistema por dentro e aqueles que almejam construir uma alternativa palestina independente; ii) um processo de inclusão predatória, endividamento e proletarização da população feminina palestina por meio do empreendedorismo; iii) uma mímica das formas de desenvolvimento colonas através do empreendedorismo tecnológico; e iv) a mercantilização da palestinidadade na tentativa de formação de uma economia de resistência contra o avanço da judaização e da israelização. Logo, nós buscamos demonstrar como algumas formas de (r)existir em Jerusalém Oriental, diante da falta de alternativas ao alcance imediato num cotidiano de extremo isolamento, desumanização e repressão militar, auxiliam na construção

que possuem visões e estratégias muitas vezes concorrentes, conflitantes ou complementares. Contudo, entendo que um olhar de fora possa trazer uma compreensão a respeito das contradições as quais os sujeitos palestinos poderiam ter se absorto em meio à violência do cotidiano colonial.

de uma hegemonia neoliberal na cidade que, ao cabo, facilita a pacificação da população como um todo e impede a realização de uma emancipação descolonizadora real.

A resistência palestina é historicamente composta por heroísmos cotidianos, expresso na ideia de *sumud*, e tragédias paradigmáticas, como a *Nakba*. Nós entendemos que o neoliberalismo e a economia seriam as únicas formas de quebrar a resistência política palestina à colonização israelense e permitir a sua pacificação, pois o desamparo do de-desenvolvimento pode ocasionalmente vir a ser tão insuportável que permitiria mais facilmente as armadilhas coloniais funcionarem. No entanto, como Gramsci coloca (apud HALL, 1988), “a política depende das relações de força de um momento particular. A história não está esperando nas asas para alcançar os seus erros em mais um sucesso inevitável. Você perde porque você perde porque você perde”. Como nota Salem (2018), as diferentes respostas palestinas a esta inclusão sem integração têm sido crescentemente caracterizadas pela desunião, descontinuação, fragmentação no nível público e atomização na escala individual. Ao cabo, estas respostas seriam incapazes de parar ou alterar o curso do projeto colonial na cidade: “são respostas que almejam manter a sobrevivência dentro do quadro de sofrimento severo, nada mais e nada menos.” (SALEM, 2018, p. 37). A incapacidade de enfrentar e superar o colonialismo não significa um desconhecimento dos palestinos a respeito da natureza racista da dominação israelense ou até mesmo de objetivos subjacentes às políticas de desenvolvimento neoliberal. Fanon (1968) observa que o reconhecimento do racismo pode mudar o “modo de vida” dos sujeitos colonizados, mas não a vida dele em si, pois a estrutura de dominação pode se reproduzir e assumir novas faces em que a posição do sujeito de colonizado assume nova posição relativa, mas ainda subalterna. Isso ocorre com os palestinos ativistas-empresendedores que se utilizam das ferramentas de mercado para avançar o anticolonialismo neoliberal alienado das correlações de forças na economia política global.

Como observa a estadunidense Audre Lorde:

as ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa-grande. Elas podem possibilitar que os vençamos em seu próprio jogo durante certo tempo, mas nunca permitirão que provoquemos uma mudança autêntica. (LORDE, 2019, p. 126)

7.1 A fragmentação do anticolonialismo neoliberal e a economia de resistência

Em Jerusalém Oriental, a construção da hegemonia neoliberal sobre as formas de resistência ocorre em sentidos verticais e horizontais. Desde cima, a neoliberalização ocorre pela imposição das “boas práticas” recomendadas pelas instituições internacionais, como a

OCDE e o BM, tanto à AP como ao Estado de Israel. Como estes processos de neoliberalização são extremamente elusivos, eles dão a impressão de ocorrerem também desde baixo por meio de ONGs, movimentos sociais de base e demais organizações da sociedade civil transnacional. Em um primeiro momento, estes atores podem não parecer conectadas aos circuitos superiores, mas normalmente são vinculados a projetos neoliberais maiores. Além disso, a neoliberalização em Jerusalém Oriental também é formada pelo choque entre a israelização neoliberal no “front” ocidental e do fayadismo palestino no “front” oriental. Dessa forma, o neoliberalismo progressista produz uma complexidade social a partir da mistura de posições políticas divergentes, mas estruturadas pela mesma razão neoliberal que permite absorver até mesmo os sentimentos anticoloniais dos palestinos caso expressos por meio da forma empresarial, acomodando a rejeição nativa à hegemonia colonial. Consequentemente, se constituiriam fragmentações não apenas entre aqueles que adotam o neoliberalismo e entre aqueles que rejeitam essa tática, mas também entre diferentes blocos de empreendedores-ativistas.

De um lado, estariam aqueles empreendedores-ativistas que integram o que chamamos de *agenda local*. Estes desejam criar uma fenda interna no sistema colono pela utilização das oportunidades oferecidas pela israelização neoliberal para reformar a ordem hegemônica. O seu objetivo é permitir a ascensão das camadas nativas oprimidas e formar um multiculturalismo (neo)liberal em Jerusalém sem atacar diretamente os privilégios colonos. A sua estratégia envolve combinar os interesses nativos aos objetivos de uma parcela da sociedade israelense mais tolerante e aberta para avançar reformas urbanas despolitizadas numa lógica de ganha-ganha. De outro lado, estariam aqueles que, cientes da impossibilidade de reforma e integração real dos palestinos à ordem sionista, buscam criar um caminho por fora do sistema israelense e na direção da integração ao mercado internacional por meio dos canais abertos pelos Acordos de Oslo aos burocratas da AP e à burguesia palestina nacionalista da Cisjordânia. Os integrantes do que chamamos de *agenda nacional* tem o objetivo de gerar, por meio de uma vinculação à estratégia neoliberal fayadista, um desenvolvimento socioeconômico que auxilie na disputa dos corações e mentes da população jerusalemita, em particular da juventude, contra as seduções da israelização neoliberal. Dessa forma, almejam edificar as bases de um futuro do Estado da Palestina independente com Jerusalém como a sua capital.

As divergências entre as agendas fazem os atores destes blocos atuarem de forma separada e até se enxergarem como concorrentes, embora as sobreposições entre os grupos sejam inevitáveis uma vez que é impossível a segmentação de duas economias palestinas

separadas na cidade. No entanto, nós argumentamos que a qualidade destas iniciativas empoderadas pelo neoliberalismo de responder às demandas materiais imediatas dos palestinos, possibilitar a continuidade sua existência na cidade e trazer certa dignidade não as impediriam de cair nas armadilhas coloniais. Nós entendemos que as fraudes inerentes ao neoliberalismo progressista possibilitam manter vivas duas artimanhas coloniais que, ao cabo, impediriam a emancipação palestina. Por um lado, a farsa da israelização e da possibilidade de integração ao sistema israelense, que apesar da desconfiança e hostilidade histórica dos jerusalemitas, é renovada pelos orçamentos estatais, o crescimento da presença de ações institucionais e a participação de colonos liberais bem-intencionados. Por outro lado, está a fraude da solução de dois estados, em que Jerusalém Oriental deveria ser cedida pelos israelenses para a formação de um Estado da Palestina independente conforme determina o direito internacional e o consenso entre as nações. Entretanto, tem se mostrado uma possibilidade cada vez mais irrealista, particularmente após o “Acordo do Século”, apesar do esforço diplomático e financeiro de diversas nações, particularmente as europeias, e de elites palestinas em manter este paradigma vivo. Em ambos os “fronts”, o empreendedorismo neoliberal é apresentado pela face humana do regime colono ou pela face humana do imperialismo brando como uma alternativa de luta pacífica e racional capaz de gerar transformações e acesso a direitos civis, no caso da agenda local, ou a direitos humanos, no caso da agenda nacional.

Isto é, do ponto de vista alguns atores, o capitalismo neoliberal e o colonialismo racial seriam fenômenos econômicos e políticos distintos que, apesar de poder concordar com o colonialismo, também poderiam ser antagonizados caso instrumentalizados pelos atores palestinos no mercado da forma correta, passando a representar os interesses dos oprimidos ao invés dos opressores. A partir desse entendimento, o empreendedorismo seria uma atividade técnica despolitizada revolvedora de problemas e promotora da mudança social que ajudaria os sujeitos palestinos responder as suas demandas objetivas e subjetivas. No entanto, nós argumentamos que a combinação do colonialismo suave da israelização neoliberal com o imperialismo brando das instituições internacionais permite às classes dominantes construir uma armadilha que forja, apesar das divergências programáticas dos jerusalemitas, um consenso voluntário à hegemonia neoliberal no qual o empreendedorismo é um aliado tático e a única forma de luta racionalmente possível. O empreendedorismo não é entendido pelos atores apenas como uma forma de acessar e distribuir ganhos materiais aos palestinos, mas também um meio de perseguir e conquistar por si próprio, de forma ética e racional pelo seu desempenho no mercado, a ascensão social que traria a dignidade ambicionada e desconstruiria

as imagens racistas e orientalistas que os confinam a um lugar ontológico de atraso, animalização, ódio e violência pela sua identidade étnica e religiosa. Dessa forma, os militantes revolucionários palestinos seriam transformados em empreendedores neoliberais e ativistas de direitos humanos capacitados em dialogar de forma racional, orientados por benefícios materiais mútuos e defensores das instituições liberais.

Movimentos de resistência contra opressões coloniais, raciais, de gênero, sexualidade e classe sempre foram divididos entre diferentes grupos que defendiam formas distintas de avançar as suas lutas e tinham utopias de libertação e emancipação distintas. Pearlmann (2011), por exemplo, compara as resistências anticoloniais palestinas, sul-africanas e irlandesas como forma de compreender a opção destes movimentos nacionais por táticas violentas e não violentas de mobilização. A divisão entre reformismo e revolução como estratégia de superação do capitalismo está no centro da crítica de Rosa Luxemburgo ao movimento socialista do início do século XX. As limitações dos anticolonialismos nacionalistas em alcançar a emancipação e as suas fragmentações internas diante do capitalismo global foram os principais motivadores para as reflexões de autores como Fanon, Nkrumah e Cabral (YOUNG, 2016).

Diversos autores palestinos têm utilizado o paradigma da teoria do colonialismo por povoamento para enquadrar a crítica à concepção apolítica de desenvolvimento como um processo técnico que poderiam melhorar as condições socioeconômicas da população nativa sem desafiar o *status quo* (HADDAD, 2016; HANIEH, 2013; SAMOUR, 2016). O movimento nacional palestino teria se restringido à tarefa sempre inconclusa — por causa das restrições coloniais — de construção de um ambiente cada vez mais favorável ao mercado para promover o desenvolvimento neoliberal conduzido pela iniciativa privada, a boa cooperação econômica com os israelenses e o empoderamento socioeconômico de indivíduos (KHALIDI; SAMOUR, 2011). Como consequência da neoliberalização do anticolonialismo palestino, diferentes pesquisadores vêm demonstrando como a população palestina está cada vez mais individualista e orientada por valores de meritocracia, consumo, empreendedorismo e concorrência para realização de suas ambições individuais e nacionalistas (SAMOUR, 2016; TARAKI, 2008a). Como parte desse processo, o movimento palestino também passou a ser protagonizado por ONGs financiadas externamente enquanto atores engajados no desenvolvimento socioeconômico e na promoção da estratégia israelense da “paz econômica” com Israel (DANA, 2019; HADDAD, 2016). Se por um lado a classe média e as elites cooptadas pela agenda neoliberal se tornam dependentes da estabilidade da ordem colonial pós-Oslo, por outro

a classe trabalhadora estaria mais vulnerável e fragmentada pela fragilização dos sindicatos e das privatizações resultantes das reformas estruturais (HILAL, 2015; ROSS, 2019). O resultado seria a ruptura de laços de solidariedade e mobilização coletiva.

Alguns palestinos críticos do regime pós-Oslo nos TPO classificam a atuação da AP como uma “ocupação invisível” que ao obedecer os paradigmas fayadistas de desenvolvimento neoliberal e empoderamento por meio do empreendedorismo acabaram por domesticar o movimento nacional palestino e pôr fim à imaginação anticolonial palestina para além de noções neoliberais de economia e política (HANIEH, 2016; SEIDEL, 2019). Existe um importante debate na literatura se as elites política e econômica foram longe demais na sua adoção da agenda neoliberal e teriam se transformado em uma força contrainsurgente. As iniciativas de cooperação econômica nas zonas industriais mistas entre as burguesias palestinas e israelenses, a relação clientelista entre a AP e burguesia palestina, os investimentos de capitalistas palestinos em assentamentos sionistas e a cooperação com empresários israelenses para a formação de uma indústria de alta tecnologia em Ramallah seriam exemplos que teriam ultrapassado a linha do tolerável e promovido a normalização econômica com os colonizadores (DANA, 2014a; HADDAD, 2016; HANIEH, 2013). No entanto, existem aqueles que discordam dessa análise e defendem ainda um papel importante da burguesia palestina na luta por libertação nacional (KHALIDI, 2018)⁵³. O *establishment* da Cisjordânia ainda compreende todas as iniciativas de desenvolvimento neoliberal como forma de resistência que possibilita a existência palestina na sua terra natal ao prover empregos e também formas de construir resiliência econômica na direção da libertação nacional (idem). O desenvolvimento neoliberal seria a única alternativa pragmática à disposição e inseparável dos projetos de resistência.

Nós concordamos com aqueles que veem o enclausuramento da luta palestina por libertação aos paradigmas do Estado-nação e do desenvolvimento neoliberal como constituintes de um essencialismo nas ações econômicas que teria feito o econômico se desconectar do político na orientação da práxis anticolonial, permitindo o seu sequestro pela contrarrevolução neoliberal. Não seria toda iniciativa econômica que busca ter um objetivo e impacto político que se constituiria como forma de resistência anticolonial para a emancipação real dos palestinos. Diante dessa hegemonia neoliberal no imaginário político, tem crescido o debate a respeito da construção de uma Economia de Resistência que signifique a construção

⁵³ A burguesia nativa palestina historicamente se comprometeu e apoiou economicamente a causa de libertação nacional muitas vezes acima dos seus interesses de classe. Ver capítulo 2.

de um projeto direcionado, como coloca Haddad (2015, p. 57) , “às necessidades do povo palestino de forma a satisfazer as suas necessidades de autodeterminação, liberdade e retorno”. Estes autores retomam as discussões existentes entre intelectuais palestinos dos TPO antes de Oslo, com referência histórica às práticas da primeira Intifada, quando os palestinos se envolveram em diversas iniciativas econômicas colaborativas de base com o objetivo de rejeitar a ocupação e diminuir a dependência econômica aos israelenses (ARAFEH, 2018).

A intenção dos autores envolvidos na elaboração de uma nova Economia de Resistência após Oslo é retomar a ideia de formação de um *sumud* ativo⁵⁴ capaz de desenvolver um projeto de desenvolvimento econômico que signifique a construção de bases materiais que sustentem o movimento nacional palestino na direção da emancipação política (ARAFEH, 2018). Isto é, estes intelectuais buscam alterar a subordinação da política institucional da AP à economia neoliberal. Na visão dessa literatura, uma Economia de Resistência envolve a subordinação da economia à política para forjar uma nova sociabilidade de solidariedade e cooperação a partir de movimento de base que possibilitem a construção de um novo imaginário anticolonial não restrito às amarras do nacionalismo territorial e estatal e tampouco ao receituário neoliberal de desenvolvimento (idem). Através de toda a Palestina, dos cidadãos palestinos de Israel aos não cidadãos palestinos da Cisjordânia, tem surgido pequenas iniciativas de base que desafiam os paradigmas do Estado e do neoliberalismo para a construção de uma Economia de Resistência baseada em direitos essenciais básicos. A partir de outras experiências internacionais, a literatura também identifica setores como turismo, bancos comunitários, agricultura, projetos de preservação do patrimônio histórico e energia renovável como outras atividades que poderiam contribuir para uma economia de resistência palestina (idem).

Um importante exemplo são as cooperativas agrícolas voltadas para a soberania alimentar palestina, uma autossuficiência sustentável que permita a reprodução social nativa e a proteção da terra e da população indígenas contra o avanço colonial dos israelense (EL ZEIN, 2017) A agricultura é entendida como a principal arena da Economia da Resistência pois, além

⁵⁴ Nos anos 1980, diferentes intelectuais palestinos passaram a discutir modelos de transformar as práticas de resistência da população nativa ligadas a ideia de *sumud* em práticas mais ativas. A estratégia de *sumud* dos anos 1970 de firmeza contra a expulsão passou a ser entendida como estática e reacionária. Em contraposição, passaram a defender práticas econômicas cooperativas que possibilitassem a diminuição da dependência aos mercados de trabalho e consumo colonos. Este seria um primeiro passo para um desenvolvimento econômico que significasse a construção de autossuficiência nativa para a construção de bases para um futuro Estado da Palestino dentro das fronteiras de 1967. A Primeira Intifada teria sido quando a cooperação econômica teria sido colocada em prática de forma mais eficiente para a emancipação política (ARAFEH, 2018).

de permitir a constituição de uma alternativa nativa aos produtos colonos que inundam os mercados palestinos, também possibilita o fortalecimento de um mercado autossuficiente e independente para os produtores e trabalhadores nativos que formam a “última fronteira” da sociedade indígena contra a colonização (SANSOUR; TARTIR; 2014, 2014). Seidel (2019) aponta, entretanto, para os perigos de as práticas e vocabulários da Economia de Resistência serem capturados pelo neoliberalismo progressista, como no caso do capitalismo sustentável e do desenvolvimento sustentável se apropriar das práticas de resistência agrícolas.

O caso de Rawabi, uma nova cidade palestina erguida nas cercanias de Ramallah que pretende ser exemplo para a Palestina livre e neoliberal do futuro e também lar para empresas *high tech* e as novas classes globalizadas palestinas, é ilustrativo das armadilhas do neoliberalismo por meio do empreendedorismo tecnológico e urbano. A partir do exame de Rawabi, Roy (2016) denomina este modelo de resistência anticolonial neoliberal como um de “pós-sumud”, ou seja, que repousa sobre a pretensão de reproduzir a tradicional firmeza nativa, mas que transforma a resistência em uma oportunidade de negócios conveniente também ao poder colonial. Ao materializar a hegemonia do neoliberalismo progressista na Cisjordânia, a cidade almeja contribuir para o esforço político de “eliminar radicais em ambos os lados”, conforme diz a propaganda de inauguração da cidade palestina em 2015 (GRANDINETTI, 2015). A cidade é o primeiro centro urbano planejado da história da palestina e foi erguida a partir de financiamento do Qatar captado em conferência internacional para investidores ocorrida em Belém, em 2008, como parte da campanha “Palestina aberta para negócios” da AP (GRANDINETTI, 2015; KHALIDI; SAMOUR, 2011). O empreendimento contou com o apoio de setores da sociedade israelense, como ex-premiê Shimon Peres, que viam em Rawabi uma forma de avançar a agenda da “paz econômica” e gerar lucros para as burguesias colonas e nativas, mas mesmo assim sofreu com dificuldades legais e atrasos por causa das limitações impostas pela ocupação israelense, como a ausência de conexão com a rede de água e esgoto controlada pela burocracia colonial (idem). Isto é, nem mesmo as elites palestinas mais poderosas tem vida fácil com a colonização israelense.

O idealizador do projeto é o palestino Bashar al-Masri, um empresário com investimentos em diversos setores e integrante de uma das famílias mais tradicionais de Hebron e da Palestina⁵⁵, que vê Rawabi como uma “conquista nacional” que avança a causa palestina

⁵⁵ O patriarca, Munib al-Masri, é um empresário no ramo de engenharia com negócio por todo o Oriente Médio e fundador da PADICO, empresa que surgiu a partir dos investimentos de Oslo. Munib faz parte de um grupo de empresários que tem tentado, em conjunto da AP, manter influência e apoio político e econômico em Jerusalém

por novos meios mais modernos e adequados à ordem global (ROSS, 2019, p. 225). A construção de Rawabi deseja ser identificada ao mesmo tempo como uma forma de resistência e *sumud* que permita aos palestinos continuar vivendo em sua terra com dignidade ao prover condições materiais para a atividade empresarial, o emprego de milhares de palestinos e demais oportunidade de consumir uma maior qualidade de vida sob ocupação. Dessa forma, almeja ser uma tentativa de alterar a imagem da Palestina de um local de conflito e atraso para um de modernidade e negócios (GRANDINETTI, 2015). Enquanto um condomínio fechado e vigiado por câmeras e empresas de segurança privadas, a cidade é lar não apenas de residências para famílias de classe média e a elite palestina, mas também de um distrito financeiro, comercial e empresarial, o Rawabi Tech Hub, que abriga bancos, centro comercial de luxo, hotéis, anfiteatro e corporações do ramo de alta tecnologia palestinas que cooperam diretamente com empresas em Gaza, em Israel e no exterior. Faz parte ainda do projeto tecnológico um centro treinamento, uma instituição filantrópica e uma aceleradora voltados para a capacitação empreendedora, o fortalecimento comunitário, a formação de novas lideranças, da diversidade social e o sucesso de startups palestinas (RAWABI, 2020). Ao buscar ser o epicentro do ecossistema tecnológico palestino, Rawabi também se tornou o *locus* para a cooperação entre capital israelense e palestino no desenvolvimento da indústria de alta tecnologia na Cisjordânia — diversas corporações israelenses tem escritórios na cidade para terceirização de serviços (RUBIN, 2018).

Roy (2016) enxerga ainda em Rawabi o neoliberalismo operando em favor do colonialismo israelense na re-imaginação da terra a partir do urbanismo neoliberal como um espelhamento dos movimentos da colonização por povoamento israelense. As conexões entre o empreendimento urbano de Rawabi e o urbanismo colonial israelense são muitas. Rawabi recebeu mais de 3 mil pinheiros do Fundo Nacional Judaico e Masri se consultou com arquitetos e urbanistas israelenses no processo de desenvolvimento da cidade, inclusive Moshed Safdie, o arquiteto responsável pela construção de Modi'in, um assentamento da Grande Jerusalém (ROSS, 2019; ROY, 2016). Muitos palestinos zombam da arquitetura e da localização topográfica da cidade ao chamar Rawabi de “assentamento palestino”, pois além de emular o estilo arquitetônico dos assentamentos judeus com a característica “pedra de Jerusalém”, Rawabi também está localizada no topo de um morro assim como as colônias judaicas na Cisjordânia (idem). Ademais, ao acomodar palestinos de classe média de outros locais do país

Oriental, tendo inclusive sido preso pelos israelenses durante uma reunião secreta ocorrida na cidade em 2018. Ver: TOI Staff. Israel shuts PA-backed conference in East Jerusalem, top businessman arrested, 2018. Disponível em: < <https://www.timesofisrael.com/israel-shuts-pa-backed-conference-in-east-jerusalem-top-businessman-arrested/> >. Acesso em: 6 novembro 2020.

onde não são mais bem-vindos pelo colonialismo israelense, como Jerusalém Oriental, “empreendimentos como Rawabi, inadvertidamente, ajudam a acelerar a judaização de partes de Israel/Palestina que ainda não teriam sucumbido a esse destino” (ROSS, 2019, p. 386–6).

Roy argumenta ainda que o urbanismo empreendedor e a cena *high tech* de Rawabi representam um processo de aprendizado pela intimidade e conhecimento profundo do sionismo e dos colonos pelos palestinos que faz dos colonizados se utilizarem das ferramentas dos colonizadores para resistir à colonização, forjando o “pós-sumud”. Os bares e cafés de Ramallah, os edifícios de Rawabi, a cena empreendedora e tecnológica, a nova classe média de profissionais do setor público, privado e do Terceiro Setor, e a nova burguesia empresarial seriam expressões da reprodução neoliberal da sociedade palestina que exaltam uma nova forma de resistir à colonização israelense, de se identificar com a terra natal e de se relacionar com o poder colonial que é conveniente às classes dominantes e ao capital global. No entanto, este tipo de prática limita outras formas de construir uma economia de resistência que sustente um movimento de emancipação descolonizador (GRANDINETTI, 2015). Ao enxergar no mercado neoliberal um aliado, mesmo que apenas tático e pragmático, ao seu objetivo de construção de um Estado nacional nos TPO, os empreendedores neoliberais como Masri acabam por dar mais um giro em falso no parafuso no anticolonialismo neoliberal com o objetivo de transformar o *sumud* em uma prática ativa. Nós entendemos que a adoção da razão neoliberal como orientadora da práxis anticolonial palestina seria fetichista pois atribui capacidades ilusórias ao empreendedorismo que faz os envolvidos caírem em uma armadilha colonial. Numa leitura fanoniana, este processo poderia ser lido como a representação das patologias que levam o nativo à mímica fantasmagórica do colono numa tentativa de fuga dessa imagem de desvalorização a qual os colonizados são submetidos pelo racismo. De forma complementar, argumentamos que essa mímica neoliberal ocorre justamente pelo colonialismo e o neoliberalismo serem diferentes expressões da modernidade liberal capitalista que informam projetos políticos que partilham de um mesmo *ethos* (LLOYD; WOLFE, 2016). Logo, o fazer neoliberal significaria caminhar numa mesma lógica estruturante do fazer colonial.

7.2 O urbanismo empreendedor, o direto à moradia e os planejadores palestinos

A forma como a ilusão da separação entre economia e política, entre colonialismo e neoliberalismo opera em Jerusalém pode ser notada na questão da terra, da propriedade privada e da moradia palestinas na cidade. Como notamos no capítulo 4, a moradia e a questão da terra são tópicos centrais para o colonialismo por povoamento de forma geral e o israelense em

particular, no qual o controle da terra assegura expansão do espaço social da judaização por meio da instrumentalização do planejamento urbano. Dialeticamente, a moradia e a manutenção da ocupação da terra se tornam aspectos centrais da (r)existência palestina. Em Jerusalém, a falta de moradia para a população nativa é produzida artificialmente como forma de expulsar direta e indiretamente a população nativa com o objetivo de influenciar na composição demográfica e na ocupação do espaço na cidade que os colonos almejam tornar cada vez mais judaica e sionista. No entanto, o controle sobre o uso da terra aqui não tem uma dimensão exclusivamente étnica-racial, mas também econômica. Os israelenses têm historicamente negado à população nativa proprietária de terras em Jerusalém Oriental o gozo dos seus direitos de propriedade pois os seus títulos de posse não são registrados formalmente nas instituições colonas. Logo, a limitação ao uso da propriedade afeta a presença demográfica e espacial dos indígenas na cidade, mas também a sua capacidade econômica de prosperar pela utilização da terra como um ativo no mercado para trocas comerciais e obtenção de crédito bancário.

O suposto paradoxo entre os objetivos econômicos e políticos se revelaria em dois aspectos. Em primeiro lugar, a ausência de registro de terras tem ironicamente permitido aos palestinos proprietários de terra continuarem a viver em sua terra natal apesar das pressões israelenses. Como notamos, a colonização israelense é bastante preocupada com a legalidade do processo de expulsão nativa e assentamento colono ocorrer dentro da legalidade do planejamento urbano. A falta de acesso aos títulos de propriedade nativos impede aos colonos de encontrar meandros na lei que permitam a despossessão legal⁵⁶. Isso ocorre pois, embora o mapeamento, o cercamento e registro de propriedade da terra nativa tenha sido um expediente colonial bastante utilizado na história, na Palestina não foram os colonizadores europeus os responsáveis pela regulamentação do mercado de terras, mas o Império Otomano (BHANDAR, 2018). A criação da propriedade privada da terra ocorreu no declínio do Império Otomano por pressão ocidental e possibilitou ao movimento sionista adquirir no mercado as terras onde foram erguidos os primeiros assentamentos judeus na Palestina. Por outro lado, a reforma fundiária concedeu à parcela da população nativa, incluindo a região de Jerusalém, títulos de propriedade de acordo com os padrões ocidentais e, portanto, legíveis pelos colonizadores. No entanto, nenhum dos ocupantes coloniais daquele território, primeiro os britânicos e depois os

⁵⁶ Uma alternativa utilizada por movimentos de colonos tem sido oferecer preços muito acima ao valor de mercado por propriedades palestinas na fronteira colonial da Cidade Velha, Silwan ou Sheikh Jarrah. Outra tática utilizada pelos colonos é a aquisição de grandes propriedades nas periferias da cidade, como Sur Baher e Beit Hanina, e oferecer em troca por pequenas propriedades na Cidade Velha. Muitas vezes, essas trocas são intermediadas por palestinos colaboradores.

israelenses, realizaram um novo mapeamento e registro das propriedades em Jerusalém pela sua sensibilidade política (idem). A violação dos títulos de propriedade privada seria um ato ostensivamente iliberal, já à limitação ao seu registro nem tanto.

Este ponto leva ao segundo aspecto da aparência de paradoxo colonialismo e capitalismo. Estudos demonstram que a economia de Jerusalém como um todo tem um prejuízo anual de ao menos 2 bilhões de shekels pela ausência de registro formal da propriedade nativa (NESHER, 2018). Logo, o registro dos títulos palestinos previsto na Decisão 3670 está em concordância com a doutrina neoliberal que entende a regularização fundiária como meio de promoção do empreendedorismo popular e a integração das classes inferiores ao mercado financeiro. A propriedade privada do solo permite o acesso dos empreendedores populares ao crédito bancário que impulsionam a economia privada financeira, promove o aumento na coleta de impostos pelo Estado, aquece o mercado consumidor e incentiva a concorrência entre os empreendedores de si mesmos (BHANDAR, 2018; DAVIS, 2006). Não por acaso, braço governamental israelense responsável pelo registro de terras em Jerusalém Oriental é o Ministério das Finanças (DAGONI, 2019a). No entanto, durante a pesquisa de campo, a questão do registro de terras era o item do plano mais nebuloso e sem plano de execução. Todos os interlocutores ouvidos estavam cientes da sensibilidade política do assunto, considerado uma das linhas vermelhas da israelização neoliberal ao lado da educação básica.

Segundo Samira (2019), uma urbanista jersalemita envolvida com diversas instituições israelenses, obras de desenvolvimento em Jerusalém Oriental e da elaboração dos planos de trabalho da Decisão 3670, há uma inflexibilidade dos burocratas estatais até mesmo com alternativas que possibilitassem o uso dos direitos econômicos e adequação ao plano diretor das propriedades sem revelar os portadores dos títulos. O denominado registro “fantasma” (*shadow*, em inglês) ficaria confiado a uma terceira parte que reconhece os papéis do proprietário e permite ao portador uso da propriedade no mercado, mas a sua identidade é mantida sigilosa para as autoridades públicas. Essa seria a única alternativa que respeitaria os interesses políticos e econômicos dos palestinos, mas segundo Samira, os israelenses estão dispostos a avançar na formalização do registro das terras de acordo com os seus critérios “queiram os palestinos ou não” (entrevista). Assim como outros urbanistas palestinos e demais profissionais nativos que colabora com os planos israelenses para Jerusalém Oriental, Samira vê a sua atuação como uma forma, por um lado, de conter resultados piores aos palestinos e, por outro, aproveitar as oportunidades e brechas disponíveis no regime colono para extrair benefícios materiais de curto

prazo. O seu objetivo é possibilitar que os palestinos possam gozar de uma vida minimamente digna sob ocupação colonial e, possivelmente, reformar as estruturas de poder israelenses em benefício da população nativa. Por essa razão, o planejamento urbano se tornou um importante instrumento de resistência aos palestinos que historicamente tem desenvolvido diversos planos comunitários de zoneamento, muitas vezes com a colaboração de ONGs e ativistas israelenses.

No entanto, as iniciativas populares, ao recorrer à ordem legal israelense para regulamentar as construções ilegais, obter permissões para novas residências ou barrar empreendimentos coloniais nos seus bairros, têm sido historicamente frustradas pelas restrições coloniais. Este foi o caso dos moradores de Wadi Hilweh que se organizaram sem sucesso para barrar a construção do assentamento da Cidade de David (capítulo 5). E também dos residentes de Beit Safafa, que tiveram a mobilização jurídica contra a construção de uma rodovia de colonos que cortaria o seu bairro ao meio interrompida pela justiça israelense (COHEN-BAR; KRONISH, 2013). Diante dos obstáculos ao exercício dos direitos legais dos residentes palestinos que buscam navegar nas instituições israelenses e do aparente paradoxo colonial-neoliberal na questão da terra, urbanistas palestinos têm buscado instrumentalizar os interesses econômicos e políticos dos israelenses de forma a embutir alguns objetivos palestinos neles.

Samira (2019) foi contratada por um centro comunitário da prefeitura em um bairro palestino, mas abandonou a posição pois os profissionais do centro não eram respeitados pela população local por serem vistos como agentes colaboradores da ocupação. A partir de então, ela passou a atuar como uma *freelancer* em diferentes projetos urbanos para as autoridades israelenses e comunidades palestinas. “Eu preciso que a comunidade confie em mim para fazer os projetos e como *freelancer* eu consigo isso”, nota. Pela sua proximidade profissional com as instituições públicas israelenses, ela desenvolveu um estudo sobre as condições do seu bairro, a partir de um financiamento coletivo com a comunidade, para o desenvolvimento de um projeto de revitalização urbana do bairro junto à prefeitura que traga melhorias “verdadeiras” aos moradores. O plano pretende desenvolver moradia, o comércio e o turismo no bairro palestino localizado próximo à Linha Verde e na bacia histórica ao sul da Cidade Velha onde existem os diversos empreendimentos coloniais-empresariais da Elad e também o projeto do teleférico (capítulo 5). A sua estratégia é “incluir os nossos direitos nos objetivos deles”, afirma. Ela faz referência ao potencial turístico do bairro que seria interessante aos israelenses e permitiria obras de infraestrutura básica e licenças de construção aos palestinos (SAMIRA,

2019). Além de atrair turistas, ela acredita que o projeto de revitalização pode melhorar a integração socioespacial com os bairros palestinos e judeus do entorno.

Isto é, embora tenha olhado nos olhos da face nua e crua por trás das suaves e bem-intencionadas previsões dos planos de desenvolvimento para Jerusalém Oriental, Samira (2019) não descarta trabalhar em conjunto dos israelenses em benefício dos palestinos. “Não é um dinheiro pequeno, é o nosso direito como residentes de Jerusalém, é parte do nosso direito à cidade. [...] De acordo com a lei internacional, nós temos direito como população ocupada. Nós não temos nada, nós precisamos trabalhar com a prefeitura”, afirma a urbanista. Como é possível notar, este raciocínio não é puramente ideológico, mas moldado a partir de uma complexa combinação entre a ausência alternativa possível no curto prazo, uma identidade de pertencimento à cidade e a luta pelo cumprimento dos seus direitos, tanto como residentes legais de Israel como população nativa sob ocupação internacional. Samira é ainda responsável por diversos projetos organizados desde baixo para o empoderamento de palestinos e a reurbanização de Jerusalém Oriental tanto de forma autônoma, via financiamento internacional, palestino ou israelenses. Ela é crítica das delimitações do que seria “normalização” e age de forma pragmática com o objetivo de explorar todas as oportunidades disponíveis no “mercado da cidadania” para trazer benefícios materiais aos jersalemitas. “Nós precisamos de pessoas que falem menos e façam mais”, afirma.

Em Jerusalém, tudo é ‘cinza’. É preciso trabalhar com o sistema para melhorar as condições de vida. [...] Se você deseja fazer a diferença, você precisa dessa visão de curto prazo. [...] Qual a diferença entre essas integrações? As pessoas trabalham com os israelenses, mas não são amigas deles. Eles estudam na Universidade Hebraica, mas são contra a normalização. [...] Eles não veem o acadêmico como normalização e o cultural como normalização. Essa discussão fragmenta, não traz as pessoas junto. [...] Cooperação política é normalização. E desenvolver condições de vida é importante e essencial. (SAMIRA, 2019).

Os seus projetos urbanos sustentáveis e localizados, isto é, intervenções urbanas em microescala, como a revitalização de uma praça, de uma rotatória ou de um teto verde, com o objetivo de alterar a relação dos jersalemitas com localizações específicas do espaço urbano e gerar desenvolvimento econômico, social e humano tem recebido o financiamento internacional e israelense. Um dos seus projetos de reinvenção de espaços abertos ao público em conjunto da comunidade para que possam trazer uma nova experiência de viver a cidade foi adotado pela companhia municipal de desenvolvimento econômico. Pela sua natureza localizada, sustentável e neoliberal, Samira consegue avançar projetos em Jerusalém Oriental que contribuam para o bem-estar palestinos e não atrapalhem os planos maiores das forças de

colonização, mas pelo contrário: ajudam a tornar Jerusalém uma cidade mais tolerante e “cool” desde baixo, fazendo da sustentabilidade palestina ser integrada à israelização neoliberal.

Essas formas de resistência que se utilizam do neoliberalismo de forma pragmática perdem de vista a possibilidade de o confisco colonial não ocorrer somente pelo Estado ou por forças da sociedade civil ostensivamente colonizadoras, mas também por meio do mercado financeiro monopolizado por corporações israelenses na cidade. A inclusão financeira e os ciclos de endividamento tem sido uma das principais formas de despossessão de populações racialmente subalternas e trabalhadoras no neoliberalismo globalmente (TAYLOR, 2021), um processo observado na integração das mulheres palestinas ao mercado de trabalho e empreendedorismo em Jerusalém. Nessa nova ordem social, a despossessão e a pacificação dos palestinos não substituiriam os meios coercitivos e repressivos característicos da colonização israelense, mas passariam *também* a ocorrer cada vez mais por meio de circuitos de endividamento e empreendedorismo resultantes das políticas de desenvolvimento neoliberal. Com efeito, contribuiriam para a lenta desintegração da economia de resistência e a consequente despossessão e marginalização dos palestinos em Jerusalém Oriental.

7.3 Empreendedorismo, endividamento e proletarianização das mulheres palestinas

Uma característica contraditória da separação ideológica entre colonialismo e neoliberalismo observada na práxis empreendedora palestina é a consciência do racismo e das atrocidades que os colonizadores são capazes de desempenhar contra a população nativa. O mesmo tipo de comportamento visto em Samira pode ser observado em outras empreendedoras palestinas em Jerusalém, como Rana Quteineh, a diretora do Jest, uma ONG palestina que funciona como incubadora para iniciativas empreendedoras e start-ups. Inicialmente, o Jest foi criado para apoiar o empreendedorismo palestino em alta tecnologia, mas a ausência de nativos na área e outras demandas da comunidade local fizeram a instituição passar a oferecer cursos de capacitação e apoiar empreendedores de todas as áreas. Em parceria com ONGs, indivíduos e corporações internacionais, palestinas e israelenses, o Jest faz também capacitações em marketing digital, na elaboração de currículos e em planejamento estratégico para empreendedores de forma geral. A ONG também oferece formações específicas para jovens do Ensino Médio — “para mudar o comportamento das crianças para que se tornem empreendedores” (QUTEINEH, 2019) — e para mulheres, como capacitações em artesanato e cuidado com a pele. Segundo Quteineh (2019), o objetivo do Jest é funcionar como um intermediário entre empreendedores e corporações para possibilitar o fortalecimento da

economia palestina e também uma maior integração dos palestinos ao ecossistema empreendedor israelense. Ela enxerga o empreendedorismo como uma ferramenta despolitizada fundamental para mudança social não apenas para os palestinos, mas para toda a Jerusalém. Por essa razão, ela está disposta a trabalhar com todos aqueles que contribuam para fazer a vida dos jerusalemitas nativos mais tolerável materialmente para continuar a viver na cidade contra a “fuga dos cérebros” e o desamparo dos mais jovens em Jerusalém Oriental.

As pessoas precisam de algo para continuar a viver em Jerusalém Oriental. O empreendedorismo pode trazer oportunidades para todos e nós acreditamos que isso é o certo. Quando as pessoas jogam pedras é porque elas não têm nada para fazer. O nosso principal objetivo é [reduzir] a pobreza, mas mudar o ambiente também é um caminho para a melhoria da vida. [...] O que nós estamos fazendo é criar oportunidades para as pessoas esquecerem a política e fazer as pessoas mudarem a sua situação. O governo tem a política para as ‘minorias’ que está tentando melhorar as coisas, mas não é o suficiente. [...] Nosso objetivo é mudar a política com certeza, mas colocar a política [institucional] de lado pode criar uma política diferente. Vemos o empreendedorismo como um motor político, como uma forma de mobilização de base. É preciso criar as condições que permitam às pessoas ficarem na cidade. Com bons cérebros, boas ideias e bons trabalhos você cria uma razão pela qual viver e combate a fuga de cérebros no lado palestino. (QUTEINEH, 2019,).

Apesar da abertura para parcerias empresariais com os israelenses, Quteineh tem consciência de algumas armadilhas colocadas em seu caminho. O Jest e o seu fundador, o empresário do ramo de alta tecnologia Hani Alami, já foram alvos de campanhas antinormalização pelo BDS, e Quteineh também passou a recusar convites para participar de eventos da cena *high tech* em Jerusalém Ocidental pela sensação de que e a sua imagem como uma mulher muçulmana observante serem utilizados como representações de uma diversidade no “ecossistema” jerusalemita que não se realiza na prática. De qualquer forma, é ainda comum ouvir de empreendedores palestinos como o potencial transformador do empreendedorismo e da alta tecnologia são capazes de gerar mudanças políticas e também superar os obstáculos físicos que dificultam desde o movimento dos nativos pelo território à conexão de internet, limitando a produtividade econômica. A bem-sucedida empreendedora jerusalemita Amani Abu Tair vê no empreendedorismo de alta tecnologia uma forma dos palestinos criarem “negócios sem fronteira” que se sobreponham aos checkpoints (DW, 2019). Abu Tair é uma jovem jerusalemita que já recebeu apoio da USAID e da *venture capital* israelense Jerusalem Jumpspeed Partners — de Wiener (capítulo 5) — no desenvolvimento de tecnologia que auxilia crianças cegas a ler e também de um aplicativo educacional em árabe que facilita a comunicação entre os integrantes da comunidade escolar. Com o auxílio, Abu Tair pôde estudar em instituições israelenses de prestígio, estagiar em corporações do setor, tornar-se presidente da sua própria empresa, a Wazza.Inc, e receber diversos prêmios pela sua capacidade inovadora.

Não há limitação para a inovação. Nós acreditamos que o mundo é um pequeno vilarejo e nós podemos alcançar qualquer um online. [...] Nós empreendedores da Palestina estamos trabalhando duro para criar o nosso futuro. [...] [E]u não preciso cruzar fronteiras no mundo digital. (ABU TAIR, 2019 apud DW, 2019).

Tanto Abu Tair como Quteineh, assim como Samira, poderiam ser classificadas como exemplos da possibilidade de ascensão social e integração econômica de mulheres palestinas, particularmente no campo da tecnologia, apesar das desigualdades estruturais de raça, gênero e classe. Os seus casos poderiam ser entendidos como exemplos do esforço individual e do bom aproveitamento das oportunidades disponibilizadas no mercado para as mulheres orientadas pela razão empresarial que permitem desviar ou superar os obstáculos a mais impostos às mulheres palestinas e, ao cabo, “criar uma política diferente” no qual o bem-estar econômico e as qualidades técnicas sejam sobrepostas às identidades de gênero, étnicas e nacionais, como reivindica Quteineh. A baixa participação no mercado de trabalho israelense, especialmente entre as mulheres, é apontada como uma das principais razões para a alta taxa de pobreza, assim como para a profundidade da pobreza, entre a população nativa de Jerusalém (DAGONI; WEGNER, 2020; ISSAR, 2019). Em 2017, apenas 27% das mulheres palestinas em idade economicamente ativa (25-64 anos), em comparação a 81% dos homens palestinos, participavam do mercado de trabalho, enquanto 80% das mulheres judias e 75% dos homens judeus compunham a força de trabalho em Jerusalém⁵⁷ (DAGONI; WEGNER, 2020). Em 2018, cerca de 24,5% das mulheres palestinas ativas no mercado de trabalho estavam empregadas (idem) — o restante, provavelmente, em trabalhos informais. Como notam Shalhoub-Kevorian e Brusbridge (2014), a ocupação colonial é particularmente danosa às mulheres palestinas, que ocupam uma situação de extrema vulnerabilidade e de-desenvolvimento num contexto em que a colonização apenas reforça as opressões do patriarcado.

A Decisão 3670 tem o objetivo de aumentar a taxa de emprego entre as mulheres para aproximadamente 30% até 2023. Um estudo daquele ano estimou que caso o número de mulheres palestinas empregadas com o salário mínimo de 5,300 shekels em Jerusalém chegasse aos 35%, haveria uma contribuição de 457 milhões de shekels à economia da cidade (SADEH, 2018). Para alcançar este objetivo, todas as iniciativas voltadas para o aumento do emprego e do empreendedorismo entre a população palestina de Jerusalém tiveram como prioridade a população feminina. O Riyan é o responsável do Estado por implementar capacitações profissionais para os palestinos. O centro tinha como meta ter ao menos 70% de mulheres entre

⁵⁷ A taxa é menor entre os homens do que entre as mulheres por causa da baixa participação dos homens ultra-ortodoxos no mercado de trabalho.

os seus participantes de seus programas de capacitação econômica (DAGONI; WEGNER, 2020). As mulheres foram 72% do total de participantes ativos no primeiro semestre de 2019, mas apenas 65% dos novos. A prioridade do plano é adaptar as mulheres palestinas às condições israelenses de trabalho, como o domínio do hebraico e de habilidades em posições onde há oferta de trabalho no mercado israelense, como cursos de engenharia e programação de dados (idem). No ciclo básico das escolas que adotam o currículo israelense, foi lançado mais um programado com ênfase no empoderamento de mulheres adolescentes. Estes esforços se juntam aos programas que o Mati já vinha promovendo o empreendedorismo como forma de empoderamento feminino (ARAFEH; KHALIDI, 2017). Para sustentar essa integração econômica da população feminina, o plano estatal previu a construção de 44 creches em treze localidades de Jerusalém Oriental entre 2019-202, mas a sua implementação foi bastante lenta: apenas duas haviam começado a construção até 2020. Das cerca de 40,000 crianças abaixo dos quatro anos vivendo em Jerusalém Oriental em 2019, apenas 2% tinham vagas em creches em comparação a 24% em Israel (DAGONI; WEGNER, 2020).

Pelos inúmeros obstáculos que são colocados à vida das palestinas, os cursos vocacionais e o empreendedorismo são entendidos tanto entre os israelenses como entre as palestinas como importantes instrumentos para o fortalecimento material e subjetivo (ISSAR, 2019). Além do Mati, associações e organizações de base palestinas sem qualquer conexão com os israelenses também oferecem cursos de capacitação e treinamento vocacional, como o Centro Comunitário de Wadi Hilweh, em Silwan. De forma complementar, o empreendedorismo é entendido por burocratas israelenses, como Yara Issar (2019), como uma maneira flexível de empoderamento que permitiria às mulheres buscarem a independência financeira sem precisar se integrar ao mercado de trabalho israelense, deixar as suas casas e seus filhos, e ter que cruzar a cidade para trabalhar. Muitas mulheres palestinas têm o receio de sair de casa para trabalhar pois a experiência de cruzar um checkpoint e usar o transporte público, mesmo dentro de Jerusalém, pode ser particularmente humilhante para as mulheres (SHALHOUB-KERKOVIAN; BUSBRIDGE, 2014). Logo, no entendimento de Issar (2019), o empreendedorismo seria uma forma de desviar das questões “culturais” e do conservadorismo familiar que impediria as mulheres a contribuírem para o sustento familiar, uma vez que apenas o salário do homem não é mais suficiente para os crescentes custos da vida em Jerusalém. Mais uma vez, é possível observar um paternalismo neoliberal orientalista nas intenções de Issar:

Muitas [mulheres] preferem ficar em casa e não tem capacidade e familiaridade com as exigências do mercado israelense, não há integração integral para os filhos ficarem

na escola enquanto trabalham, falta educação, falta creche. A mudança acontecerá por dentro, dentro dos vilarejos. Ao oferecer zonas industriais na periferia de Jerusalém Oriental, não será preciso ir para longe e [as mulheres] poderão trabalhar próximo da sua casa, contribuir para o sustento familiar sem precisar lutar contra as normas tradicionais. É um sistema gigante que precisaria ser combinado para aumentar o emprego. Há um grande sucesso nesse processo com as mulheres haredim, por que não com as mulheres árabes? (ISSAR, 2019).

No entanto, a crescente integração das mulheres palestinas desde 2014 ao mercado não tem significado um maior empoderamento, mas a sua precarização (DAGONI; WEGNER, 2020). Antes mesmo da decisão israelense de 2018, houve um crescimento significativo no número de mulheres no mercado de trabalho, de 22% em 2016 para 27% em 2017, enquanto a de trabalhadoras empregadas cresceu de 20% para 24,5%. Entretanto, o aumento da taxa de emprego não foi concomitante ao decréscimo na taxa de pobreza. De acordo com as informações oficiais, ocorreu o oposto: a taxa de pessoas vivendo na pobreza era 74,95% em 2016 e cresceu para 77,5% em 2017 e tem crescido desde então à medida que a integração das palestinas e palestinos tem crescido (idem). Isto é, mesmo que as mulheres se encontrem empregadas e ocupadas, elas estão na realidade mais pobres pois, provavelmente, a maioria dessas mulheres são empregadas em posições de baixos salários e de jornada parcial, muitas vezes em condições de trabalho precárias, com nenhum potencial para avançar ou ascender economicamente (idem). Por exemplo, das mulheres que conseguiram um emprego por meio do Centro Riyan, 62% ganham o salário mínimo ou menos, enquanto apenas 0,66% encontraram um trabalho com salário chegando perto da média salarial em Israel — 7,500 shekels (idem). Embora a maior parte dos homens que foram empregados por meio do Riyan também ganhe no máximo o salário mínimo (40%), aproximadamente 5% ganham acima de 7,500 — mais de cinco vezes o número de mulheres. Logo, o salário mínimo é, na prática, o salário máximo para as mulheres palestinas em Jerusalém Oriental (idem).

Já o desempenho daquelas mulheres que são apontadas por palestinos que já prestaram serviços ao Mati como casos de sucesso do empreendedorismo feminino é revelador da sua trágica realidade sob a colonização neoliberal. Amuhammad é uma mulher jerusalemita de meia idade com o ensino fundamental incompleto que cozinhasse quentinhas na sua casa para trabalhadores de Jerusalém Oriental. Após pagar pelo treinamento do Mati e obter a ajuda financeira da ONG, ela comprou equipamentos profissionais para abrir um restaurante em Bab a-Zahara. Seguindo as orientações do Mati e com o auxílio gratuito de uma empresa de design local dirigida por uma mulher palestina, criou uma página no Facebook, fez uma nova logo, distribuiu panfletos e também mudou o nome do estabelecimento. Dois anos depois,

Amuhammad, entretanto, está trabalhando apenas para pagar as dívidas que contraiu para cobrir seus funcionários, os impostos, o aluguel e os fornecedores — no dia da entrevista, ela teve apenas dois clientes. “Eu tenho orgulho do meu trabalho, aprendi a cozinhar sozinha. [O restaurante] é meu filho, não quero fechá-lo”, afirma Amuhammad (2019), que sustenta a sua família sozinha pois o marido está doente e não recebe nenhuma assistência do governo israelense. Ela está em busca de novos auxílios financeiros, mas tem encontrado dificuldade de obter um novo aporte do Mati. Em Ramallah, ela diz não conseguir apoio pois o seu negócio é de Jerusalém, fora da área de interesse dos financiadores (AMUHAMAD, 2019).

Já Elhan é uma empreendedora do ramo de saúde e beleza que também aprendeu o ofício por conta própria. Em sua própria residência e com o apoio de toda a família, um lar de classe média, ela fabrica sabões, produtos para a pele e essências que comercializa informalmente para mulheres palestinas em feiras. Ela deseja expandir o seu negócio para abrir uma clínica de estética onde poderá prestar serviços e vender os seus produtos, mas tem sido limitada pelas opções disponíveis no mercado para uma mulher palestina de Jerusalém, encontrando-se num beco sem saída.

Nos bancos israelenses, eu não confio. [...] No Mati, eu precisava pagar para fazer o treinamento para concorrer a uma bolsa, mas eles ensinavam algo que já sei. Eu acabei fazendo os cursos com o Mati, mas eles não quiseram me ajudar porque eu não quero abrir em Jerusalém, embora o mercado de Jerusalém seja ruim. (ELHAN, 2019).

Elhan (2019) não deseja entrar no mercado israelense pois não se sente confortável e deseja evitar normalização. Pelo seu interesse em expandir as suas atividades em Ramallah, onde o mercado consumidor dos seus produtos é muito maior, as iniciativas israelenses para o fortalecimento de Jerusalém fecharam as suas portas. No Jest, Elhan (2019) se sentiu desconfortável porque não falava inglês e não conseguiu compreender o objetivo dos treinamentos: “[as aulas] de marketing digital eram muito difíceis para mim, com grandes palavras para grandes empresas.” Com a Câmara Árabe de Comércio de Jerusalém, ela encontrou limitações pois exigiam que legalizasse o seu negócio de acordo com as regulações israelenses ou palestinas para poder comercializar formalmente. “Eu não tenho como arcar com os custos”, afirma (ELHAN, 2019). Sobre às oportunidades de financiamento em Ramallah, ela diz encontrar dificuldade por ser de Jerusalém e não ter boas conexões dentro da AP.

Como se pode observar, o que tem ocorrido, na prática, em Jerusalém é um processo de proletarianização das mulheres palestinas, seja por meio do trabalho formal, informal, do endividamento resultante do empreendedorismo ou do empreendedorismo de si mesmas. Ao

invés de mulheres palestinas verdadeiramente “empoderadas”, se tornaram, em sua maioria, trabalhadoras à disposição da exploração pelo capital, seja pela exploração direta ou por meio do endividamento. Não há um esforço por parte das autoridades israelenses em integrar essas mulheres em posições que podem receber salários e condições de trabalho justas, tampouco em acompanhar o sofrimento subjetivo que envolve esse processo e interromper as diversas opressões da ocupação colonial que reforçam o patriarcado, como as demolições de casas que destroem os espaços a partir do qual as identidades e as relações da mulher como mãe e esposa são estruturadas e desempenhadas (SHALHOUB-KERKOVIAN; BUSBRIDGE, 2014). Segundo Shalhoub-Kevorkian e Busbridge (2014), a destruição da casa significa a destruição do componente definidor das mulheres socialmente, ao passo que o sistema de controle patriarcal é reforçado e faz das mulheres sem-teto particularmente vulneráveis e limitadas em suas opções de vida. Elas demonstram que as políticas coloniais reforçam a desigualdade estruturais entre homens e mulheres nativos, aprofundam o de-desenvolvimento, a dependência e a vulnerabilidade das palestinas que faz os seus conhecimentos e experiências não serem considerados aptos a sua participação no mercado de trabalho.

Diferentemente dos colonizadores, o Centro Comunitário de Wadi Hilweh, por exemplo, além do treinamento profissional para as mulheres do bairro de Silwan, oferece diversos tipos de terapias psicossociais para trazer alívio e dignidade, exercícios físicos, atividades em grupo, conscientização sobre os direitos das mulheres, reconhecimento da sua agência e apoio jurídico quando necessário (BAIDOUN, 2019). Além disso, promove o envolvimento das mulheres em atividades comunitárias, como colônia de férias para as crianças, e também em questões políticas do bairro, como a resistência às despossessões dos residentes de suas casas pela pressão do movimento de colonos e do assentamento da Cidade de David. Segundo a diretora do centro, Sahr Baidoun:

Toda mulher que sai da sua casa é uma vitória, é uma mudança, o primeiro passo leva para o segundo, que pode empoderá-la. Socializar é o primeiro passo para a mudança, agora já são mais de 200 mulheres trabalhando no centro. [...] Nós nunca conseguimos uma vitória contra os colonos. A nossa principal vitória é com as mulheres, com os jovens, na formação de novas lideranças no bairro. (BAIDOUN, 2019)

Isto é, o empoderamento econômico das mulheres palestinas ocorre em conjunto com o seu empoderamento subjetivo, cultural, educacional, comunitário e político: como mulheres palestinas emancipadas dentro do contexto de resistência à colonização israelense e não apenas como mais uma empreendedora de si mesma a ser espoliada na tentativa de desviar da ocupação colonial-neoliberal por meio do mercado. A dominação colonial é inseparável das dinâmicas

econômicas do capitalismo global: as limitações aos empreendimentos de Amuhammad e de Elhan não ocorrem apenas pelas suas escolhas no livre mercado de Jerusalém, mas em consequência das políticas racistas que historicamente tem provocado o de-desenvolvimento das palestinas da cidade. No empreendedorismo de si mesmas, as mulheres palestinas assumem todo o risco e responsabilidade a respeito de seu sucesso e fracasso apesar da sua condição de extrema vulnerabilidade e precarização. Não serão políticas focalizadas e temporárias das forças ocupantes trarão fim a décadas de opressão. As palestinas continuam a ter que enfrentar humilhações cotidianas, restrições de mobilidade, dificuldade de acesso à educação, o medo de ter a sua casa demolida e demais opressões enquanto buscam encontrar no dia a dia meios para sobreviver, resistir e, possivelmente, prosperar *apesar* da matriz de controle colonial israelense.

7.4 O empreendedorismo tecnológico palestino em Jerusalém: emancipação pelo mercado e a disputa dos corações e mentes da juventude

As limitações à integração das mulheres à sociabilidade israelense por meio da economia de mercado e do empreendedorismo pode ser vista também entre a juventude palestina que busca seu lugar na rica indústria *high tech* israelense. A promoção do empreendedorismo em alta tecnologia também é colocada como uma das prioridades do plano israelense para Jerusalém Oriental como forma de acelerar o desenvolvimento econômico e o aumento do emprego (DAGONI, 2019a). Há um déficit de trabalhadores qualificados na indústria *high tech* que tem feito os israelenses facilitarem vistos para trabalhadores da Europa Oriental, Ásia, EUA e Cisjordânia (BLUM, 2020). Neste caso, a cultura árabe-muçulmana também é apresentada como um obstáculo aos jovens palestinos se integrarem à economia tecnológica israelense. Por exemplo, segundo um dos fundadores do Jest, Yazeed Ghandour, há uma “falta de ímpeto” entre os jovens palestinos de Jerusalém em optar por carreiras mais arriscadas, como *high tech*, em detrimento de opções seguras como o comércio familiar e um emprego público que trazem a estabilidade para a família (idem). Diversos palestinos que têm buscado participar do mercado de alta tecnologia israelense relatam dificuldade de se integrar aos cada vez mais específicos requisitos técnicos exigidos pelas empresas incompatíveis com a formação palestina, pela dificuldade de percorrer distâncias muito longas até o local de trabalho pelas restrições coloniais e também pelo racismo que as vezes serve de impedimento antes mesmo da primeira entrevista (SAPS, 2019). No entanto, até mesmo para aqueles palestinos que aparentemente superam as restrições, o racismo estrutural israelense se revela como o verdadeiro limitador para as ambições profissionais dos nativos.

Em Jerusalém, as instituições de ensino, ONGs e corporações que compõe o ecossistema tecnológico tem procurado recrutar jovens palestinos que sirvam como exemplos de “bons árabes” envolvidos na multicultural indústria local. Este é o caso de Ameen, um jerusalemita estudante do curso de engenharia da computação na Universidade Hebraica. O jovem nasceu em uma família de classe média alta de Beit Safafa, originalmente um vilarejo palestino que foi dividido em dois em 1948 e os moradores foram repartidos entre cidadãos e não cidadãos. Desde 1967, Beit Safafa foi reunida novamente e se tornou um subúrbio próspero e bem integrado a Jerusalém Ocidental. Após cursar o ciclo básico em uma escola com o currículo da AP, Ameen fez o Ensino Médio em uma escola privada israelense: “foi a melhor decisão da minha vida, me deu um futuro” (AMEEN, 2019). Pelo seu livre trânsito entre os territórios da Cisjordânia e de Israel, o árabe e o hebraico, Ameen não construiu a sua identidade em torno do nacionalismo palestino tampouco do israelense. Ele se reconhece apenas enquanto um árabe de Jerusalém. O seu domínio do hebraico e a sua fluidez na sociabilidade israelense de Jerusalém Ocidental, entretanto, não evitaram que sentisse na pele o racismo estrutural que o confina a uma situação de subalternidade e palestinidade a qual ele não desejava se vincular. Tanto na universidade como no trabalho, Ameen relata a percepção de um “muro” que veda a sua integração ou busca instrumentalizá-lo para objetivos políticos dos quais está alienado.

Eles queriam me usar enquanto eu só estava querendo ser honesto, me usar de vitrine pras políticas dele. [...] Eu sei que nunca vou ser parte deles, eles conversam sobre o tempo deles no exército, eles não fumam. As empresas dizem claramente que vão nos contratar mesmo nós não sendo tão bons apenas porque somos árabes, porque eles querem demonstrar uma diversidade que não é real, mas inventada. [...] Eu mesmo nem me identifico tanto como palestino, mas como árabe, sinto a diferença como eles me tratam só porque sou árabe. E não vou me deixar ser usado. (AMEEN, 2019).

Apesar da capacitação profissional, da socialização hebraica-israelense e da desidentificação nacional-palestina, isto é, embora tenha seguido todos os pressupostos coloniais que assegurariam ao palestino uma posição dentro do sistema hegemônico neoliberal, o racismo estrutural produzido historicamente pelo colonialismo israelense confina Ameen a uma posição de exclusão e subalternidade estrutural a qual não deseja continuar a se submeter e da qual o mercado não foi cego. A impossibilidade do exercício de uma verdadeira liberdade social, política e econômica sob o regime colono faz, do seu ponto de vista, o exílio em um outro país ser a única saída para fugir das humilhações e espoliações impostas pelo racismo colonial em sua cidade natal. É justamente essa silenciosa expulsão indireta, a “fuga de cérebros” e a disputa dos “corações e mentes” da juventude palestinos, como relata Ameen, que empreendedores sociais palestinos envolvidos no setor tecnológico buscam reverter. Essa disputa pode ser ilustrada, por um lado, pelas iniciativas do empreendedor Hani Alami, um dos

fundadores do Jest, e, por outro lado, das iniciativas do empreendedor Aref Hussein, um dos criadores do Al-Nayzak. Além da servirem de exemplo para o ativismo empreendedor no ramo *high tech* que busca prover uma alternativa a jovens como Ameen poderem continuar a viver em Jerusalém, Alami e Hussein ilustram a disputa entre atores que se utilizam do empreendedorismo para perseguir a agenda local e a agenda nacional. No entanto, para além das divergências programáticas, apontamos como as suas atividades no campo do empreendedorismo tecnológico contribuem para o fortalecimento da hegemonia neoliberal como a única possibilidade de imaginação e prática aos palestinos.

Alami e Hussein também são dois empresários jersalemitas que fizeram uma carreira na indústria *high tech* israelense e internacional antes de se tornarem ativistas que veem no empreendedorismo uma forma de mudar a realidade dos palestinos em Jerusalém. Para isso, abriram ONGs sem fins lucrativos como parte de sua responsabilidade social como empresários com o seu povo. Enquanto Alami e o Jest optam por uma linha de aproximação com os israelenses embora não rejeitem parcerias estratégicas com Ramallah, Hussein e o Al-Nayzak assumem uma postura mais rejeicionista em nome do projeto nacionalista de fazer Jerusalém Oriental a capital de um Estado independente da Palestina dentro da Linha Verde. Contudo, como todo jersalemita, Hussein é obrigado também a se adaptar a algumas limitações impostas pelos israelenses para continuar a trabalhar em Jerusalém — ele desenvolve há anos o projeto de construção do Jerusalem Innovation Park para ser o maior complexo palestino de formação e pesquisa em ciência, tecnologia e engenharia na cidade. Hussein (2019) entende que a relação com os israelenses em Jerusalém significa uma normalização econômica sem volta para a possibilidade de estabelecimento de um Estado da Palestina independente, pois significaria uma integração com a economia colona e os seus circuitos internacionais que levaria ao boicote sistemática da população nativa da Cisjordânia, aprofundando ainda mais o fosso entre os palestinos de Jerusalém e os palestinos da Cisjordânia.

O Al-Nayzak é uma organização sem fins lucrativos também presente em Ramallah, Nablus e Gaza, que pretende promover uma forma de desenvolvimento “racional” na Palestina (AL-NAYZAK, 2020). Em Jerusalém Oriental, a ONG promove principalmente programas de educação tecnológica para estudantes de escolas baseados nas capacidades STEAM e também uma incubadora de novas startups. Segundo Hussein, entre dez e quinze ideias são gestadas por ano dentro do Al-Nayzak, mas nenhuma ainda teve sucesso em avançar o seu empreendimento. Os projetos da ONG são financiados a partir do apoio do *establishment*

nacional, regional e internacional: empresas palestinas como a Jawal e o Bank of Palestine, braços da AP, fundações filantrópicas palestinas, como a jerusalemita Faisal Hussein e a transnacional Taawon, e a ajuda internacional da UE e da ONU (idem). Em Jerusalém, o seu principal objetivo é servir como um reforço às últimas “linhas de defesa” nativas contra as iniciativas de israelização da cidade tanto nas escolas como na economia. A sua intenção é assegurar a manutenção da identidade palestina entre a juventude jerusalemita e a existência de uma economia de resistência na cidade. Diante da impossibilidade de uma concorrência real com o ecossistema israelense, Hussein defende uma vinculação aos mercados estrangeiros como uma via “por fora” do regime colono que possibilite o fortalecimento da indústria *high tech* nativa. Ele tem o objetivo de oferecer uma alternativa palestina que seja capaz de disputar em condições materiais econômicas com os colonos os corações, mentes e habilidades da juventude jerusalemita. Para isso, ele vê o neoliberalismo como um importante “aliado tático”.

Nós pensamos que somos espertos em pegar o seu dinheiro e manter sendo palestinos. Depois que você tem uma conexão com dinheiro, todo movimento de base e empresário palestino irá começar a boicotar você, e o dinheiro interacional irá começar a vir por que você se juntou aos israelenses. [...] Todas as respostas são para as dificuldades cotidianas, mas em casos de longo prazo, nós estamos diminuindo as nossas chances de ter um Estado palestino independente. [...] O envolvimento com os israelenses é irreversível, isso pode vir a criar uma camada que irá destruir a capacidade de se tornar um Estado independente um dia. [...] Se você é parte da inclusão [i.e., da israelização] para dar trabalho aos palestinos, dinheiro, direitos civis, os israelenses são perfeitos. Você pode ser mais esperto que o Estado, mas você não pode ser mais forte. Eles podem jogar com você o quanto quiserem, mas podem fechar a sua startup em um dia. [...] A única forma é oferecer alternativa fora do sistema, mas é muito difícil fazer com que as novas gerações não caiam nessa armadilha. [...] Garantir a manutenção da resiliência, preparar as novas gerações com habilidades para futuro, esperar, sobreviver para o futuro da Palestina. Tem que jogar o jogo materialista e não apenas simbólico. O neoliberalismo pode ser um importante aliado tático. (HUSSEINI, 2019).

Alami também vê o neoliberalismo como um importante aliado. Mas também almeja colaborar, por meio do fortalecimento de um ecossistema empreendedor tecnológico em Jerusalém, para as condições materiais que façam a juventude palestina ter uma razão para continuar a viver na cidade, mas sem assumir uma posição anti-israelização. Ele busca ser exatamente a ponte entre o talento palestino e o capital israelense de forma a facilitar a criação de oportunidades que significariam “passos pequenos que podem mudar o futuro” (ALAMI, 2019). A partir do Jest e de outras iniciativas, Alami busca contribuir para a construção de uma rede entre israelenses e palestinos que desejam colaborar economicamente para gerar desenvolvimento tecnológico mútuo, particularmente daqueles que desejam se manter sob o radar dos ataques e denúncias de setores colonos e nativos contrários à colaboração econômica. Em última instância, o empresário social almeja que esse tipo de atuação possibilite a

construção de uma Jerusalém liberal, multicultural e tolerante a todos os seus residentes. Dessa forma, Alami deseja fazer de Jerusalém a “grande junção” entre Tel Aviv e Ramallah, isto é, entre os centros dos ecossistemas palestino e israelense, assim como entre os mercados ocidentais e orientais globais, da Europa a Dubai. Ele entende que o seu posicionamento gera desconforto em ambos os lados, mas continua a acreditar que o empreendedorismo digital é a melhor forma de sobrepujar as restrições políticas das fronteiras, muros, checkpoints e soldados para alcançar o desenvolvimento econômico. Além do Jest, Alami também apoia as iniciativas empreendedoras do Mati em Jerusalém Oriental. Dessa forma, ele almeja criar sementes que floresçam tanto em novas *startups* como em esperança.

Nós nos reunimos em Jerusalém e decidimos trabalhar com os palestinos que ainda estão na cidade para fazer do empreendedorismo uma forma de mudança. [...] Nós não desejamos desenvolver apenas grandes empresas, com grandes ideias e alta tecnologia, mas pequenas start-ups que você criar quatro ou cinco novas posições de trabalho. Já um grande passo para Jerusalém. [...] O que estamos fazendo é criar sementes para a esperança em Jerusalém. Precisa resolver a questão econômica e prover dignidade antes de falar sobre processo de paz. Nós precisamos retomar a esperança de viver na cidade. [...] Nós queremos que os palestinos tenham a oportunidade justa de conseguir prosperar na cidade. [...] Todas as vezes que tentamos fazer uma mudança aqui na cidade, você corre o risco de sofrer ataques tanto de palestinos como dos israelenses. Mas você tem duas opções: deixar a cidade ou ficar e mudar as coisas. Eu sofri ataques do BDS porque conectei uma jovem palestina com a Intel-Israel, mas o BDS não ofereceu uma alternativa para a pessoa. As suas raízes estão em Jerusalém, ela deseja ficar na cidade. [...] Os ataques, eu considero como uma forma de taxa que se paga para ficar na Terra Santa. [...] A rachadura hoje em dia é maior entre israelenses e israelenses, e palestinos e palestinos, não mais entre israelenses e palestinos. Então é mais possível achar mais interesses em comum entre israelenses e palestinos. [...] Os dois lados do projeto dos israelenses para Jerusalém Oriental, segurança e desenvolvimento, representam os dois lados da sociedade israelense. Nós vemos como parte dessa luta na sociedade e por orçamentos. [...] As pessoas normais querem viver pacificamente, não se importam com religião, segurança, de onde você vem, para onde você vai. (ALAMI, 2019).

Após essas exposições, fica evidente que Hussein é um ator político representante em Jerusalém da agenda fayadista oriunda da AP enquanto Alami é um ator próximo do processo de israelização neoliberal. No entanto, para além das divergências nas agendas, tanto Hussein e o Al-Nayzak, como Alami e o Jest, são partes complementares do pequeno ecossistema empreendedor tecnológico palestino em Jerusalém que obedece a razão neoliberal de desenvolvimento. As limitações impostas pela colonização israelense constituem uma estrutura de constrangimento que impede os atores palestinos que se veem como concorrentes possam verdadeiramente operar em duas esferas distintas e isoladas. Na realidade, há um entrelaçamento muito grande entre os indivíduos, ONGs e corporações que atuam no mercado *high tech* local, mas sempre em conexão com a Cisjordânia, com Israel ou com processos transnacionais. Por exemplo, Quteineh, do Jest, foi formada no Al-Nayzak. O ecossistema

empreender palestino é ainda composto ainda por diversos atores estatais e não estatais palestinos, israelenses e transnacionais que influenciam e fortalecem as agendas políticas que os empreendedores-ativistas palestinos carregam para as “pessoas normais”.

Por exemplo, a ONG Itiq, vinculada aos grupos socioeconômicos jerusalemitas mais próximos da “agenda nacional” de Hussein, opera como uma instituição promotora de capacitação do empreendedorismo palestino em tecnologia para gerar desenvolvimento social, cultural e econômico em Jerusalém. A Itiq atua particularmente com jovens estudantes de diferentes faixas etárias em *hackatons*, escolas e colônias de férias voltadas para o empreendedorismo e a inovação, além da organização de conferências anuais do ecossistema local, a QUTECH, para promover conexões locais e internacionais e desenvolver estratégias de desenvolvimento (ITIQ, 2020). Além disso, o Fórum Econômico Mundial lançou em 2019 os capítulos jerusalemitas — Ocidental e Oriental — do seu programa transnacional de promoção do empreendedorismo tecnológico e formação de novas lideranças “informadas e empoderadas”. A Global Shappers Community financia a criação de redes de colaboração de base entre jovens empreendedores abaixo dos 30 anos para a elaboração de soluções para problemas locais e globais que “desafiem o status quo” (WEF, 2020). Representantes dos mais de 369 centros urbanos em 171 países participam anualmente dos encontros do Fórum em Davos, o evento que reúne a nata global do neoliberalismo, para elaborar estratégias de atuação. Em Jerusalém Oriental, o programa tem o objetivo de conectar lideranças palestinas que, em conjunto do *hub* em Jerusalém Ocidental, promover a “paz regional e universal com dignidade e acesso à oportunidade para todos” (idem).

Se por um lado é evidente a sua conexão com a israelidade neoliberal em Jerusalém, por outro lado a Global Shappers também contribui para a criação de um ecossistema empreendedor integrado entre os palestinos dos TPO. Em 2019, os *hubs* da Global Shappers em Jerusalém Oriental, Ramallah, Nablus e Gaza organizaram em Belém, em cooperação com o Ministério do Empreendedorismo e do Empoderamento da AP, criado em 2019, e o Banco Mundial, a primeira “Conferência Internacional de Empreendedorismo Palestina: Empoderando o Ecossistema Empreendedor” (PNN, 2019). O evento reuniu empreendedores palestinos com mais de 200 representantes do mercado de tecnologia europeu, uma delegação do Fórum Econômico Mundial e emissários de corporações de tecnologia como Dell e Orange (idem). A empreendedora jerusalemita Amany Abu Tair, integrante da rede da Global Shappers, foi uma das organizadoras e palestrantes do evento. “[N]ós sentimos que as vozes das startups na

Palestina não são ouvidas e nós raramente temos investidores e companhias de tecnologia importantes prestando atenção na Palestina”, afirma Abu Tair (apud PNN, 2019). Já segundo o ministro do Empreendedorismo e Empoderamento, Usama Sadawi:

Essa conferência é um evento divisor de águas para a Palestina e irá ser uma oportunidade para mostrar o espírito empreendedor da juventude da Palestina em frente de uma delegação importante de investidores e firmas tecnológicas europeias. (SADAWI, 2019 apud PNN, 2019).

Como podemos notar, a racionalidade empreendedora neoliberal ultrapassa as divergências de agenda, movimentação de atores antinormalização e passa a ser entendida como uma forma de ativismo e mudança social racional e pragmática por diferentes atores que se estende do coração do fayadismo em Ramallah até aqueles palestinos cidadãos de Israel que não são necessariamente comprometidos com a solução de dois estados e tem na israelização uma forma de compreender a transformação social por meio do mercado. Isto é, há uma hegemonia do neoliberalismo progressista como forma de abordar as questões sociais, culturais, políticas e econômicas produzidas originalmente pelo colonialismo israelense, mas que diante da profunda fragmentação socioespacial, faz emergir encarnações localizadas de atores que veem no empreendedorismo tecnológico uma forma de construir uma economia árabe-palestina e gerar transformação social. As agendas de ação estratégica podem diferir, mas se encontram na busca pela contribuição ao empoderamento e à ascensão social das classes inferiores da população nativa por meio da capacitação profissional, da exaltação da forma empresarial e da criação de oportunidades no mercado. E Jerusalém se mostra como um espaço onde diferentes fluxos neoliberalizante se encontram num jogo de espelhos que reforçam a razão neoliberal como a única possibilidade de (r)existência aos palestinos.

Por um lado, é compreensível a tecnologia digital e o empreendedorismo terem sido fetichizadas pelas classes médias e superiores palestinas como uma solução para os seus problemas reais, inclusive transbordado para as classes inferiores trabalhadoras. A internet e as demais inovações tecnológicas digitais permitem que palestinos que vivem num mesmo território sob ocupação colonial israelense, mas que não podem se encontrar pessoalmente, possam se comunicar facilmente e cooperar em iniciativas que tragam benefícios materiais para a base da sociedade. Além disso, a proximidade com a tecnológica e a abundante riqueza da “nação empreendedora” logo ao lado dos palestinos, em conjunto dos incentivos do capital e de instituições internacionais como o FMI, a OCDE e o BM, fazem do empreendedorismo tecnológico não apenas uma possibilidade pragmática e supostamente racional aos palestinos dentro das possibilidades que lhe são postas, mas algo a ser desejado para superar a sua situação

de colonizados. No mundo digital, a possibilidade de desviar e ultrapassar dos soldados e checkpoints da ocupação colonial soam reais. O vislumbre do desenvolvimento observado nas ruas, nos escritórios, nas roupas e nos *gadgets* ostentados nos bairros, nos corpos e nas mãos israelenses parecem ao alcance caso saibam explorar as “oportunidades” no mercado. Diante dessa áurea “solucionista” produzida pelo marketing dos empreendedores do Vale do Silício, na Califórnia, e do “Sillicon Wadi” de Tel Aviv no qual a tecnologia é apresentada como a panaceia disruptiva para todos os problemas apresentados pela austeridade neoliberal, a falência das democracias, as burocracias institucionais e praticamente todos os setores da economia, a “paz” e a libertação nacional não parecem ser áreas fora do alcance das mentes brilhantes, inovadoras e contestadoras dos empreendedores em *high tech* (MOROZOV, 2018). Por quê os empreendedores palestinos não seriam capazes de “hackear” o regime colonial?

Estes ideais inovação, disrupção e solucionismo técnico fizeram o empreendedorismo tecnológico de orientação social ter um sentido de direção e realização por criar a ilusão de criação de um capitalismo mais inteligente, humanitário e sustentável. No entanto, segundo Morozov (2018), este não passa de um fetiche reacionário que se limita a realizar o que chama de “emancipação predatória”. Isto é, uma liberdade extremamente restrita e interminável dentro dos termos do capital que, ao cabo, significa uma escravidão ainda maior.

Desde que conduzida nos termos estabelecidos pelo Vale do Silício, a emancipação é um processo interminável, porque todo ato de libertação cria vários novos tipos de dependência. E o motivo pelo qual vários serviços de informação são vistos como um caminho para a própria emancipação tem a ver com a reformulação do que significa ser livre no século XXI: em geral, trata-se de uma liberdade de escolha no âmbito do mercado global, e não de uma liberdade de ofender e provocar os que estão no poder. (MOROZOV, 2018, p. 207-208).

Em Jerusalém Oriental, como notamos, o empreendedorismo tecnológico é utilizado como uma forma de contestação ao poder israelense sem o confronto direto, mas pelo desvio e pela adaptação às restrições impostas pelo colonialismo para explorar de forma pragmática e racional as supostas brechas encarnadas na forma de “oportunidades” disponibilizadas pelo mercado neoliberal. Nós entendemos que o esforço dos atores palestinos de discernir entre o mercado israelense e o internacional não seria capaz de alterar os rumos da colonização, interrompê-la ou transformá-la, pois ambos esforços se valem do neoliberalismo que não obedece a estas fronteiras que os palestinos navegam. Tampouco serviria para reforçar a preservação de uma identidade e economia palestinas contra o avanço da israelização neoliberal em Jerusalém Oriental. Não existe um “fora” aos circuitos transnacionais do “livre” mercado que reforçam a capacidade de dominação colonial dos israelenses para além do território. Como

notamos, os “ecossistemas empreendedores” palestinos e israelenses, particularmente no setor tecnológico, são altamente conectados numa relação de dependência que reproduz as hierarquias coloniais. Além de depender economicamente dos investimentos da indústria high tech israelense, os palestinos dependem das infraestruturas de cabeamento e satélite, deixando-os vulneráveis à técnicas e tecnologias de vigilância de digital que tem cada vez mais ocupado as redes e as ruas, inclusive de Jerusalém (HEVER, 2018). Não é casual que militantes palestinos mais radicais têm se restringido ao mundo off-line.

Dessa forma, a ocupação colonial de Jerusalém reforçaria a hegemonia neoliberal ao impor uma série de limitações que faz todos os atores palestinos caminharem mais ou menos sob o radar de forma a satisfazer as condições exigidas pelo mercado para investimentos e, ao mesmo tempo, não incomodar as forças coloniais. O Jest e o Al-Nayzak, assim como as demais empresas do setor tecnológico palestino na cidade, são obrigados muitas vezes a ocultar a sua agenda política e a sua identidade palestina em suas imagens públicas online, nas redes sociais e também em seus escritórios físicos. Assim como ocorre no caso individual de Ameen, a adaptação faz dessas formas (r)existência da sociedade civil palestina que assumem a forma empresarial vestir uma máscara neoliberal supostamente apolítica para pragmaticamente sobreviver aos constrangimentos do colonialismo e obter reconhecimento do capital com o objetivo de trazer resultados materiais para a comunidade local. No entanto, o racismo colonial estrutural impede que os resultados materiais obtidos pelo empreendedorismo retirem os palestinos da sua posição de subalternidade. Nós entendemos as transformações materiais e subjetivas resultantes do anticolonialismo neoliberal tecnológico como uma dinamização das estruturas de dominação dentro da mesma hierarquia entre colonos e nativos.

Consequentemente, em nome da resistência, a razão neoliberal se prolifera pela sociedade palestina desde baixo por meio de programas de capacitação empreendedora nas escolas, ONGs e empresas palestinas. Dessa forma, contribuem para a formação dos sujeitos neoliberais adaptados às condições exigidas pelo mercado israelense e transnacional para trabalhar como mão de obra barata e especializada necessária para a terceirização de serviços da indústria *high tech* de Tel Aviv. Logo, nós entendemos que a neoliberalização faz os empreendedores tecnológicos de Jerusalém caminharem nas trilhas coloniais de forma indireta a partir de um desejo de construir uma prática de resistência racional assim como ocorreu no caso de Rawabi. Ao cabo, a hegemonia neoliberal confina os palestinos dentro de um labirinto que mascara o racismo colonial e impede a libertação nacional.

7.5 As elites palestinas em Jerusalém Oriental, desenvolvimento neoliberal e a mercantilização da palestinidade

Em Jerusalém Oriental, além do setor *high tech*, o turismo tem sido entendido como uma forma de sustentar uma economia de resistência na cidade. Como observamos acima, o turismo é importante para a população palestina por sustentar muitos outros, como os pequenos comércios familiares da região central e possibilitar a disrupção da narrativa hegemônica sionista a respeito da história e dos assuntos contemporâneos da cidade e de todo o território da Palestina. No entanto, o setor de turismo palestina, incluindo hotéis, operadores, comércio, restaurante, centros culturais e demais serviços, atrofiou de forma geral com o crescente isolamento da cidade desde 2000 e se tornou crescentemente dependente dos israelenses. Nos últimos anos, as agências de turismo palestinas foram obrigadas a imitar roteiros israelenses, comerciantes palestinos migraram os seus negócios para centros comerciais israelenses em Jerusalém Ocidental e os hotéis palestinos tiveram que se adaptar às restrições impostas pela indústria colona para se manterem abertos e receber os turistas estrangeiros que não encontrarem quartos no outro lado da cidade (NUSEIBEH, 2019; SAADEH, 2019).

Além disso, por causa das restrições impostas ao movimentos de palestinos de outros locais da Cisjordânia para Jerusalém, o turismo empresarial, comercial e religioso interno palestino caiu drasticamente, ao passo que Ramallah e Belém se tornaram destinos de lazer, entretenimento e comércio para palestinos e turistas estrangeiros com custos menores que os de Jerusalém pelo valor mais baixo da mão de obra, dos impostos e da propriedade privada (SAADEH, 2019). Os palestinos estimam que cerca de 60% dos hotéis e 30% dos estabelecimentos comerciais palestinos do centro de Jerusalém Oriental fecharam nos últimos anos devido às diversas restrições impostas pelas forças ocupantes (JAFARI et al., 2019). Os principais locais turísticos da cidade, como a Cidade Velha, o Domo da Rocha e a Igreja da Natividade, estão sob o controle direto ou são povoados por palestinos, entretanto, os nativos não tem conseguido circunscrever a dominação israelense para transformar estes ativos em atividades lucrativas, bem-estar social para a população, fortalecer a resistência e conter o avanço espacial dos movimentos de colonos. Segundo o diretor da Câmara de Comércio Árabe de Jerusalém, Louay al-Husseini (AL-HUSSEINI, 2019), “o turismo seria a única forma verdadeira de os palestinos [jerusalemistas] conseguirem competir economicamente com os israelenses”. No seu entendimento, diferentemente da agricultura, no qual os incentivos do Estado de Israel, o confisco legal de terras e a concessão gratuita de terra aos produtores colonos tornariam a concorrência desleal, no turismo os palestinos mantém o controle dos principais

ativos turísticos em Jerusalém, em Belém e em Nazaré. Dessa forma, os palestinos conseguiriam concorrer com os colonos tanto economicamente como ideologicamente a respeito do presente e da história da Questão Palestina.

Diferentemente do setor tecnológico, entretanto, as iniciativas de base que atuam no setor do turístico tem reivindicado a sua palestinidade como forma de concorrer e diminuir a dependência dos israelenses (SAADEH, 2019). Iniciativas recentes oriundas de empresários palestinos da cidade, como o Jerusalem Tourism Cluster, e também de ONGs sem fins lucrativos, como a Grassroots Jerusalem, são exemplos de instituições que tem buscado reposicionar a imagem de Jerusalém como uma cidade palestina e também trazer a narrativa indígena a respeito da história da cidade. Em 2019, a Grassroots Jerusalem lançou uma nova edição do seu guia turístico, o Wujood, que traz a narrativa palestina e indicações de hotéis, estabelecimentos, centros culturais e atividades palestinas na cidade — a ONG ainda realiza tours políticos pela cidade. Com o apoio financeiro da União Europeia e em cooperação com a Câmara Árabe de Comércio de Jerusalém, o JTC tem desenvolvido iniciativas para o fortalecimento da identidade palestina da cidade, incentivos ao turismo muçulmano de países com os quais Israel mantém relações diplomáticas e projetos que resgatem e preservem a herança cultural palestina, como artesanatos nativos, edifícios arquitetônicos e trilhas históricas (SAADEH, 2019). Uma preocupação dessas iniciativas é chegar às pontas mais distantes da sociedade palestina de forma a engajá-las numa rede turística e econômica que extrapole as fronteiras coloniais que fragmentam o território.

Dessa forma, os roteiros turísticos palestinos descolonizam as limitações socioespaciais impostas pelas forças ocupantes para resgatar uma compreensão universal do territorial nacional da Palestina histórica (BOER, 2016). Os turistas estrangeiros, diferentemente dos milhões de não cidadãos palestinos dos TPO, têm a liberdade de movimento por todo o país e o privilégio de conhecer e visitar locais que parte da população nativa não pode. Um exemplo é a trilha para peregrinos Massar Ibrahim, que atravessa o território da Cisjordânia ocupada para além de muros, cercas e checkpoints, conectando diversas pequenas comunidades palestinas pouco exploradas pelo turismo tradicional (SAADEH, 2019). Em Jerusalém Oriental, essa iniciativa foca em coletivos de juventude. Além disso, estes esforços recentes que buscam revigorar o turismo na cidade realizam tours políticos que mostram tanto a história palestina da cidade como os efeitos da ocupação colonial sobre o cotidiano dos residentes nativos. Os guias que realizam este tipo de passeio, entretanto, normalmente não possuem a

autorização formal das autoridades israelenses e são obrigados a operar às margens da fiscalização e do policiamento coloniais. Logo, muitas atividades ligadas ao fortalecimento da indústria turística palestina para a construção de uma economia de resistência local atuam na ilegalidade ou na informalidade, além de representarem um perigo para aqueles diretamente envolvidos. Por exemplo, Daoud Ghoul, um ativista e guia de Ras al-Amoud que faz tours políticos e realiza trabalhos de base cultural com a juventude nativa, já foi preso em duas ocasiões pelas autoridades israelenses por causa das suas atividades (WAFA, 2020). O turismo é entendido como forma de resistência, construção de uma economia alternativa e de formação de laços de solidariedade internacional para os palestinos não apenas em Jerusalém, mas em todo o território. Diferentes iniciativas, como da ATG, em Beit Sahour, na Cisjordânia, buscam entrelaçar práticas de *sumud* ao turismo (ISAAC; HALL; HIGGINS-DESBIOLLES, 2015).

Em Jerusalém, esse tipo de atividade fere diversos objetivos da colonização neoliberal israelense. Em primeiro lugar, afeta a legitimidade da narrativa por trás das atividades coloniais na cidade, tanto as histórica-religiosas da Cidade de David como as medidas de vigilância repressivas e as desposseção pelo planejamento urbano restritivo. Além disso, as iniciativas turísticas palestinas politicamente engajadas colaboram para o fortalecimento dos pequenos estabelecimentos comerciais familiares da região central de Jerusalém Oriental, particularmente os lojistas da Cidade Velha, contra as investidas de movimentos de colonos e demais forças voltadas para a judaização do espaço social palestino, como a gentrificação imobiliária. Associações comerciais, instituições filantrópicas, ONGs e indivíduos das classes superiores palestinas, como a Holy Land Incoming Tour Operators Association e a Arab Hotels Association, além a Câmara e do JTC, estão entre os atores que tem buscado forjar uma cooperação entre diferentes iniciativas para sustentar uma economia de resistência que auxilie no fortalecimento da fronteira simbólica e material em torno das atrações turísticas do centro de Jerusalém Oriental. A Câmara de Comércio de Jerusalém, por exemplo, possui um projeto chamado Atic que apoia projetos palestinos que auxiliem, por meio do turismo, do comércio e da produção artesanal, o ressurgimento de indústrias tradicionais, como o couro e o artesanato. A partir dessa cooperação, pretendem a preservação da presença física, da herança cultural e da economia popular nativa em Jerusalém (AL-HUSSEINI, 2019). Desde 2016, as associações turísticas da cidade, com o apoio de outras organizações da sociedade civil jersalemita, como o Al-Nayzak, e também com o auxílio financeiro internacional, tem organizado o festival Nablus Road Open Days, em que uma das principais vias do centro palestino recebe atividades culturais ao ar livre, debates políticos e feiras comerciais que reúnem diversos empreendedores,

artistas e intelectuais palestinos da cidade, particularmente as mulheres. O objetivo principal é atrair turistas estrangeiros para os espaços palestinos, mas também para servir de oportunidade de lazer e negócios os residentes locais (SAADEH, 2019).

Estes atores pretendem fazer da identidade palestina um diferencial para atrair mais turistas, consumidores e investidores para Jerusalém Oriental na competição com as atrações e capacidades financeiras israelenses. Por essa razão, tanto a palestinidade como a indigeneidade tem sido reivindicadas pelos empresários palestinos. Ao invés de depender somente de peregrinos religiosos, os empresários palestinos, assim como os israelenses do mesmo setor, desejam atrair visitantes interessados não apenas no passado religioso da cidade, mas na sua riqueza e diversidade cultural no presente, aumentando a diversidade e quantidade de turistas. Segundo Raed Saadeh, do JTC, a combinação de turismo e cultura é a única forma de fortalecer a economia tanto para resistir à colonização israelense como para tornar Jerusalém uma “cidade independente”. Saadeh (2015) ressalta a diversidade étnica da cidade que formaria um "mosaico" composto por indivíduos de origem cigana, marroquina, afegã, síria, copta, etíope, armênia, e grega, além dos árabes e judeus. Estes grupos constituíram uma singularidade para Jerusalém à “espera para ser explorada” (SAADEH, 2015, p. 83). Os empresários palestinos entendem a identidade e a cultura como formas de construir uma “experiência única” para os visitantes da Jerusalém Oriental palestina, que poderão consumir também a dança, a música e os objetos tradicionalmente palestinos, assim como melhorar a imagem vendida pelo marketing da Jerusalém indígena para o público internacional (SAADEH, 2019). Por exemplo, hotéis palestinos, como o tradicional Ambassador Hotel, têm ressaltado a sua identidade árabe-palestina ao reintroduzir arabescos na sua decoração. Segundo Raed Saadeh, que também é o proprietário do prestigioso Jerusalem Hotel:

A capacidade competitiva pode ser enforcada em novos pacotes e ofertas para diferentes visitantes. Jerusalém precisa de uma série de novos produtos para desafiar a opressora sazonalidade que ofusca o turismo. Competitividade é sobre diferenciação. É sobre um produto palestino unicamente identificado na cidade. É sobre como a comunidade de Jerusalém é capaz de utilizar seus recursos e capacidades humanas, culturais, econômicas e sociais. Uma vez alcançada, a competitividade é chave para a sustentabilidade. (SAADEH, 2015, p. 82).

Nós argumentamos que essa estratégia do empresariado palestino para o setor do turismo, embora esteja parcialmente de acordo com as perspectivas a respeito das formas de constituição de uma economia de resistência popular em Jerusalém, é limitada pelo seu caráter neoliberal. O turismo tem sido um dos principais vetores por trás de projetos de mercantilização tanto do espaço urbano como da cultura e da identidade étnicas, religiosas e nacionais, que se

tornam ativos a ser comercializados e consumidos pelos visitantes em troca de uma “experiência” e de seus dólares (HARVEY, 2005). Dessa forma, aqui notamos novamente as contradições das iniciativas econômicas de resistência palestinas em Jerusalém que são orientadas pela razão neoliberal. As invés do ocultamento da identidade, no turismo ocorre a sua mercantilização. Em conjunto das atrações arquitetônicas, dos edifícios religiosos e do trabalho nativo, a cultura e a identidade nacionais palestinas, que estão na base das mobilizações dos movimentos históricos de resistência anticolonial da população nativa daquele território (KHALIDI, 2010), aqui surgem como recursos a ser organizados de uma determinada forma para ficar à disposição da exploração do capital. A apropriação de imagens, atores e identidades radicais para a sua domesticação e mercantilização tem sido uma constante histórica do capitalismo, como nos casos de Frida Khalo, Che Guevara e os Panteras Negras. No neoliberalismo, a expansão das fronteiras das mercadorias sobre meios de vida e luta tem agora na palestinidade mais uma oportunidade de acumulação.

No entanto, nem mesmos os próprios empresários palestinos de Jerusalém ou do restante do país tem investido em massa na promoção do turismo em Jerusalém, preferindo opções mais seguras nas periferias da cidade e na Cisjordânia (NUSEIBEH, 2019; SAADEH, 2019; SINOCROT, 2019; ZAHRIA, 2019). Muitos relataram receio de investir em Jerusalém e não ver resultados nem econômicos nem políticos pelas restrições coloniais (idem). Isto é, os poucos atores que conseguem furar o bloqueio colonial, como os empresários palestinos jersalemitas, não submetem os seus interesses econômicos aos imperativos políticos de defender Jerusalém. Como coloca Aref Hussein (2019): “não é a hora de lucrar em Jerusalém”. Contudo, a principal forma que o empresariado contribui politicamente é se mantendo enquanto grandes empregadores, mas dificilmente a sua atuação extrapola as condições do mercado e da sustentabilidade contábil dos seus negócios em prol da causa nacional. O pequeno “boom” imobiliário, na construção de edifícios de alto padrão e novos centros comerciais sofisticados, em Beit Hanina e demais margens da cidade onde os israelenses toleram o desenvolvimento nativo não encontra o mesmo interesse na região central de Jerusalém Oriental, onde muitos pequenos negócios familiares, particularmente no Quarteirão Muçulmano da Cidade Velha, encontram dificuldade em manter as suas portas abertas e são constantemente assediados por movimentos de colonos interessados em tomar qualquer espaço. Apesar das dificuldades enfrentadas para manter a atividade comercial, o dono de um pequeno mercado no centro de Jerusalém Oriental, Abu Zahra (2019), diz “manter a loja aberta mesmo no prejuízo [pois] é

importante para Jerusalém”. Abu Zahra já foi preso em mais de uma ocasião pelos israelenses por sustentar atividades políticas na cidade.

Adnan Dakkak, o dono de uma loja de souvenir da Cidade Velha que está na sua família desde 1936 e também integrante da Câmara Árabe de Comércio, relata que os lojistas e a comunidade comercial nativa buscam se organizar financeiramente para manter o máximo de lojas abertas. A comunidade empresarial se esforça para ao menos evitar o confisco das propriedades pelo Estado de Israel pela ausência de pagamento de impostos e barrar o assédio de ONGs de colonos a palestinos endividados. Outro problema que Adnan (2019) relata é a falta de interesse das gerações mais jovens de assumir os tradicionais negócios familiares pelos melhores salários e condições de vida que encontram em Jerusalém Ocidental, em Ramallah ou no exterior, o que já tem provocado o encerramento das atividades de alguns estabelecimentos no centro de Jerusalém Oriental. Em contraste com as novas gerações, Adnan, embora seja formado em engenharia eletrônica no exterior, nunca exerceu a função pela importância de manter o negócio familiar em operação sob a ocupação colonial israelense. Os lojistas relatam um grande desamparo de qualquer ajuda seja palestina seja israelense para manter os seus negócios abertos no local que é o principal símbolo da (r)existência e da identidade palestina na cidade. Já a Associação dos Lojistas da Cidade Velha costumava ser uma importante instância de mobilização e resistência, mas assim como os demais sindicatos e organizações palestinas independentes, perdeu influência interna entre os palestinos e capacidade de projeção de poder externa sobre os israelenses (DAKKAK, 2019).

Ninguém está tentando ajudar só por ajudar. Ao fim do dia, as pessoas precisam ter lucro. Eles não fazem só por fazer e não obter lucro. Não, eles têm que fazer dinheiro. Eles são empresários, não caridade. [...] Além disso, você tem vários doadores, muito dinheiro vindo de fora, mas, ao fim do dia, você não enxerga nada. Isso não é só por causa da corrupção, mas também porque as pessoas tanto os europeus como no mundo árabe falam que vão dar dinheiro para Jerusalém, mas, no fim do dia, não dão dinheiro algum. Eles estão falando, conferência aqui, conferência ali, mas nada acontece. Por isso que digo que se formos fazer algo, é melhor depender de nós para fazer alguma coisa. Faça o que puder, mesmo que seja pequeno. Mesmo que apenas consiga ficar na sua loja ou fazer que um desses mercados traga mais consumidores. Pensar em questões macro, alguém fazer algo para toda a economia de Jerusalém, isso não vai acontecer. Os israelenses não vão permitir. Apenas coisas pequenas que você poderá fazer sozinho. Se a ajuda vier, ótimo. Mas se não vier, você precisa ter outros meios. Você não pode ficar aqui e esperar as coisas acontecerem. Se você vai ficar aqui em Jerusalém, você precisa sofrer e ser confiante o suficiente e confiante que obterá algo ao final do dia. Se você puder ao menos apoiar a sua família, você está indo muito bem. Muito melhor do que fazer muito dinheiro em outro lugar fora. Outra coisa importante é que mesmo que os jovens não consigam trabalhos, eduquem eles, pois isso irá mudar a forma como pensam e reagem à ocupação. Todos os meus filhos são educados, estudaram no exterior, um filho meu é contador, mas não tem trabalho na sua área. Mesmo que se ele vier trabalhar comigo na loja, ele é superqualificado para este tipo de trabalho, mas mesmo assim ele terá educação. Isso deve ser a abordagem

para todos os palestinos: educação independente se venham a usar o diploma para algo de fato. (DAKKAK, 2019)

Os imperativos do lucro e do mercado, que mantém a política subordinar à economia, e a falta de imaginação anticolonial para além do desenvolvimento neoliberal tem feito vários setores da sociedade palestina em Jerusalém limitados em suas práticas de resistência. Consequentemente, os esforços de fortalecimento da economia nativa em Jerusalém Oriental não têm conseguido conter a despossessão da população nativa da região central da cidade tampouco satisfazer as necessidades de autodeterminação, liberdade e retorno, como coloca Haddad (2015). O que se enxerga é a continuidade da marginalização e da pacificação dos palestinos em Jerusalém sob o apartheid neoliberal imposto pelo colonialismo israelense.

7.6 Considerações Finais

Neste capítulo, nós analisamos diferentes formas de resistência palestina em Jerusalém Oriental e as suas relações com as dinâmicas neoliberais à luz das concepções contemporâneas sobre a formação de uma Economia de Resistência palestina. Nós buscamos demonstrar como esforços de formação de economias alternativas que possam ajudar a corresponder às necessidades materiais e subjetivas da população nativa por bem-estar e dignidade, quando imbuídos de uma racionalidade neoliberal, podem ser cooptados pela hegemonia colonial-neoliberal. Fundamental para a nossa hipótese é o argumento de que o neoliberalismo e as suas práticas de empreendedorismo, empoderamento e *management* não são separadas das dinâmicas do colonialismo, pois ambos são expressões do capitalismo liberal na contemporaneidade. Nós buscamos demonstrar como são atribuídas ao neoliberalismo progressista e o empreendedorismo tecnológico, entre outras manifestações do capitalismo contemporâneo, características políticas fantasiosas e fraudulentas de transformação social, disrupção, colaboração econômica e solucionismo técnico.

Ao ser endossada principalmente por ONGs e demais organizações da sociedade civil não vistas como diretamente envolvidas com a política institucional ou por setores mais (neo)liberais das burocracias estatais, essas práticas e valores assumem um lugar antes ocupado pelos movimentos sociais e partidos políticos na formulação das imaginações e *práxis* anticoloniais de uma sociedade palestina cada vez mais descrente como saídas promovidas por representantes políticos. Ao cabo, nós buscamos demonstrar como este processo fez surgir o fenômeno dos empreendedores-ativistas que tem na forma empresarial do *management* um modo de orientar a luta cotidiana por dignidade, liberdade e bem-estar para tornar existência

um ato de resistência, *sumud*, mais ativo no sentido da transformação social por meio do empreendedorismo. No entanto, enquadrámos este tipo de atividade e imaginário políticos dentro de uma série de limitações que não seriam capazes de alcançar a verdadeira emancipação, desenvolvimento e libertação ambicionados pela população colonizada.

Em primeiro lugar, discutimos como as contradições de como opera o colonialismo neoliberal/neoliberalismo colonial, em particular na questão da propriedade privada, terra e moradia palestinas, tem feito muitos urbanistas nativos buscarem instrumentalizar estratégias do urbanismo empreendedor para tornar o neoliberalismo um aliado capaz de reverter e transformar o regime colonial. Este tipo de entendimento tem feito muitos palestinos de diversas áreas, como da tecnologia, a acreditar na capacidade do empreendedorismo de mudar o *status quo*, seja na maior e melhor inclusão dos palestinos à sociedade israelense ou na construção de uma alternativa independente palestina por relações com o mercado externo. No entanto, nós argumentamos que a hegemonia neoliberal não permite reformas no sistema por dentro ou por fora que promovam a verdadeira libertação ou a igualdade palestina, pois o mercado sempre reproduziria as hierarquias raciais originalmente construídas estruturalmente por décadas de colonialismo israelense no território da Palestina mesmo que legalmente essa liberdade e igualdade possam ser asseguradas. Nós buscamos demonstrar que as possibilidades de inclusão e emancipação possibilitadas pelo mercado sempre serão predatórias por operar como uma forma de acumulação por despossessão pelos interesses das classes dominantes. Este é o caso do empreendedorismo feminino e dos cursos de capacitação das mulheres jerusalemitas ao mercado de trabalho e financeiro, que acabam por ter a sua precariedade e vulnerabilidade aprofundada pela inclusão nos circuitos de proletarianização e endividamento.

Já no esforço dos ativistas-empresendedores para a formação de uma indústria *high tech* palestina em Jerusalém Oriental, defendemos a sua incapacidade de servir como instrumento para construir uma alternativa que de fato concorra com a israelização neoliberal na disputa pelos corações, mentes e força de trabalho da juventude palestina da cidade. A forma como o setor tecnológico opera levaria aos empresenedores palestinos necessariamente alinhar-se aos desejos coloniais por meio da adaptação às necessidades do mercado, consequentemente aprofundando a dependência econômica ao invés de contribuir para a formação de uma economia de resistência. Isso ocorreria pois os objetivos políticos não submetem as decisões econômicas, mas continuaram subjugadas às pressões do mercado neoliberal. Uma outra consequência da mesma limitação seria a mercantilização da palestinidade por alguns grupos empresariais

palestinos ligados ao setor de turismo. Embora o turismo palestino tenha grande capacidade de romper e concorrer de fato, tanto economicamente como simbolicamente, com a dominação colonial, a hegemonia neoliberal impediria a formação de uma economia de resistência capaz de sustentar um movimento político que mova a luta por autodeterminação adiante. Pelo contrário: todas essas práticas que têm no neoliberalismo um aliado estariam, em certo sentido, contribuindo para a proliferação de uma razão neoliberal e de valores de individualismo, egoísmo, auto-interesse e autorresponsabilidade. No longo prazo, podem enfraquecer os esforços de sustentação das “linhas de defesa” palestina formada pelos pequenos negócios familiares na região central da cidade, o sistema educacional autônomo e demais organizações que mantêm algum grau de independência na cidade. O exemplo disso é a mercantilização da identidade palestina em mais um ativo a ser colocada à disposição do capital no esforço de construir uma economia de resistência por meio da adaptação às exigências do mercado.

Além disso, vimos como a hegemonia neoliberal na cidade é fruto, como vimos, de um movimento único na sociedade palestina. O consenso neoliberal se constrói por processos aparentemente antagônicos da israelização neoliberal e do *fayadismo* palestino que, por meio dos seus conflitos e contradições, reforçam a possibilidade do neoliberalismo como a única alternativa possível, viável, racional e pragmática aos palestinos que desejam fazer algo para mudar a sua realidade. Portanto, a face humanizada do neoliberalismo progressista seria uma forma de inclusão predatória que reproduziria as antigas artimanhas coloniais. Como vimos, essa armadilha não seria restrita às elites palestinas que supostamente seriam as mais interessadas e beneficiadas materialmente pela proximidade com o neoliberalismo, mas uma racionalidade de profunda penetração na sociedade que se faz presente entre a pequena burguesia, as classes médias e trabalhadores nativos. Embora a burguesia palestina possua privilégios em relação ao restante da sociedade nativa, não existe *checkpoint* especial para o grande empresariado palestino por mais capacidades tecnológicas que venha a possuir.

Portanto, as necessidades econômicas de uma população longamente precarizada, humilhada e cansada das décadas de de-desenvolvimento imposta pelos colonizadores, a busca por reconhecimento que traga alguma dignidade contra a desumanização racista e as ilusões ideológica da separação entre capitalismo e colonialismo fazem do neoliberalismo um falso e fraudulento aliado na luta contra o racismo estrutural. Logo, se avança uma racionalidade que é essencialmente de-democratizante e espoliadora que seria inerentemente contrária aos anseios de libertação e emancipação dos palestinos. No entanto, ao invés da superação do racismo,

observa-se a reordenação das hierarquias coloniais enquanto uma consequência das escolhas dos sujeitos-empresa no mercado e não mais como resultado do colonialismo. Contudo, a continuidade das incapacidades representadas pela política institucional, entendida como corrupta e ineficiente, apenas reforçam o empreendedorismo e o neoliberalismo como as únicas saídas possíveis a partir de esforços individuais e desde baixo contra as decisões dos representantes políticos e diplomatas. O empreendedorismo possui a importante virtude de não ser entendido imediatamente como uma forma de normalização política como no antigo multiculturalismo liberal da coexistência ao estilo de Oslo. Mas neste pós-Oslo neoliberal, o multiculturalismo neoliberal faz do mercado um espaço preferencial para ainda avançar os interesses coloniais de forma elusiva e normalizada.

Portanto, o desenvolvimento neoliberal não contribui para a libertação palestina, mas para a reorganização do poder colonial israelense. O efeito político que produz, como a constituição de meios materiais que permitam aos palestinos continuar a viver em Jerusalém, não seria um ato político no sentido de descolonizar, emancipar ou libertar, mas de liberalizar a fruição da insatisfação, das necessidades de reprodução da vida e do desejo de reconhecimento da sua humanidade por meio do mercado. Dessa forma, nós argumentamos que o empreendedorismo não poderia ser entendido como um meio de resistência, mas apenas de afirmação da existência dos palestinos. A razão neoliberal, com seus discursos de rebeldia consequente, liberdade para agir racionalmente e lutar pelo o que é possível dentro do que o sistema permite, serve enquanto reprodução do antigo engodo colonial de “melhoria” para pacificação. O empreendedorismo e o desenvolvimento neoliberal reforçam a ilusão de que seria possível a emancipação definitiva somente pela adequação aos circuitos hegemônicos de poder, constituindo o anticolonialismo neoliberal que movimenta as estruturas, mas não altera as hierarquias do governo da diferença colonial.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi possível notar ao longo da tese, o desenvolvimento neoliberal serve aos propósitos do processo da colonização por povoamento israelense de Jerusalém de formas multifacetadas e muitas vezes contraditórias. Em conjunto da continuidade das medidas coercitivas de despossessão, as ambivalências resultantes desse poder difuso, aparentemente técnico e universalmente benéfico a todos, permite à racionalidade neoliberal se tornar uma norma hegemônica entre todos os extratos da população jerusalemita, israelenses judeus e palestinos. Em toda a Palestina, a opressão do bastão colonial que expulsa, mata, encarcera, humilha e empobrece é sempre remediada por algum alívio econômico. Até mesmo em Gaza, onde, apesar do bloqueio econômico, do confinamento socioespacial e dos ataques destrutivos, existem acordos entre as elites para permitir um fluxo mínimo de ajuda e bens de Israel para Gaza e, por outro lado, de trabalhadores palestinos para atender as demandas do mercado da região sul de Israel. A particularidade do processo colonial-neoliberal em Jerusalém em relação ao restante de Palestina/Israel é o encontro no tecido socioespacial da cidade de dois processos aparentemente antagônicos da israelização neoliberal com a palestinação neoliberal oriunda de Ramallah e da ajuda externa. Construída a partir das ações das instituições internacionais tanto ao governo de Israel como ao da AP e às suas respectivas organizações sociais locais, essa hegemonia em Jerusalém assegura a reprodução da hierarquia racial-colonial baseada na supremacia sionista, particularmente a *ashkenazim*, sobre os territórios, os recursos e a população em Jerusalém e em Palestina/Israel. Ademais, permite a reprodução das infraestruturas espaciais, jurídicas, sociais de acordo com as necessidades do capital transnacional em Israel, como revela o avanço das indústrias de turismo e *high tech* como as formas de acumulação preferenciais. Consequentemente, faz da inclusão e do desenvolvimento dos palestinos em Jerusalém processos reservados à integração ao mercado neoliberal e as suas formas de controle, exploração e espoliação.

Como vimos nos capítulos 4 e 5, a dupla dependência do regime colono israelense ao trabalho e à terra palestinas em Jerusalém para avançar a neoliberalização como forma de reproduzir as condições materiais e subjetivas necessárias para manter a coesão social e os privilégios dos israelenses em meio às espoliações que atingem as classes trabalhadoras judaicas como resultados das reformas estruturais constitui-se em uma importante vulnerabilidade do regime colono que poderia levar ao seu fim. As crescentes espoliações resultantes das neoliberalizações em Palestina/Israel sobre as classes trabalhadoras palestinas e israelenses poderiam significar a constituição de uma aliança inter-racial contra as classes

dominantes israelenses. Contudo, as hierarquias racistas produzidas estruturalmente pelo colonialismo por povoamento e a sua reprodução por meio de estratégias neoliberais fazem da desigualdade entre israelenses e palestinos e da fratura racial no seio dos subalternos e explorados ser mantida por meio de relações despolitizadas de mercado. Nós vimos como antigos projetos coloniais de despossessão dos palestinos e construção dos privilégios para os Israel por atores estatais e não estatais, como a ONG de colonos Elad, tem sido mantida por formas despolitizadas por meio de técnicas do urbanismo empreendedor. Ademais, o neoliberalismo traz novos atores para a coalização colonial, como é o caso das organizações de jovens ativistas e empreendedores tecnológicos, a exemplo da New Spirit, como forma de atrair a juventude sionista para a fronteira colonial de forma a fortalecer a presença demográfica judaica em Jerusalém, em declínio nas últimas décadas, por vias despolitizadas e “bacanas”. A construção de Israel como a “nação empreendedora” serve de novo mito nacional que faz do empreendedor *high tech* o novo tipo ideal do colono israelense no sionismo neoliberal.

Além disso, essa agenda do desenvolvimento neoliberal progressista permite a continuidade das despossessões do trabalho e do espaço da população nativa por formas mais suaves e inclusivas como resultado das necessidades do mercado, pacificando as insatisfações tanto de israelenses como de palestinos em relações às espoliações provocadas pela lógica colonial-neoliberal hegemônica. Isto é, as desigualdades e despossessões coloniais sobre as quais os privilégios dos colonos israelenses estão assentados são reproduzidas de forma fluída e fraudulenta como se fossem universalmente benéficas e permitissem, finalmente, a inclusão dos palestinos. Ao invés de caminhos para a descolonização ou paradoxos do entrelaçamento entre o neoliberal e o colonial, nós argumentamos que a integração de parcela dos palestinos faria parte de um desenvolvimento desigual e combinado que, por um lado, tem servido aos interesses do capital israelense por mão de obra qualificada e barata e, por outro lado, a formação de uma classe média de colaboradores profissionais que auxiliem no governo do restante da população nativa para a sua pacificação. Ou seja, o desenvolvimento neoliberal progressista por meio de práticas empreendedoras seria uma forma de avançar a despossessão socioespacial do colonialismo israelense e prover as “cenouras neoliberais” necessárias para o antigo e tradicional bastão colonial, muitas vezes privatizado e mercantilizado, em ação no cotidiano dos palestinos jerusalemitas. O desenvolvimento empreendedor individual, urbano, comunitário e nacional serviriam como contraparte das políticas coercitivas e vigilantes de segurança para dinamizar, por formas mais suaves, inclusivas e benevolentes, a subalternidade

dos palestinos sob a supremacia de todos os israelenses, incluindo os grupos étnicos e as classes sociais inferiorizadas, como um bloco histórico dominante.

Dessa forma, se reproduz no presente a antiga estratégia colonial de pacificação social e expansão das relações socioespaciais adaptadas ao mercado global sobre os territórios e as populações colonizadas por políticas paternalistas tecnocráticas (neo)liberais legitimadas por subjetividades orientalistas e racistas. Nós entendemos este processo como uma reprodução do nexo segurança-desenvolvimento que tem a sua origem na racionalização do uso da força e no uso do desenvolvimento nativo como forma não convencional de engajamento nos conflitos coloniais assimétricos do início do século XX. Estas estratégias de pacificação liberais desejavam fazer da ocupação colonial uma progressista e civilizatória na qual haveria supostamente um interesse mútuo dos colonizados e dos colonizadores na continuidade do colonialismo. Na realidade, entretanto, buscavam construir um governo dos nativos baseado em formas fraudulentas de consentimento e adaptado ao mercado global em troca de formas limitadas de desenvolvimento e bem-estar sob o julgo europeu. Logo, as políticas progressistas do desenvolvimento neoliberal em Jerusalém seriam a parcela inclusiva do processo permanente de acumulação primitiva de capital conduzido pelas classes dominantes israelenses para manter o apoio das classes inferiores israelenses e das elites globais à condução ininterrupta da violenta pilhagem colonial da terra e do trabalho dos palestinos.

Nós entendemos que essa reprodução da racialização e dos modos de governo dos palestinos seriam, dialeticamente, condições impostas pelas necessidades de reprodução e acumulação hegemônicas do capitalismo neoliberal e também instrumentos oferecidos pelo próprio neoliberalismo. O neoliberalismo, ao mesmo tempo, se beneficia das clivagens raciais marcadas na sociedade e no espaço de Jerusalém, mas a proliferação da despossessão sobre os diversos setores da sociedade, inclusive aqueles historicamente privilegiados, constitui instabilidades e vulnerabilidades à manutenção do regime capitalista e colonial como um todo. Logo, o multiculturalismo neoliberal é fundamental pois, ao operar por meio do mercado entendido hegemonicamente como um espaço neutro no qual os sujeitos empreendedores poderiam exercer a sua liberdade livres de opressões raciais, de gênero e sexualidade, esconde as opressões coloniais no cotidiano da sociabilidade urbana. A histórica separação ilusória entre economia e política se reproduz numa divisão entre colonialismo como um fenômeno exclusivo ao reino da política e da violência, enquanto o mercado seria um espaço capaz de construir a paz por meio de trocas mutuamente benéficas, racionais, eficientes e, portanto, pacíficas.

Portanto, as eventuais mudanças políticas resultantes da atuação empreendedora dos ativistas palestinos e israelenses seriam resultado do seu esforço individual e de eventuais parceiros comunitários, e não fruto de políticas racistas oriundas do Estado. Diferentemente do multiculturalismo liberal de aproximação de vozes excluídas e representações vazias característica do período do Processo de Paz dos anos 1990, o multiculturalismo neoliberal não normalizaria as relações coloniais ao trazer benefícios materiais para alguns sujeitos, permitir a ascensão social de outros e não envolver colaboração em assuntos delicados que seriam “linhas vermelhas”, como educação e identidade, no qual há grande resistência nativa, mas seriam trocas voluntárias no mercado que eventualmente poderiam trazer impactos políticos.

No entanto, nós buscamos demonstrar como este discurso sedutor de ativismo empreendedor desde baixo sem a aparente intervenção estatal tem sido uma forma de operação do imperialismo do capital sob a hegemonia neoliberal que se vale de discursos progressista de empoderamento, liberdade, disrupção e mudança sociopolítica por meio da capacitação empreendedora e linhas de microcrédito que parecem inicialmente somente benéficas e formas de fazer cumprir os seus direitos sociais e humanos. Contudo, seriam, na realidade, parte de uma agenda global de despossessão e pacificação, particularmente das populações sobressalentes dos grandes centros urbanos e das nações do Sul Global. As instituições internacionais, como a OCDE, BM e FMI, e ONGs transnacionais e seus parceiros locais se tornaram os principais corretores dessa agenda globalmente como forma de fortalecer as sociedades civis contra a opressão violenta do Estado e permitir aos atores exercerem a sua liberdade no mercado e corresponder as suas necessidades econômicas históricas. Não por acaso, as instituições internacionais e as ONGs se tornaram protagonistas da questão Palestina/Israel, incluindo Jerusalém, desde os anos 1990. Este neoliberalismo progressista surge como uma alternativa racional e factível dos oprimidos, excluídos e explorados avançarem as suas agendas políticas para reformar o sistema hegemônico de forma a torná-lo mais humanizado e tolerante. No entanto, como demonstramos em relação ao caso de Jerusalém e tem sido comum em periferias urbanas, particularmente de nações do Sul como o Brasil, essas agendas de capacitação empreendedora e regularização fundiárias tem servido como novos mecanismos de despossessão e pacificação por meio da inclusão aos mercados financeiros, como no caso das empreendedoras de si mesmas jerusalemítas (capítulos 6 e 7). Consequentemente, há um crescimento de valores de individualismo, egoísmo, auto-interesse e concorrência entre populações que historicamente tem sobrevivido com base em solidariedades comunitárias. Ademais, há um aumento do endividamento pela expansão do

crédito bancário e programas de educação profissionalizante, que se tornaram formas preferenciais de acumulação pela despossessão da terra e do trabalho dos subalternos.

O resultado da integração promovida pela israelidade neoliberal, por um lado, e da palestinação neoliberal, por outro, seria a formação de uma sociabilidade crescentemente neoliberal em Jerusalém que seria benéfica principalmente aos interesses da população israelense e também de parcelas dos estratos médios e superiores da sociedade palestina local. Nós argumentamos que o mercado não pode ser entendido como um espaço no qual os palestinos e demais populações oprimidas e exploradas em Palestina/Israel poderiam avançar a sua agenda de libertação nacional e emancipação de forma verdadeira. O desenvolvimento resultante da atuação dos sujeitos no mercado poderia resultar em benefícios materiais e num alívio importante para uma população que tem sido crescentemente encurralada pela ocupação e vive numa situação de vulnerabilidade, precariedade e sofrimento desumanos. No entanto, a ausência de alternativas à disposição ao alcance dos palestinos pela atuação do colonialismo israelense e do imperialismo do capital por meio de instituições estatais, organismos multilaterais e organizações não governamentais, locais e globais, tem severamente limitado as possibilidades de os palestinos encontrarem um caminho e um horizonte político verdadeiramente emancipador para além daquilo que é imposta como a única alternativa: o desenvolvimento neoliberal e a adaptação ao mercado.

A capacidade fraudulenta do empreendedorismo servir enquanto uma tecnologia espoliadora é justamente por se tratar de uma prática e racionalidade que toca nas necessidades materiais e sofrimentos subjetivos reais que são historicamente produzidos pelo próprio capitalismo racial. O neoliberalismo progressista estaria oferecendo ferramentas importantes para os israelenses “desentalarem” Jerusalém dentro do seu projeto colonial maior de forma que em 50 anos de história não teriam conseguido fazer pelo uso sistemático da violência, da coerção e do de-desenvolvimento diante da resistência dos palestinos. O neoliberalismo permite agora *incluir* de forma fraudulenta parcela dos palestinos como colaboradores alienados da sua própria despossessão a exemplo do que ocorre em outros contextos coloniais, como o Canadá (COULTHARD, 2014). Contudo, como nota Lorde (2019), não tem como jogar no tabuleiro construído pelas classes dominantes para promover uma mudança genuína: é possível vencê-los por um momento, mas não os superar. A antiga economia de resistência palestina fundada num regime de produção e solidariedade fordista tem encontrado dificuldade de sustentar a crescente concorrência neoliberal e as pressões coercitivas exercidas pela ocupação civil-militar

em Jerusalém, como é o caso dos comerciantes da Cidade Velha. Já as novas práticas empreendedoras, que buscam forjar uma economia de resistência adaptada à hegemonia neoliberal, têm sido cooptadas pelo interesse das classes dominantes (capítulo 7). Logo, toda a regulação social do governo colonial passou de um baseado no *welfare* para uma no *workfare* no qual as iniciativas econômicas palestinas não têm como concorrer com os israelenses sem ser cooptados, em última instância, pelo mercado neoliberal.

Em concordância com diferentes autores (HADDAD, 2016; HANIEH, 2016; SAMOUR, 2016; SEIDEL, 2019), entendo que o excesso de pragmatismo e a suposta racionalidade dos atores palestinos em buscar principalmente o “possível” dentro da realidade imposta pelo imperialismo e o colonialismo neoliberais limita as possibilidades de emancipação ao mercado, no qual o verdadeiro desenvolvimento e a real emancipação não seriam possíveis. Colocar os pés no chão implicaria, na realidade, em afundá-lo na areia movediça do neoliberalismo colonial. O progressismo neoliberal serve de isca para essa armadilha das classes dominantes. Por essa razão, os autores palestinos críticos do desenvolvimento neoliberal defendem que a atuação econômica deve ser submetida aos objetivos políticos dos palestinos por autodeterminação, liberdade e dignidade (ARAFEH, 2018; DANA, 2014b; HADDAD, 2015). De forma similar, Wood, Gramsci e Fanon reivindicam a importância da centralidade da política na condução da práxis para incluir a ação no campo da liberdade e não mais da necessidade econômica de sobrevivência (FAUSTINO, 2018; MONTENEGRO, 2012). Este é um esforço difícil, mas seria a única forma de superar as ilusões da separação entre economia e política e também o fetiche pelo empreendedorismo e o desenvolvimento neoliberal que tem limitado a formação de uma economia de resistência verdadeiramente contrahegemônica capaz de conter e destruir a colonização. Caso contrário, os empenhos de construção de uma alternativa econômica que centralize a política podem ser mercantilizados pelo neoliberalismo, como no caso da indústria do turismo e da identidade palestina em Jerusalém Oriental (cap. 7).

Outra necessidade colocada pela literatura palestina da Economia de Resistência é a necessidade de superar o paradigma do Estado-Nação como a única forma de construir a libertação dos palestinos (ARAFEH, 2018). Este ponto é importante pois, como coloca Fanon (1968), a afirmação essencialista da libertação nacional conduzida pelas elites nativas empossadas no poder de um Estado independente por meio da adequação aos modos econômicos e políticos dominantes no sistema internacional reproduzam as antigas formas de dominação da população nativa e a dependência às grandes potências imperialistas. Logo, a

afirmação alienada do nacionalismo para trazer dignidade e reconhecimento no sistema nacional faria o Estado pós-colonial cair nas armadilhas do neocolonialismo. O nacionalismo seria dialeticamente um fator fundamental e limitador no processo de libertação material e subjetiva dos colonizados. Portanto, não haveria libertação verdadeira sem a superação do sistema capitalismo numa escala planetária, pois as estruturas de centralidade e periferia que mantém as nações pós-colonizadas numa situação de dependência e subdesenvolvimento não foram desfeitas com a independência nacional em uma parcela do território global. Por essa razão, Nkrumah (1967) e outros líderes do Terceiro Mundo reivindicavam uma Nova Ordem Econômica que superasse o capitalismo e desconstruísse o sistema internacional. Um paralelo poderia ser feito em relação a apropriação do desenvolvimento neoliberal para conduzir a luta anticolonial no presente, como vimos no capítulo 7.

Embora Fraser (2017; RIBEIRO; BRESSIANI, 2020) argumente o governo Trump e a crise do coronavírus em 2020 possam ter provocado uma crise de legitimidade sem precedentes no neoliberalismo, particularmente de sua versão progressista, que não o permitira mais se sustentar, entendo ser ainda cedo para decretar a sua morte. Um indício da sustentabilidade do avanço do neoliberalismo por uma face progressista e pacífica seria possível de observar nos “acordos de paz” entre Israel e as nações do Bahrein e dos EAU, em 2020, no contexto da imposição de uma “solução final” aos palestinos dentro do plano “Paz à Prosperidade” caracterizado pela permanência do paradigma da “paz neoliberal” (HUBERMAN; HARTMANN; AGOSTINELLI, 2020). Trump e Netanyahu, líderes do neoliberalismo conservador, foram também os maiores patrocinadores do programa de desenvolvimento e inclusão dos palestinos de Jerusalém Oriental analisados nesta tese — um projeto também defendido pelos conservadores israelenses Barkat, Elkin e Leon. A eleição de Joe Biden para a presidência dos EUA seria, inclusive, uma oportunidade de reforço do neoliberalismo progressista globalmente e em particular para o Oriente Médio. No entanto, seria possível que a essência fraudulenta do neoliberalismo como uma racionalidade e doutrina econômica supostamente benéfica a todos e todas esteja mais exposta do que nunca, como revela a rejeição praticamente unânime dos palestinos, incluindo praticamente a totalidade do establishment político-econômico, da farsa que significa o “Acordo do Século” elaborado por Trump e Netanyahu. Contudo, as elites palestinas não deixaram de lado a agenda econômica neoliberal e a cooperação de segurança com os israelenses.

A rejeição é uma prática política importante para os intelectuais anticoloniais que refletem sobre as possibilidades de emancipação e descolonização. Segundo Fanon (1968), a catarse revolucionária asseguraria a emancipação não apenas dos colonizados, mas uma emancipação humanista de todos os explorados e oprimidos partir da destruição das estruturas capitalistas-coloniais. Como forma de provocar essa catarse, autores como Fanon, Simpson (2017) e Couthard (2014) veem a revolta, a rejeição e o ódio como práticas libertadoras e emancipadoras para os colonizados. A rejeição faria o colonizado deixar o estado de coisa para se tornar um sujeito capaz de se emancipar e promover uma descolonização e desenvolvimento reais. Logo, seria a única forma do colonizador ceder no sentido da descolonização real, diferente das fraudulentas por meio do neoliberalismo, como dos Acordos de Oslo e do fim do apartheid na África do Sul (CLARNO, 2017). No entanto, quando o colonizado se desfaz do ódio, da rejeição e da revolta para acomodar-se a uma ação vista como racional, civilizada e polida de diálogo, empreendedorismo social, colaboração e reconhecimento mútuo, estaria, dialeticamente, aceitando a objetificação racista do colonizador que o vê como um ser ontologicamente irracional, raivoso, incapaz e atrasado. Os palestinos são grande exemplo deste processo, pois desde os anos 1990 tem sido obrigado a se mostrar para como contraparte racional para a “paz” por meio dos instrumentos neoliberais disponibilizados pelas forças dominantes. O resultado, como vimos, tem sido a reprodução do governo colonial por meio das relações de mercado neoliberais.

Para responder a essas tentativas (neo)liberais de cooptação, cada vez mais nações indígenas questionam os paradigmas de inclusão, reconhecimento, reconciliação, justiça transicional e promessa emancipatória de direitos humanos para engajar-se em formas alternativas e comunitárias de vida mesmo em espaços urbanos (COULTHARD, 2014; SIMPSON, 2017; TATOUR, 2016). Rejeição, Tatour (2016) sugere, é uma importante metodologia em abrir espaço para lidar com as ambivalências que veio a colonizar a vida nativa e a imaginação. A insistência no imperativo político de rejeição como fundacional a um projeto de libertação não refletiria uma proposição de futuro, tampouco sugeriria que os legados do colonialismo poderiam ser apagados como se nunca tivessem existido. Ao invés disso, a posição rejeicionista, em particular a de Fanon, deve ser lida como bússola, uma pedagogia e um objetivo normativo de descolonização (TATOUR, 2016). Seria apenas pela rejeição e a destruição das posições dialéticas colono-nativo que poderia ocorrer a verdadeira descolonização (MAMDANI, 2001). Caso contrário, a luta nacional essencialista pela adaptação à hegemonia global pode resultar na inversão das posições entre opressor e oprimido.

O caso do antissemitismo na Europa, da questão judaica, do sionismo e da colonização sionista da Palestina é um exemplo próximo e ilustrativo dos limites emancipadores da luta que se baseia na opressão de um novo Outro (cap. 2). Nas palavras de Memmi (2007): a "revolta é apenas uma forma para fora da situação colonial, e o colonizado percebe uma hora ou outra. A sua condição é absoluta e pede uma solução absoluta; uma quebra e não um compromisso".

A rejeição, entretanto, não significaria uma rejeição essencialista de todos os sujeitos colonos como aliados. Tampouco significaria somente práticas baseadas na força, embora não excluam esta. Hanieh (2016) menciona o exemplo do movimento BDS, que rejeita atividades conjuntas com qualquer instituição israelense ou projetos que normalizem o poder colonial e entenda a situação dos palestinos como fruto de um conflito entre duas partes iguais. A recusa tem o potencial de romper com os esforços de normalização que o neoliberalismo tem construído por novas formas na Palestina. Tatour (2016) cita o exemplo de grupos beduínos e *queer* palestinos em Israel que tem avançado um anticolonialismo rejeicionista fora dos parâmetros da cidadania liberal. Em diferentes localidades de Palestina/Israel existem movimentos de base que tem construído novas formas de vida que incluem, inclusive, a reconciliação com os israelenses, mas por novas formas. O questionamento da propriedade privada do solo urbano e o uso comunitário para a ressurgência indígena, como tem sido desempenhado por movimentos indígenas urbanos da América do Norte e reprimido violentamente pelas autoridades colonas, é um exemplo do potencial disruptivo que a rejeição da ordem hegemônica e a busca por novas formas de viver (DORRIES; HUGILL; TOMIAK, 2019). O movimento Black Lives Matter é um outro exemplo contemporâneo de luta antirracista que fugiria das armadilhas do nacionalismo, da cidadania liberal e do empreendedorismo neoliberal. Os diversos episódios de solidariedade transnacional do BLM e também de movimentos indígenas dos EUA com os palestinos são reveladores dos potenciais emancipadores dessas alianças (ERAKAT; HILL, 2019).

É importante ressaltar que não defendemos que todas as práticas de resistência que se utilizam do desenvolvimento neoliberal devem ser rejeitadas pelos palestinos, pois elas são, para muitos, as únicas formas de responder, no curto prazo, às necessidades materiais diante da continuidade do de-desenvolvimento imposto pelos colonizadores israelenses. Não existe luta anticolonial em situação de precarização e vulnerabilidade que muitos palestinos jerusalemistas se encontram. Mas deve-se ter atenção às armadilhas que a aliança com o neoliberalismo traz para o movimento de libertação. Ademais, seria importante entender essa aliança como

provisória e que em dado momento deveria ser superada para alcançar a emancipação real⁵⁸. Para Hanieh (2016, p. 43), a “luta interna contra o neoliberalismo é intrinsicamente conectada à luta maior contra o poder israelense”. Ele cita as contribuições de Hilal sobre o governo da AP nos TPO, que defende a importância de estabelecer um salário mínimo decente, a proteção formal aos desempregados e reativação da seguridade social como formas institucionais de sustentar economicamente uma luta anticolonial que desafie o poder colonial israelense (idem). A ausência de instituições palestinas que consigam universalizar o apoio socioeconômico à população nativa em Jerusalém é certamente um limitador, mas não um impeditivo.

Pela localização geográfica e as características socioespaciais, Jerusalém poderia servir como um espaço urbano importante para a construção de um novo tipo de solidariedade e reconciliação entre palestinos e israelenses que seja capaz de extrapolar as determinantes nacionais e neoliberais para “retomar” os bairros e demais espaços sociais da vida palestina, como escolas e centros comunitários. A possibilidade de construção, desde baixo, de locais nos quais todos os jersalemitas possam construir um modo de vida comunitário que enfrente as lógicas de despossessão do neoliberalismo e do colonialismo pode servir de caminho para uma descolonização e emancipação de todos — palestinos e israelenses. Da mesma forma que o espaço urbano de Jerusalém expressa movimentos globais do capitalismo, a geopolítica regional das transformações do Oriente Médio e também características nacionais do conflito colonial em Palestina/Israel, pode também servir como localidade de ruptura da ordem hegemônica. A cidade é um dos locais do país onde as contradições se manifestam de forma mais evidente e crispada apesar dos esforços de normalização e fraude descritos nessa tese. Nas últimas décadas, as cidades, como expresso em movimentos como Primavera Árabe, se tornaram espaços preferenciais de acumulação de capital, conflito sociais e insurreições populares capazes de representar sentimentos nacionais, novos modos de vida e práticas de resistência insurgentes. O *sumud* dos palestinos jersalemitas e os esforços de algumas organizações que tem buscado ultrapassar os paradigmas do colonialismo, como o Free Jerusalem e o Waac-Maan, servem de exemplos importantes de resistência. O simbolismo e a importância material de Jerusalém para israelenses e palestinos podem servir oportunidade para dar corpo ao novo que finalmente traga a libertação e o desenvolvimento reais.

⁵⁸ Em relação à luta dos negros contra o racismo e o colonialismo, Fanon defendia o nacionalismo e movimento de negritude como ideologias de afirmação da identidade importantes no processo de humanização dos colonizados, mas que deveriam ser deixados de lado para não cair nas armadilhas das reivindicações essencialistas que poderiam limitar a emancipação dos oprimidos e reproduzir as formas de subjugação coloniais (BARROS, 2019b; FAUSTINO, 2018).

REFERÊNCIAS

- ABDO, N.; YUVAL-DAVIS, N. **Palestine, Israel and the Zionist settler project**. *Unsettling Settler Societies: Articulations of Gender, Race, Ethnicity and Class*, v. 11, p. 291, 1995.
- ABED, S.; SAMMAN, M. **Introduction to Special Issue on Settler-Colonialism and Indigenous Rights in Al-Quds/Jerusalem**. *Journal of Holy Land and Palestine Studies*, v. 17, n. 1, p. 1–7, maio 2018.
- ABILIO, L. C. **O Make Up do Trabalho: uma empresa e um milhão de revendedores de cosméticos**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2011a.
- ABILIO, L. C. **A gestão do social e o mercado da cidadania**. In: CABANES, R. (Ed.). . *Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Boitempo, 2011b. p. 297–316.
- ABOWD, T. P. **Colonial Jerusalem : the spatial construction of identity and difference in a city of myth, 1948-2012** /. First edition. ed. Syracuse, N.Y. : Syracuse University Press, 2014.
- ACOSTA, A. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- AGIER, M. **Refugiados diante da nova ordem mundial**. *Tempo Social*, v. 18, n. 2, p. 197–215, 2006.
- AL-GHOUL, D. **Entrevista com Daoud al-Ghoul (Centro Cultural de Jerusalém Oriental)**, Jerusalém, jul. 2019.
- ALAMI, H. **Entrevista com Hani Alami (Jest)**, Jerusalém, Agosto 2019.
- ALEXANDER, M. **The New Jim Crow: Mass Incarceration in the Age of Colorblindness**. New York: The New Press, 2020.
- ALFASI, N.; GANAN, E. **Jerusalem of (foreign) gold: entrepreneurship and pattern-driven policy in a historic city**. *Urban Geography*, v. 36, n. 2, p. 157–180, 17 fev. 2015.
- ALGAZI, G. **Offshore Zionism**. *New Left Review*, II. n. 40, p. 27–37, 2006.
- AL-HUSSEINI, L. **Entrevista com Louay Al-Husseini (Câmara Árabe de Comércio de Jerusalém)**, Jerusalém, jun. 2019.
- ALKHALILI, N. **‘A forest of urbanization’: Camp Metropolis in the edge areas**. *Settler Colonial Studies*, p. 1–20, 11 dez. 2017.
- ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- AL-NAYZAK. **Al-Nayzak**. Disponível em: <<https://www.alnayzak.org/>>. Acesso em: 6 nov. 2020.

ALTHALATHINI, D.; AL-DAJANI, H.; APOSTOLOPOULOS, N. **Navigating Gaza's conflict through women's entrepreneurship**. International Journal of Gender and Entrepreneurship, 2020.

ALVA, N. **Palestinian Workers Campaign for Social Justice**. Middle East Report, n. 281, p. 10–14, 2016.

ALVI, F. H.; PRASAD, A.; SEGARRA, P. **The Political Embeddedness of Entrepreneurship in Extreme Contexts: The Case of the West Bank**. Journal of Business Ethics, v. 157, n. 1, p. 279–292, 1 jun. 2019.

AMEEN. **Entrevista com Ameen - estudante palestino de ciência da computação na Universidade Hebraica**, Jerusalém, jul. 2019.

AMUHAMAD. **Entrevista com Amuhamad do restaurante**, Jerusalém, Agosto 2019.

ANDERSON, K. **Marx nas margens: nacionalismo, etnias e sociedades não ocidentais**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

ANIEVAS, A.; MANCHANDA, N.; SHILLIAM, R. **Race and Racism in International Relations: Confronting the Global Colour Line**. 1. ed. New York: Routledge, 2014.

ANWAR COLLEGE. **Anwar Jerusalem College**. Disponível em: <<https://www.anwarcollege.org/ar/>>. Acesso em: 2 nov. 2020.

ARAFEH, N. **Economic Collpase in East Jerusalem: Strategies for Recovery**. Ramallah: Al-Shabaka, 2016a.

ARAFEH, N. **Which Jerusalem? Israel's little known mater plans**. Ramallah: Al-Shabaka, 2016b.

ARAFEH, N. **The Current State of the Markets in the Old City of Jerusalem**. Palestine Economic Policy Research Institute - MAS, p. 9, 2016c.

ARAFEH, N. **'Resistance Economy': A New Buzzword?** JOURNAL FÜR ENTWICKLUNGSPOLITIK, v. XXXIV, n. I, p. 91–102, 2018.

ARAFEH, N. **Jerusalem under Continuous Settler Colonialism (1967–Present)**. MIDDLE EAST INSIGHTS, n. 228, p. 7, 2020.

ARAFEH, N.; KHALIDI, R. **Local Economic Development (LED) for the State of Palestine**. Jerusalem and Ramallah: Palestine Economic Policy Research Institute, 2017.

ARAFEH, N.; SAMMAN, M.; KHALIDI, R. **Israel's Colonial Projection and Future Plans for Jerusalem**. n. 68, p. 14, 2016.

ARANTES, O. Uma estratégia fatal: **A cultura nas novas gestões urbanas**. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Eds.). . A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

ARANTES, P. **O novo tempo do mundo: E outros estudos sobre a era da emergência**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

ARIELLA. **Entrevista com Ariella (Prefeitura de Jerusalém - Secretaria de Lazer e Juventude)**, Jerusalém, jul. 2019.

ARURI, A. **Maintaining a Jewish majority: Jerusalem Municipality to demolish entire Palestinian neighborhood, leaving 500 people without a roof over their heads**. Disponível em: <https://www.btselem.org/jerusalem/20190613_wadi_yasul>. Acesso em: 15 out. 2020.

AZOULAY, A.; OPHIR, A. **The one-state condition : occupation and democracy in Israel/Palestine** /. Stanford, California : Stanford University Press, 2012.

BAIDOUN, S. **Entrevista com Sahr Baidoun (Organização de residentes de Silwan)**, Jerusalém, jun. 2019.

BALLESTRIN, L. **América Latina e o giro decolonial**. *Revista brasileira de ciência política*, n. 11, p. 89–117, 2013.

BARAK, M. **Entrevista com Michal Barak (Universidade Hebraica)**, Jerusalém, jul. 2019.

BARAKAT, R. **The Jerusalem Fellaḥ: Popular Politics in Mandate-Era Palestine**. *Journal of Palestine Studies*, v. 46, n. 1, p. 7–19, 1 nov. 2016.

BARAKAT, R. **Writing/righting Palestine studies: settler colonialism, indigenous sovereignty and resisting the ghost(s) of history**. *Settler Colonial Studies*, v. 8, n. 3, p. 349–363, 3 jul. 2018.

BAREL-SABAG, O. **Entrevista com Oded Barel-Sabag (JNext - Jerusalem Development Authority)**, Jerusalém, jun. 2019.

BARROS, D. R. **O lugar da raça no capital**. *Jacobin Brasil*, n. Especial, p. 110–117, 2019a.

BARROS, D. R. **Lugar de negro, lugar de branco?: Esboço para uma crítica à metafísica racial**. São Paulo: Hedra, 2019b.

BARROWS-FRIEDMAN, N. **Racism pushing Palestinian citizens of Israel to Ramallah**. Disponível em: <<https://electronicintifada.net/content/racism-pushing-palestinian-citizens-israel-ramallah/11664>>. Acesso em: 15 out. 2020.

BARTAL, S. **Lone-wolf or terror organization members acting alone: new look at the last Israeli–Palestine incidents**. *Middle Eastern Studies*, v. 53, n. 2, p. 211–228, 4 mar. 2017.

BAUMANN, H. **Enclaves, borders, and everyday movements: Palestinian marginal mobility in East Jerusalem**. *Cities*, v. 59, p. 173–182, nov. 2016.

BAUMANN, H. **The Violence of Infrastructural Connectivity: Jerusalem’s Light Rail as a Means of Normalisation**. *Middle East - Topics & Arguments*, v. 10, n. 0, 14 jun. 2018.

BERKOVITCH, O. **Entrevista com Ofer Berkovitch (Hitorerut in Jerusalem)**, Jerusalém, jul. 2019.

BHAMBRA, G. **Rethinking Modernity: Postcolonialism and the Sociological Imagination**. New York: Springer, 2007.

BHAMBRA, G. K.; HOLMWOOD, J. **Colonialism, Postcolonialism and the Liberal Welfare State**. *New Political Economy*, v. 23, n. 5, p. 574–587, 3 set. 2018.

BHANDAR, B. **Colonial Lives of Property: Law, Land, and Racial Regimes of Ownership**. Durham: Duke University Press Books, 2018.

BHANDAR, B.; ZIADAH, R. **Acts and omissions: Framing settler colonialism in Palestine Studies**, Jadaliyya, 2016.

BHATTACHARYYA, G. **Rethinking Racial Capitalism: Questions of Reproduction and Survival**. Lanham: Rowman & Littlefield International, 2018.

BIANCHI, A.; ALIAGA, L. **Força e consenso como fundamentos do Estado: Pareto e Gramsci**. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 5, p. 17–36, jul. 2011.

BLATMAN-THOMAS, N.; PORTER, L. **Placing Property: Theorizing the Urban from Settler Colonial Cities**. *International Journal of Urban and Regional Research*, 25 set. 2018.

BLUM, B. **High-tech hopes - Addressing Israel's engineering shortage** - The Jerusalem Post. Disponível em: <https://www.jpost.com/jerusalem-report/high-tech-hopes-addressing-israelsengineeringshortage637325?utm_source=ActiveCampaign&utm_medium=email&utm_content=Hightech+hopes++Addressing+Israel+s+engineering+shortage&utm_campaign=Premium+plus+August+7>. Acesso em: 6 nov. 2020.

BOER, D. V. **Toward Decolonization in Tourism: Engaged Tourism and the Jerusalem Tourism Cluster**. *Jerusalem Quarterly*, n. 65, p. 13, 2016.

BOTELHO, M. L. **Crise urbana no Rio de Janeiro: favelização e empreendedorismo dos pobres**. In: BRITO, F.; OLIVERIA, P. R. DE (Eds.). *Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social*. São Paulo: Boitempo, 2013.

BOXERMAN, A. **As mammoth high-tech hub is eyed for East Jerusalem, will it benefit locals?** *The Times of Israel*, 14 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.timesofisrael.com/as-mammoth-high-tech-hub-is-eyed-for-east-jerusalem-will-it-benefit-locals/>>

BRAGA, R. **A rebeldia do precariado**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

BRAIER, M.; YACOBI, H. **The planned, the unplanned and the hyper-planned: dwelling in contemporary Jerusalem**. *Planning Theory & Practice*, v. 18, n. 1, p. 109–124, 2 jan. 2017.

BRAND, H. **Entrevista com Hanan Brand (MadeinJLM)**, Jerusalém, jul. 2019.

BRAND, H.; WEXLER, H.; SINGER, W. **The Business Kibbutz: The culture that leads the Jerusalem venture ecosystem**. *Coller Venture Review*, n. 5, 2017.

BROWN, W. **Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution**. Cambridge: MIT Press, 2015.

BTSELEM. **Batan al-Hawa neighborhood, Silwan: The next target for “Judaization” of E. J’alem**, Btselem, 11 dez. 2016. Disponível em: <https://www.btselem.org/jerusalem/20161208_batan_al-hawa>. Acesso em: 14 out. 2020

BUSBRIDGE, R. **Israel-Palestine and the Settler Colonial ‘Turn’: From Interpretation to Decolonization.** *Theory, Culture & Society*, v. 35, n. 1, p. 91–115, 1 jan. 2018.

BYRD, J. A. **The transit of empire: Indigenous critiques of colonialism.** Minneapolis: U of Minnesota Press, 2011.

CALAME, J.; CHARLESWORTH, E.; WOODS, L. **Divided Cities: Belfast, Beirut, Jerusalem, Mostar, and Nicosia.** Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2012.

CASANOVA, P. G. **Colonialismo interno.** In: BORON, A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. (Eds.). *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas.* CLACSO, 2007.

CASTELLANOS, M. B. **Introduction: Settler Colonialism in Latin America.** *American Quarterly*, v. 69, n. 4, p. 777–781, 21 dez. 2017.

CASTELO, R. **O canto da sereia: socialliberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro.** *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, v. 11, n. 31, 2013.

CESAIRE, A. **Discurso Sobre O Colonialismo.** São Paulo: EDITORA VENETA, 2020.

CHADAREVIAN, P. C. **Os precursores da interpretação marxista do problema racial.** *Crítica Marxista*, n. 73, p. 20, 2007.

CHAKRABARTY, D. **Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference - New Edition.** Princeton: Princeton University Press, 2009.

CHATTERJEE, P. **The nation and its fragments: Colonial and postcolonial histories.** Princeton: Princeton University Press, 1993. v. 4

CHIBBER, V. **Postcolonial Theory and the Specter of Capital.** London ; New York: Verso Books, 2013.

CHIODELLI, F. **The Jerusalem Master Plan: Planning into the Conflict.** *Jerusalem Quarterly*, v. 51, p. 16, 2012.

CHIODELLI, F. **Shaping Jerusalem: Spatial planning, politics and the conflict.** 1 edition ed. New York, NY: Routledge, 2016.

CHRONICLE, J. **High-tech is model for shared living, say co-CEOs.** Disponível em: <<https://jewishchronicle.timesofisrael.com/high-tech-is-model-for-shared-living-say-co-ceos/>>. Acesso em: 15 out. 2020.

CLARNO, A. **Neoliberal Apartheid: Palestine/Israel and South Africa after 1994.** Chicago: University of Chicago Press, 2017.

COHEN, H. **Good Arabs: The Israeli Security Agencies and the Israeli Arabs, 1948–1967.** Berkeley: University of California Press, 2010.

COHEN, H. **The Rise and Fall of Arab Jerusalem.** New York: Routledge, 2011.

COHEN-BAR, E.; KRONISH, S. **Survey of Palestinian Neighborhoods in East Jerusalem: planning problems and opportunities**. Jerusalem: Bimkom, 2013.

COLLINS, J. **Global Palestine**. London: C Hurst & Co Publishers Ltd, 2011.

COOK, J. **Jerusalem cable car project passes over objections from many quarters**. Disponível em: <<https://www.thenationalnews.com/world/mena/jerusalem-cable-car-project-passes-over-objections-from-many-quarters-1.860546>>. Acesso em: 15 out. 2020.

COULTHARD, G. S. **Red skin, white masks: rejecting the colonial politics of recognition**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2014.

COUTINHO, C. N. **Gramsci's Political Thought**. London: BRILL, 2012.

CRONIN, D. **Pro-Israel group NGO Monitor teams up with Europe's far-right**. Text. Disponível em: <<https://electronicintifada.net/blogs/david-cronin/pro-israel-group-ngo-monitor-teams-europes-far-right>>. Acesso em: 15 out. 2020.

DAGONI, N. **Monitoring Government Decision 3790 for Investment in East Jerusalem**. Jerusalem: Ir Amin, maio 2019a.

DAGONI, N. **Entrevista com Noa Dagoni (Ir Amin)**, Jerusalém, jul. 2019b.

DAGONI, N.; WEGNER, E. **Monitor Report on the Implementation of Government Decision 3790 for Investment in East Jerusalem**. Jerusalem: Ir Amin & WAC-Maan, mar. 2020.

DAKKAK, A. **Entrevista com Adnan Dakkak (Comerciante da Cidade Velha)**, Jerusalém, Agosto 2019.

DANA, T. **The Palestinian capitalists that gone too far**. Ramallah: Al-Shabaka, 2014a.

DANA, T. **A Resistance Economy: What is it and can it provide an alternative?** Rosa Luxemburg Stiftung, n. November, p. 14, 2014b.

DANA, T. **The symbiosis between Palestinian 'Fayyadism' and Israeli 'economic peace': the political economy of capitalist peace in the context of colonisation**. Conflict, Security & Development, v. 15, n. 5, p. 455–477, 20 out. 2015.

DANA, T. **The prolonged decay of the Palestinian National Movement**. National Identities, v. 21, n. 1, p. 39–55, jan. 2019.

DANA, T.; JARBAWI, A. **A Century of Settler Colonialism in Palestine: Zionism's Entangled Project**. Brown Journal of World Affairs, v. XXIV, n. 1, p. 23, 2017.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 1ª Edição ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, M. **Planeta Favela**. Edição: 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

DAYAN, H. **Neozionism: portrait of a contemporary hegemony**. Settler Colonial Studies, v. 9, n. 1, p. 22–40, 2 jan. 2019.

DE ANGELIS, M. **Marx and primitive accumulation: The continuous character of capital's 'enclosures'**. *The commoner*, v. 2, n. 01, p. 1–22, 2001.

DORRIES, H.; HUGILL, D.; TOMIAK, J. **Racial capitalism and the production of settler colonial cities**. *Geoforum*, p. S001671851930226X, ago. 2019.

DOUGLASS, F. **Narrative of the Life of Frederick Douglass, an American Slave: Written by Himself**: Critical Edition. New Haven: Yale University Press, 2016.

DUFFIELD, M. **Global governance and the new wars: The merging of development and security**. London: Zed Books Ltd., 2014.

DUMPER, M. **Jerusalem unbound: geography, history, and the future of the holy city**. New York: Columbia University Press, 2014.

DW. **Young Palestinian entrepreneurs: Business without borders**. Disponível em: <<https://www.dw.com/en/young-palestinian-entrepreneurs-business-without-borders/a-50493101>>. Acesso em: 6 nov. 2020.

EASTWOOD, J. **Ethics as a Weapon of War: Militarism and Morality in Israel**. Cambridge ; New York: Cambridge University Press, 2017.

EASTWOOD, J. **Reading Abdul Fattah al-Sharif, reading Elor Azaria: anti-Mizrahi racism in the moral economy of Zionist settler colonial violence**. *Settler Colonial Studies*, v. 9, n. 1, p. 59–77, 2 jan. 2019.

EL ZEIN, R. **Developing a Palestinian Resistance Economy through Agricultural Labor**. *Journal of Palestine Studies*, v. 46, n. 3, p. 7–26, 1 maio 2017.

EL-HAJ, N. A. **Facts on the Ground: Archaeological Practice and Territorial Self-Fashioning in Israeli Society: Archeological Practice and Territorial Self-Fashioning in Israeli Society**. 2nd ed. edition ed. Chicago: University of Chicago Press, 2002.

EL-HAJ, N. A. **Racial palestinianization and the Janus-faced nature of the Israeli state. Patterns of Prejudice**, v. 44, n. 1, p. 27–41, 1 fev. 2010.

ELHAN. **Entrevista com Elhan do sabão**, Jerusalém, Agosto 2019.

ENGELS, F. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

ENGLERT, S. **The Defeat of Hebrew Labour?** London: SOAS, 2017.

ENGLERT, S. **Settlers, Workers, and the Logic of Accumulation by Dispossession**. *Antipode*, v. 52, n. 6, p. 1647–1666, nov. 2020.

ERAKAT, N.; HILL, M. L. **Black-Palestinian Transnational Solidarity: Renewals, Returns, and Practice**. *Journal of Palestine Studies*, v. 48, n. 4, p. 7–16, 1 ago. 2019.

ERLANGER, S. **An Ultra-Orthodox Mayor in an Unorthodox City**. *The New York Times*, 16 jul. 2005.

ESCOBAR, A. **Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World**. Princeton: Princeton University Press, 2012.

ESTES, N. **Our History Is the Future: Standing Rock Versus the Dakota Access Pipeline, and the Long Tradition of Indigenous Resistance**. London ; New York: Verso Books, 2019.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, F. **Em defesa da revolução africana**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1980.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: SciELO - EDUFBA, 2008.

FARAH, M. **The Atarot Exception? Business and Human Rights under Colonization**. Jerusalem Quarterly, v. Winter, n. 80, p. 16, 2019.

FARSAKH, L. **Palestinian Labour Migration to Israel: Labour, Land and Occupation**. 1. ed. Abingdon England ; New York: Routledge, 2005.

FAUSTINO, D. M. **Frantz Fanon: capitalismo, racismo e a sociogênese do colonialismo / Frantz Fanon: capitalism, racism and the sociogenesis of colonialism**. SER Social, v. 20, n. 42, p. 148–163, jun. 2018.

FELD, B. **Startup Communities: Building an Entrepreneurial Ecosystem in Your City**. New York: John Wiley & Sons, 2012.

FELNER, E. **Human Rights Leaders in Conflict Situations: A Case Study of the Politics of ‘Moral Entrepreneurs’**. Journal of Human Rights Practice, v. 4, n. 1, p. 57–81, 1 mar. 2012.

FERREIRA, L. F. **Lições de resistência: artigos de Luiz Gama na imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro**. São Paulo: Edições Sesc, 2020.

FIELDHOUSE, D. K. **The colonial empires: a comparative survey from the eighteenth century**. New York: Springer, 1966.

FILGUEIRAS, V.; ANTUNES, R. **Plataformas Digitais, Uberização do Trabalho e Regulação no Capitalismo Contemporâneo**. Revista Contracampo, v. 39, n. 1, 17 abr. 2020.

FLORIDA, R. **The Rise of the Creative Class**. London: Hachette UK, 2019.

FONTES, V. **O capital-imperialismo: algumas características. III Encontro Civilização ou Barbárie**. 2010b. Disponível em: http://www.odiario.info/bimg/VirginiaFontes_POR_publicada.pdf. Acesso em, v. 24, 2018.

FORTIER, C.; WONG, E. H.-S. **The settler colonialism of social work and the social work of settler colonialism**. Settler Colonial Studies, v. 9, n. 4, p. 437–456, 2 out. 2019.

FOSTER, J. B. **Marx and internationalism**. Monthly Review, v. 52, n. 3, p. 11, 2000.

FRASER, N. **From Progressive Neoliberalism to Trump —and Beyond**. American Affairs, v. 1, n. 4, p. 15, 2017.

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO DE ISRAEL. **Resolution Number 3790:**

Reducing socio-economic disparities and economic development in East

Jerusalem Estado de Israel, , Maio 2018. Disponível em:

<https://www.gov.il/he/departments/policies/dec3790_2018>. Acesso em: 15 out. 2020

GAROFALO, D. **Seis passos para levar o “STEAM” para a sala de aula.** Disponível em:

<<https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/debora-garofalo/2020/07/08/seis-passos-para-levar-o-steam-para-a-sala-de-aula.htm>>. Acesso em: 2 nov. 2020.

GAZIT, S. **Trapped Fools: Thirty Years of Israeli Policy in the Territories.** New York: Routledge, 2004.

GERTEL, Y. **Entrevista com Yael Gertel (New Spirit),** Jerusalém, jul. 2019.

GILMORE, R. W. **Golden Gulag: Prisons, Surplus, Crisis, and Opposition in Globalizing California.** Berkeley: University of California Press, 2007.

GOEBEL, M. **Settler Colonialism in Postcolonial Latin America.** New York: Routledge Handbooks Online, 2016.

GOICHMAN, R. **Palestinian high-tech workers plugging shortage of Israeli tech staff.**

Disponível em: <<https://www.haaretz.com/israel-news/business/palestinian-high-tech-workers-plugging-shortage-of-israeli-tech-staff-1.6243852>>. Acesso em: 15 out. 2020.

GOIS, D. A. **A Viva Rio no Haiti: Uma análise das ações sociais da ONG e da sua participação na MINUSTAH.** São Paulo: PUC-SP, 2019.

GOLAN-NADIR, N.; COHEN, N. **The role of individual agents in promoting peace processes: business people and policy entrepreneurship in the Israeli–Palestinian conflict.** Policy Studies, v. 38, n. 1, p. 21–38, 2017.

GOLDBERG, D. T. **The Threat of Race: Reflections on Racial Neoliberalism.** New York: John Wiley & Sons, 2011.

GORDON, N. **Israel’s occupation.** Berkeley: University of California Press, 2008.

GORDON, N. **Israel’s emergence as a homeland security capital.** In: ZUREIK, E.; LYON, D.; ABU-LABAN, Y. (Eds.). . Surveillance and control in Israel/Palestine: Population, territory and power. London & New York: Routledge, 2010.

GORENBERG, G. **The accidental empire: Israel and the birth of the settlements, 1967-1977.** New York: I.B. Taurius & Co Ltd, 2007.

GRAHAM, S. **Cities Under Siege: The New Military Urbanism.** London ; New York: Verso, 2011.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Rio de Janeiro, 2000. v. 3

GRANDINETTI, T. **The Palestinian middle class in Rawabi: Depoliticizing the occupation.** Alternatives, v. 40, n. 1, p. 63–78, 2015.

GRASSIANI, E.; VOLINZ, L. **Intimidation, reassurance, and invisibility: Israeli security agents in the Old City of Jerusalem**. Focaal, v. 2016, n. 75, 1 jan. 2016.

GREENSTEIN, R. **Israel, the Apartheid Analogy, and the Labor Question**. In: SOSKE, J.; JACOBS, S. (Eds.). . *Apartheid Israel: The Politics of an Analogy*. Chicago, Illinois: Haymarket Books, 2015. p. 29–38.

GROVE, J. **The Stories We Tell About Killing**, *The Disorder Of Things*, 6 jan. 2016. Disponível em: <<https://thedisorderofthings.com/2016/01/06/the-stories-we-tell-about-killing/>>. Acesso em: 19 out. 2020

GUTWEIN, D. **The Settlements and the Relationship between Privatization and the Occupation**. In: *Normalizing Occupation: The Politics of Everyday Life in the West Bank Settlements*. Indiana: Indiana University Press, 2017. p. 34.

HADDAD, T. **Neoliberalism and Palestinian Development: Assessment and Alternatives**. In: *Critical Readings of Development under Colonialism: Towards a Political Economy for Liberation in the Occupied Palestinian Territories*. Ramallah: Rosa Luxemburg Stiftung Regional Office Palestine and Birzeit University Center for Development Studies, 2015. p. 29.

HADDAD, T. **Palestine Ltd: Neoliberalism and Nationalism in the Occupied Territory**. London: I.B.Tauris, 2016.

HAIDER, A. **Mistaken Identity: Race and Class in the Age of Trump**. London & New York: Verso Books, 2018.

HALL, S. **The Hard Road to Renewal: Thatcherism and the Crisis of the Left**. New York: Verso, 1988.

HALON, E. **New project seeks to boost Arab, ultra-Orthodox employment in hi-tech**. Disponível em: <<https://www.jpost.com/israel-news/new-project-seeks-to-boost-arab-ultra-orthodox-employment-in-hi-tech-569781>>. Acesso em: 2 nov. 2020.

HALON, E. **Injecting capital into the capital city**. Jerusalem Post, 20 maio 2019.

HALPER, J. **War Against the People: Israel, the Palestinians and Global Pacification**. London: Pluto Press, 2015.

HANIEH, A. **From state-led growth to globalization: The evolution of Israeli capitalism**. *Journal of Palestine Studies*, v. 32, n. 4, p. 5–21, 2003.

HANIEH, A. **Lineages of Revolt: Issues of Contemporary Capitalism in the Middle East**. Chicago, Illinois: Haymarket Books, 2013.

HANIEH, A. **Development as Struggle: Confronting the Reality of Power in Palestine**. *Journal of Palestine Studies*, v. 45, n. 4, p. 32–47, 1 ago. 2016.

HANIEH, A. **Stone, Labor, and the Building of Israel**. *Journal of Palestine Studies*, v. 49, n. 2, p. 80–86, 1 fev. 2020.

HARRIS, C. **How did colonialism dispossess? Comments from an edge of empire.** *Annals of the Association of American Geographers*, v. 94, n. 1, p. 165–182, 2004.

HARVEY, D. **O Novo imperialismo.** São Paulo: Edicoes Loyola, 2004.

HARVEY, D. **A Producao Capitalista do Espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **Neoliberalismo como destruição criativa.** *InterfacEHS*, v. 2, n. 4, 2007a.

HARVEY, D. **A Brief History of Neoliberalism.** Oxford: OUP Oxford, 2007b.

HARVEY, D. **O direito à cidade.** *Lutas Sociais*, n. 29, p. 73–89, 2012.

HASAN, H. **Remembering the 2014 Israeli offensive against Gaza.** Disponível em: <<https://www.middleeastmonitor.com/20180708-remembering-the-2014-israeli-offensive-against-gaza/>>. Acesso em: 15 out. 2020.

HASSAN, B.; ALSAAFAN, L. **The battle for al-Aqsa ‘has just started’.** Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/features/2017/8/22/the-battle-for-al-aqsa-has-just-started>>. Acesso em: 28 out. 2020.

HASSON, N. **Right-wing master plan envisages mega-Jerusalem in 2040 - with invisible Palestinians.** Disponível em: <<https://www.haaretz.com/israel-news/.premium.MAGAZINE-rightist-plan-mega-jerusalem-in-2040-with-invisible-palestinians-1.5465629>>. Acesso em: 15 out. 2020.

HASSON, N. **Hebrew University to Become First Israeli School to Recognize Palestinian Authority Test Scores** Haaretz, 3 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.haaretz.com/israel-news/.premium-hebrew-university-to-recognize-palestinian-authority-test-scores-1.5443610>>. Acesso em: 15 out. 2020

HASSON, N. **Cabinet Approves Billions to Ramp Up Israeli Sovereignty in East Jerusalem** Haaretz, Maio 2018a. Disponível em: <<https://www.haaretz.com/israel-news/.premium-cabinet-oks-billions-to-ramp-up-israeli-sovereignty-in-e-j-lem-1.6078168>>. Acesso em: 15 out. 2020

HASSON, N. **Palestinian vying for Jerusalem City Council perseveres despite violence against his campaign.** Disponível em: <<https://www.haaretz.com/israel-news/.premium-palestinian-vying-for-j-lem-city-council-perseveres-despite-violence-1.6573895>>. Acesso em: 2 nov. 2020b.

HASSON, N. **Israel begins demolishing Palestinian homes in East Jerusalem neighborhood.** Disponível em: <<https://www.haaretz.com/israel-news/.premium-israel-police-begin-demolishing-palestinian-homes-in-east-jerusalem-neighborhood-1.7134693>>. Acesso em: 15 out. 2020a.

HASSON, N. **Israel’s Government Liaisons to East Jerusalem Are Mostly ex-Shin Bet** Haaretz, Agosto 2019b. Disponível em: <<https://www.haaretz.com/israel-news/.premium-most-government-liaisons-to-east-jerusalem-are-ex-shin-bet-1.7620845>>. Acesso em: 15 out. 2020

HASSON, N. **Palestinians Are Attending Hebrew U in Record Numbers, Changing the Face of Jerusalem** Haaretz, 1 nov. 2019c. Disponível em: <<https://www.haaretz.com/israel-news/.premium-palestinians-are-attending-hebrew-university-in-record-numbers-and-changing-j-lem-1.8063702>>. Acesso em: 15 out. 2020

HASSON, N. **Two Years In, Israeli Plan for East Jerusalem Slowly Brings About Change** Haaretz, Maio 2020a. Disponível em: <<https://www.haaretz.com/israel-news/.premium-two-years-in-israeli-plan-for-jerusalem-s-palestinians-slowly-brings-about-change-1.8862784>>. Acesso em: 15 out. 2020

HASSON, N. **Israel Picks Up Pace, Grants Citizenship to 1,200 East Jerusalem Palestinians** Haaretz, 12 jan. 2020b. Disponível em: <<https://www.haaretz.com/israel-news/.premium-israel-picks-up-pace-grants-citizenship-to-1-200-east-jerusalem-palestinians-1.8384270>>

HAWARI, Y.; PLONSKI, S.; WEIZMAN, E. **Settlers and citizens: a critical view of Israeli society**. *Settler Colonial Studies*, v. 9, n. 1, p. 1–5, 2 jan. 2019.

HAYEK, F. A. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HERMETZ, Y. **Entrevista com Yael Hermetz (Riyan Center)**, Jerusalém, jul. 2019.

HERN, A. **Amazon seeks prime North American spot for second headquarters | Technology** | The Guardian. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/technology/2017/sep/07/amazon-seeks-prime-north-american-spot-for-second-headquarters>>. Acesso em: 15 out. 2020.

HEVER, S. **Securing the Occupation in East Jerusalem: Divisions in Israeli Policy**. *Jerusalem Quarterly*, n. 75, 2018.

HEVER, S. **The night watchman becomes a mercenary**. *Settler Colonial Studies*, v. 9, n. 1, p. 78–95, 2 jan. 2019.

HILAL, J. **Rethinking Palestine: settler-colonialism, neo-liberalism and individualism in the West Bank and Gaza Strip**. *Contemporary Arab Affairs*, v. 8, n. 3, p. 351–362, 3 jul. 2015.

HUBERMAN, B. **Judaização da Palestina ocupada: colonização, desapropriação e deslocamento em Jerusalém Oriental, Cisjordânia e Faixa de Gaza entre 1967 e 2013**. São Paulo: PUC-SP, 2014.

HUBERMAN, B.; HARTMANN, A. **Trump não é louco: entenda a razão por trás da decisão de reconhecer Jerusalém como capital de Israel**, Terra em Transe, Dezembro 2017. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/terraemtranse/2017/12/08/trump-nao-e-louco-entenda-razao-por-tras-da-decisao-de-reconhecer-jerusalem-como-capital-de-israel/>>. Acesso em: 2 nov. 2020

HUBERMAN, B.; HARTMANN, A.; AGOSTINELLI, I. **A paz neoliberal chega às nações do Golfo Pérsico**, CartaCapital, 19 set. 2020. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/opiniaio/artigo-a-paz-neoliberal-chega-as-nacoes-do-golfo-persico/>>. Acesso em: 7 nov. 2020

HUBERMAN, B.; NASSER, R. M. **Pacification, Capital Accumulation, and Resistance in Settler Colonial Cities: The Cases of Jerusalem and Rio de Janeiro.** *Latin American Perspectives*, v. 46, n. 3, p. 131–148, 1 maio 2019.

HUGILL, D. **What is a settler-colonial city?** *Geography Compass*, v. 11, n. 5, p. e12315, maio 2017a.

HUGILL, D. **Colonial and Postcolonial Cities.** In: TURNER, B. S. (Ed.). . *The Wiley-Blackwell Encyclopedia of Social Theory*. Oxford, UK: John Wiley & Sons, Ltd, 2017b. p. 1–3.

HUSSEIN, C. **The Re-Emergence of the Single State Solution in Palestine/Israel: Countering an Illusion.** New York: Routledge, 2015.

HUSSEINI, A. **Entrevista com Aref Hussein (Al-Nayzak),** Jerusalém, jul. 2019.

IHMOUD, S. **Mohammed Abu-Khdeir and the Politics of Racial Terror in Occupied Jerusalem.** *borderlands*, v. 14, n. 1, p. 28, 2015.

INTER-AGENCY TASK FORCE ON ISRAELI ARAB ISSUES. **Government Resolution 922: Five-Year Economic Development Plan for Arab Society Mid-Term for Arab Society Government Implementation Update,** Inter-Agency Task Force on Israeli Arab Issues, , mar. 2019.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. **Reversing Israel's Deepening Annexation of Occupied East Jerusalem.** Brussels: International Crisis Group, 12 jun. 2019.

IR AMIN. **From Creeping to Formal Annexation: Israel's Actions under American Auspices to Actualize "Greater Jerusalem"**. Jerusalem: Ir Amin, jan. 2020.

ISAAC, R. K.; HALL, C. M.; HIGGINS-DESBIOLLES, F. **The Politics and Power of Tourism in Palestine.** New York: Routledge, 2015.

ISRAEL21C. **High-tech school for boys opens in Arab East Jerusalem** ISRAEL21c, 20 jan. 2016. Disponível em: <<https://www.israel21c.org/high-tech-school-for-boys-opens-in-arab-east-jerusalem/>>. Acesso em: 15 out. 2020

ISSAR, Y. **Entrevista com Yara Issar (East Jerusalem Development Authority),** Jerusalém, jun. 2019.

ITIQ. **Itiq: entrepreneurship & innovation.** Disponível em: <<https://itiq.ps/projects/>>. Acesso em: 6 nov. 2020.

JABBOUR, G. **Settler colonialism in southern Africa and the Middle East.** Khartoum: University of Khartoum, 1970.

JABOTINSKY, V. **The iron wall (we and the Arabs).** *Israel in the Middle East: Documents and Readings on Society, Politics, and Foreign Relations, Pre-1948 to the Present*, p. 41–43, 1923.

JAFARI, M. et al. **East Jerusalem's Economic Cluster Report.** Palestine Economic Policy Research Institute - MAS, p. 59, 2019.

JDC-ISRAEL. **The Joint**. Disponível em: <<https://www.thejoint.org.il/en>>. Acesso em: 2 nov. 2020.

JERUSALEM FOUNDATION. **Jerusalem Foundation**. Disponível em: <<https://jerusalemfoundation.org/>>. Acesso em: 31 out. 2020.

JTA. **New Nonprofit Aims to Boost Jerusalem's Ailing Economy**, Jewish Telegraphic Agency, 25 out. 2004. Disponível em: <<https://www.jta.org/2004/10/25/archive/new-nonprofit-aims-to-boost-jerusalems-ailing-economy>>. Acesso em: 15 out. 2020

KASSABRI, M. K. Entrevista com Mona Khuri Kassabri (Universidade Hebraica), Jerusalém, jul. 2019.

KATZ, C. **Teoria da dependência: 50 anos depois**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

KEIDAR, N. **Making Jerusalem "Cooler": Creative Script, Youth Flight, and Diversity**. City & Community, v. 17, n. 4, p. 1209–1230, dez. 2018.

KELLEY, R. **What did Cedric Robinson mean by racial capitalism?** Boston Review, v. 12, 2017.

KHALIDI, R. **The Iron Cage: The Story of the Palestinian Struggle for Statehood**. Boston: Beacon Press, 2006a.

KHALIDI, R. **Palestinian Identity: The Construction of Modern National Consciousness**. New York: Columbia University Press, 2010.

KHALIDI, R. **The Palestinian economy in East Jerusalem: Enduring annexation, isolation and disintegration**. Geneva: UNCTAD, 2013.

KHALIDI, R. **Nation and class: Generations of Palestinian liberation**. Rethinking Marxism, v. 30, n. 3, p. 368–392, 2018.

KHALIDI, R.; SAMOUR, S. **Neoliberalism as Liberation: The Statehood Program and the Remaking of the Palestinian National Movement**. Journal of Palestine Studies, v. 40, n. 2, p. 20, 2011.

KHALIDI, W. (ED.). **All That Remains: The Palestinian Villages Occupied and Depopulated by Israel in 1948**. Washington: Institute for Palestine Studies, 2006b.

KHALILI, L. **Time in the Shadows: Confinement in Counterinsurgencies**. Stanford, California: Stanford University Press, 2012.

KHALILI, L. **The Roads to Power: The Infrastructure of Counterinsurgency**. World Policy Journal, v. 34, n. 1, p. 93–99, 2017.

KHATTAB, H. **Entrevista com Hazem Khattab (Co-Impact)**, Jerusalém, Agosto 2019.

KLEIN, N. **The Shock Doctrine: The Rise of Disaster Capitalism**. 1st edition ed. London: Penguin, 2008.

KORACH, M.; CHOSHEN, D. M. **Jerusalem: Facts and Trends 2020**. Jerusalem: Jerusalem Institute for Policy Research, 2020.

KORACH, M.; CHOSHEN, M. **Jerusalem: Facts and Trends 2019: The State of the City and Changing Trends**. Jerusalem: Jerusalem Institute for Policy Research, 2019.

KOREN, D. **Eastern Jerusalem: End of an Intermediate Era**. Disponível em: <<https://jiss.org.il/en/eastern-jerusalem/>>. Acesso em: 2 nov. 2020.

KOREN, D. **Memo to the Incoming Mayor of Jerusalem: Policy Guidelines for Eastern Jerusalem**. Disponível em: <<https://jiss.org.il/en/koren-memo-to-the-incoming-mayor-of-jerusalem-policy-guidelines-for-eastern-jerusalem/>>. Acesso em: 2 nov. 2020.

LANDER, E. **Marxismo, eurocentrismo y colonialismo**. In: A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 222–260.

LANDY, D. **The place of Palestinians in tourist and Zionist discourses in the ‘City of David’**, occupied East Jerusalem. *Critical Discourse Studies*, v. 14, n. 3, p. 309–323, 27 maio 2017.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

LEICHTAG FOUNDATION. **Jerusalem Renewal**. Disponível em: <<https://leichtag.org/strategic-focus-and-grantmaking/jerusalem-renewal/>>. Acesso em: 31 out. 2020.

LEITE GONÇALVES, G. **Apresentação**. In: ANDERSON, K. (Ed.). *Marx nas margens: nacionalismo, etnias e sociedades não ocidentais*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

LÊNIN, V. I. **O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo**. Campinas: Navegando Publicações, 2011.

LENTIN, R. **Traces of Racial Exception: Racializing Israeli Settler Colonialism**. London: Bloomsbury Publishing, 2018.

LIS, J. **The Best Medicine for Jerusalem**. Disponível em: <<https://www.haaretz.com/1.4853342>>. Acesso em: 15 out. 2020.

LLOYD, D.; WOLFE, P. **Settler colonial logics and the neoliberal regime**. *Settler Colonial Studies*, v. 6, n. 2, p. 109–118, 2 abr. 2016.

LOCKER-BILETZKI, A. **Rethinking Settler Colonialism: A Marxist Critique of Gershon Shafir**. *Rethinking Marxism*, v. 30, n. 3, p. 441–461, 3 jul. 2018.

LOCKMAN, Z. **Comrades and Enemies: Arab and Jewish Workers in Palestine, 1906-1948**. Berkeley: University of California Press, 1996.

LOCKMAN, Z. **Land, Labor and the Logic of Zionism: A Critical Engagement with Gershon Shafir**. *Settler Colonial Studies*, v. 2, n. 1, p. 9–38, jan. 2012.

- LOOMBA, A. **Colonialism/Postcolonialism**. London ; New York, NY: Routledge, 2015.
- LORDE, A. **Irmã outsider: Ensaio e conferências**. São Paulo: Autêntica Editora, 2019.
- LOSURDO, D. **Contra-história do liberalismo**. São Paulo: Idéias & Letras, 2006.
- LOSURDO, D. **O Marxismo Ocidental: como nasceu, como morreu, como pode renascer**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.
- LOUREIRO, I. **Socialismo ou barbárie**. Jacobin Brasil, n. Especial, p. 128–135, 2019.
- LOWE, L. **The Intimacies of Four Continents**. Durham: Duke University Press Books, 2015.
- MACHOLD, R. **Mobility and the Model: Policy Mobility and the Becoming of Israeli Homeland Security Dominance**. *Environment and Planning A: Economy and Space*, v. 47, n. 4, p. 816–832, 1 abr. 2015.
- MACIEL, D. E. F. **A rebelião do público-alvo e a crise da tecnologia social de pacificação: luta no Programa Fábricas de Cultura**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2018.
- MAHFOUZ, M. **Entrevista com Mira Mahfouz (Jerusalem Foundation)**, Jerusalém, Agosto 2019.
- MAIMON, O. **The Giant's Garden: The "King's Garden" Plan in al-Bustan**. Jerusalem: Ir Amin, 2012.
- MAKDISI, S. **Apartheid / Apartheid / []**. *Critical Inquiry*, v. 44, n. 2, p. 304–330, jan. 2018.
- MAMDANI, M. **Beyond settler and native as political identities: Overcoming the political legacy of colonialism**. *Comparative studies in Society and History*, v. 43, n. 4, p. 651–664, 2001.
- MAMDANI, M. **Settler Colonialism: Then and Now**. *Critical Inquiry*, v. 41, n. 3, p. 596–614, mar. 2015.
- MANOEL, J.; BARROS, D. R. **Vocês querem um Hitler negro? Crítica ao Black Money** *LavraPalavra*, 22 jun. 2019. Disponível em: <<https://lavrpalavra.com/2019/06/22/voces-querem-um-hitler-negro-critica-ao-black-money/>>. Acesso em: 25 out. 2020
- MANSOUR, A. **The Conflict over Jerusalem: A Settler-Colonial Perspective**. *Journal of Holy Land and Palestine Studies*, v. 17, n. 1, p. 9–23, maio 2018.
- MANUEL. **Entrevista com Manuel (Sindicato Palestino de Jerusalém)**, Jerusalém, jul. 2019.
- MARABLE, M. **How Capitalism Underdeveloped Black America: Problems in Race, Political Economy, and Society**. Cambridge: South End Press, 2000.
- MARANHÃO, T. A. **Governança mundial e pobreza: do Consenso de Washington ao consenso das oportunidades**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

MARGALIT, M. **Jerusalén, la ciudad imposible**. Madrid: Catarata, 2018.

MARKOSE, A. **Entrevista com Ariel Markose (Jerusalem Model - Leichtag Foundation)**, Jerusalém, jul. 2019.

MARX, K. **A Dominação Britânica na Índia**. In: MARX, K.; ENGELS, F. (Eds.). . Obras escolhidas, tomo I. Tradução: José Barata-Moura. Lisboa: Avante!, 2008. p. 513–8.

MARX, K. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

MARX, K. **O capital: livro 1, o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013. v. 894

MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

MASALHA, N. **Expulsion of the Palestinians: The Concept of “Transfer” in Zionist Political Thought, 1882-1948**. Washington, D.C: Institute for Palestine Studies, 1992.

MASSAD, J. **The persistence of the Palestinian question: Essays on Zionism and the Palestinians**. New York: Routledge, 2006.

MATI. **Mati jerusalem**. Disponível em: <<https://www.mati.org.il/?lang=2>>. Acesso em: 31 out. 2020.

MAZZEO, A. C. **Estado e burguesia no Brasil: Origens da autocracia burguesa**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

MAZZUCATO, M. **O Estado empreendedor: Desmascarando o mito do setor público vs. setor privado**. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

MBEMBE, A. **On Palestine**. In: SOSKE, J.; JACOBS, S. (Eds.). . Apartheid Israel: The Politics of an Analogy. Chicago, Illinois: Haymarket Books, 2015. p. 8–9.

MBEMBE, A. **Crítica da Razão Negra**. São Paulo: n-1 edições, 2020.

MBEMBE, J.-A. **Necropolitics**. Public Culture, v. 15, n. 1, p. 11–40, 25 mar. 2003.

MCCLINTOCK, N. **Urban agriculture, racial capitalism, and resistance in the settler-colonial city**. Geography Compass, v. 12, n. 6, p. e12373, jun. 2018.

MELAMED, J. **Represent and Destroy: Rationalizing Violence in the New Racial Capitalism**. Minneapolis: Univ Of Minnesota Press, 2011.

MEMMI, A. **Retrato do Colonizado Precedido do Retrato do Colonizador**. 1ª Edição ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MEMO. **Prominent Palestinian husband and wife released after brief detention by Israel**. Disponível em: <<https://www.middleeastmonitor.com/20200723-prominent-palestinian-husband-and-wife-released-after-brief-detention-by-israel/>>. Acesso em: 2 nov. 2020.

MIGNOLO, W. D. **The Darker Side of Western Modernity: Global Futures, Decolonial Options**. Illustrated Edição ed. Durham: Duke University Press, 2011.

MIZROCH, A. **How Tech Grows In 5,000-Year-Old Jerusalem**. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/startupnationcentral/2018/04/02/how-tech-grows-in-5000-year-old-jerusalem/>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

MOLOTCH, H. **The political economy of growth machines**. *Journal of urban affairs*, v. 15, n. 1, p. 29–53, 1993.

MONTENEGRO, D. **A separação entre o econômico e o político e a questão da democracia no pensamento de Ellen M. Wood**. *Miolo Rev. Critica Marxista*, n. 34, p. 111–124, 2012.

MORGENSEN, S. L. **The Biopolitics of Settler Colonialism: Right Here, Right Now**. *Settler Colonial Studies*, v. 1, n. 1, p. 52–76, jan. 2011.

MOROZOV, E. **Big Tech. A ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

MOURA, C. **Dialetica Radical Do Brasil Negro**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1995.

MUNIN, R. **Entrevista com Roy Munin (MadeinJLM)**, Jerusalém, Agosto de 2019.

NAFTALI, Y. et al. **Vocational Training: A Tool for Employment Integration of East Jerusalem Residents**. *Jerusalem Institute for Policy Research*, n. 491, p. 69, 2018.

NASARA, M. **Occupied East Jerusalem Since the Oslo Accords: Isolation and Evisceration**. In: TURNER, M. (Ed.). *From the River to the Sea: Palestine and Israel in the Shadow of “Peace”*. Lham, Maryland: Rowman & Littlefield, 2019.

NASSAR, T. **Entrevista com Tareq Nassar (empreendedor palestino)**, Jerusalém, jun. 2019.

NEOCLEOUS, M. **‘A Brighter and Nicer New Life’: Security as Pacification**. *Social & Legal Studies*, v. 20, n. 2, p. 191–208, jun. 2011.

NEOCLEOUS, M. **International Law as Primitive Accumulation; Or, the Secret of Systematic Colonization**. *European Journal of International Law*, v. 23, n. 4, p. 941–962, 1 nov. 2012.

NEOCLEOUS, M. **Fundamentals of Pacification Theory: Twenty-Six Articles**. In: WALL, T.; SABERI, P.; JACKSON, W. (Eds.). *Destroy, Build, Secure: Readings on Pacification*. Ottawa: Red Quill Books, 2017.

NESHER, M. **Illegal construction, bloody conflicts and two billion shekels a year: The price of lack of land rights In East Jerusalem**. *Jerusalem: Jerusalem Institute for Policy Research*, 2018.

NEWMAN, D. **Settlement as Suburbanization**. In: *Normalizing Occupation: The Politics of Everyday Life in the West Bank Settlements*. Indiana: Indiana University Press, 2017. p. 34.

NIJAM, M. **Entrevista com Mohamad Nijam (East Jerusalem Development Authority)**, Jerusalém, jul. 2019.

NITZAN, J.; BICHLER, S. **The Global Political Economy of Israel**. London ; Sterling, Va: Pluto Press, 2002.

NKRUMAH, K. **Neocolonialismo: o último estágio do imperialismo**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967.

NOLTE, A. **Political infrastructure and the politics of infrastructure: The Jerusalem Light Rail**. City, v. 20, n. 3, p. 441–454, 3 maio 2016.

NOLTE, A.; YACOB, H. **Politics, infrastructure and representation: The case of Jerusalem's Light Rail**. Cities, v. 43, p. 28–36, mar. 2015.

NOURA. **Entrevista com Noura (Step-Up)**, Jerusalém, jul. 2019.

NUSEIBEH, S. **Entrevista com Samer Nuseibeh (Empresário palestino)**, Jerusalém, jun. 2019.

OCHA-OPT. **Increase in destruction of Palestinian property in the West Bank, including East Jerusalem**. Disponível em: <<https://www.ochaopt.org/content/increase-destruction-palestinian-property-west-bank-including-east-jerusalem>>. Acesso em: 28 out. 2020.

OWENS, P. **Economy of Force: Counterinsurgency and the Historical Rise of the Social**. Reprint edition ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. **Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios**. Mana: Estudos de Antropologia Social, v. 20, p. 125–161, 1 abr. 2014.

PAPPE, I. **The Ethnic Cleansing of Palestine**. Oxford: South End Press, 2006.

PAPPÉ, I. **Shtetl Colonialism: First and Last Impressions of Indigeneity by Colonised Colonisers**. Settler Colonial Studies, v. 2, n. 1, p. 39–58, jan. 2012.

PAPPÉ, I. (ED.). **Israel and South Africa: the many faces of Apartheid**. London: Zed Books, 2015.

PAPPE, I. **The Framing of the Question of Palestine by the Early Palestinian Press: Zionist Settler-Colonialism and the newspaper Filastin, 1912–1922**. Journal of Holy Land and Palestine Studies, v. 14, n. 1, p. 59–81, 17 abr. 2015.

PAPPE, I. **The Idea of Israel: A History of Power and Knowledge**. Reprint edition ed. London New York: Verso, 2016.

PEACE NOW. **How Elad came from the extreme fringes to the heart of the establishment** [Hebraico]. Disponível em: <<http://peacenow.org.il/elad-history>>. Acesso em: 31 out. 2020.

PEACE NOW. **Settlements Watch**. Disponível em: <<https://peacenow.org.il/en/settlements-watch>>. Acesso em: 29 out. 2020a.

PEACE NOW. **A Settlement Under the Guise of a Cafe in Jerusalem**. Disponível em: <<http://peacenow.org.il/en/a-settlement-under-the-guise-of-a-cafe-in-jerusalem>>. Acesso em: 15 out. 2020b.

PEARLMAN, W. **Violence, Nonviolence, and the Palestinian National Movement**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

PECK, J.; TICKELL, A. **Neoliberalizing Space**. *Antipode*, v. 34, n. 3, p. 380–404, jun. 2002.

PERES CENTER FOR PEACE; US DEPARTMENT OF STATE. **An Overview: The Business Case for Israeli-Palestinian Tech Sector Partnerships**. Tel Aviv: Peres Center for Peace, 10 jun. 2020.

PITERBERG, G. **Israeli Sociology's Young Hegelian: Gershon Shafir and the Settler-Colonial Framework**. *Journal of Palestine Studies*, v. 44, n. 3, p. 17–38, 1 maio 2015.

PITERBERG, G.; VERACINI, L. **Wakefield, Marx, and the world turned inside out**. *Journal of Global History*, v. 10, n. 3, p. 457–478, 2015.

PNN. **Palestine to host first International Conference on Entrepreneurship in Bethlehem**, Palestine News Network, outubro 2019. Disponível em: <english.pnn.ps/2019/09/15/palestine-to-host-first-international-conference-on-entrepreneurship-in-bethlehem/ 1/2>

POETS, D. **Settler Colonialism and/in (Urban) Brazil: Black and Indigenous Resistances to the Logic of Elimination**. *Settler Colonial Studies*, 2020.

PORTER, L.; YIFTACHEL, O. **Urbanizing settler-colonial studies: introduction to the special issue**. *Settler Colonial Studies*, p. 1–10, 11 dez. 2017.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Publifolha, 2000.

PRASHAD, V. **Balas de Washington – uma história da CIA, golpes e assassinatos**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

PRESIDÊNCIA DE ISRAEL. **Israeli Hope**. Disponível em: <<https://www.israeli-hope.gov.il/en>>. Acesso em: 2 nov. 2020.

PULLAN, W. **Frontier urbanism: the periphery at the centre of contested cities**. *The Journal of Architecture*, v. 16, n. 1, p. 15–35, fev. 2011.

PULLAN, W.; GWIAZDA, M. **'City of David': Urban Design and Frontier Heritage**. *Jerusalem Quarterly*, n. 39, p. 10, 2009.

QUIJANO, A. **Anibal Quijano: Textos de Fundación**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2014.

QUTEINEH, R. **Entrevista com Rana Quteineh (Jest)**, Jerusalém, jun. 2019.

RADAI, I. **Palestinians in Jerusalem and Jaffa, 1948: A Tale of Two Cities**. 0. ed. New York: Routledge, 2015.

RAM, U. **The Globalization of Israel: McWorld in Tel Aviv, Jihad in Jerusalem**. New York: Routledge, 2013.

RAO, R. **Recovering Reparative Readings of Postcolonialism and Marxism**. *Critical Sociology*, v. 43, n. 4–5, p. 587–598, 1 jul. 2017.

RAPOPORT, M. **Shady Dealings in Silwan**. Jerusalem: Ir Amin, 2009.

RAVID, B. **Security Cabinet Authorizes Police to Impose Closure on East Jerusalem Neighborhoods** *Haaretz*, 14 out. 2015. Disponível em: <<https://www.haaretz.com/.premium-cabinet-authorizes-police-to-impose-closure-on-east-j-lem-1.5408630>>

RAWABI. **Rawabi.ps**. Disponível em: <<https://www.rawabi.ps/>>. Acesso em: 6 nov. 2020.

RAZ, E.; TATARSKY, A. **Broken Trust: State Involvement in Private Settlement in Batan Al-Hawa, Silwan**. Jerusalem: Ir Amin, 2016.

RIBA, N. **With a real estate developer's help, artists in Jerusalem find a temporary home**. Disponível em: <<https://www.haaretz.com/israel-news/culture/.premium.MAGAZINE-artists-in-jerusalem-find-a-temporary-home-1.5429515>>. Acesso em: 15 out. 2020.

RIBEIRO, N. J.; BRESSIANI, N. **Nancy Fraser: “O neoliberalismo não se legitima mais”**. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/nancy-fraser-o-neoliberalismo-nao-se-legitima-mais/>>. Acesso em: 7 nov. 2020.

RIGAKOS, G. S. **Security/Capital: A General Theory of Pacification**. 1 edition ed. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2016.

ROBINSON, C. J. **Black Marxism: The Making of the Black Radical Tradition**. Berkeley: Univ of North Carolina Press, 2000.

ROBINSON, S. N. **Citizen Strangers: Palestinians and the Birth of Israel's Liberal Settler State**. 1 edition ed. Stanford, California: Stanford University Press, 2013.

RODINSON, M. **Israel : a colonial-settler state?** /. New York : Monad Press for the Anchor Foundation, 1973.

RODNEY, W. **How Europe Underdeveloped Africa**. London ; New York: Verso Books, 2018.

ROKEM, J.; VAUGHAN, L. **Segregation, mobility and encounters in Jerusalem: The role of public transport infrastructure in connecting the ‘divided city’**. *Urban Studies*, v. 55, n. 15, p. 3454–3473, 1 nov. 2018.

ROKEM, J.; WEISS, C. M.; MIODOWNIK, D. **Geographies of violence in Jerusalem: The spatial logic of urban intergroup conflict**. *Political Geography*, v. 66, p. 88–97, set. 2018.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

ROSE, N. **Inventing our selves: Psychology, power, and personhood**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

ROSS, A. **Stone Men: The Palestinians Who Built Israel**. London ; New York: Verso Books, 2019.

ROY, A. **Reimagining resilience: Urbanization and identity in Ramallah and Rawabi**. City, v. 20, n. 3, p. 368–388, 2016.

ROY, S. **De-development Revisited: Palestinian Economy and Society Since Oslo**. Journal of Palestine Studies, v. 28, n. 3, p. 64–82, 1 abr. 1999.

RUBIN, E. **Make high-tech, not war: Israel and Palestinians forge cutting-edge coexistence**. Disponível em: <<https://www.haaretz.com/israel-news/business/.premium.MAGAZINE-make-high-tech-not-war-israel-palestinians-forge-coexistence-1.6164479>>. Acesso em: 15 out. 2020.

SAAD FILHO, A. **Neoliberalismo: Uma análise marxista**. Marx e o Marxismo, v. 3, n. 4, p. 15, 2015.

SAADEH, R. **Jerusalem Tourism: Challenges and Opportunities**. This week in Palestine, n. Jerusalem my Beloved City, p. 80–86, fev. 2015.

SAADEH, R. **Entrevista com Raed Saadeh (Empresário palestino)**, Jerusalém, jun. 2019.

SADEH, S. **How to turn Jerusalem into an economic powerhouse**. Disponível em: <<https://www.haaretz.com/israel-news/.premium.MAGAZINE-how-to-turn-jerusalem-into-an-economic-powerhouse-1.6724562>>. Acesso em: 31 out. 2020.

SAID, E. **A questão da Palestina**. São Paulo. Editora UNESP, 2012.

SAID, E. W. **Zionism from the standpoint of its victims**. Social Text, n. 1, p. 7–58, 1979.

SAID, E. W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAID, E. W. **Orientalism**. London: Penguin Books, 2003.

SALAITA, S. **Inter/Nationalism: Decolonizing Native America and Palestine**. 3rd ed. edition ed. Minneapolis: Univ Of Minnesota Press, 2016.

SALAMANCA, O. J. et al. **Past is Present: Settler Colonialism in Palestine**. Settler Colonial Studies, v. 2, n. 1, p. 1–8, jan. 2012.

SALAMANCA, O. J. **Assembling the Fabric of Life: When Settler Colonialism Becomes Development**. Journal of Palestine Studies, v. 45, n. 4, p. 64–80, 1 ago. 2016.

SALEM, S. **Reading Egypt's Postcolonial State Through Frantz Fanon: Hegemony, Dependency and Development**. Interventions, v. 20, n. 3, p. 428–445, 3 abr. 2018a.

SALEM, W. **Jerusalemites and the Issue of Citizenship in the Context of Israeli Settler-Colonialism**. Journal of Holy Land and Palestine Studies, v. 17, n. 1, p. 25–41, maio 2018b.

SAMIRA. **Entrevista com Samira (urbanista palestina)**, Jerusalém, jul. 2019.

SAMOUR, S. **The Palestinian Economy Between Settler Colonial Invasion and Neoliberal Management**. London: School of Oriental and African Studies, 2016.

SANSOUR, V.; TARTIR, A.; 2014. **Palestinian Farmers: A Last Stronghold of Resistance**, Al-Shabaka, 1 jul. 2014. Disponível em: <<https://al-shabaka.org/briefs/palestinian-farmers-a-last-stronghold-of-resistance/>>. Acesso em: 6 nov. 2020

SAPS, M. F. **The Palestinians Crossing Checkpoints and Societal Divides to Work in Startup Nation**, Haaretz, 3 mar. 2019. Disponível em: <<https://www.haaretz.com/middle-east-news/palestinians/.premium-the-palestinians-crossing-checkpoints-and-societal-divides-to-work-in-startup-nation-1.6982>>

SARTRE, J.-P. **Prefácio à edição de 1961**. In: FANON, F. (Ed.). . Os condenados da terra. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005. p. 23–48.

SASSEN, S. **The global city : New York, London, Tokyo** /. Princeton, N.J. ; Oxford : Princeton University Press, 1991.

SASSEN, S. **The global city: Introducing a concept**. Brown J. World Aff., v. 11, p. 27, 2004.

SASSEN, S. **Expulsions: brutality and complexity in the global economy**. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2014.

SAWSAN. **Entrevista com Sawsan (direta de escola palestina de Jerusalém Oriental)**, Jerusalém, jul. 2019.

SAYEGH, F. **Zionist Colonialism in Palestine (1965)**. Settler Colonial Studies, v. 2, n. 1, p. 206–225, jan. 2012.

SCHMITT, C. **O nomos da Terra no direito das gentes do jus publicum europaeum**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

SEIDEL, T. **Neoliberal Developments, National Consciousness, and Political Economies of Resistance in Palestine**. Interventions, v. 21, n. 5, p. 727–746, 4 jul. 2019.

SENIOR, D.; SINGER, S. **Nação empreendedora: O milagre econômico de Israel e o que ele nos ensina**. 1ª Edição ed. São Paulo: Editora Évora, 2011.

SHAFIR, G. **Land, Labor and the Origins of the Israeli-Palestinian Conflict, 1882-1914**. Berkeley: University of California Press, 1996.

SHALHOUB-KERKOVIAN, N.; BUSBRIDGE, R. **(En)gendering De-development in East Jerusalem: Thinking through the ‘Everyday’**. In: TURNER, M.; SHWEIKI, O. (Eds.). . Decolonizing Palestinian Political Economy: De-development and Beyond. London ; New York: Palgrave Macmillan, 2014. p. 77–94.

SHALHOUB-KEVORKIAN, N. **Trapped: The Violence of Exclusion in Jerusalem**. Jerusalem Quarterly, n. 49, 2012.

SHALHOUB-KEVORKIAN, N. **Security Theology, Surveillance and the Politics of Fear**. New York: Cambridge University Press, 2015.

SHEHADEH, M.; KHALIDI, R. **Impeded Development: The Political Economy of the Palestinian Arabs inside Israel**. In: TURNER, M.; SHWEIKI, O. (Eds.). . *Decolonizing Palestinian Political Economy: De-development and Beyond*. London ; New York: Palgrave Macmillan, 2014. p. 115–137.

SHEHADEH, R. **Occupier's Law: Israel and the West Bank**. Revised edition ed. Washington, D.C: Inst for Palestine Studies, 1988.

SHIHADÉ, M. **Settler Colonialism and Conflict: The Israeli State and its Palestinian Subjects**. *Settler Colonial Studies*, v. 2, n. 1, p. 108–123, jan. 2012.

SHILLIAM, R. **International Relations and Non-Western Thought: Imperialism, Colonialism and Investigations of Global Modernity**. 1. ed. [s.l.] Routledge, 2010.

SHLAIM, A. **The Iron Wall: Israel and the Arab World**. London: Penguin UK, 2015.

SHLAY, A. B.; ROSEN, G. **Jerusalem: The Spatial Politics of a Divided Metropolis**. 1 edition ed. Cambridge ; Malden, MA: Polity, 2015.

SHLOMO, O. **Between discrimination and stabilization: The exceptional governmentalities of East Jerusalem**. *City*, v. 20, n. 3, p. 428–440, 3 maio 2016.

SHOHAT, E. **Sephardim in Israel: Zionism from the Standpoint of Its Jewish Victims**. *Social Text*, n. 19/20, p. 1–35, 1988.

SHTERN, M. **Palestinians in West Jerusalem: Economic Dependency Amid Violent Contestation**. *Palestine-Israel Journal*, v. 21, n. 2, p. 4, 2015.

SHTERN, M. **Urban neoliberalism vs. ethno-national division: The case of West Jerusalem's shopping malls**. *Cities*, v. 52, p. 132–139, mar. 2016.

SHTERN, M. **Polarized Labor Integration: East Jerusalem Palestinians in the City's Employment Market**. Jerusalem: Jerusalem Institute for Policy Research, 2017.

SHTERN, M. **Between the Wall and the Mall: Geographies of Encounter between Israelis and Palestinians in Jerusalem**. Bersheva: Ben Gurion University, 2018a.

SHTERN, M. **Towards 'ethno-national peripheralisation'? Economic dependency amidst political resistance in Palestinian East Jerusalem**. *Urban Studies*, p. 004209801876328, 19 abr. 2018b.

SHTERN, M. **Towards 'ethno-national peripheralisation'? Economic dependency amidst political resistance in Palestinian East Jerusalem**. *Urban Studies*, v. 56, n. 6, p. 1129–1147, maio 2019.

SHTERN, M.; YACOBI, H. **The urban geopolitics of neighboring: conflict, encounter and class in Jerusalem's settlement/neighborhood**. *Urban Geography*, v. 40, n. 4, p. 467–487, 21 abr. 2019.

SIEGMAN, J. A. **Enemies in the Aisles: On the Micropolitics of Antagonism in the Occupied West Bank**. Chicago: University of Chicago, 2018.

SIMPSON, A. **The ruse of consent and the anatomy of ‘refusal’: Cases from indigenous North America and Australia.** *Postcolonial Studies*, v. 20, n. 1, p. 18–33, 2017.

SINGH, N. P. **On race, violence, and so-called primitive accumulation.** *Social Text*, v. 34, n. 3 (128), p. 27–50, 2016.

SINOCROT, M. **Entrevista com Mazen Sinocrot (empresário palestino),** Ramallah, jun. 2019.

SMITH, N. **New Globalism, New Urbanism: Gentrification as Global Urban Strategy.** *Antipode*, v. 34, n. 3, p. 427–450, jun. 2002.

SOFER, M.; SCHNELL, I. **Ethnic entrepreneurship and embeddedness: the case of lower Galilee.** *Proximity, distance and diversity: Issues on economic interaction and local development*, p. 69–88, 2005.

SOLOMON, S. **In new vision for Hebrew University, all students will study entrepreneurship,** *The Times of Israel*, 12 set. 2018. Disponível em: <<https://www.timesofisrael.com/at-hebrew-university-all-students-will-study-entrepreneurship/>>

SOSKE, J.; JACOBS, S. (EDS.). **Apartheid Israel: The Politics of an Analogy.** Chicago, Illinois: Haymarket Books, 2015.

SOTO, H. D. **The Mystery Of Capital.** London: Random House, 2010.

SOUZA, A. B. DE et al. **Pacificar o Brasil: das guerras justas às UPPs.** São Paulo: Alameda, 2017

SOUZA, J. A **Elite do Atraso.** Rio de Janeiro-RJ: LeYa, 2017.

SPERLING, J. G. **Rebel with a Cause: The Entrepreneur Who Created the University of Phoenix and the For-Profit Revolution in Higher Education.** New York: John Wiley & Sons, 2000.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar.** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

STARTUP GENOME. **Global Startup Ecosystem Report 2019.** Startup Genome, 2019.

STOCKMARR, L. **Turning “swords into silicon chips”: the Israeli homeland security industry and making of jewish nationhood.** Roskilde: Roskilde Universitet, 2015.

STOLL, I. **Meet the Two Most Optimistic People in the Entire Middle East.** Disponível em: <<https://www.algemeiner.com/2019/01/16/meet-the-two-most-optimistic-people-in-the-entire-middle-east/>>. Acesso em: 15 out. 2020.

SVIRSKY, M. **On the study of collaborative struggles in settler societies.** *Settler Colonial Studies*, v. 4, n. 4, p. 434–449, 2 out. 2014.

TABAR, L. **Disrupting Development, Reclaiming Solidarity: The Anti-Politics of Humanitarianism.** *Journal of Palestine Studies*, v. 45, n. 4, p. 16–31, 1 ago. 2016.

TABAR, L.; DESAI, C. **Decolonization is a global project: From Palestine to the Americas**. Decolonization, v. 6, n. 1, p. 19, 2017.

TABASH, R. **Entrevista com Ramadan Tabash (Diretor do Centro Comunitário de Sur Baher)**, Jerusalém, jul. 2019.

TAMARI, S. **Confessionalism and Public Space in Ottoman and Colonial Jerusalem**. In: DAVIS, D.; DUREN, N. (Eds.). Cities and Sovereignty: Identity Politics in Urban Spaces. Indiana: Indiana University Press, 2011.

TARAKI, L. **Urban Modernity on the Periphery A New Middle Class Reinvents the Palestinian City**. Social Text, v. 26, n. 2 (95), p. 61–81, 2008a.

TARAKI, L. **Enclave Micropolis: The Paradoxical Case of Ramallah/Al-Bireh**. Journal of Palestine Studies, v. 37, n. 4, p. 6–20, 2008b.

TATOUR, L. **Domination and Resistance in Liberal Settler Colonialism: Palestinians in Israel between the Homeland and the Transnational**. Warwick: University of Warwick, 2016.

TAYLOR, K.-Y. **#VidasNegrasImportam e libertação negra**. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

TAYLOR, K.-Y. **Race for Profit: How Banks and the Real Estate Industry Undermined Black Homeownership**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2021.

TELLES, V. DA S. **Nas dobras do legal e do ilegal: ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade**. Dilemas-Revista de estudos de conflito e controle social, v. 2, n. 5–6, p. 97–126, 2010.

THE KAIZEN COMPANY. **Smart-X**, The Kaizen Company, 2016. Disponível em: <<http://www.thekaizencompany.com/project/smartx/>>. Acesso em: 15 out. 2020

THE NEW ARAB. **“Israeli gentrification”: Palestinian business owners fear expulsion for high-tech “Silicon Wadi” hub in Jerusalem**, The New Arab, 8 jun. 2020. Disponível em: <<https://english.alaraby.co.uk/english/news/2020/6/8/palestinians-fear-expulsion-for-israeli-high-tech-hub-in-jerusalem>>

TILLEY, L.; SHILLIAM, R. **Raced markets: An introduction**. New Political Economy, v. 23, n. 5, p. 534–543, 2018.

TOBI, G. **Entrevista com Golan Tobi (MATI)**, Jerusalém, jul. 2019.

TOMIAK, J. **Contesting the Settler City: Indigenous Self-Determination, New Urban Reserves, and the Neoliberalization of Colonialism**. Antipode, v. 49, n. 4, p. 928–945, set. 2017.

TOMMASI, L. D.; VELAZCO, D. **O governo dos jovens e as favelas cariocas**. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, n. 3, p. 26, 2016.

TOREN, Y. **Entrevista com Yaron Toren (Prefeitura de Jerusalém)**, Jerusalém, jul. 2019.

TRESS, L.; MUNIN, R. **At annual summit, entrepreneurs seek to rebrand ‘social good’** *The Times of Israel*, 14 jun. 2015. Disponível em: <<https://www.timesofisrael.com/at-the-annual-roi-summit-rebranding-social-good/>>

VAINER, C. **Pátria, empresa e mercadoria**: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Eds.). . *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

VALENCIA, A. S. **Subimperialismo e dependência na América Latina: O pensamento de Ruy Mauro Marini**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

VALENTE, J. L. **O Rio de Janeiro no Urbanismo Militar e Empresarial**. n. 10, p. 20, 2017.

VELEDNITSKY, S.; HUGHES, S. N. S.; MACHOLD, R. **Political geographical perspectives on settler colonialism**. *Geography Compass*, v. 14, n. 6, jun. 2020.

VERACINI, L. **Settler colonialism: a theoretical overview**. Houndmills, Basingstoke ; New York: Palgrave Macmillan, 2010a.

VERACINI, L. **Suburbia, Settler Colonialism and the World Turned Inside Out**. *Housing, Theory and Society*, v. 29, n. 4, p. 339–357, dez. 2012.

VERACINI, L. **The Other Shift: Settler Colonialism, Israel, and the Occupation**. *Journal of Palestine Studies*, v. 42, n. 2, p. 26–42, abr. 2013.

VERACINI, L. **Understanding Colonialism and Settler Colonialism as Distinct Formations**. *Interventions*, v. 16, n. 5, p. 615–633, 3 set. 2014.

VERACINI, L. **The settler colonial present**. Houndmills, Basingstoke, Hampshire ; New York, NY: Palgrave Macmillan, 2015a.

VERACINI, L. **What can settler colonial studies offer to an interpretation of the conflict in Israel–Palestine?** *Settler Colonial Studies*, v. 5, n. 3, p. 268–271, 3 jul. 2015b.

VERACINI, L. **Facing the Settler Colonial Present**. In: MADDISON, S.; CLARK, T.; COSTA, R. DE (Eds.). . *The Limits of Settler Colonial Reconciliation: Non-Indigenous People and the Responsibility to Engage*. Singapore: Springer Singapore, 2016. p. 41–54.

VILLEN, P. **Amílcar Cabral e a Crítica ao Colonialismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

VOLINZ, L. **Crafting and reinforcing the state through security privatisation: territorialisation as a public–private state project in East Jerusalem**. *Policing and Society*, p. 1–14, 19 jun. 2018a.

VOLINZ, L. **Governance through pluralization: Jerusalem’s modular security provision**. *Security Dialogue*, v. 49, n. 6, p. 438–456, dez. 2018b.

WAC-MAAN. **Palestinian workers in Mishor Adumim unionize with WAC, strike for collective agreement**, 2018. Disponível em: <<http://eng.wac-maan.org.il/?p=2223>>. Acesso em: 29 out. 2020

WACQUANT, L. **Punishing the Poor: The Neoliberal Government of Social Insecurity.** Durham NC: Duke University Press Books, 2009.

Wafa. **Rights group says Israel's assault on East Jerusalem cultural centers a flagrant violation of international law.** Disponível em: <<http://wafa.ps/Pages/Details/118622>>. Acesso em: 6 nov. 2020.

WALLACH, Y. **Jerusalem between Segregation and Integration: Reading Urban Space through the Eyes of Justice** Gad Frumkin. In: GOLDSTEIN-SABBAH, S. R.; MURRE-VAN DEN BERG, H. L. (Eds.). . *Modernity, Minority, and the Public Sphere: Jews and Christians in the Middle East.* London: BRILL, 2016. p. 205–233.

WAZIYATAWIN. **Malice Enough in their Hearts and Courage Enough in Ours: Reflections on US Indigenous and Palestinian Experiences under Occupation.** *Settler Colonial Studies*, v. 2, n. 1, p. 172–189, jan. 2012.

WEF. **Global Shapers Community.** Disponível em: <<https://www.globalshapers.org/story/>>. Acesso em: 6 nov. 2020.

WEISMAN, R. **Harvard helps Jerusalem's mayor with strategy.** Disponível em: <http://archive.boston.com/business/articles/2009/03/27/building_up_jerusalems_economy/>. Acesso em: 15 out. 2020.

WEIZMAN, E. **The Least of All Possible Evils: Humanitarian Violence from Arendt to Gaza.** London ; New York: Verso Books, 2012.

WEIZMAN, E. **Hollow Land: Israel's Architecture of Occupation.** Reprint edition ed. London New York: Verso Books, 2017.

WHO PROFITS. **“Big Brother” in Jerusalem's Old City: Israel's Militarized Visual Surveillance System in Occupied East Jerusalem.** Tel Aviv: Who Profits, nov. 2018.

WHYTE, J. **The Morals of the Market: Human Rights and the Rise of Neoliberalism.** London & New York: Verso Books, 2019.

WIENER, B. **Entrevista com Ben Wiener (Empresário israelense),** Jerusalém, Agosto de 2019.

WOLFE, P. **Settler colonialism and the transformation of anthropology : the politics and poetics of an ethnographic event** /. London : Cassell, 1999.

WOLFE, P. **Settler colonialism and the elimination of the native.** *Journal of Genocide Research*, v. 8, n. 4, p. 387–409, 1 dez. 2006.

WOLFE, P. **After the Frontier: Separation and Absorption in US Indian Policy.** *Settler Colonial Studies*, v. 1, n. 1, p. 13–51, jan. 2011.

WOLFE, P. **Traces of history : elementary structures of race.** London ; New York : Verso, 2016.

WOOD, E. M. **Empire of Capital.** London New York: Verso, 2005.

WOOTLIFF, R. **Likud mayoral hopeful Ze'ev Elkin says he will work to keep Jerusalem Jewish.** Disponível em: <<https://www.timesofisrael.com/likud-mayoral-hopeful-zeev-elkin-says-he-will-work-to-keep-jerusalem-jewish/>>. Acesso em: 29 out. 2020.

YACOBI, H. **God, Globalization, and Geopolitics: On West Jerusalem's Gated Communities.** *Environment and Planning*, v. 44, n. 11, p. 2705–2720, nov. 2012.

YACOBI, H. **From “Ethnocracy” to Urban Apartheid: A View from Jerusalem\al-Quds.** *Cosmopolitan Civil Societies: An Interdisciplinary Journal*, v. 8, n. 3, p. 100–114, 30 nov. 2016.

YACOBI, H.; PULLAN, W. **The Geopolitics of Neighbourhood: Jerusalem's Colonial Space Revisited.** *Geopolitics*, v. 19, n. 3, p. 514–539, 3 jul. 2014.

YACOBI, H.; TZFADIA, E. **Neo-settler colonialism and the re-formation of territory: Privatization and nationalization in Israel.** *Mediterranean Politics*, v. 24, n. 1, p. 1–19, jan. 2019.

YIFTACHEL, O. **The Aleph—Jerusalem as critical learning.** *City*, v. 20, n. 3, p. 483–494, 3 maio 2016.

YIFTACHEL, O.; YACOBI, H. **Planning a bi-national capital: should Jerusalem remain united?** *Geoforum*, n. 33, p. 137–145, 2002.

YOUNG, R. J. C. **Postcolonialism: An Historical Introduction.** Chichester: John Wiley & Sons, 2016.

ZABAN, H. **‘Once there were Moroccans here—today Americans’: Gentrification and the housing market in the Baka neighbourhood of Jerusalem.** *City*, v. 20, n. 3, p. 412–427, 3 maio 2016.

ZAHERA, M. A. **Entrevista com Mustafa Abu Zahra (Comerciante palestino),** Jerusalém, jul. 2019.

ZAHERIA, H. A. **Entrevista com Hamzi Abu Zahria (empresário palestino),** Jerusalém, Agosto 2019.

ZIV, A. **‘Coming in droves’: Number of Arabs in Israeli high-tech soars.** Disponível em: <<https://www.haaretz.com/israel-news/business/.premium-coming-in-droves-number-of-arabs-in-israeli-high-tech-soars-1.7834716>>. Acesso em: 15 out. 2020.

ZUBOFF, S. **Surveillance capitalism.** *Esprit*, v. 5, p. 63–77, 2019.

ZUKIN, S. **The cultures of cities.** Oxford: Blackwell, 1995. v. 150

ZUREIK, E. **Constructing Palestine through Surveillance Practices.** *British Journal of Middle Eastern Studies*, v. 28, n. 2, p. 205–227, 1 nov. 2001.